

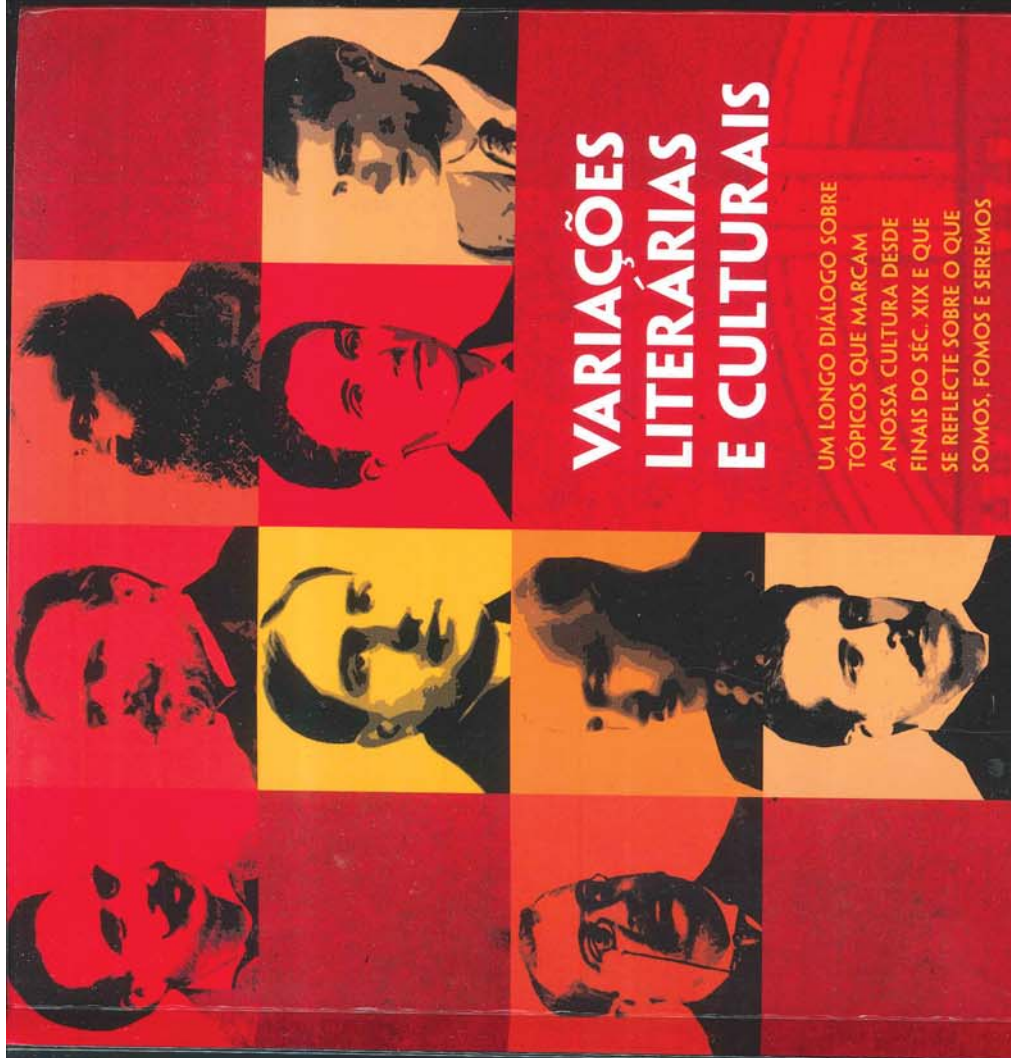


DO ULTIMATO AOS NOSSOS DIAS: A LITERATURA E A CULTURA PORTUGUESAS EM REVISTA!

Temas, autores e textos que favorecem uma visão diferente, diversificada e convivial da nossa identidade e das suas crises. Um intenso debate, travado por 27 autores, que atravessa todas as faces da nossa vida colectiva: da política às artes, da literatura à ciência, das personalidades aos factos, das instituições ao enquadramento, do nacional ao internacional, muito embora com especial enfoque na literatura e na cultura.

VARIAÇÕES LITERÁRIAS E CULTURAIS

UM LONGO DIÁLOGO SOBRE
TÓPICOS QUE MARCAM
A NOSSA CULTURA DESDE
FINAIS DO SÉC. XIX E QUE
SE REFLECTE SOBRE O QUE
SOMOS, FOMOS E SEREMOS



DO ULTIMATO À(S) REPÚBLICA(S) VARIAÇÕES LITERÁRIAS E CULTURAIS

COORDENADORES
ANNABELA RITA · DIONÍSIO VILA MAIOR

DO ULTIMATO À(S) REPÚBLICA(S)

COORDENADORES
ANNABELA RITA
DIONÍSIO VILA MAIOR



ELA RITA

da e com Agregação em Literatura.
na Faculdade de Letras da Universidade
Presidente das Direcções do CLEPUL
de Literaturas e Culturas Lusófonas e
da Faculdade de Letras da Universidade
e da APT (Associação Portuguesa
tores). Além da direcção de várias
da edição prefaciada de autores
e consagrados, de vasta colaboração
em Portugal e no estrangeiro, com
participação em júris de prémios
nacionais e internacionais, é autora
de obras ensaísticas, nomeadamente:
As Literárias, 2010; *Itinerário*, 2009;
Os Espelhos (2 vols.), 2003-07;
Artes Estéticas, 2006; *Breves & Longas no
Maravilhas*, 2004; *Labirinto Sensível*,
*de Queirós Cronista. Do "Distrito de
867" às "Farpas" (1871-72)*, 1998.

C VILA MAIOR

em Literatura Portuguesa. Professor
idade Aberta. Investigador do CLEPUL.
investigador do Séminaire d'Études
as (Univ. de Paris IV - Sorbonne).
convidado na Universidade Marie Curie
teatro do Coro Mozart. Publicou,
as, as seguintes obras: *A Revivência
los – Estudos de Literatura Portuguesa,
dos Pessoaanos*, 2004; *O Sujeito
a: Fernando Pessoa, Mário de Sá-
Almada Negreiros e António Ferro:
eracção do sujeito*, 2003; *Literatura
éculo*, 2002; *A Geração de 70 e a
le Orpheu: Portugal em Questão* (em
01); *Pessoa, Sá-Carneiro e Almada:
ção Estético-Ideológica*, 2000;
o *Modernismo*, 1996; *Fernando
sternítmia e Dialogismo*, 1994.

DO ULTIMATO À(S) REPÚBLICA(S)

VARIAÇÕES LITERÁRIAS
E CULTURAIS



DO ÚLTIMATO À(S) REPÚBLICA(S)

VARIAÇÕES LITERÁRIAS
E CULTURAIS

COORDENADORES

ANNABELA RITA
DIONÍSIO VILA MAIOR

Título
Do Ultimato à(s) República(s)
Variações literárias e culturais

Coordenadores
Annabela Rita e Dionísio Vila Maior

Autores
Amadeu Carvalho Homem, Alexina Vila Maior
Amadeu Prado de Lacerda, Annabela Rita
António de Macedo, António Moniz
Augusto Moutinho Borges, Carlos Leone
Dionísio Vila Maior, Ernesto Castro Leal
Ernesto Rodrigues, Fernando Cristóvão
Glória Bastos e Ana Isabel Vasconcelos
João Caetano, João Maurício Barreiro Bráz
Joaquim Miguel Patrício, José Eduardo Franco
Luís Machado de Abreu, Maria de Jesus Reis Cabral
Maria Isabel Morán Cabanas, Maria José Craveiro
Paulo Alexandre Loução, Rosa Maria Sequeira
Rui Sousa, Simion Doru Cristea, Teresa Nunes

Direitos Reservados
© Esfera do Caos Editores e Autores

Design da capa
DesignGlow

Impressão e Acabamento
Papelmunde SMG Lda

Depósito Legal
336451/11

ISBN
978-989-680-048-2

1ª Edição
Novembro de 2011

ESFERA DO CAOS EDITORES
Campo Grande
Apartado 52199
1721-501 Lisboa
esfera.do.caos@netvisao.pt
www.esferadocaos.pt



ESFERA DO CAOS
EDITORES

Índice

Da <i>Tertúlia</i> ao <i>Livro</i> : Itinerário e Variações Annabela Rita e Dionísio Vila Maior	9
Linhas de Clivagem do Ultimato Inglês Amadeu Carvalho Homem	11
História e o seu ensino nos liceus, desde 1868 aos primeiros anos da República Alexina Vila Maior	19
António José de Almeida, o Médico Presidente ou o Tempo e o Modo Amadeu Prado de Lacerda	47
Retrato nacional da Monarquia à República Annabela Rita	57
Indícios de Sá-Carneiro: Uma época entre o fogo e o ouro António de Macedo	69
A República Portuguesa: os sonhos e as lutas, as propostas e as desilusões António Moniz	79
Médicos e a República: Os Médicos e suas ca(u)sas Augusto Moutinho Borges	91
A República: deslocação criativa em curso Carlos Leone	103
Do Ultimato ao Ultimatum: a vitalidade nacional Dionísio Vila Maior	113
Sampaio (Bruno) e a República do 31 de Janeiro de 1891 Ernesto Castro Leal	137
A literatura e o jornalismo na vitória da República Ernesto Rodrigues	145
Um poeta lírico, panfletário por uma República falhada Fernando Cristóvão	161
O teatro às portas da República: entre a continuidade e a renovação Glória Bastos e Ana Isabel Vasconcelos	181

O lugar da República, em Portugal, entre o séc. XIX e o séc. XXI João Caetano	201
1890-1910: A eficácia republicana e o Ultimatum – aparentes sucessos e fracassos João Maurício Barreiro Bráz	225
Portugal: entre a Europa e o Atlântico e num mundo global Joaquim Miguel Patrício	241
Jesuítas no foco da propaganda: A solução republicana e a exorcização da decadência José Eduardo Franco	257
O anticlericalismo de relance Luís Machado de Abreu	293
O Fim de António Patrício: o Revés da História no Tecido do Drama Maria de Jesus Reis Cabral	303
Projeções do Ultimato na Galiza: análise de textos e contextos Maria Isabel Morán Cabanas	313
“Para que servem os poetas em tempo de indigência” revolucionária? A perspectiva de Teixeira de Pascoaes Maria José Craveiro	327
Sampaio Bruno, a Ideia de República e o Novo Paradigma Científico Espiritual Paulo Alexandre Loução	345
O <i>Sentimento dum Ocidental</i> a contracorrente da utopia cultural nas comemorações do Tricentenário da morte de Camões Rosa Maria Sequeira	383
Fialho de Almeida e o Portugal de entre 1890-1910: Enquadramentos de um olhar crítico contemporâneo Rui Sousa	391
O rei sou eu, Viva a República! Simion Doru Cristea	409
Do <i>Ultimatum</i> à República: Tendências políticas e económicas dominantes entre 1890 a 1910 Teresa Nunes	415

Da Tertúlia ao Livro: Itinerário e Variações

Este livro assinala o último encontro dos participantes no ciclo da *Tertúlia LETRAS COM(N)VIDA* de que assume o título: *Do Ultimato á(s) República(s): Variações literárias e culturais*. A coordenação do ciclo e da obra consagra uma parceria entre o CLEPUL e a Universidade Aberta amplamente anunciada e participada.

Epicentrada na vida cultural nacional, com o apoio da CPLP, numa parceria pioneira entre a Academia e a Sociedade Portuguesa de Autores, a *Tertúlia LETRAS COM(N)VIDA* foi conquistando companheiros de percurso, dezenas de instituições culturais, científicas e académicas, que vão assumindo a coordenação de ciclos temáticos como este. Corresponde a uma estratégia de política científica de abertura da investigação científica à comunidade, divulgando e debatendo a reflexão científica neles desenvolvida, convidando outros a fazê-lo e alargando o debate tanto quanto possível ao grande público. Mas corresponde também à paixão de *conversar* sobre temas transversais à cultura, porquanto é a vertente mais convivial, informal e flexível de um movimento de reavaliação e de revitalização da vida cultural e científica nacionais com o ideário que o *Manifesto* da revista *LETRAS COM(N)VIDA* enunciou¹: Tertúlia e revista mantêm, aliás, uma cumplicidade que o nome espelha e que a prática tem evidenciado.

O ciclo que simbolicamente conflui para esta obra e que com ela se conlui atravessou o país encontrando nos CLAs da Universidade Aberta acolhimento e estímulo, que agradecemos.

Nele se dialogou sobre tópicos que marcam a nossa cultura desde o Ultimato: em época de celebração da implantação da República, desenvolve-

¹ Cf. *Revista Letras Com(n)Vida: Manifesto* (extra-texto) do n.º 1 (Lisboa, CLEPUL/Gradiva, 1.º semestre de 2010), de Miguel Real/Direção do CLEPUL, e “*Tertúlia Letras Com(n)Vida* (2009-10): uma experiência pioneira” (pp. 252-253), de Annabela Rita. Revista: <http://www.clepul.eu/rev-letrasconvvida.asp>; <http://sites.google.com/site/revistaletrasconvvida/>; <http://tertuilialetrasconvvida.blogspot.com>; <http://sites.google.com/site/tertuilialetrasconvvida/>; <http://www.facebook.com/pages/TErT%3%BAlia-Letras-com-Vida/109635199071226>.

mos reflexão e debate entre a grande angular e o grande plano, atravessando todas as faces da vida colectiva (da política às artes, da literatura à ciência, das personalidades aos factos, das instituições ao enquadramento, do nacional ao internacional), reflectindo sobre o que somos, fomos e seremos, a(s) *identidade(s)* e a(s) sua(s) crise(s)... Muito do que se disse aqui se reencontrará, modalizado pela escrita que ao debate se seguiu; muito do que não chegou a ser dito diz-se agora em ensaio, complementando o que, então, se apresentou e se discutiu em sessões muito participadas; muitos textos resultam do acompanhamento à distância por impossibilidade de presença, da mesma forma que muitas presenças se ausentam neste último encontro por impossibilidade de comparecerem no prazo que ele impôs. A todos deixamos exarado o nosso agradecimento pela companhia na viagem.

Da fluidez da conversa à fixação do texto... Optámos por organizar por ordem alfabética de autor as entradas em cena dos diferentes tertuliantes, deixando a primeira palavra ao especialista do tema que dominou um ano de celebrações: o tema da República.

Na colecção *Luso-Phonias/Graphias*, fica como contributo e desafio para outros debates, em boa companhia!

Os *Coordenadores*

Annabela Rita

Dionísio Vila Maior

Linhas de Clivagem do Ultimato Inglês

Amadeu Carvalho Homem

Universidade de Coimbra

O Ultimato Inglês de 11 de Janeiro de 1890 introduziu uma clivagem fundamental na história contemporânea de Portugal. Em termos económicos, pode ser apresentado como o auge simbólico da falência do projecto regenerador; também representará, no plano político, o prenúncio do colapso da Monarquia Constitucional, através da adopção de filosofias de poder que se perfilaram nos antípodas da legalidade constitucional cartista; sociologicamente, o seu retrato plasma-se no título do livro de Silva Cordeiro, *A Crise em seus aspectos morais*, obra emblemática pela sua lucidez e rigor de diagnóstico.

A primeira metade do século XIX foi extremamente adversa à radicação do capitalismo em Portugal e do seu inerente processo modernizador. As invasões francesas devastaram o país entre 1807 e 1811. A retirada dos exércitos napoleónicos coincidiu com a entrega da gestão governamental a Beresford, recebendo este ordens da Corte do Rio de Janeiro, para onde se havia retirado a família real, a aristocracia e as mais altas hierarquias religiosas, apavoradas com a iminência da invasão da cidade de Lisboa por parte das tropas de Junot. A revolução de 24 de Agosto de 1820 viu-se imediatamente descredibilizada devido à perda da colónia do Brasil, em 1822, e devido à oposição tradicionalista que lhe foi movida por D. Carlota Joaquina e pelo Infante D. Miguel. Instalado este príncipe no fastígio da realeza absolutista, em 1828, o seu poder ver-se-á contestado pela facção liberal, comandada pelo seu irmão, D. Pedro, que se vira privado da coroa imperial brasileira. A fratricida guerra civil subsequente saldar-se-á, em 1834, com a vitória do liberalismo, selada através da Convenção de Évora-Monte. Contudo, o ciclo histórico que se prolongará até 1851, irá revelar as contradições entre ramos coetâneos mas desavindos da própria família liberal, dividida entre as sensibilidades radicais do neo-vintismo e as opções conservadoras do cartismo. Os episódios da revolução de Setembro (1836), do ordeirismo cabralista dos anos 40, dos motins populares da Maria da Fonte (1846) e da guerra civil da Patuleia (1847) não são mais do que a comprovação da inabilidade ou da impotência em ser le-

do por diante um sólido e bem estruturado projecto de modernização do país. Significa isto que o reino permaneceu massivamente analfabeto, dependente de uma agricultura que dificilmente alcançava o limiar da auto-subsistência e praticamente privado de equipamento industrial significativo.

A compra dos Bens Nacionais por parte de sectores burgueses, em vias de nobilitação, não irá dar origem à emergência de bolsas capitalistas susceptíveis de avocarem e impulsionarem uma actualização geral de estruturas produtivas. Os novos barões, condes e viscondes irão preferir viver "à antiga", procurando ocupações remuneradas não no seio de empreendimentos por eles criados e impulsionados, mas no afago rotineiro dos serviços burocráticos da pública administração. Por isso, quando triunfou a revolução regeneradora de 1851, o esforço de reduzir a distância que separava Portugal da Europa capitalista transpirenaica teve de ser feito pelo Erário Público. É forçoso que se digam algumas palavras sobre o modo como foram financiados os "melhoramentos materiais" introduzidos pelos sucessivos governos da Regeneração, uma vez que a incubação da crise económica dos anos 90 se inicia neste mais recuado momento histórico. Reconhecendo a falta de meios próprios e a renitência burguesa em protagonizar esta ansiada modernização, houve que recorrer às praças financeiras internacionais – e sobretudo à praça britânica – contraindo aí os necessários empréstimos. Vinham estes onerados por gravosas taxas de juro. A necessidade de amortização dos capitais mutuados e dos juros vencidos obrigou a governação a tornar cada vez mais severo o esforço tributário. A carga de impostos que se abateu sobre a população foi mais intolerável para as camadas mais deprimidas, uma vez que se preferiu recorrer à arrecadação de impostos indirectos ou de consumo e não tanto a impostos directamente incidentes nos rendimentos pessoais. A insatisfação assim gerada viria a determinar um recrudescimento da actividade política, da qual resultará a reorganização das formações partidárias afectas à Monarquia Constitucional (criação do Partido Progressista, em 1876) e o aparecimento de novas forças políticas adversas ao regime vigente (fundação do Partido Socialista, em 1875; lenta afirmação organizativa do movimento republicano, entre 1870 e 1883). Ora, a crise económica que se fez sentir a partir do primeiro lustro do decénio de 80, e que atingirá o seu auge no decénio seguinte, trará à luz esta evidência: apesar do agravamento tributário e de algum impulso dado à vida negocial, o Estado viu-se forçado a reconhecer a sua progressiva insolvência perante os credores externos. O Ultimato desenhou-se, portanto, sobre a tela da angústia financeira e até da bancarrota.

Vejamos agora que transformações ocorreram no domínio político. O reinado de D. Luís decorreu com inteira normalidade constitucional. O

monarca submeteu-se com docilidade ao imperativo da representatividade simbólica que a lei lhe reservava. Sabia que, como rei, iria reinar mas não governar. Era a orientação anglo-saxónica a reflectir-se num estilo temperamental que a adoptava sem renitência. D. Luís deixava aos chefes dos governos – e sobretudo a Fontes Pereira de Melo – o encargo da gestão política concreta. Guardava para si, avaramente, o pequeno mundo dos seus prazeres estéticos e literários: era um melomano, bom executante de violoncelo, e um apreciador da obra de Shakespeare, tendo deste traduzido algumas peças. Na fase final da sua vida, o mundanismo do Paço assistiu a uma cisão de gerações que não era apenas circunstancial. O príncipe-real, D. Carlos, iria estabelecer uma Corte paralela, a que acorriam alguns nomes sonantes da aristocracia. O príncipe viu-se rodeado e aplaudido, nomeadamente, por Bernardo Pindela, futuro Conde de Armoso, Luís de Soveral, que viria a receber o título de marquês, pelo Conde de Sabugosa, muito estimado pela princesa Amélia de Orleães, noiva e depois esposa de D. Carlos, assim como pelo Conde de Ficalho e por Carlos Lobo de Ávila, da família dos Valbom. Perante o espectáculo deprimente da vida pública, na qual se sucediam episódios políticos pouco edificantes e escandalosas corrupções, este círculo de refinada sociabilidade julgou chegado o momento de aconselhar ao futuro monarca caminhos bem diferentes daqueles que a Carta Constitucional propugnava. Todos se haviam rendido ao cesarismo alemão de Bismarck, vendo na personalização do Poder e na musculação do mando – naquilo que a "Alemanha oficial" designava por "socialismo catedrático" – um caminho alternativo e resgatador. Quando a este conclave aristocrático se juntou um outro pequeno grupo intelectual de boa valia (Oliveira Martins, António Cândido, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, Eça de Queiroz), ficou organizada a tertúlia "jantante" – mas também teórica – dos "Vencidos da Vida". Aconteceu isto no ano de 1888. Se tal se refere, é só porque o "vencidismo" não foi estranho à deriva anticonstitucional e liberticida de D. Carlos, tornado rei. O Ultimato Inglês, pela onda de paixões que então desencadeou e pelas alterações da ordem pública que suscitou, ofereceu ao novo monarca uma insubstituível oportunidade para levar à prática as recomendações dos "Vencidos". E estas foram-lhe explicitamente dirigidas, especialmente por Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Carlos Lobo de Ávila. É certo que, sob a convulsão do Ultimato, um dos "Vencidos", Guerra Junqueiro, iria bandear-se com o republicanismo e mover à realza, a partir de então, o mais implacável dos combates. Mas Junqueiro é a defecção isolada em relação à coerência destes políticos-gastrónomos.

O Ultimato Inglês de 1890 introduziu igualmente uma nova dinâmica na propaganda republicana e assinalou a substituição de uma geração mais velha

por uma outra bastante mais nova e fremente. Não se tratou unicamente de uma diferenciação etária, mas sobretudo de um câmbio de métodos e de perspectivas de combate. A geração que operou entre 1870 e 1890, integrando os nomes de José Falcão, Bernardino Pinheiro, Latino Coelho, Teófilo Braga, Sebastião de Magalhães Lima, Teixeira Bastos e muitos outros, bem mereceu o nome de geração pedagógica ou evolucionista. Consciente da fraqueza de implantação do ideário republicano, restringido apenas às três maiores cidades do país (Lisboa, Porto e Coimbra) e com uma difusão a regiões rústicas completamente impedida pela vigilância de "notáveis" ou caciques locais, conhecedora, ainda, de taxas de analfabetismo que ultrapassavam os 75% da população, os propagandistas desta geração privilegiaram, em termos de exclusividade, a via da doutrinação pacífica. O que se fez foi uma propagação de sentido eleitoralista, através da pedagogia do civismo e do apelo aos valores democráticos. Por isso se divulgaram textos formativos fundamentais, escritos em linguagem deliberadamente acessível, intencionalmente dirigidos às camadas mais desprotegidas e ignaras da população e destinados à divulgação pela audição oral. Refira-se, pela sua exemplaridade, a *Cartilha do Povo* (1884), anonimamente surgida, mas da autoria de José Falcão. Tratava-se, portanto, como se declarava nesta obra emblemática, de "ir prégar aos filhos do Povo o Evangelho do seu livramento". Esta directriz propagandística também se justificava através da filosofia da história que o positivismo de Augusto Comte inoculara nas mentes dos mais cultos expoentes do republicanismo. O advento de uma República, ou seja, de uma sociedade "sem Deus nem rei", era dado como o resultado final e inexorável do processo histórico e de uma evolução da mentalidade colectiva que ultrapassaria os patamares teológicos e metafísicos da organização social. Ora, o expurgo de tais contaminações presunha que o activismo propriamente político fosse antecedido da necessária pedagogia mental, através da qual a colectividade se libertaria dos dogmas religiosos e das ilusões de uma vaga e indeterminada metafísica. A República chegaria, portanto, como a consequência de um amadurecimento e aprofundamento das noções científicas. Eram estas que urgia difundir incansavelmente. Porém, os mentores do republicanismo foram forçados a concluir que a sua atitude de simples e pacíficos doutrinadores não os iria conduzir a felizes resultados. A ilusão de poderem crescer progressivamente em expressão eleitoral embateu contra o sólido muro dos interesses instalados e contra a armadura pragmática dos caciques rurais. As eleições eram um sofisma, uma fraude institucionalizada, uma empalmeação de votos pelos governos no Poder, os quais "montavam a máquina eleitoral" para que ela confirmasse resultados previamente conchavados. Assim, a geração doutrinária foi perdendo a aura e

o alcance, na justa medida e proporção em que a venalidade cívica ia manipulando os sufrágios. O Ultimato representou o declínio desta geração e o aparecimento de uma outra, designada por Teófilo Braga como "activa", justamente porque apontava para formas de enfrentamento de sentido muito mais radical. O reptio à monarquia foi lançado, desde a primeira hora, no jornal académico *O Ultimatum*, através da publicação de artigos incendiários. Com efeito, foi nele que António José de Almeida, estudante da Faculdade de Medicina, inseriu um texto intitulado "Bragança, o último", muito depressor da imagem régia, e que Afonso Costa, estudante da Faculdade de Direito, exarou um vibrante apelo à revolução, num outro escrito intitulado "A Federação Académica". A enfatização dos valores da acção revolucionária, transmitindo-se às casernas militares e galvanizando aí o entusiasmo patriótico das mais baixas patentes, esteve na base de um pronunciamento romântico e improvisado: o da revolta portuense de 31 de Janeiro de 1891, que seria prontamente neutralizada. Apesar de tudo, foi esse acontecimento que moldou para as conspirações futuras a figura inteiirica e ousada do jornalista João Chagas.

Mas o Ultimato Inglês foi um sinal de fronteira epocal por uma outra razão. Foi ele que empurrou o regime monárquico para sestros persecutórios que contrastavam manifestamente com a passada transigência e urbanidade em relação às oposições – e primordialmente à oposição republicana. A divulgação da inesperada nota diplomática britânica, vexatória a todos os títulos, provocou uma onda de agitação popular que alastrou a todo o país. Como João Chagas pertinentemente registou, as ruas começaram por revelar sentimentos anglófobos profundos. Mas, logo depois, o objecto da irritação fixou-se na execração do próprio regime vigente: o "abaixo a Inglaterra" foi prontamente substituído por muitos "vivas" à República. A partir deste momento histórico, o regime abdicou daquela tolerância indulgente com que homens como Fontes Pereira de Melo ou Anselmo Braamcamp trataram as críticas e inactividades dos republicanos. Irão suceder-se os governos autoritários "de personalidades", a dilatação ou indefinição de prazos para a realização de eleições, o recurso a elencos governativos que praticavam "ditaduras mansas", numa palavra, a negação dos princípios de constitucionalidade que a própria Carta consignava. Neste sentido, é perfeitamente sustentável declarar que o movimento republicano de contestação não se fez contra um regime legal mas contra uma situação de facto que se constituiu à margem das melhores tradições do liberalismo monárquico. Este facto veio também conferir maior solidez à leitura republicana das filiações pretéritas a partir das quais os seus apaniguados derivavam os fundamentos da sua própria identidade. Queremos com isto dizer que as personalidades mais respeitáveis e mais emblemáticas do radica-

lismo liberal monárquico foram sendo progressivamente cooptadas pelo republicanismo, o qual chegou ao ponto de as apresentar como veneráveis antepassados da sua própria causa. Estão neste caso as figuras de Manuel Fernandes Tomás, Ferreira Borges, Silva Carvalho, Passos Manuel, José Estêvão e tantos mais.

É também essencial referir a carga simbólica que a crise do Ultimato transferiu para o interior do campo republicano. O ataque deliberado a um regime em declínio ou a uma situação política em estado comatoso não teria a mesma eficácia se não pudesse contar com signos dotados de densidade emocional, com sons, cores e referentes filiaíveis numa arqueologia de sentimentos que, de algum modo, sacralizassem uma nova ordem de coisas. Foi no decurso do Ultimato que se consolidou este lastro de simbologias identitárias. O hino republicano, que viria a ser o futuro hino nacional, *A Portuguesa*, concebido por Alfredo Keil e por Henrique Lopes de Mendonça, comportava na sua própria letra as referências mais evidentes à humilhação infligida pela “pérfida Albion”, quer no seu apelo belicoso a “armas” e a “canhões” que deveriam marchar “contra os bretões”, quer no profundo desejo de que fosse “o eco de uma afronta o sinal do ressurgir”. Por outro lado, a frustrada tentativa de desforço anti-monárquico, levado a efeito no Porto, de armas na mão, em 31 de Janeiro de 1891, por alguns troços de soldados, cabos e sargentos, movidos, demovidos e comovidos mais pelo romantismo da sentimentalidade e da paixão patriótica do que pelo pragmatismo das revoluções vitoriosas, esta abortada iniciativa irá cumprir-se em concordância com a liturgia de tempos pretéritos. Não deixa de ser espantoso – mas altamente concludente no que tange à presença de certo romantismo passional – que os revolucionários de 1891 tenham reproduzido, *pari passu*, a movimentação das tropas que haviam cumprido a já longínqua jornada de 24 de Agosto de 1820. Os sublevados não curaram de ocupar posições estratégicas vitais para o sucesso do golpe. O telégrafo não foi ocupado e a artilharia da Serra do Pilar não foi alvo de qualquer tentativa de apropriação por parte dos revoltosos. Mas estes não deixaram de cumprir a liturgia civico-festiva de uma espécie de passeio triunfal pelas ruas da capital nortenha, decalcando o itinerário dos seus remotos antepassados vintistas. Ou seja, as antecedências simbólicas pressionaram mais vivamente os protagonistas militares republicanos do que as premissas coetâneas de uma desejada vitória bélica. Finalmente, foi ainda no decurso desta memorável derrota – memorável pelo rasto quase épico que deixou – que se consolidaram as cores do estandarte republicano. Os sublevados, pela própria natureza sediciosa da acção empreendida, recusavam as cores azul e branca da bandeira monárquica liberal. Mas não possuíam nenhum pendão que pudesse

ser desfraldado. Assim, quando se alojaram no prédio da autarquia portuense, trataram de pedir de empréstimo a bandeira do Centro Republicano Federal 15 de Novembro, hasteando-a na frontaria do edifício municipal. Essa bandeira era de fundo vermelho, embora as palavras “Centro Republicano Federal” estivessem a verde, e a data, 15 de Novembro (data da instauração da República do Brasil, em 1889), se destacasse a vermelho num círculo verde que adornava o centro do tecido. Esta primeira bandeira republicana definiu a tradição das cores republicanas. É certo que, após a revolução triunfante de 5 de Outubro de 1910, se travou uma acesa polémica entre os adeptos da manutenção das cores azul e branca e os propugnadores do verde-rubro. Foi uma disputa sobretudo travada entre Guerra Junqueiro e José Pereira de Sampaio (Sampaio Bruno), que opinavam pela manutenção do azul e do branco, desde que fosse removida a coroa real da bandeira, estando do outro lado da contenda o intransigente Teófilo Braga, que não abdicou do verde-rubro em função do seu significado revolucionário. Os que pensavam como Teófilo acabaram por fazer vingar a sua opção.

O Ultimato Inglês de 11 de Janeiro de 1890 foi, indubitavelmente, uma charneira para a vida nacional. Polissémico por sua própria natureza, ele definiu ainda um espaço de confronto, até de natureza estética e literária, entre os que o encararam com o irremediável ponto de chegada do declínio colectivo – lembremos as imprecações junqueirianas contidas nos volumes *Pátria e Finis Patriae* – e os que acalentaram, apesar de tudo, a esperança de um resgate, de um ponto de partida para novos desígnios, um pouco à maneira dos que criaram por então a “Liga Patriótica do Norte”, que haveria de ser, durante a sua efémera existência, presidida pelo glorioso nome de Antero de Quental.

Bibliografia muito sumária

- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, 1989.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A propaganda republicana. 1870-1910*, Coimbra, 1990.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *Da monarquia à república*, Viseu, 2001.
- TELÊS, Basílio, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço de história política*, 2.^a ed., Lisboa, 1968.
- CATROGA, Fernando de Almeida, *A formação do movimento republicano (1870-1883)*, Coimbra, 1982.

SOUSA, Fernando de, *O Porto e a revolta de 31 de Janeiro*, Porto, 1977.
CORDEIRO, J. A. da Silva, *A crise em seus aspectos moraes. Introdução a uma bibliotheca de psychologia individual e collectiva*, Coimbra, 1896.

História e o seu ensino nos liceus, desde 1868 aos primeiros anos da República

Alexina Vila Maior

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Introdução¹

Como se foi construindo a realidade do ensino da história, no ensino liceal, não deixando de se aludir quer aos métodos utilizados no seu ensino baseado nos manuais, quer às pessoas que leccionavam essa disciplina, é um objectivo deste estudo. Também se analisará o estatuto desta disciplina nos planos de estudo em Portugal, desde a reforma de Sá da Bandeira-Alves Martins de 1868 – que, a não ter sido suspensa, muito teria beneficiado a instrução e valorizado a História – até à Reforma de Luciano de Castro – já que, a partir da mesma, como sabemos, se encontram alguns trabalhos publicados sobre temas afins àquele que aqui é tratado.

Para além disso, veremos também como intelectuais portugueses, alguns de formação positivista, atentos à problemática da instrução e da educação, se manifestaram em finais do século XIX e primeiros anos da implantação da República, em relação ao ensino da História.

Na realidade, a disciplina de História vigorou nos textos legais desde as primeiras reformas educativas e, embora tenha sido sempre considerada de grande importância, nem sempre ela funcionou nos nossos liceus. Os acontecimentos políticos tinham repercussão na completa organização dos liceus, com prejuízos consequentes para a disciplina de História. Em 1850, por exemplo, esta disciplina não funcionava ainda nos liceus de Aveiro, Beja, Guarda e Viana do Castelo. Já a partir 1851 houve melhoria neste âmbito, para o que muito contribuiriam quer o fim das guerras, quer o advento da Regeneração (movimento que, como se sabe, criou condições propícias ao desenvolvimento da instrução).

¹ Este texto resulta, em parte, do trabalho elaborado no âmbito da Dissertação de Mestrado da autora em História Contemporânea de Portugal, sob orientação do Prof. Doutor Luís Reis Torgal, na Universidade de Coimbra.

Para além disso, note-se que da própria Sociedade iam também saindo vozes que defendiam a continuação da História, nos novos planos, pelo «muito proveito que traziam aos alunos»². De igual modo, o Conselho Geral de Instrução Pública, alguns meses depois da publicação da Reforma de Fontes Pereira de Melo (onde também estava incluída a História), defenderia a utilidade desta disciplina para «fazer conhecer a Pátria à mocidade estudiosa, ensinando-lhe pelos exemplos, as virtudes cívicas»³. Mais: Anselmo Braancamp inclui também a História na sua Reforma, que passa, então, a aparecer com o nome de «Cronologia, Geografia e História, especialmente a de Portugal e suas Colónias»; nesta Reforma, a História concentrava-se apenas num só ano, o que não deixaria de trazer inconvenientes, que naturalmente lhe advinham da falta de adaptação do seu ensino ao desenvolvimento psicológico do aluno. Assim, tornava-se necessário valorizar a História, melhorando o processo da sua institucionalização. Sá da Bandeira e Alves Martins quiseram efectivamente valorizá-la.

A Reforma de Sá da Bandeira – Bispo de Viseu (1868)

Na realidade, a Reforma de Sá da Bandeira, apesar de imediatamente revogada, não deixa de ser significativa. Com claras vantagens sobre os diplomas que a precederam, «teria sem dúvida contribuído para vencer a crise da instrução»⁴.

Pedagogicamente mais perfeito que os anteriores, o decreto de Sá da Bandeira (que, muito bem, se poderia chamar de Alves Martins)⁵ privilegiou claramente a História. Efectivamente, o bispo Alves Martins – antigo professor de História, no liceu do Porto, entre 1840 e 1845, liberal convicto, chefe do Partido Reformista (partido, aliás, onde também militou Sá da Bandeira) e defendido por figuras que viriam a enfileirar nas ideias republicanas, deputado, Par do Reino e agora Ministro do Reino – quis revolucionar o ensino da História. Considerando os liceus nacionais de 1.ª e 2.ª ordem, englobando nos primeiros os cinco maiores, com excepção de Évora (que substituiu pelo de Viseu), optou por um currículo disciplinar com forte pendor humanístico,

² A. Giraldes, «Instrução Pública», In *Revista Académica* (vol. II, n.º 2, Janeiro), 1854, p. 26.

³ «Consulta do Conselho Geral de Instrução Pública de 11 de Outubro de 1860», in *Diário de Lisboa*, n.º 272, 27 de Novembro de 1860, p. 1271.

⁴ Vasco Pulido Valente, *O Estado Liberal e o Ensino, os Liceus Portugueses (1834-1930)*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1973, p. 46.

⁵ «Decreto de 31 de Dezembro de 1868», in *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, Ano de 1868*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869.

valorizando grandemente a História. Introduziu-a nos dois tipos de Liceus, dividindo-a, por todos os anos dos respectivos cursos, ao longo dos dois semestres, com uma carga horária de 3 ou 4 horas por semana, só igualável ao Latim e à Matemática.

Para além disso, o mesmo decreto refere-se, também, à existência de um professor de pedagogia, medida inovadora, sempre silenciada nas reformas anteriores. Não chegou, no entanto, este decreto a exercer influência apreciável, já que seria suspenso em 2 de Setembro de 1869, pelo novo Governo chefiado pelo Duque de Loulé, que o considerou inviável, mandando que a instrução pública se continuasse a regular pelas Leis anteriores.

Contra esta suspensão reclamou duramente o Conselho Escolar do Liceu Nacional do Porto, que, perante a Câmara dos Deputados, afirmou: «[...] foi suspensa a primeira tentativa que neste país se fez para colocar a nossa instrução primária e secundária a par das nações mais adiantadas»; e se, numa primeira fase, optou por um discurso pacífico, transformou-o em violento contra a «vontade de poderosos que presidem a este ramo da pública administração; que decretam, reformam, legislam, modificam, alteram, destroem e esterilizam tudo o que tocam, deixando nas páginas do Diário Oficial os documentos mais eloquentes da sua ignorância, precipitação ou levandade!»⁶.

Porém, se houve quem preferisse a Reforma do Bispo de Viseu, houve também quem a criticasse. Um professor público manifestou-se contra aquela reforma. A História era, segundo o mesmo, uma disciplina demasiado privilegiada, já que lhe era atribuído muito tempo, embora ela servisse à educação moral, especialmente se fosse dirigida «de modo a pôr em relevo as acções inspiradas por sentimentos virtuosos e magnânicos»⁷.

Perdeu-se assim uma oportunidade para regenerar a instrução.

Contudo, enquanto uns se batiam pela valorização dos estudos humanísticos, outros defendiam a formação escolar criadora de uma mentalidade científica mais adequada à integração do indivíduo na sociedade. Nesta última linha, temos António Rodrigues Sampaio – que, posicionando-se contra a instrução que tinha por objectivo, unicamente o ingresso nos cursos superio-

⁶ A este propósito, pode ler-se: *Conselho do Liceu Nacional do Porto, Representação sobre a necessidade de uma lei geral de Instrução Pública, a propósito das reformas ultimamente decretadas na instrução secundária, dirigida à Câmara dos senhores deputados da Nação Portuguesa em 8 de Março de 1871*, Porto, Tipografia de Manuel José Pereira, 1871.

⁷ «Considerações a propósito da Reforma da Instrução Secundária, decretada em 31 de Dezembro de 1868 por um professor público», in *Miscelânea do Colégio de Nossa Senhora dos Remédios*, n.º 14, Secção dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, p. 5.

res, faz publicar novo decreto em 22 de Setembro de 1872⁸, regulamentado, no entanto, somente em 1873.

A Reforma de Rodrigues Sampaio (1872)

Figura das mais destacadas do Liberalismo, Rodrigues Sampaio, dedicando-se muito à instrução, defendeu que só através das letras e da cultura o povo poderia caminhar para a liberdade.

O preâmbulo do decreto acima referido explicita claramente as preocupações do legislador em «acudir com pronto remédio à notável decadência dos estudos» e em introduzir nos planos dos liceus «diversos melhoramentos que tornem o ensino mais real e proveitoso para os alunos e mais útil e eficaz para a cultura moral e intelectual do país».

Todavia, a análise da distribuição curricular mostra claramente que tais objectivos seriam dificilmente atingidos.

Mas a continuação da divisão dos liceus em 1.ª e 2.ª classe não permitiu igual acesso à cultura por todos os que ingressassem no ensino secundário. E a História, agora com a forma de «Geografia, Cronologia e História», tendo embo- ra permanecido nos dois tipos de liceus, sofreu um retrocesso claro, rela- tivamente ao plano curricular apresentado por Alves Martins, já que, agora, lhe era atribuída uma carga horária muito inferior à da anterior reforma.

A primeira Reforma de Luciano de Castro (1880)

Este plano de estudos, considerado como «uma tentativa a sério para estabelecer um ensino progressivo das disciplinas, em harmonia com o desen- volvimento intelectual dos alunos»⁹, apresentou efectivamente algum pro- gresso para o ensino liceal. Os liceus foram, pela primeira vez, classificados de Centrais e Nacionais, tendo igualmente sido introduzida a novidade da sepa- ração do Curso Complementar (5.º e 6.º anos dos liceus) em dois cursos: um de Letras e um de Ciências. E, tal como na reforma de 1872, abrangia, agora, o curso liceal seis anos: quatro do Curso Geral e dois de cada um dos Cursos Complementares.

⁸ «Decreto de 23 de Setembro de 1872», in *Diário do Governo*, n.º 216, 25 de Setem- bro de 1872, pp. 1 e ss.

⁹ *Ibidem*, p. 1.

¹⁰ José Barros Nobre, «1.º centenário da Criação dos Liceus em Portugal», in *Labor, Revista do Ensino Secundário*, Ano XI, n.º 75, Aveiro, Gráfica Aveitense, 1936, p. 37.

Quanto à História que agora vem acompanhada de Geografia e Cosmo- grafia, formando a disciplina de «Geografia, Cosmografia e História Universal e Pátria», apesar do inconveniente de ser também leccionada apenas em 2 anos de cada um dos liceus, teve vantagens relativamente à reforma anterior, tanto ao nível das exigências nos programas, como ao nível de apoio por pro- fessores substitutos; e estes não só regeriam a cadeira na falta dos professores proprietários da mesma, como também eram obrigados a acompanhar os alu- nos nas salas de estudo, ora repetindo as lições, ora tirando dúvidas, e mesmo explicando de novo os temas.

Período de «Anarquia Pedagógica» – Reformas de 1886 e de 1888, de Luciano de Castro

Os anos que se seguem são de «verdadeira anarquia pedagógica, [...] As reformas sucedem-se e atropelam-se, chegando a estar em execução simulta- neamente quatro reformas diversas»¹¹.

E, se para a Reforma de 1886 foram elaborados dois programas de Histo- ria, nem por isso esta disciplina foi valorizada. Continuando ligada à Geogra- fia, figurava apenas no Curso Geral e com uma carga horária de apenas 5 lições por semana no 3.º ano, e 5 lições no 4.º ano, tendo cada lição a duração de 1 hora e 15 minutos.

Pelo decreto publicado dois anos depois¹², foi feita uma nova distribuição das disciplinas. Considerava-se urgente remediar os aspectos negativos do ensino liceal, devidos em parte ao «demasiado fraccionamento de algumas disciplinas e à excessiva vastidão de outras»¹³.

A novidade agora é que a História aparece pela primeira vez como disci- plina autónoma e é leccionada sempre num 3.º ano de frequência, sendo assim obrigatória para todos os alunos, quer no Curso Geral, quer no Curso Complementar.

Esta concentração, claramente antipedagógica, foi bastante criticada por Bernardino Machado, que, baseando-se em princípios modernos de psico-peda- gogia, defende uma gradação dos estudos secundários¹⁴.

¹¹ J. M. de Queiroz Velloso, «A formação profissional dos professores liceais – Simples esboço da história do Ensino secundário em Portugal», in *Separata da Revista Labor*, n.º 6, Aveiro, 1927, p. 99.

¹² «Decreto de 20 de Outubro de 1888», in *Colecção Official de Legislação Portuguesa*, Ano de 1888, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

¹³ *Ibidem*, p. 147.

¹⁴ Rogério Fernandes, *Bernardino Machado e os Problemas da Instrução Pública*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985, p. 137.

Metodologia do Ensino da História e a Preparação Psico-pedagógica dos Professores

Sendo geralmente aceite que o êxito de qualquer sistema de ensino depende grandemente da actuação dos professores, facilmente compreendemos a importância que deve ser dada à formação científica e pedagógica dos diversos agentes de ensino e, conseqüentemente, à metodologia utilizada no processo ensino-aprendizagem.

A componente formativa dos professores, exceptuando a Reforma de Sá da Bandeira-Alves Martins, não foi valorizada nos textos legais das reformas educativas aqui referidas. Estas, demonstrando mais preocupações com a duração do ensino, com o sistema de avaliação dos alunos, com a distribuição curricular das disciplinas e com a divisão dos liceus, do que propriamente com a metodologia do ensino, e acabando por ignorar a formação psico-pedagógica dos professores, revelam que a qualidade do ensino-aprendizagem não era o principal objectivo dos legisladores.

Embora as primeiras reformas de ensino se refiram muito levemente ao método de ensino, não definem quaisquer normas pedagógicas. Remetem sempre para os conselhos dos liceus as responsabilidades de elaboração de determinados regulamentos relativos ao ensino, apesar de terem sempre de ser submetidas à apreciação da Direcção-Geral dos Estudos. Aos referidos conselhos competia-lhes ainda zelar pelos estudos, com o objectivo de impedir que se introduzissem no ensino «abusos e relaxações que o deteriorarem»¹⁵. Assim, seriam eles a designar a distribuição de todas as disciplinas pelas aulas da manhã e da tarde, a opinar sobre a escolha e a coordenação dos compêndios e ainda a regulamentar o método de ensino a seguir.

Como auxiliares do ensino, os professores contariam apenas com os compêndios, alguns mapas, quadros pretos e globos. O método era, assim, um assunto ao qual se ia prestando alguma atenção, embora só teoricamente.

O regulamento geral de 1860 também nos demonstra isso. Aí se defende a ordenação metódica dos estudos, «com o fim de promover o progressivo desenvolvimento das facultades do espírito dos alunos que cursam os liceus»¹⁶.

O decreto de Sá da Bandeira publicado em Dezembro de 1868, revelando embora uma certa orientação pedagógica, quer pelo estabelecimento progres-

¹⁵ «Decreto de 17 de Novembro de 1836, art.º 64, § 1.º». In *Colecção de Leis e Outros Documentos Officiais, publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

¹⁶ «Consulta do Conselho Geral de Instrução Pública de 11 de Outubro de 1860». In *Diário de Lisboa*, n.º 272, 27 de Novembro de 1860, p. 1271.

sivo das cadeiras, quer pela referência inovadora a um professor de pedagogia, também não deu os seus frutos, visto ter sido suspenso pouco depois.

Como se vê, era realmente difícil disciplinar a nossa instrução, mal de que a História também era vítima. Mas já iam sendo emitidas algumas opiniões com o objectivo de melhorar este estado de coisas, e, nomeadamente, o ensino da História.

Medeiros Botelho, ao referir-se, no seu Plano Geral de Estudos primários e secundários, à «péssima organização dos nossos estudos»¹⁷, defende que o ensino da História no ensino liceal devia ser distribuído por dois anos, sem especificar, no entanto, quais eram. Numa primeira fase, propunha a História Geral Elementar, especialmente a Sagrada; numa segunda fase, a História Geral Complementar.

A primeira seria uma base sobre a qual assentaria a segunda — que abarcaria um estudo mais profundo da História propriamente dita, em que se determinariam e caracterizariam as épocas por que haviam passados os diversos povos, se apreciariam e se relacionariam os grandes acontecimentos da humanidade, estudando as suas causas e efeitos. Atribuindo Medeiros Botelho muita importância à História (a avaliar pela extensão que no seu plano lhe dedica), defende que o seu estudo seja graduado, devendo fazer-se entre os 10 e os 13 anos de idade, já que, na sua perspectiva, ela exige mais emprego de memória do que da razão.

Uns anos mais tarde, no decreto publicado em 25 de Setembro de 1872, Rodrigues Sampaio introduz características relativas ao ensino da História. As aulas continuariam, quer com a duração de uma hora e quinze minutos, quer a ser públicas — embora leccionadas agora de acordo com os programas. O aproveitamento dos alunos traduzia-se, agora, na escala seguinte:

0 a 4	mau
5 a 9	medíocre
10 a 14	suficiente
15 a 19	bom
20	óptimo

Após um debruçar atento sobre o decreto em questão, verificamos que a História é das poucas disciplinas a cujo exame de passagem ele se refere com alguma especificidade. Assim, o aluno, para passar de ano a esta cadeira, teria

¹⁷ Manuel Francisco de Medeiros Botelho, *Instrução Pública*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra / Imprensa da Universidade, 1869; «Plano Geral de Estudos Primários e Secundários», pp. 25 e ss.

de se submeter a provas práticas rigorosas, quer nos mapas, quer no globo ou no quadro. Estas provas seriam feitas perante os professores da disciplina: o do ano que o aluno acabara de frequentar e o daquele para o qual o mesmo aluno se destinava. Quanto ao seu exame final, ele compreendia todas as matérias do programa do 2.º ano desta disciplina, sendo também rigorosas as provas práticas. Este exame duraria trinta minutos, podendo ser examinados somente 18 alunos por dia.¹⁸

Quanto à composição dos júris para os exames, pode dizer-se que obedecia às normas gerais expressas no decreto, já que a este respeito nada se especifica relativamente à História. Formar-se-iam em todo o país três comissões constituídas por professores públicos de instrução superior, secundária ou especial, por sócios da Academia das Ciências, ou por indivíduos que, não pertencendo a qualquer das classes anteriores, estivessem pelas suas habilitações literárias ou reconhecida competência nas condições de poderem examinar os alunos. Em caso nenhum, porém, as pessoas designadas para este trabalho podiam fazer parte de comissões de exame nos distritos onde ensinavam particularmente.¹⁹

A reforma seguinte de 1880 também não esqueceu a História: as matérias ensinadas deviam ser as designadas nos respectivos programas e segundo o grau de desenvolvimento exigido pelos compêndios. As aulas continuariam a ser públicas e ministradas de acordo com os programas oficiais e os compêndios aprovados – sendo que a qualificação de todos os trabalhos era muito semelhante à da reforma anterior.

Abrangidos pelas normas gerais, os alunos do 4.º ano de História tinham de ter exame de passagem para o curso complementar, ou exame de saída, constituindo, neste caso, habilitação para obter a carta de curso. Nas provas orais destes exames, tinham os alunos da disciplina de Geografia, Cosmografia e História, à semelhança de exames anteriores, de fazer demonstrações nos mapas, na esfera e no quadro.²⁰

No período de desorganização que se seguiu (e ao qual já nos referimos), a confusão e a desordem reflectiram-se logicamente no ensino da História. A comprová-lo estão a existência de mais de um programa relativo à mesma reforma e a não adaptação dos programas ao escasso tempo dedicado à História. O próprio ensino desta cadeira é também revelador da falta de preparação

¹⁸ «Regulamento de 31 de Março de 1873», In *Diário do Governo*, n.º 77, 5 de Abril de 1873, arts. 20 e ss.

¹⁹ «Regulamento de 31 de Março de 1873», art. 66.

²⁰ «Decreto de 14 de Outubro de 1880, art. 53º», In *Colecção Official de Legislação Portuguesa*, Ano de 1880, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

científica e pedagógica dos professores, preparação esta esquecida pelos responsáveis da Instrução. Esta preparação era uma necessidade sentida por muitos e claramente explicitada por Bernardino Machado, quando afirma que parece «não serem os professores destinados a preparar pelos seus esforços os seus alunos, mas sim os alunos que servem para à sua custa prepararem os professores»²¹. Admitiremos ainda a afirmação de Ferreira Deusdado, quando, em 1887, diz ser a preparação dos professores uma «das necessidades mais urgentes da nossa instrução»²².

Todavia, só mais tarde o decreto de 22 de Dezembro de 1894, regulamentado em 14 de Agosto de 1895, representaria um avanço pedagógico em geral, constituindo, neste aspecto, «o facto culminante da história da nossa instrução secundária, desde a criação dos liceus nacionais»²³. De facto, este regulamento, cuja redacção Ferreira Gomes atribui ao grande pedagogo Adolfo Coelho, estabelece que, cinco anos depois da sua publicação, «nenhum candidato será admitido a concurso para o ensino de disciplinas do plano dos liceus, sem haver frequentado com aprovação nos estudos superiores, os cursos que o governo organizará como habilitação para o referido ensino»²⁴. Os candidatos teriam de se submeter a dois tipos de provas: uma específica – relacionada com a disciplina a leccionar – e outra geral – comum a todos, e que «incidia sobre a *Lingua Portuguesa*, *História Universal e especialmente a História Pátria*, a *Geografia* e ainda sobre *Psicologia e Lógica* e sobre *Pedagogia de ensino secundário*»²⁵.

Não teria, no entanto, este regulamento entrado em execução, visto que, pouco depois, a carta de lei de 28 de Maio de 1896 reorganizaria toda a instrução secundária.

Seria somente com os decretos n.º 4 e n.º 5, ambos de 24 de Dezembro de 1901, que a verdadeira formação psico-pedagógica dos professores do ensino secundário se iniciou²⁶. É também desta data a reorganização do Curso

²¹ Rogério Fernandes, *op. cit.*, p. 131.

²² Manuel Ferreira Deusdado, «A necessidade da preparação pedagógica do professor português», In *Revista de Educação e Ensino, Publicação Científica dedicada especialmente aos assuntos pedagógicos, agrícolas e zootécnicos*, vol. II, Leça de Palmeira, Tipografia Progresso, 1887, p. 157.

²³ J. M. de Queiroz Velloso, «A formação profissional dos professores liceais – Simples esboço da história do Ensino secundário em Portugal», In *Separata da Revista Labor*, n.º 6, Aveiro, 1927, p. 101.

²⁴ Regulamento citado por Joaquim Ferreira Gomes, *Dez Estudos Pedagógicos*, Coimbra, Livraria Almedina, 1977, p. 255.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Ibidem*, p. 256.

Superior de Letras, onde, procurando-se atender às necessidades de formação dos professores que leccionavam as disciplinas da secção de Letras dos liceus se criou, entre várias, a cadeira de História, além de duas de carácter pedagógico: a Pedagogia e a História da Pedagogia, sobretudo da metodologia do ensino secundário²⁷.

Regulamentava-se, assim, tardiamente, em ordem a melhorar a qualidade profissional, necessidade de há muito sentida.

O lugar do professor de História

Ferreira Deusdado, em 1887, criticava o abandono a que os governantes tinham votado «o ramo mais importante da instrução nacional» e afirmava que «sem bons preceptores não há facilmente boa orientação, nem jamais pode haver bons discípulos»; e acrescentava: «O ensino é principalmente o professor»²⁸.

Perante esta realidade, qual seria, então, a formação científica dos professores que iam leccionando esta cadeira de História? Qual seria a sua postura na cena social? Quem seriam afinal os nossos professores de História?

A estas questões poder-se-ia responder com alguma profundidade (não fossem as exigências de espaço requeridas pela coordenação do presente volume); tentar-se-á, todavia, dar algumas informações gerais sobre os que, neste período, se dedicaram ao ensino desta disciplina, o que nos ajudará a compreender melhor o estatuto desta área do saber.

Dos estudos elaborados, podemos concluir que, desde muito cedo, alguns desses professores se integravam num quadro de adesão a determinados ideais políticos: tendo havido alguns professores com atitude pró-absolutista, outros houve, contudo, que seguiram uma linha liberal, tendo neste caso sido vítimas de represálias, chegando mesmo a ser suspensos da actividade docente, ou sendo mesmo forçados a emigrar. No entanto, houve também muitos que não manifestaram quaisquer ideais políticos. Como quer que seja, quase todos se preocupavam com o enriquecimento das suas carreiras profissional e intelectual, não só pelos cargos inerentes a essa carreira, como ainda pela produção escrita, ou simples reflexões de âmbito educacional.

Para além de terem exercido cargos como o de reitor de liceu, ocuparam outros como o de comissário distrital e ministro do reino, desenvolvendo também alguns deles acções de destaque no Conselho Superior de Instrução

²⁷ J. M. de Queiroz Velloso, *op. cit.*, p. 146.

²⁸ Manuel Ferreira Deusdado, *op. cit.*, p. 158.

Pública, tendo havido ainda quem na esfera eclesiástica ocupasse os cargos de cônego, bispo, arcebispo, vigário geral.

Ora, o valor intelectual de alguns valeu-lhes ainda o privilégio de se poderem ligar a organismos de natureza científica de grande prestígio nacional e internacional. Note-se como, na produção literária, alguns houve que muito se distinguiram. O exemplo que nos parece ser mais relevante é o de João Félix Pereira, que foi professor de História no liceu de Lisboa, já que teve uma produção muito intensa, tanto de carácter geral, como no campo específico da História — nomeadamente na escrita de manuais, com várias edições e adoptados nos nossos liceus.

A este propósito, note-se que Inocêncio Francisco da Silva o classifica como um dos mais fecundos escritores que «com incansável diligência, força produtiva há feito gemer os prelos de Lisboa»²⁹. De formação intelectual muito variada — foi médico, estudou Engenharia, Agronomia e Taquigrafia —, este professor de História produziu mais de 90 obras, quase todas de carácter geral, tendo tido estas diversas edições. Além desta produção, foi ainda notória a sua colaboração em importantes jornais de índole educacional.

De igual modo, não podemos deixar de referir Alves Martins, que, tendo sido professor do Liceu do Porto, leccionou também em Évora, onde veio a ser nomeado professor de Filosofia e Teologia, com reconhecidas qualidades intelectuais, as quais, aliás, não foram nunca esquecidas. Lembre-se, por exemplo, a este propósito, a oração fúnebre nas exéquias mandadas celebrar pelo Centro do Partido Progressista, que referia a «claridade do seu talento, perseverança da sua aplicação e a cópia dos seus aproveitamentos justificaram logo as mais auspiciosas esperanças e abriram-lhe, em ano ainda mais verdes, rápido e fácil caminho às alturas e às honras do magistério»³⁰.

Sublinhe-se ainda que, para além das actividades referidas, ainda se foi dedicando à produção escrita, deixando-nos muitos trabalhos, incluindo artigos como redactor dos jornais *A Esperança* e *O Comércio*.

Já mais especificamente no âmbito pedagógico-didáctico, produziram também os nossos professores de História várias obras relativas aos diversos níveis escolares, nomeadamente nas áreas de Filosofia, Geografia, Gramática, Medicina, Jurisprudência e História, concretamente do ensino liceal, onde se distinguira José de Sousa Amado e Joaquim Freire de Macedo.

²⁹ Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos Aplicáveis a Portugal e ao Brasil*, Tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, p. 368.

³⁰ J. Alves Mathews, *Oração Fúnebre do Bispo de Viseu, D. António Alves Martins, nas exéquias mandadas celebrar pelo Centro do Partido Progressista na Igreja da Encarnação da cidade de Lisboa, no dia 7 de Março de 1882*, Lisboa, Tipografia do Jornal O Progresso, 1882, pp. 3 e 11.

Concluimos, assim, que, de entre os professores de História que conseguimos identificar, muitos exerceram actividades com reflexos na vida social e cultural do país, tendo tido, na generalidade, um reconhecido mérito intelectual, o que terá contribuído, no seu tempo, para o prestígio desta área do saber.

Mas também o facto de ter havido professores em Direito, Filosofia, Teologia, Medicina, Engenharia, etc., pode de certa maneira explicar a atitude diferente, perante a realidade docente.

Os vencimentos

Não nos restam dúvidas de que uma das componentes mais importantes, mais controversas, e de mais difícil tratamento, relativa aos professores, é o seu aspecto remuneratório. Desde muito cedo esta problemática começou a originar muitas preocupações, tendo já sido criado com Pombal o "Subsídio Literário" para pagamento aos professores³¹. Por seu lado, também Pina Cabral reconhecia que os professores «ainda vivem na indigência»³², propondo o aumento dos seus vencimentos, o que contribuiria para o progresso da Instrução Pública.

Era, portanto, a remuneração dos professores um factor considerado indispensável para o desenvolvimento da Instrução. Por isso mesmo, tinha de ser matéria a ser referenciada nas diversas reformas de ensino; e ia sendo.

Em 1836, foram propostos escalões de vencimento de 400.000 réis anuais e 350.000 réis anuais para os docentes de História, de acordo com a categoria dos liceus. E, entre avanços e recuos, bem como entre duras críticas à remuneração dos professores, constatamos que todos os docentes desta cadeira recebiam em 1860 menos de que no ano de 1845, já que aos professores de História dos liceus de Coimbra, Lisboa e Porto eram pagos naquele ano 320.000 réis anuais e os professores dos restantes liceus recebiam 285.000 réis anuais³³.

Esta problemática foi, claramente assumida por Medeiros Botelho, quando, ao defender a reforma do ensino da História, se faz porta-voz da classe, expondo claramente a necessidade de aumentar os ordenados dos professores³⁴.

³¹ Sousa Farinha refere que, em 1777, o "Subsídio Literário" rendia, só no Reino, 100.000 réis, sendo 75.000 réis destinados ao pagamento dos professores (in *Revista de Educação e Ensino*, vol. VIII, Lisboa, 1893, p. 55).

³² *Gazeta do Governo*, n.º 115 de 11 de Novembro de 1834, p. 637.

³³ Dados extraídos de diversos *Diários do Governo* do ano de 1860.

³⁴ Manuel Francisco de Medeiros Botelho, «Necessidade urgentes de aumentar os ordenados aos professores públicos. Conveniência de substituir muitos dos liceus de

Todavia, as coisas não correram pelo melhor nos anos que se seguiram. Manuel de Medeiros Botelho, reiterando as suas críticas de 1869, considera, em 1872, que um dos meios para fazer desenvolver e prosperar a Instrução Secundária seria o remunerar bem os professores. Reconhece mesmo o cargo do magistério como um dos menos retribuídos, o que, em seu entender, originava «um grande mal à instrução»³⁵. Os professores em condições económicas insuficientes dedicavam-se ao ensino particular, o que vinha certamente prejudicar os seus discípulos.

Para fazer valer a sua tese, Medeiros Botelho argumentava com o aumento das exigências sociais, «filhas do progresso»³⁶, e estabelecia uma comparação entre as necessidades da época em que foram fixados os ordenados e as do seu tempo; e escreve a esse propósito: «Para aquele tempo, eram eles com certeza suficientes, para a actualidade são insuficientíssimos»³⁷.

Defendia, assim, que o Governo elevasse os ordenados dos professores, propondo que os professores dos liceus das grandes cidades mantivessem um vencimento superior.

Contudo, a grande inovação que Medeiros Botelho introduz no seu projecto é a que se refere à diversidade de aumentos de acordo com as cadeiras leccionadas. Deste modo, o professor de História seria também privilegiado com certo aumento, pois que se lhe exigia «grande soma de conhecimentos, estudo aturado no decorrer da vida, avultadas despesas em compras de livros»³⁸. Propunha, assim, que lhes fossem atribuídos os vencimentos de 650.000 réis anuais – nos liceus de Lisboa, Porto e Coimbra – e de 550.000 réis anuais – nos restantes liceus do país. A sua voz não foi, porém, ouvida, já que, em 1880, os professores dos liceus centrais venciam somente 600.000 réis e os professores dos liceus nacionais, 500.000 réis.

Estes ordenados não seriam suficientes para a sobrevivência dos professores. Em 1886, reconhecendo-se que a insuficiência dos vencimentos havia lançado grande número de professores no ensino particular, concede-se-lhes uma gratificação da terça parte do ordenado.

Teriam assim, certamente, os professores de História ao longo do século XIX muitas dificuldades económicas, agravadas ainda com alguma falta de

segunda classe por cursos profissionais com seus anexos», In *Plano Geral de Estudos Primários e Secundários*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1869.

³⁵ Manuel Francisco de Medeiros Botelho, *O que é que deve ser a Instrução Nacional*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, pp. 72 e 73.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ *Ibidem*.

pontualidade nos pagamentos (como, por exemplo, aconteceu no Liceu de Viseu).

A História Escolarmente Transmitida

Os compêndios

Uma reflexão sobre esta temática é sem dúvida indispensável para melhor compreendermos como se foi construindo a realidade do ensino da História no período em estudo (desde, portanto, 1868 aos primeiros anos da República). E a análise dos manuais ajuda-nos, efectivamente, à compreensão dessa mesma realidade, já que os mesmos nos revelam que tipo de memória histórica era veiculada na escola.

Se, na actualidade, consideramos os compêndios muito importantes na prática pedagógica, eles eram, sem dúvida, no século XIX, absolutamente indispensáveis. As lições dadas tinham por objectivo levar os alunos a decorar esses mesmos compêndios para o exame, método contra o qual, desde cedo, surgiram, aliás, algumas críticas.

Recuando um pouco, recorde-se que já em princípios de 1854 a *Revista Académica* publica um artigo onde, de uma forma acirrada, se censura o processo de memorização do compêndio³⁹. Pela análise (destes compêndios e dos programas), concluímos que os professores continuavam, mesmo depois das publicações sucessivas programáticas, a basear-se sobretudo nesses compêndios, estando estes até por vezes distantes dos enunciados daquelas normas oficiais.

Debruçarmo-nos um pouco sobre esta problemática ajudar-nos-á a compreender a construção da História como área de saber escolarmente transmitida.

A este propósito, relembre-se que Jacques le Goff afirma que os manuais começaram a existir praticamente só depois do século XIX, afirmação que se refere a um mundo cultural vasto. Sendo assim, podemos considerar o caso português, pioneiro, neste campo. Na verdade, relativamente ao ensino da História em Portugal, o primeiro manual que conhecemos é da autoria de Jerónimo Soares Barbosa, publicado em 1805 – sendo posteriormente reeditado em 1812 e em 1827 e usado no Colégio das Artes. Mais tarde, foi indicado como Livro a seguir obrigatoriamente pelos alunos dos estabelecimentos literários de Lisboa.

Repare-se, no entanto, que, com a criação dos liceus, se verificou uma certa liberalização, já que, numa primeira fase, se atribuiu a responsabilidade da escolha dos compêndios, quer aos conselhos dos liceus, quer aos próprios

³⁹ A. Giraldes, *ibidem*, p. 27.

professores. Ora, esta escolha originava por vezes, como é óbvio, a adopção de obras sem qualidade, visto que, por vezes, era o único professor da disciplina a fazer essa proposta.

Este assunto não teve, porém, aceitação pacífica pelo Conselho Superior de Instrução Pública, que, elaborando um regulamento, propôs que os compêndios, embora apresentados pelas escolas, fossem finalmente aprovados por ele próprio⁴⁰.

Mais tarde, também o Conselho Geral de Instrução Pública, na consulta de 20 de Janeiro de 1860, defende de igual modo ser necessário escolher os livros que sejam inofensivos (aos bons costumes, à religião ou às instituições), devendo caber ao Estado essa responsabilidade.

É, assim, com base nesta consulta que o governo aprova um diploma destinado a evitar graves abusos da utilização dos compêndios e a tornar uniforme o ensino, evitando a introdução de alguns que, «pelos vícios de uma linguagem menos acurada, possam ser prejudiciais à educação moral da mocidade, ao aperfeiçoamento do ensino e ao progresso das ciências»⁴¹.

Evidentemente, este diploma veio, assim, retirar poderes aos conselhos dos liceus, num processo de máxima importância, já que, devido à inexistência de programas, eram os compêndios utilizados como guias fundamentais de professores e alunos, embora a sua qualidade fosse por vezes questionada por pensadores e ideólogos; temos, por exemplo, o caso evidente de Bernardino Machado, que, quando se refere à importância do compêndio, afirma que, embora sejam os programas que fazem «a anatomia grossa da ciência, é o compêndio que o disseca [...] e infelizmente os nossos compêndios são maus, exceptuando pouquíssimos»⁴².

No entanto, as normas de 1888 e 1892 trouxeram algumas alterações. Na verdade, embora a selecção dos livros continuasse a ser da responsabilidade do Conselho Superior de Instrução Pública, admitiam-se, agora, diversos livros para a mesma disciplina, deixando-se larga margem à iniciativa dos professores.

Não sendo possível, aqui, fazer uma análise profunda dos manuais, embora entendamos esse estudo de muito interesse, consideraremos, apenas e genericamente, algumas das características dos mesmos, relativos ao período em estudo.

⁴⁰ Joaquim Ferreira Gomes, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985, p. 220.

⁴¹ «Decreto de 31 de Janeiro de 1860», In *Diário de Lisboa*, n.º 50, 2 de Março de 1860, p. 201.

⁴² Bernardino Machado, *O Estado da Instrução Secundária entre Nós*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882, p. 8.

Em primeiro, importa referir que, depois dos manuais de João António de Sousa Dória – dos quais se publicaram várias edições e se mantiveram pelo menos até 1868 –, temos o de Félix Pereira, *Compêndio de História Universal* – publicado em 1869 e dividido em 3 volumosos tomos, abrangendo o estudo da História Antiga, Média e Moderna, não correspondendo, no entanto, de forma linear, cada tomo a uma época histórica⁴³. De facto, a História Antiga é a que maior número de páginas ocupa. Contendo este tomo apenas textos de carácter descritivo e narrativo (prevalecendo, todavia, os primeiros), não encerra o mesmo quaisquer textos que se destaquem pela sua natureza crítica ou reflexiva. Quanto ao discurso, em geral, importa dizer que todo ele nos parece de boa correcção sintáctica e literariamente bem escrito, chegando mesmo a ter alguns laivos de prosa poética. Quanto à História, trata-se da tradicional *histoire événementielle*, onde sobrealoriza os aspectos político e militar. Na História da Idade Média e Moderna, embora continue a privilegiar o aspecto político e as descrições bélicas, vai já emitindo as suas opiniões e, por vezes, já se questiona acerca das causas de determinados acontecimentos históricos.

Por seu lado, um outro manualista, Manuel Medeiros Botelho, publicaria em 1878 o Tomo I do Curso de História Universal, único manual que deste autor se conhece⁴⁴.

Sentindo Medeiros Botelho a necessidade de reformar o ensino da História, elaborou este manual com 673 páginas, em cuja introdução explicita o seu conceito de História, classifica esta ciência relativamente ao objecto, ao método, à extensão e ao tempo, define os objectivos desta sua publicação e esclarece qual a metodologia a seguir na mesma.

Assim, apresenta o tomo dividido em 2 partes. Na primeira parte, expõe, de um modo sintético mas claro, a origem dos povos, os seus progressos e os diversos estados sociais; alude aos progressos científicos relativos à origem do homem; defende a unidade da espécie, considerando as grandes diferenças, efeitos de causas e acidentes, e faz já longas observações sobre as características sociais e económicas. Sustenta que o recurso a determinados documentos

⁴³ A História Antiga abrange todo o primeiro tomo e ainda 177 páginas do segundo. A Idade Média ocupa as restantes páginas do tomo segundo, abarcando ainda parte do terceiro (78 páginas). A História Moderna estende-se pelas restantes páginas do tomo terceiro.

⁴⁴ Manuel Francisco de Medeiros Botelho, *Curso de História Universal para uso dos Liceus, História Antiga*, Tomo I, Coimbra, Livraria Central de José Diogo Pires Editor, 1878. Pelo seu interesse em favor da Instrução Pública, achamos vantajoso incluir neste trabalho alguns dados biográficos sobre esta personalidade.

– como sejam a filologia comparada, a arqueologia, a leitura dos hieróglifos e dos caracteres cuneiformes – permite ao historiador alargar os horizontes da História Antiga. Defensor de uma ideia dinâmica dos povos, considera que os elementos de uma civilização resultam da actividade desses mesmos povos, reconhecendo, ainda, que para o seu desenvolvimento contribuem grandemente certos elementos geográficos. Já na segunda parte desenvolve a história de alguns povos, que já referira anteriormente, sendo os Gregos e os Romanos os que maior número de páginas ocupam. Note-se, entretanto, que, na história de todos estes povos, Medeiros Botelho privilegia bastante o elemento religioso, que considera, aliás, um princípio de onde emana toda a vida moral e social dos povos.

Era, assim, a História ensinada nos nossos liceus, privilegiando sobretudo a História Antiga. Em breve, porém, começava uma transformação nos manuais com consequências no ensino da História.

Foi em 1881 que saiu a primeira edição do compêndio de História Universal, de Consiglieri Pedroso. Foi este compêndio escrito pela necessidade que este manualista sentiu de se escrever um livro escolar que viesse de alguma maneira facilitar o estudo dos jovens, evitando assim o «lastimável espectáculo da incoerente e de todo o ponto incapaz preparação com que em geral se apresentam os que vão dar as provas finais de História»⁴⁵. Dividiu-o em História da Antiguidade Oriental, História da Antiguidade Clássica, História da Idade Média, História Moderna e ainda História Contemporânea – época esta referida pela primeira vez nos nossos manuais.

À História da Antiguidade continua, no entanto, a dedicar o maior número de páginas. Uma falha, no entanto, se verifica no estudo desta época histórica. Aqui, mais do que em qualquer parte da obra, se nota uma falta de referências cronológicas; as expressões «séculos depois», «mais tarde», «desde então», são frequentes para se referir à sequência dos acontecimentos⁴⁶. A Idade Média, que ele situa entre o ano de 478 e o de 1453 é por ele valorizada. Na História Moderna, que o autor situa no período de 1453 a finais do século XVIII, considera que a Renascença e os Descobrimentos tiveram importantes resultados para a política nos diferentes Estados da Europa. Já relativamente à História Contemporânea (que era por ele considerada complexa no que respeita à história política), entende haver duas características, a universalidade e a preponderância da ciência e da indústria, como forças directrices da sociedade.

⁴⁵ Zófimo Consiglieri Pedroso, *Compêndio de História Universal*, Porto, Magalhães e Moniz-Editores, 1881, p. 176.

⁴⁶ Zófimo Consiglieri Pedroso, *op. cit.*, pp. 17 e ss.

Algumas notas sobre a discussão do ensino da História

A construção do ensino da História, nos nossos liceus, nas últimas décadas do século XIX, não decorreu de uma forma linear, como fomos vendo ao longo deste nosso estudo. A forma como decorreu especificamente o processo de ensino-aprendizagem desta disciplina foi objecto das mais duras críticas, vindas de muitos pensadores que, atentos à problemática da instrução, prestavam uma especial atenção a esta área do saber. Iremos reflectir sobre alguns desses olhares críticos e de vezes que se foram levantando a este propósito, que defenderam a necessidade de reformar o ensino desta disciplina.

Ramalho Ortigão – intelectual que Amadeu Carvalho Homem inclui no «grupo de irrequietos pensadores»⁴⁷ – denunciava o carácter biográfico do ensino da História, ao afirmar que «os estudos históricos do curso dos liceus constam de uma série de anedotas biográficas», anedotas essas que favoreciam uma «série de mandões, de déspotas, de tiranos, de homens inúteis ao progresso ou perturbadores dele»⁴⁸. Ramalho defendia ainda que os estudos históricos no ensino secundário deveriam «conhecer pelo menos as linhas gerais dessas grandes evoluções, as suas leis, as suas grandes épocas, os factos memoráveis da civilização agrícola, industrial e comercial, científica, literária e artística». Quanto às biografias, também as achava úteis, mas apenas as «dos homens verdadeiramente benéficos»⁴⁹. Mas mais: também o facto de os programas então vigentes terminarem com a Idade Média, deles excluindo assuntos muito importantes, era duramente criticado por Ramalho.

Uns anos depois, em 1884, Teixeira Bastos, ideólogo do republicanismo federalista, criticando a situação desastrosa em que se encontrava a Instrução Secundária, faz uma apreciação crítica ao Compêndio de História Universal, de Consiglieri Pedroso, depois de, numa primeira fase, censurar os conceitos teóricos do mesmo autor. Analisa o seu manual, primeiramente no seu aspecto geral, criticando-o depois especificamente, só até à Idade Média; e fá-lo segundo uma perspectiva positivista. Acusa Consiglieri de demonstrar uma «falta de precisão científica»⁵⁰, de não assentar os factos históricos numa base cronológica e de dispor as civilizações por uma ordem arbitrária, o que, no seu entender, revelava uma falta de critério de filiação no tempo e no espaço.

⁴⁷ Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia Republicana em Portugal, O Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989, p. 270.

⁴⁸ Ramalho Ortigão, *As Farpas*, vol. XV, 1876-1882, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1963, p. 33.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ Teixeira Bastos, «O Ensino da História nos Liceus», *Revista de Estudos Livres*, vol. II, n.º 8, 1884-1885, p. 391.

Assim, no aspecto pedagógico, Consiglieri Pedroso é acusado de não ter elaborado um plano e de não ter sabido distinguir o necessário do essencial, deixando, assim, de mencionar factos importantes indispensáveis para a compreensão da marcha histórica. Já no que a uma análise mais específica diz respeito, é importante referir que Teixeira Bastos centra as suas primeiras críticas na Antiguidade, evidenciando o facto de Consiglieri Pedroso lhe ter atribuído pouco espaço e de ter dado pouca importância ao encadeamento das civilizações. Numa clara alusão à falta de reflexões históricas, censura-o por «descrever as tradições bíblicas e as lendas religiosas sem o mínimo comentário, apresentando-as como históricas, [...] transigência indigna de um homem de ciência»⁵¹. Os silêncios que Consiglieri Pedroso tem sobre a civilização de Alexandria, cujo conhecimento é, segundo Teixeira Bastos, imprescindível para ajudar a compreender a difusão do estoicismo no povo romano, são apresentados como exemplo de que aquele manualista «não vê na história Universal o encadeamento dos factos por falta do verdadeiro critério histórico da filiação»⁵².

Na Idade Média, refere-se, sobretudo, à ausência de alusões à transformação progressiva da actividade militar – característica da Antiguidade – em actividade industrial.

Era, assim, este compêndio, segundo Teixeira Bastos, «um livro de fanfarraria» que, lançado no mercado sob a protecção oficial, deslustrava aquele professor do Curso Superior de Letras. Por isso, segundo ele, valia «mil vezes mais banir da instrução secundária o ensino da história do que fatigar a memória dos alunos com factos sem nexos, noções incompletas e ideias falsas sobre o desenvolvimento e a marcha da sociedade»⁵³, é que, também segundo aquele crítico positivista, «o ensino da História Universal dos nossos liceus não melhorou em cousa alguma com a substituição dos péssimos compêndios de Dória, de João Félix e de Medeiros Botelho»⁵⁴.

Esta crítica, feita por quem, uns anos mais tarde, viria a defender, num seu projecto, «a democratização e secularização do ensino»⁵⁵, não foi bem aceite por Consiglieri, originando uma polémica debatida na imprensa da época. Evidentemente que Consiglieri Pedroso se dispôs a tomar conhecimento desta crítica com o objectivo de «aproveitar dela o que fosse justo para

⁵¹ *Ibidem*, p. 397.

⁵² *Ibidem*, p. 398.

⁵³ *Ibidem*, p. 405.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Alfragide, Casa das Letras, 2010, p. 55.

o aperfeiçoamento da obra»⁵⁶, atitude que justifica com as palavras que escreve no prólogo do seu livro — quando diz que «não deixará o autor de aceitar, utilizando-as nas futuras edições, quaisquer correções ou sugestões que com motivado fundamento algum leitor complacente lhe quiser indicar»⁵⁷; contudo, não aceita as censuras que lhe foram dirigidas. Acusando Teixeira Bastos de ter cometido erros reveladores de uma grande falta de consciência científica, incrimina-o de «uma provada má fé»⁵⁸ e pede-lhe para, futuramente, ser mais justo e actuar com menos leviandade nas suas apreciações.

Da nossa parte, também discordamos das críticas generalizadas que Teixeira Bastos faz a todo o compêndio. De facto, do estudo que fizemos, sobretudo das temáticas da *Idade Moderna* e da *Idade Contemporânea*, concluímos ter havido progresso relativamente aos manuais anteriores. Por outro lado ainda, também a leitura que fizemos do compêndio de Consiglieri Pedroso corrobora esta apreciação agora feita. De resto, é o que se depreende igualmente das palavras do próprio Teixeira Bastos, quando, numa outra passagem, afirma que os compêndios de Dória, João Félix e Medeiros Botelho, «graças ao compêndio do senhor Consiglieri Pedroso caíram na sombra do esquecimento»⁵⁹.

Efectivamente, neste final de século, os programas de História deram importância à «realidade contemporânea». E, como afirma Reis Torgal, «sen-te-se alguma transformação nos manuais, de que é exemplo o de Consiglieri Pedroso, acompanhando, de resto, o importante movimento historiográfico contemporâneo»⁶⁰.

Também Cecília Schmidt Branco, uns anos mais tarde⁶¹, vem a público apontar minuciosamente os aspectos negativos verificados no campo do ensino da História. Situada esta crítica num período em que a cadeira de História era, em termos de carga horária, a menos privilegiada no curso complementar dos liceus e das que menos horas dispunha também no seu Curso Geral, Cecília Branco aponta o facto de se conceder à História menos tempo do que a

⁵⁶ José de Sousa, «O Ensino da História nos Liceus e o Senhor Consiglieri Pedroso», In *Revista de Estudos Livres*, vol. 2, Lisboa, 1884-1885, p. 516.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 508.

⁵⁹ Teixeira Bastos, *op. cit.*, p. 389.

⁶⁰ Luis Reis Torgal, *A historiografia no século XIX — O retomar de uma tendência...* In José Matoso (dir.), *História de Portugal* (vol. V), Mem Martins, Círculo de Leitores, 1993, p. 11.

⁶¹ Cecília Schmidt Branco, «O ensino da história», In *Revista da Educação e Ensino*, vol. VI, Lisboa, 1891, pp. 145-164.

algumas artes ornamentais. A esta pouca importância oficial juntava-se a ignorância que os portugueses tinham não só da história universal, mas também da história pátria. A limitação do curso de História a um só ano era apre-sentada como consequência do menosprezo pelas ciências históricas, situação que produziria «um ensino inconsequente, vacilante, insistemático»⁶². Estas dificuldades, segundo Cecília Branco, são também sentidas pelos autores dos compêndios, que terão de os elaborar para o ensino assim organizado, tendo ainda por base um programa muito extenso.

Considerando o aluno como a grande vítima da forma como estava organizado o ensino da História, defendia uma inovação metodológica e uma gradação dos estudos históricos ao longo de alguns anos, o que tornaria, assim, aquele ensino um trabalho agradável. Desta forma, Cecília Schmidt Branco defenderia a aplicação, no ensino, das novas concepções de psicologia do desenvolvimento.

Com a distribuição curricular de então, sugere esta autora que se seleccionem os pontos a estudar, admitindo-se apenas «os factos de importância capital», e que se risquem «sem hesitação capítulos inteiros de casos secundários, dinastias completas de personalidades obscuras»⁶³. Teria, assim, o aluno possibilidades de reflectir e de não se transformar num receptáculo passivo das conclusões de outros, pois que, segundo a autora referida, «toda a impressão que possa ser suscitada não deve ser imposta»⁶⁴. Defende que a tenda, dada como tal, não se exclua do ensino da História, opinião que justifica com a ideia de que o indivíduo, que desde criança conhece a História apenas pelo lado friamente doutrinário, nunca virá a escolher a História-Ciência.

E foi relativamente à crítica de Cecília Branco (crítica que Ferreira Deusdado considerou o melhor estudo que até então se tinha publicado em língua portuguesa sobre tal assunto) que Oliveira Martins, ainda no mesmo ano e na mesma Revista — *Revista de Educação e Ensino* —, toma uma posição favorável. Defendia que, enquanto o ensino da História não atingisse um carácter científico, se deveria optar pelo método da erudição ou da arte, preferindo ele o segundo. Concordava Oliveira Martins que a História não podia ensinar-se senão recorrendo à imaginação das crianças. Segundo este autor, «lá virá o tempo» «e não será talvez distante em que possa ensinar-se racionalmente. Isso porém que serve à infância e à adolescência, apelando exclusivamente para a memória, é um exercício estéril de erudição, quando não é pior: um

⁶² *Ibidem*, p. 151.

⁶³ *Ibidem*, pp. 161 e 162.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 162.

mistifório de sabenças pedantes, guisado com molhos requentados de filosofias de contrabando»⁶⁵.

Também Manuel Bento de Sousa, na sua obra *O Doutor Minerva*, usando um discurso irónico, satiriza a nossa instrução, criticando os conteúdos e os métodos do ensino da História. Para este autor, o ensino da História varia entre «um positivismo bocalmente interpretado [...], uma pretendida tentativa filosófica [...], a simples desordem nascida de uma ignorância desordenada». Crítica o excesso de memorização e as repetições por parte do aluno, daquilo que não entende. Ironizando a falta de profundidade dos conhecimentos adquiridos e a ausência da sua utilidade, considera que o aluno «ficará com saber bastante para ser pedante e arte para ser velhaco, vindo a dar no futuro um sustentáculo deste desgraçado país, que justamente de que mais necessitado vai estando é de filhos chineses, pedantes e velhacos»⁶⁷.

E as críticas continuam. Em 1895, Bettencourt Ferreira refere-se também às deficiências nos manuais relativamente ao ensino da História, considerando que aqueles veiculam erros e falsidades.

Era assim que intelectuais portugueses oitocentistas, alguns de forte formação positivista, atentos à problemática da instrução e da educação, se manifestavam a respeito do ensino da História, na convicção de que, através da melhoria do mesmo, seria possível aperfeiçoar a sociedade.

Porém, o interesse pela História, nomeadamente neste domínio pedagógico, não pára de se desenvolver logo nos primeiros anos do século XX. Nesse sentido, vão também as críticas de Augusto César Pires de Lima, que a esse respeito se manifestou em 1904 – referindo que a História era mal compreendida e ensinada e reclamando, ao mesmo tempo, uma melhor orientação para os livros a adoptar –, ou ainda de J. Santa Rita, professor de História do Liceu Pedro Nunes – que, em 1914, após uma profunda reflexão sobre o ensino daquela disciplina, defendia que a História como era então ensinada não preenchia fim algum, sendo apenas uma sobrecarga perniciososa no quadro curricular dos liceus. Também Adolfo Lima, em 1914, perante a Sociedade de Estudos Pedagógicos, questionou o ensino da História.

⁶⁵ Oliveira Martins, «A propósito d'um artigo sobre "O Ensino da História"», In *Revista de Educação e Ensino*, VI Ano, Lisboa, Guillard, Aillaud e C^a, 1891, p. 351.

⁶⁶ Manuel Bento de Sousa, *O Doutor Minerva – Crítico do Ensino em Portugal*, Lisboa, M. Gomes Editor, 1894.

⁶⁷ *Ibidem*, p. XXVIII.

Conclusão

Embora tenhamos referido algumas conclusões parciais ao longo deste trabalho, entendemos ser necessário explicitar, aqui, outras de carácter mais geral que, no seu conjunto, melhor esclarecerão o processo de consolidação do ensino da História.

Regista-se que a cadeira de História aparece na reforma de Passos Manuel, associada à Geografia e à Cronologia, constituindo a cadeira de «Geografia, Cronologia e História» (associação que se mantém até à primeira reforma de Luciano de Castro de 1880). Entretanto, ligando-se agora à Cosmografia, é criada a cadeira de «Geografia, Cosmografia, História Universal e Pátria», e assim se mantém até à reforma de 1888, em cujo plano de estudos se apresenta, pela primeira vez, como cadeira autónoma com o nome de História.

Porém, importa relembrar que, associado ao estatuto académico da disciplina, estará o das pessoas que a leccionavam. Pensamos que, de alguma forma, este trabalho terá permitido clarificar as condições do exercício da docência da disciplina de História e identificar alguns desses professores, evidenciando a sua formação. Constatámos que os vencimentos desses professores foram sempre muito baixos, o que não impediu, no entanto, de esses mesmos docentes se esforçarem por uma valorização profissional e de prestigiarem a disciplina de História.

Este nosso trabalho procurou mostrar ainda que esse ensino foi sempre baseado nos manuais, estando estes, por vezes, distantes dos enunciados nos programas oficiais.

Houve, no período em estudo, uma evolução do pensamento científico-pedagógico, no que diz respeito ao ensino da História. Se uns defendiam a introdução desta disciplina nos seus projectos, outros, nas suas críticas, preocupavam-se não só com os conteúdos, mas também com os métodos de ensino.

Mais: no processo de consolidação do ensino da História do período aqui referido, participaram intelectuais notáveis ligados quer ao Partido Progressista, quer ao Republicanismo Federalista, quer ainda ao Partido Republicano, batendo-se por uma melhoria do nosso Sistema de Ensino. Embora com projectos distintos, defenderiam, afinal, muito do que viria a ser um dos grandes ideais da República: a valorização do homem através da educação, a qual permitiria uma participação mais consciente dos cidadãos na sociedade.

Por último, não podemos deixar de, com humildade, dizer que queremos acreditar que este trabalho, pela temática abordada, terá algum interesse e alargará o espaço de reflexão sobre o ensino da História dos nossos liceus, realidade a necessitar de uma maior atenção, que irá contribuir, certamente,

para o aperfeiçoamento da "história do ensino da história" – na actualidade, uma área pouco privilegiada.

Bibliografia geral

I. Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Livro n.º 13, *Serviço de Professores*, 1781-1856.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Livro n.º 1114 de *lançamento dos Despachos do Conselho Superior de Instrução Pública*, 1844-1858.

II. Fontes impressas

a) Diplomas legais

«Decreto de 17 de Novembro de 1836, art.º 64, § 1.º», in *Colecção de Leis e Outros Documentos Oficiais, publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

«Decreto de 31 de Janeiro de 1860», in *Diário de Lisboa*, n.º 50, 2 de Março de 1860.

«Decreto de 31 de Dezembro de 1868», in *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Ano de 1868, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869, pp. 627-634.

«Decreto de 23 de Setembro de 1872», in *Diário do Governo*, n.º 216, 25 de Setembro de 1872.

«Decreto de 14 de Outubro de 1880», in *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Ano de 1880, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, pp. 300-315.

«Decreto de 20 de Outubro de 1888», in *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Ano de 1888, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, pp. 417-419.

b) Programas

Programa para o Curso de Geografia, Chronologia e História de 1872, in *Miscelânea do Colégio de Nossa Senhora dos Remédios*, Secção dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade Coimbra, n.ºs 40 e 41.

Programas para o ensino nos institutos secundários aprovados por decreto de 14 de Outubro de 1880, Lisboa, Edição Oficial, Imprensa Nacional, 1880.

Programas para o ensino secundário, aprovados por portaria de 16 de Novembro, Lisboa, Edição Oficial, Imprensa Nacional, Lisboa, 1886.

Programas para o ensino secundário revistos aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Pública na sua sessão ordinária de 1889, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

c) Compêndios

BOTELHO, Manuel Francisco de Medeiros, *Compêndio de História para uso das Escolas*, Parte Primeira, História Antiga, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1863 (6ª edição).

BOTELHO, Manuel Francisco de Medeiros, «Plano Geral de Estudos Primários e Secundários», in *Instrução Pública*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade, 1869, pp. 3-34.

BOTELHO, Manuel Francisco de Medeiros, *O que é que deve ser a Instrução Nacional*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872.

BOTELHO, Manuel Francisco de Medeiros, *Curso de História Universal para uso dos Liceus*, História Antiga, Tomo I, Coimbra, Livraria Central de José Diogo Pires Editor, 1878.

PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Compêndio de História Universal*, Porto, Magalhães e Moniz-Editores, 1881.

PEREIRA, João Félix, *Compêndio de História Universal para uso dos Liceus*, 3 tomos, Lisboa, Tip. A. J. Germano, 1869.

III. Colecções de fontes e outras fontes

BASTOS, Teixeira, «O Ensino da História nos Liceus», *Revista de Estudos Livres*, vol. II, n.º 8, 1884-1885, pp. 388-405.

BOTELHO, Manuel Francisco de Medeiros, «Necessidade urgentes de aumentar os ordenados aos professores públicos. Conveniência de substituir muitos dos liceus de segunda classe por cursos profissionais com seus anexos», in *Plano Geral de Estudos Primários e Secundário*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1869.

BRANCO, Cecília Schmidt, «O ensino da história», *Revista da Educação e Ensino*, vol. VI, Lisboa, 1891, pp. 145-164. In *Conselho do Liceu Nacional do Porto, Representação sobre a necessidade de uma lei geral de Instrução Pública, a propósito das reformas ultimamente decretadas na instrução secundária, dirigida à Câmara dos senhores deputados da Nação Portuguesa em 8 de Março de 1871*, Porto, Tipografia de Manuel José Pereira, 1871.

DEUSDADO, Manuel Ferreira, «A necessidade da preparação pedagógica do professorado português», in *Revista de Educação e Ensino, Publicação Científica*

dedicada especialmente aos assuntos pedagógicos, agrícolas e zootécnicos, vol. II, Leça de Palmeira, Tipografia Progresso, 1887, pp. 155-158.

GIRALDES, A, «Instrução Pública», In *Revista Académica*, vol. II, n.º 2, Janeiro, 1854, pp. 25-29.

GOMES, Joaquim Ferreira, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985.

LIMA, Augusto César Pires de, «O Ensino da História», In *Boletim da Associação do Magistério Secundário Oficial*, Lisboa, Imprensa da Livraria Ferreira Lda, 1904, pp. 330-347.

MACHADO, Bernardino, *O Estado da Instrução Secundária entre Nós*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882, p. 8.

MARTINS, Oliveira, «A propósito d'um artigo sobre "O Ensino da História"», In *Revista de Educação e Ensino*, VI Ano, Lisboa, Guillard, Aillaud e Cª, 1891, pp. 348-351.

NOBRE, José Barros, «1º centenário da Criação dos Liceus em Portugal», In *Labor, Revista do Ensino Secundário*, Ano XI, n.º 75, Aveiro, Gráfica Aveitense, 1936, pp. 30-51.

ORTIGÃO, Ramalho, «A Instrução Pública, Carta ao Senhor Ministro do Reino», *Julho-Agosto*, in *As Farpas*, vol. XV, 1876-1882, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1963, pp. 25-96.

SOUSA, José de, «O Ensino da História nos Liceus e o Senhor Consiglieri Pedroso», In *Revista de Estudos Livres*, Vol. 2, Lisboa, 1884-1885, pp. 506-516.

SOUSA, Manuel Bento de, *O Doutor Minerva – Crítico do Ensino em Portugal*, Lisboa, M. Gomes Editor, 1894.

IV. Obras de consulta

CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal – Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Alfragide, Casa das Letras, 2010.

CITRON, Suzanne, *Enseigner l'Histoire Aujourd'hui. La mémoire perdue et retrouvée*, Paris, Ed. Ouvrière, 1984.

FERNANDES, Rogério, *Bernardino Machado e os Problemas da Instrução Pública*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

GOMES, Joaquim Ferreira, *Dez Estudos Pedagógicos*, Coimbra, Livraria Almedina, 1977.

GOMES, Joaquim Ferreira, *Estudos para a história da educação no século XIX*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980.

HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Ideia Republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.

LE GOFF, Jacques, «História», In *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 158-259.

MATHEUS, J. Alves, *Oração fúnebre do Bispo de Viseu, D. António Alves Martins, nas Exéquias mandadas celebrar pelo Centro do Partido Progressista na Igreja da Encarnação da cidade de Lisboa no dia 7 de Março de 1882*, Lisboa, Tipografia do Jornal O Progresso, 1882.

SILVA, Inocêncio Francisco da, *Dicionário Bibliográfico Português, Estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

TORGAL, Luis Reis, *A historiografia sobre o século XIX – O retomar de uma tendência...* in José Mattoso (dir.), *História de Portugal* (vol. V), Mem Martins, Círculo de Leitores, 1993, pp. 11-13.

VALENTE, Vasco Pulido, *O Estado Liberal e o Ensino, os Liceus Portugueses (1834-1930)*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1973, p. 46.

VELLOSO, J. M. de Queiroz, «A formação profissional dos professores liceais – Simples esboço da história do Ensino secundário em Portugal», In *Separata da Revista Labor*, n.º 6, Aveiro, 1927, pp. 91-105.

António José de Almeida, o Médico Presidente ou o Tempo e o Modo

Amadeu Prado de Lacerda

Médico, Hospital de S. Bernardo, Setúbal

A história de Portugal no último século é um exercício em barras paralelas em que os agentes históricos apenas variam na roupagem adequada ao tempo cronológico e à realidade ambiental, possuídos dos mesmos vícios e virtudes – abundantes e generosos os primeiros, escassos os segundos.

Passado o período da guerra civil, eufemisticamente designado por lutas liberais, em que se defrontaram de forma violenta e fratricida duas concepções de Estado – uma autoritária e centralizadora, outra liberal e democrática – e que se saldou pela vitória da liberal, consagrada na Convenção de Évora Monte, dir-se-ia que estavam criadas as condições para um tempo novo de paz e desenvolvimento.

Os termos deste acordo assinado em 26 de Maio de 1834, à boa maneira deste país de brandos costumes, exceptuando o exílio definitivo de D. Miguel e alguns excessos que o envolveram, salvaguardava de forma honrosa e tolerante os interesses dos vencidos.

A paz tão ansiada pelo povo tardaria e o desenvolvimento ainda mais. Durante alguns anos a vida política continuaria a ser sacudida por uma série de revoltas? revoluções? – Cabraladas, Saldanhadas, Terceiradas, Patuleiadas – incapazes de gerar uma situação de apaziguamento esclarecido e assumido como pressuposto de uma estabilidade essencial para o progresso que urgia.

Mas será que em Portugal houve alguma vez uma revolução no sentido para não ir mais longe na história, das que aconteceram de forma tão determinante no século XX?

As historicamente mais relevantes, como a de 5 de Outubro e a de 25 de Abril, pouco ou nada possuem em comum com as revoluções de carácter marxista ou religioso, caso da revolução iraniana.

Nelas o povo assumiu papel fundamental como vanguarda revolucionária, enquadrada por forças militares e afins ou pela alta hierarquia religiosa, e foi o motor que derrubou a ordem vigente e destronou a classe dominante,

em breve substituídas por uma nova ordem de cariz radicalmente diferente e por uma elite rapidamente eivada dos mesmos vícios, da que tão energeticamente tinham combatido e que se revelaram mais usurpadora dos direitos cívicos e das liberdades individuais.

Em Portugal, nos processos revolucionários, o povo esteve sempre presente por livre arbítrio de forma desconexa, sem espírito de corpo, com um voluntarismo que escapou sempre a um comando centralizador, — curioso, bisbilhoteiro, verdadeira tropa-fandanga — conservando uma proximidade que tanto permitia transformar-se em agente histórico como dar às de vila-diogo, caso a situação aconselhasse a fuga, salvadora de um fim inglorio.

Os pronunciamentos militares afastaram-se sempre do tradicional “putsh” à boa maneira latino-americana, que conduziam em regra à entronização do seu mentor, à revelia da ordem institucional considerada em perigo, originando na generalidade dos casos situações bem mais lesivas das liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.

Exausto, o país ambicionava pela paz que se espraiasse dos tratados para o quotidiano da vida como alavanca de progresso. O povo gemia, a burguesia desesperava por uma estabilidade política musculada e maleável que lançasse as bases do desenvolvimento e a criação da riqueza; os intelectuais sentiam que era chegado o tempo de um compromisso corajoso que permitisse ao presente ser berço de um futuro digno.

Alexandre Herculano com decisão e inteligência pôe a grandeza e rectidão do seu intellecto ao serviço da causa pública empenhando-se na elaboração dos princípios e objectivos que deveriam nortear a governação.

Uma plêiade intelectual e cívica — Rodrigo da Fonseca, Fontes Pereira de Melo, Almeida Garrett, entre outros — secundando o prestígio do Marechal Saldanha como penhor institucional, rompeu frontalmente com uma política de saltimbancos e deu origem à Regeneração, período fecundo de paz, desenvolvimento e progresso. Foi neste Portugal colectivamente reencontrado, mas com uma família real deprimida pelas mortes inesperadas em curto espaço de tempo do rei D. Pedro V, profundamente estimado, da rainha D. Estefânia e dos infantes D. João e D. Fernando, que nasceu em 28 de Setembro de 1863 no Palácio da Ajuda, o filho varão do rei D. Luis I e da rainha D. Maria Pia, a quem foi dado o nome de Carlos Fernando entre uma vintena de outros, e que a história registaria como Carlos I, esperança dos Braganças para os tempos difíceis que se avizinhavam.

A formação de D. Carlos como futuro rei foi rodeada dos cuidados habituais às circunstâncias e entregue como penhor de qualidade a figuras de relevo da Ciência e da Cultura.

Quando D. Carlos, presta juramento nas Cortes como rei constitucional, em Novembro de 1889 com 26 anos de idade, estava preparado para a difícil tarefa mais de reinar do que de governar. Casado com a primogénita dos Condes de Paris, D. Maria Amélia Luísa Helena de Orléães, tinha a sucessão assegurada na pessoa dos príncipes D. Luis Filipe nascido em 1887, e D. Manuel nascido dois dias antes da assunção do compromisso constitucional.

Dotado de vasta cultura, não só política, mas também artística e estética, amante profundo da natureza, seria porventura um ecologista nos tempos de hoje, próximo dos partidos ecológicos e das causas ambientais. Investigador marítimo consagrado e especialista em ornitologia, a ele se deve um notável registo das aves do nosso país; pintor de meritória qualidade, não era seguramente o “pacóvio” de “inteligência mediocre” que a propaganda republicana queria fazer crer.

Passados os tempos de abundância das décadas de 70 e 80, a contestação ao regime tornava-se cada vez mais viva e generalizada. A situação económica e social degradava-se a olhos vistos; a política externa apresentava-se difícil e conturbada face à primeira grande crise europeia, antevisão de um futuro que é hoje realidade e que para além de debilitar ainda mais uma economia como a nossa, fortemente dependente do exterior — ontem como hoje — aguçava os apetites sobre os territórios portugueses de África. Com a diferença do enquadramento histórico, a crise vivida por D. Carlos tem paralelo no século XX com os sobressaltos que apouquentaram o Dr. Mário Soares.

Radicalmente diferentes sob o ponto de vista conceptual e factual, eram ambos generalistas da política, cultivando em comum um forte pendor pela política externa, em que com habilidade e mercê das ligações privilegiadas às outras casas reinantes, D. Carlos pôde desenvolver um importante quadro de relações externas, tendo como pólos dominantes a Inglaterra — velha aliada — e a vizinha Espanha, com a sensibilidade de que o que fosse bom para a Espanha se repercutiria positivamente em Portugal. Em consonância com essa estratégia política, favoreceu a aproximação entre a Inglaterra e a Espanha, vivendo à época um período de críspação mútua. Cultivando ambos uma sobrançeria mitigada e um populismo contido, Mário Soares teve o mérito em detrimento de D. Carlos, de ter conseguido contornar a contento os obstáculos da governação e sabido sempre, mesmo afastado da política activa, manter um magistério de influência.

Em 1890, dava o seu reinado os primeiros e inseguros passos, quando de forma desabrida surge o Ultimato Inglês, pressionando o governo português de forma gravemente ameaçadora da segurança nacional com a reivindicacão da parcela do território entre Angola e Moçambique. O Ultimato e alguns

factores internos como os adiantamentos à Coroa, comprometeriam de forma inexorável o destino do seu reinado até ao fim trágico em 1908.

No século XX, um grande país, hoje uma das potências emergentes – a Índia – imporia também a Portugal o Ultimato do abandono incondicional da chamada Índia Portuguesa.

A monarquia, face à abissal diferença entre os dois países, decidiu ceder sem condições ao Ultimato, enquanto procurava pela via diplomática e negocial encontrar um espaço de entendimento que pudesse salvaguardar a dignidade, os interesses nacionais e o velho tratado Luso-Britânico.

Levantou-se o país acolitado pela oposição republicana num coro de revolta pela honra pátria ofendida, clamando vingança e justiça numa súbita encenação sebastiânica, à revelia da serenidade e do bom senso que as realidades nacionais recomendavam.

Entendimento diferente teve o Estado Novo, que com espírito idêntico ao estado de alma do povo de oitocentos e num paroxismo quixotesco ordenou à pequena guarnição estacionada na Índia, a resistência até às últimas consequências.

Em 1891 estala no Porto a revolução de 31 de Janeiro, que em paralelo com o 16 de Março, salvaguardadas as diferenças temporais, fragilizariam de forma irreversível o já periclitante estado dos respectivos regimes, no seu caminho para o desmoronamento.

É neste cenário de agitação política, cívica e militar de autêntico fim de festa que vai decorrer a vida de António José de Almeida, nascido a 17 de Julho de 1866, em Vale de Vinha, na antiga freguesia de Farinha Podre, já reconhecida desde o tempo de D. Dinis e cujas terras eram pertença de Vasco Farim e família, sita no concelho de Penacova e posteriormente denominada de São Pedro de Alva, mercê com certeza da vizinhança do rio Alva, afluente desse berço de poetas e trovadores que é o Mondego.

É nesta região de um verde de luxuriante beleza derramando-se pelas encostas e lançando-se apaixonadamente nos braços do Mondego, que António José de Almeida frequentou a escola primária e cresceu modelando a sua alma romântica e apaixonada.

Em 1880, demanda Coimbra para frequentar o liceu central e posteriormente a Faculdade de Medicina onde se distinguiu pelas suas qualidades de estudante a quem foi atribuído o prémio Barão de Castelo de Paiva e onde se formou em 1895.

As suas reconhecidas qualidades académicas não impediram a militância política e republicana, assinando o Manifesto da Academia de Coimbra no qual se afirmavam os princípios republicanos e onde a sua voz e pena brilhantes e infla-

madadas, galvanizadas pelas hormonas da juventude que incendiam o corpo e chispam o cérebro, causar-lhe-iam sérios problemas. A actividade política em que sobressai um artigo publicado no jornal da Academia considerado insultuoso para o rei e que lhe valeria uma detenção de três meses, impediria a sua inclusão no corpo docente da Faculdade de Medicina, não sem que com veemência, elegância e contundência denunciasses os arbitrios de que era vítima.

Barrado o caminho da docência, rumo a África. Após breve estada em Angola, fixa-se em S. Tomé de 1896 a 1903, onde desenvolve a competência em “doenças dos países quentes” acumulando um pequeno pecúlio que lhe sustentará mais tarde a actividade política, e que por ela será absorvido.

De regresso a Portugal viaja pela Europa frequentando diversas clínicas em Paris em busca da actualização científica que colmatasse o isolamento dos anos de exercício clínico solitário em África.

Fixado definitivamente em Lisboa abre consultório primeiro na Rua do Ouro e posteriormente no 1.º andar do n.º 6 da Praça de Camões, onde granjeia fama pela sensibilidade de trato e disponibilidade para com os mais desprotegidos.

A medicina do homem não resiste, contudo, ao canto mavioso da medicina do colectivo que é a política, a que passa a dedicar-se em exclusivo numa cruzada antimonárquica sem quartel, incendiando multidões com a veemência, eloquência e força do seu discurso a ponto de merecer o apodo de “maior demagogo da República”, como é caracterizado no tomo seis da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, e de ser considerado pelo seu amigo Magalhães Lima, “O Nuno Álvares Pereira da República”.

Deputado pelo Partido Republicano, de pequena expressão parlamentar, a sua voz de tribuno de eleição ecoou sempre de forma viva pelos passos do poder, embora o contacto com as multidões fosse o seu palco de eleição na divulgação dos ideais republicanos. D. Manuel II, na flor dos anos, procurou a todo o custo de forma infrutífera o apaziguamento político ante a avalanche republicana que não cessava de engrossar e tudo submergia.

Consumado o fim da Monarquia e implementada a República, pela revolução de 5 de Outubro da qual fora obreiro incansável, foi chamado a exercer funções como Ministro do Interior do governo provisório presidido por Teófilo Braga. É talvez o período mais gratificante da sua actividade política, em que como cidadão socialmente empenhado, pôde desenvolver profícuo trabalho no campo da instrução pública – reforma do ensino médico, da instrução primária e criação da Universidade do Porto.

No domínio da cidadania, ainda que não cumprindo o desiderato prometido pela República de estabelecer o direito universal de voto, concedeu-o

todavia, a todos os portugueses com mais de 21 anos sem discriminação de sexo que soubessem ler e escrever, ou que não o sabendo, fossem chefes de família há mais de um ano.

O desgaste do poder enfrentando sucessivas situações de conflitualidade fá-lo afastar-se das posições extremadas de Afonso Costa, desligando-se do Partido Republicano e fundando o Partido Evolucionista de carácter mais moderado, acusado à época de diretista e a que presidiu de 1912 a 1919.

A República que de forma tão contundente havia criticado e glosado os vícios, incompetências, divisões e dissensões do regime anterior, vê-se a breve trecho a repetir o que de pior havia denunciado e combatido.

A I Guerra Mundial adivinhou-se e passados os arrobos de oposição antimonárquica e ódios violentos de um passado recente, a República posta-se ao lado da velha aliada a Inglaterra – “Vamos até onde for preciso, mas sendo preciso”¹ –, na expressão de Antóníu José de Almeida. Caminhos da vida, voltas da história...

A gravidade da situação não se compadecia com divisões e afrontamentos. A hora era de união. De forma patriótica, reconciliou-se com Afonso Costa e constituiu-se o governo de “união sagrada”, presidido por ele próprio, também responsável pela pasta das colónias.

É um período particularmente difícil agravado pela guerra, com forças mobilizadas no teatro de operações e o que isso significa política, económica e socialmente.

Terminado o primeiro grande conflito que sacode a Europa no século XX, pondo-a a ferro e fogo com um cortejo inenarrável de sofrimentos, a vida política portuguesa continua a padecer dos mesmos vícios e questões que atravessam horizontalmente a sociedade em geral e as forças políticas em especial, constituindo um óbice à estabilidade e eficácia governativa.

Em 1919 é eleito, ao terceiro escrutínio, Presidente da República, após renhida disputa com Manuel Teixeira Gomes, que lhe sucederia na mais alta magistratura.

De 5 de Outubro de 1919 a 5 de Outubro de 1923, datas tão ricas na sua vivência de cidadão, exerce, no meio de um oceano de dificuldades, o mandato presidencial sendo o único presidente da I República que o cumpriu na íntegra.

Período atormentado da sua existência, condicionado por graves problemas de saúde devido a doença à data sem diagnóstico, e que pela suas características – dores articulares intensas e recidivantes que originaram

deformações articulares comprometedoras da autonomia motora, acabando os seus dias em cadeira de rodas –, aos cuidados observados – dieta, tratamentos termais, na Curia e em Baden-Baden –, leva a supor tratar-se de uma artropatia gotosa, que afligiria dolorosamente o final da sua existência.

A grave crise económica e social que flagela a Europa em geral e Portugal em particular ensombra todo o seu mandato. Por ironia do destino, tudo o que combatera desaba sobre si, causando uma constante instabilidade governativa traduzida num verdadeiro carrossel da política em que dá posse a dezasseis governos.

Por razões ainda hoje nebulosas, alguns elementos mais radicais da Marinha e da Guarda Republicana transformaram a noite de 19 de Outubro de 1922, na noite mais sangrenta vivida em tempo de paz na nossa história recente. Uma autêntica caça às bruxas que se traduziria no assassinato do Primeiro-Ministro Antóníu Granjo, de Carlos da Maia e de Machado Santos.

Homem da liberdade e da fraternidade, o primeiro pensamento que o assaltou foi demitir-se, o que só não o fez pelo maço apoio popular gerado à sua volta.

Malgrado todas as dificuldades, vicissitudes e preocupações que percorreram o seu mandato, houve alguns clarões a iluminar a noite escura. Destaque-se as visitas de Estado dos Reis da Bélgica e dos Príncipes do Mónaco, e o grande feito de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, qual caravela dos descobrimentos sulcando os ares e unindo o velho Portugal ao Brasil, e a triunfal viagem ao mesmo Brasil onde a sua simpatia pessoal e a eloquência e encanto do seu verbo, deixariam os brasileiros rendidos, tarefa difícil e ingrata para o português falado na Europa – seco, áspero, gutural e triste –, mas nosso, em contraste com o do lado de lá do Atlântico – leve, macio, alegre e adorado.

Passados mais de trinta anos, Café Filho, Presidente do Brasil em visita a Portugal, recordaria o brilho da viagem de Antóníu José de Almeida, em que lhe chegaram a solicitar a repetição de alguns discursos feitos de improviso, como se a manufatura da matéria e do espírito não fossem realidades únicas e irrepetíveis.

Terminado o seu mandato fustigado de forma inclemente pela doença que lhe tolhia o corpo, mas não manietava o espírito continuou ligado à política, “bichinho” que nele se alojou na juventude e que o acompanhou até à tumba.

Pairava como água nobre e altaneira, qual senador emérito sobre o brua da política.

Ainda viria a ser eleito Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano, lugar e função que as diatribes da doença e da vida não lhe permitiriam ocupar e desempenhar.

¹ Vide <http://www.leme.pt/biografias/portugal/presidentes/almeida.htm>.

A I República foi um tempo em que por excelência os médicos, desde os simples e anónimos clínicos de província até um conjunto de figuras ilustres da Medicina – Sobral Cid, Miguel Bombarda, Aurélio da Costa Ferreira, Egas Moniz e o próprio António José de Almeida –, exerceram o seu compromisso cívico de forma empenhada e com custos pessoais, enquadrados em estruturas partidárias ou como simples actos de cidadania. Miguel Bombarda não fosse o seu assassinato extemporâneo tinha a seu cargo a coordenação de toda a actividade revolucionária dos civis no 5 de Outubro. Egas Moniz persiste teimosamente até hoje como o único Prémio Nobel da Medicina e Ciência Pátria.

Já no crepúsculo da Monarquia, no reinado de D. Manuel II, ainda que de forma avulsa, Manuel António Moreira Júnior, lente da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, integrou o governo de Veiga Beirão, como Ministro das Obras Públicas. E esta, hein!?

Na primeira fase da vida parlamentar da República, um número muito considerável de médicos, na ordem das dezenas, exerciam funções como deputados.

A Medicina penetrava profundamente na sociedade, dedicando-se, como ciência, ao homem individual e cuidando na política, como medicina do colectivo, da sua vertente social.

Este panorama sofreu uma mudança radical. A medicina e a política modificaram-se no conceito e na forma, e encontra-se aí, sem dúvida, a razão de ser do afastamento dos médicos em relação à política, exercida hoje por escasso número deles, sem que isso signifique desinteresse pela causa pública. A Medicina complexificou-se e cientificou-se. Não é mais a ciência/arte construída na relação médico/doente, mas sim uma verdadeira ciência servida por sofisticados e dispendiosos meios de diagnóstico e terapêutica, de eficácia comprovada, capaz de inverter o curso de muitas patologias, como no caso da doença de António José de Almeida, que hoje seria perfeitamente controlável.

A Medicina de hoje com um enorme armamentário terapêutico dotada de alta tecnologia, teve um desenvolvimento verdadeiramente assombroso e revolucionário que a levaria às fronteiras do cerne da vida, obrigando a um trabalho de equipa norteado por princípios de organização e gestão face aos custos envolvidos, com crescimento em espiral. Nos países de economia mais frágil este panorama simultaneamente alicianante e preocupante levanta angustiantes interrogações quanto à viabilidade de manter a sua acessibilidade universal.

Paralelamente corre-se o risco de a sua cientificação transformá-la na medicina da doença e não do doente, autêntica engenharia humana, que poderá desmontar e reconstruir o homem na multiplicidade das suas peças, porventura à revelia da totalidade do seu ser, tornando-o órfão de si próprio.

Os médicos doravante dominam um saber cada vez mais profundo e sectorial, habitam o vale onde tudo se conhece em pormenor e olham fascinados para a montanha que os envolve e cuja ascensão propiciaria uma visão panorâmica de rios, ribeiros e riachos correndo alegres e saltitantes entre vales e córregos, com as margens emolduradas por urzes, papoilas e giestas de cor luminosa e cheiro penetrante.

A política é hoje uma profissão para a qual se faz a aprendizagem e preparação nas juventudes partidárias. Para lá se entra de bibe e se vai crescendo desinserido da vida, sem memória do passado, sem raízes no presente, sem sonhos de futuro, aprofundando progressivamente o estudo do livro sagrado da nova política "A arte de bem cavalgar em todos os lugares, sem nunca saltar", e que conferirá aptidão para enfrentar o mundo da mercantilização global.

Quão diferentes eram, a medicina e política vividas por António José de Almeida, cujos caminhos se entrecruzavam ao serviço do Homem.

A medicina exerceu-a com sentido de responsabilidade e solidariedade social o que o tornou o médico dos pobres da Lisboa de então. A política viveu-a de forma apaixonada como outros médicos do século XX – sempre com um traço romântico –, respeitando a legalidade constitucional, caso de Salvador Allende, ou enveredando pela via revolucionária como Che Guevara.

Por mais justa que seja a causa, por mais gritante que seja a injustiça e a violação dos direitos humanos, a violência é sempre o desespero da razão.

Che Guevara em oposição a Gandhi, que com o seu "terrorismo pacífico" venceu com a força do número o número da força, optou sempre pela luta armada. Reconheça-se-lhe a coerência e a honestidade de nunca ter pactuado com benesses ou cedido ao canto melódioso do poder.

A política, para António José de Almeida, foi uma bandeira desfraldada ao vento e dele bem se pode dizer que Portugal foi a sua terra e a liberdade a sua pátria.

Retrato nacional da Monarquia à República

Annabela Rita

CLEPUL

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Sendo a Arte o lugar que nos oferece cristalizações do imaginário colectivo e singular, permitindo cartografá-lo, assinalar linhagens e itinerários, assim como descontinuidades, o século XIX português oferece-nos uma cons-telação riquíssima expressiva de um processo de autognose que implica o esteta comprometido na (re)construção da identidade colectiva abalada por brutal mudança de paradigma, em plena crise de consciência¹: a visão de um mundo estabilizado por acção de uma transcendência omnipotente cede, por *revolução cultural* que na francesa se cristaliza simbolicamente, à de um mundo instabilizado por acção dos homens, imprevisíveis na sua natureza hesitante entre razão e emoção, pluricêntrico e relativizado pela ausência de uma instância de recurso, interventiva, capaz de *vectoriar* a humanidade ou as colectividades, de lhes conferir *teleologias*. A sacralidade transfere-se dos reis para os povos: a pirâmide da hierarquia legitimada no sangue parece dar lugar ao caos... É o "désenchantement du monde"² e a desorientação, tão fundas e abaladoras como a que actualmente vivemos.

Consequente e paralelamente, a *intelligenza* 'des-sacraliza' a figura eclé-siástica e faz o reconhecimento da sua dimensão humana, com tudo o que ela comporta de defeitos e qualidades, com especial enfoque dos primeiros. Foi a reacção natural e lógica ao longo do tempo da influência incontornável da Igreja (na história das mentalidades, o movimento tende a ser pendular entre as ideias mais vincadas)...

Se folhearmos o álbum literário, verificamos que as galerias de retratos tendem a reconfigurar-se, ao ritmo do sentido da História e das suas leituras...

¹ Cf. Paul Hazard, *La Crise de la conscience européenne: 1680-1715* (1935), Paris, Le Livre de Poche, 1994.

² Cf. Marcel Gauchet, *Le Désenchantement du Monde. Une histoire politique de la religion*, Paris, Gallimard, 1985.

Como pano de fundo, na reflexão ensaística, de Garrett a Antero e a Oliveira Martins e destes até ao fim-de-século, a imagem de um Portugal que se “agigantou” nos seus feitos expansionistas e que decaiu desde aí até legitimar a sua sobrevivência num desejo íntimo e irredutível¹ e na sua independência histórica vai-se redesenhando, sob diferentes perspectivas focais, mas vamos à literatura, entre o drama, a poesia e a ficção, espelhos bem mais complexos e medusantes...

De perfil, Portugal tende a ser representado por pena mitificadora, através de personalidades que a História preservou do esquecimento, sinalizando com elas o percurso da sua evolução, denunciando uma perspectiva “heróica”, lapidária, hierática: são os “barões assinalados” que nos configuram a paisagem humana, histórica. Memória configurada para a colectividade visando um reconhecimento identitário, concretizada na medalhística, na pintura, na escultura, etc.: os que as circunstâncias elegeram ao olhar colectivo e que as instituições perpetuaram em *pose*.

A outra *face*, no entanto, também existe, oculta nas sombras a dor e o sofrimento que a *Trágico-Marítima* sublinha, e exprime-se em grito agónico repercutido em eco do génio épico-lírico, esse Camões esfomeado de Gomes Leal (*A Fome de Camões*, 1880) que se arrasta como fantasma pelas vielas escuras da cidade e da pátria que foi madrastra e que com ele se esvai...

O movimento de autognose que marca o pensamento oitocentista conduz, na Arte, em geral, a figuras expressivas do imaginário oitocentista, na confluência do pensamento religioso e do profano, figurações emergindo das suas matrizes mais profundas, fundadas na memória do passado, na ansia do futuro, na depressão ou na esperança do presente, entre sonho, utopia e realidade...

Por isso, as linhagens dividem-se entre a versão nocturna e a diurna: muitas tendem a ser figurações emanando das sombras da realidade anoitecida e tenebrosa, quadros exprimindo telúrica e teatralmente o sentimento do inconsciente colectivo; outras tipificam uma personalidade e um presente nos seus traços mais marcantes.

Aqui, perscrutarei algumas sombras do Portugal anoitecido que se sentirá agonizante ou em estertor já em tempos republicanos...

¹ *Portugal na Balança da Europa* (1830) é um dos textos que nos oferecem a imagem de um “gigante” ou “colosso” a declinar e a questionar as razões e as possibilidades da sua sobrevivência como país soberano...

1. Começo pelo Requiem por “um povo extinto” ...

Garrett, que lhe sonhou o génio (*Camões*, 1825) e lhe tomou onírico legado, enceta peregrinação ad loca infecta, marcha fúnebre conduzindo a encontro arqueológico e emocionante:

“E tudo deserto, tudo silencioso, mudo, morto! Cuida-se entrar na grande metrópole de um povo extinto, de uma nação que foi poderosa e celebrada mas que desapareceu da face da Terra e só deixou o monumento de suas construções gigantescas.”⁴

A dispositivo textual das Viagens na Minha Terra, onde os velhos modelos da narrativa de viagens se escamoteiam no ponto de fuga que a epígrafe de Xavier de Maistre convoca, denuncia a lição da parentética: o viajante atravessa o espaço, assinalando diferentes passos de um itinerário de aproximação que termina diante da verdadeira *imago*, não de *Ecce homo*, mas dos edifícios mais simbólicos da construção identitária, o religioso e o profano:

“Depois de muito procurar entre pardeiros e intulhos, achámo-la enfim a igreja de Santa Maria d’Alcáçova. Achámos, não é exacto: ao menos eu, por mim, nunca a achava, nem queria acreditar que fosse ela quando ma mostraram. A real colegiada de Afonso Henriques, a quasi-catedral da primeira vila do reino, um dos principais, dos mais antigos, dos mais históricos templos de Portugal, isto?... esse igrejaório insignificante de capuchos? mesquinha e ridicula massa d’alvenaria, sem nenhuma arquitectura, sem nenhum gosto! risco, execução e trabalho de um mestre pedreiro d’aldeia e do seu aprendiz! É impossível.

Mas era, era essa. A antiga capela real, a veneranda igreja da Alcáçova foi passando por sucessivos reparos e transformações, até que chegou a esta miséria.

/.../

Mas deixar tudo isso, e deixar a igreja da Alcáçova também; entremos nos palácios de D. Afonso Henriques.

Aqui, pegado com o pardeiro rebocado da capela hão-de ser. Por onde se entra?

Por esta portinhola estreita e baixa, rasgada, bem se vê que há poucos anos, no que parece muro de um quintal ou de um pátio.

É com efeito aqui; apeemo-nos.”⁵ (cap. XXVIII)

⁴ Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Edição Crítica de Ofélia Paiva Monteiro, 2010, p. 308.

⁵ *Ibidem*, pp. 311-313.

Sinais de *in illo tempore*... sob a paisagem visível!

O reencontro em *templo identitário* apresentado em *quadro* pode ser regenerador da colectividade, a quem Garrett quer oferecer “espelho em que se mire”⁶ (*Memória ao Conservatório Real*, 1843). Oferecendo resposta à velha questão “Quem sou eu?” em que se rescreve outra de dramática memória “Quem és tu?” cuja resposta dissolve a esperança (“Ninguém!”), mesmo ela evoca, em fantasma longínquo, a aritmânia de Ulisses vencendo gigantes impiedosos.

E, se for, Garrett lá estará para “tom[ar] outra vez o bordão de romeiro, e [ir] peregrinando por esse Portugal fora, em busca de histórias para te[], ao leitor,] contar”⁷, assumindo a função axial da arte e da narrativa, de ancestral tradição...

Entretanto, a paisagem mudara, no país, como na ficção...

“No ponto de vista artístico porém o frade faz muita falta.

Nas cidades, aquela [sic] figuras graves e sérias com os seus hábitos talaras, quasi todos pitorescos e alguns elegantes, atravessando as multidões de macacos e bonecas de casaquinha esguia e chapelinho de alcatruz que distinguem a peralvilha raça europeia – cortavam a monotonia do ridículo e davam fisionomia à população.

Nos campos o efeito era ainda muito maior: eles caracterizavam a paisagem, poetizavam a situação mais prosaica de monte ou de vale; e tão necessárias, tão obrigadas figuras eram em muitos desses quadros, que sem elas o painel não é já o mesmo.

Além disso o convento no povoado e o mosteiro no ermo animavam, amenizavam, davam alma e grandeza a tudo; eles protegiam as árvores, santificavam as fontes, enchem a terra de poesia e de solenidade.

O que não sabem nem podem fazer os agiotas barões que os substituíram.

É muito mais poético o frade que o barão.

O frade era, até certo ponto, o Dom Quixote da sociedade velha.

O barão é, em quase todos os pontos, o Sancho Pança da sociedade nova.

Menos na graça...” (cap. XIII)

Eis-me num caminho que, passando por urbe nocturna (“O Sentimento dum Ocidental”, de Cesário Verde, dedicado a Guerra Junqueiro), desemboca em noite tenebrosa...

⁶ Almeida Garrett, *Frei Luis de Sousa*, Braga, Livraria Cruz, 1973, p. 83.

⁷ Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, ed. cit., p. 461.

⁸ *Ibidem*, pp. 179-180.

2. ... de Pátria finissecular:

“Noite de tormenta. Céu caliginoso, mar em fúria, ventanias trágicas, relâmpagos distantes. O castelo do rei à beira-mar. Sala de armas. Nos muros, entre panóplias, os retratos em pé da dinastia de Bragança.”⁹

Outra das figurações dessa linhagem sombria é a da *Pátria* (1896) de Junqueiro, cuja epígrafe (“Esta é a ditosa pátria minha amada.”¹⁰, Camões) a impõe em contra-luz e contraponto relativamente à sua elaboração épica camoniana e instituindo ambas as obras como ‘padrões’ do ciclo nacional de esplendor e decadência, refractada em *Finis Patriae* (1890), polifonia dramática de um povo fragmentado, desorientado, agónico, impotente e ressentido.

Guerra Junqueiro reconfigura a Pátria portuguesa numa personagem marcante: o Doido. Primeiro, em *Finis Patriae* (1890), fixa-lhe a genealogia, apresentando-a “A Mocidade das Escolas” em epígrafe (a primeira) que a legitima institucionalmente no discurso da *História de Portugal* (1879) de Oliveira Martins:

“Por isso a descendência de Nun’Alvares, um herói e um santo, foi uma sucessão de intriganes mesquinhos, de maus doidos, ou de egoístas vulgares. A grande herança do herói esmagou os seus descendentes.”¹¹ (italico meu).

Em *Pátria* (1896), Junqueiro faz surgir teatralmente essa personagem enquadrada por nocturno tormentoso, provejante (“Noite do tormenta. Céu caliginoso, mar em fúria, ventanias trágicas, relâmpagos distantes.”), precedida pela sua designação minuscúlada (“o doido”) e pela sua “voz trágica”: Doido sem nome nem vestígios de consciência da sua identidade, que anda perdido de si, alienado, com um livro na mão, “um velho livro em pedaços”, volume semi-despedaçado sem “princípio, nem fim; trapos todas as folhas” (cena VI), em jeito de vida suspensa na desorientação por falta de coordenadas (temporais, espaciais), onde se lê a epígrafe da obra e outros versos recolhidos (temporais, espaciais), onde se lê a epígrafe da obra e outros versos recolhidos (temporais, espaciais), onde se lê a epígrafe da obra e outros versos recolhidos. Memória épica e colectiva dissolvendo-se nas folhas perdidas, no título elidido, no volume desmanchado, no nome e identidade esquecidos...

E, se o Doido surge, entre relâmpagos e trovoadas,

“enorme, cadavérico, envolto em farrapos. As longas barbas brancas fluindo. Numa das mãos o bordão. Na outra um velho livro em pedaços.

⁹ Guerra Junqueiro, *Pátria*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1940, p. 11.

¹⁰ Luis de Camões, *Os Lusíadas*, Lisboa, Instituto Camões, 1992, Canto III, Estrofe 21, p. 64.

¹¹ Oliveira Martins, *História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Edição Crítica, 1988, p. 703.

*Lembra um doido e um profeta, D. Quixote e o rei Lear. O olhar, cavo e misterioso, é de sonâmbulo e de vidente.*¹² (cena VI)

o seu bordão evoca também o do viajante e o do peregrino que se conciliam no bordão garrertino das *Viagens*, convocando, quer o bíblico Moisés, quer a longuíssima tradição da literatura de viagens, quer todo o imaginário nacional expansionista, combinando a cruz e a espada, e o seu discurso da perda e da queda na miséria, o seu pranto, assemelha-se ao da vicentina Maria Parda, ao do Lusíada nobriano, ao de toda uma linhagem de perspectivas da decadência que desembocará no encontro pessoal com a espectralidade dos seus fantasmas, diversidade susceptível de se sintetizar num só, "aparição estranha e luminosa": Nun'Álvares, "guerreiro" e "monge", "S. Portugal em Ser".

Do confronto do Doido com o seu fantasma e ancestral (Nun'Álvares)¹³, emerge, progressivamente, a consciência identitária, onde indivíduo e colectividade confluem e se fundem simbolicamente:

"Oh, que figura estranha e luminosa!...
 Que aparição aquela!...
 E eu já a vi... eu já a vi... lembro-me dela...
 Mas onde foi?... Cabeça tonta! ... Onde seria?!...
 Ah, ah, já me recordo!... quando eu vivia,
 Tive assim um parente... um irmão... Um irmão?
 Eu nunca tive irmão!...
 Oh, que loucura! oh, que loucura!
 Mas eu conheço este fantasma... esta figura...
 Aquele ar singular de guerreiro e de monge...
 Eu conheço-o... Mas onde foi? quando é que foi? lá muito ao longe...
 Muito ao longe... Ora espera!... Já sei! Não era irmão, não era!...
 Fui eu próprio!... Fui eu assim!... Fui eu! fui eu! fui eu!
 É tal e qual... é exacto,
 O meu retrato!...
 Fui eu!...

.....
 Ah, fui eu... um outro eu... que andou no mundo e já morreu!"¹⁴ (cena XXII)

¹² Guerra Junqueiro, *Pátria*, ed. cit., p. 44.

¹³ De acordo com alguns autores, a estirpe do Condestável também estava marcada por personalidades excessivas, violentas e, até, pela loucura (cf., p. ex., José Júlio Dantas, *Outros Tempos*, Lisboa, Companhia Editora Portugal-Brasil, 1909).

¹⁴ Guerra Junqueiro, *Pátria*, ed. cit., pp. 164-165.

Este auto-reconhecimento por confronto e incorporação, casamento de corpo e espírito, em espaço de desolação e espanto (de bíblica alusão), faz-me evocar uma cena d'O *Noivado do Sepulcro* (1856), em espaço sepulcral, que não resisto a citar, observando o aparecimento de luminoso fantasma:

"Vai alta a lua! na mansão da morte
 Já meia-noite com vagar soou;
 Que paz tranquila; dos vaivéns da sorte
 Só tem descanso quem ali baixou.
 Que paz tranquila!... mas eis longe, ao longe
 Funérea campã com fragor rangeu;
 Branco fantasma semelhante a um monge,
 Dentre os sepulcros a cabeça ergueu.
 Ergueu-se, ergueu-se!... na amplitude celeste
 Campeia a lua com sinistra luz;
 O vento geme no feral cipreste,
 O mocho pia na marmorea cruz.
 Ergueu-se, ergueu-se!... com sombrio espanto
 Olhou em roda... não achou ninguém...
 Por entre as campas, arrastando o manto,
 Com lentos passos caminhou além."¹⁵

O processo de auto-reconhecimento do Doido de Junqueiro decalca-se no itinerário parentético, nesse encontro de si consigo mesmo e com a transcendência que lhe devolve a alma ("A alma embebe-se-lhe no corpo.", cena XXIII), encontro concluído no beijo à "fúlgida epopeia" da sua história e da sua memória, mas também o reconstrói para a crucificação final sob a legenda "Portugal, rei do Oriente!", representando a crucificação arquetípica, de Cristo.

Por fim, representando as duas idades do presente crucificado, sacrificialmente, passado e potencialidade de futuro, atravessam a névoa um velho camponês e uma criança:

"Clareia, roxa, a manhã de Novembro, triste lençol de misericórdia, a que impasssem forcas ou calvários. Um aldeão senil e vagabundo, caminha ao longe, tropeçadamente, como um fantasma, em direcção à cruz. Roto, cheio de lama e de sangue, no bordão aos ombros uma taleiga, e, escondida no peito, aninhada nos braços, uma criancinha forte e luminosa."¹⁶

¹⁵ Soares de Passos, *Poesias*, Lisboa, Vega, 1983, p. 27.

¹⁶ Guerra Junqueiro, *Pátria*, ed. cit., p. 182.

No campo devastado e desértico faz-se reconhecer esse Alcácer-Quibir da tragédia colectiva, mas na claridade "roxa" desenha-se a esperança de renascimento do imaginário sebástico, messiânico, cristalizado na luminosidade espiritualizadora da criança. Diante da cruz, o aldeão, figura telúrica e da consciência comunitária (mesmo senil), faz a identificação entre o Doído (maiusculado e minusculado) e Deus, identificação necessária até para o ritual fúnebre.

E a criança encontra a espada nacional (o montante de Nun'Álvares)¹⁷ caída e a ergue, retomando a cena fundadora do ciclo arturiano e a da renovação nacional (Aljubarrota), mas também reescrivendo, no gesto do braço, a *transfiguração* descrita por Mateus no *Novo Testamento* e representada por Rafael (1518-1520), onde uma criança hesita entre o assombro e a alienação.

Entre a cruz e a espada, a vida e a morte, a guerra e a paz, num campo de batalha e redenção, desolação e assombro, define-se a identidade nacional.

Nessa cena, portanto, o futuro configura-se na retomada, na espiral de um devir nacional onde o imaginário cristão mescla a ortodoxia e a heterodoxia, o discurso bíblico e o literário (ciclo arturiano e afins), a voz erudita e a popular. É a redenção de um povo, de uma nação, de uma Pátria, de alma com fundas e sombreadas raízes, banhada, por fim, de luz vital e de canto telúrico, em comentário de voz *off* que vectoria a leitura:

"Luz enigmática, vem de longe, do fundo do passado, morrendo ao longe, em sonho, nas obscuridades do porvir... Esse velho fantasma, com esse menino ao colo, lembra a derradeira árvore dum bosque, árvore nua e carcomida, com uma florinha última no tronco. Flor de morte!... flor d'esperança!... Nasceu dum cadáver, e dela se háo-de gerar, talvez, os rumorosos bosques d'amanhã!... /.../ Os braços da criancinha estendem-se com avidez, numa alegria doída... Nobre montante, qual o teu destino? Sulcarás, relha de arado, a gleba deserta desse camponês? Nas mãos dessa criança, um dia homem, brilharás acaso, espada de fogo e de justiça? Mistério... mistério. — Invisivelmente, saudando a luz, as cotovias gorjeiam..."¹⁸

¹⁷ Trata-se de um dos símbolos icónicos de uma identidade indomável e independente, central em quadros (como o de Luciano Freire, de 1904). D. Nuno Álvares Pereira, chamado por sua mãe "meu Galaaz", quis torná-la numa versão nacional da *Excilbur* arturiana e é conhecida a história do trabalho da sua transformação encaminhado ao alfageme de Santarém, que lhe profetizou o sucesso. Nela, mandou inscrever "Excelsus super omnes gentes Dominicus" numa face e, na outra, "Maria", e denotou de um círculo as palavras *Dom Nuno Alvaro*, vendo-se ainda uma contra-marca, com a cruz entrelaçada por flores.

¹⁸ Guerra Junqueiro, *Pátria*, Porto, ed. cit., p. 183.

Na figuração metamórfica de densidade cristológica de que a *Pátria* é exemplo marcante e que atravessa o século na representação e na gnoseologia da identidade nacional, há, naturalmente, descontinuidades: mudam as penas, alteram-se os retratos...

3. Galeria

E tudo poderia sintetizar-se na *retráfistica*, cuja galeria nos conduz por corredores cada vez mais sombrios em que se evidenciam *figurações* e a *emblemática* de um *ser pátrio* de masculina estirpe, "S. Portugal em Ser"...

A galeria de fantasmas identitários retratados com toda a sua emblemática impõe-se em majestoso salão garretiano, já "alta noite":

"É no palácio que fora de D. João de Portugal, em Almada: salão antigo de gosto melancólico e pesado, com grandes retratos de família, muitos de corpo inteiro, bispos, donas, cavaleiros, monges; estão em lugar mais conspicuo no fundo, o de el-rei D. Sebastião, o de Camões, e o de D. João de Portugal. Portas do lado direito para o exterior, do esquerdo para o interior, cobertas de reposteiros com as armas dos condes de Vimioso. São as antigas da casa de Bragança, uma aspa vermelha sobre campo de prata com cinco escudos do reino, um no meio e os quatro nos quatro extremos da aspa; em cada braço e entre os dois escudos uma cruz floreteada, tudo do modo que trazem actualmente os duques de Cadaval; sobre o escudo, coroa de conde. No fundo, um reposteiro muito maior e com as mesmas armas sobre as portadas da tribuna que deita sobre a capela da Senhora da Piedade na Igreja de S. Paulo dos Dominicanos de Almada."¹⁹ (Frei Luis de Sousa, 1844, Acto Segundo)

No piso inferior do palácio (como em templo de rito cristão ortodoxo), a cena e os objectos são de cerimonial religioso, sob o signo enlutado de "uma grande cruz negra /.../ com o leitreiro J.N.R.J."²⁰ (Acto Terceiro).

E a noite prolonga-se por outros textos e autores até às trevas tempestuosas de fim-de-século...

Com Junqueiro, as sombras apenas deixam ver retratos de uma imagem sobrevivente, mas cujo último representante, decadente, anuncia a queda:

"Noite de tormenta. Céu caliginoso, mar em fúria, ventanias trágicas, relâmpagos distantes. O castelo do rei à beira-mar. Sala de armas. Nos muros, entre panóplias, os retratos em pé da dinastia de Bragança."²¹

¹⁹ Almeida Garrett, *Frei Luis de Sousa*, ed. cit., p. 132.

²⁰ *Ibidem*, p. 186.

²¹ Guerra Junqueiro, *Pátria*, ed. cit., p. 11.

Em contra-luz, surge o Doido, a quem a reconquista identitária redefinirá a vida em *via crucis*...

Segundo o corredor desta nossa galeria, chegaremos à câmara espectral e enevoada de *Mensagem* (1934), onde a visão mediúnica procura retomar, nos longínquos *sinais de fogo* de nacionais Prometeus, a chama de um novo amálgama, reanimando a jazente Europa ("O dos Castelos") e "Portugal a entristecer" ("Nevoeiro") sob o impulso de um renovado Portugal, actuante, Condestável de novo ciclo empunhando a sua "Excalibur" "ungida"...

4. Vocalizações utópicas

Ao lado da vivência e do sentimento de decadência que compõem o *noturno* da cultura portuguesa, há, no entanto, vozes que cantam a utopia, a convicção, a aspiração de um reerguer do colosso de outrora, de uma caminhada vitoriosa liderando uma reorganização do mundo em blocos geo-estratégicos no sentido de uma *união universal*: Magalhães Lima, grão-mestre da Maçonaria reuniu sob o título *Terras Santas da Liberdade: França Imortal, Portugal Heróico*²² os textos das diversas conferências feitas itinerantemente em Portugal (em Lisboa e no Porto). Nessa visão de um ressurgimento triunfante que se reformula o imaginário nacional do Quinto Império, a utopia combina-se com antecipações da contemporaneidade²³: a república e a liberdade, a "missão" "sagrada" e o "destino" de Portugal, a "União Universal", a perspectiva do que se configurará como NATO, União Europeia, CPLP...

5. Focais

Na actualidade, a crise identitária, a nível individual e colectivo, a conflitualidade social e ideológica, o catastrofismo económico-financeiro, etc. favorecem um olhar retrospectivo, hesitante entre a arqueologia da memória comunitária (daí a revitalização do romance histórico, inscrito nas clivagens da História e bebendo nas suas sombras, as ficções de referencial histórico, a complexificação do olhar historiográfico conjugando a saga colectiva, o memorialismo da *petite histoire* e dos bastidores da História oficial, o biogra-

²² Magalhães Lima. *Terras Santas da Liberdade: França Imortal, Portugal Heróico*, Lisboa, Sociedade Typographica Editora, 1917.

²³ Cf. o que digo sobre o assunto em *Itinerário*, Lisboa, Roma Editora, 2009; "Sebastianismo Lima nas *Páginas da Guerra* (1917): antecipações da contemporaneidade", pp. 73-79.

fismo, o fascínio pelos mitos e lendas da vida colectiva) e a ponderação dos momentos fracturantes e decisivos da mudança de rumo da colectividade, lugar onde se encontram o acaso e a necessidade, o indivíduo e a colectividade, a fatalidade e o heroísmo...

Poderia lembrar muitos exemplos da confluência dessa dupla tendência, mas talvez baste lembrar a multiplicação de textos literários que, não se reclinando ficções históricas, trabalham o 25 de Abril e as suas (con)seqüências; ou a de assumido romance histórico (Fernando Campos, João Aguiar, Miguel Real, Sérgio Luís de Carvalho, etc.), ou as biografias dos reis e das rainhas de Portugal subscritas por historiadores e organizadas em colecções ou em séries, ou a múltipla e contrastiva perspectivação do fundador da nacionalidade (por Cristina Torráo, Diogo Freitas do Amaral, Jorge Laiginhas, José Mattoso, Maria Helena Ventura, Mário Domingues, Paula Cardoso Almeida, Rita Pacheco, apenas para referir alguns dentre historiadores, romancistas e autores de literatura infantil) e do seu Condestável Nun'Álvares Pereira (visto por Angelino Barreto, António dos Reis Rodrigues, Fernando Cristóvão, Henrique Barrilero Ruas, Isabel Ricardo, Jaime Cortesão, Jaime Nogueira Pinto, José Carvalho, Mário Gonçalves Viana, Nuno Hígino, Nuno Álvares Pereira, Tomás da Fonseca, etc. em edições sobre as bancas das livrarias)²⁴.

Outros exemplos incontornáveis são as Comemorações do Centenário da República, na sua heterogeneidade, e a edição do *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal* (2010), dirigido por José Eduardo Franco, José Augusto Mourão e Ana Cristina Costa Gomes, e do volume autonomizado *Dicionário Histórico das Ordens, Institutos Religiosos e Outras Formas de Vida Consagrada Católica em Portugal* (2010), dirigido por José Eduardo Franco, que se projectará no Congresso Internacional das "Ordens e Congregações Religiosas em Portugal: Memória, Presença e Diásporas (analisando o 1.º Centenário da Expulsão das Ordens Religiosas durante a I República)"²⁵ de 2 a 5 de Novembro de 2010: a magnitude das iniciativas fraterniza os adversários de ontem.

²⁴ Apenas em rápida pesquisa na net, a iconografia que lhe é dedicada é impressionante [http://www.google.pt/images?hl=pt-PT&q=unuo+%C3%A1lvares+perreira&rlz=1W1GGILL_en&um=1&ie=UTF-8&source=univ&ei=KOCpJXOOeCK4gbz1-SgDQ&sa=X&oi=image_result_group&ct=title&resnum=4&ved=0CDkQsAQAw&biw=1003&bih=5671]

²⁵ Organizado em parceria entre o CLEPUL, o Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal, o Centro de Estudos em Ciências das Religiões da Universidade Lusófona e o Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes - FLUL/ESAD-FRESS, com 12 Instituições Promotoras e outras 13 Instituições Associadas (realizado de 2 a 5 de Novembro de 2010 na Fundação Calouste Gulbenkian).

No que se refere aos momentos fracturantes da História, ocorre-me um exemplo que sinaliza um *trauma* histórico e o modo como a arte (literária, no caso) faz incidir nele o seu cinzel, perspectivando-o *detalhadamente*, como que para *assimilar* o acontecimento: *Morro Bem, Salvem a Pátria!*, de José Jorge Letria²⁶. Entre a pose tranquila do retrato delido pelo tempo e a frase de suspeita imaginação do Repórter X gritando cromaticamente em título (capa), segue o texto ficcional daquele cujo nome se emoldura no arabesco de Arte-Nova (José Jorge Letria), texto que nos dá uma sequência de retratos em *ars moriendi*: uma figura a matar e outra a morrer, a cair, a cair... sentimo-nos inscritos na longa e vertiginosa hipotipose que acompanha o movimento de aproximação do homicida e da queda da vítima, em câmara lenta *susteniada* por síncopes sucessivas do movimento do assassinado. Presos ao fascínio desse passado cristalizado em fotogramas sequenciais de grandes planos exibindo a queda do protagonista e o esvaímento que se deslaxam em morte e rigidez, esquecemos momentaneamente o que nos rodeia e vivemos segundo a segundo, capítulo a capítulo, o apaixonado encontro da História com o indivíduo e a trágica colisão da ambição de ser e da sua fatalidade. Porque "*Morre jovem o que os Deuses amam*" ("*Quem di diligunt adulescens moritur*", no dizer de Plauto), ou porque ousou querer ser mais do que lhe estava destinado, ou porque, enfim, nesse corpo em queda se consubstancia o indivíduo e um certo Portugal clivado... Nessa reinscrição num passado em crise, numa ocorrência sincopada (imagens de dinamismo congelado) ao ritmo da cedência dos sinais vitais do indivíduo e do projecto histórico que ele representou, esboça-se o retrato dos nossos fantasmas: os da vida, os da História, os da existência humana, os das hipóteses de futuro e de passado.

Entre luzes e sombras, Portugal vai-se projectando em fugazes "imagens que passa[m] pela retina" (Camilo Pessanha), procurando-se nos labirintos da História...

²⁶ José Jorge Letria. *Morro Bem, Salvem a Pátria!*, Lisboa, Oficina do Livro, 2010.

Indícios de Sá-Carneiro: Uma época entre o fogo e o ouro

António de Macedo¹

CLEPUL

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Entre os vários períodos fascinantes que marcaram a história da humanidade e das civilizações, há um que particularmente me seduz e é toda a transição abrangida por uma parte substantiva do século XIX e o século XX, que se traduziu por um salto violento e se transversalizou, no mundo ocidental, por múltiplas áreas culturais, científicas, tecnológicas, políticas, ideológicas... Começemos por um exemplo simples, com algumas datas significativas:

1825: primeiro caminho-de-ferro público no mundo, com locomotiva a vapor (Stockton and Darlington Railway, Inglaterra);

1885: primeiro automóvel de combustão interna, movido a gasolina, construído em Mannheim, Alemanha, por Karl Benz;

1903: primeiro voo num engenho mais pesado que o ar e movido por um motor semelhante ao de um automóvel, em Kitty Hawk (EUA), criado pelos irmãos Wilbur Wright e Orville Wright;

¹ António de Macedo nasceu em Lisboa, em 1931. Com formação académica de arquitecto, dedicou-se às actividades de escritor, cineasta e professor, tendo sido docente no IADE, na Universidade Lusófona, na Universidade Moderna e na Universidade Nova de Lisboa-ISER. Realizou onze filmes de longa-metragem de ficção, entre os quais se destacam *Domingo à Tarde* (1965), *Nojo aos Cães* (1970), *A Promessa* (1972), *O Princípio da Sabedoria* (1975), *As Horas de Maria* (1976), *Os Absismos da Meia-Noite* (1982), *Os Emisários de Khalôm* (1987), *A Maldição de Mariálva* (1989), *Chá Forte com Limão* (1993), etc. Entre os seus livros contam-se, na ficção, *O Limite de Rudzky* (1992), *Contos do Andréthélys* (1993), *Sulphira & Lucyphur* (1995), *A Sonata de Cristal* (1996), *Erotosofia* (1998), *O Cipreste Apaixonado* (2000), *As Furtivas Pegadas da Serpente* (2004) e *A Cons-piração dos Abandonados* (2007), - e no ensaísmo, *A Evolução Estética do Cinema* (1959-1960), *Da Essência da Libertação* (1961), *Instruções Iniciais* (1999), *Laboratório Mágico* (2002), *O Neoprofetismo e a Nova Gnose* (2003), *Esoterismo da Bíblia* (2006), *Textos Neo-Gnósticos* (2006) e *Cristianismo Inicial* (2011). Em 2007 recebeu o Prémio Consagração de Carreira, da Sociedade Portuguesa de Autores, e em 2010 doutorou-se em Sociologia da Cultura pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa).

1908: primeiro voo com duração superior a uma hora (62 minutos e 15 segundos), pilotado por Orville Wright, em Fort Myer (EUA);

1947: primeiro voo supersónico, pilotado pelo oficial da Força Aérea Americana Charles Yeager;

1961: primeiro voo espacial pilotado por um ser humano, o cosmonauta soviético Yuri Gagarine.

Ora, entre 1825 e 1961 medeiam apenas 136 anos. Não é nada, comparados com os 5.000 anos em que a humanidade viajou (se arrastou?) à velocidade máxima que uns cavalos podiam dar atrelados a uma caixa com rodas e com gente dentro, chame-se-lhe biga ou quadriga como nos tempos hititas, egípcios, assírios... ou caleça, landau ou tipóia como no século XIX. Passar-se de uns meros 12 ou 15 quilómetros à hora, na boa e sólida terra, para velocidades supersónicas e espaciais nos ares e no vazio cósmico em pouco mais de cem anos, além de parecer um inexplicável portento, é uma violência (quase diria estilhaçante) sobre toda a organização humana cujos resultados estão à vista, embora dissimulados por muitos outros factores socioculturais que por justificada relevância priorizam as atenções.

Razão tinha Álvaro de Campos quando em 1914 incensava e endeusava a estridulante beleza das máquinas e da velocidade na sua *épica Ode Triunfal*:

O rodas, ó engrenagens, r-r-r-r-r eterno!

Forte espasmo retido dos maquinismos em fúria!

Em fúria fora e dentro de mim,

Por todos os meu nervos dissecados fora,

Por todas as papilas fora de tudo com que eu sinto!

.....

Ah, poder exprimir-me todo como um motor se exprime!

Ser completo como uma máquina!

*Poder ir na vida triunfante como um automóvel último-modelo!*²

Na mesma ânsia febril e futurista navega Sá-Carneiro em alguns poemas da mesma época, como em *Manucure*, de 1915:

Meus olhos unguidos de Novo,

Sim! – meus olhos futuristas, meus olhos cubistas, meus olhos interseccionistas,

Não param de fremir, de sorver e faiscar

Toda a beleza spectral, transferida, sucedânea,

Toda essa Beleza-sem-Suporte,

² Fernando Pessoa, *Obra Poética e em Prosa*, intr., notas António Quadros e Dália Pereira da Costa, Porto, Lello & Irmão Editores, vol. I, pp. 878-879.

Desconjuntada, emersa, variável sempre
E livre — em mutações continuas,
Em insondáveis divergências...

.....

Eia! Eia!

Singra o tropel das vibrações

Como nunca a esgotar-se em ritmos iriados!

.....

– Hurray! por vós, indústria tipográfica!

– Hurray! por vós, empresas jornalísticas!

.....

Nunca em meus versos poderei cantar,

Como ansiara, até ao espasmo e ao Oiro,

Toda essa Beleza inatingível,

*Essa Beleza pura!*³

É a delirante época dos -ismos, impressionismos, futurismos, modernismos, sensacionismos, interseccionismos, cubismos, fauvismos, simbolismos, dadaísmos, abstraccionismos, expressionismos, surrealismos... enfim, um interminar de múltiplos vanguardismos que explodiram na fermentação de uma nova era e uma nova mentalidade que brotava, imparável, e à qual nem a própria espiritualidade poética do saudosimo pascoesiano conseguiria pôr balsâmico cobro – pelo contrário, veio firmar e confirmar o dinamismo dum tal avalanque pelo lado inesperado da regeneração messiânica realçadora de um Novo Espiritual, que corria parilhas com o Vertiginoso, o Belo Transgressivo, o Espasmo do Futuro.

Se nos focarmos no período entre o Ultimato britânico de 1890 (o mesmo ano em que se suicida Camilo Castelo Branco e nasce o futuro suicida Mário de Sá-Carneiro) e o fim da primeira Guerra Mundial (conhecida então como «Grande Guerra», porque não se sabia que iria haver uma segunda), deparamos com uma enxurrada de indícios e eventos decisivos para a revolução em curso, aliás já antecipada pelos criadores oitocentistas mais clarividentes: Cézanne, prenunciador do cubismo; Rimbaud e Lautréamont, profetas do futuro movimento surrealista; Gauguin, que conduziu às várias formas de primitivismo estético; Van Gogh e Strindberg, precursores do expressionismo, nas artes plásticas e nas artes cénicas, respectivamente; os irmãos Lumière, que fazem a primeira exibição pública do seu *Cinématographe*, em Paris

³ Mário de Sá-Carneiro, *Verso e Prosa*, org. Fernando Cabral Martins, Lisboa, Assírio & Alvim, 2010, pp. 45, 47, 49, 51.

(1895), para uma plateia estarecida com as imagens animadas que se mexiam e viviam num enorme ecrã!

O pensamento de Bergson, cujas lucubrações sobre o tempo denunciam timidamente as reflexões suscitadas pela nova temporalidade cinematográfica, foi o último rebento do impressionismo em crise, ao lado da obra de William James; entretanto já publicava Husserl os seus primeiros trabalhos importantes⁴, que estruturariam as bases da nova filosofia moderna e dariam origem aos vários existencialismos. A ciência sofre também um renovo radical com a teoria da Relatividade de Einstein (1905), no mesmo ano em que Freud publicava os seus *Três Ensaios sobre a Sexualidade*; dava-se a primeira e importante revolta social de camponeses e operários na Rússia dos czares (1905), enquanto no Salão de Outono, em Paris, se exibia perante um público perturbado a primeira exposição de pintura dos Fauves; o atonalismo de Schönberg fazia a sua aparição (1906), seguido, dois anos depois, pela travessia aérea do Canal da Mancha, evento ao qual se seguiu, em 1911, a primeira exposição de conjunto do cubismo, com a participação de Metzinger, Léger, Delaunay, Albert Gleizes e Fauconnier.

Em Portugal, onde uma revolução derrubou a Monarquia em 1910 e implantou a República, obra simultaneamente alquímica, maçónica⁵ e subversa, dois nomes avultam nesta época agitada «entre o fogo e o ouro» – o fogo da febre da velocidade, da máquina, dos futurismos e da guerra, e o ouro da inevitável e áurea transmutação do chumbo das muitas misérrimas, revoluções e descalabros – : Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro. Não será por acaso que duas das obras emblemáticas deste último sejam precisamente a colectânea *Céu em Fogo* (1915) e o poemário póstumo *Indícios de Ouro* (1937), cujo manuscrito vem datado de 1915. Registemos a insistência alquímica no *fogo* e no *ouro*.

Já agora, e antes de seguir adiante, gostaria de deixar uma ressalva, não suceda que de palavras minhas, ditas mais atrás, se infira que a tal brusca transição de um pachorrenho caminhar de cinco milénios para um salto hipersónico em pouco mais de cem anos se esgota no temor de que essa violência (como disse, portento quase inexplicável e estilhaçante) seja definitivamente destrutiva para a espécie humana... Sê-lo-á se nos apegarmos apenas à matéria, sê-lo-ia se não houvesse o espírito que antecede a matéria e a remolda com vista à sua exponencial evolução, desde a fase da inconsciência, passando pela da consciência até se coroar na da omnisciência divina, como diz o sal-

⁴ Dos quais destaco: *Logische Untersuchungen*, 1901; *Philosophie als strenge Wissenschaft*, 1911; *Ideen zu einer reinen Phänomenologie*, 1913.

⁵ Ver: Simões Raposo Júnior (org.). *A Maçonaria e a Implantação da República*, Lisboa, Fundação Mário Soares/Gremio Lusitano, 2010.

mista dirigindo-se a Jahvé: «Fizeste o homem pouco menos que os anjos, e adornaste-o de glória e majestade»⁶.

Glória e majestade que o tornarão mais que os anjos e então explica-se a rapidez e facilidade com que o ser humano não só se adapta às novas «violências» físicas, mecânicas, ideológicas, fisiológicas, tecnológicas, culturais... mas sobretudo as promove, incentiva, incrementa e desenvolve: nos tempos de Júlio Verne e de H. G. Wells, e até aos anos '60 do século XX, a viagem à Lua era ficção científica, hoje é História; as novas gerações, quando nascem, já se deparam com velhos astronautas aposentados e alguns já falecidos, e, nas escolas, aprendem a viagem à Lua no mesmo livro de História onde aprendem a viagem de Vasco da Gama à Índia.

No tempo da primeira Guerra Mundial (1914-1918) há casos registados de soldados que morreram sem um único ferimento, só com a força da deslocação do ar dos obuses que lhes passavam por perto, tal como quem caía numa grande altura morria antes de se esborrachar no chão – a força da deslocação do ar disfuncionava o sistema e as funções vitais interrompiam-se. Hoje isto já não acontece, os jovens praticam desportos radicais em que se atiram de grandes alturas, em *scad diving*, em *bungee jumping*, em parapente... ou então em queda livre, vertiginosamente ballética, antes de abrir o paraquedas, ou ainda em violentos exercícios de *surf* ou de *bodyboard* sobre ondas tumultuosas, e dominam perfeitamente o novo metabolismo que o actual organismo humano começa a ter... Será o sonho do super-homem de Nietzsche?

O facto de haver uma pletera de comunicação audiovisual, cinema, televisão, Internet, multimédia, e múltiplos formatos de veiculação, *personal computer games*, *cybergames*, *games online*, com *multiplayer*, *in-depth look*, *3D graphics*, além das redes sociais interméticas, etc., etc., em vez de ser uma factor de embrutecimento dos utentes como os pessimistas retrógrados apregoam, pelo contrário, é um acicate que estimula a imaginação e as capacidades de cognição, apreensão e reacção do ser humano. Hoje os jovens reagem e actuam com uma elasticidade e uma capacidade inimagináveis no tempo dos nossos avós, nascem a saber mexer em computadores e outros futuríveis, têm autoferramentas de percepção e controlo que não cessam de se aperfeiçoar. E não se pense que estão a ficar mais estúpidos pelo facto de aparentemente não lerem livros; há sempre uma faixa considerável que absorve e apreende a cultura pelos mais diversos *media*, escritos ou outros, o que sucede é que o desenvolvimento se dilata por novas e insuspeitadas direcções e ramificações.

Peço perdão por este aparente desvio mas não é tão desvio como parece, muito do fermento de tudo isto germinou e ferveu no período de que

⁶ Salmo 8, 6.

vínhamos falando, entre 1890 e as duas primeiras décadas do século XX, e já voltarei ao que estava dizendo de Mário de Sá-Carneiro e dessa extraordinária época que ele simultaneamente exaltou em arte, na sua poesia e prosa, e recusou em vida, matando-se.

Nenhum sensacionista foi mais além do que Sá-Carneiro na expressão do que em sensacionismo se poderá chamar sentimentos coloridos. A sua imaginação – uma das mais puras na moderna literatura, pois ele excedeu Poe no conto dedutivo em «A Estranha Morte do Professor Antena» – corre desenfreada por entre os elementos que os sentidos lhe facultaram, e o seu sentido da cor é dos mais intensos entre os homens de letras.⁷

Muita informação preciosa se pode colher da correspondência trocada entre Sá-Carneiro e Pessoa (e omito outras fontes por não se relacionarem directamente com o estreito tema deste texto). De Sá-Carneiro temos as 217 cartas e postais que endereçou a Pessoa entre 1912 e 1916; já o epistolário de Pessoa para Sá-Carneiro se perdeu, infelizmente, na sua esmagadora maioria, e só restam umas poucas cartas, entre as quais aquela em que Pessoa confessa «estou no fundo duma depressão sem fundo. O absurdo da frase falará por mim. Estou num daqueles dias em que nunca tive futuro...».⁸ A fracturação quase esquizofrénica que as personalidades destes dois criadores evidenciam é uma espécie de estigma que não só os ferretou a eles, mas foi como que um emblema de toda uma geração em busca de si mesma através dos labirintos de sombras errantes no espelho de si mesma.

Em Pessoa temos os heterónimos a assumirem descaradamente a multiplicidade de máscaras, ou *personae*, que não são máscaras mas reais *personae*, ou melhor, reais *personalidades*; em Sá-Carneiro é o delírio da transverso e do transbordo do eu próprio para um outro, progressivamente, até à fusão (ou con-fusão?) total... «Em frente dele reconheço o que eu quisera ser: o que eu sou erradamente. [...] Quero fugir, quero fugir!... Haverá tortura maior? Existo, e não sou eu!... Eu próprio sou outro... Sou o outro... O Outro!...». Numa carta que escreveu de Paris para Fernando Pessoa, em 29 de Dezembro de 1915, Sá-Carneiro dá conta do seu declive fracturante não já em figuras de ficção narrativa mas em «imagem real»:

⁷ Fernando Pessoa, «O Sensacionismo», in: *Obra Poética e em Prosa*, org., intr., notas António Quadros e Dalila Pereira da Costa, Porto, Lello & Irmão Editores, vol. II, p. 1083.

⁸ Fernando Pessoa, *Obra Poética e em Prosa*, org., intr., notas António Quadros e Dalila Pereira da Costa, Porto, Lello & Irmão Editores, vol. II, p. 208.

⁹ Mário de Sá-Carneiro, «Eu-próprio o Outro» (da colectânea *Céu em Fogo*), in: *Verso e Prosa*, org. Fernando Cabral Martins, Lisboa, Assírio & Alvim, 2010, pp. 525, 531.

Eu bem quero, mas não há maneira. A tómbola gira cada vez mais desordenada. Sobretudo não posso estar um momento quieto. É uma febre, uma febre. Quando vou a casa do F. da Costa escangalho sempre as frangas do tapete – e outro dia parti-lhe um cinzeiro. Hoje saí de casa. Estive já na terrasse do Americano. Não sosseguei. Agora, não sei porquê, estou na Taverne Pousset que é um café com que eu embirro imenso. Depois tenho o jantar. Depois outro café. Mas que raio hei-de fazer? E antes de ontem pedi 500 francos para Lisboa. Provavelmente não mos mandam. Também não preciso deles para nada. Mas é um horror, um horror. Uma vertigem de aborrecimento – um comboio expresso de anquilose. Aborrecimento na alma, por todo o corpo...¹⁰

Este paroxismo de ser não-ser vai modelando e remodelando sucessivas fases de nigredo, albedo e rubedo que tragicamente, antes que tivesse sido alcançado o triunfo áureo do *lapis philosophorum*, regride ao mais abismático nigredo da autoaniquilação... Pessoa teve um choque terrível com a notícia do doloroso suicídio em Paris, em 26 de Abril de 1916, do seu amigo e confidente de alma Mário de Sá-Carneiro, e logo escreveu um texto para uma projectada *plaquelette* de homenagem a editar pelo *Orpheu* mas que só pôde vir a lume em 1924 na revista *Athena*, e no qual observa:

Génio na arte, não teve Sá-Carneiro nem alegria nem felicidade nesta vida. Só a arte, que fez ou que sentiu, por instantes o turbou de consolação. São assim os que os Deuses fadaram seus. Nem o amor os quer, nem a esperança os busca, nem a glória os acolhe. Ou morrem jovens, ou a si mesmos sobrevivem, incolas da incompreensão ou da indiferença. Este morreu jovem, porque os Deuses lhe tiveram muito amor.¹¹

Num outro escrito, aposto à guisa de prefácio ao conto «William Wilson» de Edgar A. Poe, incluído na antologia *Novelas e Contos*, diz o mesmo Fernando Pessoa, desta feita a propósito do autor americano: «Na imaginação visionária do estranho ninguém o superou ainda, salvo, talvez, Sá-Carneiro, cuja intuição do Mistério era, talvez por uma razão de raça, mais completa».¹²

¹⁰ Mário de Sá-Carneiro, *Cartas de Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa*, org. Manuela Faria da Silva, Lisboa, Assírio & Alvim, 2001, pp. 252-253.

¹¹ Fernando Pessoa, «Mário de Sá-Carneiro», revista *Athena*, n.º 2, Novembro de 1924. Cit. em: *Obra Poética e em Prosa*, org., intr., notas António Quadros e Dalila Pereira da Costa, Porto, Lello & Irmão Editores, vol. II, p. 1273.

¹² Fernando Pessoa, «Edgar Poe e Sá-Carneiro», in *Obra Poética e em Prosa*, org., intr., notas António Quadros e Dalila Pereira da Costa, Porto, Lello & Irmão Editores, vol. II, p. 1279.

A ansiedade de intuir o Mistério era uma constante da obra de Sá-Carneiro, uma como que antevisão de um fim inevitável cujo portal para o derradeiro precipício se deseja não apenas voraz e enigmático, mas quase diria acolhedoramente maternal:

O autor de *Céu em Fogo* surge assim, inegavelmente, como o poeta que *manuscía o mistério e interroga o além*, com essa completa ausência de insinceridade própria de quem está, como diz Pessoa, «gravemente atento à importância misteriosa de existir». Talvez por ter plena consciência disso, se designa a si mesmo como um *espírito aventureiro e investigador por excelência*, pressentindo-se, antes de mais, um *arrojado descobridor de mundos*.¹³

Várias pistas aqui se desenham. O negrume de rotas infelizes, o amor perigoso dos deuses, a imaginação visionadora, a intuição do Mistério... Que Sá-Carneiro era uma alma em profunda solidão de si bem no-lo atestam os seus escritos, em verso e em prosa – uma alma em anseio dum Mistério e dum grandeza química que intuiu fortemente e não encontrou. (Ou talvez tenha encontrado no universo alternativo do excêntrico Professor Antena...) Ora, uma busca perdida é um nefasto convite e uma atracção pelo abismo, e o trágico preço é a morte voluntária.

Uma inversão do sagrado? Terrível Magia negra, se assim for!

*Sangue te escorre já da boca profanada...
Como bailas o vício, ó torpe, ó debochada –
Densos sabbats de cio teus frencis vermelhos...*¹⁴

Mas uma inversão conduz, alquimicamente e por redentor retorno, à transversão, ou, como quem diz, à *ascese*, ou ascensão – um fulgor de luz desponta e um *tempo novo* se avizinha: «...Até que um dia chegou o termo da minha pena e as portas do cárcere se me abriram...»¹⁵.

E já que de Magia falámos não será despidendo cotejar os infernos de Sá-Carneiro com o que sobre tal matéria nos desvenda um eminente *philosophus* e mago do Renascimento, Agrippa von Nettesheim (1486-1535). Explica-nos este misterioso autor no seu *De Occulta Philosophia* que os cinco sentidos do ser humano, no Microcosmo, têm a sua contrapartida no mundo infernal em «cinco tormentos físicos», a saber:

¹³ Ana Nascimento Piedade, «Mário de Sá-Carneiro ou a Reposição Permanente dos Enigmas», in: *Mário de Sá-Carneiro 1890-1916*, p. 52.

¹⁴ Mário de Sá-Carneiro, «Bábaro» (do poemário *Indícios de Oiro*), in: *Verso e Prosa*, org. Fernando Cabral Martins, Lisboa, Assírio & Alvim, 2010, p. 74.

¹⁵ Mário de Sá-Carneiro, «A Confissão de Lúcio», in: *Verso e Prosa*, org. Fernando Cabral Martins, Lisboa, Assírio & Alvim, 2010, p. 390.

paladar ↔ amargor
ouvido ↔ gritos horríveis
vista ↔ trevas
tacto ↔ ardor inextinguível
olfacto ↔ fedor¹⁶

Uma verdadeira antitética, como a que pervertidamente descobrimos no essencial da obra de Sá-Carneiro. Pois o ardor inextinguível não o sentimos logo no título da sua colectânea *Céu em Fogo*? E os amargores, e gritos horríveis, e trevas, e fedores, não os encontramos disseminados pelo *Incesto*, pela *Loucura*, pela *Confissão de Lúcio*...? Sem dúvida, mas eis que a transversão, e correlata ascese, advém para restabelecer a harmonia momentaneamente desequilibrada, e a tal «imaginação visionadora» a que Pessoa aludia, a *vis phantastica* dos Magos da Tradição Ocidental, nos franqueia a porta ao Mistério de Luz, e nos revela um *tempo novo* tal como nos promete o livro do Apocalipse atribuído ao discípulo amado, João, um tempo que nos abrirá os Doze Portais de Pérola¹⁷ aos que formos dignos de receber o *nomen novum* gravado na Pedra Branca¹⁸.

Uma nota positiva: apesar do nigredo em que Sá-Carneiro persistiu recuando, em tantas páginas de poesia e prosa estridentes-fulgurantes, o albedo e sobretudo o rubedo da Grande Obra final de Luz, mesmo assim nos mostra em inúmeros passos purgatoriais – de purgação/purificação – que na verdade a *chrysopeia* era o seu mirífico alvo secreto, o sequioso desejo pela *transmutação áurea* que eleva as almas ao nível macrocósmico do Homem-Deus, do *novissimus Adam*, o Último Adão de que nos dá conta o iniciado Paulo na sua primeira carta à *ecclesia* de Corinto¹⁹.

Remato com algumas iluminantes linhas que nos legou Sá-Carneiro na sua última obra, *Indícios de Oiro*, que deixou impublicada²⁰, e onde se vislumbra que a *chrysopeia* talvez não tenha sido apenas um mirífico alvo... Quem sabe?, talvez a tenha alcançado, do outro lado do tempo, no tal universo

¹⁶ Heinrich Cornelius Agrippa von Nettesheim, *Les trois livres de la Philosophie occulte ou Magie [De Occulta Philosophia libri tres, 1530-1533]*, Livro II, *La Magie Cérimonelle*, cap. VIII, p. 82.

¹⁷ Apocalipse 21, 21.

¹⁸ Apocalipse 2, 17.

¹⁹ 1 Coríntios 15, 45.

²⁰ Impublicada em livro, entenda-se, livro que só viria a ser editado postumamente em 1937. Em vida do autor saíram alguns poemas dos *Indícios de Oiro* no n.º 1 da revista *Orpheu*, como por exemplo: «Faciturno», «Salomé», «Certa Voz na Noite, Ruivamente...», «Nossa Senhora de Paris», etc.

alternativo que ele descobriu pela interposta pessoa do inventivo Professor Domingos Antena – o genial Mestre!

*Meu intento, porém, é todo loiro
E a cor de rosa, insinuando afectos.
Mas ninguém se me expande... Os meus dilectos
Frenesis ninguém brilha! Excesso de Ouro.*²¹

Bibliografia

- AGRIPPA von Nettesheim, Heinrich Cornelius. *Les trois livres de la Philosophie occulte ou Magie* [De occulta philosophia libri tres, 1530-1533], 3 vols.: I *La Magie naturelle*; II *La Magie céleste*; III *La Magie cérémonielle*. Trad. fr. integral Jean Servier. Paris, Berg International Éditeurs, 1981-1982.
- OLIVEIRA, António Braz de, e MOTA, Rosa Maria Vasconcelos (orgs.), *Mário de Sá-Carneiro 1890-1916*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1990.
- PESSOA, Fernando, *Obra Poética e em Prosa*. Org., introd., notas: António Quardos e Dalila Pereira da Costa, 3 vols., Porto, Lello & Irmão Editores, 1986.
- RAPOSO JÚNIOR, Simões (org.), *A Maçonaria e a Implantação da República*, Lisboa, Fundação Mário Soares/Grémio Lusitano, 2010.
- SÁ-CARNEIRO, Mário de, *Verso e Prosa*. Org. Fernando Cabral Martins, Lisboa, Assírio & Alvim, 2010.
- SÁ-CARNEIRO, Mário de, *Cartas de Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa*, Org. Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Assírio & Alvim, 2001.

²¹ Mário de Sá-Carneiro, «El-Rei» (do poemário *Indícios de Ouro*), in: *Verso e Prosa*, org. Fernando Cabral Martins, Lisboa, Assírio & Alvim, 2010, p. 120.

A República Portuguesa: os sonhos e as lutas, as propostas e as desilusões

António Moniz

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Introdução

O sonho da República, na sequência dos ideais liberais e socializantes da Revolução Francesa e da independência dos Estados Unidos da América, foi sendo alimentado ao longo do século XIX por espíritos abertos e progressistas, cuja cultura se inspirava também na Democracia ateniense e na República romana. Com efeito, para além dos excessos e defeitos que tais regimes tinham legado à História, a sua abertura à participação política de todos os cidadãos e à luta pelos direitos cívicos e sociais surgiu como uma luz transformadora das trevas absolutistas e tirânicas que o chamado Antigo Regime impusera. De resto, as repúblicas italianas tinham acompanhado, na mesma época, os ducados e os estados pontifícios, contribuindo não só para o fomento comercial, mas também para a participação social das suas comunidades.

Garrett e Herculano foram dois dos mentores públicos de uma nova sociedade: aberta ao mundo e à cultura progressista, cimentada na educação, desde o ensino primário, no desenvolvimento industrial e económico, na participação política dos cidadãos.

Vamos percorrer alguns dos principais autores cuja obra constitui um luminoso marco deste ideal republicano, desde o último quartel do século XIX até ao final da Primeira República Portuguesa, apontando caminhos e propostas, criticando desvios, lacunas e erros políticos e sociais.

1. O sonho republicano

Antero de Quental foi, sem dúvida, o corifeu dessa brilhante geração de escritores, cujo ideal republicano, no sentido mais nobre do termo, inspirou, sacudiu e revolveu a sociedade monárquica do século XIX, dominada pelo marasmo social, cultural e político, pela bancarrota e pela decadência. A sua mili-

tância sindical, ao lado de José Fontana, e o seu envolvimento no Partido Socialista fizeram dele não apenas um intelectual, mas também um homem de acção.

O sonho de uma sociedade plenamente democrática e socialista, portanto republicana, é expresso na alegoria litúrgica "No templo" (1873), na qual o "O Povo há-de fazer-se, então, bispo e levita; / E será missa-nova a missa que disser". O ideal evangélico e libertador dos pobres, doentes e oprimidos inspirará esse futuro, ainda que vago: "E tendo numa mão erguido o Evangelho, / Com a outra aponta ao longe o vago espaço, além...".

Identificado com a figura bíblica do levita, o Poeta recebe a missão profética e social de combater, como um "soldado do Futuro", por esse ideal, por esse "sonho puro".

Os valores republicanos são cantados, de modo explícito, associados à Razão: o Amor, a Justiça, a Liberdade. Por estes valores o Povo combate "na areia trágica", tendo o seu nome "inscrito em seus escudos".

Contemporâneo de Antero, Cesário Verde, o pintor poético de Lisboa, na celebração do terceiro centenário da morte de Camões (1880), efeméride que foi aproveitada pelo Partido Republicano para a proclamação dos ideais da revolução, canta o anoitecer da capital, com a azáfama do regresso do trabalho, a quietude do Tejo, a melancolia nostálgica da alma nacional. O decadentismo da época, despertando o desejo da evasão do espaço e do tempo, para uma dimensão cosmopolita e renascentista, contrasta com a evocação das naus quinhentistas e o heroísmo do Poeta, náufrago no rio Mecum, salvando a nado o seu poema.¹

¹ "No Templo", *Odes Modernas*, Lisboa, Ulmeiro, 1983, pp. 123-124.

² "Tu que dormes, espírito sereno, / Posto à sombra dos cedros seculares, / Como um levita à sombra dos altares, / Longe da luta e do fragor terreno, / Acorda! é tempo! O sol, já alto e pleno, / Afugentou as larvas tumulares... / Para surgir no seio desses mares, / Um mundo novo espera só um aceno... / Escuta! É a grande voz das multidões / São teus irmãos, que se erguem... / Mas de guerra... e são vozes de rebate! / Ergue-te, pois, soldado do Futuro, / E dos raios de luz do sonho puro, / Sonhador, faz espada de combate!" ("A um Poeta", *Sonetos*, 5.ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1976, p. 52).

³ "Razão, irmã do Amor e da Justiça, / Mais uma vez escuta a minha prece. / É a voz dum coração que te apetece, / Duma alma livre só a ti submissa. // Por ti é que a poeira move-se / De astros, sóis e mundos permanece; / E é por ti que a virtude prevalece, / E a flor do heroísmo medra e viça. // Por ti, na arena trágica, as nações / buscam a liberdade entre claros; / e os que olham o futuro e cismam, mudos, // Por ti podem sofrer e não se abatem, / Mãe de filhos robustos que combatem / Tendo o teu nome escrito em seus escudos!" ("Hino à Razão", *Sonetos*, op. cit., p. 56).

⁴ "Nas nossas ruas, ao anoitecer, / Há tal soturnidade, há tal melancolia, / Que as sombras, o bulício, o Tejo, a maresia / Despertam-me um desejo absurdo de sofrer. // O céu parece baixo e de neblina, / O gás extravassado enjoa-me, perturba; / E os edifícios, com as chaminés, e a turba / Toldam-se duma cor monótona e londrina. // Batem os

Guerra Junqueiro é dos poetas da Geração de 70 que mais expressa o traumatismo do *Ultimatum* na sociedade portuguesa. A Inglaterra é invectivada de "monstro daninho" e "ladro", roubando o povo português com "a manha do lobo e a coragem do vinho". Comparada a Gomorra e vituperada como "raça assassina"⁶, há-de ser consumida pelas imagens da fome⁷. Na sequência do Tratado de 20 de Agosto de 1890, assinado sob pressão do *Ultimatum*, o poema dramático *Pátria* apresenta figuras fantásticas e espectrais, como a dinastia dos Braganças e o Doido, os cães da aristocracia decadente. Os ministros estão dispostos a vender a Pátria à Inglaterra⁸ e Astrologus, o cronista-real, ainda que reconheça *Os Lusíadas* no livro que traz o Doido como a Bíblia de Portugal, curva-se servilmente perante o rei e os cães. Ciga-nos descreve D. Carlos como "Uma boia de enxúndia; um zero folgão. / Bispote português com toucinho alemão"⁹; e Opiparus como

"Gabarola balofo e glutão, sem vontade,

As vezes moralista (acessos de moral,

Que lhe passam jantando e não nos fazem mal)

Eis el-rei. Um egoísmo obeso, alegre e loiro"¹⁰

carros de aluguer, ao fundo, / Levando à via-férea os que se vão. Felizes! / Ocorrem-me em revista, exposições, países: / Madrid, Paris, Berlim, S. Petersburgo, o mundo! [...] Voltam os calafates, aos magotes, / De jaqueito ao ombro, enfarruscados, secos, / Embrenho-me a cismar, por boqueiros, por becós, / Ou erro pelos cais a que se atracam botes. // E evoco, então, as crónicas navais: / Mouros, baixéis, heróis, tudo resuscitado / Luta Camões no Sul, salvando um livro a nado! / Singram soberbas naus que eu não verei jamais!" (Cesário Verde, "Ave-Marias", *O Sentimento de um Ocidental*, 2.ª ed., Lisboa, Portugal Editora, 1970, pp. 63-64).

⁵ "Pela estrada da História, ó milhafre daninho, / Vai um povo seguindo o seu norte polar, / E tu és o ladrão que lhe sais ao caminho, // Com a manha do lobo e a coragem do vinho, / A roubar-lhe os anéis para o deixar passar" ("A Inglaterra", *Finis Patriae*, Porto, Lello & Irmão, 1967, p. 45).

⁶ "Assim, vós, assim vós, duma raça assassina, / Sobre essa nau de pedra onde o mar vai bater, / Vos estrangulareis numa carnificina. / De que só ficará, sob a densa neblina, / Num pântano de sangue uma Gomorra a arder" (*Ibidem*, p. 49).

⁷ "Milhões, milhões, milhões de bocas esfaimadas / Hão-de dilacerar-te o corpo com furor" (*Ibidem*, p. 50).

⁸ "Que precisamos nós? Libras! Libras, dinheiro! / Libras d'ouro a luzir! Onde as há? No estrangeiro? / [...] Obrigar o estrangeiro a tomar conta disto. / Impérios d'almém-mar, alquilam-se, ou então / Sorteado, — em rifa, ou à praça, — em leilão. / E o continente é dá-lo a um banqueiro judeu, / Para um casino monstro e um bordel europeu, / Fazer desta cloaca, onde a miséria habita, / Um paraíso por acções cosmopolita" (*Pátria*, Porto, Lello & Irmão, s.d., p. 96).

⁹ *Ibidem*, p. 15.

¹⁰ *Ibidem*.

No poema *O Caçador Simão*, o monarca descarta-se displicentemente do Tratado que assinou, como o caçador que se isola do mundo real:

"O tratado... Uma léria... Enfásta-me já...
Mais preto, menos preto, a mim que se me dá?!
Por via de uma horrenda pretalhada
Mil barafundas e alvorotos... Que maçada!
Que maçada!... Fazem-me doido, não resisto..."¹¹

Na *Pátria*, ainda, a alternativa política à monarquia decadente é a república regeneradora:

"Viva a República! Nesta agudíssima crise nacional a República é mais do que simples forma de governo. É o último esforço, a última energia, que uma nação moribunda opõe à morte. Viva a República! é hoje sinónimo de Viva Portugal!"¹²

Gomes Leal¹³, Angelina Vidal¹⁴, Henrique Lopes de Mendonça¹⁵, Afonso Gaio¹⁶, Leite de Vasconcelos¹⁷, Theresa Luso¹⁸ Manuel Osório¹⁹, Luiz Osório²⁰,

¹¹ "O Caçador Simão" in *Finis Patriae*, Porto, Lello & Irmão, 1967, p. 33.

¹² *Pátria*, op. cit., p. 221.

¹³ "Que importa que um paiz falto de capitães / empenhe as possessões todas colónias? [...] O que importa é que um rei sustente bons cavallos, / que tenha boa adega e beba bom Madeira, [...] lacaio de librê, archeiros, batedores, / camaristas servis, tropas, embaixadores; mas acima de tudo, o essencial, ordeiro, não é um bom mimistro - é um bom cosinheiro!" (Gomes Leal, *A Traição: Carta a El-Rei D. Luiz Sobre a Venda de Lourenço Marques*, Lisboa, Tipografia Elzeviriana, 1881, pp. 15-16).

¹⁴ "Povo, Povo, repelle esses grilhões de servo, / Faz que o carrasco prove o cálix do teu fiel! / Ha muito que te explora um turbilhão protervo; O fisco bate à porta... expulsa o bacharel" (Angelina Vidal, *O Ultraje!*, Lisboa, Tipografia Gutierrez, 1883, p. 14).

¹⁵ "Ó Pátria, ó santa mãe! os labios teus descerra! / Ah, não deixes calcar a tua fronte augusta / Pelo bretão ruim, que espuma e barafusta / Do luzente metal na fome insaciável! Ergue de novo a voz, ouí' ora formidável, / Quebra as cadeias vis, renasce para o bem, / E escarra-lhes no rosto o infame insulto, ó mãe!" (Lusus [Henrique Lopes de Mendonça], "Delenda Albion", in *A Pátria: a Luiz de Quillinan*, p. 79).

¹⁶ "Portuguezes haveis de vos vingar / Mas repeti o grito mui baixinho / e quasi a meia voz. / Agucae vosso limpido punhal / E esperae que ao fim nossa vingança / Ha-de ser bem atroz" (Afonso Gaio, *Lusitanos: A propósito do conflicto anglo-luso*, Lisboa, s. ed., 1980).

¹⁷ "As faces nos acode o sangue e o pejo, / Os nossos corações batem cansados... Mas ninguém fuja! Guerra aos coraçados! Ainda cabem muitos no Tejo" (Leite de Vasconcelos, "A Inglaterra", *O Dia*, 16 de Janeiro de 1890, p. 2).

¹⁸ "A Pátria, a nossa Pátria tão querida, / Foi da Inglaterra torpe injuriada!... / Combatamos a hypocrita aliada, / Expondo o nosso amor e expondo a vida" (Theresa Luso, "Pátria", *Luzitania*, n.º único, 11 de Fevereiro de 1890, p. 5).

Anselmo Vieira²¹, entre outros, dão voz à indignação lusa contra o *Ultimatum* inglês, apelando ao combate contra a potência ultrajante.

Oliveira Martins, um dos pilares da Geração de 70, não deixa de criticar certas figuras reais da História de Portugal, como D. João VI²², bem como esboça a caricatura do decadentismo nacional:

"Contundido, miserável, roto, faminto, Portugal fora tombando de baldão em baldão, até ao fundo de um abismo de loucura vertiginosa, de abjecção torpe, onde agora se debatia arruinado de corpo e alma"²³.

Só a figura emblemática de Nuno Álvares Pereira emerge como o símbolo da regeneração colectiva, pelas suas virtudes heróicas:

"Exemplo superior da concepção cristã da vida, e por isso venerado como santo, Nuno Álvares é porventura o tipo culminante da energia própria desta nossa raça peninsular ibérica, idealista na alma, e afirmativamente heróica"²⁴.

¹⁹ "Não temos uma esquadra, exercitos, canhões, / Para esmagar a audácia infame dos villões; / Mas, para combater, hypocrita devasso, / O teu poder brutal, o teu cruel egoismo, / Basta arder-nos na alma o grande patriotismo, / Que fez de nossa historia um ceu cheio de soes. / Temos o peito em vez das armaduras d'aço! / Se é preciso lutar, luctamos braço a braço! / Se é preciso morrer, morremos como heróis! (Manuel Osório, "A John Bull", *Luzitania*, *ibidem*, p. 6).

²⁰ "Pode o leopardo inglez, anavalhando os dentes, / Morder, dilacerar o brio das nações; / Bem sei que o não defende o peito dos valentes, / Mas tem a barra de ouro, e a guella dos canhões. // [...] Leopardo, ergue a bandeira atroz e detestavel, / Até que um dia irrompa em fúrias a maré! / Mas olha que o sorriso é torpe, é miseravel, / E a presa ainda o sabe esmigalhar no pé! (Luiz Osório, *Um Grito!*, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1890, p. 7).

²¹ "Leopardos imbecis, ó canalha insolente, / Que vos andaes expondo ás irrisões da Historia, / O bandidos, poltrões! / Não! Não morreu ainda, á beira do Occidente, / Dos luzos o valor; não é vossa a victoria, / Abutres, histriões!" (Anselmo Vieira, *Nunca Mais! A proposito do conflicto anglo-portuguez*, Lisboa, Tipografia Franco Portuguesa, 1890, p. 7).

²² "Representante quase póstumo de uma dinastia, epítáfio vivo dos Braganças, sombra espessa de uma série de reis doidos ou ineptamente maus, D. João VI, já velho, pesado, sujo, gorduroso, feio e obeso, com o olhar morto, a face caída e tostada, o beico pendente, curvado sobre os joelhos inchados, baloçando como um fardo entre as almofadas de veludo dos velhos coches dourados de D. João V, e seguido por um magro esquadrão de cavalaria - era, para os que assim o viram, sobre as ruas pedregosas de Lisboa, uma aparição burlesca. Para nós, ao lembrarmos-nos de que nesse coche, desconjuntado pelos solavancos das calçadas, vai o herdeiro e representante do Condestavel, o espectáculo ressuscita-nos a história da nação, também desconjuntada pelos balanços da sua vida tormentosa" (Oliveira Martins, *História de Portugal*, 19.ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1987, p. 411).

²³ *Idem*, *História da Civilização Ibérica*, 11.ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1984, p. 257.

²⁴ *Idem*, *A Vida de Nuno Álvares*, 9.ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1984, p. 314.

Num tom cáustico e grosseiro, o romance *O Marquez da Bacalhôa*, de António de Albuquerque, configura satiricamente, e de modo alegórico e críptico (*roman-à-clef*) a corte de D. Carlos, rodeada de decadência política e moral.²⁵

Horácio de Araújo, culpando a monarquia pelas injustiças de que o povo é vítima, apela para a expulsão do rei e sua corte:

“Ó povo! tu que tens no peito a chamma ardente

Que te faz ser heroe e te faz ser descrente;

Tu, que podes viver porque podes lutar;

Tu que tens uma voz ingente como o mar;

Tu, que vives ahi n'uma extranha indolencia

Que te acabrunha o corpo e mata a consciencia;

Que ris como Voltaire e não tens illusões;

Que vives do trabalho e não de corrupções,

Deves seguir de Christo o grande e o nobre exemplo;

– Expulsar a chicote os vendilhões do templo.

O templo, o velho templo, é o palácio real

Onde lava e fermenta a Corrupção e o Mal,

Onde ha lacaio vis, ministros depravados

Que fazem respeitar as armas dos soldados;

E são os vendilhões a corja infame, densa,

Que põe e dispõe com tua real licença;

E tu, ó povo, e tu, de raiva e força um mixto,

Serás o Redemptor, o heróico e novo Christo!”²⁶

O sonho apoteótico da República é cantado por Henrique Lopes de Mendonça no Hino Nacional, então chamado *A Portuguesa*, no qual ecoa a reacção ao *Ultimatum*, bem como o apelo de ressurgência histórica dos *heróis do mar*, do *nobre povo*, da *nação valente, imortal*, do qual transcrevemos a parte menos conhecida:

“Brade a Europa à terra inteira;

Portugal não pereceu!

Saudai o sol que desponha

Sobre um ridente porvir;

²⁵ Cf. Antonio de Albuquerque, *O Marquez da Bacalhôa, romance*, Bruxelles, Imprimerie Liberte, 1908; *ibidem*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

²⁶ Horácio de Araújo, *Carta ao Rei*, Porto, Tipographia da Empresa Literária e Tipográfica, 1890, pp. 10-11.

E o teu braço vencedor
Deu mundos novos ao mundo
Raios d'essa aurora forte
São como os beijos de mãe.

Seja o eco d'uma afronta

O sinal do ressurgir.

Que nos guardam, nos sustem

Contra as injúrias da sorte”.

2. As propostas e as desilusões republicanas

Teixeira de Pascoaes, co-fundador do movimento *Renascença Portuguesa* e director da revista *Águia*, exprime, em duas conferências produzidas nos primeiros anos da República, o espirito genuino do novo regime, tal como o entendia o criador do Saudosismo, isto é, de acordo com as raízes identitárias portuguesas. Como tal, o escritor da *Arte de Ser Português* (1915) visa demarcar esse regime do francês:

“É absolutamente preciso que a esperança que nos deu o 5 de Outubro não morra; e, para isso, é absolutamente preciso que a nossa República seja uma República Portuguesa, e não uma República afrancesada, como o constitucionalismo!”²⁷

Esta reivindicação identitária, aliando o passado ao futuro, infelizmente ignorada pelos agentes do regime, codifica a chave de sucesso que poderia ter evitado a futura ditadura militar (1926) e salazarista (1928):

“Impõe-se uma República que frutifique em pleno século XX e mergulhe as raízes até ao fundo patriótico do Passado, de forma que ela seja o íntimo e secular sentir da Raça organizado em leis modernas”²⁸.

Em 1919, já quase no crepúsculo do regime, o Poeta-filósofo do Saudosismo escrevia a peça *D. Carlos*, que, reflectindo já as suas desilusões perante a configuração prática da República, reabilita as últimas figuras monárquicas, tão vilipendiadas no final do século XIX, como símbolo da ressurgência da autêntica identidade colectiva. A reacção da personagem O Alma, expressão da alma nacional perante o regicídio, é bem elucidativa a este propósito:

²⁷ “Teixeira de Pascoaes, “O Espírito Lusitano ou o Saudosismo” (1912), in *A Saudade e o Saudosismo Português (dispersos e opúsculos)*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1988, p. 14.

²⁸ *Idem*, “A Era Lusíada” (1914), in *ibidem*, p. 24.

"Ó trágica visão de pesadelo!
A rainha toda em sangue de seu filho!
Sangue nas mãos, no rosto e no cabelo!
Sangue de esposo amado e amado filho!
Ó trágica visão de pesadelo!
Horror! Horror! Horror!"²⁹

A imagem da serenidade sapiencial, reconhecida pelas damas da corte na rainha, *mater dolorosa*, transmite uma mensagem política oportuna à tensa militância partidária de então:

"Tu reparaste?
Nem um leve gemido! Nem um ai!
Nem um soluço! A dor empedernida!
A dor emudecida, quando atinge
Chimericas alturas, para além
Da nossa força humana de sofrer!"³⁰

António Sérgio, co-fundador da *Seara Nova*, denuncia os erros da República, ao mesmo tempo que formula propostas construídas para assegurar o sucesso de tal regime.

Associando o jacobinismo e o reaccionarismo, antagónicos em teoria, mas convergentes na esterilidade prática³¹, formula, em 1924, as virtudes dos verdadeiros críticos, de acordo com o racionalismo cartesiano:

"Convenhamos, pois, em que nem a democracia incapacitou Fialho, nem a Monarquia perverteu Elmano; [...] A 'dúvida metódica' cartesiana; a

²⁹ *Idem*, D. Carlos, Lisboa, D. Manuel de Castro e Guilherme de Faria Editores, 1925, p. 115.

³⁰ *Ibidem*, p. 120.

³¹ "A antiga crítica jacobina e a actual crítica reacçãoária (jacobinos e reacçãoários pertencem à mesma formação mental, *anticrítica*) coincidem no facto de possuírem ambas uma fórmula geral que as monotoniza, dispensando-as, por isso mesmo, do esforço de pensarem directamente diante dos casos particulares. Um Teófilo Braga, por exemplo, explicava *a priori* todos os males e todos os defeitos dos escritores pelo despotismo da monarquia, pelo obscurantismo da Igreja católica, pela influência dos Jesuítas, etc., etc.; qualquer que fosse o escritor, era sempre a mesma a sua crítica; a mesma máquina, em todos os casos, produzia as mesmas conclusões, em que a inteligência não intervinha; em resumo: o contrário do espírito crítico, essencialmente renovador. Os reacçãoários, pelo seu lado, querem explicar todos os males, todos os defeitos dos escritores, pelo liberalismo, pela democracia, pela liberdade de pensamento. A mesma monotonia" (António Sérgio, "Fialho de Almeida, por Castelo Branco Chaves", in *Ensaízos III*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, Lda., 1972, pp. 114-115).

ausência de dogmas e de preconceitos; a independência do juízo próprio e a análise directa de cada caso, — eis as virtudes dos verdadeiros críticos; o primeiro dever de quem faz críticas é ser crítico (e crítico consigo próprio), como o do guerreiro é ser guerreiro e o do marujo é ser marujo: querer ser crítico, pois, e odiar o espírito de livre exame, é ser marujo e ter horror à água. Se não for capaz de ser *sempre* crítico, de ser crítico até o fim... mas não: para quê insistir? — a sua estreia é uma garantia de que lá chegará em tempo breve"³².

Em 1929, já em período de ditadura, reclamava, desde Paris, o verdadeiro espírito de democracia política, económica e social³³, precisando o seu significado:

"Democracia, para nós, significa o esforço por um ideal:

1º De fiscalização da administração pública e indicação dos fins governativos pelos representantes da opinião pública, num regime de garantias rigorosamente determinadas;

2º De participação activa e consciente de um número de pessoas cada vez maior no governo e fiscalização dos negócios do Estado, da Província, do Município e do Trabalho;

3º De igualização das condições sociais para todos os indivíduos de uma sociedade"³⁴.

A educação é um pilar fundamental da democracia. E, apesar do esforço da República neste sentido, ainda muito se devia caminhar para a libertar do Absolutismo:

"Um dos escolhos de natureza moral que mais têm dificultado a democracia — é que a educação, até hoje, continuou a fazer-se nas escolas públicas segundo os princípios do absolutismo. Os processos escolares ainda hoje usados domesticam as crianças para serem súbditos: não criam a mentalidade do cidadão consciente [renovador do mundo]. Para que preparemos cidadãos autênticos, capazes de progredirem democraticamente, o primeiro passo é libertar o aluno: ele há-de ser livre nos seus estudos e livre no governo da sociedade escolar; e o ensino, em qualquer disciplina, não há-de ter por objecto o transmitir doutrinas,

³² *Ibidem*, p. 116.

³³ "Há que retemperar a democracia na mais pura água dos seus princípios — quer dizer: fazer uma autêntica democracia política e caminhar por ela, resolutamente, para a democracia económica e social" (*Idem*, "A reforma do legislativo", *ibidem*, pp. 143-144).

³⁴ *Ibidem*, pp. 144-145.

conhecimentos, noções, mas formar a mentalidade experimental e crítica, [revolucionária], único caminho para o verdadeiro saber”³⁵.

A reforma mental dos parlamentares também é preconizada como um factor essencial, num “país de retóricos e de impulsivos”³⁶. Não basta o “combate ao analfabetismo”, mas importa a educação para a autonomia e a criatividade³⁷, para a qual carecemos de “apóstolos da pedagogia”³⁸.

Em 1927, numa resposta, dirigida de Madrid, ao “Patriota-fascista” e aos opositores do parlamentarismo, desmistifica a tendência fácil para a violência, para a indisciplina, para a ditadura³⁹.

Numa reflexão crítica a *posteriori*, o facciosismo partidário, impeditivo do bem comum e tão frequente nos nossos dias, é denunciado como uma das causas da queda da República:

“Ora, o que eu me permito perguntar agora, é se não será certo que entre nós Portugueses os homens políticos de cada partido (afora os que se devam exceptuar) consideraram sempre os demais partidos, não como

³⁵ *Ibidem*, pp. 145-146.

³⁶ “Num país de retóricos e de impulsivos, sem tradicional educação de autodomínio, relewa que a actividade parlamentar seja minuciosamente regulamentada. A experiência mostrou-nos em Portugal de que maneira os costumes parlamentares, abandonados a si mesmos, descambam no último relaxamento, por falta de educação da nossa gente” (*Ibidem*, pp. 147-148).

³⁷ “Quando falamos em educação do povo, não entendemos o ‘combate ao analfabetismo’, [cousa de si insuficientíssima:] educar, para nós, é treinar os jovens na iniciativa, no trabalho do espírito criador e livre, no governo autónomo da sociedade escolar [na discussão dos problemas sociais-económicos,] na mentalidade crítica e experimental [; é] fomentar, ao mesmo tempo, a preparação *directa* dos trabalhadores para o governo económico da sociedade, difundindo as cooperativas de consumo (desenvolvidas até o ponto de se tornarem bancárias e manufatureiras, e dominarem toda a vida económica) e socializando-se por elas progressivamente os meios de troca e de produção” (*Ibidem*, p. 151).

³⁸ “Carecemos, para isso, de uns quarenta apóstolos da pedagogia. Mas apóstolos, na força do termo: isto é, cheios de labareda e repletos de alma, com a verdadeira loucura do apostolado, prontos a absorverem-se na sua obra, a despirem-se do egoísmo e das cousas mínimas, da opinião alheia e dos bens mundanos, e a romper por ódios, por calúnias, por trabalhos, por perseguições...” (*Ibidem*, pp. 151-152).

³⁹ “Não, a violência não resolve nada; cumpre ouvir o protesto ansioso dos que têm sede de maior justiça; em suma, cumpre contar com os demais. A indisciplina latente na força armada; o ódio furioso que suscita ódios, a crescente faina policial; a violação sistemática da correspondência; a mordada permanente nos escritores; o degredo e o exílio para os melhores de um povo; e tanta energia que se gasta à louca nos esforços destrutivos e antagonistas da revolta e da tirania: isto, evidentemente, não pode ser uma solução” (*Idem*, “Democracia e Ditadura”, *Ibidem*, p. 158).

outros membros indispensáveis do grande corpo republicano, como órgãos *normais e necessários* do organismo do País, mas como tumores, como excrescências, como bubões, que se torna urgentíssimo extirpar, para que o País marche num pé só, — pé que seria, claro está, o partido de cada qual. [...] A República, para os partidários, existiu para servir o seu partido, e não o partido para servir a República”⁴⁰.

Conclusão

Sobretudo, a partir do *Ultimatum*, a reacção literária ao regime monárquico em decadência mobiliza os escritores portugueses como um verdadeiro designio nacional. O sonho democrático e republicano, inspirado, sobretudo em Antero de Quental, emerge como uma potencial e próxima realidade histórica, que o regicídio proporcionaria as condições políticas de efectivação.

Como todos os regimes, também a República teve os seus desvios ideológicos e pragmáticos, que autores como Teixeira de Pascoaes e António Sérgio não deixam de denunciar, ao mesmo tempo que surgem propostas de reflexão e correcção.

Foi este percurso que efectuámos neste breve ensaio.

⁴⁰ *Idem*, “O espírito dos partidos políticos”, *Ibidem*, pp. 162-163.

Médicos e a República: Os Médicos e suas ca(u)sas

Augusto Moutinho Borges¹

CLEPUL

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vamos, nesta abordagem, analisar os médicos portugueses e as suas ca(u)sas, num exercício teórico descomprometedor, perante a observação da realidade entre a viragem do século XIX para os primórdios do século XX. Baseamo-nos na inúmera bibliografia sobre o tema, socorrendo-nos de trabalhos que são referência documental da época que analisamos. Neste segmento narrativo procuramos, sempre que possível, a fonte, sem contudo deixarmos de comparar o original com outros documentos comentados.

O desenvolvimento programático não segue uma cronologia tradicional optando, muitas vezes, por referenciar pelo índice alfabético os nomes dos Médicos que se notabilizaram neste período².

Durante as nossas leituras conceptualizamos alguns atributos que rotulamos para os Médicos, antevendo que os mesmos podem ser redutores num universo de conceitos, funções e interesses. No entanto, nos primórdios da República, alguns deles beberam, para sempre, os atavios que os guiou vida fora, sendo interventivos na vida política e social da nova era que chegou até aos dias de hoje. E esta presença é, todavia, através das suas casas, transformadas em Casas-Museu³ que foram doadas ao Estado e aos Municípios para a educação dos povos.

¹ Instituto Politécnico da Guarda (Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia). Investigador do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL), Investigador Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20), Investigador Colaborador do Instituto Europeu de Ciência da Cultura. Vice-Presidente da Secção de História da Medicina da Sociedade de Geografia de Lisboa. Director da Direcção Central da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Membro Correspondente do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar – Ministério da Defesa Nacional.

² Escolhemos apenas alguns Médicos, em virtude da listagem ser exaustiva e bastante complexa.

³ BORGES, 2009, vide *Casas-Museu dos Médicos em Portugal* e também BORGES, 2010, *Casas-Museu dos Republicanos em Portugal*.

Em todas as rotulações os Médicos agiram por causas, movimentando-se e habitando num tempo e num espaço inter-regional, onde as ideias circulavam entre si, dentro e fora dos parâmetros tradicionais, não só da classe profissional mas, pela observação e contacto com a realidade nacional, da população em que estava inserido. Mais do que outras actividades o Médico que analisamos na I República é:

- O Médico artista
- O Médico arqueólogo
- O Médico de causas
- O Médico cientista
- O Médico coleccionador
- O Médico educador
- O Médico escritor
- O Médico historiador
- O Médico humanista
- O Médico pensador/filósofo
- O Médico político
- O Médico reformador social

Os Movimentos Socialistas e o deflagrar de movimentos anti-monárquicos nos finais do século XIX em Portugal

Ao longo de todo o século XIX, especialmente a partir de 1834, o Médico, como homem de saber técnico e formação intelectual universitária, desempenhava funções sociais importantes no tecido comunitário. Eram cargos e incumbências que lhe eram, muitas vezes, inerentes no contexto político, social e económico em que viviam, situação bem definida e caracterizada por Júlio Dinis⁴ nos seus romances *Morgadinha dos Canaviais* e nas *Pupilas do Senhor Reitor*. Na sua obra a trilogia elitista oitocentista das vilas provincianas do reino assentava, grosso modo, no Médico, no Padre e no Professor.

O Médico era, em paridade com os Bacharéis em Direito, uma das profissões que os pais aspiravam ver os descendentes formarem-se. Coimbra era o destino da rapaziada do norte, do centro e de Lisboa, enquanto Évora catalisava os alentejanos e algarvios para áreas relacionadas com a agricultura. A dicotomia Medicina e Direito consistiam na principal força catalisadora da intelectualidade estudantil da Universidade, levando a que o intercâmbio de ideias circulasse livremente entre as Faculdades e as Repúblicas estudantis.

⁴ Joaquim Guilherme Gomes Coelho (1839-1871), médico e escritor português.

Ideias essas que originaram conflitos de poder entre as forças reinantes e os novos livres pensamentos que proliferavam pela Europa, pondo em causa sistemas, políticas, governos e até as próprias famílias reais.

Ao longo de gerações foram muitos os médicos que exerceram a sua actividade profissional ao longo dos dois séculos que nos antecederam, mas houve alguns que se notabilizaram pela forma actuante perante a sociedade que os rodeava. Vincaram o saber interventivo nas ciências, na arte, na cultura, na literatura, na arqueologia, na história, e em tantas outras matérias da racionalidade, com especial incidência na área das ciências políticas.

No século XIX havia formas de se entrar na política activa, ou por linha hierárquica ou por formação superior. As ideias de Partido sobrepunham-se aos ideais pessoais e de grupo, contrapondo-se em Portugal uma rotatividade parlamentar e governativa que descambou em sérios conflitos sociais e tentativas de revoltas⁵. Tinham estas como objectivo acabar com a monarquia, decadente para uns, personificação de Portugal para outros, apatia para muitos mais em virtude da degeneração económica em que nos encontrávamos. Eram os ventos republicanos que os médicos e os juristas, como principais veículos de afirmação das ideias de *igualdade* e *fraternidade*, levaram a todo o território onde se erguia a Bandeira Nacional, quer no continente europeu, quer fora deste.

Mas se do lado do republicanismo havia defensores acérrimos dos novos ideais políticos, como o Dr. António José de Almeida⁶ e o Prof. Egas Moniz⁷, da parte que defendiam a causa monárquica destacavam-se igualmente profissionais da saúde como o Dr. António Mendes Lages⁸ e o Dr. Thomáz de Mello Breynier⁹. Mendes Lages merece algum destaque nestas linhas, em virtude de ter sido, na juventude, um activo membro contra o regime monárquico. De maçom convicto acabou, em fim de vida, por ser um fervoroso religioso, que em determinado momento foi empolgado defensor da Irmã Coleta no famoso caso das Trinas.

De um e do outro lado da fronteira ideológica os amigos de estudos universitários digladiavam-se agora por causas, as mesmas que deflagraram no proliferar do republicanismo e na Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910.

Pela sua actividade profissional interagiam com a vasta população portuguesa, componente de um vasto Império sem educação, sem bases culturais e

⁵ Damos como exemplo a revolta de 31 de Janeiro de 1891, no Porto. Foi o primeiro movimento revolucionário que tinha como objectivo a implantação do regime republicano em Portugal.

⁶ TORRALBA, 2006.

⁷ MONIZ, 1904.

⁸ BORGES, 2008.

⁹ BREYNER, 1930. Foi Médico de D. Carlos I.

sem valores técnico-científicos¹⁰. O Médico sobressaía desta realidade, liderando, guiando e promovendo acções sociais ímpares no tecido da urbanidade portuguesa, mais do que qualquer outro profissional.

Na Assembleia Nacional Constituinte de 1911-1915, dos 230 Deputados 69 eram Médicos, imediatamente seguidos por Juristas e Militares, número exemplificativo da importância que a classe detinha no seio social de então. Também na forma de governo municipal a edilidade do Porto foi uma das Câmaras que teve maior número de Presidentes Médicos, principalmente depois da República¹¹. Não admira portanto que tenham sido dois Médicos que anunciaram a instauração republicana nas duas maiores edidades nacionais em Lisboa¹² e no Porto¹³.

O pensamento político, social e cultural do médico na Primeira República

Muitos foram os profissionais que deixaram os seus pensamentos sob a forma literária, quer de carácter científico, quer técnico, quer ainda de forma ligada à escrita livre (romances, poesia, contos e teatro). A dinâmica cultural dos Médicos era profunda havendo muitos que, entre outras actividades, liam o latim e o grego, investigavam história geral e da arte, arqueologia, assim como se dedicavam às Belas-Artes, o que lhes granjeou um profundo humanismo intelectual, havendo provas irrefutáveis do seu contributo para a afirmação da sociedade portuguesa no mundo. Vejam-se os exemplos de João Barreira (1866-1961), Júlio Dantas (1876-1962), Jaime Cortesão (1884-1960), Reynaldo dos Santos (1880-1970), Abel Salazar (1889-1946) ou Luis de Pina (1901-1972).

Se os Médicos visados nos legaram o seu património mental, artístico, cultural e patrimonial também, pelas obras impressas, o seu pensamento chegou até à actualidade pela escrita, onde se definiram, muitas vezes, as linhas de acção e objectivos para com a sociedade, sobressaindo a causa pública como uma das facetas que muitos abraçaram. Vejam-se alguns dos muitos exemplos dos Médicos que se destacaram neste período:

¹⁰ Com raras excepções, dando o exemplo dos Doutores Egas Moniz (1874-1955), Mark Athias (1875-1946) e Ricardo Jorge (1858-1939). Faltava a Portugal nomes de reconhecimento internacional, que deixassem uma Escola de saber para as futuras gerações, com em Espanha Santiago Ramón y Cajal (1852-1934).

¹¹ RAMOS, 2004, p. 122.

¹² Eusebio Leão (1878-1926).

¹³ Nunes da Ponte (1849-1924).

Abel de Lima Salazar (Guimarães, 19.07.1889 – Lisboa, 29.12.1946). Professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (1918), criou o *Método de coloração tano-férrico de Salazar* (1919-1925). Artista, Pintor, Escultor, Crítico de Arte, Investigador.

Ángelo Rodrigues da Fonseca (Oliveira de Azeméis, 14.12.1872 – Coimbra, 08.07.1942). Professor da Faculdade de Medicina de Coimbra (1902), Director dos Hospitais da Universidade de Coimbra (1911), Director-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial (1911-1912).

António Aurélio da Costa Ferreira (Funchal, Madeira, 18.01.1879 – Lourenço Marques, 15.07.1922). Vereador da Câmara Municipal de Lisboa (1908-1911), Juiz Presidente do Tribunal de Árbitros Avindores de Lisboa (1910-1911), Director da Casa Pia de Lisboa (1911), Provedor da Assistência de Lisboa (1911-1912), Ministro do Fomento (1912-1913), Deputado ao Congresso da República (1921-1922).



António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz (Avanca, 20.09.1874 – Lisboa, 13.12.1955). Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa (1911), Deputado à Assembleia Nacional Constituinte e Senador ao Congresso da República (1911-1915), Fundador do Partido Centrista (1917), Ministro dos Negócios Estrangeiros (1918-1919), Prémio Nobel da Medicina (1949).

António Cassiano Pereira de Sousa Neves (Lamego, 14.06.1878 – Lisboa, 01.10.1946). Provedor da Assistência de Lisboa (1912-1913), Secretário da Comissão Executiva, Secretário da Assembleia-Geral da Assistência Nacional aos Tuberculosos e Governador Civil de Lisboa (1914).



António José de Almeida (Penacova, 18.07.1866 – Lisboa, 31.10.1929). Médico em S. Tomé (1896-1903), Ministro do Interior (1910), Primeiro-Ministro (1916-1917), Ministro das Colónias (1916-1917), Presidente da República (1919-1925).



Augusto de Almeida Monjardino (Angra do Heroísmo, Açores, 08.03.1871 – Lisboa, 06.06.1941). Professor de Medicina da Universidade de Lisboa (1910), Deputado à Assembleia Nacional Constituinte e Senador ao Congresso da República (1911-1915), Director do Hospital do Desterro (1913), Director do Hospital de S. Lázaro (1913), Director do Hospital de Arroios (1913) e Director do Hospital D. Estefânia (1913), Reitor da Universidade de Lisboa (1928), Fundou e foi Director da Maternidade Alfredo da Costa (1932).

Augusto Baeta Bissaya das Neves Barreto (Castanheira de Pera, 13.09.1864 – Lisboa, 27.12.1941). Governador Civil de Castelo Branco (1910-1911), Ministro da Marinha (1911), Director-Geral da Assistência (1911), Deputado à Assembleia Nacional Constituinte e ao Congresso da República (1915-1917), Vogal do Conselho de Administração do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral (1919-1929), Senador ao Congresso da República (1921-1922).

Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia (Lisboa, 25.09.1867 – Lisboa, 27.09.1951). Professor na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (1906), Enfermeiro-mor dos Hospital de S. José (1910-1911), Ministro dos Negócios Estrangeiros (1911-1913), Primeiro-ministro (1911-1912), Embaixador (1913-1919), Senador ao Congresso da República (1915-1917; 1922-1925; 1925-1926), Delegado na Sociedade das Nações (1923-1937), Presidente da Assembleia-Geral da Sociedade das Nações (1936-1937).

Augusto Pires Celestino da Costa (Lisboa, 16.04.1884 – Lisboa, 27.03.1956). Sócio Fundador da Liga de Educação Nacional (1908), Membro da Sociedade de Estudos Pedagógicos (1918), Presidente da Junta de Educação Nacional (1934), Presidente do Instituto de Alta Cultura (1936).

Francisco Soares Branco Gentil (Alcácer do Sal, 27.02.1878 – Lisboa, 13.10.1964). Professor na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (1911), Enfermeiro-mor dos Hospitais Cívicos de Lisboa (1914), Director da Faculdade de Medicina de Lisboa (1915-1918), Director do Hospital de S. José (1913), Fundou o Instituto Português de Oncologia (1927), Presidente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa (1936-1938).

Jaime Zuzarte Cortesão (Ançã, 29.04.1884 – Lisboa, 14.08.1960). Professor do ensino liceal no Porto (1911-1915), Deputado à Assembleia Nacional Constituinte e ao Congresso da República (1915-1917), Director da Biblioteca Nacional (1919-1927).



José Curry da Câmara Cabral (Horta, Açores, 04.05.1844 – Lisboa, 19.05.1920). Conservador do Museu de Anatomia da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (1873-1876), Professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (1876-1910), Presidente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa (1898-1900), Enfermeiro-mor (1900-1910).

José Estêvão Pais de Vasconcelos (Olhão, 13.11.1868 – Lisboa, 15.05.1917). Membro da Câmara dos Deputados da Monarquia Constitucional (1908-1910), Presidente da Comissão de Trabalho do Governo Civil de Lisboa (1910-1911), Administrador da Caixa Geral de Depósitos (1911-1917), Presidente do Conselho de Seguros, Ministro do Fomento (1911-1912), Deputado e Senador ao Congresso da República (1911-1917) e líder da Bandada Parlamentar (1911-1917).

Luis Inocêncio Ramos Pereira (Porto, 18.09.1870 – Lisboa, 22.07.1938). Deputado à Assembleia Nacional Constituinte e ao Congresso da República (1911-1915), Provedor da Assistência de Lisboa (1913), Senador do Congresso da República (1915-1917, 1919-19126).

Miguel Augusto Bombarda (Rio de Janeiro, Brasil, 06.03.1851 – Lisboa, 03.10.1910). Professor na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (1877-1892), Secretário-geral do "XVI Congresso Internacional de Medicina e Cirurgia" em Lisboa (1906), Director do Hospital Psiquiátrico Rilhafotes (1892-1910), Membro da Câmara dos Deputados da Monarquia Constitucional (1910).



Ramiro Guedes (Lisboa, 22.07.1850 – Abrantes, 23.12.1933). Governador Civil de Santarém (1910-1911), Provedor da Assistência de Lisboa

(1911), Deputado à Assembleia Nacional Constituinte e ao Congresso da República e Senador do Congresso da República (1911-1915).



Ricardo de Almeida Jorge (Porto, 09.05.1858 – Lisboa, 29.06.1939). Professor da Escola Médico-Cirúrgica do Porto (1895), Professor de Higiene da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (1899), autor do Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública (1901), Membro do Conselho Superior da Higiene e Saúde Pública da Direcção-Geral de Saúde e Beneficência Pública (1911), Presidente da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa (1914-1915), Senador ao Congresso da República (1918-1919).

Casas-Museu dos Médicos em Portugal

Temos por objectivo específico analisar as Casas que foram de alguns Médicos e que as deixaram à comunidade, perpetuando a sua vida e obra, tendo por finalidade servir cultural e cientificamente a sociedade, no geral, e a comunidade onde se integram, no particular.

Os seus dons intelectuais estavam, permanentemente, associados ao mundo que os rodeava, integrado no ambiente em que viviam, ou seja *a sua ca(u)sa*.

É nos espaços habitacionais, no consultório, nas Escolas e nos hospitais onde exerciam que gravitavam testemunhos directos do seu o dia-a-dia. É nestes ambientes que se desenrola o quotidiano familiar e que passando, após a sua morte, para o domínio público se preserva a sua memória.

A memória da actual sociedade desses conturbados tempos de luta republicana está presente nas *Casas-Museu dos Republicanos*, onde muitas são coincidentes com as Casas-Museu dos Médicos, motivo que as interliga num propósito racional de perpetuar, no tempo e no espaço, monumentos vivificados das novas gerações de portugueses. Portugal, tal como a denominada sociedade ocidental, desenvolveu a prática museológica das Casas-Museu, permitindo que se revisite o espaço privado de um particular tornado público. Tal fenómeno também foi tangível à classe médica, pois constituem uma componente da franja da elite social portuguesa.

As *Casas dos Médicos*, adaptadas e transformadas para fins museológicos, denominadas como *Casas-Museu*, reflectem também as suas causas, os seus motivos de trabalho e produtividade endémica do provir para com o bem comum. As *Casas-Museu dos Médicos* constituem veículos de conhecimento

sobre o Portugal do século passado, aproximando culturas e ideais, desenvolvendo as suas causas sociais.

As *Casas dos Médicos* constituem um exemplo para as gerações futuras nacionais¹⁴, pois percorrem diversas e variadas áreas do conhecimento e saber, desde a política, a assistência, a ciência, a literária, a cultural, a artística e a filantropia, imbuídos nos ideais que se instalaram na sociedade portuguesa do século XX com o advento da implantação da República¹⁵.

As *Casas-Museu dos Médicos* portugueses são:

1. *Casa-Museu Abel Salazar*, em *S. Mamede de Infesta*.
2. *Casa-Museu Júlio Dinis*, em *Ovar*.
3. *Casa-Museu Prof. Egas Moniz*, em *Avanca, Estarreja*.
4. *Casa-Museu Bissaya Barreto*, em *Coimbra*.
5. *Casa-Museu Miguel Torga*, em *Coimbra*.
6. *Casa-Museu Fernando Namora*, em *Condexa-a-Nova*.
7. *Museu de Alhandra – Casa Dr. Sousa Martins*.
8. *Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*, em *Lisboa*.
9. *Casa-Museu Prof. Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó*, em *Parade, Cascais*.

Estado da arte sobre o tema

Após análise e recolha bibliográfica, documental, artística e patrimonial sobre as *Casas-Museu dos Médicos em Portugal*, concluímos que o seu espólio é merecedor de uma reflexão temática sobre o estado da arte existente, motivos que originaram alguma reflexão sobre os patronos dos imóveis, assim como as suas causas para com a sociedade. E estas não foram só no campo da assistência, mas também no sentido educacional das comunidades onde habitavam e das quais se rodeavam.

O espírito humanista está perfeitamente subjacente em todos eles, associado à filantropia que tinha por base os ideais republicanos, transversais a toda a elite do advento do século XX.

Nascidos nos finais do século XIX, com excepção do Dr. Fernando Namora, os Médicos que estudamos desenvolveram arquétipos culturo-memoriais substanciados no provir da união, igualdade, fraternidade e liberdade entre as raças, abrangendo os seus ideais interesses culturais diversificados, os quais se reflectiram no seu dia-a-dia e nas suas *ca(u)sas*.

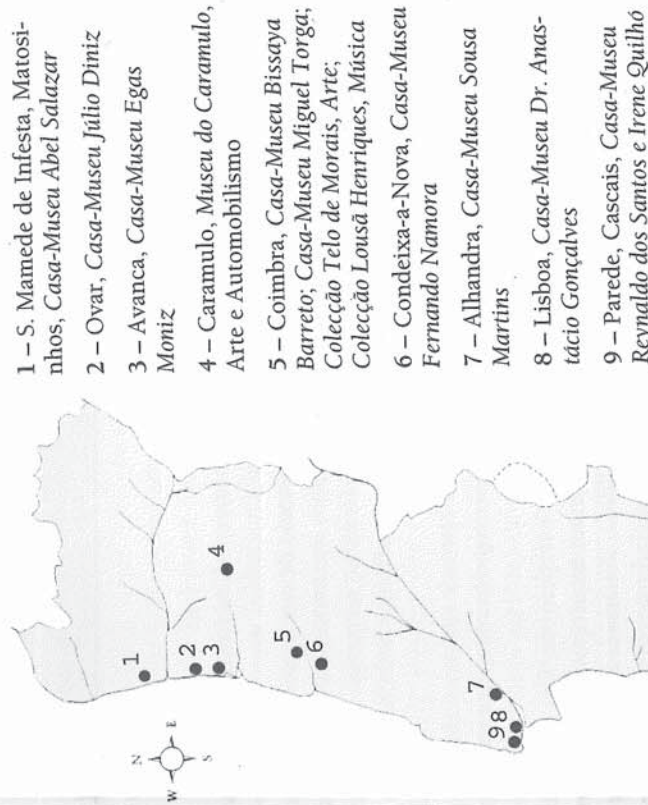
¹⁴ Referimo-nos concretamente ao projecto *Casas d'Escritores*.

¹⁵ BORGES, 2010.

No presente as Casas que os acolhiam eram, e continuam a ser, referências no mundo da arte, do património, da ciência, da cultura e de literatura nacional e internacional, encerrando, nas suas paredes, verdadeiros tesouros da nossa identidade e da cultura universal.

As referências e alusões das Casas-Museu aos seus instituidores constituem, no panorama internacional, uma mais valia ao espólio que deixaram à Nação, e sendo para educação dos povos. Aliás, esta referência não se circunscreve apenas ao nosso território nacional, mas a uma globalização em estado puro, que começa a dar os seus primeiros passos no advento da República e se alicerçou nos tempos modernos. Evidenciam um determinado momento da nossa história, onde a pertinência dos valores conceituais do ideal republicano estava sempre omnipresente, fazendo-se da causa pública as suas causas.

Mapa de Portugal Continental onde há Casas-Museu e Coleções de Médicos



Bibliografia

- BARRETO, Fernando Bissaya, «Uma obra social», Coimbra, Fundação Bissaya Barreto, 3 vols., 1970.
- BORGES, Augusto Moutinho, «Dr. António Mendes Lages e as Casas de Saúde do Telhal e Idanha», in *XXI Jornadas de História da Medicina da Beira Interior*, Castelo Branco, Cadernos de Cultura, 2009, pp. 134-136.
- BORGES, Augusto Moutinho, «Coleccionadores, médicos e republicanos», in *Coleccionador para a Res publica – Dr. Anastácio Gonçalves*, Lisboa, Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves e Instituto Português de Museus, 2010, pp. 84-97.
- BORGES, Augusto Moutinho, «Casas-Museu de Médicos em Portugal: Ciência, Arte e Cultura», in *XXIV Jornadas de História da Medicina da Beira Interior*, Castelo Branco, Cadernos de Cultura, 2010, pp. 157-163.
- BORGES, Augusto Moutinho, «Coleccionar para educar – ensinar para a Res publica: as Casas-Museu e cidadania», in *Congresso Histórico da República*, Lisboa, Assembleia da República, 2010 (no prelo).
- BREYNER, Tomás de Melo, «Memórias do Professor Thomaz de Mello Breyner, 4.º Conde de Maфра, 1869-1880», Lisboa, Parceria António Maria Pereira, II vol., 1930.
- CORREIA, Manuel, Egas Moniz, «Imagens e representações», in *Estudos do Século XX* (n.º 5), Coimbra, CEIS20, 2005.
- FALCÃO, Fernando, «Um homem chamado Abel Salazar», Porto, CMAS, 1996.
- FERREIRA, F. A. Gonçalves, «História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal», Lisboa, 1990.
- GAMEIRO, Aires, BORGES, Augusto Moutinho, CARDOSO, Ana Mateus e OLIVEIRA, Fernando, «Dr. Luis Cebola: um maçon na Casa de Saúde do Telhal», Coimbra, CEIS20, Cadernos de Investigação, 2009.
- GUSMÃO, Adriano de, «A personalidade artística de Abel Salazar», Porto, CMAS, 1948.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha, «Instituição da “Fundação Egas Moniz” e da sua “Casa-Museu” em Avanca», Aveiro, Arquivo do Distrito de Aveiro, 1966.
- MATOS, Maria Antónia Pinto de, «A Casa das porcelanas: Cerâmica chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves», Lisboa, Instituto Português de Museus, 1996.
- MONTEIRO, Joana Sousa e FIGUEIREDO, Cláudia, «Roteiro de Museus», Lisboa, Instituto Português de Museus / Rede Portuguesa de Museus, 2004.

- MONIZ, Egas, «A nossa Casa», 2.ª ed., Águeda, Câmara Municipal de Estarreja, 2008.
- MONIZ, Egas, «Bases para a criação em Portugal duma lei protectora da primeira infância», Coimbra Imprensa da Universidade, 1904.
- MONIZ, Egas, «O ensino médico em Lisboa: clinica neurológica», Lisboa, Faculdade de Medicina de Lisboa, 1925.
- MONIZ, Egas, «Um ano de politica», Lisboa, Sociedade Editora, 1919.
- RAMOS, Nuno, «Os Médicos e os Ideais», Lisboa, BEXAL, 2004.
- SANTOS, Alfredo Ribeiro dos, «Para um perfil de Abel Salazar», Porto, CMAS, 1997.
- SANTOS, Reynaldo dos, «Tuberculose renal», Lisboa, 1907.
- SOUSA, Jorge Pais de, «Bissaya Barreto: Ordem e Progresso», Coimbra, Minerva, 1999.
- TORGAL, Luís Reis, «António José de Almeida». Lisboa, Temas e Debates, 2006.

A República: deslocação criativa em curso

Carlos Leone

CHC

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

1. Eventos (uma analogia)

Deixem-me começar com uma citação. Não sobre o centenário da implantação da República, mas sobre um bicentenário mais ou menos esquecido, o do nascimento de Alexandre Herculano. Escreveu Rui Ramos no *Expresso* de 27 de Março de 2010:

“1910, não fosse a inesperada República, teria sido simplesmente o ano do primeiro centenário [de Herculano], intensamente celebrado. Ainda em 1977, o aniversário da sua morte serviu, por entre congressos, conferências e reedições, para pôr a nova democracia sob a sua protecção espiritual. 2010 ficará para a história como o ano em que Herculano não foi comemorado. Que aconteceu? Mudaram os gostos, falharam os professores, o Estado preferiu Afonso Costa... Talvez não tenha sido só Herculano que desapareceu, mas o seu lugar. Já não há semideuses”¹.

A indústria cultural dos festejos centenários, percebe-se bem, não pode acudir a todos por mais pródiga que seja. E, de facto, o bicentenário do nascimento de Herculano ressentiu-se disso. Mas vale a pena considerar cada um dos períodos citados.

Em primeiro lugar, além de esperada, a República foi em 1910 em boa medida resultado da influência das ideias de liberdade e civismo defendidas tão ferozmente por Herculano, não à nisto nada de accidental, cremos. Daí mesmo que, num segundo momento, o da retoma dos ideais de liberdade e igualdade republicanas (em 1977), o seu nome tenha sido recuperado, qual alto-patrocínio.

Já as observações sobre 2010 suscitam mais pormenorização. Herculano não foi comemorado, ou quase, é certo. Mudaram os gostos (Herculano não

¹ “O ‘semideus da literatura portuguesa’”, pp. 12-14, p. 14.

era exactamente festivo, de facto), falharam os professores (que bom, para variar, não serem os alunos os responsabilizados pelo desinteresse na leitura de *Eurico, o Presbítero!*), a organização do centenário da República recuperou Afonso Costa... bom, quanto a isto, não estou certo, mas Rui Ramos, que há já uma década (no «Suplemento» ao *Dicionário de História de Portugal*, artigo «Afonso Costa») atribuiu ao líder republicano a recuperação das Finanças geralmente associada a Salazar, é insuspeito para o afirmar... Em todo o caso, é a conclusão no trecho citado que mais me interessa: o lugar semidivino ocupado por Herculano desapareceu.

Como o contestar, de facto? No artigo que citei, Herculano surge destacado, sendo Garrett apenas mencionado de passagem. Mas admitamos, que, de facto, só Herculano atingiu esse estatuto único. Depois dele, logo com a Geração de 70, os aspirantes ao lugar não mereceriam menção, pelo menos Antero e Oliveira Martins? E o «intelectual», pelo menos depois do caso Dreyfus? Bom, Rui Ramos desdenha esse lugar e prefere pensar em termos de traição dos intelectuais (veja-se, no mesmo «Suplemento» já referido, o artigo «Intelectuais e Estado Novo»), mas, a nosso ver, a continuidade que se pode ao menos tentar de Herculano e Garrett para Antero e Oliveira Martins prossegue em boa ordem para Sérgio e, até hoje, Eduardo Lourenço. Claro, Eduardo Lourenço não legistrou nem guerreou como Herculano. Mas ainda assim: o lugar supra-partes, de pensador laureado da polis, sumiu? Que a polis tenha deixado de cuidar dos «escrevinhadores», coisa que aliás em Portugal está longe de ser novo, é manifesto. Mas a intelectualidade não prescindiu dessa figura *primus inter pares*, cuja tutela pode ser mais ou menos ignorada, até contestada pelos mais jovens (como Herculano o foi pelos de '70), e, não obstante, até através disso, permanecer activa e presente, seja desde Vale de Lobos, seja desde Vence.

Não pretendi com isto estabelecer uma comparação, apenas criar uma analogia. Ela serve-me, assim espero, para relativizar a importância das celebrações e dos esquecimentos, sobretudo no que respeita a pessoas e eventos. O que me move, aqui, é a relevância das ideias que originam estes eventos. Essas ideias são invariavelmente conceitos. E para me aproximar dos conceitos que presidem a estas deslocações criativas, permito-me, agora sim, uma comparação.

2. Deslocações (uma comparação)

Ainda próximo de nós, um evento em vários aspectos similar ao centenário da República pode ser lembrado para servir de termo de comparação, a saber, a celebração dos 30 anos do 25 de Abril de 1974. A comemoração de 2004 foi em maior medida comemoração (lembrança conjunta) do que a actual,

quer pela maior proximidade histórica da data evocada quer pelo seu carácter, mais unânime e menos polémico (o que não significa, claro está, destituição de polémicas, por vezes intensas e até ritualizadas). Nesse ano de 2004, a comissão encarregue de organizar as actividades públicas de comemoração distinguuiu-se de forma involuntária graças a um cartaz publicitário muito difundido, no qual se lia «Abril é evolução». Rapidamente objecto de pinturas, que colocavam um «R» antes de «evolução», o cartaz deu origem a uma pequena polémica sobre o carácter revolucionário ou evolutivo da «revolução dos cravos». Não por acaso, a tese «evolutiva» perflhada pela comissão organizadora das comemorações desse ano fundava-se em argumentos de ciências sociais (área de actividade do seu responsável), os quais, sendo perfeitamente atendíveis e bem expostos, nem por isso se revelaram convincentes. E sem surpresa (esperar-se-ia...): pois a memória colectiva, quer a memória festiva da generalidade da população, quer mesmo a memória depreciativa de uma minoria, guardava «Abril» como revolução. Do país, das vidas individuais dos que o viveram, das vidas dos ainda não nascidos (ou não conscientes do acto no tempo em que ocorreu), enfim, revolução de tudo o que, numa comemoração, cabe na designação «Portugal». Foi um exemplo inócuo de dissonância entre a reflexão científica a respeito de um tema e a sua representação social mesmo a décadas de distância. Mas podemos explorar essa dissonância no que ela tem de menos inócuo: a indicação que nos dava já para o actual centenário e a elisão do carácter problemático do 25 de Abril de 1974, bem presente para os que o viveram, ainda antes de o ser para o que o estudam.

Em primeiro lugar, a confusão não foi tão inócua como até aqui foi descrita. Na realidade, a tese da comissão das comemorações baseava-se no carácter «liberalizante» do consulado de Marcello Caetano, o qual teria levado como que naturalmente a uma queda do Estado Novo, cedendo progressivamente pequenas liberdades, e à ascensão das forças democráticas que moldaram a Constituição de 1976. A lógica é conhecida e defensável, mas a sua invocação a propósito das comemorações envolve um equívoco: a confusão (ou até mais radicalmente, a fusão) de «liberdade» e «democracia». Ora, tal como já antes do liberalismo havia liberdade, também antes da democracia já a havia. O problema, teórico e histórico, reside na definição dos termos e no seu emprego de modo cientificamente pertinente. E, bem entendido, nada disto está ao alcance de comissões comemorativas (desse ano ou de outro qualquer). Na do 25 de Abril, é justamente essa assimilação entre liberdade e democracia que as vivifica, tal como no 1º de Maio a força simbólica da data reside na reunião da necessidade do trabalho com direitos que essa necessidade (esse dever) reclama.

Em segundo lugar, a tese da «evolução de Abril» vinha como que apaziguar o conflito já referido entre uma visão dominante da data, positiva, e uma visão minoritária, negativa. Fê-lo-ia conjugando a comemoração, no sentido festivo mais corrente do termo, de Abril com a co-memoração, no sentido de revisão histórica de tipo científico, dos eventos de 1974. Nisso, a comemoração de 2004 esqueceu, ou não apreciou devidamente, o carácter aporético da problematidade da data. Se revisitarmos as reflexões sobre o período publicadas então, vemos como a singularidade do 25 de Abril de 1974 e dos dois anos (pelo menos) que se lhe seguiram foi percebida de modos muito diversos e irreconciliáveis. Irreconciliáveis então e ainda hoje. Desde «golpe militar» a revolução, de «sonho lindo que se acabou» a evolução (na descontinuidade), a diferença de perspectivas formadas então e desenvolvidas até ao presente é, como se viu em 2004, ainda hoje irreduzível a um único sentido. Testemunho ainda hoje inultrapassado desse conflito de modalidades do real é (já o escrevi há anos, pelo que não o repito agora apenas pela analogia de há pouco) o livro de Eduardo Lourenço *O Fascismo nunca existiu*. Que em 2004 tenha faltado a devida apreciação disto é revelador apenas de efeitos perversos do desenvolvimento das ciências sociais sem relação com as humanidades. O que é outro assunto.

Em resumo, a equívocidade de uma comemoração de uma data bem mais próxima no tempo que a da implantação da República podia ter servido de orientação em vários aspectos: a da polissemia dos termos e sua importância intrínseca, muito além das clarificações necessárias; a irredutibilidade de planos de abordagem diversos (ciência, memória); a complexidade da própria data à época da sua relevância imediata, independentemente do trabalho comemorativo posterior.

A distância de 1910 não apazigua o campo de batalha histórico, como bem sabemos. Isso, somado ao esquecimento do público (cuja memória não recua tão longe), altera a co-memoração de 1910 no sentido de uma disputa historiográfica. Nesta, rapidamente a discussão desliza da implantação da República para a análise da I República. Deslize conceptual com graves implicações práticas: desmobiliza as comemorações do que é distintivo na realidade republicana (sua concepção política, alternativa à Monarquia) e foca-as na dimensão empírica que, inacessível à memória colectiva pela sua dimensão secular, fica reduzida a disputas entre escolas historiográficas com manifestas (por vezes declaradas) feições políticas.

Assim, a República é afinal nas comemorações «a I» República; sobre esta, os termos reduzem-se aos da historiografia, pois a memória colectiva há muito se perdeu; a realidade complexa que a implantação da República foi perde-se, ou diminui, na necessária versão unificada que o discurso comemorativo oficial, de qualquer evento, se vê obrigado a gerar para ser eficaz.

Mas a República foi afinal algo diverso da sua experiência inicial de 16 anos, foi sobretudo um regime político (da democraticidade dos seus instrumentos de governo não podemos aferir aqui) oposto à Monarquia. Em vez de um poder soberano individual (ao menos no plano simbólico, na Monarquia Constitucional), a afirmação do povo como fonte da soberania; em vez de um regime de privilégio de certas classes face à lei, a igualdade de todos perante a lei comum; em lugar de uma concepção de Portugal edificada sobre diferenças de *status*, uma afirmação de cidadania colectiva, usualmente designada «ética republicana» (termo a discutir, mas não aqui). A haver uma comemoração será disto, mutação da concepção do Estado sem cessação da existência desse Estado. Mutação percebida por todos, inclusivamente dos seus adversários reaccionários, como verdadeira segunda fundação de Portugal. Tal comemoração, quer pela distância temporal do seu momento quer pela sua natureza conceptual e institucional teria de ser construída. Não apenas «recuperada», pois tratamos aqui de uma mutação fruto de reflexão e de acção deliberada, não de qualquer sucessão natural de eventos; a sua natureza política só pode ser discutida enquanto problema político e institucional – e problema por não estar resolvida, nunca ter estado, não ser passível de qualquer resolução apropriada. Ao focar a «I República» desloca-se a comemoração de 1910 para 1926, daí para 1933, daí para...

Desta lógica resulta inevitável a preponderância da visão historiográfica sobre a República, isto é, a sua discussão em função dos sucessivos regimes e governos, misturando realidades como república, ditadura, governo, Estado, democracia (orgânica ou não), e um longo *et caetera*. Exemplo maior disso mesmo é a querela irresolúvel de se determinar se o actual regime é a II ou a III República. Que tal problema seja extrínseco à noção de república hoje alegadamente comemorada (sintomaticamente a Constituição dispensou qualquer numeração dessa ordem), que a sua discussão prescindida da diferenciação de planos (ao menos a diferenciação do plano histórico, em que o Estado Novo foi republicano na medida em que, de facto, não restaurou a forma monárquica de regime, face ao plano conceptual, em que a «constituição semântica» desse mesmo Estado Novo o tornava não numa república mas num regime indefinido, a-legal), que essa indiferenciação conduza a oposições extra-historiográficas sobre motivações políticas presentes imiscuidas no trabalho científico, tudo isso é consequência nefasta da redução da república à sua História, como se esta dispensasse consideração conceptual.

E, assim, tal como sucedeu, sem que nada se tivesse aprendido com a comemoração de 2004, elide-se a problematidade intrínseca e insolúvel da implantação da República, algo que esteve bem presente no que então se

escreveu. Incapazes de construir conceptualmente uma realidade republicana, reduzindo assim a comemoração do centenário à reedição mais ou menos cordial de velhas disputas político-históricas, com estas se obscurece o que o contacto directo com as fontes podemos ganhar. A saber, a reflexão, em acto, dos homens que fizeram a república na sua diversidade. Noutro texto, introdutório a *O País do Absurdo* (2007, Lisboa, nas Obras Completas de Adolfo Casais Monteiro, Imprensa Nacional-Casa da Moeda) usei algumas observações de Casais Monteiro no mesmo sentido em que me esforço agora. Quero terminar, no entanto, com um problema conceptual que tenho vindo a referir e que nesse prefácio também abordei, de outro ângulo, a encerrá-lo.

3. Criações (uma conclusão)

É comum, há muito, entre as diversas tendências científicas e mesmo ideológicas da historiografia portuguesa sobre o século XIX, descrever o liberalismo, a monarquia constitucional, como um regime em que dois partidos alternavam no poder num rotativismo que não representava o país por elites mas apenas perpetuava uma classe dominante no aparelho de Estado à custa do alheamento da generalidade da população.

Se focada na I República, as actuais comemorações serão permanentemente dissensões, de historiografia mesclada de ideologia, prolongando a narrativa sobre o liberalismo. Esta é a consequência lógica de privilegiar homens e eventos concretos em vez de conceitos e suas consequências – o que é uma opção aceitável em comemorações, até expectável. Sucede que, para criar uma consciência da república e do que ela significa, as comemorações não podem excluir os próprios termos, os conceitos, que servem para as nomear.

A metanarrativa sobre o liberalismo português, monárquico primeiro e depois republicano, é bem sabida. Pombal encontra-se invariavelmente no seu início, como pivot da transição do Portugal do Antigo Regime para a modernidade, o que em si já é problemático, pois tanta da acção política de Pombal foi Antigo Regime. O espinho que o reformismo pombalino representa por isso para o liberalismo português foi remediado, se assim se pode dizer, pela própria afirmação guerreira do liberalismo português, o qual teve também de recorrer a violências sobre adversários, a centralismo estatal e à condução política da vida económica em toda a sua periclitante existência. As continuidades nesta metanarrativa são mais sugestivas, parece-me, que teorias conspiratórias sobre uma influência inescapável da maçonaria, tantas vezes referida *ex machina* em teorias conspirativas.

Ora, na perspectiva aqui avançada, quer o *sui generis* liberalismo português quer a sua oposição, mais radical do que crítica, enfermam de uma mesma incapacidade de diferenciar o que respeita ao plano do regime político (a concepção do Estado e suas relações com as pessoas) e o que respeita ao plano do sistema de governo (orientação política do aparelho de Estado através de instituições e normas pré-estabelecidas e regidas por normas). Não espanta, houve efectivamente entre liberais e iliberais uma comunidade de realidades vividas, meios para a modificar, mesmo de (alguns) objectivos a realizar. Neste trânsito entre regimes, o que predominou foi de facto a administração do governo (e convém observar que mesmo na reflexão filosófica, primeiro, e das ciências sociais e humanas, a modernidade desenvolveu uma crescente apetência por estas e um interesse menor e menos constante pelos regimes e pela questão da soberania que os define). Todavia, da Monarquia à República, o trânsito de regimes fez-se sob pressão dos insucessos governativos que o rotativismo oitocentista acumulou, de que hoje restam simbolicamente (e perpetuamente?) a má reputação dos partidos, a bancarrota do Estado e o ultimato de 1890.

Mas a originalidade da República portuguesa face à monarquia que a antecedeu não se manifestou no governo, antes sim na concepção do regime. Não foi na instituição parlamentar nem nos seus principais líderes, não foi na luta partidária nem entre os seus grandes agitadores, não foi sequer na proximidade do povo ao poder ou em maior adesão às instituições de um ou de outro regime. Foi sim ao nível da concepção de regime político, e nas suas consequências maiores em termos sociais que a diferença foi real.

A mudança dos princípios de organização de soberania, de chefia do Estado e de estatuto legal da cidadania que referi a respeito da implantação da república tiveram consequências bem maiores do que qualquer governo específico, qualquer votação para a Assembleia ou qualquer conflito partidário ocorridos na I República. A lei de separação entre Igreja e Estado ou o divórcio civil foram consequências bem mais estruturantes do *ethos* republicano do que qualquer excesso ou do que qualquer medida ineficaz do regime criado a 5 de Outubro de 1910.

Assim, quer do ponto de vista formal, quer do ponto de vista material, a República firmou-se como realidade que, independentemente do que nela se foi estatuindo legalmente, marca um ponto de não retorno na vida colectiva portuguesa. Uma deslocação criativa composta e de potencial ainda longe de exaurido. A não adesão a qualquer intuito restaurador da Monarquia, afastado por Salazar, por Caetano e pelo nosso regime, sempre a par da população em geral, atesta bem o enraizamento formal da República. A conversão dos

incompleto e dinâmico de ideologias, instituições e pessoas, inclusivamente parcialidade pessoal, a respeito das suas próprias idiossincrasias, das suas memórias, etc. Além disso, as posições políticas são relativas, elas definem-se face às suas adversárias, modelam-se em gradações complexas e flutuantes, cristalizam-se e revolucionam-se sem cessar. O regime político que formam, definido em termos abstractos, pode variar (Monarquia, República), mas comparativamente pouco. As consequências podem ser grandes (relação Igreja/Estado, p. ex.), mas não forçosamente. A cultura social (de tolerância) pode até manter-se estável. Por tudo isto, a mutabilidade no âmbito do sistema de governo é mais intensa e protege mesmo a estabilidade do regime, ao absorver a conflitualidade social e institucional. No sistema de governo, assim como nos seus subsistemas (partidário, sobretudo), essa mutabilidade exprime-se desde a Revolução Francesa em termos de Esquerda e Direita.

A lógica igualitária do sistema de governo democrático (e dos seus supostos republicanos, não esquecer) transfere do regime (Estado, Nação) para o sistema político (sistema de governo, instituições) a conflitualidade potencialmente desagregadora da comunidade política, e a expressão da soberania nos parlamentos faz-se pela diáde Direita e Esquerda não apenas por saudosismo da Revolução Francesa mas sobretudo por conveniência prática de representantes e representados, os quais, neste modelo esquemático mas fluido (mais à Direita, mais à Esquerda, etc.), guardam a plasticidade necessária à vida em comum sem abdicar da percepção das posições relativas e das suas implicações práticas.

A deslocação criativa da República, pelo menos no caso português, foi a de permitir desimbricar o Estado e a sua chefia da governação e, pela diferenciação dos planos, manter a conflitualidade social representada politicamente (na Assembleia) de forma governável (pelo Executivo), sem nunca incorrer em cristalizações, de tipo corporativo ou outro, sempre ilusórias.

Ou não fosse a realidade social e política, sempre jovem por sempre estar em *autopotesis*, a deslocação criativa por excelência.

Ajuda, dia do bicentenário de Alexandre Herculano
Porto, Junho de 2010.

monárquicos, pelo menos no que representam destes as suas instituições, a princípios basilares da nossa vida social, desde o reconhecimento da separação entre Igreja e Estado, à primazia do poder constitucional sobre o poder real, à afirmação das liberdades individuais sobre os privilégios de estamento, ilustram bem, suponho, a influência exercida pelo regime republicano sobre os seus mais sistemáticos oponentes.

A iniciativa anunciada no 99º aniversário da República pela Causa Real, a de promover a substituição na Constituição Portuguesa da referência à República por uma referência a Democracia, será talvez o melhor exemplo de tudo isto. Instrumentalmente seria interessante, pois o sucesso de tal iniciativa abriria espaço a uma renovada aposta na restauração monárquica, por via referendária. Mas no plano dos princípios ela confirma apenas algo que já se sabe há muito: tal «monarquia» não passaria de uma república simbolicamente coroada, sendo que à parte do símbolo que é a coroa corresponderia uma outra parte, que comporia o conjunto, a do governo democrático; sucede que os pressupostos deste tipo de governo são republicanos: igualdade de todos perante a lei, igual capacidade electiva para cargos públicos, poder de Estado «burocratizado» e não unificado. Ou seja: o rei não iria nu, mas sim envengando as roupas de outrem, do cidadão...

(Este tipo de equívocos produz-se igualmente dentro do campo republicano, diga-se. As repetidas, e cada vez mais insistentes, reclamações de presidencialismo não se limitam a mergulhar no mesmo rio que sempre nos deuta ditadores, vão mais longe. Na realidade, confundem o plano do regime, a sua chefia – em grande medida simbólica – pelo Presidente, com o plano da administração da coisa pública, o do governo e suas instituições. Esta confusão, deliberada ou inconsciente, não comporta apenas o risco de ditaduras, comporta ainda uma ilusão sobre as capacidades do presidencialismo para se ater ao plano em que a diferenciação regime/sistema lhe permite estar quando tiver de governar; ora, nem a experiência de outros Estados nem sequer a nossa única efectiva tentativa de presidencializar o sistema de governo – o PRD de Eanes – autorizam essas suposições. Por isso a promoção do presidencialismo como solução automática para as dificuldades nacionais não é apenas ilusória, é contraditória, ao tornar o Presidente, como outrora aconteceu aos reis constitucionais, partidários pela via da governação. Vale a pena voltar a isto noutro contexto.)

Os cidadãos, esses, beneficiando do simbolismo presidencial a-partidário (não *supra partes*, isso seria um atestado de menoridade à democracia), vivem a sua posição política em torno de referências parciais e relativas. Parciais, pois são sempre criações contingentes, ditadas pelo conhecimento sempre

Do Ultimato ao Ultimatum: a vitalidade nacional*

Dionísio Vila Maior

Universidade do Algarve

CLEPUL

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

1. Em 6 de Fevereiro de 1909, Mário de Sá-Carneiro publica, na revista *Azulejos*, um conto intitulado *Página de um suicida*. Nesse conto, a personagem principal, Lourenço Furtado, aparece-nos com um desejo singular – não tanto por aquilo que essa personagem deseja, mas sobretudo por aquilo para que imediatamente esse desejo reenvia: ansioso, e curioso, perante o encontro com o desconhecido que tal acto envolve, Lourenço Furtado pretende suicidar-se, considerando-se, desde logo, diferente daqueles que morrem sem o desejo. Com esse caminhar voluntário ao encontro da morte, Lourenço Furtado acredita que, para além do estatuto de “descobridor”, seria igualmente referido como um “neurasténico”. No entanto, ele próprio refere:

[...] sou simplesmente uma vítima da época, nada mais... O meu espírito é um espírito aventureiro e investigador por excelência. Se eu tivesse nascido no século XV descobriria novos mares, novos continentes... No começo do século XIX teria talvez inventado o caminho de ferro... Há poucos anos mesmo, ainda teria com que me ocupar: os automóveis, a telegrafia sem fios... Mas agora... agora que me resta?...¹

logo a seguir, responde:

* Este estudo corresponde, no essencial, a uma comunicação proferida, em Maio de 2010, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Sabugal, no âmbito de um Ciclo de Tertúlias organizado pela Delegação de Coimbra da Universidade Aberta e pelo CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Ciclo esse intitulado *Do Ultimato a República: variações histórico-culturais e literárias*.

¹ Mário de Sá-Carneiro, *Princípio e Outros Contos*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s/d, p. 128.

A aviação... Pf... essa já nada me interessa depois dos último resultados dos Wrights e de Farman... Para o Pólo Sul partiu há pouco o Dr. Charcot... Não há dúvida, não: a única coisa interessante que existe actualmente na vida é... a morte! Pois bem, serei o primeiro explorador dessa região misteriosa, completamente desconhecida...²

Deixando de lado o que, em termos narratológicos, tal atitude implicaria, importa, acima de tudo, notar, nestas palavras, o significado assumido por dois elementos: por um lado, a ideia de *canção* civilizacional, inseparável de um (aparente) triunfalismo – creditado, no final do século XIX, pelo desenvolvimento científico-tecnológico; por outro lado, a sensação e o signo de *morte*, num contexto histórico-cultural singularizado precisamente pela paulatina ascensão da máquina. E o que da conexão entre estas duas ideias aqui interessa reter é o que de *desassossego* implicou a forte ambiência científico-tecnológica que decididamente marcou a segunda metade do século XIX e os inícios do século XX; como se, afinal, a *morte* não só fosse inerente a esse contexto histórico-cultural, mas também a ela conduzisse – o que não poderia deixar de inevitavelmente nos encaminhar de igual modo para a ideia de *crise*.

Na esteira desta reflexão, a representação literária desse sentimento seria, aliás, de igual modo feita mais tarde por Pessoa, pela voz de Bernardo Soares. Num fragmento sem data do *LIVRO DO DESASSOSSEGO* (mas, provavelmente, de 1917), inserido numa passagem culturalmente muito generosa quanto às ilações que permite retirar, este semi-heterónimo pessoano mostra-se afectado negativamente por um tempo histórico-cultural marcado, de forma indelével, pela sensação de intranquilidade; e se esse fragmento serve, em parte, para justificar a incerteza existencial que, de uma forma ou de outra, variavelmente marcou Fernando Pessoa, com facilidade nos conduz também a uma outra conclusão: a forte consciência de um tempo de crise. Depois de se referir ao «trabalho destrutivo das gerações anteriores»³, lembra que a *insegurança* passou a caracterizar a vivência do homem ocidental, nas esferas “religiosa”, “moral” e “política”: «Nascemos já em plena angústia metafísica, em plena angústia moral, em pleno desassossego político», escreve; e continua, pouco depois:

Ébrias de uma coisa incerta, a que chamaram “positividade”, essas gerações criticaram toda a moral, esquadriñaram todas as regras de viver, e,

² Mário de Sá-Carneiro, *ibidem*.

³ Fernando Pessoa, *Edição crítica de Fernando Pessoa – Livro do Desassossego* [Edição de Jerónimo Pizarro] [Vol. XII, Tomo I], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010a, p. 144.

de tal choque de doutrinas, só ficou a certeza de nenhuma, e a dor de não haver essa certeza. Uma sociedade assim indisciplinada nos seus fundamentos culturais não podia, evidentemente ser senão vítima, na política, dessa indisciplina; e assim foi que acordámos para um mundo ávido de novidades sociais, e com alegria ia à conquista de uma liberdade que não sabia o que era, de um progresso que nunca definira⁴.

Não deixa de ser sintomático, nestas palavras, o facto de Pessoa definir o sentido da sua angústia, recorrendo à imagem fluante da *inquietação* e da *confiança* – esta última bem patente no desejo de procura de novos caminhos por parte da civilização ocidental («acordámos para um mundo ávido de novidades sociais, e com alegria [...] [tamos] à conquista de uma liberdade»); e, como se pode ver, as virtualidades semânticas decorrentes daquele sentimento de desassossego ligam-se intimamente a este (impreciso, é certo) desejo de “liberdade” e de “progresso”.

Ora, as palavras avançadas quer por Pessoa (pela voz *outra*), quer pela personagem Lourenço Furtado (do conto de Mário de Sá-Carneiro) são, a este propósito, inequívocas, quanto à matização de um estado cultural muito particular: um estado de crise civilizacional evidente, consequência (ou ‘reflexo’, talvez) de um forte desenvolvimento científico-tecnológico que, nos finais do século XIX, alterou consideravelmente todo um conjunto de vivências e referências culturais do homem ocidental.

2. Entretanto, a estas noções não é indiferente o modo como – quando indissociáveis da lucidez com que reflectiram sobre a cultura portuguesa – alguns representantes da Geração de 70 defenderam a urgência de uma acção intelectual renovadora. Recorde-se, a este propósito, o intuito programático de Antero de Quental, configurando um posicionamento ideológico-cultural alinhado com os desígnios gerais das *Conferências do Casino*. Num texto programático das *Conferências Democráticas*, Antero sublinha a necessidade premente de doutrinação e intervenção: «[...] ligar Portugal com o movimento

⁴ *Ibidem*. Compare-se, ainda, estas palavras com um trecho de Soares (Fernando Pessoa, *Edição crítica de Fernando Pessoa – Livro do Desassossego* [Edição de Jerónimo Pizarro] [Vol. XII, Tomo I], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010a, pp. 142-143), com um trecho de Pessoa, sobre o Sensacionismo (Fernando Pessoa, *Edição crítica de Fernando Pessoa – Sensacionismo e outros Ismos* [Edição de Jerónimo Pizarro] [Vol. X], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, pp. 183-184) e um outro atribuído ao Barão de Teive, sobre a perda de fé (por parte da geração a que pertence) nos «deuses das religiões antigas e [...] nos deuses nas religiões modernas» (Fernando Pessoa, *Edição crítica de Fernando Pessoa – A Educação do Stoico* [Edição de Jerónimo Pizarro] [Vol. IX], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 25).

moderno, fazendo-o nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada; procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam, na Europa; agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência moderna; estudar as condições de transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa».⁵

Não têm nem significado, nem alcance estético-literário muito diversos as palavras de Eça de Queirós, quando, em Maio de 1871, aponta para o objectivo de natureza prática, «científica e experimental» das *Conferências do Casino*: a oposição aos «aparatos retóricos». Foi, assim, também nesse sentido, que a Geração de 70 (pontificada por Eça, Antero e Oliveira Martins) se insurgiu contra as concepções passadistas da Literatura e da História, advogando, pelo contrário, tanto a europeização de Portugal (na tentativa de integrar o nosso país no ambiente de progresso científico que despontava nas principais capitais europeias), como uma revolução ideológica de perfil socialista (através da qual se deveria denunciar uma exacerbada estética romântica e afirmar o dinamismo da História). E, com efeito, entre 1871 e 1890, Portugal assistiu, por parte daqueles escritores e intelectuais, a uma crítica geral à sociedade portuguesa (encarada como atrasada em relação à Europa): aos paradigmas culturais estabelecidos; aos baluartes ultra-românticos; à influência da Igreja (apresentada como responsável na decadência dos povos peninsulares, pela sua posição antimodernista); ao tipo de jornalismo praticado; à monarquia.

É certo que nem todos os protagonistas da Geração de 70 partilhavam dos mesmos princípios. Lembre-se, a este propósito, a divergência entre Antero (que perfilhara a doutrina socialista) e Teófilo (que, pelo seu lado, decidira-se-á pelo Republicanismo). Por outro lado, não menos evidente é uma outra circunstância: o que nos parece significativo naquelas apreciações é aquilo que aparece perfeitamente definido e activado por um conjunto de factores que, com o aproximar do final do século XIX, ia configurando, em Portugal, uma crise geral no pensamento e nas instituições, com todo o sentimento de decadência sócio-económica e política que essa crise inevitavelmente emprestaria: a confirmação de uma alta taxa de analfabetismo, o aumento da dívida externa, o alastramento de uma angústia literária e social "importada" de França, a generalização de um pessimismo procedente da filosofia de Schopenhauer e a propagação, afinal, de uma inquietação geral perante a falência da

⁵ Antero de Quental, apud João Gaspar Simões, *A Geração de 70. Alguns tópicos para a sua história*, Lisboa, Inquérito, s.d., p. 65.

⁶ Eça de Queirós, *Uma Campanha Alegre*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1978, p. 44.

civilização moderna, herdeira directa do Romantismo humanitário e do progresso científico.

3. A partir daqui, uma noção se impõe relativamente a esta impressão geral de intranquilidade na sociedade portuguesa; dependendo, mediata ou imediatamente, essa impressão de motivos culturais, literários, filosóficos ou sociais, cumpre relembra um facto que, pela sua importância, muito contribuiu para que, entre nós, o sentimento de crise mais se aprofundasse: as consequências que, em Janeiro de 1890, o Ultimato Inglês acarreta na vida cultural portuguesa: «O ultimato», escreve José Vicente Serrão, «consistiu num lacónico telegrama enviado, em 11 de Janeiro de 1890, pelo governo inglês às autoridades nacionais, exigindo a imediata retirada das forças militares portuguesas estacionadas em territórios hoje correspondentes ao Zimbabwe e ao Malawi e ameaçando com uma intervenção militar, na ausência de resposta satisfatória por parte de Portugal»; e continua:

[...] em época de corrida à África, era imperioso não desacerter o passo com os demais e salvaguardar os direitos históricos de Portugal. Multiplicam-se então as chamadas "expedições científicas" ao continente africano, redobram-se os esforços diplomáticos e em 1886 as pretensões coloniais portuguesas adquirem mesmo uma expressão bem definida, sob a forma do "mapa cor-de-rosa" - projecto de ligação da costa angolana à costa moçambicana, sob a bandeira portuguesa. Portugal dá então início a várias tentativas de ocupação efectiva de territórios, lançando-se numa disputa colonial aberta com a Inglaterra. Foi a uma dessas tentativas que esta respondeu com o ultimato⁷.

Pretende-se com isto sublinhar o sentimento de humilhação (*logo*, de *crise*) que o Ultimato Inglês cravejou na sociedade portuguesa - ultimato este considerado, aliás, por Fernando Catroga e Paulo Archer de Carvalho como «o acontecimento político que mais repercussões teve nos meios culturais portugueses e que mais serviu de pretexto para a intensificação de uma meditação apaixonada sobre o destino português»⁸.

⁷ José Vicente Serrão, "Ultimato" in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, s.l., Publicações Alfa, Vol. 2, 1990, pp. 303-304. Leia-se igualmente Joel Serrão, *Da "Regeneração" à República*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 159-169; Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro: esboço de história política*, 2ª ed., Lisboa, Portugalia, 1968.

⁸ Fernando Catroga e Paulo A. M. Archer de Carvalho, *Sociedade e Cultura Portuguesas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1996, p. 251.

E equacionar assim o problema é ter em consideração um conjunto de factos históricos com este relacionados; entre outros, lembre-se: os desentendimentos entre Lord Salisbury e Barros Gomes sobre os direitos de Portugal e da Inglaterra (em Portugal, o sentimento anti-Inglaterra encontrava, aliás, as suas motivações na perda da Índia e no Tratado de Methuen [1703]); a expedição portuguesa ao actual Malawi (que, aí entrando, matara alguns indígenas protegidos pelos ingleses); a reacção inglesa com uma frota militar dissuasora; a justificação de Portugal; as trocas de textos a nível diplomático e os protestos do Governo português (defendendo que o território onde se verificara esse episódio era seu); o desaire diplomático do Conselho de Estado (que, humilhado, aceita as exigências inglesas).

Ora, depois de todos estes acontecimentos, verifica-se em Portugal uma reacção colectiva que atesta um descontentamento generalizado em relação à atitude tomada pelos governantes — um descontentamento que se, por um lado, segundo Eça de Queirós, provou que Portugal tinha «vida, calor, energia, uma ideia, um propósito», uma «vida que tão inesperadamente o país em si surpreende», por outro, assumiu alguns contornos criticáveis segundo este escritor⁹.

⁹ Eça de Queirós, *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*, Porto, Lello & Irmão Editores, s.d., pp. 240 ss. A este propósito, referindo-se ao «movimento nacional» que se seguiu ao Ultimato Inglês, escreve Eça: «Belo e de bom presságio se nos apresenta este movimento! Mas todavia, por ora, não há nele senão os sintomas materiais de vida. É o respirar, o mover, o palpar, o falar de um corpo que muitos julgavam morto, gelado, fácil de pisar, e talvez de retalhar». Pouco depois, continua: «Ora, a julgar pelos incontáveis protestos, declarações, manifestos, cartas, apelos, etc., que transbordam na imprensa, não nos parece que por ora o pensar e o querer do país se estejam exercendo para fins verdadeiramente sérios, úteis, práticos e patrióticos. De todos esses documentos, com efeito, em que o país, decerto reflectidamente e serenamente (porque num longo mês sobra tempo para serenar e reflectir), tem exprimido a sua ideia e a sua vontade — que propósito exacto e definitivo ressalta com saliência? Um só: — fazer mal à Inglaterra. Como? Injurando a Inglaterra; fomentando o ódio à Inglaterra; boicotando, tirando a freguesia à Inglaterra. [...] Injuriar a Inglaterra! De que serve? Se o fazemos por meio daquele processo que se denomina chamar nomes [...] não aproveitamos decerto os primeiros dias do nosso despertar patriótico em obra muito bela, nem muito digna. [...] Odiar a Inglaterra! Sentimento bem legítimo [...]. Mas o ódio fixo, em perpetuidade, cultivado e organizado como programa nacional [...] que significa? [...] E que esperança pode ter este frágil reino de abater o mais forte dos impérios, dura ressurreição do duro império romano? [...] O ódio é um sentimento negativo que nada cria e tudo esteriliza [...]. [...] Temos depois, como plano, boicotar a Inglaterra. Ideia bem natural e bem lógica. [...] Resta averiguar se é eficaz. [...] ao fim de um ou dois anos de quebrar as relações comerciais com a Inglaterra, teríamos as nossas despesas consideravelmente elevadas, os nossos rendimentos consideravelmente diminuídos, obras colossais a pagar e nenhum lucro a tirar delas. [...] Todo este movimento público, pois, que, para fazer mal à Inglaterra, se impõe como missão odiar a

E porque importa não esquecer, recorde-se, em traços gerais, algumas manifestações, bem representativas deste «cúmulo de xenofobia atingido pelo sentimento anti-britânico»¹⁰ — tantas vezes redundando na «prática da violência gratuita» e no «gesto largo», na «palavra enfática», na «atitude dramática», na «vindicta miúda»¹¹: o apedrejamento (na noite de 11 de Janeiro de 1890) da casa do então Ministro português dos Negócios Estrangeiros; as manifestações contra a legação britânica; a malograda revolta no Porto (em 31 de Janeiro de 1891) por parte de intelectuais republicanos, na tentativa (frustrada) de instaurarem a República (revolta que provocará o exílio de algumas personalidades que tinham estado à frente daquela manifestação); a cobertura por estudantes da estátua de Camões por «funerários panos»; a proliferação de «panfletos jornalísticos» e «manifestos» (sobretudo em Coimbra), bem como, em Lisboa, a percepção dos primeiros «acordes d'A Portuguesa», ou até a dinamização da Liga Liberal, levada a cabo por militares¹², etc. Para além disso, o ultimato britânico — que o Partido Republicano em parte aproveitou¹³ — não só se revelou um acontecimento que intensificou um momento de crise de identidade nacional¹⁴, como também serviu para que, sobretudo no

Inglaterra, ofender a Inglaterra, boicotar a Inglaterra — si mesmo se esteriliza, errando a sua direcção: porque, evidentemente, como movimento nacional, nascido da alma da nação para proveito da nação, nunca lhe cumpriria tomar por fim único o fazer mal à Inglaterra, mas, antes de tudo e sobretudo, fazer bem a Portugal. [...] Assim julgamos que devia ser utilizada e regularizada essa bela efervescência de vida, que se denomina o «movimento nacional». Porque de resto, bradar nas ruas contra a Inglaterra, elaborar manifestos, fundar comissões, agitar archotes, desfaldar bandeiras, abater tabuletas, não nos parecem na verdade os modos de um povo que, sob o impulso do patriotismo, se prepara para a regeneração: — antes se nos afiguram os modos de um povo que, através do patriotismo, se está educando para a insurreição» (Eça de Queirós, *op. cit.*, pp. 240-254).

¹⁰ Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editores, 2001, p. 96.

¹¹ Amadeu Carvalho Homem, *op. cit.*, pp. 95 e 97.

¹² Amadeu Carvalho Homem, *op. cit.*, p. 98.

¹³ Fernando Catroga e Paulo A. M. Archer de Carvalho, *op. cit.*, pp. 251-252.

¹⁴ Recorde-se ainda as reacções dos estudantes em Coimbra (com o jornal *O Ultimatum*, por exemplo) e no Porto (com os desgramamentos de linguagem e o envolvimento [“forçado”] de Antero, mandatado pela Liga Patriótica do Norte) (cf. Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editores, 2001, pp. 105-106).

¹⁵ Amadeu Carvalho Homem. «O “Ultimatum” inglês de 1890 e a opinião pública», *Revista de História das Ideias*, 14, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias / Faculdade de Letras, 1992, p. 288. Sobre as reacções antimonárquicas, tenha-se em conta a posição de António Enes, em «A situação», in *Jornal O Dia*, de 6 a 8 de Fevereiro de 1890 (cf. Amadeu Carvalho Homem, *op. cit.*, p. 288).

¹⁶ Essa crise seria, aliás, redobrada com a crise económico-financeira que imediatamente decorreria da acatção do ultimato, com o regicídio em 1908, com a instabili-

gresso, mostrando uma cada vez maior preocupação perante a impressão que tinham da falência da civilização moderna. Mas outros escritores houve que desejaram a transformação radical das condições de existência. Lembrem-se, por exemplo, as acções de Alberto de Oliveira, Raul Brandão, João de Castro (que, reunindo-se em cenáculos, propõem uma nova visão da vida e injuriam os "políticos hidrocefálos").

Entretanto, não deixa igualmente de ser muito esclarecedor o facto de, na estética literária do final do século XIX, e no que a toda esta questão diz respeito, a cidade aparecer constantemente representada em termos disfóricos. Exemplo flagrante é a poesia de Cesário Verde. Reflectindo, até, de uma forma mais lata, uma situação de crise civilizacional, bem como, no contexto específico português, a crise do Naturalismo e o desencanto pela estética realista (bem patentes na fugacidade, no dinamismo, na fragmentação do real, na pluralidade de perspectivas apresentadas pelo sujeito poético, na visão subjectivista)¹⁹, a poesia de Cesário representa recorrentemente a cidade como um espaço que oprime o sujeito poético (e, por contiguidade, toda a civilização ocidental), pela ambiência de melancolia, enclausuramento, pessimismo, decadência e morte; esses sentimentos aparecem, aliás, de forma bem visível, num poema publicado em 10 de Junho de 1880, *O Sentimento dum Ocidental* ("poema-mito do uni-verso de Cesário", como o qualificou Eduardo Lourenço)²⁰.

Tendo imediatamente que ver com o contexto do último quartel do século XIX – remetendo por isso para um cenário de crise generalizada –, o acerto de alguns versos de Cesário ganha, aqui, uma operacionalidade específica, se a partir deles conseguirmos perceber melhor os contornos de crise que enquadram esse contexto. É isso que nos permite desde logo sublinhar, nesse poema, aquele «desejo absurdo de sofrer»²¹ sentido pelo sujeito poético – que, por esse meio, mais não faz do que registar poeticamente todo um sentimento decadente literário, e histórico, configurando-se, assim, um sinal que aponta para uma situação de perturbação generalizada.

Parece claro, portanto, que, em Cesário, a figuração poética da cidade confina, de uma forma geral, com a necessidade de legitimarmos, imediatamente, a pertinência da problemática da crise civilizacional finissecular; como

¹⁹ «[...] ao meu olhar / Tudo tem certo espírito secreto», escreveu em Nós (Cesário Verde, *Obra Completa* [Prefácio, organização e notas de Joel Serrão], 6.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p. 175).

²⁰ A cidade é sentida pelo sujeito poético Cesário como uma «Enorme [...] massa irregular / De prédios sepulcrais» (escreveu n' *O Sentimento dum Ocidental* [Cesário Verde, *op. cit.*, p. 156]), ou como uma «Babel [...] velha e corruptora» (escreveu em *A Débil* [Cesário Verde, *op. cit.*, p. 111]).

²¹ Cesário Verde, *op. cit.*, p. 149.

campo da literatura, da história e da cultura portuguesas, um leque de textos de cariz nacionalista aparecesse – onde, entre outros, sobressaem *Finis Patriae* (de Guerra Junqueiro), *A Vida de Nun'Alvares* (de Oliveira Martins), *A Pátria Portuguesa* (de Teófilo Braga), *Fim* (de António Patrício), *O Desejado* [publicação póstuma] (de António Nobre) e *O Encoberto* (de Sampaio Bruno)¹⁷.

De certo modo, as referências mencionadas ligam-se imediatamente ao facto de contribuírem para que se tenha uma imagem mais precisa das reacções nacionalistas de índole literário-cultural ou política, que, de uma forma ou de outra, iriam matizar a cultura portuguesa do final do século XIX (e início do século XX) e que responderiam a uma necessidade moral por parte da colectividade portuguesa de reencontrar a sua própria identidade nacional¹⁸.

Ora, toda essa ambiência é desde logo muito significativa, porque consciente (senão directa, pelo menos indirectamente) a revelação, no campo estético-literário, de um sujeito português em crise. Tal ideia corrobora (num outro plano, mas com este relacionado) a noção segundo a qual a categoria da pluralidade teria então marcado visivelmente esse sujeito e teria amplificado a ruptura como categorias centrais. Em última instância, estas categorias acabariam, no plano histórico-literário, por se traduzir, a um nível nacional e mesmo europeu; e, como se viu, a todas estas linhas de leitura não poderá de modo algum ser indiferente a forma como a literatura (cor)respondeu.

4. Assim, paulatinamente, a ideia de decadência torna-se obsidiana, pre-dispondo à aceitação das teorias anarquistas. Por outro lado, Eça, Antero, Oliveira Martins e Junqueiro, perante o insucesso do ideário reformista da Geração de 70, acabariam por abandonar uma concepção sociológica do pro-

dade, com o recrudescimento das agitações e das tensões político-sociais após a implantação da República (em substituição da Monarquia institucional), em Outubro de 1910, e consequente instauração do Governo Provisório presidido por Teófilo Braga (agitações tensões aquelas que conduziram à instauração da ditadura militar de 1926), e com a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial.

¹⁷ Sobre as reacções pós-ultimato inglês, leia-se Amadeu Carvalho Homem, «O "Ultimatum" inglês de 1890 e a opinião pública», *Revista de História das Ideias*, 14, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias / Faculdade de Letras, 1992, pp. 281-296 e Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editores, 2001, pp. 95-109; e, ainda para uma melhor visão acerca das intervenções, neste contexto, de Guerra Junqueiro e Sampaio Bruno, bem como acerca da "consciência" geral de "finitude colectiva", remetemos para Fernando Catroga e Paulo A. M. Archer de Carvalho, *op. cit.*, pp. 252-259.

¹⁸ Lembremo-nos daqueles conhecidos versos de *Finis Patriae* de Junqueiro, onde este, no poema "O caçador Simão", escreve, de forma tão sintética e convincente, que a «Pátria é mortal!», que a «Liberdade é mortal!», fazendo questão de lembrar como «Ri o estrangeiro odioso à nossa porta».

se a (grande) cidade, nascida com a "vida moderna", se opusesse à vida no campo, lugar de tradições «antigas, primitivas», epicentro da «formidável alma popular»²².

5. De certa forma, este problema, assim considerado, abre o caminho para uma outra equação complementar: a que concerne às coordenadas ideológicas que orientam um conjunto de manifestações literárias de perfil neogarrettista. Com efeito, ainda nos finais do século XIX, encontramos diversas produções literárias directamente relacionadas com uma solicitação inspirada numa revivência romântica dentro dos parâmetros nacionalistas que alguns escritores inferem da obra de Almeida Garrett – no que diz respeito à reivindicação da autenticidade da cultura portuguesa como valor supremo e à revitalização da literatura de fundo e forma nacionais, inspirada nas suas tradições e folclore. Assim, encontramos um Alberto de Oliveira, que, em 1894, em *Palavras Loucas*, assevera deverem os escritores seguir a pisadas de Almeida Garrett; e, nesse livro, no capítulo "No neo-garrettismo no teatro", lembra Alberto de Oliveira como o autor das *Viagens na minha terra* «sonhou, com olhos de génio, uma Literatura portuguesa nova, pujante, toda de regresso às tradições, com a melancolia e o maravilhoso do povo»²³. Perflhando, assim, uma ideologia de cariz nacionalista, Alberto de Oliveira encaminha as suas preocupações num sentido particular: o da reeducação estética dos que às lides literárias se votavam. Nesse sentido, defende a noção segundo a qual os escritores deveriam cantar a história de Portugal, as paisagens lusas, as vivências da gente da aldeia (a sua simplicidade, o seu folclore, as suas superstições). Propõe, assim, o regresso à simplicidade rústica, «afastada da [...] civilização banal»²⁴. É assim que, por exemplo, no capítulo "A respeito de Portugal", escreve:

A pior coisa, o meio mais imbecil, a atmosfera mais banal e deprimente que se respira neste povo, é, sem dúvida, Lisboa²⁵;

²² Cesário Verde, *op. cit.*, p. 176.

²³ Alberto de Oliveira, *Palavras Loucas*, Coimbra, França Amado Editor, 1894, p. 36. Repare-se como, mais à frente, no capítulo "A língua Portuguesa", escreveria ainda, lembrando a importância de Garrett para a Língua Portuguesa: «[...] a beleza, a harmonia, a graça da língua portuguesa ficaram sobretudo dentro de algumas páginas de Garrett, e é ali que há-de ir buscar a semente quem quiser neste terreno pisado e abandonado da literatura nacional fazer crescer árvores que se vejam» (Alberto de Oliveira, *op. cit.*, 1894, p. 243).

²⁴ Alberto de Oliveira, *op. cit.*, p. 82.

²⁵ Alberto de Oliveira, *op. cit.*, p. 217.

e, pouco depois, continua:

Portugal é o Minho, o Douro, as duas Beiras, o Alentejo, o Algarve²⁶.

Mas mais: se, n'As *Farpas* ou n'O *Culto da Arte em Portugal*, [sendo o primeiro também] de Ramalho Ortigão, se tende a acentuar o amor pelas coisas nacionais (paisagens, costumes, trajes, instrumentos de trabalho populares), também Teófilo Braga investiga e analisa (nos *Contos Tradicionais do Povo Português* [1883] e n' *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições* [1885], por exemplo) alguns dos mais importantes elementos da cultura portuguesa (contos, lendas, mitos, costumes), proclamando-se, aliás, um acérrimo defensor da literatura popular e do folclore português. Por seu lado, que dizer da última fase de Eça de Queirós, resolvida ao nível de uma discursividade afectada por um feixe de dominantes temático-ideológicas codificadas também quer na defesa de um "reaportuguesamento" de Portugal, quer na denúncia da importação acrítica de práticas culturais?

De certo modo, esta questão abre a possibilidade de um outro equacionamento, nomeadamente tendo agora em conta o perfil cultural e literário que a configuração periodológica dos inícios do século XX assume: referimo-nos a um conjunto de práticas estético-literárias cujas virtualidades de representação semântico-ideológica – assentando, aliás, genericamente no idealismo e no nacionalismo tradicionalista do Neogarrettismo – insinuam, por força de procedimentos semióticos específicos, a conformação de uma estética peculiar: o Saudosismo.

A este propósito, como se sabe, os grupos da *Renascença Portuguesa* e do *Integralismo Lusitano* constituem dois movimentos doutrinários que, cada um a seu modo, representaram, nos inícios do século XX, discursos tributários, no plano teórico-programático, de concepções estético-ideológicas nacionalistas – espelhando, quer um, quer outro grupo, um profundo desencanto perante o contexto cultural e político português. A *Renascença Portuguesa* (sobretudo através do seu mentor, Teixeira de Pascoas e do seu órgão de expressão cultural, a revista *A Águia*) procurou repensar a essência de ser português e revitalizar a mentalidade portuguesa, tentando encontrar os traços mais genuínos da *alma portuguesa* – adquirindo, nos seus princípios doutrinários, as ideias de *revitalização cultural* e *renascença cultural* uma importância vertebral (encontrando-se, aliás, algumas destas ideias no centro da polémica de António Sérgio com a *Renascença Portuguesa* e no aparecimento da revista *Scara Nova*)²⁷. Quanto ao *Integralismo Lusitano* (cujas motivações

²⁶ Alberto de Oliveira, *op. cit.*, p. 219.

²⁷ Naquele que é considerado o primeiro manifesto-programa da *Renascença Portuguesa*, intitulado "Renascença" (ainda que este texto não tivesse sido aceite pelo gru-

ideológicas entroncam em reflexões de Herculano, Garrett, Oliveira Martins e Eça), fundamentalmente através do seu líder, António Sardinha, e do seu órgão de expressão doutrinária, a *Nação Portuguesa*, propugnava um ideário anti-republicano, a reformulação da monarquia, a exaltação da raça portuguesa e da tradição (alguns dos seus elementos e das suas reflexões, note-se, estariam na base ideológica do Salazarismo)²⁸.

po que fundara o movimento da "Renasença Portuguesa", escreve Teixeira de Pascoas: «É preciso [...] chamar a nossa Raça desperta à sua própria realidade essencial, ao sentido da sua própria vida, para que ela saiba quem é e o que deseja. E então poderá realizar a sua obra de perfeição social, de amor e de justiça, e poderá gritar entre os Povos: *Renasci!*» (Teixeira de Pascoas, *Renasença* in Pinharanda Gomes [ed.], *Teixeira de Pascoas. A Saudade e do Saudosismo* [Compilação, introdução, fixação do texto e notas de Pinharanda Gomes], Lisboa, Assírio & Alvim, 1988, pp. 35-36). Para um melhor esclarecimento sobre a *Renasença Portuguesa*, sobre os seus representantes, as polémicas, as linhas ideológico-programáticas, as actividades desenvolvidas, cf. Fernando Guimarães, «Acerca da primeira série da revista *A Águia*», *Nova Renasença*, 27/28, Julho/Dezembro, 1987, pp. 199-204; Fernando Guimarães, *Poética do Saudosismo*, Lisboa, Presença, 1988, *passim*; Fernando Guimarães, «Saudosismo» in Alvaro Manuel Machado [dir. e org.], *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 555-557; Fernando Guimarães, *O Modernismo Português e a sua Poética*, Porto, Lello Editores, 1999, pp. 66 e ss.; António Cândido Franco, *O Saudosismo de Teixeira de Pascoas*, s.l., Edições do Tâmega, 1996; Pinharanda Gomes, «A Tensão Doutrinária na Gênesis da "Renasença Portuguesa"», *Nova Renasença*, VII, Porto, 1987, pp. 277-290; E. M. de Melo e Castro, «Razão e Destração Dialéctica da Poesia Portuguesa do Século XX a Camões ou Vice-Versa» in *Estudos Universitários de Língua e Literatura. Homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993, *passim*; José Augusto Seabra, *O Heterotexto pessoano*, Lisboa, Dinalivro, 1985, pp. 121-146; Nuno Judice, *A era do "Orpheu"*, Lisboa, Teorema, 1986, pp. 9 e ss.; Vasco Graça Moura, «A Renasença Portuguesa ou os Equívocos do Porto», *Várias Vozes*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 33-34; Cecília Barreira, *Sete Faces Ocultas da cultura portuguesa (de Gil Vicente a Pascoas)*, Lisboa, Artro, 1991; «Do Fim da Pátria à Presença: Breve resenha», pp. 71-96; Afonso Botelho, *Da Saudade ao Saudosismo*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990; Manuel Ferreira Patrício, *O messianismo de Teixeira de Pascoas e a educação dos portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996; «Arte de Ser Português. Um comentário», pp. 11-55; Paulo Samuel, *A Renasença Portuguesa. Um perfil documental*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990.

²⁸ Sobre o *Integralismo Lusitano*, leia-se Luis dos Reis Torgal, «Antero 'mestre da contra-revolução'. Ensaio de análise de leituras 'integralistas'» in *Congresso Anteriano - Actas, 14-18, Outubro (1991)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, pp. 787-803; Fernando Catroga e Paulo A. M. Archer de Carvalho, *op. cit.*, pp. 333-348; Manuel Braga da Cruz, «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo», *Análise Social*, Vol. XVIII, 1.º, 1982, pp. 137-182; Oscar Lopes, *Entre Fialho e Nemésio I*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, pp. 225-231 e 329-334; António Quadros, «Introdução» in Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Organização, introduções e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello &

6. O que se pretende com tudo o que se disse até agora? Realçar a circunstância de os autores referidos, através de uma atitude ou de um discurso mais ou menos interventivo, terem, cada um a seu modo, procurado apontar traços que configuram genericamente uma crise de identidade nacional. Registe-se, aliás, a este propósito, como a cultura erudita portuguesa de então encarava duplamente esse «unânime diagnóstico da decadência nacional»: ou cultivando «as virtualidades estéticas desse definhamento», ou agindo, «com um empenho militante, na sua transformação, o que marca o momento ascensional do republicanismo e o apelo crescente à via violenta da tomada do poder»²⁹.

Por seu lado, mais tarde, Fernando Pessoa, sobretudo no campo da produção epistolográfica e programática, bem como no artigo de opinião, no folheto, no texto poético, procuraria denunciar os males do Homem português³⁰. Esses males, na sua perspectiva, acabariam mesmo por revelar uma

Irmão Editores, 1986, pp. 15-33; Carlos D'Alge, *A experiência futurista e a geração de "Orpheu"*, Lisboa, ICAALP, 1989, pp. 42 e ss.

²⁹ Fernando Catroga e Paulo A. M. Archer de Carvalho, *op. cit.*, p. 254.

³⁰ Com efeito, a quantidade e qualidade das observações críticas é de realçar: em duas cartas, uma dirigida a Francisco Fernandes Lopes, datada de 20 de Abril de 1919 (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986b, pp. 218-219), outra, carta aberta (mas que nunca chegou a publicar), que, provavelmente em 1915 ou 1916, escreve ao Capitão Francisco Xavier da Cunha Aragão (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, pp. 886-888); num prefácio (de 1916) a uma antologia de poetas sensacionistas portugueses, a ser apresentada a um público britânico (projecto que entretanto não se concretizaria) (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986b, p. 1085); num texto de 1928 sobre «*O síndrome provinciano* da mentalidade portuguesa dominante» (Fernando Pessoa, *op. cit.*, pp. 1303-1305); em diversos textos e fragmentos sobre o Homem português (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, pp. 554 ss); num texto sobre o império português (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 649); no folheto de 1928, *O Interregno* (Fernando Pessoa, *op. cit.*, pp. 797-798), do qual afirmaria mais tarde que devia ser considerado «como não existente»; em estudos sobre o positivismo e a propagação anti-religiosa (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 854); em estudos sobre Salazar (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 1096; Fernando Pessoa, *Pessoa Inédito* [coordenação de Teresa Rita Lopes], Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p. 363) e sobre Mussolini (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 370); num texto de provavelmente 1916, sobre os sensacionistas portugueses (Fernando Pessoa, *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação* [textos estabelecidos e prefaciados por G. Rudolf Lind e J. do Prado Coelho], Lisboa, Edições Atica, 1966, p. 203); num texto atribuível a Mora (escrito em provavelmente 1914-1918), sobre a Alema-

visão muito pessimista, no que à caracterização do Homem português concerne: o sentimentalismo piegas e patético, a abulia, o amadorismo, o artificialismo, a calúnia, o oportunismo, a grosseria, o provincianismo, a carência de uma unidade colectiva, de um sentimento nacional e, sobretudo, o gosto cego e acrítico por tudo o que é estrangeiro.

Não esqueçamos que Pessoa regressa a Portugal em 1905, vindo de Durban (onde tivera uma educação inglesa). Chegado ao seu país, interessa-se fortemente pela vida política e cultural; em 1907, frequentando o primeiro ano da Faculdade de Letras de Lisboa, junta-se à greve dos estudantes, que manifestam o seu descontentamento com o ensino ministrado na Universidade de Lisboa e com a ditadura de João Franco (que Pessoa, aliás, muito criticará)³¹. Já no ano seguinte, Pessoa manifesta o seu forte desejo reformista e o seu amor à Pátria portuguesa³². Num texto de provavelmente 30 de Outubro de 1908 (escrito em inglês), confessa o seu «intenso sentimento patriótico», o seu «intenso desejo de melhorar a situação de Portugal»³³.

Sabe-se que Pessoa nunca teve uma filiação partidária e que nunca abraçou por inteiro nenhuma doutrina política (reflectindo sempre acima de qualquer circunstancialismo político)³⁴; sabe-se, de igual modo, que Pessoa

inha (Fernando Pessoa, *Pessoa Inédito* [coordenação de Teresa Rita Lopes], Lisboa, Livros Horizonte, 1993, pp. 275-276).

³¹ Repare-se, por exemplo, num fragmento que integra a *Oligarquia das B[estas]*, onde Pessoa, referindo-se a João Franco e a Afonso Costa, acaba por transmitir uma forte intencionalidade ideológica, a que uma preocupação humorística não terá igualmente sido estranha: «Entre os dois venha o diabo e escolha. E se se sentir embaraçado (?) que os leve a ambos; que é caso para lhe rezarmos uma missa negra» (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, p. 869).

³² Neste contexto histórico-cultural de início de século, recorde-se como a «obsessão da Pátria [se] mantém [...] até ao nível emblemático dos títulos de jornais do republicanismo: de norte a sul do País surgem, desde os inícios do século XX, títulos como *Pátria*, *Portugal Novo*, *Pátria Livre* e, sobre todos, *Pátria Nova*. Estes são os signos de um culturalismo nacionalista, que será hegemónico nas três décadas que se seguem ao *Ultimatum* [...]» (Fernando Catroga e Paulo A. M. Archer de Carvalho, *op. cit.*, p. 254).

³³ Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986b, p. 79.

³⁴ Leia-se a *Nota Biográfica* que escreveu no ano da sua morte: cf. Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, pp. 1427-1429. Não esqueçamos, contudo, que, nos últimos anos, Pessoa se aproximaria dos princípios do Nacionalismo Liberal e de uma «República Aristocrática». Aliás, no texto «Para o ensaio ou opúsculo Teoria da República Aristocrática», referindo-se às «fórmulas governativas que podem dar glória e grandeza a uma nação», escreveria que «só a República aristocrática,

acompanhou com atenção a vida política portuguesa, dedicando-lhe, entre 1908 e 1935, inúmeros manuscritos e fragmentos; que projectou diversos livros; que sobre a vida política portuguesa publicou diversos textos»³⁵.

Entretanto — dada a clarividência que em toda a sua produção parece denotar em relação aos aspectos positivos e negativos da política portuguesa —, não deixa de ser sintomático o facto de a produção pessoana aparecer envolvida por uma moldura com características particulares; dela sobressai, com recorrência, uma dominante que toca o colectivo português: a falta de identidade e o deslumbre por tudo o que é estrangeiro, dominante que considera uma das causas centrais para a decadência portuguesa e, no que directamente agora interessa, uma das causas do fracasso da Monarquia, e mesmo da República; «A Monarquia Portuguesa», escreve, «caiu por três razões»:

1º Por estar consubstanciada com o catolicismo, não só institucional como também espiritualmente; 2º Por não ter logrado atingir uma forma portuguesa, visto que, quebrando a tradição da velha monarquia absoluta, que, embora fosse uma decadência, o era de uma fórmula portuguesa, não curou sequer de chegar a um modo português de a substituir, mas importou, através da França, a forma exterior da monarquia constitucional inglesa; 3º Por nunca ter tido partidos, separados por ideologias diferentes, mas apenas grupos sem noção diferente das coisas [...]»³⁶.

crática, *oligarquia dos melhores*, pode, aceitando o defeito fundamental dos melhores, triunfar»; e, contrapondo esta «República aristocrática», esta «*oligarquia dos melhores*», à monarquia absoluta, concluiu: «A república aristocrática é o sistema mais perfeito, porque é o mais estável dos dois. A monarquia absoluta depende um homem; a república aristocrática é já uma instituição» (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 1122).

³⁵ Em 1915, publica alguns textos sem título (*nº jornal*); em 1919, *O preconceito da ordem* (em *Eh Real!*); ainda em 1919, *Como Organizar Portugal e A Opinião Pública* (na *Acção*, órgão do Núcleo de Acção Nacional); em 1928, *O INTERREGNO — Defesa e justificação da Ditadura Militar em Portugal* (folheto que, como se disse, mais tarde repudiaria). Para além disso, Pessoa projectou ensaios diversos, com títulos, indicações variadas (mostrando sempre alguma indecisão, no que à publicação de uma obra sobre estas questões diz respeito); recorde-se, por exemplo, *Da Ditadura à República*, as *Considerações Pós-revolucionárias*, a *República e Monarquia*, a *República Portuguesa*, o opúsculo *A Oligarquia das Bestas*, etc. Lembre-se, ainda, o que escreveu sobre a ditadura de João Franco (1906-1908) e a ditadura de Pimenta de Castro (1915) (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, pp. 483 ss 486; 829 ss, 869 e ss.; Fernando Pessoa, *Pessoa Inédito* [coordenação de Teresa Rita Lopes], Lisboa, Livros Horizonte, 1993, pp. 342 ss).

³⁶ Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, p. 830.

Para além da clara alusão a motivos relativos aos laços com a Igreja e com a desorganização vigente no meio monárquico português³⁷, o que importa realçar, acima de tudo, nestas palavras é a crise da identidade colectiva portuguesa, saldada pela importação acrítica de modelos e teorias sócio-políticas, sem se ter em consideração a realidade nacional³⁸.

Entretanto, as críticas que move à Monarquia ("abuso das ditaduras", "esbanjamento de dinheiros públicos", "incapacidade para resolver o problema da ordem"), não deixa Pessoa de as alargar igualmente à República.

[...] os republicanos passaram a legislar em ditadura, fazendo em ditadura as suas leis mais importantes [...]. A lei do divórcio, as leis da família, a lei de separação da Igreja do Estado — todas foram decretos ditatoriais, todas permanecem hoje, e ainda, decretos ditatoriais.

[...] a república que veio multiplicou por qualquer coisa — concedamos generosamente que foi só por dois (e basta) — os escândalos financeiros da monarquia.

[...] a república instituiu a desordem múltipla³⁹.

³⁷ Essa desorganização, apontou-a também num fragmento sobre o Integralismo Lusitano, onde diz: «O que na República há de mau provém da desorganização do meio criada pela monarquia. Da monarquia vem o culto solene das incompetências. Os "escândalos" dos partidos republicanos, o seu compadrio, a sua indisciplina, estão na melhor tradição monárquica» (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, bibliografia e notas de António Quadros] [Vol III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, p. 905).

³⁸ Afinal, não ajudou Pessoa (em *Para o ensaio ou opusculo 'Teoria da República Aristocrática'*) que de qualquer teoria de organização social se exige três condições: «que seja adaptada à ideia de sociedade», «que esteja na linha evolutiva da civilização do seu tempo e «que esteja de acordo com o temperamento do povo a que se destina que seja aplicada» (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 1119)?

³⁹ Fernando Pessoa, *op. cit.*, pp. 858-859. Repare-se ainda num outro fragmento, com a indicação "Da Ditadura] à R[epública]", onde escreve: «A república actual é a continuação do estado de coisas da monarquia [...]. A (...) república indica que uma corrente social se substituiu a outra no estado; mas essa substituição não é feita como a de um peão por uma rainha no xadrez. O estado de coisas social não muda de momento [...].» (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 834); e as reflexões entre Monarquia e República continuam, colocando a tónica nos equívocos semelhantes de ambos os sistemas políticos, mudando apenas o palco e os seus actores: «A República Velha», escreve num fragmento com a indicação "A Rep. Nova (Last Chapter)", «nada alterou das tradições desonrosas da Monarquia. Mudou apenas a maneira de cometer os erros; os erros continuaram sendo os mesmos. Em vez de um regime católico, um regime anticatólico. [...] Em vez de uma República portuguesa, de um regime nacional, uma república francesa em Portugal. E assim como a Monarquia Constitucional havia sido um sistema inglês (ou anglo-francês) sobreposto à realidade da Pátria Portuguesa, a República Velha foi um sistema francês sobreposto à mesma realidade

Ora, com estas referências — que, obviamente, se deverão processar em termos homólogos (pela articulação entre dois sistemas políticos) —, Pessoa acaba por transmitir uma determinada intencionalidade ideológica aliada a uma forte preocupação cultural.

Como quer que seja, permanece a noção, central, da reflexão crítica movida por Pessoa à República: o aproveitamento (de forma passiva e acrítica) por parte dos políticos portugueses, de sistemas de pensamento e modelos de organização política estrangeiros (sobretudo franceses e ingleses); ou, como ele refere, o acolhimento do «vírus do estrangeirismo», por parte do regime republicano — crítica que sintetiza numa outra reflexão (quando escreve: «Não há Portugal: há uma mistura ignóbil de "estrangeiros do interior" [...] a governar-nos e a estropiar-nos o resto do que somos»⁴⁰), ou no poema "O Fado cantado à guitarra" (provavelmente posterior a 1918):

É inglesa a constituição,

E a república é francesa.

É de estrangeiros a nação,

Só a desgraça é portuguesa⁴¹.

7. Foi também por isso que Pessoa se permitiu escrever, em 1912 (numa reflexão investida deliberadamente por uma matriz conceptual dotada de uma espessura ideológica de cariz *saudosista*), que «[...] o republicanismismo que fará a glória da nossa terra [...] não é o actual, desnacionalizado, idiota e corrupto»⁴², que se começava a formar uma «nova corrente literária portuguesa», que essa «nova corrente» seria «o princípio de uma grande corrente literária, das que precedem as grandes épocas criadoras das grandes nações de quem a civi-

pátria. No que respeita aos erros de administração — a incompetência, a imoralidade, o caciquismo — ficámos na mesma, mudando apenas os homens que faziam asneiras, que praticavam roubos e que escamoteavam "eleições". De sorte que a República Velha era a Monarquia sem Rei» (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 918).

⁴⁰ Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 888.

⁴¹ Fernando Pessoa, *Pessoa Incógnito* [coordenação de Teresa Rita Lopes], Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p. 353. Ainda num texto sem data, Pessoa, de entre três causas da "decadência e "desorientação" nacionais, apontava a «vinda do sistema monárquico estrangeiro» (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, bibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, p. 580); e, mais tarde, em 1928, escreveria no seu *Interregno*: «[...] veio a República e, com ela, o estrangeiramento completo» (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 814).

⁴² Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, bibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986b, p. 1167.

lização é filha» e que se preparava «em Portugal uma renascença extraordinária, um ressurgimento assombroso»⁴³.

Ora justamente, quando Pessoa – num texto em forma de carta dirigida a Boavida Portugal, publicada na *República*, em 21 de Setembro de 1912 – escreve que «a nossa nova poesia é a poesia auroral de uma Nova Renascença, que é uma poesia perfeita e plenamente original» e que «erram [...] os que a consideram doentia e confusa, lançando sobre ela a sombra da sua própria incompreensão»⁴⁴, o que, afinal, está em causa é a definição de um sentimento de desencanto e de uma estética que remete para sentidos claramente dependentes de uma discursividade ideológica de feição “renascentista”.

No entanto, esses sentidos, pela configuração “renascentista” que denotam, apontam ainda para uma outra direcção referida de forma recorrente (com a qual, porém, aqueles mantêm uma relação de independência), e que insinua princípios axiológicos eivados de inequívoca incidência ideológico-literária: a da vinda próxima de um poeta superior a Camões, de um “Supra-Camões”. Esta posição é evidente quando Pessoa, embora num nacionalismo aparentemente saudosista, pronuncia:

[...] deve estar para muito breve o inevitável aparecimento do poeta ou poetas supremos, desta corrente, e da nossa terra, porque fatalmente o Grande Poeta, que este movimento gerará, deslocará para segundo plano a figura, até agora primacial, de Camões⁴⁵;

ou quando adverte:

⁴³ Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 1153.

⁴⁴ Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 1203. Recorde-se que Boavida Portugal abria no jornal *República*, de Lisboa, um *Inquérito* à vida literária portuguesa, procurando auscultar algumas das mais importantes personalidades da vida intelectual de então (como Júlio de Matos, Adolfo Coelho, Luis de Mendonça, Augusto de Castro, Gomes Leal...) a propósito de questões como, por exemplo, as seguintes: “As tendências dos novos escritores indicarão, porventura, a ressurreição da vida nacional?”, “Quais as características que marcam um presente de renascimento, entre as várias manifestações da literatura?”. Ora a *Renascença Portuguesa* e os colaboradores d’*A Águia* estavam em evidência no plano literário, fundamentalmente depois dos artigos de Fernando Pessoa sobre *A Nova Poesia Portuguesa*. Não se estranha, por isso, que todo esse panorama tivesse constituído o núcleo da maior parte das respostas. Numa dessas respostas, o Professor Adolfo Coelho não só afirma que os poetas «novíssimos» eram inferiores aos melhores, pelo menos do período anterior, mas também defende que faltavam na época condições para uma verdadeira renovação literária, como ainda critica Pessoa de megalomania e de messianismo. Explica-se, por isso, o texto acima referido, a *Réplica* a Boavida Portugal.

⁴⁵ Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 1153.

[...] o grande Poeta proximamente vindouro [...] realizará o máximo equilíbrio da subjectividade e da objectividade. [...] Super-Camões lhe chamámos, e lhe chamaremos, ainda que a comparação implícita, por muito que pareça favorecer, anteaimesquinhe o seu génio, que será, não de grau superior, mas mesmo de ordem superior ao do nosso ainda-primeiro poeta⁴⁶,

ou, ainda, quando previne:

Deve estar para muito breve [...] o aparecimento do poeta supremo da nossa raça, e [...] o poeta supremo da Europa, de todos os tempos⁴⁷.

Essa consciência mostram-na ainda, a seu modo, outros eus de Fernando Pessoa: Bernardo Soares – num fragmento (não datado) do seu *LIVRO DO DESASSOSSEGO*, quando refere que a «nossa época [...] é o desvio múltiplo de todos os grandes propósitos, confluente ou opostos, de cuja falência surgiu a soma de negações com que nos afirmamos»⁴⁸ – e o heterónimo Álvaro de Campos, em duas passagens: por um lado, numa entrevista fictícia, nunca publicada, quando evidencia que a «civilização europeia actual está moribunda»⁴⁹; por outro lado, no seu *Ultimatum*, de 1917, quando alude ao mesmo estado de falência da sua época, estigmatizada por uma «incapacidade de criar grandes valores»⁵⁰. Aliás, é nesse seu *texto manifestatório* (de teor vanguardista, ainda que primeiramente associado ao Interseccionismo e ao Sensacionismo), publicado em 1917, na revista *Portugal Futurista*, que Fernando Pessoa, pela voz, portanto, de Álvaro de Campos, ora saúda desevolvemente o Infinito – fazendo (num gesto de vislumbre nietzschiano) com que essa proclamação verbere com uma certa intensidade o desdém pela Europa e a sobrepujança do eu –, ora sintoniza o “homem-futuro” (talvez aquele «poeta supremo» a que Pessoa se referia) com o “Super-homem”: esse “Super-homem”, escreve aí, será «o mais completo!», «o mais complexo!» e «o mais harmónico!»⁵¹.

⁴⁶ Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 1178.

⁴⁷ Fernando Pessoa, *op. cit.*, pp. 1194-1195.

⁴⁸ Fernando Pessoa, *Edição crítica de Fernando Pessoa – Livro do Desassossegado* [Edição de Jerónimo Pizarro], [Vol. XII, Tomo I], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010a, p. 144.

⁴⁹ Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, bibliografia e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986b, p. 1123.

⁵⁰ *Portugal Futurista*. 4.ª edição facsimilada. Lisboa, Contexto, 1984, pp. 32.

⁵¹ *Op. cit.*: 34.

Com tudo isto, importa lembrar que, no Homem português, Pessoa, é certo, encontrou imperfeições; porém, também lhe reconheceu qualidades (embora só a alguns que o representam): o facto, por exemplo, de ser sonhador, de ser poeta e de amar Portugal por onde quer que vá.³² Por isso, o soldado desconhecido (que luta e morre servindo o seu país), o emigrante (que leva sempre Portugal no coração), os heróis da História de Portugal, o povo humilde, o poeta (que tem a possibilidade de melhor aceder aos sentimentos universais), serão aqueles que melhor representam o lado positivo do Homem português. E, a este propósito, nunca será de mais recordar o que o então jovem Pessoa defendeu, quando, a propósito da "vitalidade de uma nação", escreveu que por essa vitalidade «não se pode entender nem a sua força militar, nem a sua prosperidade comercial, coisas secundárias»; e, logo a seguir, acrescentou: «tem de se entender a sua exuberância de alma, isto é, a sua capacidade de criar [...] *novos moldes, novas ideias gerais*».³³

É, assim, e em conclusão, esta circunstância que admite a noção segundo a qual, para Fernando Pessoa, o Homem português deverá sempre acreditar na força da sua própria vitalidade interior; e não estará longe, afinal, esse sentido daquele que também pode ser encontrado no apelo que lançou há quase cem anos:

Tenhamos fé. Tornemos essa crença [...] num futuro mais glorioso do que a imaginação o ousa conceber [...]. Dia e noite, em pensamento e acção, em sonho e vida, [essa crença] esteja conosco, para que nenhuma das nossas almas falte à sua missão de hoje, de criar o supra-Portugal de amanhã.³⁴

³² Leia-se, por exemplo, o poema "Azul ou verde ou roxo, quando o sol", a *ELEGIA NA SOMBRA*, a *MENSAGEM*, a entrevista dada por Pessoa a António Alves Martins na *Revista Portuguesa*, em Outubro de 1923 (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, p. 702), um texto, esboçado, sobre Portugal no contexto histórico europeu (Fernando Pessoa, *op. cit.*, pp. 977-978), ou um fragmento textual sobre *A aliança ibérica* (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 992).

³³ Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986b, p. 1147.

³⁴ Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 1154.

Bibliografia

- ALGE, Carlos D', *A experiência futurista e a geração de "Orpheu"*, Lisboa, ICALP, 1989.
- BARREIRA, Cecília, *Sete Faces Ocultas da cultura portuguesa (de Gil Vicente a Pascoaes)*, Lisboa, Átiro, 1991; «Do Finis Patriae à Presença: Breve resenha», pp. 71-96.
- BOTELHO, Afonso, *Da Saudade ao Saudosismo*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990.
- CASTRO, E. M. de Melo e, «Razão e Desrazão Dialéctica da Poesia Portuguesa do Século XX a Camões ou Vice-Versa» in *Estudos Universitários de Língua e Literatura. Homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993, pp. 533-548.
- CATROGA, Fernando; e CARVALHO, Paulo A. M. Archer de, *Sociedade e Cultura Portuguesas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1996.
- CRUZ, Manuel Braga da, «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo», *Análise Social*, Vol. XVIII, 1.º, 1982, pp. 137-182.
- FRANCO, António Cândido, *O Saudosismo de Teixeira de Pascoaes*, s.l., Edições do Tâmega, 1996.
- GOMES, Pinharanda, «A Tensão Doutrinal na Génese da "Renascença Portuguesa"», *Nova Renascença*, VII, Porto, 1987, pp. 277-290.
- GUIMARÃES, Fernando, «Acerc da primeira série da revista *A Águia*», *Nova Renascença*, 27/28, Julho/Dezembro, 1987, pp. 199-204.
- GUIMARÃES, Fernando, «Saudosismo» in Álvaro Manuel Machado [dir. e org.], *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 555-557.
- GUIMARÃES, Fernando, *O Modernismo Português e a sua Poética*, Porto, Lello Editores, 1999.
- GUIMARÃES, Fernando, *Poética do Saudosismo*, Lisboa, Presença, 1988.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, «O "Ultimatum" inglês de 1890 e a opinião pública», *Revista de História das Ideias*, 14, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias / Faculdade de Letras, 1992, pp. 281-296.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editores, 2001.
- JÚDICE, Nuno, *A era do "Orpheu"*, Lisboa, Teorema, 1986.
- LOPES, Óscar, *Entre Fialho e Nemésio I*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

- MOURA, Vasco Graça, «A Renascença Portuguesa ou os Equívocos do Por-tugal», *Várias Vozes*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 33-34.
- OLIVEIRA, Alberto de, *Palavras Loucas*, Coimbra, França Amado Editor, 1894.
- PASCOAES, Teixeira de, «Renascença» in Pinharanda Gomes [ed.], *Teixeira de Pascoaes. A Saúde e do Saudosismo* [Compilação, introdução, fixação do texto e notas de Pinharanda Gomes], Lisboa, Assírio & Alvim, 1988, pp. 34-37.
- PATRÍCIO, Manuel Ferreira, *O messianismo de Teixeira de Pascoaes e a educação dos portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996; «*Arte de Ser Português*». Um comentário», pp. 11-55.
- PESSOA, Fernando, *Edição crítica de Fernando Pessoa – A Educação do Stoico* [Edição de Jerónimo Pizarro], [Vol. IX], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.
- PESSOA, Fernando, *Edição crítica de Fernando Pessoa – Livro do Desasociego* [Edição de Jerónimo Pizarro], [Vol. XII, Tomo I], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010a.
- PESSOA, Fernando, *Edição crítica de Fernando Pessoa – Livro do Desasociego* [Edição de Jerónimo Pizarro], [Vol. XII, Tomo I], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010b.
- PESSOA, Fernando, *Edição crítica de Fernando Pessoa – Sensacionismo e outros smos* [Edição de Jerónimo Pizarro], [Vol. XI], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.
- PESSOA, Fernando, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, bibliografia e notas de António Quadros], [Vol. I], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986a.
- PESSOA, Fernando, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, bibliografia e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986b.
- PESSOA, Fernando, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, bibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c.
- PESSOA, Fernando, *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação* [textos estabelecidos e prefaciados por G. Rudolf Lind e J. do Prado Coelho], Lisboa, Edições Ática, 1966.
- PESSOA, Fernando, *Pessoa Inédito* [coordenação de Teresa Rita Lopes], Lisboa, Livros Horizonte, 1993.
- Portugal Futurista*. 4.ª ed. Facsimilada. Lisboa, Contexto, 1984.

- QUADROS, António, «Introdução» in Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa*, [Organização, introduções e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986, pp. 7-67.
- QUEIRÓS, Eça de, *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*, Porto, Lello & Irmão Editores, s.d.
- QUEIRÓS, Eça de; *Uma Campanha Alegre*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1978.
- SÁ-CARNEIRO, Mário de, *Princípio e Outros Contos*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d..
- SAMUEL, Paulo, *A Renascença Portuguesa. Um perfil documental*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990.
- SEABRA, José Augusto, *O Heterotexto pessoano*, Lisboa, Dinalivro, 1985.
- SENA, Tereza, «A Água em 1918. Um Modernismo Conciliatório de Restauração do Tradicional», *Colóquio / Letras*, 94, Novembro, Lisboa, 1986, pp. 14-24.
- SERRÃO, Joel, «Da "Regeneração" à República», Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- SERRÃO, José Vicente, «Ultimato» in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, s.l., Publicações Alfa, Vol. 2, 1990, pp. 303-304.
- SIMÕES, João Gaspar, *A Geração de 70. Alguns tópicos para a sua história*, Lisboa, Inquérito, s.d..
- TELES, Basílio, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro: esboço de história política*, 2.ª ed., Lisboa, Portugalíia, 1968.
- TORGAL, Luís dos Reis, «Antero 'mestre da contra-revolução'. Ensaio de análise de leituras 'integralistas'» in *Congresso Anteriano Internacional — Actas, 14-18, Outubro (1991)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, pp. 787-803.
- VERDE, Cesário, *Obra Completa* [Prefácio, organização e notas de Joel Serrão], 6.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1992.

Sampaio (Bruno) e a República do 31 de Janeiro de 1891

Ernesto Castro Leal¹

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

«A Pátria é uma religião.»

BRUNO, *O Brasil Mental*, 1898, p. 456.

«*Ubi libertas, ibi patria*; onde a liberdade, aí a pátria...»

BRUNO, *O Brasil Mental*, 1898, p. 459.

José Pereira de Sampaio (Bruno) nasceu e faleceu na cidade do Porto (30 de Novembro de 1857 – 11 de Novembro de 1915), onde aderiu ao Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto em 1878 e contribuiu para a transformação do movimento republicano clubista portuense em organização regional do Partido Republicano Português, formado a partir do Congresso Nacional Republicano de Junho de 1883, reunido em Lisboa, nas salas do Clube Henriques Nogueira.

Bruno foi um republicano histórico e assim se manteve sempre, dentro do multifacetado republicanismo português, onde ocorreram debates e dissidências ao redor do positivismo e da metafísica, do federalismo e do unitarismo, do presidencialismo e do parlamentarismo, da descentralização e da centralização, da soberania popular e da soberania nacional ou do radicalismo e do reformismo.

¹ Doutor em História Contemporânea, Professor Associado com Agregação (nomeação definitiva) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Entre a bibliografia publicada, destaca-se: *António Ferro: espaço político e imaginário social (1918-1932)*, Lisboa, Cosmos, 1994; *Nação e Nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Cosmos, 1999; *Partidos e Programas: o campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008; *Republicanismo, Socialismo, Democracia. Actas de Seminário (org.)*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.

As facções políticas republicanas podem filiar-se ideologicamente em dois campos políticos essenciais, que comunicaram, no entanto, entre si: o demoliberalismo unitarista e o radicalismo federalista, descortinando-se no primeiro uma variante de pendor jacobino e outra de pendor institucionalista, com sensibilidades mais reformistas ou mais radicais, em ambos os casos, evidenciadas claramente com a pulverização partidária republicana a partir de 1911-1912.

Raul Brandão, construtor engenhoso de retratos simbólicos sobre figuras e circunstâncias sociais e políticas, fixou esta leitura memorialística de Sampaio (Bruno):

«Bruno [...] nunca fez cálculos sobre a vida [...]. Ora sucedia que este homem extraordinário que sabia tudo e que conhecia tudo – que valia uma biblioteca, conversador admirável, e que era ao mesmo tempo um homem modesto, falando baixinho, com grandes olhos de miope a espreitarem por cima das lunetas – tinha a desgraça de ser tão tímido que, posto à espera dum eléctrico, não se atrevia a fazer o gesto de o mandar parar. Se parava, subia – se não parava, ficava à espera de outro [...]».²

O certo é que, desde a adesão ao republicanismo em 1878 até à definitiva retirada política em Maio de 1911, pré-anunciada em 17 de Fevereiro desse ano, o ilustre republicano português teve quase sempre a *política como vocação*³ e actuou, durante o regime monárquico, guiado predominantemente por uma *ética da convicção*, e nos primórdios do regime republicano, por uma *ética de responsabilidade*, nos termos reflectidos por Max Weber: «Não quer isto dizer que a ética da convicção seja idêntica à falta de responsabilidade, ou a ética de responsabilidade à falta de convicção. Não é nada disso em absoluto», mas, afirma o sociólogo alemão, a ponderação das *consequências* previsíveis da acção» faz uma diferença quanto às duas éticas⁴.

Sampaio (Bruno) estabeleceu o fio evolutivo da sua posição política republicana, de forma bem clara e pública, uma semana depois da revolução de 5 de Outubro de 1910:

Raul Brandão, *Memórias* (vol. II), Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d., p. 174.

Para uma visão da vida mental e política portuguesa, desde 1900 até 1915 (ano da morte de José Pereira de Sampaio), com destaque para o Porto, cf. Norberto Ferreira da Cunha, *Génese e Evolução do Ideário de Abel Salazar*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, pp. 29-132.

Max Weber, *O Político e o Cientista*, Lisboa, Editorial Presença, 1973, p. 125.

«Tendo sido na Monarquia um radical e um revolucionário, serei na República um moderado e um conservador.

E, procedendo assim, não desminto o meu passado nem atraio o critério por que até aqui me orientei, o qual continua a ser o mesmo positivista [aqui, no sentido, de positividade metodológica], relativista, inspirado no método das ciências e derivado do espírito que constituiu a trama evolucionista (visto como a revolução não seja mais do que um aspecto particular da evolução) que concatena e organiza a filosofia moderna.

Não desejo em maneira alguma que a República Portuguesa assumia um carácter faccioso ou sectarista e repudio em absoluto qualquer fanatismo, porque entendo que o novo regime deve ser um campo aberto para a actividade leal de todos os portugueses [...]. A lei da continuidade histórica reside em que as transformações racionalistas contem com o factor da realidade da tradição [...]».⁵

O advento da República, entendida como *res publica*, dentro da lógica evolutiva de Bruno, corporizava, no mundo político, mais um momento conflituoso do processo para a «Unidade na Liberdade» – iluminismo, liberalismo, republicanismo –, abrindo caminho, através de uma *metafísica da redenção humana*, à «reintegração no absoluto» e à erradicação do mal⁶. Essencialmente, propagava um ideal de evolução humana da libertação moral, onde a Liberdade exigia a Responsabilidade pessoal, sendo a evolução política republicana um instrumento necessário e imprescindível à aprendizagem generalizada do sentimento democrático, pautado pelo lema da *Liberdade – Igualdade – Fraternidade*, que era, segundo ele, o «desdobramento analítico de uma mesma e única síntese suprema – *Justiça*», assim escreveu no jornal português *A Voz Pública*, em 1 de Maio de 1901⁷.

⁵ BRUNO, «A República Portuguesa [III]», *A Pátria*, Porto, ano II, n.º 319, 12 de Outubro de 1910, p. 1.

⁶ Joel Serrão, *Sampaio Bruno: o homem e o seu pensamento*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1959 (2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1986); José Pereira de Sampaio, *Sampaio (Bruno): sua vida e sua obra*. Prefácio de Joel Serrão (Outubro de 1957), Lisboa, Editorial Inquérito, s.d. [1959?]; António Braz Teixeira, «Bruno (Sampaio)», *Logos: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia* (vol. 1), Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1989, cols. 775-777; Manuel Gama, *O Pensamento de Sampaio Bruno. Contribuição para a história da filosofia em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994; José Esteves Pereira, «A Liberdade em Sampaio Bruno», *Nova Renascença*, n.º 59, Porto, 1995, pp. 585-592; Pedro Calafate, «A Filosofia da História em Sampaio Bruno, ibidem, pp. 677-686; Afonso Rocha, *O Mal no Pensamento de Sampaio (Bruno). Uma filosofia da razão e do mistério* (2 vols.), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

⁷ Manuel Gama, *op. cit.*, p. 128.

O triunfo da República não seria, para Bruno, nem um «idílio» nem um «juízo final», mas sim uma «suprema tentativa de salvação» da profunda crise nacional, envolvendo toda a nação – daí dever ser uma república nacional e não uma república de sectários –, para a regeneração dos seus costumes políticos, reintegrando Portugal na «coparticipação do espírito da civilização europeia», do qual estávamos afastados «desde que as fogueiras inquisitoriais, crepitanes, se opuseram ao espírito de livre discussão» que circulava no século XVI, lê-se no *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*¹⁰.

A principal tribuna portuense promotora da revolta de 31 de Janeiro de 1891, onde escreviam José Pereira de Sampaio (Bruno), Basílio Teles ou João Chagas (preso antes da revolta), foi o jornal *A República Portuguesa*, funcionando os seus escritórios como local de contacto político e de organização conspirativa, que os três coordenavam, com o apoio de António Claro e sob a chefia civil de Augusto Alves da Veiga, líder reconhecido do Partido Republicano Português no Porto⁹. Após a agitação nacional desenvolvida ao longo de 1890, decorrente do «ultimatum» inglês de 11 de Janeiro desse ano, amadureceu em sectores do republicanismo portuense, com o particular radicalismo de Henrique dos Santos Cardoso no jornal *A Justiça Portuguesa* – com a oposição do directório do Partido Republicano Português e a hesitação de alguns conspiradores –, a hipótese de uma revolução republicana, a iniciar, tal como a revolução liberal de 1820, a partir da cidade do Porto.

Na varanda da Câmara Municipal do Porto, ao som da marcha militar *A Portuguesa*, foi proclamada a República e hasteada a bandeira vermelha do Centro Democrático Federal 15 de Novembro (letras do nome e círculo da data a verde) – a data evocava a revolução republicana brasileira de 1889, de

⁹ *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*. Prefácio de José Augusto Seabra, Porto, Governo Civil do Porto, 1991, p. 24. No Prefácio, intitulado «Um Manifesto Patriótico e Cívico» (pp. VII-XVIII), o Autor dá a sua leitura interpretativa sobre o ideário geral do manifesto – cf., também, José Augusto Seabra, *O Porto e o Republicanismo: (A Geração do 31 de Janeiro)*, Porto, Associação Cívica e Cultural “31 de Janeiro”/Centro de Estudos Republicanos “Sampaio Bruno”, 2004.

¹⁰ Para acompanhar a organização do republicanismo portuense e a revolta de 31 de Janeiro de 1891, cf. Amadeu Carvalho Homem, «Para a história do republicanismo portuense no período anterior ao ultimatum» e «Basílio Teles e a Revolta do Porto – uma carta para Teófilo Braga», *Da Monarquia à República*, Viseu, Palmage, 2001, pp. 67-78 e 111-124; Paulo Samuel, «O Porto antes do 31 de Janeiro. Do positivismo ao idealismo republicano», *Nova Renascença*, n.º 40, Porto, 1991, pp. 265-280; Fernando de Sousa, «A Revolta de 31 de Janeiro de 1891», in Luis A. Oliveira Ramos, Jorge Martins Ribeiro e Amélia Polónia (org.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques* (vol. II), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001 – <http://ler.lettras.up.pt/uploads/ficheiros/2885.pdf>

matriz ideológica federalista. Esta *República das oito horas* traduziu-se em mortes, prisões e exílios políticos de vários revolucionários para Espanha e para França (aqui se radicaria José Pereira de Sampaio ou Augusto Alves da Veiga), alguns, depois, para o Brasil (António Claro, Basílio Teles ou alferes Augusto Malheiro), regressando quase todos após a amnistia de 1893.

Importante lugar de memória do ideário democrático português, exprimindo um republicanismo de pendor federal, socializante e descentralista, a revolta de 31 de Janeiro de 1891 – seguindo o pensamento crítico de Mário Sottomayor Cardia – «assinala a metamorfose de uma ideia [o republicanismo] em conspiração [...]. Entre os obreiros da metamorfose destacam-se três escritores: Sampaio Bruno, Basílio Teles e João Pinheiro Chagas [...]»¹⁰.

O *Manifesto dos Emigrados*, redigido por José Pereira de Sampaio (Bruno), provavelmente com alguns acrescentos de Basílio Teles¹¹, foi datado de Madrid, no dia 12 de Abril de 1891, e subscrito por vários exilados políticos do 31 de Janeiro, sendo os quatro primeiros António Claro (iniciado maçon em 1892), Augusto Manuel Alves da Veiga (iniciado maçon em 1884), Basílio Teles e alferes Augusto Rodolfo da Costa Malheiro, figurando em último lugar, sintomaticamente, o nome de José Pereira de Sampaio; não são subscritores João Pinheiro Chagas (iniciado maçon em 1896), capitão António do Amaral Leitão e tenente Manuel Maria Coelho (iniciado maçon em 1910)¹², porque estavam presos no Porto, sendo julgados e severamente condenados.

¹⁰ Sottomayor Cardia, «João Chagas: requinte, literatura, conspiração», *Nova Renascença*, n.º 40, Porto, 1991, p. 255.

¹¹ Para a história da elaboração do Manifesto, cf. BRUNO, «História do Manifesto», *Diário da Tarde*, Porto, ano XIV, n.º 29 (nova série), 4 de Fevereiro de 1911, p. 1. Nesse texto, afirma-se: «O Manifesto foi escrito em Madrid numa casa de hóspedes da calle Montera, n.º 13, onde se alojavam José Pereira de Sampaio e Basílio Teles; assistiram à sua primeira confecção Carlos Richter e José Tavares Coutinho; lido depois aos emigrados reunidos juntos, foi por eles unanimemente aprovado». Numa carta enviada a Afonso Cordeiro, de Madrid, a 23 de Abril de 1891, escreveu Basílio Teles: «Antes de falarmos em nosso nome individual, é absolutamente indispensável que falemos como colectividade emigrada o que será feito por meio de um manifesto em vias de preparação e que muito provavelmente aqui será impresso [acabou por ser impresso em Paris, na Imprimerie Schiller]. Tem custado a elaborar este documento por quanto devendo ficar histórico e demais disso ser a expressão do pensamento, e do sentimento de todos importa que seja feito com a maior calma e mais reflectida circunspecção. Nele não nos dirigimos apenas ao país como é óbvio, mas à Europa e em geral às nações cultas [...]. É tempo já que as palavras viris e ativas se façam ouvir [...]» – cf. Fernando de Sousa, «Cartas de Basílio Teles no exílio (1891-1893)», *Nova Renascença*, n.º 40, Porto, 1991, pp. 215 e 216 (atualização ortográfica).

¹² Para ver as várias condições maçónicas, cf. A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa* (2 vols.), Lisboa, Editorial Delta, 1986.

Este grupo de oito republicanos tinha sido o núcleo duro da liderança civil e da liderança militar da revolta de 31 de Janeiro de 1891. O *Manifesto* formalizava a visão republicana dos revolucionários portugueses, em particular o pensamento republicano de matriz religiosa de Sampaio (Bruno)¹³ sobre a crise nacional («a pátria em perigo»), o regime monárquico («inútil Portugal monárquico, feudo da casa de Bragança») e a aurora da República («providencialismo do ideal»), com a preocupação dominante de exposição das razões do acto revolucionário, de protesto contra a forte repressão sobre os implicados e de exortação, de pendor messiânico, à continuação da luta.

Uma intensa religiosidade cívica percorre todo o discurso narrativo do *Manifesto* — espécie de oração civil republicana a Portugal e à Europa —, várias vezes estruturado numa perspectiva de oratória moralista e redentorista, bem expressa nesta leitura do significado da revolta portuguesa:

«Gloriosa, sublime manhã, a 31 de Janeiro de 1891, a cidade do Porto bruscamente despertou [...]. A guarnição do Porto, de armas ao ombro e aos sons do hino consagrado pela alma popular [marcha militar *A Portuguesa*], vinha, tranquila e confiante, na consciência de bem merecer da pátria e da história, saudando a República portuguesa e deixando assim entrever o luminoso futuro, horizonte divino, tão depressa escondido pelas bárbaras fumaradas das carabinas fraticidas»¹⁴.

O mesmo fundo messiânico se surpreende nas seguintes frases: 1 — sobre a revolta de 31 de Janeiro — «suprema tentativa de salvação a fazer», «santo entusiasmo» e «momento extraordinário»; 2 — sobre a República democrática — «cousa santa», «chama sagrada» e «providencialismo do ideal»; 3 — sobre a relação entre os exilados e os presos republicanos — necessidade de um «pacto santo» em torno de Portugal e da República.

Após a caracterização antropológica da existência antiga em Portugal de «sonambulismo social», donde derivava o «fenómeno de inconsciência colectiva», que imprimia o «tom específico da civilização lusitana», o *Manifesto* apresentava a raridade de fortes manifestações de «relevo radical», ao longo da história nacional, diagnosticando apenas três: a insurreição da plebe de Lisboa em 1385, a revolta de 1 de Dezembro de 1640 e a revolta de 31 de Janeiro de 1891.

¹³ Sampaio (Bruno) aprofundou a sua dimensão espiritualista messiânica e esotérica nas obras *Notas do Exílio* (1893), *O Brasil Mental* (1898), *A Ideia de Deus* (1902), *Encoberto* (1904) e no fragmentário e incompleto *Os Cavalheiros do Amor* (postumo; edição de 1960 de Joel Serrão e edição de 1996 de Joaquim Domingues) — cf. Manuel Gama, *op. cit.*, pp. 81-144.

¹⁴ *Manifesto dos Emigrados*, p. 11.

Foram esses os únicos momentos portugueses, onde se tinha reclamado «do simples direito natural» e «da mera soberania da nação», rompendo-se com a tradição¹⁵. Este aspecto da tradição será revisto por Sampaio (Bruno), nos primórdios da República, preocupado então, face às pulsões radicais republicanas jacobinas do Governo Provisório, com a salvaguarda da tolerância pública e com o perigo de se quebrar «o fio da continuidade histórica», onde se inseriu o debate sobre a bandeira nacional¹⁶.

Compreende-se o tom radical e patriótico que percorre o *Manifesto*, escrito no rescaldo da derrota de 31 de Janeiro de 1891 e durante os tempos iniciais de provação no exílio espanhol por quem se tinha empenhado profundamente na organização da conspiração civil e militar, acreditando na possibilidade de implementar então um regime republicano, que devia ser, apesar do acto fundador violento, um «campo franco e aberto a todas as actitudes e a todas as dedicações»¹⁷.

Já se pressentia, contudo, uma dupla tática política, que acompanhará sempre Sampaio (Bruno), pois neste aspecto nem todos os subscritores do *Manifesto* estariam de acordo posteriormente: radical e revolucionário na oposição à Monarquia; moderado e conservador na governação em República. Essa percepção de política moderada após o triunfo revolucionário está bem patente na composição para o Governo Provisório do 31 de Janeiro de 1891, anunciado após Alves da Veiga ter proclamado a República.

De entre as oito personalidades desse idealizado Governo, cuja composição teve a influência de Sampaio (Bruno)¹⁸, só duas «representavam» o Par-

¹⁵ *Manifesto dos Emigrados*, pp. 14-15.

¹⁶ BRUNO, «A República Portuguesa [V]», *A Pátria*, Porto, ano II, n.º 322, 15 de Outubro de 1910, p. 1.

¹⁷ *Manifesto dos Emigrados*, p. 23.

¹⁸ Os preparativos para a constituição da lista dos ministros do futuro Governo Provisório do 31 de Janeiro foram assim lembrados: «Eu fui o encarregado dessa tarefa. Houve uma reunião em casa do dr. José Bessa de Carvalho, em Santa Catarina, a que assistiram (isto hoje pode enfim dizer-se) o dono da casa, seu cunhado Elísio de Castro, os srs. Germano Martins e Paulo Falcão, não estou lembrado se [Francisco] Xavier Esteves, o então republicano, depois franquista, dr. José Tavares, o então ex-tenente Coelho e eu. [...] o primeiro nome que eu propus para ministro nesse Governo foi precisamente o do indivíduo que, à boca pequena, me acusam agora de querer atacar e ferir. Eu à data não o conhecia, contudo [refere-se a Afonso Costa]; e só passados dias é que lhe fui apresentado pelo pai do dono da casa, o falecido Joaquim Bessa de Carvalho, no Hotel do Porto [...]» — cf. BRUNO, «Eleições — Constituintes», *Diário da Tarde*, Porto, ano XIV, n.º 12 (nova série), 14 de Janeiro de 1911, p. 1. Recorde-se que, na noite de 11 de Janeiro de 1902, quando descia a Rua de Sá da Bandeira, no Porto, Sampaio (Bruno) foi agredido por Afonso Costa, em virtude de críticas que lhe dirigiu no jornal *A Voz Pública* sobre a forma como tinha influenciado «negativamente» a organi-

do Republicano Português e as restantes indicavam a vontade de aliar a honradez e a competência técnica ao patriotismo, sem cuidar de terem filiação partidária republicana, descrevendo-as, deste modo, Bruno, em 1911: lente da Academia Politécnica José Joaquim Rodrigues de Freitas (republicano filiado no partido), desembargador Joaquim Bernardo Soares (liberal sem partido, «representava a alta magistratura»), general de divisão José Maria Correia da Silva (republicano não filiado no partido, «representava o Exército»), lente da Academia Politécnica Joaquim de Azevedo Sousa Vieira da Silva Albuquerque (republicano depois filiado no partido, «representava o alto professorado»), médico José Ventura dos Santos Reis (antigo deputado progressista, depois filiado no partido, «representava as altas classes sociais da propriedade, do comércio e da finança»), banqueiro Licínio Pinto Leite (antigo deputado regenerador, «representava as altas classes sociais da propriedade, do comércio e da finança»), lente da Escola Médica António Joaquim de Moraes Caldas (liberal sem partido, «representava o alto professorado») e advogado Augusto Manuel Alves da Veiga (republicano filiado no partido)¹⁹. Exceptuando Alves da Veiga, todos os outros declarariam não terem dado nenhum acordo para constarem dessa lista divulgada.

O Manifesto espelhava as agruras da derrota de 31 de Janeiro, mas, logo no texto introdutório, assinado por Augusto Alves da Veiga e José Pereira de Sampaio, se deduzia, com optimismo finalista, a marcha inexorável para a República, visto estar «prescrita com o rigor da fatalidade que determina as grandes leis históricas»²⁰, ressoando, aqui, uma profecia historicista. Se a República compendia o «conjunto das ideias orgânicas tendentes a resolver a hodierna crise lusitana»²¹, a sua aurora político-institucional só seria possível com «um movimento da nação, unânime no seu querer, revolucionário no seu carácter»²², o que significava uma auto-crítica em relação à precocidade da revolta de 31 de Janeiro de 1891, ou, como escreverá Basílio Teles a Teófilo Braga, em 1 de Março de 1891, em relação ao «ímpeto talvez considerado, mas incontestavelmente sincero e nobre, foram comprometer o futuro [...]»²³.

A revolução vitoriosa chegaria apenas no dia 5 de Outubro de 1910.

¹⁹ Zação do Congresso de Coimbra do Partido Republicano Português, realizado nos dias 5 e 6 de Janeiro de 1911. Aqui radica a sua primeira retirada da política partidária republicana – cf. José Pereira de Sampaio, *op. cit.*, pp. 77-94 («Agressão»).

²⁰ BRUNO, «O Governo Provisório do 31 de Janeiro», *Diário da Tarde*, Porto, ano XIV, n.º 32 (nova série), 8 de Fevereiro de 1911, p. 1.

²¹ *Manifesto dos Emigrados*, p. 5.

²² *Manifesto dos Emigrados*, p. 24.

²³ *Manifesto dos Emigrados*, p. 25.

²⁴ Amadeu Carvalho Homem, *op. cit.*, p. 112.

A literatura e o jornalismo na vitória da República

Ernesto Rodrigues

CLEPUL

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Entre 1887 e 1890, refundiu Ramalho Ortigão *As Farpas*, que vinham em cadernos desde 1871 a 1883. Nesses 11 volumes, onde se noticia o nascimento do Partido Republicano, em 1876, e a eleição parlamentar do futuro primeiro Presidente da República eleito, o poeta Manuel de Arriaga, temos o quadro decaído de pais finissecular, que *Uma Campanha Alegre* (1890-1891), de Eça, feita com a sua parte revista *d'As Farpas*, sarcasticamente afundara vinte anos antes. Entretanto, vertendo a actualidade semanal do rotativismo, ou a «arrotação» dos partidos do poder, Regenerador e Progressista, saíam, entre 1889 e 1894, *Os Gatos*, de Fialho de Almeida. No folheto de 31 de Agosto de 1889, resumia-se o «carnaval de Braganças», que D. Carlos ia herdar, quando o pai, D. Luís, morresse, em 19 de Outubro:

Neste carnaval de Braganças é pois V. M. [D. Luís] o único que intenta penetrar os umbrais da história sem bagagem – apenas com a tradução-zinha do *Hamlet*, a greve dos chapeleiros, e o sr. José Luciano [de Castro] preso por uma corrente ao realejo constitucional onde há vinte e seis anos V. M. mói a sua própria marcha fúnebre. [...] Como há-de o rei-nado de V. M. fazer fumo se ainda ninguém contra ele ainda fez fogo? – É a decadência.

Cai-nos sobre a cabeça o Ultimatum (11 de Janeiro de 1890); multiplicam-se as iniciativas patrióticas ou antimonárquicas. No campo editorial, os intelectuais mais em vista, acompanhados de saudações, vivas e repúdios em castelhano, francês e italiano, reúnem-se na revista coimbrã de número único *Anátoma* (capa de Rafael Bordalo Pinheiro, 46 p., Maio de 1890). Abria com

¹ «Fizeram de mim dois entes / Inteiramente diferentes!...», eis dístico inaugural de «No Palácio de Belém / Burromeu e Floridor / (Satyra)», *Arquivo Nacional* (Lisboa), ano I, n.º 6, 19-II-1932, p. 11.

um texto de Antero de Quental, apelando à «constituição de Órgãos genuínos do sentimento nacional, semelhantes à LIGA PORTUGUESA DO NORTE», com que responder à arrogante Inglaterra. Colaboravam João Penha, João da Câmara, o Conde de Sabugosa, Oliveira Martins, Camilo Castelo Branco, Guerra Junqueiro, Bulhão Pato, João de Deus, Henrique Lopes de Mendonça, Teófilo Braga, Eça, Maria Amália Vaz de Carvalho, Guiomar Torresão, Bento Moreno, Fernando Palha, Basílio Teles, Fialho de Almeida, Tomás Ribeiro e Consiglieri Pedroso.

Uns, entre os quais alguns adversários de ontem, não entram no novo século: Antero, Camilo, Oliveira Martins, João de Deus, Fernando Palha, Eça, Tomás Ribeiro; Antero ainda concorreu pelo Partido Socialista; Oliveira Martins foi Ministro da Fazenda quatro meses (Janeiro-Maio de 1892, no *governo de aclimação partidária* de Dias Ferreira); Tomás Ribeiro, deputado e várias vezes ministro regenerador (em 1890, por exemplo); Eça, eterno cónsul. Dos mais, contra um Sabugosa de boa prosa e fiel representante da Monarquia, virão corrotos esta Teófilo Braga – historiador do Partido Republicano, e primeiro presidente do seu Governo Provisório –, Basílio Teles e, antes de atacá-la violentamente, Fialho de Almeida. Bento Moreno é mais conhecido pelo nome civil Teixeira de Queirós, e o seu ciclo da *comédia da cidade*, denunciando taras sociais e a futilidade política, não corroe menos do que Eça. Henrique Lopes de Mendonça escreve, entretanto, *A Portuguesa*, tornada Hino Nacional em 1911. E, ao contrário dos amigos agora carlistas (como Ramalho e Queirós) ou, mais tarde, arrendidos (como Fialho), ergue-se a poesia entre crítica e tonitruante do poeta da República, o ex-deputado progressista Guerra Junqueiro. No intervalo, sobe a nebulosa da “Literatura decadente”, citando artigo n’*O Globo* (Lisboa, 6 de Maio de 1890). Outros títulos – sem já irmos a *Flor do Pântano* (1891), de José de Lacerda, um *Só contrastado em Os Simples* (1892), e *Fel* (1898), de José Duro, ou à discussão entre decadentes, simbolistas e nefelibatas – não se acordam com a situação exaltada desse ano, e posteriores: “Alma póstuma”, “Os melancólicos”, “A decadência artística”, “A nossa decadência”², etc.

Passamos desta última década ao pós-5 de Outubro.

Em 1912, uma geração depois, que nomes comparecem no “Inquérito literário” de Boavida Portugal lançado no jornal *República* de 3 de Setembro

(com reprodução em volume de 1915), e na estreia de Fernando Pessoa, com “A nova poesia portuguesa”, n’*A Águia* portuguesa?

Em relação a *André*, um só nome regressa naquele inquérito: Henrique Lopes de Mendonça. Cito os restantes: Júlio de Matos (salienta Malheiro Dias e Correia de Oliveira), Pascoaes, Augusto de Castro, Gomes Leal, João Grave, Gonçalves Viana, Francisco Adolfo Coelho, Veiga Simões, Júlio Brandão, visconde de Vila Moura, Carlos Malheiro Dias. Replicaram aos opinantes nomes emergentes: Raul Proença, Antero de Figueiredo, Fernando Pessoa, Augusto Casimiro, João Amaral, Jaime Cortesão, Albino de Meneses, Sousa Costa, Aarão de Lacerda, Manuel António de Almeida, Garcia Pulido, Ribeiro Coelho, Rita Martins, António Monforte, Afonso de Bourbon, Hernâni Cidade. Onde a selecção nacional? Boavida Portugal explicaria, em nota:

Sabemos recair sobre nós a gravíssima acusação de não havermos citado a depor no inquérito figuras de destaque no nosso meio intelectual. Não é bem assim: é que nós ainda não dissemos os nomes de todos que consultámos e não quizeram responder. E detraz disto está toda uma via-dolorosa de esforços baldados, de respostas desanimadoras, de passos perdidos.

Por exemplo: os snrs. Manuel de Oliveira Ramos, lente da Universidade de Lisboa; Eugénio de Castro, o poeta ilustre; Marcelino Mesquita, o dramaturgo insigne, nem se dignaram responder ás nossas cartas. Outros não quizeram depor, como os snrs. José Sampaio (Bruno) por andar mal disposto de espirito; Mendes dos Remédios não pôde concentrar a atenção por envolvido nas lidas do governo académico; Carlos de Mesquita agradeceu o nosso excesso de amabilidade, mas pediu que riscássemos da lista o seu nome, por não poder dar uma resposta satisfatória; Teixeira de Queiroz, confessou-se humilde no caso, declinando a honra por não ser crítico, [...]; Antero de Figueiredo disse não ser crítico e só os críticos poderem dar serenias respostas; [...] Manuel da Silva Gato, tendo dado todas as provas do seu apreço pela nossa ideia, andava doente, oferecendo-se, aliás, para outra vez; Coelho de Carvalho prometeu sempre, marcou muitos *rendez-vous* por só lhe falar passar a resposta a limpo e... faltou sempre; Júlio Dantas, depois de querer saber quem eram os companheiros que lhe havíamos escolhido (não pela sua pessoa, mas pelo lugar que ocupava...), encontrou bem, mas fugiu sempre; Guerra Junqueiro mandou-nos telegramas, falámos-lhe em Lisboa, prometeu sempre, mas...

Ora, com gente assim, nada de completo se pôde conseguir. Mas, enfim, foi a primeira e a falta de habito desculpa-os. (p. 286)

² Artigos de, respectivamente, D. João de Castro, *Revista de Portugal*, Porto, 1890, p. 306-318, com o mesmo título em *Correio da Tarde*, Lisboa, 15 de Julho de 1890; Alberto de Oliveira, *O Intermazzo*, Porto, 2 de Janeiro de 1890; *O Tempo*, Lisboa, 22 de Agosto de 1890; Mariano Pina, *A Ilustração*, Paris, vol. 7, n.º 18, 20 de Setembro de 1890, p. 274.

Se pensarmos que Adolfo Coelho estivera nas Conferências do Casino, em 1871, e António Monforte (pseudónimo de António Sardinha) contava 25 anos, entende-se um esforço republicano de convergência geracional e ideológica.

Agora, interessava saber se «as tendências dos novos escritores» significavam «uma ressurreição da vida nacional», e qual o «laço histórico-social» que religava ao passado, bem como se se evidenciava nas letras «um claro reflexo da revolução política».

Carta de Pascoaes cumpria balanço útil:

Nem quero mesmo referir-me aos dois maiores poetas europeus — Guerra Junqueiro e Gomes Leal.

Basta-me falar de António Correia de Oliveira, Jaime Cortesão, Afonso Lopes Vieira, Mário Beirão, Augusto Casimiro, Afonso Duarte, e, depois destes, dos novíssimos poetas, Carlos de Oliveira, Augusto Santa Rita, Afonso Mota Guedes. Eis uma vasta seara espiritual dadivosa e prometedora dos mais belos frutos. Estes poetas criaram em Portugal uma poesia profundamente portuguesa e original. Eles bebem a sua inspiração no mais íntimo veio religioso da alma lusitana, criadora da Saudade, a Virgem do Desejo e da Lembrança, nascida do casamento do Paganismo com o Cristianismo. (1915, pp. 30-31)

Lembrado Leonardo Coimbra, vinha ao romance, com representantes de grande merecimento: Raul Brandão, Antero de Figueiredo, Vila Moura, António Patrício, Malheiro Dias, Souza Costa, Veiga Simões, João Grave e Justino Montalvão.

Os nossos prozadores são admiráveis artistas, mas precisam de criar um alto pensamento luzitano que organise e oriente a sua obra. (p. 31)

A dispersão conceptual dos depoentes era imagem de um país que se não encontrava, já transformado o Partido Republicano em democráticos, evolucionistas e unionistas. Outra síntese deve-se ao jovem Augusto de Castro, que presentia «um grande espírito de revivescência nacional»:

A obra de Teófilo Braga, que durante anos, sósinho, quasi sem ser lido, edificou as bases da história das tradições literárias portuguesas, começa a ser discutida. Júlio Dantas, Lopes Vieira ressuscitam, no teatro, Camões e Gil Vicente. Correia de Oliveira, e Augusto Gil fazem, como João de Deus e como António Nobre, versos para o povo. Eugénio de Castro transforma-se num neo-clássico. Escritores como D. Carolina Michaëlis, falam-nos dos quinhentistas e ensinam-nos a amál-os. Delfim Guimarães estuda o

poeta Crisfal. Malheiro Dias retoma o romance português de amor. Antero de Figueiredo escreve numa língua cristalina os amores de Inês de Castro. A tradição clássica, a tradição popular, a tradição camiliana, vêm purificar a obra literária, nacionalisá-la não só nos seus aspectos, mas no seu espírito, vivificá-la, dar-lhe o sentimento da raça, que começava a faltar-lhe, o culto da linguagem, que se prostituíra. (pp. 39-40)

Veiga Simões também faz a sua lista:

E pois que me pergunta pelos artistas da nossa terra que considero, deixei-me agora indicar-lhe António Patrício, voluptuoso filho de Dionysos, o maior prosador da nossa terra depois do Eça e do Fialho; Teixeira Gomes, o irregular belo escritor do *Agosto azul*; Silva Gaió e Eugénio de Castro, Jaime Cortesão e Mário Beirão, Correia de Oliveira e Lopes Vieira, Carlos Parreira e Augusto Gil, Vila Moura e... E, considerando já Ramalho e Gomes Leal na história da literatura, com isto me parece quasi esgotada a lista dos camaradas que mais estimo, literariamente. (pp. 92-93)

Todos eram concordes na marcada influência francesa e no apego do público leitor ao jornal, com recusa do livro. Se a maioria dos nomes hoje canonizados em histórias da literatura comparece, estariam aí, na lista de 1890 ou na de 1912, quais os que o público lia? Mas, lembremos, neste mesmo ano, houve o balanço de Fernando Pessoa, para quem *Oração à Luz* (1904) é «obra máxima da nossa actual poesia», a par do Teixeira de Pascoaes de *Vida Eterna* (1906). Já entrevê a «nova fase de António Correia de Oliveira» e outros, como Jaime Cortesão e Mário Beirão, «de ideação complexa», o qual escreverá o hino da Mocidade Portuguesa, «Lá vamos, cantando e rindo».

O autor de *Pátria* (1896) é superior a Chateaubriand ou Edmund Spenser; e, nota Pessoa, «De um canto à luz tira Junqueiro uma das maiores poesias metafísicas do mundo, poesia que se pode comparar só a *Ode on the Immortality of Wordsworth*». Nesta senda de quase geral admiração resumida na *História da Literatura Realista* (1914) de Fidelino de Figueiredo, não espanta que Leonardo Coimbra diga de Junqueiro «um Poeta como Ésquilo, Dante, Shakespeare, Camões» e Raul Proença «o maior poeta da volúpia que eu conheço em língua portuguesa». O amigo Miguel de Unamuno considerava-o «um dos maiores do mundo». O contraponto está em Mendes dos Remédios, *História da Literatura Portuguesa* (5.ª ed., 1921), que só o cita a propósito de João Penha, como também apaga Gomes Leal, Pascoaes, Pessanha, Júlio Dantas, etc., ausentes do cânone da Universidade de Coimbra. Mas quem, em boa verdade, lia poesia, no pós-República? Prosa de imaginação, sim.

Ora, a ficção necessária encontrava-se nos folhetins da Imprensa diária, como, hoje, temos telenovela ao lanche, ao jantar e à ceia. Giorgio de Marchis³ elencou o folhetim-romance de três matutinos lisboetas, entre 1890 e 1910. O que liam, pois, as camadas populares e a burguesia?

Escolheu o *Diário de Notícias*, *Diário Ilustrado* e *O Século*. O primeiro quis-se «noticiário geral» (29 de Dezembro de 1864), politicamente neutro, e cedo se tornou o terceiro jornal europeu em massa publicitária; o segundo (desde 1892) apoiava João Franco e o seu futuro Partido Regenerador-Liberal; o terceiro era republicano desde 1881. Estes dois, contudo, só excepcionalmente ofereciam ficção portuguesa perdida na chusma de franceses: assim, das 293 narrativas, algumas demorando um ano, passadas no rodapé dos três jornais durante 20 anos, 156 são de autoria francesa; afora anónimos, só 54 cabem a portugueses. Que autores são esses?

Além dos já falecidos, antes de 1890, João de Andrade Corvo e Eduardo Coelho, tínhamos: Francisco de Barros, Brito Aranha, Pinheiro Chagas, Artur Lobo d'Ávila, Rodrigues Braga, César da Silva, Alberto Pimentel, Luís Trigueiros, António de Campos Júnior, Cândido de Figueiredo, Lourenço Cayola, Eduardo de Noronha, Ludgero Viana, Jaime de Magalhães Lima, Manuel Pilotto, Carlos Diniz, Alexandre de Vasconcellos e Sá, Heliodoro Salgado, Gervásio Lobato e Eugénio Silveira.

Nenhum dos 22 nomes está na revista *Antetema* ou é entrevistado no "Inquérito Literário". Estas imaginações de rés-do-chão persistem no enredo de História nacional, dominado pelos heróis pátrios de Campos Júnior, enquanto outros se alcaandoravam no palco, tal D. João da Câmara, ou em livro, caso dos extensíssimos Alberto Pimentel e Eduardo de Noronha; nota-se, em segundo lugar, citando o estudioso italiano, «l'uso 'político' che i repubblicani prima, e i monarchici poi, fecero del romance-folhetim, all'interno di una più vasta campagna propagandistica tesa a screditare o difendere la Corona portoghese e il sistema rotativista che la sosteneva» (p. 126).

Nesta função de, pelo jornal e pelo livro, minar o velho regime – melhor, *dinamitar*, porque explodiam bombas, simultaneamente –, há momentos fortes, que vou resumir.

Abro pelo poema satírico "O caçador Simão" (8 de Abril de 1890), de Junqueiro, emoldurado por Rafael Bordalo Pinheiro em *Pontos nos ii* (17 de Abril), e depois incluído em *Finis Patriae* (1891). Pai e pátria agonizam, até à morte do trono e da nação, mas Simão vai à caça... Era uma forma de aliviar

³ E... *Quem é o autor desse crime? Il romanzo d'appendice in Portogallo dall'Ultimatum alla Repubblica (1890-1910)*, Milano, Edizioni Universitarie di Lettere Economia Diritto, 2009.

desta *choldra*, justificava Eça, ou da *piolheira*, como dizia o próprio rei. D. Carlos e os progressistas de Luciano de Castro tinham cedido naquele sábado, 11 de Janeiro de 1890; no domingo, à tarde, o rei passeava-se na Avenida da Liberdade, depois de se ajoelhar perante a Inglaterra, que dera 24 horas para uma resposta; desinteressado da manifestação, nessa noite, frente à Sociedade de Geografia, e dos crepes cobrindo a estátua de Camões, a 14 de Janeiro, D. Carlos limitara-se a chamar o regenerador António de Serpa, com João Franco na Fazenda.

O império de João Franco fará cair a Monarquia. Ainda nesta década, antes de ser o ditador iluminado de 1906-1908, aplaudido por Ramalho e pelo ficcionista Luís de Magalhães, que aceita ser Ministro dos Estrangeiros no seu primeiro governo, outros o saudam e lhe vaticinam fortuna política. A dife-rença está em que, se Eça, Ramalho e Magalhães, não criticam D. Carlos, um Alberto Sampaio (íntimo de Antero) já dá uma no cravo e outra na ferradura: «Estamos realmente no princípio do fim?»⁴ Sampaio perfila hipótese de invasão castelhana, qual vingança da derrota hispano-americana, em 1898, e, desde 1892, prenuncia que «A Europa surdamente convulsionada está na borda do Desconhecido...», com risco da «civilização actual» (II, p. 43). Internamente, «Queira Deus que esteja reservado ao J. Franco e aos seus amigos inaugurar no novo século uma nova vida política na nossa terra» (1 de Janeiro de 1901; II, p. 328); e, tendo «o nosso J. Franco» – possessivo reiterado – abandonado os Regeneradores, «Seria óptimo vê-lo no governo» (2 de Março de 1902; II, p. 71). Contra Luciano de Castro e «a flor dos hintzaceos» (neologismo tirado de Hintze Ribeiro; II, p. 63), aguarda o «escangalhamento dos dois chefes politicantes» (II, p. 359) e louva a formação do Centro Regenerador-Liberal (1903), mas é incapaz de perceber como a política «francácea» (II, p. 365) alimentou os vícios de um D. Carlos por Sampaio duramente vergastado em 1902 (II, pp. 80-81; 352), como já fora em 1898: face à «catástrofe que está iminente sobre a nossa terra», não bastava a «*calotice*» de uma «*corja de comedores*», e ainda «o régio patrão espeta 1.300\$00 em charutos! bonito exemplo!» (II, p. 247).

Entronizado João Franco, a *Ilustração Portuguesa* de 30 de Dezembro de 1906 oferece-nos o melhor escore de quem se recusa «tirano, como alguns asseveram», pretendendo-se «um afectivo. Prendo-me pelo coração», acrescenta, depois de ter desmentido acalmar as nevralgias, fruto de complicações gástricas, com injeções de morfina. Entre autores de cabeceira, Shakespear e

⁴ *Correspondência*. Volume II. *Cartas de Alberto Sampaio*. Organização, introdução e notas [de] Emília Nóvoa Faria / António Martins, Ribeirão, Edições Húmus, 2009, p. 158.

todos sobreleva – em francês. Entre portugueses, aprecia Eça, Camilo, João de Deus, Garrett, Ramalho e, pasme-se!, Junqueiro, que, em 10 de Abril, fora condenado no Porto a 50 dias de prisão por ter insultado o rei no jornal *A Voz Pública* (2 de Novembro de 1905). Neste mesmo jornal, a 11 de Abril de 1907, Junqueiro abriu “Defesa perante o tribunal”:

Acusam-me de injúrias ao rei de Portugal. Porquê? Porque chamei à sua realza uma tirania de engorda e vista baixa. [...] Eu não aludo à vida íntima do Sr. D. Carlos. Aludo, é o meu direito e o meu dever, à sua vida de monarca. Ora a história do rei de Portugal, a todos manifesta, em quatro palavras se desenha: incúrias e desmandos, arbitrios e bocejos.

Nascia, entretanto, a mais feroz campanha que a Monarquia alguma vez conheceu, e levará Júlio de Vilhena, à frente do Partido Regenerador desde 12 de Setembro de 1907, a pressentir, no *Diário Popular* de 20 de Outubro: «Isto termina fatalmente por um crime ou por uma revolução.»

Entre as centenas de jornais republicanos desde 1848, alguns eram corrosivos, mau grado a perseguição do juiz da Boa Hora. Assim, Meira e Sousa, director d’*O País*, num artigo de 8 de Maio de 1907, “Venha a revolução”, não tem papas na língua:

A monarquia que nos oprime e espezinha, que nos afronta e enlameia perante as nações civilizadas; a monarquia tirana e despótica que nos rouba e manda assassinar – está tremida e facilmente se derroca! / Venha a Revolução!

A par do furor dos títulos jornalísticos – n’*O País* de 20 e 21 de Junho de 1907: “ABAIXO OS ASSASSINOS!”; e subítulos: “O SANGUE DO POVO”, “LISBOA DE LUTO”; “INFAMES! INFAMES! // A CHACINA DE HOJE”; n’*O Mundo* de 21: “Portugal governado por assassinos!”, quando tinham morrido três civis inofensivos –, o anarquismo não dorme. Aquilino Ribeiro é novo em Lisboa, mas conhece um tal Alfredo Luís da Costa. Este abandona a administração do «semário independente» *O Caixeiro*, órgão dos caixeiros do comércio e indústria fundado em 6-3-1907, e propõe fundarem uma empresa literária:

– Imagine um romance, a publicar em fascículos, distribuídos periodicamente a domicílio. Para ser bom, a obra há-de ser ilustrada. [...] É escusado fazer-lhe uma recomendação: quer-se prosa de enredo ameno e de escacha-pessegueiro.

A segunda metade deste artigo adapta informação já publicada em 5 de Outubro – *Uma Reconstituição*, Lisboa, Gradiava, 2010.

– Não percebo.

– De propaganda republicana contra a Monarquia...

Aquilino adianta um título, *D. Miguel Rei e Arcanjo*, em que a acção se passasse no tempo de D. Miguel, mas com referências à actualidade.

Alfredo Costa propôs um tema mais próximo, patusco, de todo popular, ora e sempre lembrado, e porventura mais imaginativo: a sedução da filha do jardineiro da Tapada das Necessidades por D. Carlos. [...] – A meu ver, aqui está o assunto ideal para um romance a distribuir em fascículos. O título está indicado: *A Filha do Jardineiro*. E o público pega-lhe, oh se pega!

A publicidade ao projecto faz-se ataque às instituições, facultando síntese da história recente:

A Filha do Jardineiro

Romance historico contemporaneo

É um livro simples, educador, debatendo a epocha que decorre de 1880 aos nossos dias, com todas as intermitencias de redempção e abatimento d’uma nacionalidade.

Em 1880 aparece o primeiro nucleo revolucionario, redime-se do olvido a memoria do grande epico, o paiz parece levantar-se estremunhado da sua modorra secular. Mas ha um regimen que apaga, a crise deletéria volta. O Ultimatum provoca a revolta no norte. Um punhado de homens á antiga, como espartanos.

Noite cerrada da nacionalidade. N’esta marcha de 10 annos ha sim-bolos:

O Jardineiro, besta d’uma casta, imagem da patria soffredora, aviltada, rude; a filha do jardineiro, a imagem viva da alma popular, terna, melancolica, sentimental.

É esta a primeira parte. A segunda é o caminho para a salvação sob o sol forte das ideias modernas, e saindo das cidades para os campos n’uma grande invasão mansa, benéfica. Uma cohorte de apóstolo atrai a sua sementeira. Uns ficam no caminho, outros seguem inalteravelmente para a patria nova. O poeta das revoltas, amargurado, sem esperança, queima os miollos, o sábio professor verbo da revolução feito homem desaparece também do mundo dos vivos, mas para a grande obra emancipadora, ficam ainda entre outros o tribuno que fala como Tirteu cantava, cuja voz tem o timbre d’um clarim de guerra, e o velhinho de cabellos de neve, alma de romantico, e patriarca venerando da democracia.

A par d’estes segue a sua marcha consciente de revolucionario e de vingador a figura imponente d’um marinheiro, que outrora fora noivo da pobre e da martyr filha do jardineiro.

Os três fascículos saem na primeira quinzena de Novembro de 1907, antes de Aquilino ser preso. Mas, para explicar a admiração de Alfredo Costa por Aquilino, contemos a intervenção deste no folhetim mais violento e poderoso da nossa história jornalística – *Os Bandidos da Serra da Gardunha* –, que *O País* projectava desde a Primavera de 1907.

Como no caso de “A Filha do Jardineiro”, que dá origem a modinhas em verso, as folhas republicanas escancaravam a genealogia mais remota de João Franco, oriundo da Beira, como deixam entrever as notações fonéticas sublinhadas na publicidade ao folhetim, desde 26 de Abril de 1907:

Brevemente *O País* começará a publicar em folhetins uma novela histórica cavalleiresca e emocionante intitulada

Os bandidos da serra da Gardunha

O heroe é um celebrado bandido portuguez cujo nome não convem que se *xai*ba por enquanto para mais interesse ter a grande e phantastica novella

Os bandidos da serra da Gardunha

Começa a acção na epocha das invasões francesas e termina em nossos dias, atravessando um periodo de façanhas e proezas em que o capitão de

Os bandidos da serra da Gardunha

Vae enriquecendo, já servindo de espião aos francezes, já roubando viajantes pelas estradas e saqueando solares e palacios abandonados.

Os bandidos da Serra da Gardunha

teem uma parte, a ultima, que é passada na actualidade e talvez a mais interessante.

A *pe*xôa que tem o principal papel é muito conhecida no nosso meio e descende em linha directra do celebre faccinora commandante de

Os bandidos da serra da Gardunha.

O anúncio repete-se nos números subsequentes, já *Os Bandidos da Serra da Gardunha* a 3 de Maio, quando se nos diz que «O ilustre escritor do norte, a cargo de quem está o palpitante assunto, dividiu o entrecho em 3 partes: A Traição / As Proezas da Quadrilha / O Neto do Bandido».

Uma semana depois, sabemos do início das infundáveis quereias que, por causa do «inocente reclamo [a esta] interessantíssima novela», move a *O País* o Ministério Público. Dezenas de cartas e bilhetes-postais continuam a afluir.

Em dias consecutivos, a impositiva propaganda. Por exemplo, a 26 de Junho:

Os bandidos da Serra da Gardunha são um trabalho consciencioso e para cuja factura se procedeu a informes rigorosos, authenticos, indo-se até ás

localidades onde se deram certos acontecimentos. Para nada faltar ao novo folhetim até tem a côr local.

Quanto ás personagens, umas já falleceram e outras ainda vivem para mal da humanidade.

João Franco e o rei ainda viviam, «para mal da humanidade»... Um dia, Aquilino Ribeiro – fugido da prisão a 12 de Janeiro de 1908, refugiado em casas como a do próprio director d'*O País*, Meira de Sousa – ouve isto:

– Prenderam Arnaldo Pereira e *O País* ficou privado do folhetim *Os Bandidos da Serra da Gardunha*. O autor ia-o escrevendo ao fio dos dias, e deixou-nos descalços. Não sei se sabe que este folhetim é a história romaneada ou fantástica dos ascendentes de João Franco, bandoleiros dos quatro costados segundo a tradição local. [...] Se nos escrevesse o folhetim?

– E acerto eu? Não li os números transactos...

– Não é nariz-de-santo. O Faustino da Fonseca não matou duas vezes a linda Inês?

E pus-me a compor o folhetim⁶.

Pelo ‘espectáculo’ jornalístico-político-judicial que, por mais de um ano, significou este folhetim sobre o João Gardunha = João Franco, é bem digno de figurar nos anais da propaganda republicana.

Já um livro reforça ódios. Em 15 de Janeiro de 1908, era posto nos escaparates *O Marquês da Bacalhoa*, romance que acrescentava ao descrédito da Monarquia, da Família Real, de Franco e seus nervos de aço. Em dois dias, vendiam-se seis mil exemplares; segundo outras fontes, em 18 de Janeiro, estavam vendidos 20 mil.

A Família Real é *Bacalhoa*, mas a sua linhagem reduz-se à mentira; João Franco é João Nunes dos Santos, «tendo nos lábios um sorriso velhaco e hipócrita»; é imbecil, ignorante, perverso: «A sua principal característica era uma vaidade ilimitada», a par de «Uma grosseria nativa e uma avareza inquantificável» (p. 32). Imbuído de «hipocrisia, falta de franqueza e deslealdade, que mais tarde deviam marcar profundamente o seu carácter como político» (p. 32), assim retoca o retrato moral, mostrando, do mesmo pé, quais as ovelhas negras dos republicanos: «Era bem um fruto amadurecido e saboroso das estufas jesuíticas» (p. 34). O capítulo III vai ao retrato físico, abjecto:

⁶ Aquilino Ribeiro, *Um Escriitor Confessa-se. Memórias*, Amadora, Bertrand, 1974, p. 328.

⁷ António de Albuquerque, *O Marquês de Bacalhoa* [1908] seguido de *A Execução do Rei Carlos* [1909], Lisboa, Frenesi, p. 21.

Quanto ao físico do Nunes, estava em justo paralelo com o moral. Cor biliosa, maxilas salientes, figura angulosa e dura, beiços carnudos de negro, cabelos ásperos e indomáveis, assim como a espessa bigodeira.

Um todo vulgar, antipático pela grosseria das maneiras e pelo desagradável timbre da voz e da pronúncia acentuadamente provinciana, vício que nem o melodioso e correcto acentuar coimbrão conseguira modificar.

Junte-se, a um tronco esguio e curvo, uma cabeça de degenerado, oblonga e chata, com depressões acentuadas nos parietais, lembrando um desses seixos achatados que se encontram à beira dos rios, e daremos por completo o retrato do actual senhor de Portugal. (p. 36)

O coronel D. Álvaro de Luna é Mouzinho de Albuquerque, aureolado pela prisão de Gungunhana, em Chaimite (1895):

Era esse o homem temido pelo marquês, o único capaz de pôr por terra os seus planos de ambicioso egoísta. Chegara de África, havia um mês, após uma campanha inolvidável em que se cobrira de glória.

Era nesse momento crítico o ídolo do povo e do exército; portanto, um perigo para a realza decrépita e desconhecida se contra ela um dia se voltasse.

Era pois mister aniquilá-lo por uma vez. (p. 29)

As senhoras que acompanham a Corte são, na boca do marquês, isto é, do rei D. Carlos, umas *pêgas*, boas *pêssegas*, que ele já conheceu biblicamente a bordo do Mary Fanny (*seja*, do iate D. Amélia): «São todas umas *cróias*, acredita, o que elas querem é massa e empregos para os maridos, ou para os irmãos, quando solteiras» (p. 48). Os fidalgos, petulantes e ocios, efeminados, chiques; as fidalgas, «semivirgens» (p. 65).

O entrecho anima-se, quando a marquesa – isto é, D. Amélia – enleia Luna, a pedido do marquês, que se vê entalado por Santos na história dos adiantamentos. A marquesa deixa sobrepair a promessa de um amor, quimérico, o qual arrastará Luna – que odeia a «mentira palaciana, lisonjeira e aviltante, filha da mais crua baixaza e ambição» (p. 208) – à morte, contra si desfechando o revólver após assistir a cena lésbica da marquesa. Mouzinho suicidava-se ao fim da tarde de 8 de Janeiro de 1902.

O romance faz outras considerações só lidas à luz de 1907: o figurante Alvim é Alpoim, «o chefe dos oportunistas» (p. 139); o jornal *O Globo é O Mundo*; no capítulo XIII, descreve-se a batalha campal do Rossio, quando Franco regressava do Porto. Entre os amigos de café, buscam-se soluções: ora um apostolado pela «nova fé» de Teófilo Braga, Sampaio Bruno, Junqueiro,

ora um «bom atentado» (p. 190), que apresse as coisas. Era o dilema republicano. O atentado estava pensado para 28 de Janeiro; falhado, raros acreditavam que o romance adivinhava outro, quatro dias depois.

Sucedeu o duplo atentado, cujos heróis vinham aclamados na imprensa republicana. Um insuspeito Carlos Malheiro Dias delinca a atmosfera que paira sobre a capital:

Logo após o regicídio, Lisboa foi literalmente inundada de bilhetes-postais, de cromos, de miniaturas representando os matadores do rei e do príncipe. A imprensa republicana [...] esgotava-se em panegíricos aos heróis mortos pela causa da Liberdade e da Pátria. Entre a plebe, famatizada pela propaganda republicana, Buiça e Costa engrandeceram-se em divindades. Em um só dia, uma tabacaria da Rua do Arsenal vendia 1 700 bilhetes-postais com os retratos dos algozes do Terreiro do Paço. As edições repetiam-se, sucessivas. Numa taberna, em Algés, a dois passos da Guarda Fiscal, quem passasse na rua podia ver, pelas portas abertas, escrito a grandes caracteres vermelhos na parede, o panegírico dos assassinos. Por toda a parte, nas alfurjas de Lisboa, se gritava: *Viva Buiça! Viva Costa!* Nos jornais, abriam-se subscrições em benefício dos órfãos de Buiça, quando já se reatava a conspiração contra o órfão das Necessidades. [...] Não havia pequena loja de barbeiro, mercearia ou taberna de bairros populares onde se não vissem colados na parede os retratos dos carrascos. Os homens traziam-nos na corrente do relógio, em miniatura, as mulheres em medalhas pregadas no xale e na gola. Não faltavam crianças a quem os pais adornavam com as sinistras efígies. A Lisboa demagógica das associações secretas enaltecia os seus mortos, e, como réplica ao enterro real, [...], a população ia ao cemitério do Alto de S. João fazer a apoteose dos assassinos.⁸

O novo governo, dito de *acalmção*, acalma pouco. Sucedem-se escaramuças e manchetes arrasadoras. Rajadas sobre populares no Largo de S. Domingos, variando os mortos entre sete e 14 cadáveres, conforme o jornal, levam a *Vanguarda* (6 de Abril) a titular: «ABAIXO OS ASSASSINOS DO POVO!»; ou, n.*A República* (9 de Abril): «A matança de 5 de Abril».

O paço caminha para beatério. D. Manuel II usa pesados beninhos ao pescoço e tem o quarto cheio de santinhos e esculturas de assunto religioso. Num dos folhetos de *Verdades Cruas* (pp. 65-79), Gomes Leal mostra quem influi nas Necessidades – gente de saias, que designa por «As Amazonas do Paço»:

⁸ Carlos Malheiro Dias, *Entre Precipícios*, Lisboa, Vega, s. d. [1913], pp. 133-134.

Reinam, primeiro que tudo, as roupetas jesuíticas. Reinam depois as saias cardinalícias de *Sua Eminência*, o belo Cardeal, ou o Cardeal Belo.

Reinam, segundo consta, as saias arrendadas das aristocráticas amazonas, que alguns apelidam as *Valentonas de El-Rei*, e outros as *Amazonas do padre Matos*. [...]

Neste abençoado solo, abençoado pelo Santo Padre, o Sol, onde florescem todas as flores e todos os frutos, tanto os das regiões setentrionais como até as dos trópicos – só não floresce a *flor do juízo*.

Todas as cabeças dão sentenças: todas as línguas palram: todas as saias reinam e imperam, mas só não reinam, não imperam, nem têm prestígio algum – os régios calções do senhor D. Manuel.

Entre 1908 e 1910, as *Cartas Políticas* de João Chagas (folhetos mensais em 5 volumes) industriam razões e animam os oficiais de Marinha, que frequentam a redacção, a desencadear o 5 de Outubro. O raciocínio é demolidor, singularmente sardónico; alargam o sarcasmo ficcionado de Brito Camacho, no jornal *A Luta*.

No 4 de Outubro, foi *A Luta* o quartel-general do Directório do Partido Republicano. À tarde, *A Luta* imprime quatro folhas que são um modelo de contra-informação e propaganda. Funcionam, também, como proclamações da Junta Revolucionária, que as assina. A primeira visa controlar os efeitos negativos – deserções, desde logo – que suscitaria a morte, confirmada, de Cândido dos Reis. Brito Camacho redige:

2 horas – Tendo-se espalhado o boato da morte do vice-almirante Cândido dos Reis, tratámos de saber se ele era verdadeiro. Por comunicação directa que nos chega do quartel de Marinheiros, sabemos que tal boato é absolutamente falso. O vice-almirante Reis está à frente das tropas de Marinha.

Esta mentira dourava uma expectativa; lançou, no mínimo, a incerteza.

Machado Santos enviara Malva do Vale ao oficial de Marinha Ladislau Parreira, propondo junção à Rotunda. Parreira acorda nisso, mas, antes, seria «necessário inutilizar, ou pelo menos enfraquecer, desmoralizando-a, a brigada que defendia as Necessidades», pelo que ordena o bombardeamento, de efeitos surpreendentes, «porque levantou o moral das nossas forças e provocou grande desânimo das forças contrárias», escreveu José Relvas, que está na redacção. Camacho não espera, e manda para a tipografia:

4 horas – Agora mesmo chega à Junta a notícia absolutamente certa de ter fugido o rei. Para onde? Não o sabe a Junta, mas a sua fuga é um facto. Ape-

sar disso, a acção revolucionária continua, só cessando quando o Governo Provisório puder falar à Nação do Paço das Necessidades.

Vai bater o minuto supremo, mas, até que ele bata, as forças revolucionárias não afrouxam nem desarmam.

Viva a Pátria!

As folhas são profusamente distribuídas nos três locais que interessam: Rossio, Rotunda e Alcântara. Subitamente, desembocam na redacção o filho de Relvas, Carlos Relvas, e o dr. Joaquim Romão, informando que Infantaria e Artilharia de Santarém se mobilizam: como impedir esse novo alento monárquico, na dúvida se a ponte de Sacavém estaria dinamitada? Ao pânico responde Brito Camacho com terceira folha:

Seguro de que a pequena parte da guarnição de Lisboa que ainda não aderiu à revolução pouco tardará em fazê-lo, o Governo chamou à capital alguns corpos da província. As 11 horas da manhã os regimentos de Infantaria e Artilharia aquartelados em Santarém preparavam-se para marchar sobre Lisboa, pela via ordinária, visto a via férrea ter sido cortada. Do Sul não podem chegar reforços, porque os revolucionários têm a posse inteira e indisputada do mar. A Revolução está próxima do seu termo, e esse termo é a proclamação da República.

Viva a Pátria!

Faltava a melhor, e golpe de misericórdia no espírito monárquico: o rumor da fuga do rei, logo certeza. Isso anima Brito Camacho à quarta prosa. Se não se sabe do paradeiro do rei, inventa-se, entre conclusões patrióticas:

As 9 horas da noite – Chega à Junta Revolucionária a informação, derivada da melhor fonte, de se ter refugiado o sr. D. Manuel na Legação da Inglaterra. Acolhendo-se a território estrangeiro, pois que as legações são unidas territórios das nações respectivas, o rei abdicou de facto, renunciou aos direitos que tinha pela Constituição. Está, pois, vago o trono português, e essa vaga não será provida, porque a Nação quer a posse dos seus destinos, proclamando a República.

Viva a Pátria!

Eis como, da propaganda contra João Franco e D. Carlos, se veio à contra-propaganda em dia decisivo. *Diário de Notícias, O Século, O Mundo, A Capital, Ilustração Portuguesa*, etc., descreveram as horas de 3, 4 e 5 de Outubro ao pormenor. Memorialistas não faltaram, sendo justo destacar José Relvas, as *Memórias* de Raul Brandão, Câmara Reys, Malheiro Dias e quantos subscreveram relatórios militares, com relevo para Machado Santos. O já

⁹ *Memórias Políticas* – I, Lisboa, Terra Livre, 1977, p. 123.

célebre Júlio Dantas curou feridos na Rotunda. Disputaria a fortuna literária a Junqueiro e Aquilino, antes de se conhecer Fernando Pessoa, nascido no quarto piso do prédio frente ao Teatro de São Carlos, nesse Largo do Directório [do Partido Republicano Português] que ocupava o segundo andar. Próximo do Governo Civil, nas barbas da policia, Rua Anchieta, onde Camacho abriu *A Luta*.

Segundo Armando Côrtes-Rodrigues, «Foi a ditadura franquista que o colocou [a Fernando Pessoa] dentro do patriotismo literário e começou então a desejar intencionalmente escrever em português, o que só aconteceu em Setembro de 1908»¹⁰. Pessoa confessa, em inglês, o seu «intenso sofrimento patriótico», um «intenso desejo de melhorar o estado de Portugal». Projecta escrever *República de Portugal*; em 1910, aos 22 anos, pensa no título *Da Ditadura à República*, que mudou para *Considerações Pós-Revolucionárias* e, enfim, *Iconoclastia*, de que temos sinais em *Da República - 1910-1933* (1979). Aquele escrito inserto na revista *A Águia*, de 1912 - atacada no "Inquérito literário" -, ainda longe de desilusões futuras, pressupunha que «o futuro cultural do País será necessariamente de construir-se no âmbito do republicanismo»¹¹. Feche-mos com este voto.

¹⁰ Fernando Pessoa, *Cartas a Armando Côrtes-Rodrigues*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985, p. 76.

¹¹ Joel Serrão, em *O Jornal*, 31 de Março de 1978, 11 de Abril de 1980.

Um poeta lírico, panfletário por uma República falhada

Fernando Cristóvão

CLEPUL

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

A poesia de Gomes Leal revela uma capacidade extraordinária de um poeta que, sem perder o modo lírico, foi capaz de aderir a ideais e expressões mais conformes à épica e à teatralidade dramática, do que ao subjectivismo e derramamento das emoções pessoais.

Aliás, a sua capacidade de opção por novos registos poéticos e estéticos também foi demonstrada pela passagem do Romantismo tardio ao Realismo e Simbolismo, recebendo inspirações de Baudelaire, em especial, de Victor Hugo, de Junqueiro, de Antero de Quental, e outros anunciadores de um "mundo novo".

Completamente receptivo aos acontecimentos do seu tempo, foi ao serviço da revolução republicana de 1910 que colocou todos os seus talentos tanto num encantamento e violência de um panfletário, como no desencanto pelo que na prática se negava da teoria.

Suave a lírico em *Claridades do Sul*, terno e sereno na *História de Jesus*, saltou e sobressaltou para a violência das denúncias contra a Monarquia, contra a Igreja através do *Anti-Cristo*, contra todos os corruptos.

De tal modo, que a sua poesia, tal como o seu percurso biográfico, podem ser tomados como uma pequena história da contraditória primeira República.

Contudo, para melhor se entender o porquê e as linhas mais significativas da sua poesia panfletária, importa, desde já, esboçar o quadro mental e sociológico que antecedeu, acompanhou e, de certo modo, justificou o percurso da sua vida e as suas várias intervenções revolucionárias.

Inserese a ideia da República e suas realizações num contexto ideológico e revolucionário inspirado no lema da Revolução Francesa de 1789, proclamando como objectivo final a Liberdade, Igualdade e Fraternidade entre todos

os homens. Aliás, aos ideólogos da Revolução Francesa foram os revolucionários portugueses buscar muitas das suas ideias e iniciativas. A começar por exemplo nas suas Constituições da República, de 1848 e 1870, bem como também nas Constituições de Espanha, de 1868, e do Brasil, de 1889.

Já em 1870, Antero de Quental, no âmbito das “Conferências do Casino” apontava em que direcção deviam seguir os ideais revolucionários: “A República deixa de ser uma instituição particular e circunscrita, para se tornar a forma compreensiva de toda a substância social, e o símbolo visível da Revolução. É mais do que uma palavra, é um credo: mais do que uma bandeira é um Lábaro”¹.

Assim, ganharam cada vez mais força as ideias que, a partir do meio do século XIX, assentavam no credo do Positivismo Comtiano, no Socialismo de Proudhon, embora de modo às vezes contraditório na consideração negativa da propriedade entendida como roubo, em Marx e no seu *Capital* (1887), na ascensão do proletariado. Acompanhava-as o anticlericalismo ou, mesmo, o jacobinismo, potenciado especialmente pelo ódio aos jesuítas, expulsos de Portugal por Pombal em 1759, expulsão essa generalizada a todas as ordens religiosas em 1834 e 1862.

Em simultâneo avança também o otimismo na crença do Progresso que tomava conta da Europa evoluída e que, entre nós, dava os primeiros passos em aplicações várias da industrialização. Com efeito, desde o final dos anos 40 que surgiram a iluminação de Lisboa, a gás (1848), o início dos transportes ferroviários (1856), as comunicações através do telégrafo (1857), a instalação da luz eléctrica (1878), do telefone (1882).

De grande importância foram também as políticas de desenvolvimento de Mouzinho da Silveira (1823...) e de Fontes Pereira de Melo (1850...). E, no campo das ideias, a “escandalosa” novidade da publicação da obra de Darwin *A Origem das Espécies pela Via da Seleção Natural* (1859) que abriu uma nova frente de batalha ideológica, especialmente favorável a Ciência, e hostil a Religião.

Não sofriam, porém, interrupção a instabilidade, o espírito revolucionário, em episódios como a “Janeirinha”, de 1867, a revolta, também portuense, de 31 de Janeiro de 1881.

Na área do aperfeiçoamento administrativo do Estado foi promulgado, em 1867, o Código Civil, dentro de um modelo também positivista, unificando as leis civis, até porque as que estavam em vigor ainda eram as filipinas. Codificação essa que completou o funcionamento jurídico que, em escala

¹ Antero de Quental, *A República*, Jornal de 11 de Maio de 1870.

menor, foi realizada com a criação do Registo Civil, em 1832, liberto dos registos eclesiásticos tradicionais, para regulamentar os atos dos cidadãos, tais como nascimento, filiação, naturalidade, casamento, óbito, etc. Entretanto, acontece a convulsão violenta provocada pelo Ultimato Inglês de 1890.

Paradoxalmente, uma questão de gravidade nacional ocorria em África com as campanhas militares que ali decorreram (1894-1907), sem se lhes ter prestado toda a atenção que mereciam.

A somar-se às diversas organizações republicanas que se iam formando, robustece-se cada vez mais a presença e influência da Maçonaria que, segundo António Henrique de Oliveira Marques, era considerável, pois “o período 1834-1926 marcou o apogeu da implantação maçónica em Portugal, em constante posição de vanguarda político-social, e com atividade prática notável em todos os campos da vida da nação (...), entre eles o combate ao clericalismo e a laicização das escolas”².

O assassinato do rei D. Carlos, em 1908, e a revolução republicana triunfante que implantou a República em 1910, regulada por uma Constituição de 1911, renovaria o painel das ideias e práticas revolucionárias.

Em síntese, na sua vertente positiva de ideais, garantia a todos os portugueses e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade; a extinção dos privilégios de nascimento, foros de nobreza e os títulos nobiliárquicos; a liberdade de crença e de consciência, a igualdade de todos os cultos, o ensino público e particular fiscalizado pelo Estado, neutro em matéria religiosa...; em sua vertente negativa, regulamentava, através da Lei da Separação, a espoliação dos bens da Igreja, o modo de fiscalizar os atos de culto, a extinção, em Portugal, da Companhia de Jesus e de “todas as congregações religiosas e ordens monásticas que jamais serão admitidas em território português”, o pensamento completamente livre... etc.

Especialmente perturbadora foi esta Lei da Separação, inspirada na sua homóloga francesa de 1905, que tão graves consequências havia de ter num país tão maioritário e tradicionalmente católico.

Com o avançar desta primeira década do século XX, outros grandes acontecimentos adensaram a atmosfera política, religiosa, social e económica: a declaração de guerra que a Alemanha nos fez, em 1916, no quadro da chamada “Grande Guerra” (1914-1918), e que levou ao envio de um apressado e impreparado Corpo Expedicionário Militar que, em 1918, conheceu em La Lys um verdadeiro desastre.

² Fernando Cristóvão (dir. e coord.), *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa, ACLUS/Texto Editores, 2005, p. 671.

Entretanto, no ano de 1917, ocorreram dois acontecimentos de sinal contrário e profundas implicações no futuro: a Revolução Comunista russa, e as Aparições de Fátima em Portugal, mal recebidas estas e até perseguidas pela República durante algum tempo.

Entretanto, as convulsões políticas atingiram o auge na "matança" da "noite infame", como a definiu Raúl Brandão, de 19 de Outubro de 1921, em que altas patentes militares e relevantes personalidades políticas foram assassinadas com requintes de crueldade. Alguns deles a quem a República muito devia: Machado Santos, José Carlos da Maia, Freitas da Silva e outros, a juntar ao assassinato de Sidónio Pais e não poucos anónimos. O que levou um historiador como Pulido Valente a considerar a Primeira República como uma "ditadura terrorista".

Entretanto, em Janeiro desse mesmo ano, tinha morrido Gomes Leal.

Foi neste contexto ideológico, político e social que decorreu a vida e a obra do poeta Gomes Leal (1848-1921), que participou em todos os sonhos e ilusões de uma República que, progressivamente, se ia negando e desacreditando, contradizendo na prática os ideais de Liberdade e Progresso para todos, que a justificavam.

Poeta dos maiores, entrou na luta Republicana e Anticlerical como um visionário, anunciando, em 1881, um mundo novo que substituiria a corrupção do "Trono" e do "Altar", convidando os outros poetas líricos a fazerem o mesmo:

Ó poetas do amor, deixai vossos idílios,
Os atalhos do bosque e a lua das florestas!
Deixei a música fresca e simples dos Virgílios,
N'uma era de sangue inóspita e funesta!
.....
Deixai de nos cantar as nuvens da bonança,
E a flor dos laranjais que o vento faz bulir,
Por que em breve já vem a hora da matança
Em que a espada tem voz, e as torres vão cair.
.....
Também já cantei estrela do pastor
Ó danças sobre a eira, ó lua das marés
.....
Meu pranto fez-se fel, a voz tornou-se berro.
.....
Faço vibrar na lira, os cânticos de ferro.³

³ Gomes Leal, *O Renegado*, Lisboa, Tipografia Largo dos Inglesinhos, 1881, III parte.

1. Panfletário pelo Povo, pela República, contra o "Trono"

Sim, panfletário, como orgulhosamente se definiu:

Tu não sabes que glória é ser panfletário:
É ser o vento rijo, o vento extraordinário
Que agita multidões como um canavia!l
Contra um farrapo régio, a púrpura real
Contra os Ritos, os Reis, Símbolos e tradições.
É ser o que protesta, o que ergue os corações,
N'um arranco de herói, à torre do Direito.
.....

Ser panfletário é ser um farol da noute
Ser a pedra angular, Patíbulo e Açoute."⁴

Para além dos ideais que o levaram à escrita panfletária, uma outra importante missão o motivou: a de ser o tribuno defensor do povo oprimido, da "canalha", como cheios de desprezo os poderosos o apelidavam:

Eu vejo a vir ao longe perseguida,
Como d'um vento lívido varrida,
Cheia de febre, rota...muito além...
- Pelos caminhos ásperos da História -,
Enquanto os Reis e os Deuses na glória
Não houver ninguém.
.....
Ela vem triste, só, silenciosa
.....
Buscando o grande dia da Batalha
.....
Não raiou inda o dia da justiça!....
Mas, breve, talvez, se oiça a nova missa."⁵

De maneira ainda mais violenta, em outro longo folheto em prosa, que se apresenta tendo como autoria Um-de-Nós, de 1904, mas presumivelmente obra coletiva de ideais partilhados, em que Gomes Leal deve ter dado também a sua colaboração, são bem explícitos os objetivos pretendidos: revolução, socialismo, novas relações entre capital e trabalho (*O Capital* é de 1867), o entendimento da propriedade como um roubo (*Qu'est-ce que la propriété?* de Proudhon é de 1840), para além de uma violenta catilinária contra os psi-

⁴ *Idem*, *ibidem*, II parte.

⁵ Gomes Leal, *A Canalha*, Lisboa, Tipografia Universal, 1873.

quiatras R. Garofallo e Júlio de Matos⁶, o primeiro por ter defendido que o Socialismo era produto de desequilíbrio neurológico, e o segundo por ter trazido para a nossa língua a obra em que o célebre criminologista fazia as suas demonstrações⁷.

Em complemento do papel que assumiu de panfletário, Gomes Leal juntou-lhe outro, o de "herege" no panfleto assim chamado. Com efeito, em 1881, foi publicado *O Herege - Acerca da Queda dos Tronos e dos Altares*, cujo título reforçou a informação sobre a sua cruzada panfletária de republicano militante.

A catilinária é dirigida à Rainha D. Maria Pia, dando-lhe conselhos sobre como devia atuar, porque, invocando a galanteria de nunca ofender uma senhora - "Eu nunca insultei uma mulher e um lar", acusa antes aqueles que a rainha representa:

Sim, eu falo em teu nome! Alcumham de heresia

A imaculada Ideia, a mística Utopia,

Que rebentia qual flor n'um crânio visionário!

- Chamam herege ao ente altivo ou extraordinário,

Que cheio do ideal das férreas cousas belas,

Tem uma aluna que fez viagens nas estrelas,

E ao descer do seu monte, - ao mundo sem respeito -,

Vara de lado a lado o olho do Preconceito!

.....

É por isso, que eu sou, Senhora, perseguido.

É por isso que sou dos vossos combatido.

Feitas assim as apresentações, acusa violentamente aqueles que a Rainha, afinal, representa ("postigos monarquistas", "risíveis charlatães", "reles como trovões", "pulhas como arlequins").

Passa depois a denunciar os opressores, porque "Senhora, vós viveis num século fatal", utilizando uma técnica antifrástica, pois vários "assassinos" narram seus crimes, mas ficando claro que criminosos são aqueles que são objeto desse "crime".

Quatro são essas personificações de assassinos vingadores, de grande carga simbólica: o primeiro assim se acusa porque lhe negaram "trabalho, as lágrimas, o pão"; o segundo, porque mata um padre que lhe seduziu a mulher; "o terceiro, que é o próprio "herege", filho natural, porque assassina o pai; o

⁶ Barão Raphael Garofallo, *A Superstição Socialista*, trad. e pref. de Júlio de Mattos, Lisboa, Livraria Clássica, 1904.

⁷ Um-de-Nós, *A Canalha*, Porto, Tipografia Peninsular, 1904.

quarto é aquele que mata o Czar russo opressor, e que, depois do "regicídio", anda a vaguear com os ateus e empestiados, até ser executado na forca.

Mas antes, deixa uma ameaça final: "Estes homens, senhores (...) não-de matar os reis, na lama apunhalados, / E os nomes que terão sobre os punhais gravados serão - Fome, Vingança, Incêndio, Negação".

Acrescenta ainda o aviso: "Igreja! Igreja! Igreja! Igreja! Igreja-te sem tardança / Vais responder perante o tribunal moderno".

No final, antes de se despedir da Rainha recomenda-lhe que ande pela cidade a pé, prive-se de estrear vestidos novos, evite despesas sumptuárias, visite os hospitais, os cárceres, expulse os ladrões, proteja a viúva, o órfão... E para terminar um solene aviso: "E enquanto ao rei, senhora, ao rei - encaminhai-o".

Tem este libelo a singularidade de insinuar a identificação da personagem com o autor, ao referir que o "terceiro assassino", que matou o pai, era filho natural, condição essa que foi também a do poeta.

Por outro lado, a insistência na repetição da palavra "regicídio", ainda que referida ao Czar russo, e a advertência final a D. Maria Pia, sugere também algo semelhante, certamente, já andava na cabeça dos revolucionários que preparavam o advento da República.

Aliás, estes avisos à Realeza inserem-se na campanha anti-monárquica em que também Gomes Leal participou, especialmente contra o rei D. Luís "sobre a venda de Lourenço Marques": "Ah! pode haver um rei tão pícaro e pandilha / que venda o seu país, e Mãe que venda a filha! (...) o régio salafra-rio!"

Imprecações também contra o rei de Espanha Alfonso XII: "Até quando, ó Bourbons, como fantasmas, / vagueareis pela História, entre os miasmas / do Incesto e do Deboche". Ou o humor satírico contra os ingleses pela voz de a Baleia: "Ninguém como nós - os saxões cabeludos -, / conquistou mais regiões... nem bebeu mais cerveja! (...) ser a grande Baleia, a Baleia agressiva / Que humilhou Portugal, mais os seus navegantes...".

Ridículo este tornado extensivo em *Mefistófeles no Cemitério*, a Napoleão, Richelieu, Luís XIV, Rainha da Dinamarca, D. João V, Jesus, Jeová, Satanás...

2. O combate singular entre o Anticristo e Cristo

Dentro do mesmo ambiente que levou Junqueiro à sátira de *A Velhice do Padre Eterno*, Gomes Leal vai mais longe ao apresentar o combate singular entre o Anticristo e Cristo, celebrando em grandiosos versos alexandrinos, de estrofes longas ou curtas, para levar o leitor, a quem de vez em quando se

dirige, até à emoção do *pathos* ou do *problema* que são o próprio do drama. Epopeia também drama, porque é atravessada pela tensão própria desse género poético que exige diálogo e tensão entre as personagens, cenários variados e, por parte do autor, também as explicações e notas de encenação que não faltam.

Diga-se, desde já, que sendo o poema muito longo, com tantas batalhas a travar, inimigos tão poderosos a abater, tanto esforço para que a Ciência e o Progresso, triunfem do amaldiçoado obscurantismo, falsidade e corrupção, as frequentes repetições de ideias e factos funcionam como a rima na poesia, visando reter a atenção do leitor para aquilo que ao autor parece mais importante.

Como pano de fundo dessa luta gigantesca está a cena do Apocalipse de S. João que não cita mas supõe: "vi ainda uma fera que saiu do mar (...) a fera recebeu poder para dirigir ofensas e insultos contra Deus (...) recebeu poder para lutar contra crentes e para os vencer e para governar todas as raças, povos, línguas e nações. Todos os habitantes da Terra hão-de adorá-la, exceto aqueles anjos cujos nomes estão escritos desde o princípio do mundo, no livro do Cordeiro que foi morto. (...) Agora é preciso sabedoria: quem for inteligente decifre o nome da fera, que é o número dum Homem. E o número é 666"⁸, Homem esse a que Gomes Leal dá sempre relevo, como personagem.

É do poder e reinado da fera-dragão-besta que se ocupa o *Anti-Cristo*. Da sua derrota e do triunfo de Cristo de que se irá ocupar, metaforicamente, o autor de *As Teses Selvagens*.

Não são muitas as vezes que aparece no texto a menção explícita do Apocalipse, mas é bem claro que é sobre o fundo da sua escatologia que se entende melhor o combate do Anticristo com Cristo.

Começa a obra o *Anti-Cristo* com uma afirmação de base: "Cristo é o mal". Para o provar acumulam-se as acusações, primeiro contra a Trindade – o Pai, o Filho, o Espírito Santo.

Antes, porém, de as explicitarmos, seja-nos permitido, como num palco, apresentar as principais personagens intervenientes que se foram definindo no desenrolar das ações:

O PADRE ETERNO define-se pela resposta dada à personagem JUSTIÇA:

"Eu sou Jeová! O Eterno! Eloim Adonai (...) o Eterno, o velho solitário".

O ANTICRISTO: "eu sou o turbilhão colérico e profundo / que vem varrer a terra, o raio nunca visto".

⁸ S. João, *Apocalipse*, cap. XIII.

CRISTO, também respondendo à JUSTIÇA, não sem antes o Homem se interpor classificando-o de "o rei dos impostores". Cristo apenas replica: "Jesus, o rei das dores".

O DIABO, que tem na obra um papel secundário, por muito que lhe pese no orgulho, é apresentador ou explicador de situações. Responde à JUSTIÇA: "Que te importa quem sou? Sou aquele que odeia". A IGREJA, replicando à PLEBE: "Porque me chamais a rameira das rameiras?"

OS PAPAS: "Nós temos sido a espada intrépida do mal (...), temos queimado os bons, metido assombro aos maus (...) com duas maldições mandamos as carnagens".

O HOMEM DO SÉCULO XVIII, sempre rindo, arremessa ameixas, carcos, detritos de frutos à clava do Padre Eterno".

A CIÊNCIA: "eu sou aquela que figura este bronze! Eu chamo-me ansiedade de conhecer o fundo ao abismo da verdade".

São principalmente estas personagens, literariamente mais "tipos" que "personagens", por repetirem quase sempre as mesmas atitudes e ideias, que vão, ao longo da obra, simbolizar o clima do ódio ou hostilidade à religião. Clima esse que se vinha adensando desde o Marquês de Pombal, muito baseada nas ideias de ateísmo e anticlericalismo semeadas pela Revolução Francesa, e que a primeira República continuou, intensificando-as para proveito próprio, e de que Gomes Leal vai ser excelente intérprete. A começar pela radicalidade do Anticristo decretando a morte de Deus e do Diabo:

Há muito que são rivais de peito duro!

Ambos de bata branca, levantando um muro,

Que sobe desde o Inferno até dos sóis a glória

.....

Há muito que eles vão nos lutos, nos incêndios

Soprando assolacões, estupros, vilipêndios,

Chamando-se Satã, ou Cristo, ou Padre Eterno

.....

Mas tu, Ciência, vai, pune seus grandes crimes!

– Extirpa o cancro Deus, e fecha à chave o Inferno.

O mesmo Anticristo, disfarçado de Mocho sábio sentença:

Terrível Sabaoth! Deus zeloso! Deus forte!

Faz o teu testamento (...)

.....

Deuses! Sois mais fatais aos homens do que as feras
E mais dignos da Cruz do que os ladrões

.....
Deuses! Eu vos odeio (...). Prego, deuses cristãos, o fim dos vossos dias.

Dirá, pois, o poeta na "Carta ao Padre Santo" que preparam doutrinas monstruosas judeus selvagens e monges, "excomungando a carne, em nome de Jesus", e que "para eles o belo era pó, terra, nada", e que "a Ciência é o mal das árvores excomungadas", "não existe o céu e o trono ensanguentado / do teu Cristo e do teu Ancião", "não é a matéria a forma pecadora, não é um pecado amar e ter amores", "não são um pecado as forças genitais", "amar não é o monstro excepcional e sério", "o Homem não é o barro antigo", "não é a Mulher a carne proibida", "viver não é tremor do escuro do Inferno", "morrer não é subir (...) aos católicos céus azuis da tradição", etc.

E cheio da nova ciência, vai ensinar ao Padre Eterno, a Cristo e ao Espírito Santo, como quem ensina o Pai Nosso ao vigário, como aconteceu o dilúvio:

Laboras, Sabaoth! num erro desmedido!

- O Universo não foi por ti todo afundido.

Se o dilúvio inundou parte do baixo Oriente,

Não molhou uma flor da América vidente,

.....

Jeová! ignoras muito a Geologia e o mais

Que sabe hoje um vulgar medíocre estudante,

E ao Espírito Santo, que afirmava "eu sou o Verbo! A Lei! O Espírito! A Doutrina:

Ó Verbo! Estás froxo na Astronomia!...

Se bruscamente o Sol parasse qualquer dia

.....

O Sol nunca parou nem jamais parará

No espaço, ao verbo teu e ao mando de Jeová

.....

Nada em repouso está, Deuses!

.....

Mil chuvas torrenciais...

.....

E assim surgem os Mares

Continua a lição, ensinando como surgiram plantas, animais e peixes até o antropóide: "eis surge o Avô feroz, o velho Adão macaco...", tal como as

grandes invenções da Humanidade, a roda, a vela, o parafuso... para além de pôr a ridículo o leão de S. Marcos e a águia de S. João. Depois, diante do Padre Eterno, desfilam os fantasmas da vingança, o ESPETRO, Caim...

As ameaças com que o Padre Eterno quer replicar, e ao Corcel da Violência, a resposta é simples: "tudo o que ele fizer, desfará a Ciência".

Por fim, de maneira macabra, o Padre Eterno é crucificado como foi Cristo. Enquanto S. João lê o Apocalipse, o Anticristo trespassa o peito de Cristo com a espada, abrindo-lhe de novo a chaga. A Virgem Maria suicida-se com as espadas que traz no peito.

3. O ajuste de Contas com a Igreja – o "Altar"

Apesar da violência da negação de Deus e do ridículo a que ele é permanentemente exposto, não é difícil perceber que, por falta de bases filosóficas ou teológica sólidas, aquilo que o poeta exorciza é a imagem cultural de Deus na sociedade moderna, que foi também buscar a Nietzsche, e não propriamente uma negação da divindade como os cristãos a entendem.

Com efeito, a moderna teologia da "morte de Deus" perspectiva-se numa tendência semelhante neopositivista, da filosofia da linguagem, tendo-se essa corrente desenvolvido já na primeira metade do século XX e apelidada de "ateísmo cristão", ou "cristianismo não religioso". Como o expuseram teólogos como John Robinson, Paul Tillich, Banhoff ou Harvey Cox.

Aliás, esta perspectiva assenta em que "o homem moderno está essencialmente secularizado, isto é, um homem livre do controlo religioso e metafísico sobre a sua mente e sobre a sua linguagem. Mas não é um homem ateu".

Se isto se aplica à morte cultural de Deus na sociedade, não sendo propozição de ateísmo, com maioria de razão se aplica à Igreja, seus ensinamentos e prática histórica.

É sobre ela, afinal, que recaem as próprias críticas a Deus, pois é por ela que Ele é conhecido e explicado, desde as doutrinas sobre o Universo às práticas religiosas quotidianas.

Não admira pois, que sobre a Igreja, recaiam as maiores e mais violentas críticas e acusações presentes nos poemas.

Assim, em *O Herege*¹⁰ é claramente convocada a instituição eclesiástica para o banco dos réus.

Ordena o Diabo:

⁹ Mondim Battista, *Teologias do Nosso Tempo*, Lisboa, Ed. Paulinas, 1977, pp. 47-50.

¹⁰ Gomes Leal, *O Herege*, Lisboa, 1881.

Igreja! Igreja! Igreja! Ergue-te sem tardança
Vais responder perante o tribunal moderno.

.....
Tua glória passou, velha frascaria nua
Corpo venal dos reis, herdeira dos seus bens!

.....
Beatos que passais as contas dos rosários,
Os templos vão cair em sombras infinitas,

.....
Acabareis também ó Santos dos altares

.....
Não ficará da Igreja a pedra sobre a pedra.

O libelo contra a Igreja, verdadeira recapitulação da ação e escritos anticlericais do final da Monarquia e primeira República, é extenso e brutal. É, por assim dizer, uma legenda negra da História da Igreja e, consequentemente, da imagem que ela apresenta de Deus.

Surge assim no *Anti-Cristo* num dos episódios mais impressionantes de toda a obra, intitulado "O interior de uma grande basílica", metáfora da própria Igreja e que é certamente inspirada no bíblico episódio do festim blasfemo do rei Baltazar em que, quando estavam todos embriagados, viram surgir na parede da sala uma misteriosa mão que escreveu umas enigmáticas palavras que só Daniel foi capaz de decifrar.

Tão importante é esta cena que é precedida de uma longa introdução em prosa, desenhando o cenário e apresentando as personagens da bacanal monstruosa.

No topo da mesa do banquete preside a Igreja, tendo a seus pés vários imperadores alemães "humilhados e penitentes, com as cabeças rapadas, e corda ao pescoço. Confundem-se ali, em grande promiscuidade, todos os sexos, todos os trajos, todas as hierarquias, todas as nações (...) diamantes das cortesãs e rainhas, mais os diademas, as mitras e as tiaras místicas: os hereges manietados e os torturados do Santo Ofício (...) soluçam", etc.

Não faltam também os antigos pontífices e os eremitas. "À direita da Igreja, o Diabo vestido de Cardeal... à esquerda, as Abominações, já na última fase da embriaguez."

São essas Abominações simbólicas da Igreja e da Sociedade que formam: o Deboche, o Incesto, o Parricídio, o Infanticídio, a Bestialidade, a Assominação, a Destruição, a Sodomia, o Onanismo, a Perversão, a Perversidade, a Degradação e a Abominação das Abominações "que reúne todas as demais e só habita as cidades e os reinos que estão próximos da sua decomposição e ruína." Não faltam a companhia do Papa Alexandre VI e dos Borgias.

Todos são saudados pelo Diabo que, entretanto, bebe à saúde dos Jesuítas. Em lugar de relevo no poema, o jesuíta Escobar resume, "em voz melíflua":

Dominámos os Reis, Papas, Imperadores
Selvagens canibais d'olhos contemplativos:
- Povos; Ritos; Nações: Tribos e Reis cativos!

.....
Graças à nossa argúcia e estranhos silogismos,

.....
Cobrimos de jasmims os mais árduos abismos,
Defendemos o mal, dum modo *irrefutável!*....

Outros jesuítas o secundam, afirmando o jesuíta Gignard: "É lícito ao cristão fazer um regicídio! ...".

Não falta também o Papa Alexandre VI, gabando-se de envenenar e de assassinar.

Assim decorre o banquete/orgia da Igreja, até que um abalo subterrâneo sacode tudo, apaga todas as luzes "e o Órgão, sem que ninguém o vibre, entoa (...) as notas terríveis e solenes do *Dies Irae*. Tal como no festim bíblico de Baltazar, apareceram na parede as palavras "pesei, contei, dividi", anunciando a destruição do reino e a morte do rei, como Daniel decifrara.

A cena seguinte passa-se na praça pública, em que a Igreja é atada à cauda do cavalo do Anticristo, debaixo das acusações da Plebe: "maldita sejas tu, ó velha loba humana".

Em complemento deste episódio, um outro coro de acusações dos próprios santos lamenta ter acreditado em Cristo e na Igreja, julgando inútil a sua ascese, pois de nada lhes valeram rezas, vida austera, abandono do mundo, etc.

Só a Virgem Maria defende o Cristo, profetizando a ultrapassagem desta loucura atea e anticlerical:

Porque acusais meu filho? A alma do paganismo
Arrastou-vos de novo, ó Santos, para o abismo
E de novo aspirais ao ardor da independência

.....
Um dia pranteará, Homem, porém, um fundo
Mar de prantos mortais, lembrando com saudades,
O claustro, as catedrais, os sinos das trindades....

Numa epopeia/drama como esta, as referências aos jesuítas simbolizam bem a verdadeira fobia e fixação psicológica que, desde os tempos de Pombal e, maximamente, na primeira República, foram o prato forte de ateus e anticlericais. N/As *Teses Selvagens*, embora em mentalidade já diferente, o próprio

Gomes Leal, referindo-se a Santo Inácio de Loiola, fundador da Companhia de Jesus, afirma: "A sua doutrina foi nefasta e fez inúmeras vítimas e fanáticos perniciosos".

Porque "o jesuitismo era a máquina da reação por excelência. Pela história, pela poesia, pelo romance, pelo panfleto, pelo discurso de ocasião ou do parlamento, os antijesuítas glosaram até à exaustão o tema da identificação do inimigo escondido, dado como difícil de detetar, sendo a sua arma principal a hipocrisia usada com a metodologia diplomática da simulação, sob a qual congeminaavam os mais terríveis atentados contra o bem da comunidade e de cada homem"¹¹.

4. A reviravolta: Reabilitação de Deus, derrota do Anticristo, desilusão da República

A começar por *As Teses Selvagens*, publicadas em 1907, completando a obra *O Anti-Cristo*, outro painel do pensamento de Gomes Leal se iniciou frente e um anos depois da sua atividade de panfletário em favor da revolução, da República, contra o Trono e o Altar.

Reviravolta esta expressa literariamente em estilo naturalista simbolista, para ampliar a sua capacidade significativa que é não só resultado de uma evolução estética, mas também do espírito e da crença do seu autor, um libelo contra o caminho que a República os estava a levar, traindo os seus ideais de Liberdade, Igualdade, Fraternidade e Progresso. Nesta perspectiva, é bem claro o título que deu a parte dessas teses: "À sedução segue-se a desilusão".

Declara o autor, que o faz olhando para dentro da sua alma: "Agora sinto-me calmo: sinto-me tranquilo e plácido", como afirma na introdução em "Carta aberta" à sua mãe.

Conduzido pelo "facho auroral da consciência", dispõe-se a dizer "celestiais verdades, como as línguas flamejantes do Espírito Santo aos Apóstolos naquela tarde deliciosa de Pentecostes": que "a história é um lamaçal", que "a civilização é uma mentira", que "a Ciência falhou" até pelas máquinas de guerra e de destruição que vão inventando. Em suma, "o homem é um monstro, corrompido e aumentado".

Como o panfletário é o mesmo, também a violência das denúncias é a mesma: "A história é um lamaçal (...) escutais, rindo ao sol, frades, truões ou pajens, / vede os *autos de fé*, escutais serenadas / a modinha e o sermão, romances e estocadas, / Papas ceando bem dos frutos das carnagens".

¹¹ José Eduardo Franco, *O Mito dos Jesuítas*, Lisboa, Gradiva, 2007, p. 230.

Também "a civilização é uma mentira" porque: "civilizar significa rapinar"; "A Ciência falhou"; "Falta inda matar Deus e o seu irmão Diabo / berra um sábio ao inventor um feroz maquinismo, / com o qual pensa em breve enviar para o abismo / doze mil batalhões e auferir riqueza e gabo"; "o homem é um monstro", por isso elogia o selvagem que ignora a mentira e a fraude.

Ao mesmo tempo, apesar de continuar a criticar a Igreja, vai-se aproximando da fé cristã: "Cristo! Desce dos sóis da via láctea fria, / desce pelos degraus das estrelas magoadas, / e vem pôr termo e freio à turbulenta orgia, / quebra à Igreja os vitrais e as rosáceas doiradas!".

Imaginando uma Torre da Blasfêmia, o poeta faz desfilar diante do Anticristo algumas personagens históricas tomadas como símbolo do mal que, ridiculamente decaídos e esfomeados, se destroem uns aos outros na ânsia de matar a fome: Pompónio Flaco, Herodes Antipas, Imperatriz Teodora, Pilatos, Barrabás, Caifás, acontecendo que: "Os famintos para se cevarem combatem como bestas feras, esmurram-se, socam-se, ensangüentam-se e, dilacerando-se, estrangulam-se. No fim, perecem todos afogados no pantanal, assim como viveram".

Também a hora da verdade chegou para o Anticristo quando apareceu o **HOMEM DE LUTO**, com funções semelhantes às do Cavaleiro "fiel e verdadeiro" que, no Apocalipse, lançou "a fera e o falso profeta vivos no lago de enxofre a arder, e os outros foram mortos pelo Cavaleiro com a espada que saiu da sua boca"¹².

O Anticristo, vendo-se no espelho da consciência, confessa cheio de remorsos: "Se eu pudesse emendar o mal todo que hei feito ...", ao que o Homem de Luto respondeu ser impossível: "É muito tarde (...) porque sempre onde estou bate a *hora final* (...)", porque "a medida está cheia (...) negaste a última esmola e injuriaste Deus (...) Eu sou o Irreparável." Então "o Anticristo, os cabelos de pé, e os olhos fora das órbitas, exclamou como num eco: O Irreparável!".

Então "a Terra cai no abismo – trevas e águas – noite de desolação", como no Apocalipse: "o primeiro céu e a primeira terra tinham desaparecido e o mar deixou de existir"¹³.

Depois deste intermédio/interlúdio, o poeta multiplica-se em explicações que andam muito à volta da afirmação: "No fundo, Deus e Amor são a mesma energia, / o Inferno é o portão vermelho dos ateus", pondo sempre em primeiro plano o veredicto da consciência, guardando para o final uma maldição a Voltaire, antes, um dos seus mestres de pensar:

¹² S. João, *Apocalipse*, XIX, 20, 21.

¹³ *Ibidem*, XXI, 2.

Um dia, velho Aronet! Magro herege d'outrora,
Ladraste contra Deus como um cão de senzala,
E infamaste Jesus com voz larga e sonora,
Mais vil do que um leproso (...)

.....
Bradaste Cristo é morto!, em nome da Ciência.

- Sai da tumba, e vê lá se o arrancas da consciência.

Não apresentam *As Teses Selvagens* uma opção plena de fé cristã, pois ainda está muito envolvido na rejeição da Igreja. Mas são, inequivocamente, um regresso a Deus.

Gomes Leal só iria aderir formal e publicamente à fé cristã três anos depois em 1910, como consequência lógica de múltiplas desilusões e dificuldades em que vivia, o levaram a pôr o problema com maior independência.

Disso dá conta o seu poema tão romântico *A Senhora da Melancolia - Avatares de um Ateu*. Avatares, como ele explica, são etapas numa caminhada que agora o leva ao novo território já antevisto. Citando Goethe, transcreve: "O verdadeiro homem de ciência, mesmo afastado um largo período de tempo do ideal de Deus, regressa um certo dia sempre a Ele, como fim inevitável e único de toda a ciência e de toda a atividade humana." Comenta Gomes Leal: "não é imprescindível, de forma alguma, que seja um homem de génio aquele que um belo dia encontre a sua estrada real de Damasco como Saulo, aonde ali a cegueira dos seus olhos se cure e dissipe, enfim. Basta que seja um homem justo, reto, limpo de coração, que haja sempre e fortemente aspirado ao ideal que tenha supremo da verdade absoluta"¹⁴.

Desde *As Teses Selvagens* que Gomes Leal se ia cada vez mais desligando do crédito que dava ao ateísmo, cientifismo e República, até que também foi progressivamente rompendo com esses ideais do seu passado, tendo-se convertido à fé católica.

Como costuma acontecer nestas circunstâncias, sobretudo quando a doença ou a queda de prestígio social acontecem, ateus e "cientistas" apressam-se logo a atribuir a evolução à doença, ao medo da morte, etc.

Disso se queixou amargamente o poeta três anos depois, das pressões e sabotagens editoriais e outras de que passou a ser objecto.

Assim o confessa em 1913 em "Carta aos meus prezados confrades da Renascença Portuguesa", pois agradece a solidariedade desses companheiros fiéis:

¹⁴ Gomes Leal, "A Senhora da Melancolia: Avatares dum Ateu", in *Poemas Escolhidos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988, p. 227.

Convidavam-me, por exemplo, os estudantes católicos de Coimbra a ir fazer uma conferência no seu Centro Académico; eu partia logo pressuroso, mas no dia e na hora em que me apeava do comboio, ou antes, em que me ia apear, estudantes contristados ocorriam a dar-me a fadística nova de que na véspera, não se sabe como, labaredas se tinham levantado de súbito e haviam chamuscado e arrasado tudo (...).

.....
Convidaram-me depois a ir fazer conferências no Porto. Eu ia, orava, sintetizava, perorava (...) no fim de dois ou não sei quantos mais dias, o Centro Académico aparecia saqueado, arrasado, pilhado, incendiado (...).

.....
Comecei então a rabisçar (...) artigos políticos, crónicas, romances (...) mas os meus sucessos trágicos ocorriam depois a estas ditas redacções e oficinas tipográficas. Saques, incêndios, pilhagens, e os seus directores ou redatores, hominizados no estrangeiro¹⁵...

Como e óbvio, a sua desilusão com a República, com tudo isso se agravou até porque, especialmente chocado com o regicídio, as desordens de rua, os atos ditatoriais, a lei da separação e, em anos posteriores, a entrada na Grande Guerra, agravaram essa descrença.

É que os nobres ideias da República, Liberdade e Igualdade, Progresso, eram todos os dias negados pelos políticos e pela desordem pública.

Simbolo dessa repressão e correspondente rejeição foi para ele o Doutor Afonso Costa, identificado como o Doutor de bigode e pêra, satirizado em "Pátria e Deus e a Morte do Mau Ladrão"¹⁶. Publicado também em 1914 com dedicatória a António Cabral, assim se dirige a Cristo:

As Igrejas Cristãs por ateus profanadas
Os teus padres, chorando, as barbas arrancadas
Fidalgos e plebeus tratados como cães.

.....
Desde então a cidade ouviu mil heresias
Da boca deste ateu, contra os Céus a ladrar.
Pregava contra Deus, os Reis, as Teocracias.
Querria os Passos Reais tornar estrebarias.
Em cada igreja erguer um circo e um lupanar.

¹⁵ Gomes Leal, in *A Águia*, vol. III, 2.ª série, Porto, 1913, pp. 145-148.

¹⁶ Gomes Leal, in *Poemas Escolhidos*, Lisboa, Círculo de Leitores, s.d. [1914].

Era o rei Mcbeth, mas com bigode e pêra,
Caím e o mau ladrão com fardas de ministro.

E eis que um certo rapaz, que contemplava aflito

Vendo passar na rua o Ditador Maldito

Clamou em grande voz, soltando agudo grito:

“Olhem quem vai ali! O próprio Mau Ladrão

Tinha bigode e pêra. Era ateu e doutor.”¹⁷

E em “Uma palestra com Portugal”: “Meu Portugal (...) mas agora, ao

lar do teu Outono, / Só pranteio o teu mal, teu abandono! ...”

E em “O tentador, ou jornalistas fim de século”:

É preciso avisar o leitor que nesta era

Reinavam o Terror, Maçons ou Carbonários

Dos que irrompem fatais quando ninguém espera

Das ruas, dos portões, dos baús, dos armários.

O bom Terrail aqui passara mais bocados.

Mas faria um romance: *A Era dos Embossados*.¹⁸

Em “O Azorrague de Jesus”:

Somos hoje a galhofa e o escárnio do Estrangeiro.

Perdemos a vergonha a honra dos Avós.

Somos um Roto Herói, bufo e trampolineiro.

.....

Miserável ateu! Chefe dos rapinantes!

Foste tu, mais os teus, que assassinares padres,

Não católicos só, mas até protestantes

.....

Lisboa até parece a deserta Pompeia

Um covil de ladrões do moiro Ali-Babá.

Rochedo e lupanar de Tibério em Capreia.¹⁹

Muito antes e com igual veemência, escreveu Gomes Leal, mesmo sem

ter assistido à “noite infame” dos assassinatos de 1921, ano em que morreu,

outros textos igualmente violentos.

Ibidem.

Ibidem.

Ibidem.

A insistência crítica na perseguição religiosa e ao clero tem a sua razão de ser dadas as circunstâncias da publicação, anos antes, em 1911, da “Lei da Separação da Igreja do Estado”.

Com efeito, esta Lei em que trabalhou Afonso Costa de 196 artigos, por um lado, teve o grande mérito de desligar a Igreja do Estado, proclamando ainda outros ideais nobres, como por exemplo foram consignados: “A República reconhece e garante a plena liberdade de consciência a todos os cidadãos portugueses e ainda aos estrangeiros que habitam o território português” (art. 1); “A religião católica apostólica romana deixa de ser a religião do Estado” (art. 2); “Ninguém pode ser perseguido por motivos de religião, nem perguntado por autoridade alguma, acerca da religião que professa” (art. 3); etc.

Aconteceu, porém, que nessa mesma Lei a República fez exatamente o contrário: perseguindo, encarcerando, roubando os bens eclesiásticos, criando “corporações culturais” formadas por livres pensadores a que pertencia autorizar / desautorizar quanto a Igreja fazia no exercício da sua missão (arts. de 17 a 42), fiscalizava o culto fazendo representar o Estado nele por um “controlador”, designado eufemisticamente “funcionário ou empregado de ordem judicial ou administrativa”, com o dever de informar o que se passava, fiscalizando não só o culto mas também os sermões e outros atos (arts. 46 a 48), reprimindo as procições que não fossem de costume “inveterado” das populações (art. 57), regulamentando os toques dos sinos, sinais religiosos públicos, declarando propriedade do Estado “todas as catedrais, igrejas, capelas, bens imobiliários” (art. 62) ...

Até os professores dos seminários eclesiásticos eram escolhidos pelo Estado que se reservava também o direito de aprovar os livros de texto adotados nas aulas (art. 189), o funcionamento interno dos seminários, as provas finais de curso, proibindo também “o ensino das disciplinas preparatórias para o estudo da Teologia” (art. 185) ...

A juntar a tudo isto, as perseguições a bispos e padres e a exigência de que as cartas pastorais dos bispos não podiam ser lidas nas igrejas sem a autorização prévia do Estado.

Como é fácil de calcular, os desmandos dos políticos, o assalto aos bens da Igreja, a perseguição ao clero causaram uma perturbação tal que não foi muito difícil que o exército de Gomes da Costa pusesse termo a esta desordem permanente, traía ideais nobres todos os dias negados, apesar de algumas medidas positivas tomadas por vários governantes até de orientações contrárias, como Sidónio Pais ou Afonso Costa.

O paralelismo entre o itinerário poético e de cidadania de Gomes Leal foi, com efeito, muito semelhante ao da Primeira República, com a diferença que esta não se renegou como ele mas fracassou-se em glória.

O teatro às portas da República: entre a continuidade e a renovação¹

Glória Bastos

Ana Isabel Vasconcelos

Universidade Aberta

1. Introdução

A vida social e cultural lisboeta de finais do século XIX e inícios do século XX desvenda-se perante os nossos olhos quando percorremos os jornais e revistas da época, como exemplarmente o demonstrou José-Augusto França no seu livro *Lisboa 1898. Estudo de factos socioculturais* (2002). No que ao teatro diz respeito, será certamente o género revista que de uma forma mais evidente vai revelando as idiosincrasias e particularidades deste período, procurando, no meio de efeitos vistosos, reflectir os casos do momento. E o primeiro quartel do século XX é fértil em revistas, como testemunha João Prudêncio em *O Ocidente* (10 de Janeiro de 1910): “Estão neste momento em cena em diversos teatros de Lisboa três, quatro ou cinco revistas do ano. Elas são tantas, que nem já lhe sabemos a conta. Revistas do ano não costumam ser teatro de Ibsen nem coisa semelhante, e quem lá vai o que quer é rir, e quanto mais melhor”.

Se de facto o espectador da revista procurava o riso, este com frequência surgia associado à caricatura e à crítica ligeira sobre acontecimentos e figuras que na ocasião avultavam. Assim, na coluna “Crónica Ocidental”, vamos deparando com reflexões, primeiro por D. João da Câmara e depois por Alfredo de Mesquita (com o pseudónimo João Prudêncio), sobre assuntos sociais, culturais e políticos, sobretudo da capital: em particular este último abordará, entre 1908 e 1912, questões tão diversas como a proliferação de jornais humorísticos, o analfabetismo e os impostos, a mortalidade infantil, o domínio da religião

¹ Este texto retoma, em alguns aspectos, a investigação apresentada pelas autoras no volume *O teatro em Lisboa no tempo da Primeira República*, Lisboa, Museu do Teatro, 2004.

(antes) e a lei de separação da igreja e do estado (depois da instauração da república), o problema da habitação em Lisboa, que via a sua população aumentar consideravelmente todos os anos, as greves (antes e sobretudo depois do 5 de Outubro), o valor da educação ou a lei do divórcio (aprovada em 1911). Vamos encontrar muitos destes temas, alguns dos quais parodiados, nas inúmeras revistas que sobem aos palcos lisboetas no período aqui em análise.

Em *O país do vinho* (Trindade, 1909), de André Brun, uma personagem alegórica designada "Cepa torta" entoa versos que recordam uma situação política que não melhora e as contas públicas que se aprofundam: "Vem um ministro acrescenta, / Vem um outro e diz que corta, / Só a dívida é que aumenta / Mas o resto é cepa torta". Na mesma peça, também a "Crise" não deixa dúvidas sobre os tempos que se viviam: "O meu povo, figura, coitado, / Entre a lista dos mais infelizes / E o motivo do seu triste estado / São as crises [...] O tesouro anda magro coitado / com as faces cavadas e lívidas... / A abundância nos cofres do Estado / É de dúvidas". E podemos recorrer ao mesmo André Brun que, anos mais tarde, na revista *Não desfazendo*... (Politeama, 1915) continua a dar voz a algum desalento com certos caminhos percorridos pela República. Retenhamos, a título de exemplo, a fala da personagem "Formiga": "Volta e meia rebenta um chinfrim... / Grita tudo: - Isto vai! É agora!... / Vai-se a ver, fica tudo no fim / Tal e qual, quando às vezes não piora / [...] Mas um dia talvez se esgota / A paciência do povo alfacinha; / Pois a força de tanto ir no bote, / É capaz de perder a tal linha. / Nesse dia é provável que os salsas, / que nos andam a porca moendo, / Com o susto até chorem nas calças... / (Apertando as dele) / Não desfazendo...".

Ao iniciarmos este texto com estas observações, pretendemos salientar a forte proximidade entre o palco e os espectadores neste início do século XX. É importante sublinhar que, no contexto das práticas sociais da época, a ida ao teatro ocupa um lugar de destaque, amplamente espelhado nos periódicos da época. A vida social desenrolava-se num triângulo que engloba o Chiado, a Baixa e a ainda recente Avenida da Liberdade. É neste espaço povoado de locais de convívio, com destaque para os cafés da moda, que se encontram não só os maiores teatros, como alguns dos muitos palcos secundários que se multiplicavam então na capital. Estes aspectos são reveladores de uma intensa actividade e de um particular interesse por esta arte, quer na sua vertente de ritual social, quer como objecto de consumo. No Inverno de 1907, D. João da Câmara escrevia nas páginas de *O Ocidente* que a chuva não prejudicava a ida ao teatro, já que "carruagens e automóveis conchegados [sic] esperam à porta as senhoras elegantes, que passam embrulhadas em sedas e rendas" para as récitas no D. Amélia. E na *Ilustração Portuguesa*, em 1913, registava-se ironi-

camente: "O lisboeta tem dois grandes vícios: a política e o teatro" (3 de Novembro). De facto, não se podia deixar de participar nessa grande "montra" social, e até a "moda das conferências" (expressão de João Prudêncio em *O Ocidente*, 1910), enchia o D. Amélia e o D. Maria com gente que pouco perceberia do que ouvia, mas para quem era fundamental mostrar-se.

A proximidade referida concretiza-se, assim, num teatro consumido como elemento quase intrínseco ao quotidiano da sociedade burguesa e como reflexo natural das relações de sociabilidade. Neste sentido, os palcos vão procurar sobretudo "acomodar-se", até por questões de sobrevivência económica, aos gostos dessa plateia, mantendo as peças uma certa continuidade e até estagnação nas formas e nos temas, como mais adiante explanaremos. Numa outra faceta a ter em atenção, encontramos o destaque ganho pelo teatro de revista que, ao possuir um carácter actual e reflectir sobre o contexto político do momento, correspondia de forma mais imediata aos interesses de um determinado tipo de público. Com um recurso permanente à caricatura e ao cómico, características a que se aliava a dimensão férica do espectáculo, com encenações de luxo, grandes apoteoses, danças e canções – em especial o fado – que conferem à revista uma importante vertente de entretenimento, cativava naturalmente um público menos instruído, na medida em que o acesso ao significado é mais fácil e imediato. Um conjunto de humoristas e de autores de talento veio também contribuir para que este tempo fosse uma época brilhante para a revista, como sublinha Vítor Pavão dos Santos².

Os tempos que rodeiam o 5 de Outubro de 1910 abrem-nos, portanto, perspectivas interessantes no campo da história do teatro. Pelas aproximações particulares ao contexto social, pelas alterações inevitáveis que a mudança de regime traz consigo – e que são ilustradas, neste texto, com a questão dos espaços teatrais e com os exemplos legislativos – e pelas tentativas de renovação estética, este período convida, de facto, a um olhar mais atento sobre a realidade teatral.

2. Os teatros lisboetas

A consulta das sucessivas edições do "Anuário Commercial de Portugal", publicadas no primeiro quartel do século XX, dá-nos a perspectiva da evolução da geografia teatral da cidade, associando-se cada teatro a um certo género, já que cada espaço acolhia companhias que representavam determinado tipo de espectáculo.

² Cf. *A Revista à Portuguesa*, Lisboa, Jornal, 1978.

Os edifícios teatrais que, no ano da implantação da República, existem em Lisboa datam do século anterior, possuindo alguns deles um nome associado ao regime monárquico. A primeira medida legislativa tomada pela República relativamente aos teatros diz respeito ao teatro do Rossio que, por portaria de 6 de Dezembro, "destituiu" a Rainha D. Maria II do seu epíteto, passando a denominar-se Teatro Nacional de Almeida Garrett. A rapidez com que se mudou o seu nome não teve correspondência com as alterações verificadas a nível do seu funcionamento. O modelo de exploração encontrava-se estabelecido com base num diploma de 1909, que mantinha, nas suas linhas gerais, o decreto de 1898, segundo o qual o usufruto do teatro era concedido gratuitamente a uma "Sociedade de Artistas", organizada e fiscalizada pelo governo. Este foi o modelo de exploração que permaneceu durante a 1.ª República, sendo-lhe introduzidas pequenas alterações nos sucessivos decretos, diplomas e portarias publicados durante estes 16 anos. Apesar das várias comissões encarregues de repensar o tipo de gestão da nossa primeira casa de espectáculos, nada de substancial foi alterado. Tal como se sublinha no preâmbulo de um desses documentos legislativos, "[c]erto é que os textos das leis, só por si, não criam arte e que ao Estado apenas é possível influir para que se mantenham as condições propícias à eclosão e desenvolvimento dela".³ O ponto de vista dos profissionais de teatro é bem diverso. Referindo-se ao descalabro em que se encontrava a "casa de Garrett", António Pinheiro afirma que o Teatro Nacional "não tem, nem terá certo, enquanto nas cadeiras ministeriais da instrução e das finanças, do nosso malfadado país, se sentarem políticos sem o menor ideal estético, sem a menor noção de Arte, com A grande".⁴

Inaugurado a 22 de Maio de 1894 sob a denominação de D. Amélia, o teatro hoje chamado D. Luiz foi o espaço eleito para tomar, ainda que temporariamente, o nome do regime nascido em 1910 — Teatro República. Situado na Rua António Maria Cardoso, esteve durante várias épocas teatrais nas mãos da empresa "Braga e Companhia". Segundo o anúncio feito no *Anuário* relativo às atrações lisboetas, de Outubro a Abril é explorado por companhias portuguesas representando o drama e a alta comédia e, na época de Verão, por aquele palco passam diferentes companhias de ópera, opereta e zarzuela. Com este funcionamento se manteve até à madrugada de 13 de Setembro de 1914, sendo então tragicamente destruído por um violento incêndio. Foi prontamente reedificado e inaugurado em 15 de Janeiro de 1916, com a presença, não já dos monarcas, mas do então Presidente da República, Bernardino

³ *Diário do Governo*, 30 de Maio de 1919.

⁴ António Pinheiro, *Contos Largos*, Lisboa, Tip. Costa Sanches, 1929, p. 199.

Machado. É em 1918 que, em homenagem ao Visconde S. Luiz de Braga, se passa a chamar Teatro São Luiz.

Empresário atento, S. Luiz Braga vivia no teatro e para o teatro. Aproveitava aquele espaço para também apresentar concertos, dados por distintas orquestras quer nacionais quer internacionais. Devido à grande ligação que tinha sobretudo com Paris, onde se deslocava com frequência, por este teatro passavam, com regularidade, companhias que andavam em *tournée* pela Europa bem como vedetas internacionais, como foi o caso de Sarah Bernhardt e de Ermette Zaconi.

O "República" era, na altura, uma das salas de espectáculos mais elegante da capital, rivalizando superiormente com o Teatro Nacional. O público que o frequentava é indiscutivelmente elegante, afirma Leição de Barros: "Pode ser rico, remediado ou pobre, pode ir para as frisas, para o balcão de segunda ou para a geral. Será sempre elegante".⁵ A roda do charuto do Visconde reuniam-se, numa das zonas de convívio do teatro, o "Jardim de Inverno", ilustres da política, das artes e da literatura, sobretudo dramática. Este espaço, também recreio do público durante os intervalos, tem "amplas janelas ao alto", é "coberto por um telhado envidraçado", "ladrilhado de mosaicos" e enfeitado a meio por um conjunto de palmeiras. Também este espaço foi utilizado, ainda que brevemente, para a projecção de fitas, obrigando à instalação de um ecrã e de um piano, "elemento indispensável em todo o cinema que se prezava e que sublinhava musicalmente os dramas ou as 'cómicas' que na tela corriam".⁶

O terceiro espaço teatral que viu também alterado o seu nome foi um teatro com características mais populares, o Teatro do Príncipe Real. Situado na Rua da Palma desde 1866, foi imediatamente rebaptizado, passando a ser conhecido como Teatro Apolo, e aí podemos assistir a dramas populares e baixa comédia, operetas e teatro de revista. Mantém-se activo até 1957, ano em que foi demolido.

Para além destes três teatros que, por razões óbvias, viram o seu nome modificado, era considerável o número de salas de espectáculo da capital, cujos nomes nos são ainda familiares. Desde o século XVIII que o Teatro de São Carlos é uma referência para as companhias de ópera, dedicando-se exclusivamente ao teatro lírico. O Teatro da Rua dos Condes, com novo edifício desde 1888, vai-se especializando em operetas e no teatro de revista, sem que a chegada do regime republicano opere qualquer mudança significativa

⁵ *Bodas (As) de Ouro do São Luiz*, Lisboa, Edição Comemorativa do Cinquentenário, 1945, p. 20.

⁶ M. Félix Ribeiro, *Os Mais Antigos Cinesmas de Lisboa (1896-1939)*, Lisboa, Instituto Português de Cinema, 1978, p. 55.

los, que aí se mantém até aos anos 20. Até 1923 o teatro ainda vai pertencer a duas das mais prestigiadas empresas: a "Satanela e Amarante" e a "Maria Matos e Mendonça de Carvalho", sendo depois tomado por José Loureiro, o mesmo que adquirira e reconstruiu o Teatro da Trindade. O Teatro Avenida desapareceu, em 1967, devorado pelas chamas.

Herdados da Monarquia, os espaços mencionados assistiram à construção de novas casas de espectáculos, com as quais tiveram que regatear as atenções do público. Em 1911 é construído, na zona da então Avenida dos Anjos, o Teatro Moderno, designação que levantou polémica. Utilizando, como nome de baptismo, uma palavra com uma conotação tão forte na época, logo se ouviram vozes, questionando a presunção com que a empresa, ou melhor, o seu gerente, o actor Santos Júnior, o denominou.

"Que conceito existirá no preclaríssimo espírito do sapientíssimo gerente sobre «teatro moderno»? Será que o povo vai aqui encontrar novas tendências, "acabando com esse estendal de velharias literárias recheadas de absurdos, de incoerências, de preconceitos, de dramalhões estúpidos e imorais e de revistas obscenas e impudicas?", questiona o articulista de *O Polichinelo*, no início de 1911, reclamando, para um espaço, que se adjectiva de "moderno", um teatro que liberte os espíritos, com "peças sociológicas, que façam estremer os corações ante a dor universal, peças de temas adequados ao espírito moderno e sequioso de Justiça e de Humanidade". Apesar desta assunção e de se tratar de uma casa de espectáculos com todas as exigências, o que lá se apresenta são operetas, revistas, variedades e fitas animatógrafas. Porém, por pouco tempo. O teatro fechava passados dois anos, pois o "enguicho" levava a que nenhuma companhia ali se aguentasse. Tinha sido construído quando não era preciso e demolido quando começava a fazer falta, comentava António Pinheiro ao recordar aquela sala "elegante e graciosa"⁹, situada fora do eixo teatral alfacinha.

Propriedade de Luis António Pereira, um homem que no Brasil havia feito fortuna, o Teatro Politeama notabilizou-se, desde logo, pela beleza da sua decoração interior, tendo acomodação para 1.200 espectadores. Projectado pelo arquitecto Miguel Ventura Terra, considerado um republicano com uma visão europeizante¹¹, abriu as suas portas em 6 de Dezembro de 1913, com a opereta *Valsa de amor* e, apesar de não ter sido um espectáculo notável, a ele assistiu muito público, uma vez que se diziam maravilhas daquele novo espa-

⁹ *Eco artístico*, 10 de Maio de 1913.

¹⁰ António Pinheiro, *op. cit.*, p. 192.

¹¹ Cf. Luis Soares Carneiro, *Teatros Portugueses de Raiz Italiana*, Porto, Universidade do Porto, Tese de Doutoramento em Arquitectura, 2002, p. 1013.

na sua orientação. Com Luz Júnior como empresário, passa, no início de 1915, a animatógrafo, alternando a projecção de fitas com a apresentação de espectáculos de variedades. Em 1916, por iniciativa de Castelo Lopes, assumiu-se definitivamente como o "Cinema Condes".

A abertura do primeiro edifício do Teatro do Ginásio, situado em pleno Chiado, data do ano de inauguração do Teatro Nacional (1846). Desde o início vocacionado para a comédia, teve logo grande aceitação, sendo muitas as noites em que, ao contrário do nosso primeiro palco, se via a sala repleta de espectadores. Com a empresa Valle e Companhia, entre 1910 e 1913, com a empresa Maria Matos e Mendonça de Carvalho, entre 1916 e 1918, e com Francisco de Andrade, como empresário até ao início dos anos 20, a comédia era rainha naquele teatro da Rua Nova da Trindade. Devido a um violento incêndio, o edifício é substituído por uma sala calculada para mais de mil espectadores, mas que não conseguiu fugir aos ventos de mudança. Em 1925, a deslumbrante sala passaria "a dar guarda a outro género de espectáculos — a cinematografia"⁷.

Poucos metros acima deste edifício, funcionava, desde 1867, o Teatro da Trindade. Especializado em comédias e operetas, tem, como complemento da sala de espectáculos, um salão, aproveitado para bailes, concertos e festas, nomeadamente durante a época de Carnaval. Entre outras inovações a nível da construção, a sala de espectáculos foi pensada com uma "plateia de subir para se nivelar com o palco na ocasião dos bailes", com "os ganchos para pendurar os chapéus nas costas das cadeiras", possuindo as frisas "reixas de madeira doirada para os espectadores que não quisessem ser vistos".

Em 1888 também se inaugurara o Teatro Avenida que, ao contrário dos dois últimos referidos, não se localizou na tradicional zona chique do Chiado, mas subiu a recém aberta Avenida da Liberdade, estabelecendo-se numa área onde outrora habitara o então desaparecido Teatro do Salitre. Sem grandes pretensões, é descrito como um "teatro acanhado, sem segurança para o público em caso de incêndio, embora lhe tornassem obrigatória uma saída pelo portão lateral. Entalado entre prédios de diminutas dimensões, o corredor que serve o bufete e os urinóis é de tal forma acanhado que, em noites de enchente, quase se não dá um passo. Exteriormente não tem recomendação possível. Internamente, à parte os defeitos já apontados, é simples mas gracioso"⁸.

Opereta e revista são os dois géneros anunciados para este teatro logo em 1910, quando se encontra na mão do empresário Luis Galhardo. No ano seguinte, o teatro passa a ser explorado pelo empresário Armando Vasconce-

⁷ M. Félix Ribeiro, *op. cit.*, p. 79.

⁸ João Paulo Freire, *Lisboa do meu Tempo e do Passado — do Rossio à Rotunda*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, s.d., p. 377.

ço teatral. Assistiram ao espectáculo inaugural os representantes máximos da República Portuguesa: Manuel de Arriaga e Afonso Costa. Talvez pela sua beleza, tornou-se como que a sala de visitas da capital, recebendo com regularidade artistas estrangeiros de renome, como o actor francês Signoret, que então interpretou um dos cardéis da peça de Júlio Dantas. No entanto, as coisas não corriam da melhor forma, pois o público nem sempre estava interessado nestas estrelas internacionais¹². Nos últimos quatro anos da República, a recém-formada companhia Amélia Rey Colaço-Robles Monteiro ocupou o palco do Politeama, dando início a um novo percurso no teatro português.

Inaugurado em 25 de Setembro de 1914 onde fora anteriormente um pequeno teatro chamado "Variedades", e antes disso uma sala de *Music-Hall*, o primeiro edifício Éden, com traço de Augusto Pina, alargou-se a todo o espaço de uma antiga garagem. Segundo informação de Soares Carneiro¹³, o rés-do-chão do edifício era ocupado por uma livraria, uma farmácia, um armazém de papéis pintados, um estofador e um animatógrafo (Salão Chantecier), além de dois módulos por onde se fazia a entrada para o teatro. Aposta, desde logo, no teatro cantado ligeiro, tipo ópera cómica e opereta, mantendo-se fiel a estes dois géneros. Palmira Bastos aqui representou na noite de estreia, interpretando uma das personagens de uma famosa opereta intitulada *O burro do sr. Alcáide*.

Logo de início, o Éden teve sérias complicações para conseguir a autorização de funcionamento, devido a problemas de protecção contra incêndios. Situando-se a sala de espectáculos no 2.º andar, o acesso fazia-se com dificuldade, uma vez que a circulação entre os andares não era suficientemente folgada. O público chegava a demorar quase 15 minutos para sair, formando-se "um grande rio humano que se comprimia afilivamente até chegar à rua"¹⁴. Foi na sequência de um grave incêndio verificado num teatro madrileno que, por receio, as autoridades interditaram o espaço, iniciando-se as obras de demolição em 1930. Ali mesmo iria nascer o também saudoso Cinema Éden, com projecto de Cassiano Branco.

E é assim que se vai sensivelmente manter, durante a década de 10, a "urbe teatral lisboeta". Só no início dos anos 20, com a criação da "Sociedade Avenida Parque", fundada por Luís Galhardo, se começa a desenhar o que irá ser o futuro Parque Mayer. O primeiro teatro, inaugurado no Verão de 1922, é

¹² Cf. *De teatro*, Outubro de 1922.

¹³ Luís Soares Carneiro, *op. cit.*

¹⁴ João Paulo Freire, *op. cit.*, p. 323.

o Maria Vitória, "uma simples construção de madeira e setapilheira" – diz quem recorda ainda esse tempo – que estreou com a revista *Lua Nova*, naturalmente de autoria portuguesa, um género que se irá prolongar bem para além do fim da 1.ª República.

Em Julho de 1924, o *Correio dos Teatros*, num artigo significativamente intitulado "Teatros a menos, artistas a mais", lamentava terem, nos últimos dez anos, desaparecido vários teatros em Lisboa. E explicitava: o "Faniástico" e o "Eroile", pequenas salas sobretudo dedicadas à revista, situadas na Rua do Jardim do Regedor e na Calçada da Estrela, respectivamente; o "Salão dos Anjos", que passou a ginásio de uma colectividade desportiva; o "Rossio-Palacé", no Largo de São Domingos, onde foram instalados escritórios comerciais; o "Teatro do Ginásio", vítima de um fogo, cujas obras de reconstrução compara às de Santa Ingrácia; e algumas outras salas, como o "Rossio Infantil" e o "Teatro da Rua dos Condes", que, ao longo dos anos se vão tímida e complementariamente deixando invadir pelos animatógrafos para depois, em exclusivo, se assumirem como salas de cinema.

3. A legislação

Com o novo regime, a produção legislativa bate todos os recordes. A primeira alteração foi a dos símbolos nacionais: o "Hino da Carta" foi substituído pela "Portuguesa", as cores da bandeira passaram, de azul e branca, a verde e vermelha, e o escudo substituiu o real. Também a Constituição, que consagrou o princípio da supremacia parlamentar, foi aprovada em Agosto de 1911. Neste mesmo ano aprovou-se uma série de leis que sublinhavam a laicidade do Estado, estabelecendo, em igualdade de circunstâncias, a liberdade religiosa para todas as confissões. Foram também, neste sentido, publicadas leis relativas à família e ao divórcio, demarcando-se as leis civis da indissolubilidade religiosa do casamento.

Não é de estranhar que o novo sistema político demandasse todo este novo quadro legislativo e, supostamente, o teatro não escapava a esse imperativo. Impunha-se, antes de mais, uma análise à situação do Teatro Nacional para que se pudesse produzir legislação que, de forma fundamentada, regulamentasse o funcionamento da nossa primeira casa de espectáculos. O quadro legislativo datava da Monarquia, sendo por todos reconhecida a necessidade de um diagnóstico aturado ao estado daquela arte, que se queria agora convertida num "verdadeiro meio de civilização".

Neste contexto, o então Ministro do Interior assina, em 13 de Fevereiro de 1911, uma portaria, nomeando uma Comissão constituída por represen-

tantes das três associações ligadas ao teatro e por personalidades destacadas nesse meio. Partindo da análise da situação precária em que se encontrava o Teatro Nacional, esta comissão deverá propor as medidas que considerar convenientes para a sua recuperação. Resultante do cumprimento da determinação governamental, os trabalhos tiveram início de imediato e, cerca de 15 dias depois, em sessão de 4 de Março, foi aprovado o Relatório que, por razões que não vamos agora apreciar, só será publicado no *Diário do Governo* no final desse mesmo ano¹⁵. Trata-se, provavelmente, do primeiro ajuste de contas relativo ao período antecedente, tendo tido como visado o antigo administrador do ex-Teatro Nacional D. Maria II, Maximiliano de Azevedo, exonerado no mês seguinte ao da implantação da República.

Este extenso Relatório é inequívoco quanto à responsabilidade do administrador, a quem são imputadas decisões e procedimentos ilegais, bem como à inoperância do comissário, que, fugindo às suas incumbências, não fiscalizou os actos daquele. De tudo isto, "concluiu a comissão que a principal causa da decadência do Teatro foi a falta de cumprimento da lei, constantemente substituída pelo favor pessoal, em claro e manifesto prejuízo do Estado, que, pela má administração, sofreu o desfalque do seu fundo de garantia em poucos meses e sem proveito para a Arte nem para a Literatura Dramática Nacional". Esta conclusão isenta de responsabilidades o quadro legislativo que regulava o Teatro e que se apoiava, entre outros regulamentos e portarias, em dois decretos promulgados ainda durante a Monarquia: o decreto de 4 de Agosto de 1898 e o de 5 de Novembro de 1909. O modelo de exploração proposto nestes decretos manteve-se na sua essência, apesar de sucessivas remodelações legislativas, sem que a sua aplicação surtisse o efeito desejado.

Durante o período aqui em análise, o Governador Civil de Lisboa desempenha, por inerência, as funções de Inspector-Geral dos Teatros, o que lhe confere um papel destacado na vida teatral da capital. Segundo o "Regulamento das casas de espectáculos públicos do distrito administrativo de Lisboa"¹⁶, cabe àquela entidade aprovar tudo o que diga respeito à construção, manutenção e funcionamento de "teatros, circos animatógrafos, salões de baile e de música, praças de touros ou quaisquer outras casas ou recintos com galerias, salas, anfiteatros, tabladouros ou palanques, onde se realizem divertimentos públicos" (§ único). Assim, apesar da abolição da "censura prévia" aos espectáculos que existia na Monarquia, o Governador Civil continua incumbido de assegurar que não sejam ofendidas as instituições do Estado ou seus representantes, não

¹⁵ Cf. *Diário do Governo*, 21 de Dezembro de 1911.

¹⁶ Cf. *Diário do Governo*, 3 de Fevereiro de 1914.

sejam apresentadas caricaturas ou imitações pessoais, quaisquer referências directas a individualidades públicas ou a pessoas particulares, nem ofensas ao pudor ou à moral pública. Mantém-se a obrigatoriedade de se apresentar, às autoridades competentes, o cartaz do espectáculo para que nele seja colocado o necessário "Visto", sem o que nada pode subir a cena.

É sobretudo no período sidonista que mais se sente a pressão do poder político, chegando aos jornais notícias de espectáculos proibidos, normalmente depois de darem a sua primeira ou primeiras representações. Foi o que sucedeu com o texto *Os Mineiros*, em cena no S. Luiz, no Verão de 1918. A quarta representação, os responsáveis foram intimados, pela polícia cívica, e suspenderam as representações. Apesar dos pedidos e dos protestos, a ordem não foi retirada, provavelmente porque se tratava de um drama de tendência anarquista, exaltando as iras do proletariado.

Alguns anos passados é a vez de *Mar alto*, de António Ferro, que "o público propositadamente, acintosamente, injustamente, desrespeitou", fornecendo o pretexto para que a peça fosse retirada. Também Alfredo Cortez se viria em dificuldades com *O lodo*, que sobe à cena do Politeama, em Julho de 1923. Para além da temática marginal do texto, a origem de tão nefasto acolhimento terá estado na redacção de um manifesto que se insurgia contra uma crítica dogmática, "sem quaisquer atestados de sensibilidade, de cultura e de inteligência". Este texto, da autoria do próprio Cortez, foi distribuído cerca de 15 dias antes da representação da peça, tendo eventualmente provocado um clima de desconforto entre os visados¹⁷. Com a acção a decorrer num bordel, a peça foi de imediato adjectivada de "indecorosa", aproveitando esses críticos para exigir que, em defesa da moral pública, se instituisse de novo a censura prévia.

4. Os palcos da República

Ainda no período da Monarquia, assiste-se a algumas experiências, breves, de modernização da cena portuguesa através, sobretudo, do chamado teatro "independente". Na sequência de mais uma vinda a Lisboa, em 1903, da companhia de Antoinne, criador do Teatro Livre, que pretendia "uma arte teatral onde a autenticidade fosse levada às últimas consequências"¹⁸, surge também entre nós um grupo homónimo, que tem o actor Luciano de Castro como um dos seus mentores. Em 1904 e 1905 a sociedade coloca em cena, no

¹⁷ Alfredo Cortez, *Teatro Completo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 12.

¹⁸ Fernando Peixoto, *História do Teatro Europeu*, Lisboa, Edições Sílabo, 2006, p. 268.

Ginásio, um programa que, segundo o seu manifesto, pretendia "trazer um sopro de vida à dramaturgia portuguesa". Considerando o teatro como o melhor meio para difundir os novos ideais, o "Teatro Livre" procurava "redimir pela Arte e vencer pela Educação"¹⁹. No primeiro espectáculo apresentou-se uma peça do repertório de Antoinette e excertos de ... *Amanhá*, de Manuel Laranjeira. Sobre a sua peça, escreve Manuel Laranjeira numa carta a Amadeu de Sousa Cardoso que "ali fervilha, sente, sofre, ama, vive, um mundo que você não conhece, meu amigo. Aquilo é um grito de miséria e contra a Engrenagem em que tudo isto rola", onde se adivinha a "lição" de Antoinette. E reage contra os rótulos dos críticos: "Porque alguém diz que o mundo é torpe e criminoso e em nome do sofrimento humano, da miséria irresponsável, reclama um pouco de justiça - é anarquista (!)"²⁰.

A temporada de 1905 desenvolveu-se sob a orientação de António Pinheiro e incluía as peças *Missa Nova*, de Bento Faria; *O condenado*, de Valentim Machado, *Os que juram*, de Emídio Garcia, *As feras*, de Manuel Laranjeira e mais um conjunto de textos estrangeiros expressamente traduzidos para o efeito. Escreve António Pinheiro que o público aplaudiu a tentativa, não se podendo dizer o mesmo em relação à crítica, sempre pronta a lançar os seus "raios furibundos". Voltaria o "Teatro Livre" ainda em 1908, com duas peças portuguesas (*Entre dois fogos*, de Emídio Garcia e *O triunfo*, de Carrasco Guerra) e duas francesas.

Em 1905 iria aparecer também o "Teatro Moderno", com propósitos similares à iniciativa antecedente, e que teve a sua existência limitada a essa temporada. No palco do Príncipe Real apresenta peças de Bento Mântua (*Novo altar*) e de Carrasco Guerra (*Mau caminho*, escrito com Eloy do Amaral), entre outros novos autores, como Ramada Curto (*O estigma*) ou Afonso Gaió (*Quinto mandamento*, peça proposta em 1902 ao Teatro Nacional e recusada por questões de "moral", situação largamente explanada pelo próprio autor no prefácio da edição em livro).

Como aponta Óscar Lopes²¹, existe uma certa contiguidade entre estas duas iniciativas de teatro naturalista e o movimento de propaganda republicana. Na verdade, a Sociedade do Teatro Livre, que contava entre os seus fundadores com reconhecidos republicanos (como César Porto ou António Lima), iniciara as suas actividades, ainda em 1902, com um conjunto de con-

¹⁹ Apud António Pinheiro, op. cit., p. 110.

²⁰ Apud Orlando da Silva, *Manuel Laranjeira (1877-1912). Vivências de uma época*, Santa Maria da Feira, 1992, p. 222.

²¹ «Literatura Portuguesa» in AAVV *História Ilustrada das Grandes Literaturas* (vol. VIII), Lisboa, Editorial Estúdio Cor, 1973, p. 437.

ferências, realizadas por Teófilo Braga, Heliodoro Salgado e Ernesto da Silva. Algumas das figuras ligadas às duas iniciativas vão igualmente integrar, em 1911, a comissão nomeada para elaborar a reforma da arte dramática (Bento Mântua, Afonso Gaió e Bento Faria) e vários dos autores então revelados irão prolongar a sua actividade dramática pelo período seguinte. Alguns desses nomes assumirão igualmente posições públicas e políticas de relevo como, por exemplo, Ramada Curto, que será deputado logo em 1911. Todavia, parece que o entusiasmo "militante" ainda na pré-República, estampado por exemplo no texto programático do "Teatro Livre", não teve grande continuidade na escrita teatral após 1910.

De facto, no que aos textos portugueses levados à cena diz respeito, o início do século XX segue, no essencial, os caminhos que vinham sendo trilhados desde o último quartel do século XIX. A comédia e o drama neoromântico, bem como o teatro histórico, constituem geralmente apostas ganhas para as principais salas lisboetas. As tentativas de renovação que vão entretanto surgindo e que procuram envolver por um registro realista ou por um teatro de cariz simbolista nem sempre são compreendidas e aceites pelas plateias ou pela crítica.

Neste âmbito, recordemos também escritores que vieram a ganhar lugar de destaque no campo literário, mas que nesta altura a sua escrita teatral praticamente não tem eco. Assim, *O marinheiro*, "drama estático" de Fernando Pessoa, marcado ainda pelo simbolismo e escrito em 1913 (publicado em 1915, no *Orpheu*), só veria o palco em 1957, com o Teatro de Ensaio de Lisboa (na sala experimental do D. Maria). Almada Negreiros chegou a ver o seu *Antes de começar*, escrito em 1919, anunciado para o espectáculo de abertura do "Teatro Novo" (1925), expectativa que não veio a concretizar-se. Mais flagrante ainda é o caso de António Patrício que não viu nenhuma das peças que publicou representadas. Textos como *O fim* (1909), *Pedro o cru* (1918), *Dimis e Isabel* (1919), *D. João e a Máscara* (1924), consideradas hoje como textos fundamentais e "teatro superior" no panorama da nossa literatura dramática, foram ignoradas na sua época.

Luiz Francisco Rebelo reflecte sobre esta situação, percorrendo várias hipóteses de explicação para o facto de muitos desses textos se terem mantido "virgens da experiência cénica". Destaca, para este período, como causas próximas, a "impreparação do público", o que espelhava o elevado índice de analfabetismo, e a "submissão dos empresários aos seus gostos e hábitos rotineiros, longamente enraizados"²². Naturalmente que esses dois factores se

²² *Três Espelhos. Uma Visão Panorâmica do Teatro Português do Liberalismo à Ditadura (1820-1926)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010, p. 235.

tica e de concepção vão depois entrecruzar-se, em graus variados, com as linhas dominantes referidas, embora seja o naturalismo que, compreensivelmente, vá prevalecer; todavia, como sublinham diversos estudiosos, nunca se perdeu por completo a herança romântica. De qualquer maneira, factores diversos, como o clima positivista que acompanha a progressão do republicanism e a sua instauração, ou o modelo estrangeiro que imperava entre nós (ajudado a sedimentar, por exemplo, com o repertório oferecido pelas companhias estrangeiras que quase todos os anos vinham representar a Lisboa), facilitavam uma orientação estética de pendor naturalista, embora, como comenta Luiz Francisco Rebello, os nossos dramaturgos se tenham fixado mais nos "aspectos exteriores do movimento do que nos seus pressupostos ideológicos".²⁴

Seguindo o percurso proposto, pode-se afirmar que o drama de cariz histórico nunca esteve ausente da cena portuguesa. E, em plena República, assume algum vigor, sendo bem aceite pelo público, a julgar pelos comentários da imprensa. Trata-se de peças que buscam um certo rigor na descrição dos ambientes antigos que retratam – facto que é valorizado pela crítica – aproximando-se, neste ponto, da estética verista que caracteriza este período.

O melhor exemplo para esta situação, será, talvez, Júlio Dantas, cuja peça mais conhecida, *A cêia dos cardéis*, ainda de 1902, foi representada repetidas vezes, constituindo um dos grandes êxitos da cena portuguesa. Importante figura pública do seu tempo, foram múltiplas as suas relações com o teatro: entre outros aspectos, ficaria à frente dos destinos da Escola de Arte de Representar após o 5 de Outubro, foi Comissário do Governo no Teatro Nacional e membro do seu Conselho Teatral, sendo igualmente um dos fundadores da Sociedade de Autores Dramáticos. De fundo histórico, escreveu ainda para o palco *D. Ramón de Capichuela*, que teve a sua "première" em 20 de Março de 1912, na festa artística de Chaby Pinheiro, realizada no Teatro Republica, mas com menor impacto. Outro eco acabaria por ter *Soror Mariana* (1915), que o famoso manifesto de Almada Negreiros ridiculariza, referindo-se-lhe como uma "merdarianaldantascufurado que tinha cheliques e exageros sexuais".

Entre os representantes da nova geração, Rui Chianca é um dos que insiste na recuperação do teatro histórico. Em Dezembro de 1912, apresenta, também no República, *Aljubarrota*, peça extraída de uma narrativa de Alexandre Herculano e que teve na altura um considerável sucesso. O seu valor consistia, sobretudo, segundo o articulista de *O Eco Artístico*, "no elevado sentimento patriótico

²⁴ Luiz Francisco Rebello, *Teatro Português em um Acto (1900-1945)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, p. 11.

influenciavam mutuamente, na medida em que a um público constituído por uma burguesia que não queria ver os seus privilégios e valores postos em causa, respondiam os empresários com espectáculos a seu contento, ou seja, essencialmente comédias e operetas frívolas, dramas sentimentais; em relação a uma plateia mais popular, oferecia-se o dito chistoso e a piada grosseira, ou seja, a revista. Actuando desta maneira, dificilmente os "gostos" se aproximariam das propostas dos modernos – nacionais e estrangeiros.

E qual é, afinal, o teatro da República?

No final da época de 1911-1912 o *Eco Artístico* (30 de Maio de 1912) apresentava um balanço bastante negativo do panorama teatral: "se lançarmos um olhar para o que o repertório dos nossos teatros, com tristeza constatamos que ela foi das mais pobres em originais, pois dos pouquíssimos que apareceram, só um, *O Chico das Pegas*, de Eduardo Schawalbach, se pode dizer que conseguiu fazer carreira". Essa "decadência" encontrava a sua justificação, por um lado, no "enxame de revistas, desprovidas de valor, que tem pejado todos os palcos" e, por outro, na "avalanche de traduções", que tiravam lugar aos autores nacionais. E dá-se o exemplo do Teatro Nacional, sem um único original português levado à cena.

Recordemos que a primeira peça portuguesa apresentada no Teatro Nacional é *A lei do divórcio*, de Augusto de Lacerda. Escreve Matos Sequeira que essa estreia ficou "memorável", e não era para menos, pois nessa mesma altura discutia-se de forma acesa a questão do divórcio, cuja lei é promulgada a 3 de Novembro de 1910. Naturalmente, a temática sugestiva fez encher o teatro, e contou-se com a presença de membros do governo da República: Afonso Costa e Bernardino Machado. Mas o espírito da República seria sobretudo glorificado com a apresentação, em Dezembro de 1910, da peça *Noventa e Três*, baseada no romance de Victor Hugo, que colocava em cena monárquicos contra revolucionários republicanos, o que fez vibrar o público.

No percurso que faz através da dramaturgia do século XX, João Pedro de Andrade identifica três tendências fundamentais no teatro português: a histórica, a realista ou de tese social e a regional²⁵. Mais do que distinguir correntes estéticas – naturalismo, simbolismo, modernismo e outros ismos – parece-nos realmente que a arrumação proposta por aquele autor se justifica quando olhamos mais de perto as peças representadas durante os pouco mais de dez anos que aqui nos ocupam. Os traços de maior ou menor modernidade esté-

²⁵ *Meio século de dramaturgia nos palcos portugueses*, in Costa Barreto (org.), *Estrada Larga* (vol. 2). Antologia do suplemento "Cultura e Arte" do *Comércio do Porto*, 1960, p. 382.

co”, “na alíveza de princípios e de ideias”, conseguindo “uns finais de acto de grande efeito” (20 de Dezembro de 1912). De 1913 é *A conspiradora*, de Vasco de Mendonça Alves, com boa recepção por parte do público do Ginásio, teatro que de vez em quando abria as suas portas a dramas e comédias de autores portugueses. Mas estas são peças em que, afirma Luiz Francisco Rebelo, “mal se ocultava a nostalgia pelo regime derrubado em 5 de Outubro”²⁵.

Orientação diferente encontra-se em *O Infante de Sagres* (Teatro República, 15 de Dezembro de 1916), primeira incursão de Jaime Cortesão no teatro, e ainda em *Egas Moniz* (1918). Embora se verifique a transcendência do destino e uma certa propensão heroica nas personagens, estes textos apontam igualmente para a visão democrática e progressista da História que o autor iria desenvolver nos seus trabalhos de investigação. A visão “idealizada do carácter português” consubstancia-se em particular nos protagonistas, elevados a modelos de “uma identidade colectiva para os homens do início do século XX que assistem à representação do drama”²⁶. *O Infante*, com um elogio unânime da crítica, teve como cenógrafo José Mergulhão que, à boa maneira naturalista, reproduziu fielmente a sala do Mosteiro da Batalha para o 3.º acto da peça.

É no domínio do drama de ambiente contemporâneo que surgem as tentativas mais arrojadas, nem sempre bem aceites pela censura, pela crítica ou pelo público. Recuando um pouco no tempo, lembremos apenas, *Casamento de conveniência*, de Coelho de Carvalho (1904), com cortes substanciais da censura, antes de subir ao palco do Nacional, onde acabaria por dar apenas oito representações, ou *O azebre*, de Henrique Lopes de Mendonça, estreado em 1909 no ainda Teatro do Príncipe Real, depois de peripécias várias, face a um texto que retratava um ambiente marginal, recorrendo-se mesmo a expressões do calão, e que criticava uma sociedade interesseira e desumana.

Como representante da tendência de análise social de fundo burguês, e de uma certa incompreensão no seu tempo, destaque-se o drama *Octávio*, de Vitoriano Braga, apresentado no Nacional em Maio de 1916. O texto é na altura considerado por Fernando Pessoa como um exemplo de “peça moderna”, correspondendo às “exigências com que a cultura moderna impõe a acção dramática”²⁷. E quais são essas exigências? Segundo o poeta, “a preocupação artística moderna, de sugerir em vez de exprimir, obriga-nos a que con-

²⁵ *Fragmentos de uma dramaturgia*, Lisboa, IN/CM, 1994, p. 159.

²⁶ Elsa Henriques Rita dos Santos, *Representação do passado e representação da História: drama histórico, contexto e tempo de mediação*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, p. 219.

²⁷ Fernando Pessoa, *Páginas sobre Literatura e Estética*, Mem Martins, Europa-América, 1986, p. 67.

cebamos o ideal dramático neste ponto como o de que a tese, conclusão ou filosofia do drama seja sugerida pelo seu enredo ou conjunto, e não dita por esta ou aquela personagem [...]”²⁸.

Já se referiu que a primeira estreira no Nacional, após a implantação da República, é com *A lei do divórcio*, de Augusto de Lacerda, autor que será uma presença quase constante nos seus palcos. Assim, seguem-se *Telhados de vidro* (1914), com um certo tom de comédia; *Mártires do ideal* (1915), “um drama de consciência, mais do que um drama de coração”²⁹; e *Os novos apóstolos* (1917), sobre a qual o crítico J.R.F. diz padecer da mesma falta de todas as suas obras, a da “ciência da comunicabilidade”³⁰.

Ramada Curto, depois da participação no “Teatro Moderno” (1905), estreira-se no Nacional com *Segundas núpcias* (22 de Março de 1913). O *Eco Artístico* dá notícia do acontecimento, acrescentando que se trata de um texto com os diálogos “bem trabalhados” e os tipos “bem estudados”, denotando todavia um certo “exagero de cruza”. João Pedro de Andrade integra-a no campo de um “realismo psicológico”³¹ que marcou algumas peças desse período, como é o caso da que seguiu no cartaz do Nacional: a tentativa teatral pouco conseguida do romancista Carlos Malheiro Dias, *Inimigas*. Em 1914 e 1915, Ramada Curto voltaria ainda ao mesmo palco, respectivamente com *A sombra* e *Os redentores da Ilíria*. O número de representações, quatro para a primeira peça e seis para a segunda, dá conta da fraca aceitação do público, aliada ao pouco entusiasmo da crítica. Na *Ilustração Portuguesa* justifica-se a má recepção da segunda peça com a “detestável atmosfera” que rodeou a sua apresentação, em que a política (Ramada Curto foi deputado) se tinha sobreposto ao teatro³².

O teatro de tendência regionalista vai assomando em alguns textos que, regra geral, interessam ao público lisboeta, entusiasmado com episódios que supostamente trazem até à capital a linguagem, os trajes e o ambiente de província. Neste período, a “inauguração” do regionalismo é, por assim dizer, dada com Afonso Lopes Vieira e as suas *Rosas bravas* (1911), levadas à cena no República, local onde vai promover a recuperação do teatro vicentino.

Vicente Arnoso apresenta *Coimbra terra de amores* (Nacional, Janeiro de 1916). Tendo conseguido 32 representações, o que é sinal da boa aceitação do

²⁸ *Op. cit.*, p. 64.

²⁹ *Ilustração Portuguesa*, n.º 481, 10 de Maio de 1915.

³⁰ *Jornal dos Teatros*, n.º 6, Fevereiro de 1917.

³¹ João Pedro Andrade, *op. cit.*, p. 385.

³² *Ilustração Portuguesa*, n.º 523, 28 de Fevereiro de 1916.

público, será por isso recuperada em épocas seguintes. Um ano depois dá-nos *O último senhor de S. Gião*, desta feita no Teatro República, onde o "sabor regional" continua presente, num texto "leve, bem esboçado", cuja "primeira" mereceu a presença de uma assistência ilustre e elegante, listada pelo *Jornal dos Teatros*.³³

Também em 1917, Carlos Selvagem, com *Entre giestas* representada no S. Carlos, procura ir mais além, não limitando a acção ao habitual pitoresco do cenário. Mas é a vertente regionalista que é mais apreciada, como as palavras de Acácio de Paiva deixam entender, ao caracterizá-la como peça genuinamente portuguesa, "portuguesa pelo ambiente, pelas paixões que nela se debatem, pelos costumes, pela linguagem. É o nosso povo que vive nos três felizes actos do drama *Entre giestas*, é a rudeza das nossas serranias que neles aparece, é o amor em coração da nossa gente, de perdição quando contrariado, que lhes dá consistência e se fixa na memória do espectador".³⁴

A comédia tem igualmente raízes fortes no panorama teatral português. Recorde-se a opereta *O burro do sr. Alcaide* que, escrita em parceria por D. João da Câmara e Gervásio Lobato e apresentada pela primeira vez em 1891, continua a ser apresentada, com sucesso, ao longo das primeiras décadas do século XX, sendo com ela que se inaugura a nova sala do Éden Teatro, em 25 de Setembro de 1914!

A estes nomes deverá juntar-se o de Eduardo Schwalbach, que Óscar Lopes considera, curiosamente, "o sucessor de Gervásio Lobato no palco de comédias do Ginásio".³⁵ Schwalbach acompanhou de perto este período (faleceu em 1946), tendo sido autor de algumas obras de sucesso, antes e durante a República. Em 1911, quando se torna empresário do Apolo (experiência de curta duração e nenhum ganho, como regista nas suas memórias), a primeira peça que escreve para esse teatro é exactamente uma opereta, *O Chico das Pegas*, que obteve grande êxito (mais de cem representações), voltando a ser representada e apreciada, vinte anos depois, no Éden Teatro (Outubro de 1923).

Mas é o nome de André Brun que mais se destacará no domínio da comédia, ao demonstrar a rara capacidade de aliar o jocoso a um retrato aberto dos tipos sociais. Com *A vizinha do lado* (Ginásio, Novembro de 1913), *Cavalheiro respeitável* (Teatro República, Março de 1914) e *A maluquinha de Arroios* (1916), onde mais uma vez "agarra nesta humanidadezinha, lança-a a partir de bases reais e dinamiza-a na farsa mais inverosímil",³⁶ André Brun

³³ *Jornal dos Teatros*, 21 de Janeiro de 1917.

³⁴ *Ilustração Portuguesa*, n.º 583, 24 de Abril de 1917.

³⁵ Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 435.

³⁶ Duarte Ivo Cruz, *História do Teatro Português*, Lisboa, Verbo, 2001, p. 204.

constrói retratos impressionantes da sociedade lisboeta. Chagas Roquete foi também um comediógrafo de sucesso com *D. Perpétua que deus haja* (1916), *Frei Tomás* (1919), apresentadas no Nacional com assinalável êxito, em especial a primeira (52 representações) e *O Senhor roubado* (Ginásio, 1916), trabalhos onde apresenta apontamentos levemente caricaturados da pequena burguesia lisboeta e provinciana.

Apesar do imperativo republicano que retomou de Garrett a missão educativa do teatro, esta arte, tal como outros aspectos da vida portuguesa, reflectiu avanços e recuos, momentos de continuidade e oportunidades de renovação, tudo isto expresso nas inúmeras realizações espectaculares oferecidas durante a 1.ª República.

Bibliografia

- ANDRADE, João Pedro de, «Meio século de dramaturgia nos palcos portugueses», in Costa Barreto (org.), *Estrada Larga* (vol. 2). Antologia do suplemento "Cultura e Arte" do Comércio do Porto, 1960, pp. 382-387.
- Bodas (As) de Ouro do São Luiz*, Lisboa, Edição Comemorativa do Cinquentário, 1945.
- CARNEIRO, Luís Soares, *Teatros Portugueses de Raiz Italiana*, Porto, Universidade do Porto, Tese de Doutoramento em Arquitectura, 2002.
- CORTEZ, Alfredo, *Teatro Completo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
- CRUZ, Duarte Ivo, *História do Teatro Português*, Lisboa, Verbo, 2001.
- FRANÇA, José-Augusto, *Estudo de factos socioculturais*, 2ª ed. revista e acresc., Lisboa, Livros Horizonte, 2002.
- FREIRE, João Paulo, *Lisboa do meu Tempo e do Passado - do Rossio à Rotunda*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, s.d.
- LOPES, Óscar, *Literatura Portuguesa in AAVV, História Ilustrada das Grandes Literaturas* (vol. VIII), Lisboa, Editorial Estúdio Cor, 1973.
- PEIXOTO, Fernando, *História do Teatro Europeu*, Lisboa, Edições Sílabo, 2006.
- PESOA, Fernando, *Páginas sobre Literatura e Estética*, Mem Martins, Europa-América, 1986.
- PINHEIRO, António, *Contos Largos*, Lisboa, Tip. Costa Sanches, 1929.

- REBELLO, Luiz Francisco, *Fragmentos de uma dramaturgia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.
- REBELLO, Luiz Francisco, *Teatro Português em um Acto (1900-1945)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997
- REBELLO, Luiz Francisco, *Três Espelhos. Uma Visão Panorâmica do Teatro Português do Liberalismo à Ditadura (1820-1926)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.
- RIBEIRO, M. Félix, *Os Mais Antigos Cinemas de Lisboa (1896-1939)*, Lisboa, Instituto Português de Cinema, 1978.
- SANTOS, Elsa Henriques Rita dos, *Representação do passado e representação da História: drama histórico, contexto e tempo de mediação*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- SANTOS, Vitor Pavão dos, *A Revista à Portuguesa*. Lisboa, Jornal, 1978.
- SILVA, Orlando da, *Manuel Laranjeira (1877-1912). Vivências de uma época*, S. Maria da Feira, Edição do Autor, 1992.

PERIÓDICOS:

- De teatro*
Diário do Governo
Elo artístico
Ilustração Portuguesa
Jornal dos Teatros

O lugar da República, em Portugal, entre o séc. XIX e o séc. XXI

João Caetano
Universidade Aberta

«Os Ingleses estão experimentando, no seu atribuído Império da Índia, a verdade desse humorístico lugar-comum do séc. XVIII: "A História é uma velhota que se repete sem cessar"».

Eça de Queirós, *Cartas de Inglaterra*, 19 de setembro de 1880¹

I Parte Cem anos

Comemoram-se em 2010, período em que este ensaio é escrito, os cem anos da instauração da República em Portugal. A República, como forma de Estado e como projeto político, não se compreende sem o seu passado nem sem o seu futuro. Não vale a pena fantasiarmos sobre o que se passou nem sobre o que se passará, porque o passado é o que é e o futuro é, por definição, desconhecido.

Tanto o passado como o futuro dependem dos seus construtores. Um não é menos importante do que o outro, e não são ambos menos importantes do que o presente em que vivemos. Falar de República hoje em Portugal, e particularmente dos seus cem anos, é falar sobre o estado do país, de como as pessoas viveram, mas também de como agora vivem e se projetam no futuro, nem sempre com um horizonte histórico temporal de oito séculos (idade da fundação do país) ou sequer de um século (tempo de vida que leva a República).

¹ Cf. Eça de Queirós, *Cartas de Inglaterra* (carta de 19 de setembro de 1880) in Carlos Reis (coord.) e Elza Miné e Neuma Cavalcante (ed.), *Textos de Imprensa, IV (da Gáze-ta de Notícias)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, p. 77.

Este facto só por si aconselha a que não nos deixemos enredar no tópic de discussão Monarquia v. República, sobretudo se a nossa atitude for acrítica, para fazer de uma das formas de Estado a fonte de todo o bem e da outra a fonte de todo o mal, porque isso evidentemente não corresponde à verdade. Qualquer investigador racional e sereno reconhece que, sob determinados pontos de vista, houve em Portugal bons e maus monarcas, assim como houve bons e maus Presidentes da República. O que é importante hoje é que monárquicos e republicanos se respeitem mutuamente – o que nem sempre acontece, como testemunhámos em alguns eventos evocativos do centenário da República – e que, em conjunto, contribuam para o desenvolvimento do País.

Não avançaremos pois por discussões que consideramos estéreis, nem nos deixaremos mover pela paixão. A nossa análise procura ser racional e constitui uma reflexão sobre Portugal, desde sensivelmente o momento do Ultimato Inglês até aos dias de hoje, passando, como facto marcante, pela implantação da República, em 5 de outubro de 2010. A ideia de República perpassa todo este longo período, embora ele seja dominado por preocupações que, na maior parte das vezes, são alheias à forma do Estado. Mais frequentemente se referem essas preocupações à ideia republicana como facto gerador de determinados deveres políticos e cívicos, embora a ideia republicana nem sempre apareça ligada à pretensa supremacia do ideal republicano sobre o ideal monárquico, até porque existe uma ideia republicana monárquica. A República é sempre um meio e não um fim. Certo é também que se consolidou a convicção dos portugueses de que o País não enfrenta uma questão de regime, entendida como a opção entre a República e a Monarquia. A questão existe mas é discutida apenas na margem do debate político contemporâneo em Portugal.

Para a consolidação da forma atual de Estado contribuíram pessoas com ideologias muito diferentes, com destaque (assumimo-lo, sem dúvidas) para Salazar, que teve condições para reinstaurar a Monarquia em Portugal mas que pragmaticamente preferiu a República.

No âmbito do presente trabalho, fazemos duas perguntas: o período que vai desde o Ultimato Inglês, de 1890, até aos dias de hoje é marcado pela continuidade ou pela rutura? Quais foram os grandes debates e as grandes preocupações neste período em Portugal?

A nossa indagação é essencialmente político-social, embora, na segunda parte do trabalho, recorramos deliberadamente à poesia de intervenção política de Sophia de Mello Breyner, para evidenciar uma concreta rutura na continuidade: a afirmação da importância, em pleno Estado Novo, da questão das liberdades individuais, que, sem a eliminação do debate político, sobrelevou a

questão financeira e económica e determinou a transição democrática em Portugal.

O principal argumento do presente trabalho é que Portugal está a mudar significativamente e que isso tem consequências sobre o modo como devemos olhar para a questão do regime. Pensemos, por exemplo, nos imigrantes que se fixaram em Portugal nas últimas décadas, bem como naqueles que se háo de deslocar no futuro para o território português, cujas memórias não são apenas portuguesas. Pensemos ainda nas novas gerações de portugueses, que, segundo mostram as sondagens, não sabem, em elevada percentagem, quando se deu a transição para a democracia em Portugal, nem, tampouco, quando se verificou a implantação da República².

O futuro de Portugal não será o presente nem o passado, mas um misto dos dois. Refletir sobre a República, por ocasião do seu centenário, é relevante nesta perspetiva, a única que pode ser inovadora. Rejeitamos pois, por ser inapropriada, uma reflexão maniqueista centrada nos bons e maus de uma história passada há cem anos. É que dessa história, queiramos ou não, poucos se lembrarão. É por isso bem mais importante pensar Portugal e os portugueses, no contexto de um facto político (a implantação da República) que teve antecedentes e que teve, tem e terá presumivelmente consequências.

Disse-nos uma vez Francisco Lucas Pires, nos inícios da passada década de noventa, éramos então estudante da Faculdade de Direito de Coimbra, que quem não conhecesse o século XIX português não poderia conhecer o século XX. Vamos agora mais longe. Quem não conhece o século XIX português, e, em particular, o seu último quartel, não pode conhecer o século XXI.

Nos inícios deste novo século, Portugal mantém-se estruturalmente idêntico, quer no seu desenho institucional (fora a existência do rei), quer nas suas dependências, ao que era em finais do século XIX. Não é nosso propósito neste trabalho fazer a comparação do Portugal político e social destes dois períodos, mas apenas evidenciar, pelos pontos de contacto desta questão com o tempo presente, que uma das finalidades da história, da teoria e da filosofia política consiste em fazerem as perguntas certas para clarificar o que pode ser o presente e o futuro, porque, neste período longo, apesar das muitas rupturas, existe uma continuidade histórica, que prevalece.

Esta tese é controversa, assim como é controverso dizer-se que existe uma continuidade institucional, fora a existência do rei. Estes dois aspetos

² Entre outras sondagens que foram feitas, veja-se a seguinte: *República: Mais de 38% dos portugueses não sabe que centenário se celebra*. Vide: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/politica/república-mais-de-38-dos-portugueses-nao-sabe-que-centenario-se-celebra>.

estão ligados, e a nossa justificação é a seguinte: entre finais do século XIX e o tempo atual houve ruturas, como sejam a mudança de regimes políticos (entre os quais se inclui a implantação da I República), as guerras (a I Guerra Mundial e a Guerra Colonial), a perda das colónias e entrada de Portugal na Comunidade Europeia. Mas a verdade é que os sucessivos regimes foram capazes de absorver o que vinha de trás, não apenas as pessoas mas também as ideias. A própria ideia de República é, a esse título, relevante, uma vez que permaneceu quase pacificamente. É de destacar, por outro lado, o mútuo reconhecimento de patriotismo entre opositores que politicamente se digladiavam de forma tenaz, como foi evidente durante o Estado Novo. É ainda de destacar o que, ao longo do tempo, se aprendeu. A III República (aquela em que vivemos) não repete, apesar da proximidade ideológica de muitos dos seus autores, os erros graves da I República, como, por exemplo, as más relações com a Igreja Católica através de um anticlericalismo agressivo.

Mesmo quando percebemos a existência de alternativas novas neste período histórico, de que a República é ela mesma um exemplo, não podemos deixar de concluir que, apesar das proclamadas diferenças ideológicas, elas não consubstanciam uma mudança de atitude mental. Nem a dedicação à causa pública, nem a valorização do bem comum são sinais diferenciadores, por exemplo, da I e da II Repúblicas, para falar do caso mais complexo e mais discutido. São ambos regimes legalistas, doutrinários, como as semelhanças constitucionais deixam ver, e construídos à sombra do Estado. A III República é, de facto, uma democracia, que se consolidou com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, e nisso distingue-se dos regimes anteriores, mas a III República continua a ser legalista e tem evidentes ressonâncias constitucionais dos regimes anteriores, nomeadamente da Constituição de 1933 e da sua prática constitucional. Esta é a essencial linha de continuidade, que a existência ora de um Estado fraco (na maior parte do tempo), ora de um Estado forte (sobretudo no Estado Novo), não desmente. No plano da repartição de poderes entre os órgãos de soberania, verifica-se, na maior parte do tempo (salvo, há que reconhecê-lo, durante a I República), a supremacia política do Presidente do Conselho ou Primeiro-Ministro, se não em relação ao Presidente da República ou ao Rei, pelo menos em relação ao Parlamento, bem como o exercício de amplas competências legislativas pelo Governo. Finalmente, no plano partidário, verifica-se, desde o entardecer da Monarquia Constitucional, a permanência ou a continuidade dos mesmos partidos ou facções, seja num regime de multipartidarismo (seja ele real ou apenas aparente), seja num regime de "partido congregacionista", como aconteceu durante o Estado Novo.

A transição de pessoal político entre regimes mostra – sem prejuízo, voltamos a repetir, das clivagens que geraram ruturas – não só a existência de uma homogeneidade no pensamento político-social português como, também, a preferência dada a determinadas questões, como a questão económico-financeira ou a questão das liberdades individuais e políticas, em detrimento da questão da forma do Estado. As tensões que houve em determinados momentos, como, por exemplo, no período que antecedeu o golpe/revolução de 25 de abril de 1974, prendem-se com esta questão e não com a discussão sobre a forma do Estado, que já então praticamente desaparecera do debate político e social.

Mostremos pois as linhas de continuidade.

Quais foram os antecedentes imediatos da instauração da República em Portugal em 5 de outubro de 1910? Foram vários, mas um se destaca: a incapacidade dos sucessivos governos da Monarquia Constitucional para resolverem o problema financeiro e económico do país. A este facto junta-se um outro, que, neste ponto, apesar de tudo, pelo menos em parte, se diferencia do tempo presente: a impossibilidade, dada a configuração do sistema político, de se governar com estabilidade. Os governos sucediam-se a um ritmo alucinante.

Em 1889, em vésperas do Ultimato Inglês, Portugal vivia a obsessão do pagamento da dívida externa. A situação era objetivamente muito grave. Em princípios de 1889, Mariano de Carvalho demitiu-se da presidência do ministério, e foi sucessivamente substituído por Barros Gomes e Augusto da Cunha. No mesmo ano morreu o Rei D. Luís. Em Santa Comba Dão nasceu, no mês de abril do mesmo ano, António de Oliveira Salazar. Estes factos, aparentemente desconexos, anunciavam tempos tumultuosos.

Em abril de 1890, quando o governo inglês fez o célebre ultimato ao governo português a exigir o fim formal das suas pretensões, no plano internacional, de domínio de um vasto espaço no sul de África que vai do Atlântico ao Índico, tornou-se evidente para muitos, sobretudo para os republicanos, que a política do governo português em torno do mapa cor-de-rosa estava errada. Em face do incipiente direito internacional de então, Portugal tinha inequívocos direitos sobre os territórios constantes do chamado mapa cor-de-rosa, mas a política foi mal conduzida e Portugal perdeu. A política internacional era então feita, como continua hoje a ser feita, se bem que em diferente contexto, em função dos interesses nacionais. Os interesses portugueses embateram numa miríade de outros interesses nacionais – alemães, franceses e, sobretudo, britânicos – mais fortes. A expedição de Serpa Pinto ao interior do continente africano foi um assomo de valentia (mais individual, e sem dúvida isolada, do que coletiva), mas despertou os interesses dos ingle-

ses, que, diplomaticamente, fizeram perceber ao governo português que o seu sonho de ligar as suas possessões em África do Atlântico ao Índico não podia ser aceite. Numa nota de grande realismo político, Franco Nogueira verifica que “desamparados como sempre de qualquer apoio das potências europeias houvemos de ceder ao ultimato de Londres”. Este autor dá-nos conta de que no País foi profundo o sobressalto. E que os círculos literários e intelectuais foram veementes na sua indignação: Gomes Leal, Fialho e outros verberaram contra a Inglaterra; Guerra Junqueiro lançou o *Finis Patriae*; Lopes de Mendonça compôs *A Portuguesa*. Outros se manifestaram, com a mesma veemência, fossem monárquicos ou republicanos. Falamos, por exemplo, de António Enes, Oliveira Martins, Emídio Navarro, João Chagas e Magalhães Lima. Estes dois últimos gritaram vivas à República no Café Martinho e aclamaram o *Século*, jornal reconhecidamente republicano mas cujas atividades eram lícitas³.

Estes homens eram patriotas e, não obstante a ativa intervenção política de muitos no regime existente, viram (pelo menos a maioria deles) na República a constituir uma possibilidade de ouro de transformação do país, que eles, lucidamente, consideravam enfraquecido e incapaz de responder aos grandes desafios do seu tempo.

Vivia-se um ambiente de desorientação, incerteza e depressão, tanto económica como do espírito. Descria-se das raízes e olhava-se para o futuro com angústia. Segundo Franco Nogueira, “Tudo é posto em causa: o sistema, as instituições, a viabilidade da nação. Pelo país além vibra um clamor que se ergue de todas as classes: quer-se uma vida nova”. É a mesma ideia de hoje quando, em diferentes quadrantes políticos, se defende a ideia de uma Nova República⁴. E não foi outra coisa o que se passou na transição da I República para o Estado Novo.

Em finais do século XIX, os governos resistiam pouco tempo. E os mesmos nomes sucedem-se nos governos, com uma impressionante incapacidade para resolver os graves problemas do país. A cabeça estão os problemas financeiros, mas há também problemas políticos. O pronunciamento ocorrido no Porto em 31 de janeiro de 1890 anuncia o fim do sistema político e do regime. O regime haveria de cair por não ser capaz de assumir as suas responsabilidades. A questão financeira permanecerá durante muitos anos sem solução, e é o sinal mais evidente da incapacidade do regime para alterar o prestígio do país no exterior e

³ Franco Nogueira, *Salazar, vol. I, A Mocidade e os Principios (1889-1928)*, Coimbra, Atlântida Editora, 1977, pp. 8 e ss.

⁴ Franco Nogueira, *Salazar, vol. I, cit.*, p. 10.

⁵ Veja-se o recente livro de Manuel Maria Carrilho, *E agora? Por uma Nova República*, Lisboa, Sextante Editora, 2010.

a vida das pessoas. Leem-se os documentos financeiros desta época e é surpreendente a similitude com o que se passa hoje em Portugal, bem como com o que se passou em parte significativa do tempo que desde então decorreu, nomeadamente durante a I República (1910-1926).

Os mesmos tópicos – a dívida, o défice, a despesa pública – e as mesmas dependências dos grandes países europeus caracterizam a vida política portuguesa no dealbar do ultimato. Nas palavras de Franco Nogueira, na sua bem fundamentada biografia de Salazar, “Era fundamental a praça de Londres: desde o constitucionalismo, e sobretudo a partir dos tempos de Sir Hamilton Seymour, não se dava um passo na política portuguesa sem audiência prévia do gabinete inglês”. E acrescenta: “Agrava-se a bancarrota, e não se enceta a vida nova”⁶.

Nos inícios de 1892, cai mais uma vez o governo. E faz-se – segundo Franco Nogueira – “uma experiência diferente”⁷. Dias Ferreira formou novo governo, escolhendo Oliveira Martins para Ministro da Fazenda. Nas suas *Lições de Filosofia do Direito*, Dias Ferreira escreveu, em 1864, que “Se o homem, esquecendo os preceitos da moral, e os avisos da consciência, falta ao cumprimento dos próprios deveres, e deixa de realizar o seu destino, não contrai responsabilidade pelo seu procedimento, senão consigo mesmo e com a divindade”⁸. E acrescentava: “No tribunal divino e no foro da consciência dará estreitas contas do mau uso, que tiver feito, dos meios destinados ao consequimento do seu fim. Mas ninguém na terra lhas pode pedir”⁹. No uso da sua liberdade, escreveu Dias Ferreira, o homem seria capaz de mudar o rumo do mundo: “Esta é verdadeiramente a razão por que a moral se dirige à fonte dos atos, à fórmula absoluta da intenção, e falta só a liberdade para a corrigir e encaminhar no sentido da lei do bem, porque não conta por si outra garantia, senão as próprias resoluções da mesma liberdade”¹⁰. Era essa a sua consciência do mundo, mas o mundo era bem mais difícil do que Dias Ferreira pensava, como ele mesmo comprovaria ao assumir funções de governação do país.

Segundo Franco Nogueira, Oliveira Martins, que era um monárquico da ala liberal dos “Vencidos da Vida”, um “poeta da história”, e um homem pres-
tigiado, “concentrou [enquanto Ministro da Fazenda do governo de Dias Ferreira] por um momento as esperanças do país”, com a sua “ideia de equilíbrio

⁶ Franco Nogueira, *Salazar, vol. I, cit.*, p. 11.

⁷ Franco Nogueira, *Salazar, vol. I, cit.*, p. 11.

⁸ José Dias Ferreira, *Nocções Fundamentais de Philosophia do Direito*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867, p. 372.

⁹ José Dias Ferreira, *ob. cit.*, p. 372.

¹⁰ José Dias Ferreira, *ob. cit.*, p. 373.

orçamental". Ter consciência do mundo é também conhecer as limitações dos seres humanos, o que, apesar do seu idealismo, Oliveira Martins tinha. Aparentemente não havia razões para que falhasse a sua missão.

Em 1882, José Frederico Laranjo, professor da Faculdade de Direito de Lisboa, publicou os seus *Princípios de Economia Política*, que passaram a ser o manual da cadeira na referida Faculdade. A obra de Laranjo recebeu fortes influências da Escola Histórica e do Socialismo Catedrático, abrangendo os temas da produção e da circulação, com breves referências à história das doutrinas económicas¹¹. Nota Fernando Araújo que "a rápida aceitação do conteúdo de Laranjo é em larga medida tributária do "zeitgeist", muito favorável à difusão das teses do "Socialismo Catedrático", de que Laranjo [...] era um dos expoentes nacionais, juntamente com Oliveira Martins e com outros dos nomes proeminentes da didática da Economia no século XIX, José Joaquim Rodrigues de Freitas, que à época pontificava no ensino da Economia na Academia Politécnica do Porto"¹².

Não foi a falta de conhecimentos científicos e técnicos que impediu o êxito governativo de Dias Ferreira e Oliveira Martins, assim como de todos os outros governantes que, aplicando, com pequenas diferenças, as mesmas regras, não conseguiram, antes e após a implantação da República, debelar a crise financeira, com graves repercussões na honorabilidade externa do Estado português. Mas a verdade é que durante muito tempo não se soube o que faltava. No período que antecedeu a implantação da República, os republicanos, em oposição ao regime monárquico, sabiam apenas que da crise financeira resultavam graves ameaças para o País, como, por exemplo, o risco de perda das colónias, o que para eles, que eram patriotas, era inaceitável. Mas onde estava a solução? A crise político-financeira, com todos os distúrbios e descontentamentos a ela associados, propiciou a queda da Monarquia Constitucional em 1910, assim como provocou a queda da I República em 1926.

Os governos da I República promoveram a separação da Igreja e do Estado, o que aquela agradeceu, pouco preocupada com a questão da forma do Estado. Já a alteração do sistema político e a pretendida democratização foram mais aparentes do que reais, como se comprova pela manutenção (ou até pelo aumento) da violência, do clientelismo e da nova e insuportável insubmissão do poder militar ao poder político. Apesar dos significativos avanços em algumas áreas, não há dúvidas de que, em outras áreas, a I República significou uma redução das liberdades políticas e cívicas, com a redução dos direitos

¹¹ Fernando Araújo, *O Ensino da Economia Política nas Faculdades de Direito (E algumas reflexões sobre a pedagogia universitária)*, Coimbra, Almedina, 2001, pp. 28-29.

¹² Fernando Araújo, *ob. cit.*, p. 29.

de sufrágio e da liberdade de imprensa. Mas sobretudo significou a manutenção da desordem financeira.

A III República teve, nesta matéria, a capacidade de instaurar as liberdades políticas e de pôr termo à guerra colonial, consagrando um sistema constitucional que, em matéria de organização dos poderes, se aproxima mais da tradição do Estado Novo do que da tradição da I República. Mas a III República também não é isenta de críticas, como se comprova pela persistência do problema financeiro e pelas repetidas declarações de que os últimos anos (quaisquer que eles sejam em número) foram anos perdidos. Onde está a coragem cívica dos portugueses e o compromisso político e social de longo prazo que é o que normalmente dá a paz e a riqueza aos países?

Será que estes cem anos foram em vão? Não foram, porque muitas coisas mudaram. Mas agora vivemos novamente num período de encruzilhada com velhas e novas ameaças, que devem fazer com que nos interroguemos sobre o sentido da República. Para compreendermos o alcance da questão, é conveniente que recuemos no tempo, até ao Estado Novo.

II Parte

A longa transição democrática

"Um amigo meu, que depois de ser, durante anos, um mau poeta, se regenerou, e se tornou um bom crítico, costuma sempre com a sua autoridade de antigo marcante experiente em escolhos e naufrágios, aconselhar os poetas novos a que procurem os temas emotivos dos seus poemas fora do próprio e estreito coração, e das duas ou três palpitações que nele perpetuamente se repetem. Eu pertenço à escola deste homem sagaz e também penso que essa poesia, chamada "subjéiva", que vive aninhada nas saias de Elvira, e que arrulla sem cessar, no jornal e no livro, as suas gárrulas e alardeadoras confidências de amor (ou antes de namoro), necessita ser substituída por uma poesia mais forte, mais sã, mais humana, que se desaninhe das saias já enxovalhadas da sua eterna dama, e lance o voo livre através do mundo e da vida".

Eça de Queirós, *Tema para versos*, de 2 de abril de 1893¹³

¹³ Cf. Eça de Queirós, *Tema para versos* (carta de 2 de abril de 1893), in Carlos Reis (coord.) e Elza Mimé e Neuma Cavalcante (ed.), *ob. cit.*, p. 295.

No poema "O Velho Abutre", de 1964, Sophia de Mello Breyner, monárquica e anti-salazarista, referindo-se sarcasticamente a Salazar, que morreria em 1970, escreveu: "O velho abutre é sábio e alisa as suas penas / A podridão lhe agrada e seus discursos / Têm o dom de tornar as almas mais pequenas"¹⁴.

Que significa neste contexto (não nos esqueçamos de que a política é o contexto) ser sábio, e por que é que o sábio é um abutre? Das respostas a estas questões decorre a chave de leitura da segunda parte do poema e, em particular, da afirmação de que os discursos do abutre (que paradoxalmente são um dom) fazem as almas mais pequenas.

A traição e a podridão moral na política são, como mostrou Helena Conceição Langrouva, uma constante na obra de Sophia de Mello Breyner, que, num outro poema, faz uma alegoria do poder que destrói quem recusa a violência mas acaba por ser atraído pelos amigos: "Era um Cristo sem poder / Sem espada e sem riqueza / Seus amigos o negavam"^{15 16}. Por outras palavras: segundo Sophia de Mello Breyner, o Poder é mau, e a prova de que é mau é que fez Cristo (que era bom) não poder, assim como faz dos seres humanos em geral seres sem poder.

Num lugar paralelo, Alain, em *As paixões e a sabedoria*, diz o seguinte acerca de Sócrates: "E agora é por aqui que Sócrates regressa. Este prejuízo empírico [contra Sócrates] não é tanto preguiça mas uma tomada de posição contra a reivindicação do justo. Porque o justo é importuno. E certamente a ideia da série de números ou de propriedades do quadrado e do triângulo. Mais o justo vai corajosamente à frente da dialética [faz frente à dialética], assegurando que a experiência aqui tampouco não julgue; que o sucesso não faz nada para o efeito; que a justiça, por fim, é a alma da alma, e que a alma injusta está a morrer" (tradução nossa)^{17 18}.

¹⁴ Sophia de Mello Breyner Andresen, *Livro Sexto*, 8.ª edição, revista, Lisboa, Caminho, 2006; "O Velho Abutre", p. 68.

¹⁵ Helena Conceição Langrouva, "Sophia de Mello Breyner: Uma Leitura de Grades", *Brotéria/Cultura e Informação*, 114 (2), 1982.

¹⁶ Sophia de Mello Breyner Andresen, *Livro Sexto*, ob. cit.; "A Veste dos Fariseus", pp. 62-63.

¹⁷ Alain, *Les passions et la sagesse*, Paris, Éditions Gallimard, 1960, p. 797. O texto original é o seguinte: "Voici maintenant par où Socrate revient. Ce préjugé empirique n'est point tant de paresse que d'un certain parti pris contre la revendication du juste. Car le juste est importun. Et certes l'idée de la suite des nombres ou de propriétés du carré et du triangle. Mais le juste va courageusement au-devant de la dialectique, assurant que l'expérience, ici non plus, ne juge point; que le succès n'y fait rien; que la justice enfin est l'âme de l'âme, et que l'âme injuste est en train de périr".

¹⁸ Em sentido próximo, veja-se Sophia de Mello Breyner Andresen, *Dual*, Lisboa, Caminho, 2004; "Catarina Eufémia", p. 74: "O primeiro tema da reflexão grega é a justiça / E eu

Salazar é a antítese do homem político aqui retratado, no qual Sophia se revê, porque, apesar de ser um político fracassado, tem convicções. Salazar, pelo contrário, é sábio, porque, embora à custa de artifícios condenáveis, consegue manter o Poder.

Sophia é muito dura com Salazar, como decorre dos versos seguintes, que o têm, assim como aos seus apuniguados, como destinatários naturais: "Ó cheios de devoção e de proveito / Perdoai-lhes Senhor / Porque eles sabem o que fazem"¹⁹.

Não é por ser sábio que Salazar deixa de ser hipócrita, mas é por ser sábio que sabe o que faz. Assim como sabem o que fazem os seus apoiantes e os beneficiários da sua política: sabem que fazem o mal e sabem também como manter e beneficiar do Poder instituído.

Jorge Ramos do Ó, em *O Lugar de Salazar* (obra cujo título inspira o título do presente ensaio, apesar da manifesta diferença de caminhos percorridos), sustenta que Salazar era apenas um elo (embora o elo mais forte) de uma enorme cadeia²⁰. Os factos sustentam esta teoria. Na autoconstrução que faz do Poder do Estado, ou seja, do seu próprio Poder, Salazar utiliza inteligentemente o poder da palavra. Ele, que se esconde atrás do mito do homem exemplar, usa a palavra com consequências. Como sabemos, etimologicamente, exemplo (em latim, *exemplum*) é o que é transitivo, ou seja, o que tem consequências. Um verbo transitivo é, por sua vez, um verbo que exige complemento direto, ou seja, uma ação concreta. Por isso é conveniente que se use agora o presente do indicativo, e não o pretérito perfeito, para falar de Salazar, no contexto da consolidação da ideia republicana em Portugal, porque, como exemplo que é, Salazar constitui o que na teoria política se chama "fórmula". A fórmula política é o mecanismo político-institucional que funciona, que normalmente se confunde com as pessoas que exercem o Poder. A fórmula que Salazar gizou, em torno da Constituição de 1933, que instituiu o Estado Novo, é tão forte que, num diferente quadro constitucional, influencia a fórmula política portuguesa contemporânea. Refiro-me à fórmula instituída pelo Primeiro-Ministro Amílcar Cavaco Silva, através da sua prática política entre 1985 e 1995, no quadro da Constituição de 1976²¹. Esta fórmula política

penso nesse instante em que ficaste exposta / Estavas grávida porém não recuaste / Porque a tua lição é esta: fazer frente".

¹⁹ Sophia de Mello Breyner Andresen, *Livro Sexto*, ob. cit.; "As Pessoas Sensíveis", p. 64.

²⁰ Jorge Ramos do Ó, *O Lugar de Salazar - Estudo e antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 49.

²¹ Sobre este tema, vide João Caetano, "A política segundo Cavaco", *Expresso* (edição de 20 de agosto de 2005).

foi prosseguida, depois de Cavaco Silva, por todos os primeiros-ministros fortes, e é a fórmula política à qual Adriano Moreira chamou presidencialismo do primeiro-ministro.

Mas em Salazar a realidade é mais densa do que parece à primeira vista, ou até do que consente a democracia: ele mesmo corporiza o Poder e o regime. Sendo formalmente o segundo do regime, pois depende politicamente do Presidente da República, que o pode demitir²², é materialmente o primeiro. Salazar desloca-se todos os domingos, de acordo com a praxe instituída, à residência oficial do Presidente da República, em Belém, para a reunião semanal entre ambos, mas é precisamente aí que, num tímido ato de força, diz ao presidente Craveiro Lopes que ele não conta com o apoio da União Nacional (dirigida à distância pelo próprio Salazar) para ser re-eleito; haverá também de repetidamente deixar Américo Thomaz irritado, por ele supostamente não ouvir as suas sugestões, mas sem que aquele no entanto tenha força para o contrariar.

Escreveu Jorge Ramos do Ó, na obra referida: "Quando sai do escondido palácio, para que possa ser visto [...], profere um discurso. Demonstrando o cuidado extremo que põe na sua relação com a corte de altos funcionários, a partir desse instante a ideia de isolamento manter-se-á válida, mas somente para os restantes súbditos. [...] Os seus famosos textos, lidos sem o mínimo gesto de tribuno, com uma voz trémula e sempre colocada na mesma altura, destinam-se exclusivamente ao restrito grupo dos dirigentes políticos, ainda que atinjam e pretendam chegar junto de auditórios cada vez mais vastos (a imprensa publica-os sempre, recorre-se ainda à rádio e depois à televisão). Só o seu "escol" pode descodificar o que diz – se a multidão está presente, o que acontece raras vezes, aplaude, mas não entende as mágicas palavras do político doutor"²³.

Salazar proclama o fim da violência e da força; não o seu fim genérico, uma vez que acredita na lei e no Estado, mas o seu fim concreto. Talvez tenha lido Carl Schmitt, o grande teórico do Poder alemão, sem no entanto se deixar impressionar²⁴. Salazar faz as coisas sempre à sua maneira²⁵. Amansando o

²² Lembremo-nos da célebre afirmação de Humberto Delgado "Obviamente, demito-o!", proferida durante a campanha eleitoral das eleições presidenciais de 1958, quando um jornalista lhe perguntou qual seria a sua relação com Salazar no caso de vir a ser eleito presidente da República.

²³ Jorge Ramos do Ó, *ob. cit.*, p. 49.

²⁴ Cf. Alexandre Franco de Sá, *O Poder pelo Poder. Ficção e Ordem no combate de Carl Schmitt em torno do Poder*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2009, p. 499.

²⁵ Neste sentido, Franco Nogueira, *Salazar*, vol. II, *Os Tempos Áureos (1928-1936)*, Coimbra, Atlântida Editora, 1977, pp. 375-376; Salazar "é o homem que não provoca, não foge, não transige"; "São as características essenciais de Salazar que explicam o seu

povo. O povo que ele mesmo verifica que é "de brandos costumes"²⁶, ou seja, pouco dado a fazer mais do que o que lhe é imposto.

Num discurso intitulado "Caminho do Futuro", pronunciado na sede da União Nacional em 1 de julho de 1958, Salazar foi muito claro, à semelhança de todos os grandes políticos: "Alguns agitadores têm procurado arrastar operários industriais e trabalhadores do campo para greves de protesto político. As eleições acabaram e a greve é entre nós um crime. Nós não podemos permitir que por tal forma se tente eternizar um processo findo, e mesmo com o coração a sangrar por causa das consequências que daí advêm para pessoas geralmente desprovidas de bens, somos obrigados a enfrentar esses acontecimentos com a maior dureza. Parece-nos absolutamente essencial que o trabalhador viva na salutar convicção de que só a ordem lhe pode assegurar trabalho e que dessa convicção tire a força de ânimo – *outra não é preciso* – para resistir às imposições escravizadoras dos condutores duma agitação social que julgamos sem esperança e sem futuro" (itálico acrescentado)²⁷. Não precisa Salazar de dizer-se, ao contrário do sugerido por Carl Schmitt aos nazis, num plano superior ao plano normativo da lei²⁸. Só uma grande ponte tomou o seu

triumfo sobre os adversários. *Consentâneo com o seu temperamento, mantém-se fiel ao seu princípio, e é inesgotável a sua capacidade de intransigência: jogar sempre tudo numa carta única: arriscar tudo de uma só vez: e apenas lhe interessa a derrota total ou o sucesso total. Por isso jamais transige, ainda que sob risco de destruição: não cede, não negocia: está nos seus próprios termos ou não está de todo* (destacado no original); e ainda Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 4.^a edição, reimp., Lisboa, Verbo, 2006, p. 314: "Não se precipitava nas suas decisões, era reflexivo e cauteloso, dava mesmo às vezes a impressão de irresoluto. Tudo porque queria caminhar pelo seguro. Possuía a consciência da gravidade da situação, conhecia bem a multiplicidade e a dificuldade dos obstáculos a evitar ou a transpor".

²⁶ Não subscrevemos porém a tese, defendida por José António Saraiva, de que Salazar tornou "Portugal um país de brandos costumes". Cf. José António Saraiva, *Tabu – Sol* (integrada na edição de 1 de outubro de 2010). Efectivamente, em meados da passada década de 60, Salazar dizia que os portugueses não tinham "sentido crítico", nem "autonomia mental", nem "tenacidade", e que as elites, apesar da sua educação, não tinham capacidade para agir politicamente. Cf. Franco Nogueira, *Salazar*, vol. VI, *Ultimo Combate (1964-1970)*, Lisboa, Civilização Editora, 1985, pp. 242-243. Esta tese parece corroborar a tese de José António Saraiva (não terá sido a falta de sentido crítico que fez dos portugueses pessoas moderadas, não violentas?); mas não: o que ela mostra é que os portugueses continuaram a sofrer, durante a governação de Salazar, de uma incapacidade antiga de pensarem pela sua própria cabeça e de, apesar da sua manha, não se deixarem dominar.

²⁷ António de Oliveira Salazar, *Discursos* (vol. I); "Caminho do Futuro", discurso proferido na sede da União Nacional em 1 de julho de 1958, pp. 485-510, reproduzido, em anexo, por Jorge Ramos do Ó, *ob. cit.*, pp. 235 e ss., *max. p.* 250.

²⁸ Cf. Alexandre Franco de Sá, *ob. cit.*, p. 498.

nome em vida²⁹, mas, *et pour cause*, por pouco tempo. A sua autoridade baseia-se sempre num cuidadoso uso retórico, que verdadeiramente institui o regime. Salazar, mais inteligente do que os outros que o acompanham, sabe isso. Até que a morte os separou.

Que tem isto que ver com a República, como forma de Estado? Que tem isto que ver com a instauração da República em Portugal em 1910? Que tem isto que ver com a celebração do centenário da implantação da República?

Sem conhecer Salazar, não se pode entender a República portuguesa, porque a sua ação política mostra que existe uma linha de continuidade histórica que vem ininterruptamente desde o séc. XIX até hoje. Por esta razão é um erro metodológico excluir o Estado Novo da história republicana em Portugal. A intervenção de Salazar ilumina o nosso conhecimento das causas dos atavismos atuais, que persistem há muito tempo mas que só num regime democrático se podem verdadeiramente ultrapassar. Não se trata de voltar atrás mas de perceber quem fomos e somos, ao longo destes cem anos, e quem poderemos ser no futuro.

A prova de que existe uma linha de continuidade nesse período histórico reside, paradoxalmente, na rejeição feita por muitos autores do Estado Novo como a II República portuguesa. Para estes autores, a II República iniciou-se em 25 de abril de 1974, uma vez que o Estado Novo suspendeu muitos direitos fundamentais que são entendidos como elemento constitutivo da própria ideia de República e Democracia.

Essa rejeição, mais do que científica, é ideológica, e é rebatível em vários planos. No plano histórico-político é um facto que Salazar não quis restaurar a Monarquia, apesar de ter tido várias oportunidades para o fazer, tendo sido

²⁹ Falamos da *Ponte Oliveira Salazar*, inaugurada em 6 de agosto de 1966, que após a Revolução política de 1974 se passou a chamar *Ponte 25 de abril*. É curioso notar que o nome oficial da ponte era *Ponte sobre o Tejo* -, que, ironicamente, é utilizado hoje por muitos portugueses. Salazar tinha consciência da importância da obra como símbolo do regime e de que era incomparável a qualquer outra, mas não só era contrário como ficou surpreendido com a atribuição do seu nome. Nas suas palavras, foi "Tele-mosia do Presidente [Américo Thomaz] e do Ministro [Arantes e Oliveira, Ministro das Obras Públicas]", acrescentando que era um erro. Explicou aos que lhe estavam próximos: "Acreditam: os nomes de políticos só devem ser dados a monumentos e obras públicas cem ou duzentos anos depois da sua morte". E rematou: "O meu nome ainda há de ser retirado da ponte, e, por causa do que agora se fez, os senhores vão ter problemas". Quando, a título privado, acompanhado por Arantes e Oliveira, faz uma visita prévia à ponte e verifica que o seu nome está escrito em letras de bronze, pergunta ao ministro: "as letras estão fundidas no bronze ou simplesmente aparafusadas?" Com este retorquido "porquê?", Salazar respondeu: "É que se estão fundidas no bloco de bronze vão dar depois muito mais trabalho a arrancar". Cf. Franco Nogueira, *Salazar*, vol. VI, *ob. cit.*, pp. 200 e ss.

inclusive pressionado por amigos próximos, como Mário de Figueiredo e Cancellaria de Abreu, sobretudo em 1951, aquando da morte do Presidente Carmona. Apesar de poder ter tido um sentimento monárquico e de ter mantido boas relações com a família real, que aliás nutria, através de D. Manuel II e da rainha D. Amélia, profunda admiração por Salazar, este objetivamente preferiu a República à Monarquia. Etribam-nos também no argumento de caráter jurídico formal de que o Estado Novo se fundava numa Constituição (a Constituição de 1933) que estabelecia como forma de Estado a República e como símbolos nacionais os símbolos escolhidos pelos fautores da I República. Mas o nosso principal argumento é outro, e é de caráter político-filosófico: após a perda do Brasil, em 1822, Portugal tornou-se um país de segunda linha no contexto europeu e mundial, sem capacidade nem força anímica para alterar este estado de coisas. África, por exemplo, nunca foi suficientemente explorada, por incapacidade de todos os governos ao longo do século XIX, não tendo, por essa razão, o ultimato de 1890 surpreendido os espíritos lúcidos. A defesa da Pátria e das colónias foi uma bandeira importante dos republicanos, afirmada tanto antes como depois da instauração da República, mas a verdade é que, apesar das suas boas intenções, pouco fez o regime em prol do seu desenvolvimento.

Salazar é o herdeiro natural da I República, que, aliás, numa segunda fase, a partir de 1922, se abre paulatinamente aos valores cristãos e nacionalistas, de que é eloquente exemplo a defesa, por Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoas (este assumidamente agnóstico) e Raúl Brandão da proposta de Leonardo Coimbra (ainda antes da sua conversão ao catolicismo) do ensino da religião nas escolas, inclusive nas escolas do Estado. Nesta matéria, Guerra Junqueiro e Raúl Brandão, reconhecidos republicanos, foram apodícticos.

Voltemos ao presente do indicativo.

Salazar prepara-se para estar no lugar certo, no momento certo, para construir uma fórmula política eficaz e duradoura. Esta fórmula assume diferentes nomes: Estado Novo, Estado Corporativo, Nação; mas ela é, sobretudo, a extraordinária capacidade de Salazar para ser "o homem das pequenas coisas e dos grandes problemas", e, assim, constituir aos olhos dos portugueses, incluindo dos republicanos, a solução para o caos em que se transformara a I República³⁰. Esta é a sua circunstância. Salazar está primeiro com o seu corpo e só depois com a sua alma. Ele não é um mago das palavras, nem um criativo, mas, ao invés, um político pragmático responsável pelo "emocionante caso português", que ele mesmo descreve nestes termos: "Saboreio a expres-

³⁰ Foi assim até ao fim da sua vida política. Neste sentido, cf. Franco Nogueira, *Salazar*, vol. VI, *ob. cit.*, p. 239.

so que salta da pena de não sei quem ao examinar o contraste vivo da nossa desordem de ontem e do nosso viver de hoje: primeiro, agitação permanente, mudanças rápidas de cena política, desordem nas ruas e nos espíritos, anarquia e insuficiência dos serviços, falta de segurança das pessoas e dos bens, descrédito, ruína da economia, atraso geral, muitas revoluções, nenhuma revolução; depois a Ditadura, que estabelece a paz, assegura firmemente a ordem, saneia a atmosfera moral, cerca de dignidade a ação política, eleva a moralidade pública, firma o crédito do Estado, desperta a consciência nacional, desenvolve a economia, faz subir o nível de vida das populações rurais, proporciona o trabalho, organiza em obediência ao interesse comum os diferentes interesses materiais e morais da Nação, cobre-se de prestígio no mundo. (...) / *O emocionante caso português* é no entanto redutível, pelo que toca aos princípios fecundos da transformação operada, a bem poucos elementos fundamentais: na base, a segurança e a ordem pública a cargo do Exército e da demais força armada; a vida administrativa dominada pelos princípios de *concentração e continuidade*; no cimo, uma direção política dotada de *estabilidade e independência*. Eis tudo" (italico no original)³¹.

Salazar é, de facto, chamado "mago das finanças", epíteto que se estriba no seu conhecimento de finanças, mas não é um "mergulhador do pensamento", para utilizar a expressão de Gilles Deleuze, a comentar o *Moby Dick* de Melville³². Franco Nogueira, que privou de perto com Salazar, confirma a tese de que Salazar não era um homem de pensamento mas sim de ação, ou de pensamento prático. É esclarecedora a forma como este autor descreve o processo mental e político utilizado por Salazar para resolver o problema persistente das finanças públicas³³.

Na base do seu prestígio está o seu Poder, e, neste ponto, está paradoxalmente a sua semelhança e a sua diferença com os políticos da I República. É a continuidade.

A instauração e a manutenção da República como forma de Estado em Portugal, no século XX, fundam-se mais em razões táticas (de acesso ao poder ou de manutenção do poder) do que estratégicas (uma radical mudança de

³¹ António de Oliveira Salazar, *Discursos* (vol. I); "A Constituição das Câmaras na Evolução da Política Portuguesa", discurso radiodifundido da União Nacional, em 9 de dezembro de 1934, pp. 371-385, reproduzido, em anexo, por Jorge Ramos do Ó, *op. cit.*, pp. 211 e ss., max. pp. 212-213.

³² Laurie Robertson-Lorant, *Melville: A Biography*, New York, Clarkson Potter, 1996; vide, também, o comentário de David Kirby, "The Thought-Diver", *New York Times*, edição de 14 de julho de 1996.

³³ Franco Nogueira, *Salazar*, vol. II, *ob. cit.*, pp. 18 e ss.

rumo). Esta é a semelhança entre o Estado Novo (II República) e a I República. Quem fez a I República tinha larga experiência política do tempo da Monarquia Constitucional, e bebia os mesmos valores que outros que, poucos anos antes, se consideravam monárquicos. É o caso, por exemplo, de Oliveira Martins. Por outro lado, o Estado Novo conta, desde o início, com o apoio de ilustres republicanos, que tinham exercido funções políticas de relevo durante a I República, como foi o caso de Óscar de Frago Carmona, primeiro Presidente da República do Estado Novo, em sucessivos mandatos, até à sua morte. Mas existe uma diferença, e muito significativa, entre a I República e o Estado Novo, que explica o sucesso relativo de uma e de outro — é a diferença relatada por Franco Nogueira, no referido episódio do equilíbrio das finanças públicas em Portugal tal como ela tomou forma com Salazar. Este episódio é, além do mais, ilustrativo da relativização feita por Salazar da questão do regime, bem como do respeito que ele tinha pelo patriotismo dos políticos que o antecederam, quer no período da Monarquia Constitucional, quer na I República.

Conta Franco Nogueira que Salazar, depois de ter assumido a pasta das Finanças e de ter aplicado as regras financeiras então comumente aceites — de, basicamente, ter aumentado receitas, reduzido despesas e reorganizado os serviços do Estado, o que lhe permitira equilibrar o orçamento para 1928-1929 —, não estava convencido da bondade dos progressos alcançados. Em face disso, procura perceber a situação no seu conjunto, por forma a estudar "uma reestruturação fundamental, sólida e duradoura". Para esse efeito, revê os seus conhecimentos e debruça-se sobre o que, em circunstâncias paralelas, haviam tentado fazer os homens do passado; e analisa experiências e medidas ensaiadas ao longo de cinquenta anos pelos responsáveis pelas finanças, "desde Mariano de Carvalho a Dias Ferreira, de Augusto Fuschini a João Franco, de Oliveira Martins a Barros Gomes, de Hintze Ribeiro a Ressano Garcia, a Schroeter e Espregueira, de Afonso Costa e Barros Queiroz a Cunha Leal a Marques Guedes". No final do seu exercício, Salazar considera que foram ou são todos eles homens eminentes, e não duvida do seu patriotismo nem da sua inteligência. Mas por que falharam? — pergunta. Todos insistiram e se empenharam no mesmo rumo, com as mesmas medidas, e nem ele mesmo era exceção. Todos fizeram o mesmo, com pequenas alterações: aumentaram as receitas; restringiram as despesas; estabilizaram a moeda e os preços; fomentaram a economia e procuraram aumentar a produtividade; procuraram melhorar o rendimento dos serviços; impuseram sacrifícios; em suma, procuraram equilibrar o orçamento do Estado. Todos praticaram estas medidas simples, tão simples que, segundo Salazar, as praticavam as "donas de casa".

Salazar investiga exaustivamente a questão, chegando, segundo Franco Nogueira, a "uma conclusão que tem por iniludível": as causas das dificuldades financeiras de Portugal estão nas instituições. Não se trata apenas de uma questão de regime: porque o desastre fora idêntico sob a Monarquia e sob a República. Segundo Salazar, está-se perante um problema mais profundo, que radica no conteúdo, na orgânica e na estrutura do Estado, que impedem finanças sãs. Pensa Salazar que há que ter uma política financeira e administrativa para equilibrar o orçamento; mas, para que os resultados sejam duradouros, é necessário empreender "uma política nacional nova"³⁴. A desvalorização do regime é-lhe muito benéfica, porque, por um lado, lhe permite contemporizar com os monárquicos, e, por outro lado, lhe permite lembrar os insucessos da I República. É a forma que habilmente usa para consolidar o seu Poder.

É próprio de quem aponta para o futuro exercer o Poder de modo tendencialmente ilimitado. Foi o que se passou, por períodos curtos de tempo, com alguns políticos durante a I República e, por maioria de razão, foi o que se passou com Salazar, por quatro décadas. É isso que faz (retomando o argumento de Sophia de Mello Breyner) que o Poder seja mau, quer porque, salvo para os santos, é mais difícil obedecer do que mandar, quer porque, ao mandar, se desagrada sempre a alguém. Se num regime muito pouco democrático, como foi a I República, o poder concentrava-se na mão de poucos, num regime autoritário, como foi o de Salazar, o poder estava fundamentalmente na sua própria mão. Assim como Franco decidiu, nas condições por ele próprio definidas, o levantamento da suspensão da Monarquia em Espanha, assim também Salazar optou, segundo as suas próprias condições, pela manutenção da República em Portugal.

Nas descrições quer de Marcello Caetano quer de Franco Nogueira, é interessante notar os jogos de insinuação de Salazar, que estão de acordo com a sua fina, e famosa, afirmação retórica segundo a qual se os portugueses soubessem quanto custa mandar, prefeririam sempre obedecer. Para ele não foi fácil mandar, no sentido de que as tensões com a oposição e no seio do próprio regime, nomeadamente com o Presidente Carmona, em determinado período, exigiram sempre grande capacidade política da sua parte. Mas a verdade é que efetivamente mandou e se fez obedecer. A confirmar esta tese, eis um breve trecho retirado da obra *Minhas Memórias de Salazar*, de Marcello Caetano: "Agora, naquele 18 de abril [dia da morte do Presidente Óscar Carmona] em que lhe era posto o problema de substituir na Chefia do Estado o General que ali chegara levado pela Revolução, como iria Salazar reagir? / A discussão na sede da

³⁴ Franco Nogueira, *Salazar*, vol. II, *ob. cit.*, pp. 18-19.

União Nacional não conduziu a nada [...] Na Assembleia Nacional reinava a perplexidade: que fazer? Tudo dependeria da palavra de Salazar"³⁵. Na Assembleia Nacional, a quem cabia marcar as eleições presidenciais, os deputados de tendência monárquica manobram no sentido de, caso fosse impossível mudar de imediato a forma do regime, se criar uma situação transitória que não impedisse a mudança a curto prazo. A solução avançada consistia na união, por tempo indeterminado ou ao menos por uns meses, das funções de Presidente da República com as de Presidente do Conselho. Era a forma de, segundo Marcello Caetano, Salazar ficar "com as mãos livres". Mário de Figueiredo, muito próximo de Salazar, fez com que a Assembleia Nacional adiasse a marcação da eleição presidencial por dois meses. Durante esse tempo Salazar foi sujeito a fortes pressões para restaurar a Monarquia. Habilmente, para não perder o apoio dos monárquicos, foi-lhes dizendo o que antes já dissera num célebre discurso³⁶: "que não era oportuno restaurar naquele momento a Monarquia, mas [que] fossem preparando o terreno, doutrinando, ganhando posições", por forma a que ela aparecesse, "dentro em breve, como solução nacional, coroamento natural e necessário da estrutura política do País"³⁷. Certo é que Salazar, no que interessa para este caso, através de uma nota oficiosa com data de 5 de junho de 1951, não consentiu que a Assembleia Nacional fizesse outra interpretação³⁸. Constituição que não a de que era obrigatório marcar a eleição presidencial.

Salazar tem uma perspetiva política realista, pessimista, segundo a qual o homem é mau, e que é apenas com muito esforço e apoiando-se numa autoridade forte que a comunidade nacional, na qual o homem se integra, pode produzir frutos. É de admitir que Salazar também acreditasse que o Poder é mau, no sentido de que é errado pensar a paz sempre possível entre os homens³⁹.

Ora se o Poder é mau, e marca indelevelmente a humanidade, não é, segundo Sophia, a quem retornamos, o fim desta. Na obra desta autora, a Justiça e a Verdade (também com maiúsculas) não são um ponto de chegada mas uma busca permanente de quem combate a injustiça e a mentira detetadas nos

³⁵ Marcello Caetano, *ob. cit.*, p. 533.

³⁶ Referimo-nos ao discurso de Salazar proferido em 20 de outubro de 1949 sobre "questões de política interna" (constante nos *Discursos*, vol. IV, p. 425), referido por Marcello Caetano, *ob. cit.*, p. 497.

³⁷ Cf. Marcello Caetano, *ob. cit.*, p. 540.

³⁸ Cf. Marcello Caetano, *ob. cit.*, p. 541.

³⁹ Cf. António de Oliveira Salazar, *Discursos* (vol. VI); "Erros e Fracassos da Era Política", discurso proferido na posse da Comissão Executiva da União Nacional, em 18 de fevereiro de 1965, pp. 351-378, reproduzido, em anexo, por Jorge Ramos do O, *ob. cit.*, pp. 253 e ss., *max. pp.* 257 e ss. (ponto II).

comportamentos humanos e, em particular, nos comportamentos políticos⁴⁰. Esta autora faz a defesa da permanência de um quadro de valores (imorredor no coração humano, que vem pelo menos dos heróicos tempos gregos), que assim se afirma como condição para garantir a paz social. Mas sem ilusões.

Nas palavras de Helena Conceição Langrouva, “a procura de Justiça (na obra de Sophia de Mello Breyner) é um combate permanente para quem ousa enfrentar as forças destrutivas instaladas no interior do homem, na sociedade e no poder. A positividade de Sophia manifesta-se no incentivo de lutar sem violência, com força interior, traduzida em atos, para intervir na vida do seu país”⁴¹.

No poema “Esta gente...”, Sophia identifica os símbolos do mal, ao mesmo tempo que se manifesta pronta para lutar em prol da Justiça: “Faz renascer meu gosto / de luta e de combate / Contra o abutre e a cobra / O porco e o milhafre / E em frente desta gente... / Meu canto se renova / e recomeço a busca / dum país liberto / Duma vida limpa / e dum tempo justo”⁴².

Sophia foi sócia fundadora da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos e manteve uma constante intervenção cívica, antes e depois de 25 de abril de 1974, que coincidiu (não culminou) com o exercício do lugar de Deputada (para ela fastidioso) à Assembleia Constituinte pelo Partido Socialista. Os deputados sentiram como se fora uma aspiração do Povo construir uma Nova República e estavam a fazer uma Constituição nova, mas Sophia suspeitou sempre da natureza efémera das aspirações humanas. Mais do que o novo interessava-lhe o real, mesmo que captado pelo ténue fio de leitura da poesia. Ela “vive e canta no mau tempo”, combate mais aventureiro e amoroso, do que jurídico, ou político-jurídico, dominado pelas notas da força e da segurança: “não busca a rocha o cabo o cais / Mas faz da insegurança sua força / E do risco de morrer seu alimento”⁴³. E ainda: “voa firme e certa como bala”⁴⁴. Sophia é a abelha que morre deixando o seu ferrão. Ela é a abelha que liga, que ata, mas que, por isso, é passado. O futuro é o que deve ser, não é o que é.

Voltamos à figura do Abutre, referida por Sophia de Mello Breyner mas não só. O Abutre é também uma personagem recorrente na ficção do Homem Aranha. Na saga Amazing Spider-Man 2, de 1963⁴⁵, aparece um Abutre com

poderosas asas artificiais que lhe permitem voar graças a um aparelho estrategicamente colocado nas suas costas e que cria um campo elétrico. As malvadezes da personagem são interrompidas pela intervenção do Homem Aranha, que, numa difícil luta com o Abutre, destrói o aparelho. O Abutre original (a personagem Adrian Toomes) é muito mais sábio do que o Abutre jovem (Drako, seu colega de cela) a quem (pensamos que deliberadamente) contou a sua invenção na prisão. Surgiu assim um segundo Abutre. Os dois acabaram por se defrontar, e o Abutre original, apesar de ser velho, venceu, porque era muito mais capaz do que o seu adversário mais jovem.

Numa outra história da mesma saga, realizada na passada década de setenta, um inventor (o Dr. Clifton Shallop) descobriu a forma de se tornar um Abutre humano⁴⁶. Surgiu assim o terceiro Abutre, que cometeu vários assassinatos, dando no entanto a entender que o culpado era o velho Toomes. Foi o Homem Aranha que pôs termo às arbitrariedades do terceiro Abutre.

O Abutre continua a existir nas histórias do Homem Aranha mas como personagem menor, não aparecendo nem tantas vezes nem com tanta intensidade como outras personagens (por exemplo, o Dr. Octopus, o Duende Verde ou Venom). Ainda assim é de salientar que, nas suas últimas atuações criminosas, o Abutre sequestrou jovens com o objetivo de roubar a sua juventude.

Quase que poderíamos dizer que é esta também a história de Salazar, ou eventualmente de Salazar e Marcello Caetano, em que este aparece como o sucessor que, por falta de sabedoria, não resiste no exercício do poder⁴⁷.

Só com ironia se pode dizer que, pelo menos, valeu a pena tentar, como uma vez disse Hercule Poirot, depois de, com pura dedução, ter resolvido mais um caso policial, mas sem ser capaz de fazer desaparecer um papagaio que afanosamente repetia o que ele dizia. Magia é magia, e não se confunde com a realidade.

A República percorre três séculos da História de Portugal, e é com o signo da realidade que acabamos. Só por ilusão se pode pensar que a República se reduz ao dia 5 de outubro de 1910 ou à I República. Esses são momentos marcantes, mas apenas momentos de um longo processo que está em curso e que no tempo presente nos leva a que nos interroguemos, como os republicanos de finais do século XIX diante do ultimato britânico: que futuro para Portugal?

Novas ameaças, com novas exigências de respostas satisfatórias, são postas hoje a Portugal, sobretudo em matéria financeira e relacionadas com a

⁴⁶ Gerry Conway, *The Amazing Spider-Man. The Dark Wings of Death*, Marvel Comics, 1973.

⁴⁷ Relacionado com este tema, vide Joana Reis, *A Transição Impossível. A ruptura de Francisco Sá Carneiro com Marcello Caetano*, Lisboa, Casa das Letras, 2010.

capacidade de afirmação externa do Estado, fazendo lembrar o ultimato britânico de 1890. A República foi uma tentativa de resposta e ela mesma deu muitas e variadas respostas ao problema. Mas a questão mantém-se: que futuro para Portugal?

Este trabalho partiu da História e das histórias que na República e da República se contam, mas procurou, num exercício predominantemente de filosofia e teoria política, perguntar pela finalidade da República como regime. E nesse esforço detetámos, ainda que não exaustivamente, modelos de intervenção política. O nosso fito foi sempre a realidade. A realidade que não podemos julgar, mas apenas conhecer, sem triunfalismo ou exclusivismo.

Abeiramo-nos assim humildemente do futuro, pelo menos com uma indicação segura: se não é possível ao Estado e à sociedade decretar a felicidade, podem menos inspirar o talento, e esse é grande desafio para o futuro.

Bibliografia

- ALAIN, *Les passions et la sagesse*, Paris, Éditions Gallimard, 1960.
- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, *Geografia*, Lisboa, Caminho, 2004; "Proclária", p. 17.
- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, *Dual*, Lisboa, Caminho, 2004; "Catarina Eufémia", p. 74.
- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, *Livro Sexto*, 8.ª edição, revista, Lisboa, Caminho, 2006; "A Veste dos Fariseus", pp. 62-63; "As Pessoas Sensíveis", p. 64; "O Velho Abutre", p. 68.
- ARAÚJO, Fernando, *O Ensino da Economia Política nas Faculdades de Direito (E algumas reflexões sobre a pedagogia universitária)*, Coimbra, Almedina, 2001.
- CAETANO, João, "A política segundo Cavaco", *Expresso* (edição de 20 de agosto de 2005).
- CAETANO, Marcello, *Minhas Memórias de Salazar*, 4.ª edição, reimp., Lisboa, Verbo, 2006.
- CARRILHO, Manuel Maria, *E agora? Por uma Nova República*, Lisboa, Sextante Editora, 2010.
- CONWAY, Gerry, *The Amazing Spider-Man. The Dark Wings of Death*, Marvel Comics, 1973.
- FERREIRA, José Dias, *Noções Fundamentais de Philosophia do Direito*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867.

KIRBY, David, "The Thought-Diver", *New York Times*, edição de 14 de julho de 1996.

LANGROUPA, Helena Conceição, "Sophia de Mello Breyner: Uma Leitura de Grades", *Brotéria/Cultura e Informação*, 114 (2), 1982.

LEE, Stan e DITKO, Steve, *The Amazing Spider-Man*, Marvel Comics, 1963.

NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, vol. I, *A Mocidade e os Princípios (1889-1928)*, Coimbra, Atlântida Editora, 1977.

NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, vol. II, *Os Tempos Aureos (1928-1936)*, Coimbra, Atlântida Editora, 1977.

NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, vol. VI, *O Último Combate (1964-1970)*, Lisboa, Civilização Editora, 1985.

Ó, Jorge Ramos do, *O Lugar de Salazar – Estudo e antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

QUEIRÓS, Eça de, *Cartas de Inglaterra* (carta de 19 de setembro de 1880) in Carlos Reis (coord.) e Elza Miné e Neuma Cavalcante (ed.), *Textos de Imprensa*, IV (da *Gazeta de Notícias*), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

QUEIRÓS, Eça de, *Tema para versos* (carta de 2 de abril de 1893), in Carlos Reis (coord.) e Elza Miné e Neuma Cavalcante (ed.), *ob. cit.*, p. 295.

REIS, Joana, *A Transição Impossível. A ruptura de Francisco Sá Carneiro com Marcello Caetano*, Lisboa, Casa das Letras, 2010.

CORREIO DA MANHÃ, *República: Mais de 38% dos portugueses não sabe que centário se celebra* (<http://www.cmjournal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/politica/república-mais-de-38-dos-portugueses-nao-sabe-que-centenario-se-celebra>).

ROBERTSON-LORANT, Laurie, *Melville: A Biography*, New York, Clarkson Potter, 1996.

SÁ, Alexandre Franco de, *O Poder pelo Poder. Ficção e Ordem no combate de Carl Schmitt em torno do Poder*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2009.

SARAIVA, José António, *Tabu – Sol* (integrada na edição de 1 de outubro de 2010).

1890-1910: A eficácia republicana
e o Ultimatum – aparentes sucessos e fracassos

João Maurício Barreiro Bráz

CLEPUL

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

A verdade é que na sociedade portuguesa a noção da sua personalidade colectiva, o sentimento de vida nacional, o sentimento de pátria se quiserem, não existe sobrepondo-se a todos os outros sentimentos de interesse individual. Existe apenas o sentimento intolérante de seita, existe apenas o interesse da quadrilha, mascarados por um messianismo avariado, de ínfima qualidade.

Manuel Laranjeira, *O pessimismo Nacional*

São fecundas as épocas em que se consuma a decadência de um modelo dominante e assiste ao seu estertor final e um outro se manifesta em toda a sua ingenuidade e exágero, sem o pudor das ficções e tumultos que acarretam. São épocas em que as ideias adquirem um suplemento de força, ganham em vida o que perdem em abstracção e adquirem forma em exemplos concretos criando a sua mitologia, produzindo os seus infernos de salvação mas simultaneamente demonstrando como a história é o melhor antídoto da utopia. A concretização dos mitos tem uma função de realidade devastadora, porque revelam as suas impossibilidades.

António Reis apresenta-nos o carácter programático-idealista da concretização da República “um ideal e uma opção ética, misto de sonho com uma pátria renascida e instituições justas e livres e de revolta contra a corrupção, os escândalos, os privilégios e a decadência de uma monarquia atolada em conflitos internos e cada vez mais desprestigiada”¹, ora nada disso se concreti-

¹ António Reis, «Introdução», *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 7.

zou, o que releva mais de um problema antropológico, o tipo de sonhos que geramos e a capacidade de os realizar, que uma limitação ou impossibilidade política específica. A República radica na ideologia do progresso que faz responder à melhoria das condições políticas e materiais de todas as pessoas um avanço nas dimensões éticas e morais da acção. Esta religião cívica, positivista e racionalista identifica-se com o bem, a verdade e a moral. Guerra Junqueiro em 1903, recordando a revolta republicana no Porto de 31 de Janeiro de 1891 traça de modo claro essa afinidade: «Saúdo... os homens obscuros que em 31 de Janeiro se deixaram matar pelo Bem e pela Verdade, e lembro ao Partido Republicano o duplo dever, de acção e de união, constituindo uma nobre família moral, um baluarte de luz e de vida heróica. Não realizar esse dever é cometer um crime»².

Em 2010 as comemorações do centenário da implantação da República celebram principalmente uma ideia sobre a República, esta construção alimenta uma mitologia das origens da democracia republicana e laica que embora reconheça erros se quer benévola, edificante e redentora. Mais que uma narrativa politizada ou jornalística interessam os significados e o modo como se constroem e operam. Cumpre-se assim a importância de as sociedades se pensarem a elas próprios sob o risco de se tornarem patológicas. Esta é uma oportunidade para aprofundar o modo como a ideologia republicana se concretiza em Portugal, a especificidade desse movimento na sua expressão nacional, as suas fragilidades e forças.

Com o advento da República chega finalmente a Portugal o espírito das Luzes e a sua actualização positivista. As Luzes continentais são incompatíveis com Deus ou Rei como fundamentos de soberania. A revista republicana *Alma Nacional* de António José de Almeida, que tem o seu início em 1910 e terá apenas trinta e quatro números, arma de combate e propaganda é clara nos objectivos do mito republicano «Urge uma nova religião e um novo altar, um credo e uma fé republicana, um grande credo humanista que possa secularizar o cristianismo. Assim, o partido republicano tem de abalar o arcaboço da sociedade velha...destruir o regime, deitar abaixo a monarquia, o Portugal brigantino, afastar o entulho monárquico, o guano clerical, os quatro séculos de Jesuitismo»³. A influência e a autoridade do trono e do altar perdem definitivamente a sua função dogmática exclusiva de criar sentido e significado. O progresso é um artigo de fé para a humanidade, a República uma das suas interpretações inaugurais.

² Adelino Maltez, *Tradição e Revolução* (Vol. I), Lisboa, Editora Tribuna de História, 2004, p. 519.

³ Mária Vilela, *Alma Nacional, Revista Republicana 1910*, Porto, Civilização, 1997.

O historiador Frederic Harrinson definiu em 1889 o essencial dessa *nova era*, a fé no progresso humano substituíra as recompensas celestiais para cada indivíduo. O mundo da velha autoridade e tradição chegara de facto ao fim, não abruptamente, mas encontrando neste início de século as suas exéquias finais. Os fundamentos e os elementos de legitimação do poder transformam-se, não são apenas as ideias, mas a possibilidade da sua prática. Os horizontes de sentido e a estrutura mental nunca mais serão as mesmas, assiste-se a um sismo conceptual nas estruturas mentais do homem moderno. O Republicanismo é a expressão formal de um conjunto de expressões políticas absolutamente modernas, a sua legitimidade não radica em nenhuma esfera transcendente e inacessível a qualquer um, mas no primado da ideologia, na importância da propaganda na reconstrução dessa entidade abstracta que é o *povo* e no reconhecimento deste como fundamento da soberania. José Felix Henrique Nogueira, considerado por Teófilo Braga o patriarca do republicanismo, destacava esse princípio «o governo do Estado fosse feito pelo povo e para o povo, sob a forma nobre, filosófica e prestigiosa de República»⁴.

A novidade e o negativo são elementos fundamentais desse trabalho ideológico. A proposta edificante e exemplar de uma nova pátria, novo tempo, novo mundo, nova alma e novo homem, coincide com um trabalho de configuração das suas representações principais através da construção de uma mitologia negativa, operando de modo sistemático na formação de representações e percepções colectivas e individuais através de uma eficiente máquina de propaganda, com meios e objectivos inéditos. A capacidade de criar uma psicose colectiva como um novo sentido, tornar credível a construção de um inimigo, factor de decadência e degenerescência, que urge combater e erradicar, fabricar um processo permanente de demonização que permite distinguir o bem e o mal, a salvação da ruína são traços distintivos do movimento Republicano.

Associar um regime, um modo de viver e organizar a sociedade à decadência, causa do mal que se revela em todas as suas expressões sejam políticas, económicas, mentais e sociais depende de múltiplos factores. Todos eles estavam presentes neste período, desde uma crise financeira e económica à degradação política do sistema e das condições de vida, mas o factor principal foi a eficácia na construção do Outro como um negativo. A novidade deste negativo é que ele se forma através de uma adesão aparentemente livre por parte dos indivíduos e não através de qualquer coacção doutrinal ou ameaça física. A questão do *Ultimatum* é nesse domínio decisiva e exemplar. Esta eficácia de propagação ideológica não coincidiu no tempo com a capacidade

⁴ Vasco Pulido Valente, *O poder e o Povo*, 6.ª ed., Lisboa, Alêtheia Editores, 2010, p. 71.

de instaurar e consolidar um regime político estável. Um regime não acaba num dia e começa no outro, nem o homem novo ou a sociedade nova se impõe por decreto ou desejo, o novo Portugal não estava feito se é que alguma vez se fez.

A especificidade do Republicanismo Luso mistura sebastianismo e ciência, glórias passadas e racionalidade, unidas numa mesma ideologia e cunham essa dimensão bem Portuguesa na crença messiânica personificada numa pessoa, data ou momento que transformará todo o estado de coisas. Essa crença colide inevitavelmente com uma realidade que afinal não se confirma ou não é, e tudo continua na mesma ou se torna mesmo pior, alimentando esse estado psicológico colectivo que oscila entre a euforia e o mais fundo desânimo e apatia.

Os conceitos de decadência, salvação, crise, trauma, abismo são lugares fundamentais das grandes transformações e revoluções e estão bem presentes neste período. No caso Português constituem mesmo uma constante do discurso político e da sua operatividade sobre a psicologia colectiva da nação. Destaca-se na consciência nacional as noções de crise e trauma, operar sobre elas é garantir um envolvimento colectivo. Se o descontentamento, a descrença e o desentendimento são características permanentes do nosso modo de esperar, já construir a crise, identificar os responsáveis e prometer uma figura e ideia restauradora e salvadora da nação são elementos permanentes que o Republicanismo soube aparentemente operar mas não resolver. O momento de maior sucesso nesse processo encontra-se em 1890.

Decadência e trauma são notas ancestrais que movem o país por afirmação e oposição. O *Ultimatum* é utilizado com a função de trauma e serve como demonstração da decadência e da necessidade do acontecimento redentor. Associar esses elementos à construção/desconstrução da identidade, oferece um poder considerável, porque toca as notas do sentimento de pertença e a construção do que somos. A ameaça adquire proporções incontornáveis, incide sobre os conteúdos do imaginário que deixam a sua latência e irrompem em acções concretas. Reproduzir e aproveitar essa catarse foi a maior obra dos ideólogos da República.

A Monarquia era a responsável pela decadência política, militar e financeira do país, e mais grave, do próprio sentimento patriótico, demonstrado na subjugação à Inglaterra e na aceitação da humilhação infligida. O inimigo mais que algo exterior é algo que está dentro de nós.

A existir um problema português este radicará não em qualquer determinismo biológico ou genético mas no imaginário que temos sobre o que somos. Se importa explorar a importância que as representações e percepções

negativas têm nas construções humanas de sentido, estas em Portugal são principalmente auto-representação. O outro não é tanto o estranho, o diferente, o estrangeiro, o distante, mas o eu mesmo que se apresenta como problema maior no plano da relação e da construção do que sou e na introjeção do objecto bom e mau. O nós, vive-se principalmente como problema que é o negativo de nós mesmos. Esta laboriosa construção invade a realidade e substitui-a, tornando-se ela própria realidade mas sem perder o carácter de ficção. Operar sobre a dimensão simbólica dessas características significa conquistar e gerar uma aceitação e penetração mental decisiva. O que melhor funcionou no percurso até à implantação da República é precisamente essa acção altamente eficaz sobre os conteúdos principais do nosso inconsciente colectivo simultaneamente com a profundidade e simplicidade dos processos utilizados. Mas gerar essa adesão mental numa cidade e no povo urbano não é o mesmo que sedimentar um novo regime político, particularmente num país dominado por uma população rural e analfabeta. É nesse desfasamento e na auto-convicção do sucesso das suas crenças que os ideólogos republicanos fracassam. Agir sobre a mentalidade colectiva de modo estruturante não é apenas uma obra situada ou de anos ou poucas décadas.

Podemos dizer com alguma ironia que foi a realidade que funcionou mal. Muita opinião pública e publicada, inclusive até ao século XXI, verá na futura ditadura, uma das mais longas da Europa, um mal menor, uma opção inicialmente compreensiva perante o caos político, económico e social que se seguiu a 1910: «Quando acabou, a I República era execrada e desprezada pela maioria do país»⁵.

Contar a I República é narrar os seus tumultos, as lutas entre as suas facções, das mais moderadas às mais radicais e os conflitos internos de uma geração que as encarnou como o sentido de uma vida, «Os dezasseis anos do novo regime são assinalados por uma sucessão de actos revolucionários, sediciosos, pronunciamentos, golpes, intentonas, inventonas, efectivas ou potenciais, quando não inventadas, fabricadas ou organizadas pelos que os queriam reprimir antes de elas saírem do ovo. A I República fornece, com efeito, exemplos para quase todos os tipos de golpes insertos nos manuais, desde os que ocorrem sem efusão de sangue, aos que atingem o nível do morticínio. O único tipo que não se encontra é o de guerra civil, dado que os mais duradouros pouco se estendem para além de uma semana e são quase sempre localizados em determinadas zonas do país»⁶.

⁵ Vasco Pulido Valente, *op. cit.*, p. 16.

⁶ Adelino Maltez, *Tradição e Revolução* (Vol. II), Lisboa, Editora Tribuna de História, 2005, p. 176.

gos como Basílio Teles que propunha em 1910 uma ditadura revolucionária «... conforme Joel Serrão, a democracia com que sonhou só seria possível com um povo diferente do que existia: alfabetizado, educado, pronto a sacrificar-se em prol do comum e da Pátria»⁸ e as observações de João Chagas em 1909 «O povo não está feito. É fazê-lo. Não é ressuscitá-lo. Ele nunca existiu. Na realidade é dar-lhe nascimento e mostrá-lo à própria nação assombrada, como um homem novo e sem precedentes»⁹. Note-se que o *povo* é uma das fontes, se não a principal, de legitimidade deste modelo político, só que existia ainda apenas como abstracção, daí a oscilação entre *povo* e *canalha* não ser de difícil transição.

Se a partir de 1910 o regime muda formalmente é frequente o reconhecimento que se mantém o mesmo sistema político. Uma transformação mais profunda iniciara-se em 1834, a data formal é apenas o culminar de oito décadas de republicanização, Portugal para muita gente era *uma monarquia sem monárquicos* ou uma *República sem Rei*¹⁰, só desse modo se percebe como referia Abel Botelho¹¹ que uma instituição de séculos caía após trinta e seis horas de luta.

Vasco Pulido Valente¹² caracteriza este período mais como um estado de coisas que um regime. A República é o resultado de um conjunto de situações e interesses abrangentes que vêm no Rei, na Igreja e nos partidos monárquicos os principais obstáculos, ora um conjunto de ideais em voga misturados com a auto-percepção de abismo pátrio e a passividade e subserviência da maior parte da população não bastaram para tornar consistente no curto prazo esse projecto colectivo de emancipação à maneira iluminista. Era cedo ainda, Antero de Quental definia essa inconsistência «... repúblicas de facto, produzidas pela força das coisas, e aceites mais como uma resultante fatal dos interesses e dos partidos num certo momento, do que uma solução racional dada aos problemas políticos pela consciência dos povos e em plena inteligência e liberdade»¹³. Mas se os ideais, princípios e doutrinas deste movimento não se consolidaram imediatamente de modo efectivo e objectivo, o seu legado e os seus desafios a médio prazo são imparáveis. As cisões e novidades que instalaram no plano jurídico e mental e no próprio imaginário moldarão Portugal.

⁸ Adelino Matez, *op. cit.*, p. 167.

⁹ Adelino Matez, *op. cit.*, p. 173.

¹⁰ Rui Ramos, «Os três dias da revolução», *Visão*, n.º 334, Setembro de 2010, pp. 62-68.

¹¹ Abel Botelho, «O Exército e as Instituições», in *Revista Militar*, n.º 1, Lisboa, 1911. Citado por José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 40.

¹² A sua tese de doutoramento publicada em livro com o título «O Poder e o Povo».

¹³ Adelino Matez, *op. cit.*, (Vol. II), p. 172.

A própria data não foge à mistura entre a narrativa e a anedota. Um conjunto de peripécias parece sobrepor-se a uma revolução amadurecida. O chefe militar do movimento, Cândido dos Reis, suicida-se na véspera, o seu carácter depressivo não suportou a possibilidade de desaire. A mitologia da resistência na Rotunda reduzia-se nas palavras de Raul Brandão, a quinhentos revolucionários constituídos por populares esfarrapados, galegos e mulheres da feira de Agosto. Os oficiais revoltosos liderados por Sá Cardoso reúnem e decidem sair da Rotunda, mas Machado dos Santos, o herói da Rotunda, não desmobiliza porque não foi convocado para essa reunião e será decisivo nesta data. Teixeira dos Santos um dos vencidos relata a situação, «Justiça a quem se deve: Machado dos Santos ficou, salvando a revolução e depondo o Antigo Regime. Bastou-lhe ficar, para a guarnição de Lisboa aderir... Estava por assim dizer sitiado, sustentando a defesa contra os sitiantes. Não pôde deslocar-se, na situação de sitiado. Renderam-se... os sitiantes»⁷. Decisivo é também o Encarregado de Negócios da Alemanha que negociara com as partes em conflito retirar os seus compatriotas da zona de conflito, ao avançar de bandeira branca desencana a entre os combatentes vivas à república pois julgaram tratar-se de uma rendição.

No balanço da resistência determinante da Rotunda, Ramalho Ortúgo salienta que os quinhentos revoltosos, depois de feito o balanço do dia, verificavam que de todos já só restavam cinco mil, e mais tarde parecia que toda a população de Lisboa lá teria estado. O regime monárquico caíra militarmente mais por desistência e pelo pouco interesse em ser defendido que vítima de um planeamento e adesão maciça das forças oponentes. Fernando Pessoa afirmava que bastaram dois regimentos, dois cruzadores e uma mão cheia de civis para pôr fim à Monarquia.

Lisboa mais que o país foi a sua sede desta revolução, João Chagas afirmava em 1910, não importar a província ou o Porto, a República chegaria por telégrafo. As bases de apoio do movimento republicano eram limitadas, apesar da importância e poder dos seus ideólogos mesmo no regime anterior. O seu movimento é principalmente cidadão, dirigido a um tipo específico de trabalhadores da pequena e média burguesia, o povo urbano como lhe chamam alguns historiadores. Recordemos que em Lisboa, 38% da população era analbeta comparativamente com 78% do resto do país, e por exemplo cerca de 50% dos médicos e professores viviam na cidade, o que explica porque os republicanos não sentiram na capital as mesmas dificuldades de consolidação e penetração no tecido social e mental. São ilustrativas as posições de ideólo-

⁷ Adelino Matez, *op. cit.*, p. 165.

O mundo monárquico, a Igreja nunca mais adquiriram o poder e influência que detinham, muitas das utopias e crenças republicanas ressurgem na perspectiva democrática que triunfou no pós-25 de Abril. Os conteúdos mentais do século XX e XXI são sem dúvida filhos do ideário Republicano, o que no caso Português, nem as ditaduras de Sidónio nem Salazar conseguiram aniquilar. O fim do século XIX e o início do século XX constituem à escala nacional mais um laboratório de ideais que um conjunto de práticas políticas organizadas e funcionais.

O memorando Inglês de 1890 conhecido por *Ultimatum* é o exemplo concreto onde se iniciam de modo evidente as determinações mais significativas das práticas do diversificado movimento republicano. Inicialmente o seu cariz revolucionário é doseado e controlado pelas alas mais moderadas, o que não significa que não existisse uma estratégia bem definida de negatização do estado das coisas. A passividade republicana inicial compreende-se de três modos: considerando que o regime monárquico parecia tão apodrecido que poderia cair sozinho; a crença positivista que a história por si alcançaria os sucessivos estados de desenvolvimento; a própria participação do Partido Republicano no próprio regime Monárquico.

Esta data serve também interesses diversos, práticos e teóricos, inclusive os próprios monárquicos descontentes, a intelectualidade que não se identifica totalmente com o ideário republicano e os Socialistas na ânsia secular da transformação social, moral e política. O ano de 1890 marcará o início de uma acção e estratégia de tomada de poder que demonstra elevada organização. Basílio Teles reconhecia que a incipiente organização republicana em poucos anos, de 1880 a 1884, se transformara num movimento imparável. «... O país pudesse ver sucessivamente: três ou quatro jornais Republicanos, dois dos quais, "A Folha Nova" no Porto e "O Século" em Lisboa, desempenharam um brilhante papel nos sucessos mais frisantes da história do partido: Lisboa coberta de clubes, cujas denominações recordavam os nomes e as datas memoráveis da democracia Portuguesa; um congresso anual, eleito pelas agremiações e outras entidades Republicanas do País, deliberando sobre as medidas de disciplina, propaganda, organização e tática política, que conviham aos interesses partidários; um directório executivo, dando impulso e unidade aos trabalhos desses núcleos isolados; e finalmente, um grupo, cada um mais numeroso, de homens das mais variadas aptidões, uns novos, cheios de fé e ávidos de adquirir nome com os serviços a prestar, outros já conhecidos, desempenhando altos cargos públicos ou ocupando posições em evidência. Todas as energias sociais, figuravam no partido nascente; havia escritores, professores, advogados, militares de graduação, proprietários, comerciantes,

industriais, operários, representando pensamento, riqueza, trabalho. No seu movimento ascendente, de uma força irreversível, por um momento o observador pôde persuadir-se que nenhum homem de rectas intenções e sinceramente amigo do País escaparia ao contágio do exemplo¹⁴. A importância deste movimento vinha tanto das suas actividades e expansão como de uma certa passividade do regime monárquico em controlar ou minorar esse crescimento e influência.

Assistimos principalmente a uma pianificação eficaz no domínio do simbólico, através de acções concretas sobre pessoas, situações e acontecimentos que têm em comum a função de unir pensamento e acção a uma causa. Agir sobre símbolos onde se reconhecem o maior número de pessoas permite modificar comportamentos e desejos e reconstruir uma realidade. O *Ultimatum* serve para construir toda uma percepção colectiva negativa, criar uma espécie de climax que expressa um plano político e ideológico preciso de tomada do poder. Diabolizações, associações abusivas, identificações forçadas são cruciais para criar esse "clima" psicológico colectivo.

O problema principal é a decadência do país, o facto de se encontrar à beira do abismo, imagem reiterada ao longo de séculos no imaginário nacional, que se estende a todos os domínios da vida. A causa principal, nesta época, seria o regime monárquico e tudo o que significava, agir sobre ele permitiria o ressurgimento pátrio através de novas instituições. A figuração do inimigo é um elemento fundamental que nunca está concluída, depois da implantação da República, não são apenas os monárquicos, a Igreja ou a Inglaterra, mas a oligarquia financeira e económica, o sempre retomado periquismo rural tradicional e o anarco-sindicalismo. A estratégia visará reconstruir tanto um sentimento nacional, objectivo comum e superior como forjar um designio nacional que é a própria ideia de nação e simultaneamente agir sobre a sensibilidade nacional e estabelecer a sua identificação com um projecto ideológico, o Republicanismo. Fundir o interesse partidário como interesse nacional será uma característica dos sistemas multipartidários.

O século XX assenta uma das suas principais estratégias políticas na construção da ideia de *massas*, lugar privilegiado da acção ideológica que tem neste período o seu início. O conceito de igualdade e as suas derivações como normalização e uniformização moldaram os fundamentos dessa estratégia. A denominação abstracta de povo e da sua manifestação como opinião pública, é apresentada como a entidade legitimadora da soberania do estado, iludida

¹⁴ Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, Porto, s.n., 1905, p. 79.

pela suposta liberdade de escolher os seus representantes que são uma minoria iluminada que reformará e salvará a sociedade. Sabemos como essa prática depreciou o seu aspecto ornamental e embriagada pelos seus excessos conduziu às ditaduras e totalitarismos mais brutais da história da humanidade.

Identificar o objecto da sua acção, importava encontrar elementos de identificação comum, atacar o que significa ou deve significar perigo e tocar as notas básicas das emoções mais simples que são as mais fundas. O diagnóstico permite constatar que há uma decadência generalizada, o país está à beira do abismo, as causas principais são a Monarquia e a Igreja e as soluções consistem na tomada do poder e na alteração do sistema político e ideológico. Já nas famosas *Conferências do Casino*, Antero de Quental apontava as causas da decadência dos Povos Peninsulares, Monarquia e Igreja como objectos primeiros a superar numa nova civilização.

Apela-se ao patriotismo que é um lugar básico de pertença e enraizamento identitário. Identifica-se Portugal com a República, e esta com a liberdade, a salvação e a grandeza por oposição à decadência, tirania e corrupção. Atacam-se a todas as soluções governativas, explora-se e constroem-se escândalos com destinatários e rostos precisos. Ser patriota é estar contra a Inglaterra e compreender a associação desta à casa real dos Bragança «... a aliança inglesa foi rotulada como um conluio dinástico destinado a manter a Casa de Bragança, para que Portugal existisse como Estado independente, mas uma independência fictícia, com o Reino sob tutela dos Ingleses (Eduardo Vera Cruz)»¹⁵. Associa-se o regime monárquico ao clero e este à monarquia. Em 1909 João Chagas refere que mesmo após a morte de D. Carlos, D. Manuel subiu ao trono e a Monarquia foi dos padres, é nesta lógica que se regista uma manifestação anti-clerical com mais de cem mil pessoas em Lisboa. A Monarquia é então sinónimo de degradação política, económica e financeira e corrupção moral. Mas a crise, ontem como hoje, não era apenas uma abstracção; credores internacionais e, por exemplo, o chefe do governo francês, em 1892 chegam a propor que o país seja gerido como uma comissão internacional. O adversário também não era algo abstracto mas figuras como ministros, o rei e a própria família real que representavam «males» bem identificados: «Os zemagogos do partido não bramiam em abstracto contra a tirania, a oligarquia, a corrupção e o clericalismo: atacavam indivíduos concretos, a quem durante algum tempo conferiam a dúbida distinção de encarnar os supostos erros do regime»¹⁶. Alguns episódios elementares mas eficazes na psicologia

¹⁵ Adelino Maltez, *op. cit.*, (vol I), p. 474.

¹⁶ Vasco Pulhido Valente, *op. cit.*, p. 71.

colectiva são conhecidos e trabalhados na imprensa republicana, como por exemplo o caso do toureiro que morre colhido na arena do Campo Pequeno e toda a assistência abandona a praça horrorizada à excepção dos Bragança, o atropelamento de uma criança por parte do carro da família real e o apelo às mães de Portugal que os carros dos reis e das rainhas matam. Exacerbação, deformação de traços de carácter, depravação moral e psicológica e dos costumes são associações frequentes às figuras do poder dominante. A decadência do país e a degenerescência da sua classe governativa eram sucessiva e intensamente diabolizadas perante a única solução a santificação mirífica das propostas republicanas. Os bons, «o povo» e os ideólogos da república e os «maus», causa da decadência nacional, estavam definitivamente identificados. O bem e o mal surgem com contornos tão simples e toscos, que revelam a subtilidade dessa estratégia, atingir o mais vasto número de pessoas de modo mais eficaz. A mudança do regime apresentava-se como inevitável, fosse nas urnas e pacífica, ou nas ruas e através da revolta. Importava explorar e potenciar o descontentamento, fomentá-lo mesmo e alargar a base social de apoio. Vejam-se os ataques virulentos de António José de Almeida, estudante à altura e futuro Presidente da República, preso por publicar o artigo «Bragança, o último», «Portugal, o velho herói magnífico, não lhe pode enterrar a espada gloriosa nas profundezas do estômago, nem pode descarregar-lhe no arcado peito uma das suas espingardas honestas», a publicação do *Finis Patriae* de Guerra Junqueiro, retrato síntese de uma nação decadente e em putrefacção, identificando os autores desse abismo, «Onde o Bretão erga um calvário. E cuspa, rindo o seu desprezo», «Ó cínica Inglaterra, ó bêbeda impudente», «Que resta enfim da nossa herança? Porcos da vara de Bragança? Porcos da vara de Bragança, grunhi nos túmulos! Dizet-o!» incentivando à revolta daqueles que ainda não estão mortos. «Nós afinal somos os vivos, E os mortos pútridos sois vós!», «E o povo? Inerte. E o rei? À caça. Quem é que impera? O Deus Milhão... Ah! Como é bom em tumba escassa, Longe do Sol que vê tal raça, Dormir, dormir na escuridão...» e estabelece-se um programa de acção dirigido principalmente à juventude que não deixa lugar a dúvidas sobre a identificação das causas da decadência e da acção necessária, «Rasga o teu peito sem cautela. Dá-lhe o teu sangue todo, vá! Ó Mocidade heróica e bela, Morre a cantar!... morre... porque ela (pátria) Reviverá!», «Tiros ao longe numa luta acesa! Rola indomitamente a multidão... Tocam clarins de guerra a Marselhesa... Desaba um trono em súbita explosão!... / Papagaio real, diz-me, quem passa? – É alguém, é alguém que foi à caça. Do caçador Simão!...». Conhecida a paixão pela caça do rei D. Carlos é óbvio quem era o caçador que deve ser caçado. Alfonso Costa defendia que «A monarquia é a

causa do envelhecimento moral da nação" e num célebre discurso na Câmara dos Deputados, a 20 de Novembro de 1906, a propósito da questão dos adiantamentos ilegais à Casa Real era peremptório "Por muito menos crimes do que os cometidos por D. Carlos, rolou no cadafalso, em França, a cabeça de Luis XVI", Sampaio Bruno refere-se também a D. Carlos «Inconsciente, ignorante, inexperiente, ridículo, mal casado com uma Orleães, raça funesta... antipático por ser rei, antipático por mil motivos justos e até por superstição»¹⁷. Marcantes foram também o livro de António Albuquerque, antigo Miguelista que aderiu aos Republicanos, "O marquês da Bachalhoa", com insinuações sobre a rainha D. Amélia e os ataques a figuras monárquicas em populares fascículos dos jornais e folhetins como "A filha do Jardimiro" e "Os Bandidos da Serra da Gardunha".

A importância da rua, a utilização e manipulação da opinião pública, a utilização da propaganda e dos meios de informação, as campanhas negativas, a utilização da política externa, os meios e estratégias utilizadas mudam radicalmente o modo de fazer política. Utiliza-se um discurso simples, exaltado, violento e idealista. Substituem-se os símbolos como a bandeira e o hino e criam-se novos feriados o que demonstra que o suposto amadorismo republicano era aparente. A campanha republicana é coincidente com a actividade de jornais como *O Mundo* e *A Luta*. Há uma utilização permanente de marchas, comícios, deposição de coroas, protestos e paradas com objectivos simbólicos bem definidos, Eça de Queiroz falava da grande apoteose cívica a propósito da transladação dos restos mortais de Camões e de Vasco da Gama para os Jerónimos. Outros exemplos bem marcantes são as comemorações do centenário do Marquês de Pombal em 1892 que iniciam essa série de acções bem sucedidas. Esta serve para marcar uma campanha anti-Igreja na figura dos Jesuítas como modo de afirmação política e ideológica, ouve-se o slogan *volta marquês, que eles já cá estão outra vez*. As comemorações do tricentenário de Camões transformam progressivamente o poeta em Republicano. Um desenho de Rafael Bordalo Pinheiro no jornal *O António Maria* de 17 de Junho de 1880, representa a figura de Camões em grande dimensão perante uns pequenos reis e representantes do Estado e uma legenda onde este agradece não terem ido, e a expressão é mesmo esta, à procissão, e terem-no feito republicano, com o que muito teria ganho.

Basilio Teles refere a importância da efeméride e o cortejo organizado em Lisboa como um marco do partido: «Antes dessa data, não havia na história partido republicano, mas apenas história da ideia, da aspiração republicana,

¹⁷ Adelino Maltez, *op. cit.*, (Vol I), p. 476.

porque só a contar daquela época a política o pode reconhecer como um novo factor, susceptível de influir nos seus arranjos»¹⁸.

Em Janeiro de 1890 realiza-se uma procissão laica à praça de Camões onde são depositos panos negros, funerários aos pés da estátua do poeta, com a seguinte afirmação, *Estes crepes que envolvem a pátria são entregues à guarda do povo, da mocidade, da academia, do exército e da armada nacional. Quem os arrancar ou mandar arrancar é o último dos covardes vendidos à Inglaterra, o café Martinho da Arcada exhibe nas suas paredes as efígies de alguns traidores à pátria*, figuras governamentais envolvidas na questão do *Ultimatum*.

Dia 11 de Fevereiro mobilizaram-se, os números são controversos, quarenta mil pessoas seguiram em cortejo do Largo da Palma até ao Largo de Camões, que ficará conhecida pela *campanha dos apitos* e como um fracasso que é apenas aparente do movimento republicano. A agitação importava em si mesma.

A estratégia republicana principalmente a partir de 1904 torna-se imparável. A provocação, a tensão permanente começam a desencadear cada vez mais vítimas. A Monarquia está refém das suas próprias impossibilidades, se reage é acusada de repressão, prepotência e limitação das liberdades. O regime monárquico será apesar de todas as liberdades concebidas, forçado a instaurar sucessivas ditaduras (1894 e 1907), que tomam institucional a própria Monarquia. Referia o jornal *Correio da Tarde* em 27 de Maio de 1894, *A constituição está suspensa, a soberania nacional foi atacada nos seus foros e nas suas franquias mais valiosas, os direitos do povo foram ofendidos e conspurcados, o regime representativo foi suprimido, sob responsabilidade do Rei, que, saltando ao juramento, se colocou fora da Constituição unicamente porque à sua vontade aprouve fazê-lo, porque assim lhe pareceu melhor, segundo declarou, para os altos interesses da nação*. A também opção frequente do regime em não agir ou pautar-se pela tolerância implicou que se minassem irreversivelmente os seus fundamentos. Botelho Camacho resumia esse dilema «Quanto mais liberdade nos derem mais havemos de obrigá-lo a transigências que rebaixam ou às violências que comprometem»¹⁹.

O *Ultimatum* é o bom exemplo de como o poder constituído perde com o tempo o discernimento do seu fim e daquilo que o pode corroer, e como a criação de factos, a sua deformação e aproveitamento constituem uma estratégia fundamental de conquista de poder. Um acontecimento pode projectar em si todo um contexto.

¹⁸ Adelino Maltez, *op. cit.*, p. 439.

¹⁹ Adelino Maltez, *op. cit.*, p. 537.

O memorando de 11 de Janeiro de 1890 foi um acto normal e a resposta do governo português não poderia ser outra. Após a assinatura desse tratado as relações com a Inglaterra melhoraram e Portugal obteve mesmo o seu apoio para proceder à colonização dos territórios da África Ocidental e Oriental, cuja maior parte não estava ocupada, partes essas que constituiriam os territórios actuais de Angola e Moçambique. Afinal fora Portugal que se “esquecera” de apresentar previamente o mapa cor-de-rosa ao seu principal aliado.

O que estava tanto em causa não era o projecto da colonização africana, fundamental desde 1836, mas o aproveitamento da condução dessa política. É a política que leva ao *Ultimatum* e não este que razoavelmente está em causa, outra coisa será o aproveitamento da inépcia monárquica para antever essas consequências.

Este episódio destaca a importância da questão colonial, o seu significado económico mas também simbólico, a questão da defesa e orgulho pátrio e da restauração das glórias passadas, a associação de um passado glorioso a algo que nada tinha a ver com o actual regime monárquico. Estes factos são organizados numa peça fundamental de aproveitamento político e ideológico. A república prometia a verdadeira regeneração, o que será uma das causas da participação de Portugal na Grande Guerra.

A posição do regime monárquico foi razoável, pragmática e aceitável, mesmo inevitável. A Inglaterra era à data a principal potência mundial, a sua hegemonia política, económica, militar, científica e tecnológica era tal que é frequente a referência que o poder soviético ou americano do século XX não se lhe comparava. Qualquer resposta militar seria ridícula e ineficaz, qualquer acção diplomática hostil estaria destinada ao fracasso e em qualquer outra área seria irrealizável. Acresce a dependência comercial e económica da Inglaterra. Será o aparente ridículo dos apelos à guerra que está na origem do hino nacional da autoria de Alfredo Keil e Henrique Lopes de Mendonça.

O *Ultimatum* servirá estrategicamente vários interesses comuns aos jovens republicanos: o descrédito da Monarquia; o mal-estar de alguns monárquicos contra a própria Monarquia; o reforço de uma ideia de nação e uma lógica de desgaste que se insere na estratégia da decadência. Vasco Pulido Valente refere que a data importa pela alteração da estratégia republicana através da chamada geração do *ultimatum*, indivíduos que tinham à volta de vinte anos em 1890, esta «... queria a revolução e um estado laico (absoluta separação do Estado e da Igreja)... e trouxe a política para a rua»²⁰. A estratégia muda radicalmente, a convivência cooperante e ordeira com o sistema

²⁰ Vasco Pulido Valente, *op. cit.*, p. 14.

político monárquico altera-se por completo. A utilização da propaganda, comícios e imprensa são instrumentos incontornáveis da nova prática que apela à violência e ao terror que é físico e simbólico. Gerar a desordem, fornecer um sistema de representações negativas e construir as respectivas percepções negativas permitiria uma nova eficácia política que não é apenas de bastidores. O tumulto não surge do povo, da rebelião popular, mas esta é orquestrada e planeada. Novas figuras, mitos, comportamentos, atitudes e chavões são previamente construídos, fornecidos e propagados. O programa ou manifesto do Partido Republicano abrirá como uma descrição dos acontecimentos posteriores ao memorando inglês e coloca neles o exemplo da falência do regime monárquico-constitucional, concretamente o rei e os partidos rotativos. O Partido Republicano é a alternativa à *catástrofe nacional*. Seria o Partido Republicano que colocaria Portugal na modernidade e restauraria a sua antiga importância e dignidade. A “civilização moderna” seria a base de uma nova reorganização política. Partido nacional, o único e de vanguarda, conforme o espírito do tempo e cientificamente programado. A defesa da “integridade do território” e da “dignidade da sua autonomia” era missão do Partido Republicano, apresentado como o único partido nacional capaz de resgatar essa independência.

Júlio Vilhena em 1907 alertava que tudo isto terminaria fatalmente com um crime ou uma revolução: tivemos os dois, o regicídio e a implantação da República.

Portugal: entre a Europa e o Atlântico e num mundo global

Joaquim Miguel Patricio

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

1. Interrogações sobre Portugal

Após o Ultimatum inglês de 1890, opinava Oliveira Martins¹ ter surgido o momento da verdade em que Portugal, pela terceira vez, estava perante uma interrogação vital: existiam ou não recursos bastantes, morais, intelectuais, sobretudo económicos, para sobreviver como povo autónomo dentro das suas apertadas fronteiras? Na periodicidade com que essa interrogação se impunha, presumia o historiador e pensador ter descoberto a razão de ser do “problema português”, de uma sociedade que vivia, há muito, de recursos alheios e anormais, e não do fruto do seu trabalho e do rendimento de capitais aplicados no seu território genuíno. Colocava no mesmo nível de recursos estrangeiros, ou seja, vindos de fora e do exterior, a posse de territórios de além-mar e empréstimos de bolsas europeias, resumindo, assim, o destino de um país que continuamente adia a resposta àquele pergunta, lançando mão de soluções que, só na aparência, o eram. O que obrigava Portugal a repensar-se com regularidade, numa incerteza inerente à angústia e teoria da nação normal, ligada às teorias do nacionalismo económico.

Os momentos de crise económica e cultural sucediam-se ciclicamente, sendo portadores de interrogações preocupantes e de crises históricas de natureza traumática, marcando períodos de tempo qualitativamente diferenciados entre o Portugal europeu, as suas ex-colónias e o mundo, modelando a psicossociologia do povo português.

O primeiro desses momentos situou-o em 1640, em que Portugal pagou caro a sua Restauração, com a perda dos restos do Império Oriental. Salvo das garras de Espanha, cai nas de Inglaterra. Tem a independência como uma ficção, porque a realidade era o protectorado.

¹ *Portugal Contemporâneo, prefácio à 3.ª edição*, Guimarães Editores, Lisboa, 1996, pp. 9 a 16.

Perdido o essencial das Índias, restava o Brasil, com ouro e diamantes, como a transfusão de sangue num organismo anémico, ressuscitando a autonomia nacional.

As invasões napoleónicas e a fuga da família real, aceleraram a independência do Brasil, que agravada pela guerra civil entre absolutistas e liberais, produz, como efeito principal, um novo trauma e um segundo momento, impondo-se uma nova interrogação sobre a exequibilidade do país, provocando efeitos que se manifestam numa síndrome de pessimismo e se exteriorizam, para alguns, em apelos a uma União Ibérica, como modo de superação da crise nacional.

Confrontando-se de novo com a sua verdadeira imagem e um sentimento de amputação que pretende superar, Portugal não tolera a sua imagem mutilada, iniciando a consciencialização dessa depressão histórica em que caíra, provocada pela decadência em que estava e que de início pensara ser só sua, mas que descobrirá ser também peninsular, surgindo, provando-o, "*As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*" de Antero de Quental.

Atenta, porém, a coincidência da expansão capitalista do século XIX com a política de fomento de Fontes Pereira de Melo, os empréstimos, os subsídios europeus e as remessas dos emigrantes, substituiu-se o papel outrora desempenhado pela Índia e Brasil, dando-nos a imagem de um país rico.

A mudança do panorama europeu, motivando a queda de tais recursos, obrigou Portugal de novo a interrogar-se sobre o seu destino sobressaindo, como mal menor, substituir o que fora o Império Oriental e Brasileiro pelo Ultramarino, questionando-se, no final do seu texto preliminar, Oliveira Martins:

"*Salvar-nos-á, no século XIX, Angola, como nos salvou o Brasil no século XVII? Caber-nos-á essa fortuna a tempo de prevenirmos o esfacelamento pela fome? Virá antes que nos assaltem complicações graves de ordem externa?*"

Nestas perguntas, parece-me, está hoje resumido o problema português; e pouco viverá quem não lhe assistir ao desenlace.¹²

Confinado, por um lado, com a decadência de que nos fala a Geração de 70³ e, por outro, com a doutrina jusinternacionalista da ocupação efectiva, Portugal tenta suprir as suas fragilidades arquitectando um novo imaginário de grandeza imperial numa visão que unisse em rosa cor Angola a Moçambi-

¹² *Idem*, p. 16.

Da qual foi um dos principais representantes, com Antero de Quental, Eça de Queiroz e Ramalho Ortúgio.

que (mapa cor-de-rosa). Repensa-se Portugal pintando de rosa o sonho imperial, assinando com a França e Alemanha tratados que tentavam assegurar o exercício da nossa soberania sobre tais territórios. Mas eis que surge, em 1890, um Ultimato inglês declarando o não reconhecimento de tais direitos, exigindo a nossa retirada e reclamando a posse da região, com a cedência de Portugal.

Perdida tal posse e afectada fortemente a nossa consciência imperial, fazendo tábua rasa de direitos históricos adquiridos, outras posses surgem, dando-se maior atenção às possessões africanas legitimadas pela doutrina da partilha efectiva da Conferência de Berlim. Esse novo ideário conduziu a conflitos bélicos com os povos africanos do interior, com o subsequente não reconhecimento de direitos aos indígenas, caso da liberdade política e de trabalho.

Quando aparentemente resolvida a ocupação plena e se repensava o imaginário imperial com a fusão da então Metrópole e as oficializadas províncias ultramarinas (teoria integracionista), irrompem, na década de sessenta do século XX, os movimentos independentistas africanos, forçando-nos a ceder.

De tudo decorre que enquanto Portugal no quadro dos conflitos coloniais europeus, e sob coacção do seu mais velho aliado, a Inglaterra, teve de capitular ao Ultimato; é também obrigado a aceitar, na segunda metade do século XX, na sequência da luta ganhadora dos povos colonizados e da nova ordem bipolar (Estados Unidos e União Soviética), uma nova amputação, a da independência de todas as suas colónias, especialmente africanas.

Desaparecido, no pós-25 de Abril de 1974, o Império Ultramarino, que Oliveira Martins pensara ser a única saída para Portugal depois da perda do Império Oriental e Brasileiro, parecia cumprir-se o fatal destino por ele previsto. Surgia e emergia um novo momento de pagar, pensar e repensar Portugal enquanto país, regressado agora, de uma vez por todas, às suas fronteiras iniciais na Europa.

2. A Opção Atlântica e a Europa

No decurso do século XX, até 1974/75, Portugal viveu, em termos estratégicos, fechado à Europa e aberto sobre o Atlântico e o Império Colonial. Externamente orienta-se, em sede diplomática e militar, para o Atlântico, privilegiando a aliança com a potência marítima - tradicionalmente a Aliança Inglesa, os Estados Unidos após 1945, a NATO a partir de 1949. Quando integra a EFTA, na Europa, continua marítimo e atlântico e não continental, diversificando as alianças externas em relação a Espanha.

Daí que, no contexto do desequilíbrio peninsular, a posição de Portugal, ao tentar compensar-se, seja condicionada, primeiramente, por uma percepção contraditória e exclusiva entre a Europa e o Atlântico, o continente e o mar. Como consequência, e em segundo lugar, condicionada por uma estratégia política de afastamento em relação à Europa, tida como uma ameaça continental vinda de Espanha, optando-se pela primazia do factor marítimo nas relações exteriores, ou seja, pelo Atlântico.

Porém, com a queda do Império do Ultramar, após a descolonização, fecha-se o ciclo imperial, surgindo a necessidade, mais uma vez, de Portugal repensar o futuro em função da análise do seu passado.

Data, de então, a obra de Joaquim Barradas de Carvalho, "*Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?*"⁷, cujo título traduz a intranquilidade sobre a opção a tomar:

"Portugal chegou não a uma, nem a duas, mas a várias encruzilhadas. Para além de profundas reformas na sua estrutura (...), Portugal terá, e a breve prazo, de escolher entre duas opções que dizem respeito à sua história, a mais profunda. Portugal terá de escolher entre a Europa e o Atlântico.

Se rumar para a Europa – esta Europa tão do agrado dos tecnocratas – Portugal perderá a independência de novo (...). Na Europa do Mercado Comum, e numa futura, hipotética, Europa política, a economia dos grandes espaços forjará uma Península Ibérica unificada, e seguramente com a capital económica em Madrid, que (...) se transformará, (...), em capital política. Ora este seria um resultado contra natureza, na medida em que nunca existiu, nem existe, uma unidade de civilização na Península Ibérica (...).

Assim, perante a encruzilhada, a Europa ou o Atlântico, pronunciamonos pelo Atlântico, como única condição para que Portugal reencontre a sua individualidade, a sua especificidade, a sua genuidade, medíeva e renascentista. Ora esta opção passa forçosamente pela formação de uma autêntica Comunidade Luso-Brasileira, (...) que não seja apenas aquela "comunidade sentimental, ortográfica" (...), que (...) poderá vir a transformar-se numa Comunidade Luso-Afro-Brasileira (...).

*É esta a condição para que Portugal volte a ser ele próprio."*⁸

Esclarece, em nota de rodapé, ser uma escolha de rumo prioritário e de vocação-destino, sem excluir as possibilidades de cooperação com a Europa.⁶

⁶ Livros Horizonte, 2.ª edição, 1982, volume 26, Direcção de Joel Serrão.

⁷ *Idem*, pp. 63 a 67.

⁸ Citando o editorial "Escolha Atlântica" do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03/03/74, p. 64.

O Brasil, em sua opinião, representava mais genuinamente o nosso país do que certas formas culturais do Portugal de então, de demasiada influência europeia, especialmente francesa, concluindo que o melhor modo de nos conhecermos é ir para o Brasil, assim como o inverso.

Justifica o seu ideário num esclarecimento final:

*"É que na história, existem uma curta, uma média e uma longa durações. Isto é: os regimes políticos, e até os sociais, passam. A Língua e a Civilização ficam"*⁷.

Em relação à pergunta decisiva de Barradas de Carvalho – a Europa ou o Atlântico? – a nossa vivência histórica mais recente deu-lhe resposta, com a entrada de Portugal na Europa Comunitária. Uma opção de fundo, que nos trouxe, no imediato e médio prazo, uma saída para a nossa viabilidade económica, e um eventual quarto momento, após a perda do Ultramar.

Confrontado, de novo, com a sua imagem real, Portugal não aceita, novamente, a sua pequenez geográfica, voltando a projectá-la num novo mapa, a Europa Comunitária e actual União Europeia. Ampliando outra vez o seu espaço, agora numa perspectiva de província ou região europeia (e não imperial), identificando-se com um modelo também tido como necessário à consistência da sua identidade, numa Europa que se queria coesa e forte.

Ter-se-á tratado, mais uma vez, de um recurso "*anormal*" ou "*tabua de salvação*", de que Portugal se socorreu para adiar, por mais alguns anos, a resposta aos nossos problemas, ao "problema português", seguindo a lógica proposta por Oliveira Martins?

O futuro, pela História Vindoura, dar-nos-á a resposta.

3. O Enigma Português

O caso português, em termos de existência e sobrevivência, é apontado por muitos autores, tendo como referência imediata a desproporção territorial com o único estado vizinho, numa Insularidade Peninsular, tipo "*Jangada de Pedra*" de Saramago, integrada numa Europa do lado de cá dos Pirinéus, em que sobressai uma forte componente marítima portuguesa, por confronto com a forte continentalidade de Espanha.

Sugestivas, neste contexto, estas palavras de Agostinho da Silva:

"O que Portugal fez de maior no mundo não foi nem o descobrimento, nem a conquista, nem a formação de nações ultramarinas: foi o ter resistido a Cas-

⁷ *Idem*, p. 67.

tela. *O ter mantido, através de sangue e fogo, o princípio de independência dos territórios periféricos.*⁹

Argumentos étnicos, filosóficos, geográficos, históricos, políticos, sociológicos, entre outros, são dados como insatisfatórios para explicar a sua originalidade e o enigma que encerra, pensados e repensados, mormente no século XX, por Sampaio Bruno, Teixeira de Pascoais, Hermann de Keyserling, António Sérgio, Jaime Cortesão, Fernando Pessoa, José Marinho, Álvaro Ribeiro, Agostinho da Silva, Jorge Dias, Cunha Leão, Orlando Ribeiro, António José Saraiva, Manuel Antunes, Joel Serrão, Gilbert Durand, Victor de Sá, Jean Delumeau, António Quadros, Natália Correia, Eduardo Lourenço, Boaventura de Sousa Santos, Manuel Villaverde Cabral, Manuel Clemente, Miguel Real. Embora não queiramos ser nós a caracterizar e definir algo que, pelas suas qualidades ou particularidades é tido, para muitos, como incomum, isso não invalida que tentemos compreender melhor Portugal na sua especificidade e universalidade, rumo a uma perspectiva global numa pluralidade diferenciada, sem esquecer a lusofonia, o europeísmo e o universalismo.

Afastamos, desde já, e nesta perspectiva, um Portugal de auto-rejeição, numa visão negativa, miserabilista, de pessimismo derrotista, reductionista e nihilista de si próprio e da realidade portuguesa na riqueza multimoda das suas dimensões e níveis de ser, auto-excluindo-se e envergonhando-se num desejo (consciente ou inconsciente) de dissolução em espaços tidos por mais desenvolvidos ou vanguardistas.

Assim, e prosseguindo, sendo Portugal um país periférico em termos geográficos europeus, pequeno, em tamanho, com ausência de abundantes e valiosos recursos naturais, o que faz a sua riqueza, no essencial, são os seus recursos humanos, ou seja, os portugueses, incluindo os emigrantes no exterior, além dos imigrantes que intramuros tentam uma vida melhor.

Constata-se, todavia, que Portugal necessita do exterior para se afirmar, para sobreviver melhor que confinado ao seu espaço genético e cronológico. Esse exterior esteve sempre presente nos vários momentos decisivos e traumáticos da nossa história, em que nos questionámos em termos de *Ser, Ter e Dever Ser*, tipo interrogações vitais atrás referidas e sempre superadas.

Se para muitos, em termos humanos, somos o país mais internacionalizado da União Europeia, também tudo aponta que herdámos dos povos que por aqui passaram um internacionalismo tolerante.

Sem Portugal a Europa não tem rosto, dado que, fazendo nossas as palavras de Pessoa, "*O rosto com que a Europa fita o Ocidente é Portugal*", ressal-

⁹ Reflexão, 3.ª edição, Guimarães Editores, Lisboa, 1996, p. 27.

vando, porém, a dado passo: "*Cumprir-se o Mar, e o Império se desfez / Senhor, falta cumprir-se Portugal!*"¹⁰

Estamos perante o Portugal da finisterra ibérica, o Portugal de terra e raiz, o Portugal dos velhos do Restelo, avesso a aventuras imperiais e de além-mar, ao luso-tropicalismo e à lusofonia, mas apologista da Europa, do Portugal europeu e do europeísmo?

Ou perante um Portugal que tem um passado maior que o seu presente, sendo a vertente externa (incluindo a cultural) um dos meios por excelência para afirmar a sua posição num mundo globalizado, não aceitando ser só um país peninsular e europeu, estando para além da pátria e da Europa, sob pena de se negar a si mesmo?

É o que tentaremos perceber.

4. A Opção Europeia

A imagem de Portugal como centro, dada pelo seu pioneirismo, via Descobrimientos, correspondeu à época em que eram essencialmente os portugueses que representavam a Europa à escala mundial. Com o tempo, deixámos de ser o rosto e a vanguarda da Europa, tendo-nos convertido em sua periferia e retaguarda, sendo o nosso império tido como o refúgio essencial da nossa sobrevivência, tanto em termos reais, como simbólicos. Vacilamos, alternadamente, entre um desproporcionado sentimento de superioridade e um não menos desproporcionado sentimento de inferioridade, a que correspondem, segundo Eduardo Lourenço, imagens irrealis que Portugal arquitetou, as quais persistem, até hoje, no nosso imaginário, surpreendendo a constatação real da sua coexistência. Para Lourenço, há, em cada português, uma desconformidade entre a realidade e a imaginação, que designa por "(...) *irrealismo prodigioso que os portugueses fazem de si mesmos*"¹⁰, tanto nos arrastando para as maiores decadências, como para crermos ser um povo predestinado.

Depois de a Europa nos ter feito (à semelhança dos demais reinos e cultura europeia de matriz religiosa) e nós termos feito a Europa (puxando-a para o expansionismo e universalismo), e após quatrocentos anos de desencontro recíproco (entre 1580 e 1980), Portugal e Europa fazem-se mutuamente (sendo a nossa entrada na Europa também a entrada da Europa em nós).

Foi esta contradição entre um passado glorioso e a nossa diminuída realidade presente, causadora de vários anos de guerra colonial, que nos condu-

⁹ Poema "O Infante" em *A Mensagem*.

¹⁰ Em *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2001.

ziu a um traumatismo profundo, isto é, à perda do império em 1975. Terá sido o projecto político de integração na Europa Comunitária que terá com- pensado a amputação causada pela descolonização. O que permitiu, ainda segundo Lourenço, o extrapolar sem cicatrizar uma ferida que em geral provoca noutros povos tragédias insuperáveis, o que exemplifica com a França em relação à Argélia.

Como europeísta, desde cedo insistiu na integração e no reatamento das relações com a Europa, tipo "O diálogo que nos falta", o que não o impediu de reconhecer que a Europa de agora é fraca de convicções e recursos. A tudo isto chama o crepusculo da Europa.

Contudo, se é consensual que culturalmente a ligação à Europa é, de há longa data, um dado adquirido, não é menos verdade que a integração europeia foi, no início, predominantemente apoiada por políticos e tecnocratas, não parecendo ter despertado grandes entusiasmos nos meios culturais portugueses (com as suas excepções, como Eduardo Lourenço, entre outros).

Exemplifica-o uma passagem do *Diário de Miguel Torga*:

*"Coimbra, 28 de Março de 1985 – Parece que sempre vamos entrar no Mercado Comum. Que em breve passaremos a ser europeus de direito. De facto, já nós o éramos desde o nascimento, mas sempre a trocar obstinadamente as voltas à geografia, fazendo-nos, mal largávamos os cueiros, ciganos do mundo (...). Agora, (...) obrigam-nos a assumir a condição caseira de sedentários neste velho continente. Um passo decisivo que vai pôr à prova a nossa capacidade adaptativa e criativa. Ou ganhamos tudo ou perdemos tudo. Até aqui, só nos medimos colectivamente com povos exóticos de pouco ou nenhum significado nos vários ramos da competitividade moderna. Desembarcávamos e éramos logo os senhores, na cultura, na técnica, na eficácia. E podemos impor a língua, catequizar, erguer cidades à nossa medida, estabelecer regras de conduta. (...) Chegou, infelizmente, o momento de enfrentarmos os corifeus da civilização a que pertencemos e a que demos nos bons tempos uma contribuição específica que a planetarizou. E não teremos outro remédio senão utilizar os mesmos métodos e práticas que eles usam (...). Confronto em que o calor do temperamento terá de dar lugar à frieza da razão, o imprevisto ao ordenamento, a abulia à vontade. Oxalá que, forçados a mudar de comportamento, o façamos conscientemente e apenas como enriquecimento do que fomos e somos, sem perda de nenhuma das virtudes que nos caracterizam e dão jus a um posterior destino só por nós talhado (...) e sejamos capazes de escrever, (...) uma nova Peregrinação, desta vez portas adentro, igualmente inverosímil e verdadeira."*¹¹

¹¹ *Diário XIV*, pp. 156 e 157.

Singular ainda a reacção à ratificação da nossa entrada no Mercado Comum:

*"Coimbra, 12 de Junho de 1985 – Ratificação no claustro dos Jerónimos da nossa entrada no Mercado Comum. Quem cá estiver daqui a alguns anos dirá se o acto oficial valia o heráldico cenário."*¹²

Antes e após a adesão não parece que o tema do destino político da Europa tenha tido interesse relevante entre nós, como o prova uma pesquisa de artigos e publicações de então, incidindo a maioria sobre aspectos sectoriais e não sobre a problemática da unidade política europeia, pretérito, presente e futuro do modelo político europeu. No essencial, à parte de algumas publicações e coloquios, continua residual a reflexão ou preocupação no que toca ao sistema político europeu e ao seu futuro modelo constitucional, como o atestam as eleições europeias.

Estando a União Europeia numa encruzilhada, terá de tomar medidas de fundo, a começar pelos vários modelos para a união, desde o modelo clássico de federação, à confederação, a um directório, um federalismo intergovernamental e ao princípio das cooperações reforçadas, exemplificando-se este, até agora, com a moeda única. Não sendo de excluir uma UE a várias velocidades, a sua desagregação ou outra/s alternativa/s.

Mesmo assim, e não obstante a crise que atravessamos, não queremos abdicar da Europa a que geograficamente pertencemos por direito próprio, ao que parece porque o português se banalizou, tornando-se igual em termos de referência e comportamentos diários, no vestir, alimentação, preenchimento do lazer, à mediana europeia, tendo-se convertido (ou querendo converter-se) em consumista impulsivo, asfixiado pela televisão, automóveis, telemóveis e futebol, aquilo a que alguns chamam um português sem alma, vivendo de anseios, hábitos e deslumbramentos consumistas acessíveis, via massificação dos centros comerciais, em que tudo, de tão acessível e milimetricamente arrumado nas prateleiras, cria a ilusão de ser tudo nosso. Mas aparenta sentir-se bem, porque integrado na Europa tida como um potentado comercial e económico, apesar de se sentir debilitado quando confrontado com europeus de nível de vida superior e com antepassados que trouxeram novos mundos ao mundo.

Alteraram-se, assim, para Portugal, as suas orientações estratégicas, não só quanto ao seu dispositivo geoeconómico, mas também em relação ao geo-político e geoestratégico. Por exemplo, consequência da descolonização, por

¹² *Diário XIV*, pp. 163, 164.

um lado, e da integração europeia, por outro, o dispositivo económico português continentalizou-se. As relações económicas externas processam-se maioritariamente por via terrestre e dirigem-se hoje, preferencialmente, para a Europa.

5. Lusofonia e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Concomitantemente, não queremos (nem devemos) abdicar da universalidade da cultura portuguesa e lusófona deslocalizada pelos cinco continentes, cujo principal potencial estratégico se cifra em mais de duzentos e vinte milhões de falantes, sendo o idioma comum lusófono secundarizado se tomarmos tão só como referência a União Europeia, onde sobressai a componente económica e monetária, ao invés do Mundo Lusófono e CPLP, onde é a causa primordial, a luz que conduz e guia, onde se antepõe e impera a vertente linguística, sendo tanto mais imagem de marca, se mais marcante como língua de exportação e em presença internacional.

Estando a globalização assente, essencialmente, na cibernética, electrónica, informática, internet, telemática, numa sociedade de informação de fluxos imaterializados, onde a língua, como bem imaterial é elemento imprescindível para a sua aplicação, divulgação, operacionalidade e rentabilização, natural e lógico que essa mundialização tenda a operar crescentemente em blocos linguísticos.

Nos dias de hoje predomina o bloco anglo-saxónico.

Quanto ao lusófono, ele será, num presente e futuro previsível, aquilo que preferencialmente vier a ser o Brasil, dado ser, dos povos lusófonos, o país portador das características e potencialidades de uma potência emergente a nível mundial.

E defendendo-se, cada vez mais, que os afectos e a emoção também fazem parte da razão,¹³ não será por mera coincidência, mas sim, por certo, pela sua existência (afectos e emoção), que tende a existir uma relação mais íntima entre membros ou países de um mesmo bloco linguístico e cultural. Como afirma Eduardo Lourenço, embora não propriamente a este propósito, mas que aqui cai bem: "*A indignação e a piedade são sentimentos universais, mas decerto a tragédia timorense teria encontrado menos escuta se a não sentíssemos como vindo de dentro, desse dentro definido e entrevisto no espaço interior de uma língua partilhada. E, provavelmente, a mitica morte de Ayrton Senna, embora universalmente sentida, não teria tido, como foi o caso, uma tão vistível intensi-*

¹³ Estando entre os seus proeminentes defensores o português António Damásio.

dade entre nós se não fosse brasileiro. Quer dizer, para nós, não menos miticamente, uma outra maneira de ser português."¹⁴

Um bloco lusófono tendo o português como património comum de todos, pode ser o ponto de partida para um bloco intercontinental e transnacional mais amadurecido, em que a CPLP é a institucionalização formal e por excelência da lusofonia (embora esta, conceptualmente, mais ampla), ultrapassando-se a actual fase de cooperação incipiente.

Temos, assim, com referência à lusofonia e à CPLP, uma língua comum, senhora e dona de quem a fala e não propriedade exclusiva de ninguém, o maior da unidade e identidade lusófona, o nosso actual potencial estratégico número um em termos de individualidade e universalidade.

Deve Portugal implementar o que estiver ao seu alcance para a preservar, difundir, enriquecer e adaptar em comunhão e conjugação de esforços e intentos com as demais comunidades e povos lusófonos.

Deve ainda Portugal, em função dela, repensar o seu interesse nacional e objectivos permanentes em sede de alianças e cooperações de toda a ordem com o exterior, designadamente com os países da CPLP.

Tendo Portugal responsabilidades históricas para com outros povos que com ele partilham o mesmo idioma, criando uma família, e estando em causa o futuro lusófono, não é legítimo, em circunstância alguma, abandonar ou inferiorizar esse elo comum. Que diriam o Brasil, os Estados Africanos Lusófonos, Timor Leste e outras comunidades lusófonas (mesmo que não soberanas como estado) de um pai ou uma mãe que assim procedesse? Que diria a Europa, o mundo em geral, mesmo que o pensassem e nada dissessem, de tal indiferença ou resignação?

Nesta perspectiva, Portugal é o país lusófono que na UE tem o dever de defender a língua portuguesa, lutando pela sua não exclusão e discriminação pela negativa, uma vez ser a terceira língua europeia global mais falada internacionalmente, à frente do francês, alemão, italiano, russo e polaco, pelo que não pode, sem mais, ser subtraída dos idiomas prioritários. Aconselha-o o seu peso e projecção à escala global, ao invés de um critério local e regional de difusão à escala europeia.

Mas a lusofonia não se esgota no uso comum da língua, mas de tudo o que o diálogo por ela possibilitado proporciona: na aproximação e conhecimento mútuo dos países, na economia, na ciência, no desporto, na política, em todos os alinhamentos. Não sendo só uma soma de territórios e popula-

¹⁴ *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, 2.ª edição, Gradiva, Lisboa, 1999, p. 187.

ções ligados pela língua, nem apenas um património imaterial de ideias, sentimentos, documentos e monumentos, sendo sempre uma realidade em permanente mutação.

A verdade é que, até hoje, faz mais sentido como projecto cultural, onde a língua tem uma importância prévia que antecede qualquer entendimento, sendo-lhe pré-existente. Daí que as suas primeiras preocupações se dirijam para as questões do idioma, do seu enriquecimento, defesa, difusão e ensino.

Da música às telenovelas, passando pelo cinema, teatro, literatura e desporto, há que intensificar a circulação e parceria de bens culturais (paradoxalmente também bens económicos), nas suas tendências e variantes, com potencialidades para aumentar em todas as áreas em que o factor língua é uma mais-valia no imediato. Por exemplo, no que toca à literatura, é cada vez mais frequente falar-se em literatura lusófona. No que se refere às literaturas africanas lusófonas, o espaço lusófono, com especial ênfase para o português e brasileiro, tem sido, até agora, o seu principal mercado, concretizando, desse modo, uma relação de aproximação e de pertença à lusofonia. Autores como Germano de Almeida, Pepetela, Luandino Vieira, José Eduardo Agualusa, Ondjaki, Craveirinha, Mia Couto e Paulina Chiziane são seus exemplos. Cite-se também o Prémio Camões, a necessitar de ser tido como referência, em nossa opinião, em outras áreas.

Há ainda a gastronomia, o jornalismo, a investigação, estudos científicos, escolares e universitários.

Numa época de preponderância do audiovisual e novas tecnologias a ele associadas, poderão fazer mais pelo bloco e mundo lusófono imagens, por exemplo, de espectáculos musicais com a participação de cantores lusófonos e eventos desportivos com a intervenção de equipas lusófonas, a começar pelo futebol, do que, lamentavelmente, a pouca eficácia ou a quase nula ou nenhuma visibilidade, em sede de opinião pública, de todas as reuniões da CPLP até agora realizadas.

Portugal, nesta perspectiva, deve pôr de lado qualquer tipo de culpabilidade em relação ao seu passado colonial e assumir a igualdade no espaço lusófono.

Em qualquer caso, a lusofonia e a CPLP não devem servir para Portugal e o restante mundo lusófono se sentirem "orgulhosamente sós", mas para que possam dialogar com outros espaços do mundo contemporâneo.

O que não se incompatibiliza com o facto de a CPLP ser uma organização internacional interestadual e restrita quanto aos seus membros, uma vez ser também uma organização internacional de vocação aberta em sede de princípios, visando a concertação político-diplomática em matéria de relações internacionais.

6. Portugal e a Comunidade Transatlântica

É inviável a Europa actual poder construir-se através de uma mobilização anti-Estados Unidos. Por um lado, foram decisivos no desenrolar e ajuda à Europa no decurso e na sequência das duas guerras mundiais. Por outro lado, sendo os Estados Unidos uma realidade europeia do ponto de vista da sua génese cultural (seu descendente), não há razões de maior para a inviabilização de uma comunidade transatlântica.

Defendem uns que a Europa deve aprofundar a sua integração para ser um contrapoder dos EU, que a oposição aos EU deve ser um princípio estruturante, uma razão de ser da integração europeia.

Defendem outros tratar-se de um erro estratégico, dado que defendendo a Europa e os EU os mesmos valores, ainda que de modo diferente, no essencial enfrentam os mesmos desafios globais, razão pela qual há que trabalhar em conjunto. De onde decorre que perante desafios globais como o terrorismo, ameaças ao meio-ambiente, problemas de defesa e segurança colectiva, ou decorrentes da globalização, ser necessário que se entendam.

O que não exclui que a Europa no seu todo, ou a UE em particular, não tenham razões e valores próprios para se afirmar, não necessitando, porém, de fazê-lo por mera oposição aos EU, pelo facto de serem a super-potência. Tanto mais incompreensível se pensarmos que a integração europeia tem, de certo modo, um impulso norte-americano, tendo sido os norte-americanos que a seguir à II guerra mundial apostaram na reconstrução europeia, via Plano Marshall, para fortalecimento da Europa ocidental, uma vez precisarem de um parceiro importante à escala global.

Parece, assim, irrealista Portugal ter de optar, apenas e irremediavelmente, entre a Europa e os EU, sendo qualquer uma das opções per si uma má escolha, porque lesiva, qualquer delas, do seu interesse nacional.

Sem esquecer que a Europa pode contribuir, com a sua diplomacia e experiência de séculos com outros povos (e com a ajuda de Portugal), para as condições globais de segurança a nível global, com as pressões que pode exercer sobre os EU.

Para o fazer eficazmente, o ideal será integrar uma mesma comunidade em face da génese cultural comum que os une, de que faz parte a América Latina, onde emerge o Brasil, complementando-se na diversidade e constituindo uma mais-valia, pelo que a lógica antagonista do binómio Europa/Atlântico não se justifica.

7. Considerações Finais

Será, talvez, a capacidade e o talento de conciliar contrários e harmonizar opostos, que explicará o modo de se relacionarem patriotismo, lusofonia, europeísmo, universalismo.

Um dilema que no presente e futuro se nos coloca é o da sua compatibilização. O que se direcciona para a conveniência de tirar benefício e influenciar as oportunidades de desenvolvimento e de universalização humanista da opção europeia, sem pôr em causa as vantagens oferecidas pelos laços culturais e históricos da opção lusófona, transatlântica e outros relacionamentos.

Portugal tem todo o interesse em compatibilizar e reforçar o desenvolvimento com segurança na diversificação das dependências, gerindo tais dependências para efeitos de sobrevivência, sem esquecer que a opção europeia tem a ver com toda a Europa, e que dentro desta a preferência que lhe dá mais garantias de afirmação de subsistência da sua identidade é a da unidade na diversidade.

Dáí que, quanto a nós, a Europa preferencial para Portugal é a que parte do pressuposto de que é através da diferença e da variedade que se pode atingir o universal, compatibilizando identidade nacional (e lusófona) com europeísmo, sem um super-estado centralizador e uniformizador, tipo Directório.

Aqui chegados, conclui-se que Portugal, no decurso de vários séculos, sempre superou quaisquer interrogações tidas como vitais e geradoras de traumas, sobrevivendo sempre, mesmo que, quando necessário, em continuidades adaptadas às circunstâncias, subsistindo através da gestão de dependências.

Sendo o sábio segredo dos grandes espaços a unidade na diversidade, tem-se como o modelo ideal a adoptar pela União Europeia, Mundo Lusófono ou qualquer outro espaço, incluindo o continente europeu e o americano, atentas as afinidades culturais mais próximas, a começar pelas linguísticas.

Não excluindo a coexistência do europeísmo e da lusofonia (como o europeísmo e a anglofonia, francofonia e hispanofonia), num interculturalismo não eurocêntrico, em que a debilidade portuguesa, como ex-potência colonial, pode abrir potencialidades para relacionamentos democráticos mais igualitários e pós-coloniais, mesmo disputando a hegemonia com uma ex-colónia, o Brasil, vocacionado para ocupar o centro no passado detido pela ex-potência colonizadora, como sucedeu com outro descendente europeu, os Estados Unidos, em relação à Inglaterra.

Para Portugal é inquestionável interessar-lhe permanentemente uma política de cooperação com os países lusófonos, que pode redundar em poder

negocial e em segurança, em especial como reserva para contrabalançar o desafio europeu, rumo a um eventual novo momento superador, através de uma Comunidade ou União Lusófona, designadamente soçobrando o projecto europeu, via UE, ou uma sua alternativa.

Sem necessidade de recurso a uma pretensa teoria da salvação nacional, crente numa nova ajuda externa que nos resgate, qual um novo Brasil, país emergente, cada vez mais rico e potência maior da língua, não esquecendo os chineses, por todo o lado, e também entre nós, com a mais-valia de que fomos os primeiros europeus a chegar à China. E ao Japão, que também abrimos ao mundo, onde o sacerdote jesuíta Luís Fróis é tido como o primeiro japonólogo europeu. O que não inviabiliza, antes aconselha, o aproveitamento de relacionamentos de um potencial enorme que não exploramos devidamente, em conjugação com a nossa capacidade ancestral de sermos adaptáveis absorvendo a diferença.

Jesuítas no foco da propaganda:
A solução republicana e a exorcização da decadência¹

José Eduardo Franco

CLEPUL

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

A propaganda antijesuítica ao serviço da ideia republicana

O movimento republicano e a sua concretização em regime político em Portugal, na sequência da revolução de 5 de Outubro de 1910, utilizaram abundantemente o ataque aos Jesuítas e ao chamado Jesuitismo como um instrumento propagandístico privilegiado e recorrente para efeitos de mobilização político-social, na linha da melhor tradição pombalina de combate à Companhia de Jesus.

Cristalizando em torno da constelação tão efabulizada de receios e ameaças de que o jesuitismo² era a sinédoque das causas da decadência nacional e do consequente atraso ou mesmo paralisação da marcha de Portugal em direcção à tão sonhada era do progresso assente na razão e na ciência, a propaganda republicana, cada vez mais secundada pela Maçonaria e pelos movimentos mais radicais do laicismo militante, apregoava e exigia com cada vez maior paixão o antidoto para este Portugal jesuitizado. De facto, o antijesuitismo era a grande bandeira desfraldada e atizada pelas diversas correntes

¹ Artigo composto a partir da tese de Doutoramento do autor sobre o antijesuitismo em Portugal e nos seus territórios ultramarinos, a qual foi defendida na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, publicada sob o título: *Le Mythe Jésuite au Portugal, au Brésil, en Orient et en Europe (XVIIe-XIXe siècles)*, Préface de Bernard Vincent et Luis Filipe Barreto, Thèse de doctorat, Paris - Lisboa - São Paulo, Centre de Recherches Historiques - EHESS, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa et Editora Arké, 2008. A mesma foi trazida a lume em português pela Gradiva, editada em dois volumes nos anos 2006-2007.

² Explica Michel Leroy que o mito jesuíta, como é característico dos mitos conspiracionistas em termos gerais, funciona como epicentro onde se cristalizam medos, preocupações e frustrações da psicologia colectiva, cuja propaganda que o divulga facilmente o instrumentaliza para efeitos de mobilização sociopolítica. Cf. Michel Leroy, *Le mythe jésuite: de Béringier à Michelet*, Paris, 1992, p. 10.

laicistas e antidinásticas (republicanas, socialistas, anarquistas, livre-pensadoras...) que propugnavam soluções diversas para o futuro político e social do país por oposição à vigente Monarquia Constitucional.³

O Jesuitismo era a máquina da reacção por excelência. Pela história, pela poesia, pelo romance, pelo panfleto, pelo discurso de ocasião ou do parlamento, os antijesuítas glosaram até à exaustão o tema da identificação do inimigo escondido, dado como difícil de detectar, sendo a sua arma principal a hipocrisia, usada com a metodologia diplomática da simulação, sob a qual congeminaavam os mais terríveis atentados contra o bem da comunidade e de cada homem. Textos como *A Velhice do Padre Eterno* de Guerra Junqueiro (1850-1923), um dos textos mais lidos deste período⁴, evocam e vergastam no mesmo tom antijesuítico esta *hipocrisia* ou *astúcia* intriguista e demolidora, como é bem incisiva esta passagem tão atrabiliária: «Ó jesuítas, vós sois d'um faro tão astuto / Tendes tal corrupção e tal velhacaria, / Que é incrível até o filho de Maria / Não seja inda velhaco e não seja corrupto, / Andando há tanto tempo em tão má Companhia». O tema da hipocrisia jesuítica que tão fundo cavou raízes na nossa cultura, aparece ainda nos nossos dicionários como sinónimo topológico do substantivo jesuíta. Este era de facto o reverso da ideografia de Rousseau sobre o bom selvagem e do seu escopo proclamado de procurar a verdade sobre o homem e da sua simplicidade e inocência genésicas, valores que também foram de algum modo assumidos como fundamentos da harmonia social da «Ideia Republicana» no plano de seu discurso utópico.

O recurso à bandeira ideológica antijesuítica tinha sido usado desde muito cedo nos manifestos propagandistas de natureza eleitoralista do Partido Republicano Português (PRP). Um desses exemplos de panfletos eleitoralistas antijesuíticos tinha sido publicado já em 1881 pelo Centro Republicano do Porto, contendo uma óptima síntese do teor das acusações do republicanismo

³ Cf. Fernando Catroga, «O livre-pensamento contra a Igreja», in *Revista de História das Ideias*, Vol. 22, 2001, p. 342 e ss. As divergências sérias que se verificavam entre os diferentes movimentos ideológicos que contestavam o presente modelo político e social só encontravam um vector de unidade em que todos se reviam e se mobilizavam conjunta e concertadamente: o combate ao Jesuitismo nas suas vertentes clerical e congreganista.

⁴ Cf. António Cabral, *O talento e os desvarios de Guerra Junqueiro*, Lisboa, 1942, p. 191 e ss.

⁵ Guerra Junqueiro, *A velhice do Padre Eterno*, Porto, 1885, p. 87. Junqueiro, no seu anticlericalismo visceral, explorou a imagem popular tradicional associada negativamente ao padre, fazendo-a ainda mais monstruosa, ao catalogar o sacerdote católico em geral de «Chimpanzé estúpido, bisonho, porco, preguiçoso, comilão, sensual e obsceno». Ver também na mesma linha a actividade propagandística do republicano João Chagas, *Na Brecha (Panfletos)*, 1893-1894, Lisboa, 1898.

militante dirigidas ao jesuitismo, no qual se encerrava redutoramente o reverso da «Ideia Republicana». O manifesto intitulado apropriadamente *Democracia e Jesuitismo* publicado em formato de edital, apresenta como mote polémico a tese da traição do constitucionalismo monárquico às origens liberais deste regime para por em causa o *statu quo* político. A tolerância governamental em relação à presença dos Jesuítas em Portugal é vista em tom dramático como um atraioamento feito ao «sangue dos mártires» derramado pelos heróis do liberalismo na Guerra Civil de 1832-1834, pondo em perigo, em função disso, a própria legitimidade do regime monárquico-constitucional.

O Centro Republicano do Porto defendia a obrigaçao dos verdadeiros liberais se empenharem na defesa do regime representativo pelo combate sem tréguas ao jesuitismo. E explica a inação do presente regime contra este inimigo da nação que tolera no seu seio, pelo facto do regime se ter tornado híbrido e democraticamente falso. O texto panfletário dedica um espaço importante à caracterização dos Jesuítas em sintonia argumentativa com a ideografia antijesuítica mais ortodoxa, isto é, atribuindo-lhes as habituais faces do universo funesto, da desestruturação social e da decadência. Estes religiosos são vistos como obstáculos ao progresso, autores de uma degeneração sem limites, formando a «seita fanática» dos militantes da conspiração «contra a liberdade», desagregadora da família, que «ensina os filhos a iludir os pais, aconselha as esposas a abandonarem os maridos, influencia no espírito dos moribundos para obter pingues heranças», congeminaadora e executora dos «crimes mais repugnantes». Condensa-se aqui uma espécie de ladainha da criminalidade anti-liberal dos Jesuítas protegida pelo regime vigente, de modo a ensinar o povo a opor-se à monarquia em favor da adesão ao ideário político alternativo encerrado na solução republicana. Interessante, neste panfleto, é a recorrente apologia que faz no sentido de afirmar o republicanismo como depositário dos ideais mais genuínos do Cristianismo, mormente os ideais da «fraternidade», da «liberdade» e da «igualdade». Fá-lo por oposição ao jesuitismo que é figurado como o anticristianismo que teria feito degenerar a verdadeira religião de Cristo, fazendo, portanto, apelo para a necessidade da sua recristianização pela via republicana.⁶

A reclamação por parte do republicanismo da herança dos princípios do verdadeiro cristianismo era um dos tópicos muito repetidos pelo movimento antijesuíta reformista em geral que justificava, não poucas vezes, a sua luta contra a Companhia de Jesus pelo desiderato de depurar o catolicismo da degeneração da religião cristã operada pela influência do jesuitismo, o qual se

⁶ *A democracia e o jesuitismo. Manifesto do Centro Eleitoral Republicano do Porto, 2 de Fevereiro de 1881*, Porto, 1881.

teria tornado numa espécie de anticristianismo⁷. Este tópico ideológico de matriz pombalina não deixou de ser assumido e reformulado pelos vários movimentos laicistas de pendor antijesuítas⁸.

Há a registar um dado novo, acrescentado à argumentação antijesuítica feita neste panfleto que temos vindo a analisar, que é apenas enunciado, mas não desenvolvido nem explicitado. Trata-se da comparação exemplificativa, apelando para a história, entre o ódio do povo francês aos Jesuítas no século XVIII, resultante dos seus abusos e fraudes no plano económico, e a aversão medieval da população portuguesa à minoria judaica, sem, todavia, tecer qualquer comentário à razão ou desrazão deste último sentimento de ódio anti-semita. Resta a dúvida se se pretendia comparar simplesmente uma semelhança de grau, ou também de génese do referido sentimento de aversão. Se se pretendesse comparar este último aspecto, o texto em causa deveria ser filiado na linha ideográfica das pragueiras invectivas feitas contra as comunidades judaicas acusadas de usura e de opressão social por via da exploração financeira. Seja como for, esta comparação não deixa de evidenciar mais uma vez o paralelismo existente, e assim indicado num texto polémico, entre os traços ideográficos estruturantes do mito de *complot* jesuítico com os do *complot* semítico.

Desde a década de 80 do século XIX, os republicanos tinham de facto incrementado a promoção dos seus ideais para o alargamento das suas bases de apoio em termos populares, incorporando o combate ao jesuitismo como um instrumento polémico e como móbil ideológico estruturante da sua propaganda que visava apresentar uma solução alternativa ao regime vigente⁹.

Já no início do século XX o veemente publicista antijesuíta José Caldas, no diagnóstico verrinoso que fazia sobre a influência nefasta do jesuitismo em Portugal no contexto do despoletar da questão congreganista em 1901, apresentava, de forma enfática e em tom revolucionário, a solução republicana como o antidoto mais eficaz para travar a expansão dos Jesuítas e os erradicar. Pois via nestes

⁷ Rodrigues de Freitas é também um caso de um crítico, mas este não totalmente radicalizado, da Igreja e do jesuitismo, que sem deixar de denunciar aquilo que qualifica como a «infinita» separação entre a pregação de Cristo e da Igreja do presente, inscreve-se, todavia, num antijesuitismo de carácter reformista que visa, por assim dizer, reaproximar os católicos das exigências da mensagem original de Cristo, isto é, apelando para o regresso às fontes do cristianismo. Cf. Rodrigues de Freitas, *Páginas avulsas*, Porto, 1906, p. 231 e *passim*.

⁸ Cf. Vasco Pulido Valente, *O poder e o povo. A revolução de 1910*, 2ª ed., Lisboa, 1982, p. 34 e ss.

⁹ Para uma história da origem, formação e desenvolvimento do republicanismo em terras lusitanas ver a obra fundamental de Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal: - Da formação até o 5 de Outubro de 1910*, 2 Vols., Coimbra, 1991.

religiosos o maior mal que afectava a nação. Colocando claramente a questão política no centro do seu labor propagandístico, acusa o «coito com o jesuitismo» por parte da Monarquia Constitucional que não só tolerou como ardlou a oficialização da presença laboriosa do «inimigo» invasor no país¹⁰.

Este sugestivo e virulento catecismo antijesuítico de orientação republicana, propaganda, para fins de catequização e de mobilização política e ideológica, a imagem do total amancebamento entre o jesuitismo e o governo monárquico. A predominância jesuítica no centro do poder impedia-o de acertar caminho em direcção ao progresso. Esta imagem torna-se cada vez mais intensivamente recorrente no quadro destas campanhas antijesuítas (que o mesmo é dizer antimonárquicas) à medida que a monarquia se ia fragilizando em direcção à sua derrocada com o advento do dia sonhado da revolução republicana. José Caldas dá, neste libelo, a solução almejada pelos republicanos para este formidável agrihoamento da consciência nacional pelo jesuíta e para o serviço dos seus interesses obscuros. O enfeudamento de Portugal num jesuitismo avassalador era visto como responsável pelo estado de infelicidade social e familiar e pela inoperância política que o país alegadamente vivia. Para o autor, só a concretização da «Grande Ideia» era a única via certa: «O caminho da República»¹¹. A implementação de um regime deste género permitiria, na perspectiva do autor, o regresso de uma era de paz dourada pela prosperidade: «A concórdia entrará nos espíritos e nas consciências; a unidade moral da família, hoje mutilada»¹².

O jornalista republicano ilustra bem um dos aspectos paradoxais mais salientes dos construtores do mito jesuíta, adeptos da filosofia do livre-pensamento: o dogmatismo da sua mundividência e das suas soluções propostas para a vida do homem em sociedade. Usa o seu «livre-pensamento» para assumir posições e soluções radicais e autoritárias e mesmo repressivas no campo religioso, de tal modo que não é estranho que José Caldas tivesse chegado ao extremo de considerar «D. José mais liberal do que D. Carlos I»¹³.

¹⁰ Cf. José Caldas, *Os Jesuítas e a sua influência na actual sociedade portuguesa: meio de a conjurar*, Porto, 1901, p. 379. Este livro reúne uma colecção de artigos publicados por este cronista no periódico *O Norte* entre Junho de 1900 e Abril de 1901. O maçom José Joaquim da Silva Pereira Caldas (1818-1903) era formado em Filosofia e em Matemática, tendo exercido a actividade de professor do ensino liceal e jornalista no Centro e no Norte do país. Além da sua actividade intelectual e política muito activa contra o regime monárquico-constitucional, chegou a militar na Carbonária, tornando-se depois sócio-correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa.

¹¹ *Ibidem*, p. 386.

¹² *Ibidem*, p. 380.

¹³ *Ibidem*, p. 4.

Recorde-se que D. José e o seu ministro Carvalho e Melo, mais conhecido pelo título de Marquês de Pombal, assinaram a primeira Lei de Expulsão dos Jesuítas a 3 de Setembro de 1759.

Perfeitamente fiel à visão de que os Jesuítas formavam uma enorme rede que agrihloava o país e o asfixiava, José Caldas pretendia, com esta «canonização» republicana de um monarca ultra-absolutista da história de Portugal, demonstrar que as leis antijesuíticas do Marquês de Pombal¹⁴ teriam sido, com base neste particular critério ideológico, mais liberais do que a legislação congregarista de Hintze Ribeiro. Pois estas leis mais tolerantes tinham permitido oficializar a situação de facto que era a presença dos Jesuítas e de outros religiosos em Portugal, reintroduzidos e reorganizados nas suas comunidades e obras congreganistas. No fundo, o autor representava o ideário cada vez mais dominante entre os grupos anticlericais que pretendiam reduzir o liberalismo ao laicismo, depurador de toda a influência da Igreja e da religião em geral na sociedade.¹⁵ Este ideário está bem condensado sarcasticamente nos versos de

¹⁴ Como o tinha feito a ideologia pombalina, o republicanismo pregava a urgência de refundar a nação depois de remover as suas ruínas e os seus alegados arruinadores, para criar uma sociedade nova, regenerada sobre os escombros do jesuitismo «anti-científico». Esta doutrina fundamental e altamente mobilizadora era dominante no discurso republicano, fazendo parte da sua identidade revolucionária, e não era certamente uma mera exerescência como quiseram alguns analistas. Ver também a poesia de incitamento revolucionário de José Augusto de Castro, *Para a revolta*, Lisboa, 1904; e a peça de teatro para doutrinação popular contra a reacção, sonhando com o seu fim: *Verdadeira seita jesuítica. Um sonho fanthastico. Vingança Liberal*, Évora, 1909. De Alexandre Braga, ver *O processo monstruoso*, Lisboa, 1902. E do muito profícuo mação e positivista de nome simbólico Lutero, ver Heliodoro Salgado, *Através das Edades. Poemeto*, Lisboa, 1899. Ter em conta também as suas obras de combate doutrinal contra a Igreja e a religião: *Idem, O culto da Inaculada. Estudos críticos e históricos sobre a mariolatria*, Porto, 1905; e *Idem, A Religião da morte*, Pref. Botto Machado, Lisboa, s.d. Também houve a preocupação de fazer eco em Portugal das «manobras destruidoras» do jesuitismo internacional, como foi o caso do célebre padre catalão, Francisco Ferrer, condenado à morte em 1909 por ter fundado escolas de inspiração laica, sendo elevado depois à categoria de mártir do progresso pelos movimentos laicistas. Cf. *O tempo*, N.º 29 e 30, 1909.

¹⁵ Esta propaganda de descredibilização dos Jesuítas feita especialmente por intermédio da imprensa periódica, também era acompanhada no terreno pelo esforço de desacreditação de jesuítas concretos e individualizados que, de algum modo, tenham alcançado fama e ascendência sobre a população. A título de exemplo, deve-se recordar a propaganda levada a cabo contra o Padre Grainha, jesuíta muito apreciado e influente pelo sucesso alcançado pelas suas missões populares. O cinzel antijesuítico voltou-se para esta figura em particular, explorando a sua hipocrisia e vícios secretos, a fim de evitar que se voltasse «aos tempos de Gusman e Loyola, como à mitologia pagã ou ao culto das cebolas do Egipto» (Ana de Castro Osório; Paulino de Oliveira, *Uma missão do padre Grainha*, Setúbal, 1901, p. 39). Note-se que as missões populares

Gomes Leal escritos também no ano quente de 1901, apelando para a revogação total da velha ordem em favor da assunção, sem cedências nem compromissos, de outra totalidade ideológica substitutiva, a laicização radical da sociedade:

«Nada de convenções — falamos claro e alto.

Quem traz, na hora actual, a Europa em sobressalto?

É Loyola que rosna e Orleães que assobia,

É Miguel dando o braço à D. Sacristia.

(...)

O Estado é essencialmente um ser laico e civil.

Nada tem com o céu, cor-de-rosa ou cor-de-anil,

Com a alma, o outro mundo, a consciência, a fé,

Com a barra de Balaão ou o asno Maomé.

O Estado é o zelador civil unicamente,

Que deve respeitar a opinião de toda a gente,

Logo que não moleste e estorve o seu vizinho».¹⁶

Mas reside aqui precisamente o paradoxo desta corrente marcada pelo livre-pensamento e apregoadora da democracia, que valorizava extremamente o papel tutelador e educador do Estado, mas altamente intolerante em relação aos largos sectores da sociedade civil dirigidos e influenciados pela Igreja. Tratava-se do ideário de uma minoria que se pretendeu impor ao sentir da maioria¹⁷. Justificava-se, porém, este anti-liberalismo intransigente e intrin-

internas muito promovidas pela Igreja em ordem a revitalizar o Cristianismo nas velhas sociedades europeias, particularmente feitas através dos regulares das diferentes congregações, eram vistas pelos críticos com muita suspeita, como expressão da estratégia jesuítica para restaurar a velha ordem social de matriz católica e absolutista. A utilização deste instrumento pastoral, entendido pelos anticlericais como uma arma de reconquista da reacção, era tanto mais agravado pelo facto de serem os Jesuítas os seus protagonistas e agentes mais activos, como sublinha Fernanda Enes: «quando os missionários são jesuítas a reacção é considerada dupla e de um ultramontanismo por excelência» (Fernanda Enes, *Missionação: problemática geral e sociedade contemporânea*, Separata do Congresso Internacional de História da Missiologia Portuguesa e Encontro de Culturas, Braga, 1993, p. 69; e cf. René Rémond, *L'anticlericalisme en France: de 1815 à nos jours*, Bruxelles, 1985, pp. 404-410).

¹⁶ Gomes Leal, *Carta ao Bispo do Porto. O Jesuíta e o Mestre Escola*, Lisboa, 1901, pp. 12 e 15.

¹⁷ Mas os Jesuítas e as congregações religiosas em geral, para falar apenas desta parte mais odiada da Igreja Católica, gozavam de opinião favorável da parte da esmagadora maioria da população rural que era majoritária no conjunto do país. Além disso, os Jesuítas encontravam flancos de apoio importante entre a alta nobreza e entre alguns sectores da burguesia abastada que lhe confiavam os filhos para efeitos de educação. Do outro lado da barricada, o movimento anticlerical laicista e antijesuíta agremiava os seus

seco às soluções laicistas, com base na ideia amplamente difundida de que essas organizações católicas estariam infectadas pelo espírito jesuítico, e cuja vontade não era verdadeiramente livre, nem sequer, por vezes, consciente, e muito menos patriótica, por isso não merecedora de ser creditada e tolerada pelo Estado. Fernando Catroga caracteriza a atitude e as posições deste grupo, que estava longe de ser representativo do «estado mental dominante», ou de servir o consenso da esmagadora maioria da população, pois era de facto uma minoria esse «vanguardismo iluminista do estado republicano».¹⁸

Esta vanguarda adoptava como modelo a matriz universal de todos os revolucionarismos modernos que era a Revolução Francesa, e, no plano nacional, a legislação regalista e antijesuítica do Marquês de Pombal e de Joaquim António de Aguiar. Nessa medida, tomava especialmente a figura do Marquês de Pombal como o precursor das revoluções portuguesas que puseram fim ao velho despotismo monárquico. Donde o insistente apelo à restauração das leis antijesuíticas emanadas e executadas no reinado de D. José I. O mito de *complot* jesuítico era utilizado, deste modo, para justificar o anticongreganismo e o anticlericalismo, em geral, e até o anticatolicismo, que se associava ao antimonarquismo, para exigir a substituição revolucionária do regime político vigente.

O jesuíta é, pois, figurado como o inimigo por excelência da nação e da humanidade, e, por isso, a revolução teria que ser feita especialmente contra ele. Para Caldas, o jesuíta, caracterizado na linha do já ilustrado organicismo positivista, deveria ser combatido com uma vontade política inamovível e com uma metodologia científica. A doença do jesuitismo já estava suficientemente bem diagnosticada, o tipo do jesuíta já estava definido e isolado cientificamente: «O jesuíta está conhecido e totalmente constatado (...) assim como o poder da sua acção sinistra e deletéria no organismo de todas as sociedades humanas».¹⁹

apoios entre as franjas sociais descontentes com o regime, em meios eruditos ligados à universidade e à imprensa, na classe média e nas classes operárias urbanas que viviam em dificuldades e aspiravam profundamente a uma vida melhor. Especialmente desde anos 90 do século XIX o movimento republicano ganhou progressivamente importantes apoios de organizações e figuras da sociedade portuguesa, desde a Maçonaria à Carbonária. Também muitos adeptos do socialismo passaram a depositar as suas esperanças e seus apoios para o derrube do regime vigente na solução proposta pela «Ideia Republicana». Cf. Vítor Neto, *op. cit.*, p. 357; e Pedro Castro, *Congregações religiosas. Documentos para a sua história em Portugal*, Évora, 1910, pp. 31-34; César Oliveira, *O operariado e a República Democrática*, 1910-1914, Lisboa, 1974.

¹⁸ Cf. Fernando Catroga, *O republicanism*, *op. cit.*, Vol. 2, p. 371.

¹⁹ José Caldas, *op. cit.*, p. XVIII. Ver também outras obras, além das que já temos vindo a analisar, na mesma linha ideológica de militância antijesuítica: Paulo Emilio, *A lanterna. Opúsculo semanal de inquérito à vida religiosa e eclesiástica portuguesa*, Lisboa, 1909-1910; Henrique de Carvalho, *Cartas vermelhas ao Rei e ao Povo contra o jesui-*

Com base nesta concepção organicista da sociedade, a utopia prospectivada da existência social republicana deveria essencialmente consistir na substituição do organicismo religioso (afectado globalmente pelo jesuitismo, qual máquina em que os membros são autómatos, de acordo com a visão típica do *complot*) por um organicismo de natureza laica. Aplicar este remédio para a doença estrutural do país seria o objectivo da guerra contra tão fábulo inimigo.

Destaque-se também neste ano de 1901 o aparecimento do jornal *O jesuíta*, publicado por Tomás Rodrigues Matias em Lisboa (que se situa na linha das edições de periódicos anteriores e tão efémeros como eles, especializados na propaganda antijesuítica como o *Anti-jesuíta* e a *Semana de Loyola*), do qual saíram 6 números entre Abril e Maio de 1901. Este periódico visava tecer uma crítica directa e mordaz à actuação do governo que protegia os religiosos da Companhia de Jesus e outras congregações religiosas presentes no país. Recheado de ilustrações, de crónicas, de comentários, de adágios, de poesia, complementados com textos de historiografia antijesuítica (em especial da pombalina *Dedução cronológica e analítica*), *O Jesuíta* faz uma verdadeira sátira à legislação de Hintze Ribeiro e aos seus «protegidos» jesuítas²⁰. Este jornal é bem expressivo do carácter primário da polémica e da fobia antijesuítica, bem ao gosto popular²¹, que incendiava então o país e que se tornou mais efervescente com o rebenatar da questão congreganista de 1901. Vale a pena citar um dos sonetos que recorta «um perfil do jesuíta» e que dá bem a configuração mítica que se erguia propagandisticamente desta figura tão vituperada para consumo popular:

“O que é o jesuíta? Um cancro tenebroso,

Um tirano que afronta a triste Humanidade,

Um tartufo sem nome, exímio de maldade,

Que tem por capa Cristo, o Justo piedoso.

Um devasso que mancha o altar, o virtuoso;

Que ergue os olhos ao céu e prega a caridade;

tismo e pela República, Lisboa, 1910; Nicolau da Fonseca, *Dona Filomena ou as vicissitudes da Seita...*, Lisboa, 1908; Bernardino Machado, *Da monarchia para a República*, 1883-1905, Lisboa, 1905; Fernão Boto, *Creença e revolta*, Lisboa, 1908.

²⁰ Esta legislação publicada pelo Ministro da Justiça Hintze Ribeiro, em 1901, pretendia resolver a questão da ilegitimidade da presença de Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, admitindo-as legalmente com o estatuto de associação com objectivos de educação e bememerência.

²¹ A. Gondomar, “O anti-clericalismo em Portugal”, in *Brotéria*, Vol. 29, 1939, pp. 554-563.

este partido público; de modo particular a reafirmação de um certo regalismo de Estado que se traduziu na proibição da fundação de novos seminários, na proibição de recrutamento de professores religiosos sem autorização governamental e proposição de um projecto para reforma do registo civil²⁵.

Divergências católicas reforçam a opinião antijesuítica laica

Os próprios Jesuítas estavam a viver um momento de polémica no seio da Igreja portuguesa nas vésperas da sua terceira expulsão de Portugal. Era a polémica em torno da questão do voto católico que se tinha acendido em 1908 com os Franciscanos de Montariol que editavam a revista *Voz de Santo António*. Ao mesmo tempo, membros da Liga do Clero Pobre, tinham criticado a Companhia de Jesus de querer monopolizar a formação do clero em Portugal. O que revela que os Jesuítas, as suas posições ideológicas e a sua forma de acção pastoral continuavam a não reunir consenso no seio do catolicismo, embora as críticas que lhe eram feitas por parte de alguns sectores católicos, neste período, não atinjam o grau das formulações jesuítófobas e complotísticas do antijesuitismo laico extra-eclesial.

Mas teve maior impacto a controvérsia em torno da revista franciscana de Montariol. Esta discussão ficou conhecida pelo nome de polémica modernista que colocou em destacado confronto a *Voz de Santo António* e a revista dos Jesuítas intitulada o *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*, publicada na casa de noviçado da Companhia de Jesus sediada no convento do Barro em Torres Vedras. Estava de maneira especial em causa uma questão de natureza política, isto é, o problema do equacionamento da relação do clero e dos católicos em geral com a política partidária. Alguns artigos publicados na revista franciscana veiculavam a posição doutrinária de que os católicos não deveriam identificar-se com um partido específico, nem o clero deveria utilizar o púlpito para fazer campanha eleitoralista em favor de uma determinada corrente política²⁶.

²⁵ Cf. Vitor Neto, *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, 1998, p. 256; e Francisco Rocha Martins, *João Franco e o seu tempo*, Lisboa, 1925.

²⁶ O texto que desencadeou a polémica tinha sido publicado em Fevereiro de 1908 na "Crónica ligeira" que figurava normalmente na contra-capa da revista. O cronista franciscano defendia a não vinculação exclusiva obrigatória dos católicos em relação a qualquer facção partidária. Defendia, pois, a liberdade de voto para os membros da Igreja Católica contra a arremetimento que alguns sectores do catolicismo português promoviam em favor de um só partido: «(...) não queremos que a religião se confunda com a monarquia nem com a democracia nem com nada (...). A religião nunca deu normas particulares de política, porque os programas políticos valem tanto quanto se adaptam às circunstâncias e às condições de vida de um país, ao passo que a ideia reli-

Que tem na boca Deus, a velha santidade...
Quando ele é: um bandido, um réptil asqueroso!...

Assassino de honra, um coração de ferro,
Que os anjos prostitui, conduzindo-os ao erro
Do triste lupanar, da torpe bacanal...

Um perverso do mundo, um apóstolo falso,
Que devia acabar no inferno cadafalso,
Queimado na fogueira ou rasgado a punhal!...»

Ao longo da primeira década do século XX a exigência da erradicação do jesuitismo era cada vez mais o tema-chave, o pretexto mobilizador, o assunto incontornável das campanhas oposicionistas ao regime. Era o tema forte dos comícios, das manifestações, dos motins, das comemorações, das homenagens às vítimas dos Jesuítas e dos frades em geral, das romagens aos cemitérios, dos congressos anticlericais que se sucederam com grande entusiasmo. Até mesmo muitas associações laicas para reivindicar o registo civil obrigatório e para promover outros projectos laicos de substituição de práticas sociais ligadas à religião, assumiram o adjectivo de antijesuítas²⁷. Os jornais deleitavam-se a relatar incidentes e crimes clericais reais ou imaginários, mas sempre generalizados e hiperbolizados, como sendo a ponta do iceberg da grande rede criminosa implantada pelo jesuitismo. O regime cada vez mais fragilizado, especialmente depois do regicídio operado pela carbonária que liquidou o rei D. Carlos em 1908, a quem sucedeu D. Manuel II, tinha cada vez menos força para conter o descontentamento amplamente explorado pelo movimento republicano²⁸. O governo ditatorial de João Franco (1906-1908) tentou ainda sustentar a vaga de cheiro revolucionário encarnada no republicanismo, pela introdução no seu programa político de algumas exigências formuladas por

²⁷ Domingos Pereira, "Um perfil do jesuíta", in *O Jesuíta*, 2 de Maio, n.º 5, 1901, p. 2. Até em adágios para andarem de boca em boca de fácil memorização o jesuíta entrava para decalcar a imagem da sua perigosidade e dos seus crimes e ardis típicos: «Entre os Jesuítas e os potros / Não há ponto de contacto: / Uns comem ervas do mato, / Boas heranças, os outros». *Ibidem*, 11 de Abril de 1901, p. 4.

²⁸ Como foi o caso, entre outras, da Grande Comissão Antijesuítica criada em 1901 para combater a legalização do congreganismo e concertar esforços para promover a concretização do ideário de secularização total da sociedade. Cf. António Ventura, *Anarquistas, republicanos e socialistas*, op. cit., p. 61 e ss.; e Fernando Catroga, *A militância laica laica e a deschristianização da morte em Portugal, 1865-1911*, 2 Vols., Coimbra, 1988, *passim*.

²⁹ Cf. Rui Ramos, *Liberal reformismo in Portugal: Oliveira Martins, the movement for a New Life and the politics of the constitutional monarchy (1885-1908)*, Tese de Doutoramento apresentada na Universidade de Oxford, Oxford, 1997, cap. V-VI.

Esta posição era defendida contra a corrente que misturava religião e política e defendia a votação obrigatória dos católicos no Partido Nacionalista²⁷, como sendo aquele que melhor defenderia os interesses e o ideário da Igreja Católica. A revista dos Jesuítas defendia esta última posição monolítica, segundo a qual cada eleitor católico deveria votar nesta opção política em nome da fidelidade ao seu credo religioso, apelando assim para o foro da

giosa vale sempre (...). Se há partidos que se incompatibilizam com a Igreja é claro que em esses não voto, porque a minha consciência de católico mo proíbe. Mas se os há que são meramente políticos, posso dar-lhes a minha preferência. Dependente disso dar minhas ideias políticas. Porque não é como católico que eu voto ou que vou ao parlamento: é como cidadão católico (...). Por outras palavras, não há política católica, nem partido católico, mas pode haver partidários e políticos católicos de valor». "Crónica ligeira", in *Voz de Santo António*, Fevereiro de 1908, contra-capá. A esta tese política da defesa da liberdade do voto católico não eram também alheias outras questões de natureza teológica, como o tema central da chamada questão modernista, que discutia a problemática doutrinal em torno da imutabilidade do dogma e da reflexão sobre a possibilidade deste conhecer uma evolução do ponto de vista da sua formulação adaptada aos tempos históricos e aos desafios da investigação científica. A tese mais progressista que defendia a possibilidade das doutrinas dogmáticas da Igreja poderem e deverem sujeitar-se a alguma adaptação e evolução foram defendidas em Portugal pela *Revista de Estudos Sociais* do Centro Académico da Democracia Cristã, que, assim, se aproximava do ponto de vista das posições modernistas que eram defendidas pela revista *Voz de Santo António*. Embora em Portugal os Jesuítas, sem terem transpirado vozes discordantes no seio da Companhia, tenham manifestado um posicionamento conservador, a realidade não era assim tão aparentemente unânime na Ordem em termos europeus. Por exemplo, em França, contra a tendência dominante marcada pela intransigência no seio da Companhia, não deixaram de registrar-se vozes moderadoras como Léonce de Grandemaison que defenderam a não rejeição pura e simples das teorias modernistas, mas que defendiam a importância de abrir portas ao debate e à reflexão séria sobre aquelas novas propostas teóricas. Estas vozes discordantes são, com efeito, precursoras das tendências de abertura, diálogo e adaptação ao mundo e à sociedade moderna que veio a ganhar grande audiência no seio da Ordem de Loyola na segunda metade do século XX. Cf. Dominique Avon; Philippe Rocher, *Les Jésuites et la Société Française, XIXe-Xxe siècles*, Toulouse, 2001, p. 101 e ss.

²⁷ Alguns membros da Companhia de Jesus tinham-se, de facto, empenhado no favorecimento da criação do Partido Nacionalista em 1903, como partido católico, acreditando que a aglutinação dos votos católicos num só partido que defendesse os valores da Igreja era a melhor solução para contrariar a vaga anticlerical que grassava nos meios políticos e culturais do país. Este partido resultou da transformação do Centro Nacional constituído em 1901 para defender os interesses católicos no âmbito do regime vigente. Os defensores desta perspectiva de partidarização do catolicismo viam com animadversão as críticas providas de sectores católicos que discordavam desta opção, tanto mais que esta via não alcançou o sucesso que se esperava. Cf. Gomes dos Santos, *O catolicismo em Portugal*, Póvoa do Varzim, 1909, p. 106; e para o estudo da assunção deste partido ver Amaro Carvalho da Silva, *O Partido nacionalista no contexto do nacionalismo católico, 1901-1910*, Lisboa, 1996.

consciência dos fiéis. Os contraditores da posição assumida pela revista franciscana, de que os Jesuítas se tornaram intérpretes e a face mais visível, levaram a Roma a acusação de modernismo contra aquele órgão de imprensa da Ordem dos Franciscanos Menores, acusação que levou a suspensão desta revista por parte da Santa Sé em 1910, pouco antes de reberntar a revolução republicana²⁸.

O pensamento político veiculado por esta revista era também defendido por destacados intelectuais católicos ligados aos sectores laicais do catolicismo, como é o caso de Abúndio da Silva (1874-1914), que se inscreviam na chamada corrente do catolicismo que simpatizava com as ideias da chamada democracia cristã. O publicista católico entrou em clivagem ideológica com a corrente católica que defendia o projecto de dogmatização e monopolização da consciência política dos católicos em torno de um partido único²⁹. Este intelectual interpreta bem a opinião da corrente que se tinha demarcado dos Jesuítas, criticando a sua perspectiva conservadora de intervenção dos católicos na política que incentivava uma promiscuidade entre política e religião, defendendo antes uma posição mais vanguardista de separação e de salvaguarda da autonomia entre estas duas esferas³⁰.

²⁸ Mas esta disputa e o seu desfecho favorável aos Jesuítas não pode ser apenas visto como um confronto entre uma revista franciscana e uma revista jesuíta e as ordens que as editavam, nem sequer uma disputa de terreno de influência e de hegemonia religiosa entre os seus movimentos de leigos, isto é, o Apostolado da Oração e a Ordem Terceira, mas foi sobretudo um conflito político em dois campos, não propriamente Jesuítas e Franciscanos, ou os respectivos apêndices laicais, mas sim *nacionalistas católicos*, por um lado, e *democratas-cristãos*, por outro» (Manuel Braga da Cruz, *As origens da Democracia Cristã e o salazarismo*, Lisboa, 1980, p. 219). Tanto assim é que a corrente democrata-cristã não colhia apoios em toda a linha da Ordem Franciscana. Por exemplo, os frades do Convento do Varatojo divergiam dos seus confrades do Convento de Montariol em favor da tese perfilada pelos Jesuítas do *Novo Mensageiro*.

²⁹ Nesta época há que distinguir dois grandes movimentos dentro do próprio catolicismo. O Catolicismo constitucional e concordatário, portanto, em certa medida liberal, que optou por conformar-se e por ganhar espaço dentro do regime político vigente; e o catolicismo intransigente, legitimista e integralista, onde tendem a situar-se os Jesuítas. Cf. António Matos Ferreira, "Liberalismo", in Carlos Moreira Azevedo, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, Vol. P-V, [Lisboa], 2000-2001, p. 432.

³⁰ Este intelectual e jornalista católico assumiu primeiramente a defesa das posições da revista franciscana em crónicas publicadas no *Correio do Norte*. Criticava fortemente a corrente político-religiosa que defendia o alinhamento dos católicos num único partido, em favor da disseminação da participação católica em diferentes agrupamentos partidários e outras organizações de intervenção cívica na linha da chamada política de *ralliement* proposta no princípio da década de 90 do século anterior por Leão XIII aos católicos franceses e muito bem acolhida pelos sectores mais progressistas do catolicismo liberal europeu. E não sem razão afirma que no quadro da história do libera-

Esta polémica e o seu desfecho tem importância para o nosso estudo, na medida em que é reveladora da tendência conservadora e intriguista que dominava a Companhia de Jesus neste período, em sintonia com a tendência dominante perfilada pela direcção católica perfilada pelo Papado e ainda mais accentuada, entretanto, com a ascensão ao trono pontifício de Pio X, depois de uma relativa abertura de Leão XIII³¹. Curiosamente, no quadro destas polémicas, as vozes do movimento antijesuítico extra-ecclesial não deixaram de explorá-las e instrumentalizá-las em favor das suas teses, atacando os Jesuítas e colocando-se ao lado dos Franciscanos. Foi uma oportunidade excelente para reafirmarem, com uma comprovação real, as suas acusações de reacionarismo em relação aos Jesuítas, e para defender os Franciscanos e o seu espírito de abertura, apresentados como vítimas do jesuitismo no seio da Igreja³². Neste contexto, até o próprio governo chegou a repreender o Arcebispo de Braga por ter dado execução ao ofício da Cúria Romana que ordenava a supressão da revista *Voz de Santo António*³³. Mas, sublinhe-se que aqui houve menos um intento de defender os Franciscanos, que para todos os efeitos formavam uma ordem religiosa que não veio a deixar de ser alvo do anticongreganismo efervescente, e mais uma oportunidade e uma mais-valia para exprobrar os Jesuítas.

De sublinhar ainda é o facto de que nas vésperas da revolução, o ministro regenerador Teixeira de Sousa (simpatizante do movimento antijesuítico), pressionado pelo enfurecimento da propaganda anticongreganista, na seqüên-

do português boa parte do «clero regular e secular, em vez de desfazer esta confusão do miguéllismo com o catolicismo, explorava-a; foi ele que mais ajudou a alimentar essa demagogia infame do cacete; ele que calou a sua voz não erguendo um protesto contra as forças; ele que transformou o púlpito em tribuna de comício donde desferiu anatemas contra o Sr. D. Pedro e os seus sequazes». Ver Manuel Isaias Abundio da Silva, *Cartas a um abade. Sobre alguns aspectos da questão politico-religiosa em Portugal*, Braga, 1913, p. 67; Idem, *Questões actuais*, Porto, 1910; Idem, *Politica religiosa. Resposta a uma crítica*, Braga, 1913.

³¹ Recorde-se que sob pontificado de Pio X a Igreja Católica tornou-se muito representativa em relação ao movimento modernista que tinha despertado no seu seio, reafirmando a ortodoxia católica e distanciando-se e até frustrando a «tentativa de actualização científica da instituição religiosa, levada a efeito no pontificado de Leão XIII». Cf. Vítor Neto, *op. cit.*, p. 514.

³² Para um estudo sobre estas polémicas, ver: E. Nunes, «A questão da Voz de Santo António: Alguns elementos para o seu estudo (1908-1910)», in *Reflexão cristã*, Vol. 68, 1990, pp. 27-45; António Montes Moreira, «O Colégio Franciscano de Montariz (Braga)», in *Itinerarium*, Vol. 103, 1979, pp. 10-38; e Manuel Clemente, «Modernismo», in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa*, *op. cit.*, Vol. J-P, pp. 249-251.

³³ Ver Portaria assinada por Manuel Joaquim Fratel no *Diário do Governo*, n.º 150, 12 de Julho de 1910.

cia da muito badalada expulsão dos Padres da Aldeia da Ponte³⁴, pediu aos governadores civis uma nova sindicância exaustiva sobre as condições de permanência das ordens religiosas no país e a averiguação do respeito destas pela legislação em vigor desde 1901.

Embora a averiguação oficial não tivesse sido concluída globalmente em virtude da deposição do regime monárquico a 5 de Outubro de 1910, antes disso chegaram às mãos do governo resultados preliminares do inquérito dirigido por Pedro de Castro e por Sebastião Sampaio às residências dos Jesuítas, que apresentavam provas de várias situações ilegais³⁵. Encontraram instituições religiosas que não cumpriam os requisitos da lei de Hintze Ribeiro, pois deveriam ser apenas destinadas ao ensino, à assistência e à actividade missionária. Averiguaram a existência de práticas de noviciado no Colégio do Barro que também tinham sido proibidas, a subordinação de religiosos portugueses a superiores estrangeiros que ultrapassavam a obrigação da tutela pelo ordinário do lugar, etc. Perante esta situação de ilegalidade, o governo ainda teve tempo de ordenar o encerramento de comunidade dos Jesuítas instalada na rua do Quelhas, a 4 de Outubro de 1910, à boca da revolução republicana. E antes disso o governo, pela mão de Teixeira de Sousa, tinha chegado a apresentar ao monarca um projecto de lei para obrigar ao encerramento de todas as comunidades da Companhia de Jesus em Portugal a breve trecho. A promulgação desta lei foi recusada pelo rei, alegando o receio de perder o título de rei Fidelíssimo que lhe tinha sido atribuído pelo Papa ou de ser censurado pela Igreja por hostilizar as suas instituições³⁷.

Desta vez foi a monarquia moribunda que impediu, à beira do seu fim, a reedição com a sua chancela, de leis dos monarcas antecessores contra a colúna jesuítica, que agora longe de ser um inimigo perigoso do regime monár-

³⁴ Os religiosos do Convento da Aldeia da Ponte faziam parte da denominada, para efeitos civis, Associação dos Missionários do Sagrado Coração de Maria, que faziam parte da Congregação fundada pelo Pe. José Maria Claret, também conhecidos por Padres Claretianos. O Convento da Aldeia da Ponte, Concelho do Sabugal, era de facto a sua Casa-Mãe, donde tinham dado início à sua implementação e expansão em Portugal, vindos de Espanha. Estes, à semelhança do que acontecia com as ordens religiosas em geral, eram considerados como sendo mais uma das metamorfoses dos Jesuítas pela propaganda anticlerical.

³⁵ Cf. Vasco Pulido Valente, *O poder e o povo*, *op. cit.*, p. 38 e ss.; e Idem, *As duas tácticas da Monarquia perante a Revolução*, Lisboa, 1974.

³⁶ Ver José Ramos Preto, *Relatório sobre o extinto colégio de São Fiel da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1911; Idem, *Os Jesuítas na política. Minuta de recurso eleitoral*, Castelo Branco, 1910.

³⁷ Cf. Teixeira de Sousa, *Para a História da Revolução*, vol. II, Coimbra, s.d., p. 56; e Vasco Pulido Valente, *O poder e o povo*, *op. cit.*

quico constitucional, imagem ténue do que tinha sido a monarquia nos seus alvares do exacerbatamento do seu poder, era agora um dos seus suportes e defensores contra os que ameaçavam derrui-la.³⁸

A terceira expulsão da Companhia de Jesus

Tão proficientemente catequizadas estavam as fileiras republicanas por uma propaganda antijesuítica sistemática e intensiva, e tão medonho era o fantasma jesuítico construído e com o qual se povoou a susceptível imaginação popular, que não poderia ser nunca outra a solução tomada, aliás, com significativa imediatéz pelo regime revolucionário instituído pela revolta republicana de 5 de Outubro de 1910. Não seria de esperar outra via, sob pena de inconsequência e incoerência ideológica dos protagonistas e propagandistas do novo regime, que tinham feito do jesuitismo o inimigo número um a vencer. Nada mais urgente se apresentou do que exorcizar a fantasmagoria jesuítica, o bode expiatório do mal da nação. Com efeito, a Lei de expulsão dos Jesuítas à cabeça de todas as congregações que, com a Companhia de Jesus, foram expulsas, foi a primeira das medidas de grande dimensão e impacto tomadas pelo regime republicano implantado em 1910 em Portugal.³⁹

O governo provisório colocado no poder pelo movimento revolucionário estava pejado de militantes professores do antijesuitismo, e era presidido por um dos intelectuais mais críticos da Companhia de Jesus, Teófilo Braga, que transformou o ideário laicizante da sociedade portuguesa em programa prioritário da política republicana. Neste programa emergiram como pontos programáticos centrais a extinção das congregações, o fim da confessionalidade religiosa do país ou da religião oficial em termos constitucionais traduzida na separação oficial da Igreja em relação ao Estado; quando não o fim da religião em si a médio prazo, como sonhava Afonso Costa⁴⁰, o executor da política de restrição do catolicismo

³⁸ Já tinha havido uma tentativa falhada, a 31 de Janeiro de 1891, de depor a Monarquia pelas armas, na sequência do grande desaire nacional que foi o *Ultimatum* inglês e a perda de importantes territórios coloniais em África em favor do controlo da Coroa britânica. Mas esta tentativa de golpe militar foi asfiziada. Desde, então, sem que o movimento republicano tivesse mudado o intento de derrubar o regime monárquico pela força, optou por enfraquecê-lo pela intensificação de uma campanha propagandística que visava desacreditar a monarquia, no qual processo a bandeira antijesuítica desempenhou um papel fulcral. Cf. Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa*, Lisboa, 1971.

³⁹ Cf. Vasco Pulido Valente, *A "República Velha" (1910-1917)*, Lisboa, 1997, p. 23 e ss.

⁴⁰ Este intrépido combatente do jesuitismo, este novo Pombal como alguns lhe chamaram, acreditava, como chegou a afirmar, que com a implantação da República e a

em Portugal. Afonso Costa, enquanto Ministro da Justiça⁴¹, praticou, na avaliação feita por João Medina, um «anticlericalismo de má consciência como se o novo regime fosse uma cruzada contra o túmulo de São Pedro»⁴².

Com efeito, três dias depois de implantada a República, sem grande trabalho legislativo, decretou a expulsão dos Jesuítas e das outras corporações regulares. Mas não cria propriamente uma lei nova de expulsão, mas apenas recoloca em vigor a Lei de expulsão dos Jesuítas decretado pelo governo absolutista do Marquês de Pombal, pelo decreto do governo da República de 8 de Outubro de 1910: «Art.º 1 – Continua a vigorar como lei da República Portuguesa a de 3 de Setembro de 1759, promulgada sob o regime absoluto e pela qual os Jesuítas foram havidos por desnaturalizados e proscritos, e se mandou que, efectivamente, fossem expulsos de todo o país e seus domínios e para neles mais não poderem entrar». E no segundo artigo repõe em vigor o decreto de 28 de Agosto de 1767, pelo qual o governo josefino reexplicava e reforçava a lei de 1759⁴³. Não prescinde também de declarar, no artigo 3, nulas todas as leis de espírito e de letra contrárias ao articulado anteriormente, visando expressamente a lei de Hintze Ribeiro de 18 de Abril de 1901, «que disfarçadamente autorizou a constituição de congregações religiosas no país quando pretextaram dedicar-se exclusivamente à instrução ou beneficência ou à propagação da fé e civilização no ultramar»⁴⁴. O mesmo decreto, no seu artigo 6, impõe a extinção de todas as outras ordens, repondo em vigor o decreto de Joaquim António de Aguiar de 1834, e ordena o repatriamento dos religiosos de origem estrangeira, ao mesmo tempo que coagia os professores

difusão dos valores cientistas e racionalistas inspirados no positivismo, a religião iria desaparecer da sociedade em poucos anos, como consequência natural do advento pleno do estágio científico. Cf. Fernando Catroga, *O republicanism em Portugal*, op. cit., pp. 221-223.

⁴¹ Afonso Augusto Costa (1871-1937), que viria a ser também mais tarde Presidente da República, foi a face executora das medidas antijesuítas e anticatólicas da I República. Era doutorado em Direito e professor da Universidade de Coimbra. Este militante republicano tinha sido eleito deputado em 1900 pelo círculo do Porto. Fez a sua iniciação na Maçonaria em 1905, na Loja *O Futuro*, onde adoptou o nome simbólico de Platão, percorrendo todos os graus da hierarquia maçónica. Este professor também tinha sido, por inerência da sua militância maçónica e republicana, um propagandista antijesuítico. Entre os seus trabalhos publicados contra a Igreja e o jesuitismo destaca-se o seguinte: Afonso Costa, *A igreja e a questão social: analyse da enciclica pontificia de "Conditione opificium"*, de 15 de Maio de 1891, Coimbra, 1895.

⁴² João Medina, *Oh! A República*, Lisboa, 1991, p. 312.

⁴³ Edmundo Gorjão (coord.), *Decretos e leis sobre Jesuítas e Congregações Religiosas*, Lisboa, 1910, p. 7.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 8.

portugueses à redução ao estado secular⁴⁵. A que se segue, como era já da prática neste tipo de expulsão, a nacionalização de todos os bens dos institutos regulares agora extintos. Até a *Constituição da República*, promulgada mais tarde, não deixa de contemplar no seu articulado o reforço destas medidas, tornando assim o Estado português constitucionalmente antijesuítico e anticongreganista: "É mantida a legislação que extinguiu e dissolveu em Portugal a Companhia de Jesus, as sociedades nela filiadas, qualquer que seja a sua denominação e todas as Congregações Religiosas e Ordens Monásticas, que jamais serão admitidas em território português".⁴⁶

Pouco depois, o ramallete legislativo anticatólico compôs-se com o decreto de separação do Estado da Igreja e do fim de todos os seus privilégios⁴⁷, remetendo a prática religiosa para o foro privado e para o interior dos templos, proibindo-se quaisquer manifestações públicas de natureza religiosa⁴⁸. Era dada, assim, consecução legislativa ao ideário republicano de laicização radical da

⁴⁵ Cf. *Ibidem*.

⁴⁶ "Primeira Constituição da República Portuguesa", in *As constituições portuguesas de 1822 ao texto da actual Constituição*, 2.^a ed., Lisboa, 1984, Art.^o 3.^o, n.^o 12. Veja-se os estudos publicados por Nuno Severiano Teixeira; António da Costa Pinto (ed.), *Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, 2000.

⁴⁷ Cf. Paulo F. de Oliveira Fontes, "Da reacção à política laicizadora da I República ao projecto de reconquista cristã da sociedade", in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa*, op. cit., Vol. III, p. 136 e ss. A promulgação desta Lei provocou uma forte reacção dos Bispos Portugueses através de um protesto formal e de uma pastoral colectiva, que depois foi corroborado pelo próprio Papa Pio X e pela sua Encíclica *Jandatum in Lusitania* de 24 de Maio de 1911. Cf. Manuel de Oliveira e Castro, *A pastoral colectiva do episcopado português ao clero e fiéis de Portugal e o beneplácito do Estado*, Coimbra, 1911. A imprensa republicana logo classificou esta reacção da hierarquia católica de «intransigente» e o texto papal de «documento jesuítico». O jornal *O Século* fez a pergunta retórica de quanto teriam pago os Jesuítas ao Vaticano para publicar aquela encíclica pontifícia anti-republicana, aliás em sintonia com a imprensa internacional pró-republicana, como foi o caso do jornal *Le Figaro* que também criticou o documento papal. Referido por F. A. da Cruz Correia, *O método missionário dos Jesuítas em Moçambique*, Braga, 1992, p. 329.

⁴⁸ A "Lei de separação das Igrejas do Estado", que só foi promulgada a 20 de Abril de 1911 constituiu uma espécie de corolário de uma série de outras medidas laicizadoras. Cf. Carlos Oliveira, *Lei de Separação do Estado das Igrejas anotada*, Pref. Afonso Costa, Porto, 1914. Várias medidas laicizadoras tinham-se vindo, com efeito, a suceder logo após a implantação da República, entre as quais a proibição do juramento religioso a 18 de Outubro de 1910; a interdição do ensino de doutrina religiosa nas escolas a 22 de Outubro; a extinção da Faculdade de Teologia de Coimbra a 23 de Outubro; a proibição da participação das Forças Armadas em actos religiosos a 28 de Novembro; a instituição do casamento civil com carácter obrigatório a 25 de Dezembro; a proibição do uso de hábitos talares na via pública a 31 de Dezembro; e o Registo Civil torna-se obrigatório a 18 de Fevereiro de 1911.

sociedade. A estas medidas, que foram caucionadas massivamente pela imprensa afectada ao novo regime, estava subjacente o projecto de construção de uma sociedade sem Deus, em que a religião tradicional, degenerada pelo jesuitismo, deveria ser substituída pela religião laica do nacionalismo, a nova «transcendência que deveria congrega os ânimos patrióticos», em que a ideia de Portugal era marcada pela fé cientificista no progresso⁴⁹.

A lei de separação do Estado das Igrejas e todas as medidas laicizadoras da sociedade transportavam em si, no quadro do ideário republicano, muito mais do que uma mera distinção funcional dos dois poderes ou da distinção da sociedade religiosa em relação à sociedade civil. Representava o início de todo um programa de afirmação do Estado e de uma nova cultura que deveria substituir-se progressivamente à influência da religião na sociedade, embora a sua tentativa de concretização nunca tenha tido o êxito esperado: «Laicizar o conhecimento, a natureza, a sociedade e a vida, tornar a escola gratuita e laica, dessacralizar o padre, civilizar os ritos de passagem, constituiram, assim, momentos de um processo desecristianizador totalizante, cujo ponto nodal irá, centrar-se, porém, nas relações jurídico-políticas entre a Igreja e o Estado, isto é, na dimensão institucional do projecto laicizador»⁵⁰.

Embora se tivesse teorizado e tentado regulamentar a valorização da cultura patriótica, ou seja, todas as actividades, a produção artística e intelectual, toda a obra produzida pelos cidadãos tendo como referência a nação e o seu progresso, era o sentimento que deveria substituir e preencher o vazio do 'primitivo' sentimento religioso⁵¹. Para levar a efeito tal ideário tão radical-

⁴⁹ Cf. Rui Ramos, *A segunda fundação (1890-1926)*, José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, op. cit., Vol. 6, pp. 496-499. Recorde-se que o Partido Republicano congregava em si uma constelação ideológico-política explosiva, a qual tentava unir sectores moderados e democráticos com sectores de feição jacobina e autoritária. Aqui juntaram-se muitos dirigentes e activistas das organizações secretas, ideólogos do livre-pensamento, como também elementos ligados à carbonária.

⁵⁰ Fernando Catroga, "O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1991)", in *Análise Social*, Vol. 100, 1988, pp. 211-273.

⁵¹ Cumprindo um dos aspectos do ideário laicista que era a substituição de todos os elementos de natureza religiosa que estruturavam a vida do homem em sociedade, em especial a ritualização do tempo, o governo republicano tentou implementar a substituição do calendário religioso por um calendário laico que valorizasse a comemoração dos valores, dos acontecimentos e dos heróis do novo regime. Para esse fim, por exemplo, o dia 1 de Janeiro foi consagrado à Fraternidade Universal; o dia 21 de Janeiro aos mártires da República; o dia 5 de Outubro aos Percursos e Heróis da República; o dia 1 de Dezembro à autonomia da Pátria Portuguesa; 25 de Dezembro à Família... Sobre as estratégias de afirmação do nacionalismo e da cultura nacionalista ver Rui Ramos, *A Segunda Fundação*, op. cit., p. 353 e ss.; e Ernst Gellner, *Culture, identity and politics*, Cambridge, 1987.

mente transformador implicaria, como de facto se projectou, a supressão de todas as instituições de ensino a cargo da Igreja, inclusive os seminários. Só assim a República poderia libertar a infância e a juventude da matriz obscurantista veiculada pela instrução. Os republicanos transportavam consigo a convicção profunda de que a educação era um poder crucial para a transformação da mentalidade, uma arma com a qual se jogava o futuro, o êxito do seu projecto político e cultural. Neste sentido, analisa António Nóvoa, destacando que a educação era para a República uma questão estrutural: «O interesse republicano pela coisa educativa não se funda numa preocupação essencialmente pedagógica, mas antes na convicção de que a 'verdadeira' república só seria possível através de uma outra educação, pois as instituições revolucionárias não podem constituir-se a partir de um sistema escolar do passado»³². A educação juntamente com o incremento de cultura nacionalista e civilista deveria levar à assunção emancipada e plena do *homo laicus*, do cidadão devotado ao serviço da República, por oposição ao *homo jesuiticus*.

A questão religiosa, em que emerge com especial ênfase a questão jesuítica e ela intimamente associada e nela empolada, sobressaiu de tal modo no processo revolucionário do estabelecimento da República em 1910 e nos anos subsequentes, que mais parecia que o novo regime tinha sido proclamado contra a Igreja e contra os Jesuítas do que contra a Monarquia. Como comenta Braga da Cruz:

«A República, matricialmente maçónica e jacobina, desencadeou, logo após a sua implantação, uma vasta campanha anti-religiosa. O enfundamento prático de significativos sectores da hierarquia católica e das ordens religiosas ao regime monárquico e às forças conservadoras, nomeadamente ao partido nacionalista, favoreceu não só junto dos dirigentes republicanos, que o agitaram e sobretudo junto das massas populares dos centros urbanos, a identificação da religião com a ideologia monárquica»³³.

³² António Nóvoa, *História da Educação*, Lisboa, 1994, p. 187. Mas rapidamente este ideário revolucionário republicano viu-se confrontado com a sua prática política com o desengano das realidades e com as conveniências e transigências que estas exigiam para salvaguardar minimamente a estabilidade nacional e a paz social. A breve trecho o governo concluiu que o país não tinha condições de dispensar totalmente as instituições religiosas sem excepção. E teve que limitar este projecto político de depuração católica. Desde logo, não arriscou aplicar a legislação anticongreganista nos territórios ultramarinos portugueses, da forma radical como tinha feito na metrópole, por considerar que isso colidiria com os interesses coloniais portugueses. Por isso, não mandou expulsar dos campos de missão portugueses os missionários nacionais e, mais do que isso, acabou por desenvolver uma política de feição regalista ao tentar nacionalizar o Padroado Português do Oriente.

³³ Manuel Braga da Cruz, *As origens*, op. cit., p. 242.

E tudo isto englobado num só conceito simplificador que pretendia encerrar todo um passado, todo um modelo de sociedade e de homem, cuja página se queria virar: a página do Portugal jesuítico. O jesuitismo era a exaltação exponencial do despotismo eclesial, concitando em si o ridículo, o odioso, o execrável: «o jesuitismo significa a anti-república»³⁴. O jesuitismo era nome da ameaça mais imaginada e imaginária que real, a face do inimigo que a República precisou ou que continuava a precisar para melhor mobilizar as massas populares e os diferentes sectores ideológicos laicistas em favor da sua causa. Como acentua Rui Ramos, «o antijesuitismo era uma das poucas causas intelectuais e também populares»³⁵. António Sérgio, historiador e ensaísta que viveu com equidistância crítica esta época republicana, comentando, em carta a Raúl Proença, um discurso proferido por Afonso Costa em 1913, então chefe do governo, intitulado «Socialismo e Catolicismo»³⁶, faz uma análise bem sagaz da continuidade deste frequente recurso explicativo e redutor ao mito jesuíta pelos republicanos: «Leio nos periódicos coisas paradas: conferência do Afonso Costa sobre a greve, sem que se saiba o que ele diz – e sobre o catolicismo, o que se me afigura manomania inútil e fictícia oportuna. Enfim, o jesuíta foi um mal para o país, mas bem para os nossos políticos e pseudo-sociólogos: fornece diagnóstico fácil e eloquente para todos os males da sociedade. E viva o simplismo!»³⁷.

O sentimento anticlerical era o elemento por excelência que unia os líderes e as massas populares, sendo, portanto, o elemento de coesão que tecia uma sintonia ideológica e de interesses mais emocional do que racional. Onde, esta propaganda e o mito que ela produziu da conspiração jesuítica, não tivessem sido uma «mera excrecência da acção do partido» republicano, mas sim uma das suas bases estruturantes e um dos seus motores mais mobilizadores³⁸.

³⁴ Rui Ramos, *A Segunda Fundação*, op. cit., p. 353.

³⁵ *Ibidem*, p. 354.

³⁶ Cf. Afonso Costa, «Socialismo e catolicismo», in *O Mundo*, n.º 4449, 27 de Janeiro de 1913, pp. 1-2.

³⁷ António Sérgio, *Correspondência para Raúl Proença*, Introd. de José Carlos González e estudo de Fernando Pideira Santos, Lisboa, 1987, carta n.º 14, pp. 46-47. António Sérgio considerava-se livre-pensador, mas defendia um livre-pensamento tolerante contra a dimensão intransigente que o livre-pensamento tinha assumido contra Igreja e a Religião. Sérgio entendia que o livre-pensamento devia obrigar a Igreja a purificar-se para cumprir uma importante missão moral na sociedade, e não atacá-la em vista da sua destruição. Cf. António Reis, *Raúl Proença. Biografia de um intelectual político*. Vol. 2, Lisboa, 2000, p. 815.

³⁸ O historiador Rui Ramos acrescenta pertinentemente, chamando a atenção para a importância nuclear da continuidade desta propaganda em Portugal sob a República:

Instituída a República e «oficializada» a luta contra o jesuitismo, assistiu-se mais uma vez à concretização extensiva do poder de eficácia mobilizadora do mito de *complot* jesuítico doutrinado às massas populares durante vários anos de inculcação ideológica. O país foi varrido de Norte a Sul por uma «onda popular»⁵⁹ de jacobinismo sem precedentes. Diversas casas das congregações religiosas foram fustigadas por diversos descatos provocados por multitudes enfurecidas e grupos desordeiros. Foram alvos preferenciais as instituições e as pessoas dos Padres da Companhia contra quem se procurou descarregar a fobia antijesuítica, as taças de ódio fabricados e acumulados pelas campanhas contra o jesuitismo, criando-se um clima de verdadeira caça ao jesuíta e ao frade. Ao mesmo tempo invadiram-se os imaginários antrópicos e secretos do jesuitismo, os seus colégios, residências, obras sócio-caritativas, para tentar confirmar os vestígios da sua criminalidade, as formidáveis riquezas e tesouros escondidos e os subterrâneos das suas conspirações belicistas⁶⁰, onde guardariam avultado armamento para subjugar o país pela guerra⁶¹. Deu-se assim, a um verdadeiro processo de exorcização em que o novo poder se aliou à doutrinação vontade popular agora de mãos livres para operar

⁵⁹ «A propaganda anticlerical não podia ser tratada como um subproduto, mais ou menos secundário, do republicanismo. Era, de facto, o cerne e a razão do movimento republicano de 1910. A história do movimento republicano tem sido viciada pela insistência dos historiadores em verem-no como uma mera tradução política de um preexistente movimento social, o que os tem levado a desprezar a sua propaganda como uma espuma mais ou menos irrelevante». Rui Ramos, *A Segunda Fundação*, *op. cit.*

⁶⁰ Cf. Vitor Neto, *op. cit.*, p. 357.

⁶¹ No imaginário popular antijesuítico circulava a ideia fabulosa da existência de canais subterrâneos que ligavam as casas dos Jesuítas directamente ao palácio real, por onde tinha acesso directo às cúpulas do poder monárquico que alegadamente era dirigido pelas suas manobras conspiracionistas.

⁶² O Ministério da Justiça encomendou também um inquérito à realidade da vida regular em Portugal, em particular às obras dos Jesuítas. Aqui há a destacar as conclusões de uma sindicância apresentadas, em forma de relatório, ao ministro Afonso Costa pelo Dr. José Ramos Preto. Neste relatório, pouco mais se faz em termos de avaliação do que reproduzir com ênfase as inectivas antijesuíticas contidas nos libelos da propaganda republicana. Denuncia-se a exagerada acumulação de riqueza pelos Jesuítas nos seus colégios a pretexto do serviço da educação, a exploração das famílias através de propinas elevadas e de outras formas de captação de riquezas, etc. Portanto, trata-se, no fundo, de mais um libelo antijesuítico republicano para caucionar as medidas tomadas contra a Companhia de Jesus pelo novo regime. Cf. José Ramos Preto, *Relatório sobre o extinto Colégio de São Fiel*, *op. cit.* Este texto foi refutado ponto por ponto pelo jesuíta Cândido Mendes de Azevedo, *O Colégio de S. Fiel. Resposta ao relatório do advogado Sr. José Ramos Preto*, Madrid, 1911; e pelo seu confrade Luis Gonzaga Cabral, *Os Jesuítas e a Contra-Revolução*, Maestrich, 1911.

o que anos e anos de campanhas antijesuíticas tinham sugerido. Revelou-se aqui o antijesuítismo popular mais violento na sua máxima expressão⁶².

Ganhou especial destaque, como alvo preferencial da devassa revolucionária, o colégio de Campolide pertencente aos Jesuítas na capital lisboeta. Foi ocupado militarmente pelas tropas republicanas, os Jesuítas aí residentes foram presos e conduzidos sob custódia pelo exército em desfile público para os calabouços do Estado, com grande concurso de população que proferia palavras de ordem contra estes religiosos. Ao mesmo tempo, os subterrâneos do colégio foram vasculhados a pente fino para grande frustração dos militares que esperavam encontrar um grande arsenal bélico, como, de resto, estava bem inculcado no imaginário jesuítico⁶³. O assanhamento das massas populares por todo o país (em especial nos centros urbanos de Lisboa, Setúbal, Porto, Coimbra e Covilhã) é bem revelador do efeito e do grau de assimilação e da paixão provocada por décadas de propaganda antijesuítica e do seu poder mobilizador⁶⁴.

Uma larga maioria de religiosos procurou dispersar-se e esconder-se da população em fúria. Uma boa parte evadiu-se para o estrangeiro, transpondo a fronteira espanhola. Os que não conseguiram escapar-se foram presos nas prisões de Caxias, do Limoeiro, nas cadeias do governo civil de Lisboa e no Aljube. Estes aprisionamentos foram explicados pelo governo como medidas de prevenção para salvaguardar os padres da ira popular⁶⁵.

⁶² Para uma boa análise das expressões populares de anticlericalismo ver Georges Minois, *História do Ateísmo*, Lisboa, Teorema, 2004.

⁶³ A desilusão dos soldados republicanos que procuraram sofredamente as riquezas dos Jesuítas como despojos de guerra com que esperavam enriquecer foi um dos aspectos mais frustrantes desta caça ao tesouro. Tanto mais que a realidade financeira da Companhia de Jesus em Portugal na altura desta terceira expulsão não era muito famosa. A Província Portuguesa da Companhia de Jesus debatia-se de facto com problemas económicos, nomeadamente com dificuldade de pagar dívidas aos seus credores, em virtude do grande investimento feito pela Ordem na ampliação e criação de novas obras nos últimos anos.

⁶⁴ Mas curiosamente nestes motins populares não ocorreram assassinatos de padres da Companhia de Jesus. Apenas foram mortos, por engano, dois padres lazaristas, confundidos com jesuítas: o Provincial da Congregação da Missão, o Pe. Alfredo Fargues, e o notável engenheiro silvicultor e antigo ministro, o Pe. Bernardino Barros Gomes da mesma Congregação, os quais residiam na casa de Arroios na cidade de Lisboa. Cf. A. Ornelas, *Breve História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, (Texto dactilografado), Lisboa, s.d., p. 77 e ss.

⁶⁵ Também o neo-regime republicano ordenou o encerramento de 150 padres seculares que desobedeceram às determinações legais que remetiam a prática do catolicismo para o foro privado e para o interior dos templos, continuando a usar símbolos de identificação religiosa e a realizar publicamente actos e rituais do culto católico tradi-

A «raça dos jesuítas» estudada cientificamente em laboratório republicano

Na prisão de Caxias os Jesuítas foram submetidos a exames frenológicos. Através destes exames antropométricos tentou-se verificar e testar, em jesuítas de carne e osso, as teorias escritas por Miguel Bombarda, que definiam a condição de jesuíta como uma doença mental.⁶⁶ O psiquiatra Bombarda, tinha teorizado que determinadas configurações cranianas e determinados perfis antropométricos eram mais predispostos a desenvolver este género de enfermidade. O tratamento dado aos jesuítas presiáriários foi amplamente fotografado e publicado nos jornais e revistas, nomeadamente na *Ilustração Portuguesa* que publicou cenas da prisão dos Padres da Companhia, o encaminhamento destes sob escolta para os ergástulos e os ditos testes frenológicos⁶⁷. Tudo isto acompanhado com textos que explicavam e apoiavam estas medidas republicanas, glossando os conteúdos das obras mais representativas da campanha antijesuítica levada a cabo durante a Monarquia Constitucional.

Da forma como foi pensada pelos intelectuais evadidos pelas suas teorias e convicções do cientismo e do positivismo, seguidores da escola bombardiana, concordamos até certo ponto com Rui Ramos, considerando os limites da diferente proporcionalidade, que o «antijesuítismo» funcionou como o equivalente português do anti-semitismo⁶⁸. Anti-semitismo que se tinha tornado desde o fim do século XIX um dos principais temas da política de massas na Áustria e na Alemanha, que conduziu à segregação, perseguição e depois à eliminação dos judeus no período do regime nazi.

todavia, a República acabou por não aplicar as propostas de tratamento a dar aos jesuítas defendidas apaixonadamente por Miguel Bombarda, apesar

de que esta política fortemente anticatólica do novo regime conduziu ao corte de relações entre o Estado Português e a Santa Sé.

⁶⁶ O método de diagnóstico de Bombarda e de outros criminólogos portugueses desta época estava influenciado pelas propostas do médico e criminologista francês Alphonse Bertillon (1853-1914), Chefe dos Serviços de Identificação da Prefeitura de Polícia, que tinha criado um processo de identificação antropométrica que ficou conhecido por *bertillonagem*.

⁶⁷ Estes exames frenológicos foram realizados no Centro Antropométrico de Lisboa, sediado na prisão de Caxias. Este centro tinha sido criado pelo Estado Português em 1898 e tinha entrado em funcionamento em 1901, depois da publicação do *Regulamento das Cadeias* a 21 de Setembro pelo então Ministro da Justiça e dos Cultos, Campos Henriques. Este género de exames, à luz das teorias psiquiátricas em voga no tempo, eram feitos habitualmente aos presos para testar a predisposição para determinados géneros de infracções e para estabelecer tipologias criminológicas.

⁶⁸ Cf. Rui Ramos, *A Segunda Fundação*, op. cit.

da situação de radicalismo desenfreado que se tinha disseminado entre os apoiantes do regime. O governo provisório, depois de proceder à prisão preventiva para isolar estes religiosos durante algum tempo da comunicação com o exterior e ter procedido à realização dos ditos exames científicos e feito diversos interrogatórios, alguns deles efectuados pelo próprio ministro Afonso Costa, acabou por optar pela velha solução pura e simples de expulsão dos Jesuítas⁶⁹, os quais se foram juntar aos que tinham fugido para o estrangeiro. Na sua diáspora pela Europa e a América, reorganizaram-se rapidamente pela liderança do seu activo provincial que ao tempo era o Pe. Luis Gonzaga Cabral⁷⁰. Deste modo, os membros da Província Portuguesa da Companhia de Jesus dispersaram-se pela Espanha, Gibraltar, Holanda, Bélgica e Brasil, conti-

⁶⁹ Mas não se verificou, como tinha acontecido no tempo de Pombal, casos de maus tratos nem mortes de Jesuítas, que, como eles próprios reconhecem nos seus textos apologeticos entretanto divulgados internacionalmente, até recolheram algumas simpatias da parte de alguns soldados e guardas que tinham por missão assegurar a sua custódia nas prisões. O que lamentaram foi antes o vandalismo dos grupos desordeiros que invadiram as suas casas, roubando e estragando bibliotecas, instrumentos científicos e pedagógicos, assim como colecções científicas reunidas pelos seus investigadores durante muitos anos de trabalho. Sobre o processo de expulsão dos Jesuítas em Portugal e nas colónias ver documentação no APPCJ, *História antiga*, pasta 312, 1-17.

⁷⁰ A Província Portuguesa dos Jesuítas contava então com o número significativo de 360 membros, sendo 147 deles sacerdotes, 112 irmãos e 101 estudantes. A medida que o impeto revolucionário foi abrandando e o regime republicano foi serenando a sua intensa propaganda anticlerical muito intensa nos primeiros anos do novo regime, os Jesuítas foram aumentando os seus contactos com Portugal. Isto, de forma especial depois do restabelecimento das relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé em 1919. No fim da I República em 1926, estes religiosos já tinham conseguido abrir residências e casas de formação em cidades próximas da fronteira portuguesa (Tuy, Ciudad Rodrigo, Salamanca), chegando até a abrir discretamente algumas casas em solo português antes do término do regime republicano: uma na Póvoa do Varzim em 1923, e duas em Braga e em Lisboa, em 1925. Também houve a preocupação de aumentar o número de jesuítas na sua missão de Goa, utilizando para tal residências em território colonial sob administração inglesa. Os Jesuítas revelaram, neste período, uma extraordinária capacidade de reorganização e de recomposição das suas estruturas formativas e pastorais, pois em situação de exílio continuaram a desenvolver actividades missionárias, científica, educativa e editorial. Em torno da fronteira portuguesa estabeleceram as suas «bases» estratégicas, esperando reentrar em Portugal quando as condições políticas fossem mais favoráveis. O que aconteceu a partir do golpe militar de 1926 que pôs fim ao regime que os tinha expulso. É interessante notar que do exílio da Província Portuguesa da Companhia de Jesus não resultou uma diminuição dos seus membros, antes favoreceu o seu crescimento, dado que em 1925 esta Província já contava com 375 religiosos, dos quais 179 eram sacerdotes, 84 eram irmãos e 117 ainda eram estudantes. António Matos Ferreira, «Jesuítas», in António Barreto; Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal (suplemento)*, Vol. III, Lisboa, 1999, pp. 304-306.

quando a existir a dita província canónica, que nunca se dissolveu, e a funcionar e a formar novos membros em situação de exílio, situação que durou sensivelmente até ao fim do regime republicano⁷¹.

Reprodução do *modus procedendi* pombalino

A República procurou exorcizar o mito de *complot* jesuítico que tinha recriado pela matriz tradicional de que Pombal foi o criador. O processo e o método foram os do despotismo iluminado. E aqui o paradoxo não deixa de ser evidente. O regime republicano, proclamador da democracia, adoptou sem escrúpulos os métodos mais emblemáticos do ultra-absolutismo. Transigindo em favor da velha convicção absolutista de que só com fortes medidas repressivas se podiam resolver os piores males da sociedade, minando assim a sua fé ideológica de que a sociedade estava destinada a transfigurar-se, superando o seu estágio antigo, pela liberdade e pela educação. Aliás, a mitificação luminar da figura do Marquês de Pombal feita pelos republicanos, na sequência do que vinha acontecendo desde o liberalismo, só se compreende de forma cabal à luz do mito jesuíta.

O governo republicano teve a preocupação de divulgar em edição bilingue (português e francês) um catálogo propagandístico oficial da expulsão dos Jesuítas, dando conta, em forma preambular, da história e das artes de infiltração dos Jesuítas em Portugal, de modo a justificar as medidas tomadas contra eles, as quais são devidamente apresentadas em anexo. O referido catálogo apresenta a decisão republicana inserida na tradição política antijesuítica que periodicamente expatriou estes religiosos de Portugal e de outros países, quando os governantes tomavam consciência do perigo intolérável que eles representam para qualquer nação:

«E qual o motivo deste movimento constante, quase isócrono, da história jesuítica? É que eles entraram modesta e humildemente, progrediram lenta e capciosamente, mas, quando se julgam fortes e dominadores, tornam-se irritantes e déspotas, descobrem os enormes tentáculos com que insensivelmente se foram enroscando e acorrentando às forças do país, e então os povos despertam e o primeiro arranco é sempre o de desfazer o terrível polvo sugador do bem-estar doméstico e da felicidade social»⁷².

⁷¹ Cf. P. Joseph H. Foulquier, s.j., *Jesuítas no Norte. Segunda entrada da Companhia de Jesus (1911-1940)*, Baía, 1940, p. 5 e ss.; Paulo Sérgio de Graça, "Os Jesuítas e a Primeira República", in *História*, Vol. 151, Abril, 1992, pp. 90-96.

⁷² *Catálogo dos Jesuítas portugueses no ano de 1910, conforme o original latino encontrado na casa de Noviciado do Barro*, Edição bilingue, Lisboa, 1911, p. 1. Esta edição apre-

O editor republicano, que introduz este catálogo publicado pela Imprensa Nacional pertencente ao Estado, reproduz a visão estilizada e perfeita do *complot* jesuítico, em que o avanço capcioso do mal jesuítico assemelhado à serpente que se enrosca é proporcional ao crescimento do repúdio e da irritação por parte da colectividade nacional, dando origem a um movimento cíclico de expurgação desse mesmo mal que se torna sempre insuperável. Tenta assim justificar a expulsão republicana dos Jesuítas como o cumprimento lógico desse movimento cíclico que salienta ser próprio da história da Companhia de Jesus, uma ciclicidade que encerra uma alternância histórica marcada pelo clássico esquema triádico subjacente à filosofia decadentista da história: prosperidade/decadência/restauração.

Mas a exorcização do jesuitismo não se fez só através de medidas políticas, de manifestações e de vandalismo populares. Tornou-se o tema fundamental da imprensa afectada ao novo regime. Jornais de divulgação nacional como *O Século*, *O Dia*, *O Mundo*, *O Primeiro de Janeiro*, *A República*, e a multidão de periódicos locais ligados aos centros republicanos fizeram do antijesuitismo e do anticlericalismo o assunto obrigatório das suas edições, quer para apoiar e justificar as medidas governativas, quer para intensificar a campanha de denegrição da imagem dos religiosos extintos e dos padres em geral⁷³. Faziam-no pela divulgação de histórias, de casos, de cenas, com provas

sentidas e explícitas, para conhecimento e esclarecimento público, os textos legais de expulsão dos Jesuítas datados de 8 de Outubro de 1910, e o segundo decreto com data de 31 de Dezembro do mesmo ano, que reafirmava o conteúdo do primeiro decreto, confirmando a decisão de confiscar os bens dos Jesuítas em favor do Estado, à excepção daqueles que, tendo sido apreendidos, se provassem que não eram destes religiosos, mas que pertencessem a cidadãos particulares, e terem sido indevidamente apropriados por aqueles Padres. O mesmo *Catálogo* traz na contra-capa a informação de que «o governo da República Portuguesa fará publicar os documentos encontrados nas casas dos Jesuítas que se julguem mais interessantes para a história destes em Portugal». Este documento surge, deste modo, como o primeiro desta projectada série de edições que tinham em vista fazer parte da estratégia propagandística republicana para aquilatar o esforço de combate ideológico à instituição constituída como inimiga principal do novo regime. Antes de ter sido publicado em edição autónoma e comentada, este catálogo tinha já sido publicado no ano anterior no órgão de imprensa do Governo. Cf. "Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus", *Diário do Governo* de 26 de Dezembro de 1910. Naturalmente, como se depreende, a escolha dos textos e o respectivo enquadramento analítico deveriam estar ao serviço do esboço ideológico-propagandístico que lhe subjaz: denegrir a imagem da Companhia de Jesus. Mas este projecto editorial de publicação de uma larga faixa de documentação não se cumpriu na dimensão concebida, ficando-se pelos trabalhos de Manuel Grai-

⁷³ Todos os jornais de feição ideológica republicana promovidos pelos centros republicanos de todo o país bradaram com júbilo aquando da instauração do novo regime

aleadamente encontradas nos conventos da criminalidade do jesuitismo e da imoralidade que grassava nas comunidades religiosas, ou ainda respondendo polemicamente a textos filojesuíticos dos jornais católicos, ou editados no estrangeiro contra os procedimentos republicanos em relação à Igreja.

Houve um investimento significativo para «catequizar» o povo, traduzindo de forma simples a doutrinação antijesuítica desenvolvida nos tratados eruditos, em que a figuração maniqueísta do tempo negro do jesuitismo era instrumentalizado para dar o tom contrastante da utopia luminosa da nova era assente da ideologia republicana, como ilustra esta passagem de um manual de cidadania: «Era este nosso Portugal, esta nossa Pátria comida aos bocados por criaturas que pensavam mais nos seus interesses do que em nós todos. Roubaram-nos primeiro aos poucos, depois aproveitando a ignorância do povo (...) e da indiferença de muitos, passaram a fazer reunir para as suas algibeiras o dinheiro que nós e nossos pais trabalhando, ganhávamos com tanto esforço». A propaganda oficial ou oficialmente promovida visava fazer inculcar no espírito colectivo a ideia falsa de que a expulsão dos Jesuítas e a laicização da sociedade tinham trazido a pacificação à sociedade Portuguesa, a nova era da *Pax Republicana*⁷⁵.

político. Entre os vivos à República e o anúncio de uma nova era para Portugal tom messiânico, a luz dos novos tempos contrasta com a tenebrosa sombra do passado, estando os Jesuítas e o seu fanatismo sempre presentes para melhor acentuar o contraste. A imagem destes religiosos reproduz-se negra, venenosa e colada à monarquia derrubada pelos revolucionários, através de um exercício de jornais republicanos e maçónicos que se publicavam nos vários concelhos do país. V. g. *O Barrosão, O Montalegrense, O Combate, Diário do Alentejo, A voz da Democracia*. Ver a recensão destes periódicos que então se publicavam por Vasco Pulido Valente, *O poder e o povo*, op. cit., p. 254 e ss.

⁷⁴ Cf. José Eduardo Moreira, João Ribeiro Gomes, *Manual patriótico do cidadão e do soldado*, Lisboa, 1911, p. 7. Até nos aforismos e nas máximas se prolongava a «missonação antijesuítica», como faz o antijesuíta Alberto Bramão no seu Breviário, elegendo o jesuíta como o modelo da falsidade mais seráfica: «O mundo é tão falso que até a própria verdade nem sempre é verdadeira. O caso do jesuíta que, para desviar a procura de um criminoso, meteu as mãos nas amplas mangas do hábito, dizendo seraficamente - 'por aqui não passou' - é uma verdade mentirosa. Como esta há muitas falsas verdades». D. Alberto Bramão, *O meu Breviário. Máximas e reflexões*, Coimbra, 1922, pp. 92-93.

⁷⁵ Cf. Carlos de Melo, *A paz em Portugal. A religião e a ciência. A Igreja e os Jesuítas. Portugal e a lei da separação*, Lisboa, 1912.

Formidáveis virtualidades explicativas do mito

O novo regime tinha consciência da importância da utilização deste bode expiatório para projectar nele as dificuldades que o país atravessava e até as desilusões da política do novo regime⁷⁶. Tanto mais que estava tão longe a sua sonhada meta da pacificação social, quando a política radicalista tinha contri- buído para criar mais fracturas do que consensos.

Não obstante a erradicação do mal por via legislativa, restava a consciência decorrente da natureza do próprio mito jesuítico de que havia que exercer sempre uma vigilância permanente e profilática, pois, como doutrinavam os mais obsessivos autores jesuítobólicos, o jesuitismo tinha o poder de renascer das próprias cinzas. Assim, era fácil atribuir as intrigas e os atropelos da política republicana a esses resíduos reincidentes de jesuitismo. Onde a conveniência de continuar a alimentar esse tão útil mito de *complot*, que distraía a opinião pública e desviava a sua atenção para os reais e complexos problemas nacionais e da política. Quem conspirasse contra o governo ou desenvolvesse manobras suspeitas de oposição à nova ordem corria o risco de lhe ser atribuída a qualificação oprobriosa de «jesuíta»⁷⁷. Associado ao medo e à ameaça do regresso da velha ordem, o jesuíta era o monstro, o fantasma do passado capaz de voltar sempre, cujo imaginário de terror que o envolvia era passível de ser explorado para assustar não só os contestatários, mas até as próprias crianças⁷⁸.

No quadro desta fantasmática jesuítobia efervescente, não deixou de ser reproduzido em Portugal o eco da afirmação feita em França por Jean Jau-

⁷⁶ Para um estudo interessante sobre o papel do mito de *complot* para o caso francês, mas com interesse teórico para a hermenêutica do caso português ver Frédéric Monier, *Le complot dans la république, stratégies du secret: de Boulanger à la Cagoule*, Paris, 1998.

⁷⁷ Disto mesmo é expressivo a obra publicada por Gomes de Carvalho, *Na república as influências dos inimigos de honrem, não podem continuar lendo os que pela redenção da pátria portugal expuzeram a vida, sacrificando tudo e tendo sido cruelmente perseguidos por serem sinceramente democratas*, 2 Vols., Lisboa, 1911. As receitas da venda desta edição eram destinadas a financiar a Associação Beneficente do Grémio Marquês de Pombal.

⁷⁸ Conta o diplomata Eduardo Brazão, como testemunha vivencial, que na sua infância corria por toda a Lisboa o boato antijesuítico de que os Jesuítas andavam a raptar crianças para fazer com elas óleo humano. Eduardo Brazão, «Pombal e os Jesuítas», op. cit., p. 341. Aliás, este é um dos temas imagético recorrentes em vários mitos de *complot*, nomeadamente no *complot* semita e mais recentemente em Portugal fez também parte do imaginário popular anticomunista, portanto, também integrado no mito do *complot* comunista.

rés, à beira da morte, no mês de Julho de 1914, que acusava os Jesuítas de terem desencadeado a I Guerra Mundial. De facto, Jaurés imaginou-os por detrás do ultimato dado pela Áustria à Sérvia, um golpe sujo dos Jesuítas, que desencadeou um conflito à escala mundial⁷⁹. Um jornal português reproduziu esta explicação da Grande Guerra pela visão complotística da causalidade jesuítica. Emanuel Gomes Júnior escreveu no jornal local de Anadia que a guerra franco-prussiana, que deu origem à I Guerra Mundial, teria sido a «consequência lógica do avanço jesuítico no espírito do Imperador e da alta nobreza alemã»⁸⁰.

Mas não só a imprensa foi usada para a inculcação desta imagem mítica dos Jesuítas com uma função justificativa e profilática. Este esforço de doutrinação «contra a corja negra» desenvolvida pela «mãe imprensa», que atingiu na I República um dos momentos mais patxísticos em toda a história do antijesuítismo em Portugal (em certo paralelo com o que aconteceu nas campanhas antijesuíticas ocorridas no consulado pombalino), foi também secundada pela produção de historiografia, estudos académicos, de manuais de formação popular para a cidadania republicana, de manuais de ensino, de libelos, de romances, de tratados jurídicos...⁸¹ Neste esforço propagandístico e de generalização de uma cultura e uma mentalidade antijesuítica, também se enquadrava a preocupação de assinalar a comemoração periódica do acontecimento nacional da expulsão da Companhia de Jesus⁸².

⁷⁹ Cf. *Jesuítas na hora da contestação*, Lisboa, 1971, p. 18.

⁸⁰ Emanuel Gomes Júnior, "No teatro da guerra", in *Bairrada Livre*, n.º 191, 29 de Agosto de 1914, p. 2.

⁸¹ Ver entre outras, as seguintes edições: Eurico de Seabra, *O Estado e o Clero*, Lisboa, 1910; Teófilo Braga, *A Igreja e a civilização moderna*, Lisboa, 1910; J. Carlos Mota Júnior, *A reacção em Portugal*, Porto, 1911; José Diogo Pereira, *A perversidade jesuítica*, Aveiro, 1912; José Agostinho, *A escola sem Deus*, Porto, [1912]; Idem, *O cristianismo e a Pátria*, Porto, 1912; Basílio Teles, *A questão religiosa*, Porto, 1913; Eurico Seabra, *A Igreja, as congregações e a República*. *A separação e as suas causas*, 2ª ed., Lisboa, 1914; Thomaz da Fonseca, *Cartilha nova. Para o José Povinho ler à noite, ao serão*, Lisboa, 1911; Idem, *Sermões da Montanha I. A Religião e o povo*, Porto, 1912. Eduardo de Aguiar, *De profundis*, Porto, 1912; A. Andrei, *Os Jesuítas*, Lisboa, 1913; Dá Mesquita, *Infâmia. O jesuíta*, Porto, 1914; José Caldas, *A corja negra! Tosquia de um Charlatão*, Porto, 1914; Maria O'Neil, *Fóra as Congregações!*, Lisboa, 1915.

⁸² Ver por exemplo o periódico editado especialmente para comemorar o aniversário desta expulsão: *Jesuítas: destinado a comemorar o primeiro aniversário da expulsão dos Jesuítas*, do Club de Recreio, Número único, Caldas da Rainha, 1924.

Propaganda internacional republicana e contra-propaganda jesuítica

Embora com muito menos amplitude do que a campanha internacional orquestrada por Pombal contra os Jesuítas, também na sequência da expulsão republicana dos Jesuítas de Portugal, o governo promoveu a tradução de algumas obras desfavoráveis à Companhia de Jesus para justificar aos olhos das outras nações a severidade do novo regime português para com a Ordem de Loyola. Tanto mais que teve também necessidade de contrabalançar, de algum modo, uma vasta campanha levada a cabo pelos Jesuítas pela Europa fora, através de opúsculos, artigos e livros, para denunciar a alegada injustiça e atentados decorrentes da execução das medidas antijesuíticas republicanas, assim como da falta de fundamento das queixas e investidas propaladas pelas campanhas antijesuíticas contra a Companhia de Jesus⁸³.

Os Padres desta Ordem exploraram habilmente um grande trunfo propagandístico a seu favor que deu a este seu investimento apologeticamente até de reunir apoios para a sua causa em meios donde não seriam normalmente esperados⁸⁴. Denunciaram com enorme ênfase, através das suas redes internacionais, o esbulho e o extravio feito pelos adeptos amotinados do novo regime, com protecção policial, das colecções científicas e dos laboratórios e gabinetes de investigação que tinham montado nas suas instituições de ensino⁸⁵. Foi

⁸³ Entre as peças mais importantes da contra-ofensiva propagandística dos Jesuítas são de destacar as seguintes: Luis Gonzaga de Azevedo, *Proscritos. Revolução de Portugal de 1910*, 2 Vols., Valladolid, 1911. O mesmo autor publicou em 1913 em Bruxelas os já citados 2 volumes do *Jesuítas. Fases de uma lenda*. Para refutar principalmente o libelo citado de José Caldas sobre a influência dos Jesuítas na sociedade portuguesa, Francisco Rodrigues escreve *Jesuítophobia. Resposta serena a uma diatribe*, Porto, 1917, a quem aponta diversos erros históricos, para não falar dos de perspectiva, a este sócio-correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa. Isto sem referir os diversos artigos que os Jesuítas portugueses, com a colaboração dos seus confrades internacionais, publicaram em várias revistas da sua Ordem para defender a sua causa, nomeadamente na *Civiltà Cattolica* e na *Razón y Fé*.

⁸⁴ E de facto conseguiram vários apoios para a sua causa da parte de várias instituições culturais e científicas. Cf. José Eduardo Franco, *Brotar Educação: História da Brotéria e do seu pensamento pedagógico*, Lisboa, Roma Editora, 1999.

⁸⁵ O texto mais emotivo, de maior carga enfática e que foi mais divulgado internacionalmente foi logo escrito pelo então Provincial dos Jesuítas para protestar junto das instituições científicas e culturais europeias contra a «barbarie» praticada pelos republicanos portugueses contra as casas de ensino e de investigação científica da Província Portuguesa da Companhia de Jesus: Luiz Gonzaga Cabral, *Ao meu país. Protesto justificativo a propósito da expulsão dos seus religiosos*, Madrid, 1910. Este opúsculo ardente teve uma divulgação impressionante, como o demonstram as diversas traduções editadas em

essencialmente, de facto, com base no seu *curriculum* científico e pedagógico apreciado e valorizado por diversas instituições de investigação de renome a nível Europeu que os Jesuítas reivindicaram a revisão das medidas de expulsão, pedindo, em nome da ciência, aos organismos culturais e científicos do tempo que pressionassem o governo português no sentido deste readmitir os religiosos expulsos, ou pelo menos para lhes devolver os seus bens científicos que lhes foram confiscados. De modo a contrariar a imagem de acientificidade que a propaganda antijesuítica fazia passar dos professores e intelectuais jesuítas, estes exaltaram, nesta campanha apologética em favor da sua causa, o contributo que eles tinham dado para o progresso da ciência, qualificando de crime de lesa-ciência o esbulho do produto das suas investigações.⁸⁶

A tradução mais significativa feita pela política de propaganda antijesuítica republicana foi a edição de um documento inédito dos Jesuítas relativo à história do seu colégio da capital portuguesa, devidamente anotado e enquadrado antijesuíticamente por Manuel Borges Grainha, a que deu o título de *História do Colégio de Campolide*⁸⁷. A obra foi editada na língua diplomática

várias línguas que restam arquivadas na Biblioteca do Instituto Histórico da Companhia de Jesus em Roma: Espanhol, Francês, Italiano, Inglês, Árabe, Alemão, Holandês, Húngaro, Polaco, Russo e Latim. Isto demonstra que diferentemente do que aconteceu no tempo de Pombal, não restam dúvidas que na sequência da terceira expulsão da Companhia, os Jesuítas demonstraram muito mais capacidade de divulgação internacional de uma campanha em sua defesa, utilizando as redes da sua ordem em termos europeus, do que os republicanos em afirmar as suas razões como se pode ver pela quantificação do esforço de tradução e da amplitude de divulgação de um lado e de outro. Cf. José Eduardo Franco, *Brotar educação*, op. cit., pp. 43 e ss.

⁸⁶ É significativo deste tipo de argumentação apologética, além dos já referidos, um opúsculo redigido por um dos directores da revista Brotéria: Cândido Mendes, *Brotéria no exílio*, Lisboa, 1913. Em apoio dos Jesuítas expulsos de Portugal e da atitude do governo vieram também a públicos diversas personalidades que escreveram artigos, opúsculos e livros para denunciar, protestar e lamentar o tratamento dado aos Jesuítas. Podemos destacar aqui o advogado brasileiro Rodrigo Costa, natural do Amazonas, lente catedrático de Lógica no Ginásio Amazonense e do Instituto da Ordem de Advogados brasileiros. Protestou, em particular, contra o governo do Brasil pela sua resistência em aceitar inicialmente os Padres da Companhia expulsos de Portugal que requeriam direito de exílio neste país. Cf. Rodrigo Costa, *Brado de Justiça*, Manaus, 1912. Neste livro defensor dos Jesuítas, também são reunidos outros textos que flanqueiam os inactivos portugueses, a saber, a *Mensagem do episcopado brasileiro*, o *Protesto do Centro Católico do Brasil*, a *Denúncia da Congregação do Ginásio Amazonense e a Representação dos Estudantes Católicos da Universidade de Coimbra*. Note-se que, curiosamente, os positivistas brasileiros se demarcaram das atitudes persecutórias dos republicanos portugueses. Cf. R. Teixeira Mendes, *A República em Portugal e a atitude da Igreja Positivista do Brasil*, Rio de Janeiro, 1911, p. 2 e ss.

⁸⁷ Cf. Manuel Borges Grainha, *História do Colégio de Campolide da Companhia de Jesus escrita em Latim pelos Padres do mesmo colégio onde foi encontrado o manuscrito*, Coim-

internacional do tempo, isto é, em francês. Escrita expressamente para ser divulgada também nesta língua entre 1914 e 1915, foi editada também por este mesmo autor na Imprensa Nacional, uma outra obra de carácter historiográfico a fim de fundamentar e oferecer um fundamento erudito e razões de natureza histórica para a lei republicana de proibição da presença da Companhia de Jesus em Portugal: *Les Jésuites en Portugal de 1540 à 1834: contribution à l'étude et à l'interprétation des lois de 8 de Octobre et 31 de Décembre de 1910*. Avulta aqui o esforço, à semelhança do que tinha feito Carvalho e Melo dois séculos antes através dos seus catecismos anti-inactivos⁸⁸, de explicar as medidas políticas antijesuíticas como corolário do percurso histórico desta ordem. O Marquês de Pombal e Joaquim António de Aguiar são apresentados como modelos e pioneiros iluminados deste combate que a República não fez mais do que seguir o exemplo, sinceramente convicta de que prestava um alto serviço ao triunfo do homem livre.⁸⁹

Manuel Borges Grainha, historiador e jornalista, tornou-se uma espécie de intelectual de serviço do regime emergente para justificar aos olhos da Europa as tão drásticas medidas tomadas contra uma Província dos Padres da Companhia que tinha granjeado prestígio científico até a nível internacional, especialmente pela via da investigação, do ensino e da divulgação científica na área das ciências naturais.⁹⁰

bra, 1913. A edição em língua francesa foi feita na capital portuguesa no ano seguinte: Idem, *Histoire du Collège de Campolide et de la Résidence des Jésuites à Lisbonne*, Lisbonne, 1914.

⁸⁸ O regime republicano desejou profundamente que o seu exemplo de expulsão dos Jesuítas fosse seguido, à semelhança do que aconteceu no tempo de Pombal, pelos outros países europeus, como expressa um jornal republicano na sequência da aplicação desta medida: «Seguiu para a Holanda a última leva de Jesuítas. Foi uma das boas obras do governo da República o livrar-nos de tão maldita praga. Que outras nações lhe façam em breve o mesmo é o que lhes apeteçamos» (*Solidariedade*, 6 de Novembro de 1910). Mas este voto que implicava agora muito mais do que a expulsão de uma Ordem, não teve o governo republicano o gozou de alcançar tão completamente como Pombal.

⁸⁹ Idem, *Les Jésuites en Portugal de 1540 à 1834: contribution à l'étude et à l'interprétation des lois de 8 de Octobre et 31 de Décembre de 1910*, Lisbonne, 1914-1915. Nesta obra, Grainha não faz mais do que respear o arsenal erudito e polémico que já tinha consignado nas suas obras antijesuíticas para desmerecer o papel da Companhia de Jesus em Portugal, reactualizando as suas inactivas e a inerente avaliação negativa da acção dos Jesuítas para efeitos de divulgação internacional.

⁹⁰ Este antijesuítas ainda publicou outras obras historiográficas e propagandísticas de teor antijesuítico bem marcado que se tornaram uma referência para o estudo da Maçonaria em termos da sua história: Manuel Borges Grainha, *História da Maçonaria em Portugal*, op. cit.; Idem, *A acção da Maçonaria Portuguesa*, Lisboa, 1913. Nestas

Desilusão da República e enfraquecimento do antijesuitismo

Embora diminuindo de intensidade com o passar do tempo e do aliviar do impacto revolucionário, a ideografia antijesuítica oficializada pelo regime pronderou ao longo de toda a primeira República. Esta imagiologia foi sendo alimentada pelos intelectuais mais radicais do laicismo republicano e seus sequazes na imprensa, nos livros, nos discursos, nos comícios, nas manifestações públicas, nas comemorações, nomeadamente de figuras ligadas ao imaginário antijesuítico como o Marquês de Pombal que se tornou um dos heróis mais ovacionados da República, ou a pretensão de certos acontecimentos que faziam recordar a reincidência da acção criptica do mitificado dedo jesuítico, que queria, de forma costumaz, continuar a influenciar a deriva presente da história nacional.

Os recuos do regime republicano em relação à execução do seu ideário laicista radical, a capacidade de recomposição e de refortalecimento revelada pelo catolicismo, o "milagre" de Fátima e o seu efeito religioso mobilizador⁹¹, até às próprias dissensões no seio da Maçonaria⁹², não deixaram de ser vistas, pelos propagandistas antijesuíticos, como sendo devido à reincidente conspiração de algum jesuíta, ou simplesmente devido à persistência invia do espí-

obra o autor sublinha o serviço prestado pelas lojas maçónicas no combate ao jesuitismo e à ascendência da Igreja na sociedade portuguesa, assim como o contributo para a afirmação dos ideais de liberdade e de democracia. E que continuou a prestar, intervindo para combater o temido regresso da reacção: v.g. *Mensagem do Grémio Lusitano aos poderes constituídos. A reacção clerical e o poder civil*, s.l., 1913.

⁹¹ A propaganda anti-religiosa republicana acusou facilmente os Jesuítas de estarem por trás da «invenção» das aparições da Virgem Maria em Fátima, como estratégia para recuperarem o seu domínio sobre as consciências dos cidadãos portugueses e, assim, melhor prepararem o seu regresso. Cf. António Teixeira Fernandes, *O confronto de ideologias na segunda década do século XX. A volta de Fátima*, Porto, 1999, p. 166 e ss.

⁹² Por exemplo, num processo de ruptura, por diferentes pessoais registado em 1924 na Maçonaria Portuguesa entre o historiador e erudito António Ferrão e o Grão-Mestre Magalhães Lima, aquele acusou a Maçonaria de estar a ser vítima de uma decadência sem precedentes e de «parecer mais uma aliada da Companhia de Jesus que a sua irreconciliável adversária». António Ferrão, «Carta ao Dr. Magalhães Lima», 31 de Maio de 1924, citada por M. de Riba Leça, «A Maçonaria aliada da Companhia de Jesus», in *Brotéria*, Vol. 74, 1962, p. 168. Neste artigo é divulgada correspondência encontrada no espólio da Loja Capitular chamada Madrugada, n.º 339, que fazia parte do Grande Oriente Lusitano Unido. A clivagem verificada entre António Ferrão e o Grão-Mestre teria resultado simplesmente de uma questão pessoal, concretamente pelo facto do referido chefe da Maçonaria se ter esquecido de elogiar o trabalho do intelectual maçónico no discurso de encerramento de um Congresso daquela associação secreta realizado entre 24 e 29 de Maio de 1924 com o tradicional tom antijesuítico e anticlerical que caracterizavam estas iniciativas.

rito jesuíta que ainda resistia em certos cidadãos⁹³. O que é bem revelador da profetividade explicativa e das possibilidades de justificação das causalidades dos males sociais, grupais, políticos e institucionais à luz do mito de *complot* jesuítico, como recurso ideológico que nem a exortação desencadeada pelo decreto de expulsão fez passar à história.

Como os males da nação não foram dirimidos, como tinha prometido o discurso republicano, restava recorrer à velha lógica do mito da Companhia de Jesus e procurar a explicação na sua força e pregnância heterópica da reincidência incontível da sua doença, assim como da sua aliança para restaurar a velha ordem. Assim alertava Alfredo Pimenta, continuando a defender a necessidade de exterminar o jesuitismo reincidente que minava por dentro a República: «A Monarquia e o jesuitismo servem-se mutuamente e mutuamente se apoiam. Para destruir este, é preciso destruir aquele; para destruir aquele é preciso destruir este»⁹⁴. O que não deixa de representar uma espécie de fraqueza de reconhecimento do regime em erradicar o seu inimigo principal reforçado pela figuração da sobre-humanidade deste contra-poder republicano, bem como da falência da utopia da chegada idade positiva pela educação, pela ciência e pelo combate às velhas estruturas da religião e dos preconceitos típicos do estádio ante-positivo. A República validava, assim, o poder surreal do mito pombalino dos Jesuítas que recriou.

Com efeito, depois de um tempo breve de exaltação da vitória republicana, assistiu-se a uma progressiva desilusão em relação ao novo regime e à

⁹³ O próprio poeta Fernando Pessoa, extremamente sensível às questões do esoterismo e filomacónico confesso, não deixou de ver a Companhia de Jesus como uma organização secreta, que conspirava e concorria com as organizações secretas assim chamadas, conspirando contra elas para levar a cabo os seus fins. Valoriza assim um dos velhos mitemas pombalinos do mito do *complot* jesuítico: a dimensão secreta da Companhia de Jesus, classificando-a no sector associativo das organizações que se caracterizam pelo seu secretismo: «É de notar que estando a S.J. dentro da O.C. e fazendo dela parte, os chefes secretos de uma e outra são, todavia, diferentes (diversos, distintos). O próprio nome S. J. não é senão o nome O.C. traduzido para a designação de uma ordem do Átrio (Pátio): onde está a Ordem em cima está a Sociedade em baixo; onde está Cristo em cima está em baixo Jesus, que é a encarnação de Cristo». Fernando Pessoa, *A procura da verdade oculta. Textos filosóficos e esotéricos*, Pref., org. e notas de António Quadros, Mem Martins, 1986, p. 228; Fernando Pessoa, *A Maçonaria vista por (...)*, Porto, s.d., p. 7; Jorge de Matos, *O pensamento maçónico de Fernando Pessoa*, 2.ª ed., Lisboa, 1997; Gilbert Ricardo Cavaco, *Mensagem: Esoterismo e ideologia em Fernando Pessoa*, Ann Arbor, 1997.

⁹⁴ Alfredo Pimenta, *Estudos sociológicos*, Lisboa, 1913, p. 227. O fundo de realidade do mito jesuíta nesta fase, era de facto o enfundamento e a colaboração dos Jesuítas em relação ao regime monárquico revogado pela República e às correntes que resistiram a ameaça das novas ideologias de matriz laica e anticatólicas.

sua dificuldade em resolver os problemas reais do país (apesar de significativos progressos verificados em algumas áreas), revolvendo-se em lutas partidárias intestinas que o impediram de consolidar políticas e reunir consensos de longo prazo para as reformas que Portugal precisava para se tornar um Estado forte e moderno em termos internacionais⁹⁵. Para justificar esta inoperância do projecto republicano, o jesuitismo continuou a representar um recurso explicativo fácil, mas também cada vez menos credível a não ser para o cada vez mais pequeno número dos crentes na velha propaganda que a desilusão republicana foi fazendo diminuir drasticamente. Todavia, o imaginário que a propaganda republicana produziu em torno dos Jesuítas deixou marcas profundas na cultura e na mentalidade portuguesas que o tempo tardará em diluir.

O anticlericalismo de relance

Luis Machado de Abreu

Universidade de Aveiro

O anticlericalismo entendido como manifestação de crítica e de repúdio pela presença da instituição eclesiástica e pela influência do clero e das ordens e congregações religiosas no espaço público não só existiu e continua a existir na sociedade portuguesa, como faz parte de dinâmicas sociais e de estratégias políticas dotadas de grande relevância histórica.

Com diferentes matizes, a atitude anticlerical é visível na cultura portuguesa desde os tempos medievais até à actualidade. Existe no entanto um segmento temporal em que essa visibilidade aumenta de forma exponencial. Assim sucede no período compreendido entre 1850, em que eclode a polémica "Eu e o Clero", e 1926, ano terminal da I República. Se tomarmos como indicador o volume da produção textual anticlerical durante esse período – com exclusão da imprensa periódica –, verificamos que cerca de dois terços das publicações têm data anterior a 1910. E se também incluirmos nesse grupo todos os textos editados no ano de 1910, chegamos então aos três quartos do total de publicações anticlericais. Podemos inferir da distribuição cronológica desta produção textual que o período de mais intensa mobilização anticlerical se restringiu a aproximadamente três décadas, os trinta anos que precedem a implantação da República e acompanham a promulgação da legislação republicana anti-religiosa de 1910 e 1911.

Resulta do que acaba de ser referido que a história do anticlericalismo anda em Portugal intimamente associada ao movimento republicano, partilhando alguns dos seus objectivos e servindo de instrumento mobilizador de militantes e adeptos da causa republicana. Tão grande proximidade não autoriza a concluir que apenas os republicanos são anticlericais nem tão pouco que quantos abraçaram o projecto da República são militantes anticlericais. Deve notar-se a este respeito a posição crítica de alguns intelectuais e políticos republicanos que assumem profundas reservas perante o radicalismo adoptado pelas políticas anti-religiosas da República durante os primeiros anos de vigência do regime. Assim sucede com Sampaio Bruno, Basílio Teles, o último Guerra Jun-

⁹⁵ Cf. António Costa Pinto, "Muitas crises, poucos compromissos: a queda da Primeira República", in *Penélope*, n.º 19-20, 1998, pp. 43-70

queiro e outros. Quanto a Guerra Junqueiro, referindo-se em particular à lei de Separação e à sua aplicação, era de opinião que Afonso Costa estava a tratar o conjunto da Igreja Católica como se ela fosse o mesmo que o jesuitismo. Ao proceder desse modo, estimulava a resistência do povo à República e corria o risco de não conseguir enfraquecer a Igreja como pretendia e, mais grave ainda, de pôr em causa o triunfo definitivo da causa republicana.

É verdade, no entanto, que foi no quadro da República implantada em 1910 que as políticas anticlericais atingiram em Portugal a fase mais aguda nos planos legislativo e institucional. O culminar do movimento anticlerical com as várias acções de propaganda que o promoveram e difundiram ocorre precisamente quando a oposição republicana depõe o regime monárquico e chega ao poder. Por essa via, é o próprio anticlericalismo que se institucionaliza e atinge uma amplitude e profundidade jamais vistas no país. Torna-se agora global e institucional em sentido subjectivo e objectivo. Em sentido subjectivo, porque são os poderes legislativo e executivo da República que o assumem como seu património e missão. Em sentido objectivo, na medida em que o praticam contra outra instituição, a Igreja Católica, vista como organização do poder espiritual e identificada como instituição concorrente. Trata-se de uma nova etapa na radicalização da hostilidade. Ao contrário do que sucedia até então, a oposição anticlerical deixa de estar centrada no ataque aos membros da hierarquia eclesiástica ou aos membros das ordens e institutos de vida consagrada. O alvo agora visado é o corpo social e institucional da própria Igreja presente na sociedade, sobretudo através do chamado ultramontanismo e respectivos agentes. Nesta nova fase, dir-se-ia que se tornou perfeitamente claro que "o ultramontanismo sabe o que faz. O poder temporal, através do maquiavelismo vaticanista, é a sua aspiração. O mando absoluto da terra é o seu dever eterno".

Muito diferente desta figura global instituída pelo poder republicano são os anticlericalismos parcelares ou sectoriais cuja atenção está focada em membros do clero e em grupos de famílias religiosas. Pertencem a este tipo os anticlericalismos mais frequentes e tradicionais, muitas vezes difusos, que começam a surgir ainda na vigência da monarquia absoluta e se aprofundam e generalizam na Monarquia Constitucional. Quer as medidas antijesuítas tomadas pelo futuro Marquês de Pombal, sobretudo a partir de 1759, quer a legislação contra as ordens religiosas decretada pelo poder liberal, incluindo a expulsão do país das Irmãs da Caridade francesas em 1862, são actos institucionais do poder político mas de alcance sectorial e selectivo. E a forma anti-

¹ Eurico de Seabra, *A Igreja, as Congregações e a República (A separação e as suas causas)*, 2.ª edição. Lisboa, Clássica Editora, 1914, p. 20.

clerical com que a militância republicana se configura durante as três décadas que precederam a implantação da República inscreve-se ainda neste mesmo tipo de anticlericalismo sectorial.

Numa leitura superficial da fenomenologia anticlerical o que sobressai são rituais de críspação e ódio, sem excluir alguns raros episódios de violência física que atingem clérigos e religiosos. Na sustentação desses rituais encontramos escassas bases doutrinais e ausência generalizada de elaboração reflexiva. Quase tudo se passa sob a aparência de espontaneidade em manifestações grupais a que alguns animadores infundem furor sectário contra padres, frades e freiras. Esses mentores aparentam quase sempre estar mais motivados por interesses de parcialidade social ou política do que por robustas convicções filosóficas. Se percorrermos a literatura anticlerical, depressa nos apercebemos que, salvo algumas excepções de mérito, não há debate de princípios nem de ideias. Essa literatura é predominantemente panfletária e estereotipada. Agride e gesticula mais do que analisa. Não dialoga. Não esclarece nem se deixa esclarecer. Estimula nos leitores sentimentos de ódio e desprezo pela alteridade religiosa e clerical. Edita uma vulgata ideológica mais atenta à eficácia mobilizadora do que à elaboração de um argumentário comprometido com o apuramento da verdade.

O enraizamento ideológico da atitude anticlerical revela convergências e cruzamentos com alinhamentos doutrinais alimentados por princípios e orientações provenientes da filosofia positiva de Augusto Comte prolongada pela interpretação dada por Emile Littré, pelo cientismo e evolucionismo social, pelo laicismo, naturalismo e livre-pensamento. Torna-se assim inevitável a classificação da corrente anticlerical como ideologia. À primeira vista, tratar-se-á de uma *ideologia negativa*, dada a carga de negatividade presente na semântica do termo criado no século XIX e na contextualização social e política do seu uso, em que avultam as notas de hostilidade, confronto e rejeição.

Quando analisado mais minuciosamente, o anticlericalismo dos séculos XIX e XX pode na sua globalidade ser classificado como *ideologia positiva*. Congrega paixões e militâncias persistentes à volta de alguns temas objectiva e socialmente relevantes, como a liberdade, o ensino, a ciência, a separação entre o político e o religioso, a laicidade e outros. Nessa medida, a questão do anticlericalismo está intimamente associada à história política, social, religiosa e cultural do povo português, em particular nos últimos dois séculos. O que nos enredos desta questão lhe confere habitualmente intenso fragor polémico é o facto de nela se tocar a realidade do poder e as correspondentes dinâmicas e atritos.

Torna-se, pois, compreensível que os períodos de mais agitada movimentação anticlerical coincidam com épocas de grande efervescência política

e social. Ordens e congregações religiosas e membros do clero aparecem assim como aliados dos poderes constituídos e são identificados como importante instrumento ideológico ao serviço da sua perpetuação no poder. E quando os contextos de mudança política não se afiguram tão evidentes e próximos, é ainda e sempre a imagem do poder espiritual e da sua influência cultural na vida da sociedade que desencadeia as acções de crítica e de contestação dirigidas contra os representantes da instituição eclesiástica.

Ao longo dos dois últimos séculos, houve alguns picos de intensificação na actividade anticlerical de âmbito nacional que podemos enumerar rapidamente.

Em 1834, Joaquim António de Aguiar, Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, decreta a extinção das ordens religiosas, alegando que elas não são compatíveis "com a civilização e luzes do século, e com a organização política que convém aos povos".

A polémica "Eu e o Clero" que opôs Alexandre Herculano ao sentimento geral do clero português rebentou em 1850. Na sua génese estiveram duas concepções historiográficas que analisam diferentemente o chamado "milagre de Ourique". Herculano trata o caso com base no saber histórico, rigoroso, crítico e documental. O que inicialmente foi discussão no estrito terreno da história, logo descambou em disputas de natureza ideológica e religiosa. Alexandre Herculano remete-se, a partir daí, a um anticlericalismo veemente contra o ultramontanismo da Igreja portuguesa e contra os dogmas entretanto definidos pelo magistério do papa Pio IX.

Entre o ano de 1857, em que chegam a Portugal as Irmãs da Caridade francesas autorizadas por D. Pedro V, e o ano de 1862, em que são obrigadas a abandonar o país e a regressar a França, decorre uma das mais agitadas confrontações políticas de natureza anticongreganista no parlamento, na imprensa e até na rua. Alexandre Herculano, José Estêvão e muitos outros escritores e políticos combateram com firmeza a permanência dessas irmãs em Portugal, com receio de que fosse o primeiro passo para o regresso das ordens e congregações banidas em 1834.

O "Caso Rosa Calmon", em 1900-1901, não teria passado de vulgaríssimo *fait-divers* se não houvesse uma prevenção generalizada e apropriadamente servida por militantes pertencentes a diferentes organizações, mas que convergiam no apostolado anticlerical. Uma jovem, que contra vontade dos pais, tentava ingressar num instituto religioso, acabou por desencadear manifestações de protesto e motins em várias cidades do país. A agitação social, por uma lado, e o crescimento notável do número de casas religiosas, masculinas e femininas, obrigou o governo a intervir. Em 18 de Abril de 1901, Hint-

ze Ribeiro decretava que só seriam autorizadas casas religiosas dedicadas "à instrução ou beneficência ou à propagação da fé no Ultramar".

A instauração do regime republicano em 5 de Outubro de 1910 foi seguida de actos governativos em que se destacam as medidas tomadas pelo Ministro da Justiça, com data de 8 de Outubro, declarando que continuam em vigor as leis pombalinas contra os jesuítas e as de Joaquim António de Aguiar relativas às ordens religiosas. A vitória das forças republicanas ficou tragicamente assinalada pela violência assassina que abateu, no próprio dia 5 de Outubro, dois sacerdotes da Congregação da Missão, vulgarmente chamados Lazaristas. Um era o padre Alfredo Fragues, Superior Provincial; o outro, o padre Bernardino Barros Gomes, homem de ciência, que tinha prestado ao país relevantes serviços nas áreas da silvicultura e da geografia.

No ano seguinte, a lei da Separação da Igreja do Estado, de 20 de Abril de 1911, decretou no seu artigo 2.º que "a religião católica, apostólica, romana, deixa de ser a religião do Estado e todas as igrejas ou confissões religiosas são igualmente autorizadas, como legítimas agremiações particulares, desde que não ofendam a moral pública nem os princípios do direito político português". Rompia-se assim o ordenamento constitucional em que assentavam as relações do Estado com a Igreja Católica durante a vigência do regime monárquico constitucional. Além de perder o estatuto de religião do Estado, a Igreja ficava sujeita a restrições e condicionamentos que na prática confinavam a existência religiosa à esfera privada e a actividade dos ministros do culto às paredes do templo e da sacristia. A lei de Separação agravou o relacionamento entre a Igreja e a República, dando origem a um ciclo gravíssimo de grande confrontação e envenenou o clima social fazendo aumentar a desconfiança entre as duas instituições e afastando da República o Portugal rural.

A existência destes momentos altos de coalescência da paixão anticlerical presuppõe a vontade de levar à prática objectivos que nem sempre aparecem explicitados com clareza. Não andaremos muito longe da situação real se os identificarmos como factores de mobilização para a mudança social e cultural que está em curso na consciência da modernidade. Visa-se o crescimento do homem em liberdade, educação, autonomia pessoal, cidadania, consciência social.

Entendia-se que a realização destes objectivos civilizacionais de natureza emancipatória não seria possível se não fosse substancialmente desconstruída a arquitectura teológico-política da sociedade do Antigo Regime e ainda algumas estruturas mantidas durante a Monarquia Constitucional. Dessa arquitectura fazia parte a função mediadora entre o mundo transcendente e divino e o mundo terrestre do homem, função atribuída a hierarquia eclesial. Esse papel de intermediação entre Deus e os homens assentava numa

teoria da dupla representação, segundo a qual o padre é representante de Deus junto dos homens e representante dos homens junto de Deus. Ora esta teoria da representação clerical entra em crise por força do processo de secularização e torna-se objecto de contestação crescente. Esse estatuto do clero foi cedendo lugar a outro tipo de representação que conquistou gradualmente o espaço público, a representação imanente, democratizante, de natureza social e política, reivindicada pela mediação de aparelhos de classe e de partido na sociedade em vias de democratização.

É pelo trabalho da negatividade que o anticlericalismo realiza a sua função positiva de agente de mudança cultural. Nas apresentações mais comuns o anticlericalismo vem sempre remetido para esta zona sombria, diabólica, em que figura como arma apontada ao clero e à Igreja, e frequentemente alinhado com a causa republicana. Na realidade, muitas outras faces do anticlericalismo existem ao lado dessa. Não se pode ignorar a sua presença no interior da própria Igreja, como denúncia e protesto contra a degradação da própria vida espiritual e contra a perversão das mais sublimes exigências do cristianismo. Nesta crítica nascida a partir da fidelidade aos valores evangélicos não há ódio à hierarquia eclesialística nem à vida religiosa. Há apenas coerência de fé e de caridade empenhada em purificar e emendar comportamentos de pessoas e instituições, de modo a serem e parecerem, sem equívocos, sinal profético do Reino de Deus. A estes objectivos do anticlericalismo interno juntam-se ainda efeitos indiscutivelmente positivos de algum anticlericalismo eminentemente político. Lembremos, por exemplo, o que nele pode haver enquanto agente de mudança cultural, instrumento de emancipação social, clarificação de fronteiras entre o teológico e o político.

Existe no anticlericalismo português uma prática mimética do discurso e dos rituais religiosos. O mimetismo encontra-se também na reprodução quase servil de iniciativas e caminhos trilhados em França pelo processo anticlerical. No discurso e nos rituais colectivos deparamos frequentemente com um vocabulário decalcado da linguagem religiosa cristã. Fala-se de apostolado e de apóstolos, catecismo, boa nova, sermões da montanha, missionários, em clara apropriação a benefício da religiosidade cívica. Nem se esqueça que o republicano Basílio Teles chega a descortinar no anticlericalismo uma espécie de beatidão do avesso. Nos rituais imitam-se as peregrinações e romagens sob a forma de círios civis e de romagens laicas aos cemitérios. Pretende-se, segundo palavras de Jules Ferry, "organizar a humanidade sem Deus e sem rei".

Como em muitos outros campos da vida social e cultural, a França desempenhou a função de sociedade modelo imitada com escassa originalidade pelos militantes portugueses. A III República francesa ia dando o tom e logo, com ligeiro atraso, entrava no coro o republicanismo nacional. Os deba-

tes sobre a questão do ensino, as congregações religiosas e a lei da Separação das Igrejas do Estado parecem ecos muito próximos do que tinha acabado de acontecer em França. Um dos aspectos em que o anticlericalismo em Portugal se parece diferenciar notoriamente do caso francês diz respeito ao desigual peso político do protestantismo na formação da laicidade e da vaga anticlerical. Enquanto a Reforma protestante já se tinha afirmado em França havia mais de três séculos, em Portugal a implantação e organização das igrejas evangélicas estava ainda a dar os primeiros passos.

Os progressos da secularização, do laicismo e do movimento anticlerical contribuíram para vincar mais profundamente a clivagem introduzida no catolicismo português pelas lutas entre liberais e absolutistas. Torna-se, por isso, mais visível a divisão dos católicos repartidos entre os que se reviam nos princípios e práticas do catolicismo liberal e os adeptos do catolicismo intrínseco e tradicionalista. Este divórcio assumido no interior da Igreja baseava-se em divergências quanto à maneira de integrar ou rejeitar o regime de Monarquia Constitucional e os valores celebrados pelos tempos modernos. Não foi só o anticlericalismo que se inspirou na experiência francesa. Também a divisão verificada entre os católicos reproduzia linhas de ruptura vividas por outras sociedades, nomeadamente a francesa.

A combatividade anticlerical concentra-se à volta de alguns núcleos de fixação temática que podemos reduzir a dois pólos principais, a saber, um centrado em matéria de costumes, outro em questões de natureza política. Pertencem ao primeiro grupo comportamentos sociais atribuídos ao clero em geral, tendo em vista fazer recair sobre ele o descrédito que resulta da contradição entre a moralidade do que ensina e a imoralidade de práticas de que vai sendo recorrentemente acusado. Gula, lascívia, avareza, tartufice, perfídia, oportunismo, aliança com os poderosos, ambição de poder são apenas alguns dos vícios mais frequentemente associados ao perfil de clérigos e religiosos pelo discurso anticlerical que os vai retomando e repetindo sob a forma de estereótipos.

No que diz respeito a temas de âmbito político tratados com mais insistência pela contestação anticlerical, devem assinalar-se os seguintes: separação da Igreja do Estado, ensino, actividade das ordens e congregações, o "complot" ou conspiração clerical.

O objectivo de separar a Igreja do Estado está presente em todos os quadros da intervenção anticlerical de Oitocentos e de começos do século XX. Encontra-se profundamente arraigada a convicção de que a modernização da sociedade e da vida política não pode realizar-se em profundidade se continuarem a ser mantidas as relações tradicionais entre as duas instituições e a religião católica conservar o estatuto constitucional oficial de religião da nação

portuguesa. O poder do Estado continuaria condicionado na sua organização e funcionalidade se não se rompesse, de maneira firme e incondicional, com as intromissões directas ou difusas das autoridades eclesiásticas no rumo das indispensáveis tarefas de modernização da sociedade. A isso obriga o desenvolvimento coerente do processo de secularização que estava em curso na vida dos povos europeus. A defesa insistente do caminho da separação e a sua concretização na lei de 20 de Abril de 1911 dava corpo e visibilidade à dinâmica de secularização da existência social e política. A formulação deste tema desdobra-se em vários subtemas que o retomam sob outros ângulos de análise. Assim acontece com questões abundantemente referidas como o poder temporal do papa, o ultramontanismo e o romanismo, o *topos* da aliança do trono e do altar.

Durante a Monarquia Constitucional, no contexto dos grandes debates políticos o ensino religioso foi muitas vezes assunto central perante o qual se inflamavam as paixões e ressurgiam conflitualidades. A questão das Irmãs de Caridade francesas (1857-1862), já atrás referida, que tanta animosidade gerou na política nacional da época serviu para exacerbar o sentimento anticongreganista e colocar no centro da discussão parlamentar a questão da instrução pública e da liberdade de ensinar. As intervenções radicais de Alexandre Herculano, Vicente Ferrer Neto de Paiva, José Estêvão e outros tiveram como desfecho a proibição de contratar regulares para o ensino público e para o particular, bem como o regresso das religiosas a França. A recusa da escola confessional manteve-se ao longo dos anos, sem que esse condicionamento tivesse obstado à fundação de escolas e colégios dirigidos por congregações que assim supriam com ensino de qualidade as notórias insuficiências da educação escolar do país. Em 1901, Himize Ribeiro acabou por abrir caminho à actividade educativa das congregações, desde que elas se organizassem em associações religiosas com estatutos aprovados. Contudo as medidas anticongreganistas adoptadas pela República não só revogaram as disposições de 1901 como suprimiram liminarmente o ensino ministrado por membros de ordens e congregações. Verificava-se assim, desde meados do século XIX, o processo de secularização da escola que precedeu a secularização do Estado efectuada mais tarde pelas leis republicanas de 1910 e 1911².

Embora nem sempre esteja expressamente enunciada, o certo é que na desconfiança e reserva com que padres e religiosos são olhados existe a suspeita de que eles possam estar ao serviço de uma maquinação gigantesca cujo propó-

² Ver Maria do Céu Cristóvão, *A questão das Irmãs de Caridade. Estudo de opinião pública*, 2 volumes. Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1972; Sérgio Campos Matos, "Escola secular ou escola confessional? Uma polémica oitocentista", *Clio - Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 8 (2003), pp. 45-64.

sito seria arruinar os Estados e promover o controlo e domínio da Igreja sobre os povos. O programa de catequização espiritual e moral promovido pela Igreja católica não passaria de uma astuciosa conspiração destinada a domesticar as consciências e a torná-las submissas aos planos de domínio universal sob a égide do poder eclesiástico ou do poder do capital à sombra daquele. Nesta actividade conspirativa, caberia sobretudo às ordens e congregações religiosas o papel principal de agentes preparados e organizados, quais milícias ao serviço da conquista espiritual dos povos. Outra versão desta instrumentalização dos homens da Igreja é a que faz deles distribuidores do ópio espiritual que leva consolação, torpor e resignação aos pobres e explorados, servindo assim de escudo protector aos interesses materiais da burguesia e do capital. Ordens e congregações são, no dizer do republicano Eurico de Seabra, "as sentinelas avançadas do Vaticano, as suas guardas vigilantes, os seus propagandistas e colectores internacionais"³. Nessa tarefa, os jesuítas seriam mesmo a milícia de elite que, à sombra da maior glória de Deus, estaria apostada em conquistar e dominar o mundo. Deve-se a esta ideia conspiracionista, ideia de fácil aceitação por parte de públicos descontentes e com baixo nível de espírito crítico, a parte mais significativa da energia mobilizadora de que a propaganda anticlerical deu provas em várias ocasiões. Soube colocar ao seu serviço uma máquina persuasiva e grande variedade de meios expressivos e de comunicação, entre os quais o teatro, a arte da caricatura e a literatura de cordel. Alguns textos dramáticos levados à cena, além de atraírem numeroso público e terem eco considerável na imprensa, deram origem a polémicas e a alguma tensão social. Foi essa a fortuna do drama *Os Lazaristas* de António Enes que, em 1875, retomava o ataque às congregações religiosas. Exemplo notável de recurso à arte da caricatura são as ilustrações feitas por Leal da Câmara para *A Velhice do Padre Eterno* e, em particular, as que representam a hidra em que a Igreja, com o papa à cabeça, figura como gigantesco réptil que dá a volta ao globo terrestre, estrangulando a liberdade de pensamento e de acção da humanidade inteira. Com o título *O Fado dos Padres / Cantigas a atirar aos abutres de sotaina* conhece-se um folheto de cordel com letras, provavelmente destinadas a ser cantadas, com os títulos sugestivos de "Alerta contra os jesuítas", "O casamento civil", "Fora com eles", "De que servem os padres", "Lazaristas e jesuítas", "A inquisição".

A mentalidade anticlerical captou adesões e penetrou em todas as camadas da sociedade, constituindo uma galeria vastíssima e diversificada de personalidades ligadas aos diferentes sectores da vida nacional. Parece no entanto abusivo alargar à maioria da população portuguesa a identificação com a ati-

³ Eurico de Seabra, *op. cit.*, p. 89.

tude anticlerical militante. Afonso Costa insiste na sua radicação na alma do povo. Referindo-se à obra de Pombal, afirma: "A obra do Marquês não foi prosseguida, mas ficou vivendo dentro da alma portuguesa, como protesto contra o ultramontanismo clerical. Ele conseguiu lançar no espírito do povo a necessidade de não deixar triunfar em Portugal a Igreja e, assim, a revolução de 1820 confirmou a expulsão dos Jesuítas e extinguiu o Tribunal da Inquisição".⁴ E o mesmo Afonso Costa vai ao ponto de atribuir a lei da Separação ao sentimento mais íntimo da consciência popular, assim contrariando a clara resistência com que ela foi efectivamente recebida pelo país profundo. Segundo ele, a lei da Separação "saiu das entranhas desse povo, onde está escrita em caracteres de fogo a palavra República".⁵

Houve, evidentemente, figuras que se notabilizaram como militantes anticlericais de referência e que, por isso, mereceram especial atenção. Registemos, entre outros, académicos como Teófilo Braga, Julio de Matos, Miguel Bombarda; mações como Sebastião de Magalhães Lima, Manuel Borges Grai-nha, Fernão Botto Machado, Afonso Costa; pedagogos como Aurélio da Costa Ferreira, Tomás da Fonseca; juristas como Eurico de Seabra; poetas de renome como Guilherme Braga, Gomes Leal e o Guerra Junqueiro de *A Velhice do Padre Eterno*. Entre os casos mais típicos conta-se Tomás da Fonseca, o anticlerical de Mortágua. Notabilizou-se como combativo apóstolo da causa, atravessando a I República e o Estado Novo, muitas vezes perseguido mas sempre inabalável. Encarnou o modelo mais acabado de anticlerical do mundo rural, dando voz aos rústicos em vários livros que escreveu e levando-lhes a mensagem da República anticlerical.

Se é incontestável que os tempos de viva conflitualidade anticlerical em Portugal pertencem hoje ao passado, não se pode ignorar que são precipitadas todas as especulações sobre os cantos de cisne que celebram o fim dos anticlericalismos.⁶ É notório que a correlação de forças entre o poder espiritual e o poder temporal no Ocidente se encontra profundamente modificada e isso não pode deixar de se reflectir na perda de actualidade da questão do anticlericalismo. Mas esta, além de não ter deixado de persistir, reveste-se agora de novas formas e restaura os contornos da sua representação noutros territórios onde as problemáticas do teológico-político renascem com inesperado vigor, suscitando preocupações a que não ficam indiferentes as próprias relações internacionais.

⁴ Afonso Costa, *Discursos Parlamentares, 1914-1926*, Compilação, prefácio e notas de A. H. Oliveira Marques, Amadora, Bertrand, 1977, p. 48.

⁵ Afonso Costa, *op. cit.*, p. 54.

⁶ Luis Machado de Abreu, "Perspectivas sobre o anticlericalismo português", *Communio*, Lisboa, 1(2010), pp. 33-41.

O Fim de António Patrício: o Revés da História no Tecido do Drama

Maria de Jesus Reis Cabral
Universidade de Coimbra – CLP

A nossa época é horrível porque já não cremos – e não cremos ainda. O passado desapareceu, do futuro nem alicerces existem. E aqui estamos nós sem tecto, entre ruínas.

Raul Brandão, *Memórias*, Setembro 1910

Singular, no seu liame à estética simbolista, o teatro poético de António Patrício desenvolve-se numa zona de fronteira entre lirismo e tragédia íntima, "ao serviço da revelação das almas", como o notou Luiz Francisco Rebello¹ em clara sintonia com o substrato dramático da obra pessoana ou com as não menos contemporâneas propostas para um "Teatro de alma" de Mário de Sá-Carneiro². Na mesma linha de demarcação da mimese aristotélica, o drama patriciano patenteia todo um processo de desmaterialização dos suportes tradicionais, da acção, às personagens e ao diálogo, a favor dos valores do mistério, do silêncio e do *sonho*³ – fundadores e fundamentais de uma nova concepção dramática como *efeito* e não como *ilusão*⁴.

¹ Francisco Rebello, *O teatro simbolista e modernista*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979, p. 43.

² Aludimos ao seu artigo "O Teatro-Arte (Apointamentos para uma crónica)" publicado em 1913 no jornal republicano *Rebate* para além da peça *A Alma* composta com António de Ponce Leão no mesmo ano.

³ Como no-lo revelam designadamente as suas *Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias*: "Quem quisesse resumir numa palavra a característica principal da arte moderna encontrá-la-ia, perfeitamente, na palavra *sonho*. A arte moderna é arte de *sonho*" (Pessoa, 1973: 153).

⁴ Seja-me permitido remeter para o meu estudo "Da (des)ilusão no teatro simbolista: Mal-larmé, Maeterlinck e Patrício em diálogo", contribuído para o livro *A Ilusão teatral*, dir. Ana Clara Santos, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 133-168 (no prelo).

Datada de 1909, *O Fim*, *história dramática em dois quadros*, foi publicada num clima de desagregação histórica e política – entre o regicídio de 1908 e a queda da monarquia em 1910, profetizando o “fim prosaico”⁵, nas palavras de José Mattoso, *da Monarquia em Portugal*. Em efectiva crise económica e social desde 1890, os anos do reinado de D. Manuel (1908-1910), que assistiram à agonia do regime monárquico foram particularmente tensos, configurando a imagem de um “país nevrotico”⁶ (Mattoso, 1994: 331). A peça apresenta-se *intimamente* ligada a esse devir histórico. Para além da dimensão sugestiva do título, pode ler-se ainda a nível paratextual, na rubrica de apresentação: “A acção passa-se na capital do Reino. Actualidade”⁷.

Não obstante essa conotação factual, corroborada por referências explícitas ao Regicídio, há uma clara postergação do drama histórico em voga na época, em favor de um “*drama histórico*”, segundo a expressão de António Nascimento Rosa⁸, em que o onírico e o alucinatório se sobrepõem ao conflito e ao fundo histórico. Essa *desilusão* de expectativas em relação ao género – e subgénero – dramático poderá estar na origem da má fortuna da peça nos meios teatrais da época, vindo a estreitar apenas em 1971.

A peça projecta-se no espaço de iniludível decadência e de falta de fulgor de uma “Sala de recepção”, ao entardecer: “cortinados de veludo, dum vermelho púido, já sem brilho”, “tapete de flores fanadas”, “armas cobertas de crepe”, “repositório armoriado de cores mortas”. A mesma decrepitude se cristaliza nas personagens: a Rainha Velha, a Aia, o Duque, o Ministro e o Desconhecido, para além das criadas, vestidas de “librés de luto”, teatralizando por graus diferentes a “visão de manicómio”⁹, que sintetiza a Aia, numa das falas finais da peça. De modo sintomático, e contrariamente à definição das categorias de tempo e de espaço, a “intriga” que sustenta a acção é praticamente nula: uma Rainha louca, num Paço arruinado aguarda uma recepção de aniversário que não acontecerá, mau grado as expectativas da fala liminar, proferida pelo Duque:

DUQUE Amanhã é o aniversário de S.M.¹⁰

⁵ José Mattoso, *História de Portugal*, vol. VI: *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 335.

⁶ José Mattoso, *op. cit.*, p. 331.

⁷ António Patrício, *O Fim / Diálogo na Alhambra*, Lisboa, Assirio & Alvim, 2007, p. 17.

⁸ António Patrício, *op. cit.*, p. 76. Revelador, segundo o mesmo autor, do “interesse do autor pelas ciências da mente e do comportamento, patente no tema titular da sua tese de licenciatura em Medicina”.

⁹ António Patrício, *op. cit.*, p. 53.

¹⁰ António Patrício, *op. cit.*, p. 20.

evoluindo apenas para a agudização da situação trágico-grotesca da protagonista, alegoria de um mundo em ruínas.

Contribuem para este universo crepuscular a ideia de um tempo esfarelado, em que “os relógios param... e o fumo tolda o ar de tal maneira que não se faz ideia do tempo”¹¹. Também a silhueta de um Duque enervado e trémulo “pondo reticências nas palavras mais banais”¹² prenuncia a fatalidade que pesa, implacável, sobre a peça, desde o título. O protagonismo que assume a morte, “terceira personagem enigmática, invisível, mas omnipresente” ou “personagem sublime” na concepção teatral de Maeterlinck¹³, mostra Patrício em clara afinidade com o drama simbolista do seu congénere belga. À semelhança do teatro de Maeterlinck, a morte espera, espreita e emerge nos interstícios do discurso. E é o “silêncio activo”, que é a substância e a essência primordial do teatro de Maeterlinck que projecta em eco e em onda a presença invisível da morte, no seu papel aniquilador de cada existência. Face a esta força “infimie, ténébreuse, hypocritement active” (*idem*: 496), os personagens revelam-se impotentes, como que “sommambules attachés à un songe pénible”¹⁴.

Também no *Fim* o discurso da Rainha Velha traduz a desvitalização e a *loucura que a atravessa e pulveriza* o sentido, deixando despontar essa outra personagem que tem o nome de Morte:

Vou pôr crepes nas árvores do jardim. Não quero mais dormir sem que me digam. (*Com uma confidência*) Quem o sabe... é a Morte. Pergunte-lho. Ela está dentro de nós a ouvir-nos. Ficou transida só de pensar nisto... Eu não lhe falo nunca: tenho medo. Ando sempre a cantar para a adormecer. Sou a ama da Morte. (*Pausa*) /.../ Tenho medo, um medo doído de a ouvir. Oiço-a em tudo: nos gritos dos meus pavões; nas portas a estalar, de noite; no ranger dos meus ossos... no silêncio... É por isso

¹¹ António Patrício, *op. cit.*, p. 44.

¹² António Patrício, *op. cit.*, p. 19.

¹³ Como o próprio explica no “Prefácio” à primeira edição conjunta do seu *Théâtre* (1901): «Ce troisième personnage, énigmatique, invisible, mais partout présent, qu'on pourrait appeler le personnage sublime, qui, peut-être, n'est que l'idée inconsciente mais forte et convaincue que le poète se fait de l'univers et qui donne à ceuvre une portée plus grande» (Cf. Maurice Maeterlinck, *Œuvres I, Le Réveil de L'Âme, Poésie et Essais*, Édition établie et présentée par Paul Gorceix, Bruxelles, Complexe, 1999, p. 502).

¹⁴ Também em “L'évolution du mystère” (1902) Maeterlinck retoma essa ideia-força do seu teatro: «Malgré tout ce que nous apprendrons, malgré toutes les conquêtes que nous ferons et toutes les certitudes que nous acquerrons peut-être, nous serons toujours de petits êtres chétifs et inutiles, voués à la mort et livrés aux caprices des forces négligées et démesurées qui nous enveloppent» (M. Maeterlinck, *op. cit.*, pp. 509-510).

que eu canto sempre, a adormecê-la. Nem posso dormir. Às vezes, no meio de um sono, tenho medo que ela fale, que desperte. E canto, canto sempre...

Neste sentido, o teatro patriciano também se afigura próximo da "terreur souterraine du vrai tragique" e das "forces inommées et qui s'incarnent quand on veut les saisir" do teatro de Artaud¹⁵ e de Beckett pela ironia desconcertante com que mergulha na mente do ser. É como se a personagem pertencesse as suas características e a sua individualidade histórica para revelar um debate perpétuo – *un long débat ininterrompu*, disse Mallarmé – fóbico e vertiginoso entre si mesmo e essa força superior terrífica e espantosa que roça o sublime. «Uma grandeza, uma elevação, uma densidade» escreve Artaud a propósito do teatro de Maeterlinck¹⁶.

A ambiguidade imanente ao título da peça remete assim para a existência de dois planos paralelos, o colectivo e o individual, que se confundem na figura simbólica de uma rainha exangue da nobreza de outrora e situada num limbo atemporal e factício, que as personagens que a rodeiam (O Duque, a Aia) se esforçam de manter – "nós a iludiremos como pudermos". A reforçar a ideia de equívoco, a primeira referência ao desassossego de "S.M." é feita através da descrição do jogo de espelhos onde a personagem gosta de desdobrar a realidade:

A AIA Foi preciso levar para o quarto quantos espelhos há no Paço. Quer ainda mais. Ainda acha pouco. Dão-lhe a ilusão de um grande convívio, dum corte... As criadas estão todas ao pé dela. Volta-se para os lados, para as ver reflectidas e sorri...¹⁷

E é de facto sobre este "equívoco" que se constrói a peça, desnudando a "miséria mais trágica: a miséria de um Paço"¹⁸. São assim relegados para segundo plano os acontecimentos históricos que se preparam e adivinham, como o desembarque iminente das frotas estrangeiras a que alude o Ministro. Se na verdade aparecem referências ao contexto histórico é para se reiterar a impossibilidade de (re)acção:

A AIA Mas que diz... que se faz no Paço Grande?...

¹⁵ Citado por Kenneth White in *Le monde d'Antonin Artaud ou pour une culture cosmopoétique*, Bruxelles, Complexe, 1989, p. 85.

¹⁶ "Prefácio" às *Douze Chansons* 1923 (*Apud La Belgique Fin de Siècle*, édition présentée par Paul Gorceix, Bruxelles, Complexe, 1997, p. 941).

¹⁷ António Patricio, *op. cit.*, p. 20.

¹⁸ António Patricio, *op. cit.*, pp. 20-21.

O MINISTRO No Paço Grande... reza-se ... espera-se em Deus¹⁹

Associada às dificuldades de comunicação, patenteadas nos diálogos, está a permanente impressão de desencontro, de mal-entendido. Desde as suas falas iniciais, o discurso do Ministro – que surge em cena reprimindo "uma grande tensão de nervos", porquanto é a única conhecedora da realidade – deixar brotar marcas do desfazamento entre o que diz e o que sabe:

O DUQUE (*cumprimtando-o*) Muito, muito obrigado por teres vindo. Esperava-te ansiosíssimo. (*Fixando-o*) Que tens? Estás abatido, pálido...

O MINISTRO (*com esforço*). Nada. Estou bem, Um pouco de fadiga.

O DUQUE Não devias trabalhar tanto. (*Sem poder reprimir-se*) Conseguiste o que te pedi? Estou morto por saber...

O MINISTRO (*hesita um instante: bruscamente*) Consegui, sim... consegui tudo. Tudo²⁰.

O seu desconforto interior, que o Duque não chegou a captar, contribui para a revelação do trágico no drama. Um pouco mais à frente, dirá de forma sentenciosa: "as nossas palavras agora são tão inúteis como um necrológio", para se referir à situação-limite que se vive em termos históricos. Mas pelo sentido duplo que apresenta, a sua deixa também faz emergir a morte, a verdadeira protagonista da peça como dissemos, e em consonância aliás com "o perfil nigromante" do teatro patriciano²¹.

Se essa temática da morte é cunho distintivo na dramaturgia patriciana, ela traduz-se nesta peça, com as diferenças do contexto pessoal e cultural assinalado, num clima próximo do trágico quotidiano maeterlinckiano, que nos lembra quanto "o fim" está sempre iminente debaixo da máscara de um jogo que sabemos de antemão perdido.

É no longo e, uma vez mais, equívocado diálogo entre Rainha e o Duque que se conforma, na transição do primeiro para o segundo quadro, uma visão trágica da existência, muito para além da "história dramática" que reza o subtítulo da peça. A entrada daquela em cena, "em toda a máscara emaciada, um hieratismo teatral de linhas"²², cantarolando, de regador na mão, combina trágico e cómico, real e onírico:

¹⁹ António Patricio, *op. cit.*, p. 28.

²⁰ António Patricio, *op. cit.*, p. 23.

²¹ Revelador do encontro do dramaturgo com a filosofia de Nietzsche e de Schopenhauer, como o evidenciou Armando Rosa no seu estudo *As Máscaras Nigromantes. Uma leitura do teatro escrito de António Patricio*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2003.

²² António Patricio, *op. cit.*, p. 30.

Vou pelo jardim...

Ando a regar o alecrim do norte.

Que bem cheira! É só para mim,

Ninguém mo corte...

Onde eu passo tudo reverdece,

Não há inverno, fica tudo em flor...

Resuscitai, flores do tapete,

Ganhai cor...

Sou jardineira.

Ando a regar a Morte...

E as covas não abrem a florir!...

É sina minha. É a minha sorte.

Parando a olhar o Ministro.

Quem é, Duque?

O DUQUE (*apresentando*) O Ministro de...

A RAINHA (*interrompendo*) Ah! Sim. Sim. Estava distraída. Deixem-nos,

deixem-nos. É dia de assinatura. Tem razão (*a Aia e o Duque saem*). Já

sabem quem foi? Prenderam-nos?... Não responde? (*outro tom*) Bem,

bem. Não assino um só decreto sem saber.

/.../

Cantarola.

Dona Morte dorme,

Dorme sossegada.

Tem a foice ao lado

Brilha de afiada.²³

Se o canto, como habitualmente se reconhece, participa de uma catarse, este longo canto sereno e amargurado, com veios de loucura, faz-se expressão de uma tragédia íntima através do mais perturbador instrumento que existe: a voz humana.

Numa clara mistura de registos e de tons, começa um longo monólogo em que verso e prosa se interpenetram para abrir ao delírio interior da personagem, consolando-se em contínua re-figuração de morte. Entrecortada aqui e ali pelo encontro com outras personagens – mormente o Duque, que ora intervém “*imbecilmente*” ora a segue “como um autómato”, a longa fala da

²³ António Patrício, *op. cit.*, pp. 30-31.

Rainha desliza compassadamente de máscara em máscara: da cólera “estridula”, ao queixume “de criança” ao lamento impregnado de melancolia, ao riso misterioso e à exaltação histórica final. A presença da morte é sugerida nos vários níveis de significação, desde o ritmo lento e melancólico das primeiras quadras, a outros “*arrières-textes*”²⁴ maeterlinckianos – da foice, flores de Outono, ciprestes e aves às velas dos navios, da presença da loucura à recorrência de palavras do campo semântico da dor, do medo e do luto. A sedução da morte – recordem-se os versos de traços expressionistas – “Quero ir vestida de pavão quando for morta. /.../ Ontem de tarde / Prendi a cauda num cipreste ao passear”²⁵ – e a profusão verbal contrastam com o adensamento de um clima de inquietação no palco.

Num procedimento próximo do “teatro no teatro” e com “uma coquete-rie *macabra*” vemo-la “recita[r]” como uma atriz²⁶ aquilo que depressa se transforma numa *mise en abyme* de si mesma, encadeando gaiatices, fantasmas e reminiscências de loucura e de dor. O *bricolage* de visões, sensações e recordações, desocultado da interioridade apela à encenação mental do leitor/espectador, chamado a reconstruir essa multiplicação de cenários por onde deambula a personagem. É o “avesso de nós”, como o sugere ao Duque que se sobrepõe a qualquer referência imediata. Dialogicamente, essa viragem é presentificada pela arritmia discursiva e pelos vazios resultantes do uso massivo de reticências, impondo, uma vez mais, ao receptor o completamente dos interstícios – numa outra lógica e numa outra dinâmica do “já dado”, delimitado e fixo do teatro praticado na época.

Muito significativamente, é com um barulho ensurdecedor de sinos e um vislumbre de incêndio deixando a Aia e os criados “alucinados, na “toada trágica de alarme” que se encerra este primeiro quadro, deixando sozinha em cena uma Rainha “*pulando com alegria estridula*” antes do descer do pano. Traz à memória, retrospectivamente, a cegueira das personagens maeterlinckianas e antecipa a amarga ironia do Beckett de *Fin de Partie* (1957): “nada é mais engraçado que a infelicidade”.

O segundo quadro é quase todo virado para a explicação do sucedido, revelado pela personagem misteriosa do Desconhecido sobreveniente, que irrompe inesperadamente no palco. A partir daí é através do seu discurso,

²⁴ Segundo a noção proposta por Alain Trouvé, enquanto conciliação de regimes de leitura literária como a latência, os pressupostos culturais e outros elementos extratextuais que a noção de intertextualidade não contempla. Vd. Alain Trouvé, “L’arrière-texte: de l’auteur au lecteur”, *Poétique*, n.º 164, pp. 495-509.

²⁵ António Patrício, *op. cit.*, p. 33.

²⁶ António Patrício, *op. cit.*, p. 35.

dirigido essencialmente à Aia, que se desdobram as imagens apocalípticas dos acontecimentos, com o fundo histórico referido – obrigando o espectador a um esforço de visualização mental –, acentuando o carácter colectivo e patriótico de um momento em que a confiança está depositada na “lógica da Raça”. Não espanta assim a sua visão desmistificadora – e ao mesmo tempo pragmática – de um país desconcertado e de todo alheio ao século XX:

O DESCONHECIDO Se sobrevivermos... mais tarde... há outros destinos.
Por agora: não desviar a atenção, um só segundo, do *podridero* épico que vemos²⁷

Para além do seu carácter de “emissário sebastiânico” sublinhado por Armando Rosa²⁸ reactualizado da tragédia antiga, é o efeito de absurdo que emana do seu encontro com Rainha que uma vez mais *designifica* todo o elemento histórico para projectar de forma simbólica a visão nihilista da fragilidade original. Para lá da fábula representada, para lá da máscara exterior, ampliação de ilusórias aparências, *descobre-se*, finalmente e com ênfase especial, a morte, a verdadeira personagem da peça – a “personagem sublime” da vida, que dimana como especial herança para todos os homens:

Entram a Rainha, o Duque, criadas e criados. A rainha. Vem cadavérica. Traz um vestido roxo de cauda, com um decote quadrado, exibindo as clavículas esburgadas, sob uma pele de morta, com lívres. Manto de arminhos. Na cabeça uma coroa de teatro. Mal pode andar: arrasta-se. O Duque segue-a fardado de viador, numa atitude de cerimonial, intuída. Atrás criadas e criados. Dirigem-se para o trono. Num movimento involuntário de terror, o Rainha a subir os degraus do estrado, e, quando a vê sentada, ajoelha, beija-lhe a mão devotamente.

O DESCONHECIDO (à Aia, com asco e terror:) Ficou isto! ... Um rei antigo deu beija-mão a um cadáver exumado. Agora é uma corte póstuma, um povo póstumo, no beija-mão de uma Estrangeira louca!...

A AIA (*abre, num momento brusco, os cortinados de uma janela, ao fundo; estende as mãos numa invocação suprema e torcendo-as depois, num paroxismo*) Venham os corvos!...

O Duque vai começar as apresentações. Uma criada velha destaca-se do grupo. Mas a Rainha, trémula como uma mimica atroz de sofrimento, levanta-se

²⁷ António Patrício, *op. cit.*, p. 53.

²⁸ António Patrício, *op. cit.*, p. 80.

do trono, estica o corpo num imenso esforço: distende o pescoço de cegonha, como dominando uma multidão imaginária, e com uma voz átona.

A RAINHA: Tenho fome.

O Desconhecido fixa-a um instante. Sai precipitadamente. Duque, Aia, Criados, entrecolham-se vazios.
Fim²⁹

É na derradeira e derisória fala da Rainha, que vem quebrar de forma tão inesperada quanto burlesca – lembrando novamente Beckett – a cortina de terror e dúvida instalada no palco – e fora dele – que radica a visão tão lúcida quanto impiedosamente humana da tragicidade essencial. Reduzida à trivialidade orgânica de um “tenho fome”, é parodiada toda a aura de nobreza, fim de um ciclo de grandiosidade e sentido simbólico de um começo. Dialéctica, ainda entre a – em fins de conta humana – procura da felicidade, de sentido, de realizações – e a engrenagem fatal de mentiras, cegueiras e desilusões a que estamos inexoravelmente condenados, no “drama de sempre”, na “horível anedota de todos os dias” que enuncia de forma premente a personagem Vasco do *Diálogo da Alhambra*, citando explicitamente o autor do “Trágico quotidiano”³⁰:

“Quem tem olhos de ver, vê em toda a parte, no noticiário das gazetas, nas coisas mais comuns, mais triviais; na dor calda e na dor que gesticula, o amor e a morte inseparáveis, tão fundidos” prossegue Vasco. É nessa capacidade de “ver” e dar a ver ou representar para além dos domínios do palco que radica porventura, a singularidade da poética teatral de António Patrício, superando pela prodigalidade da palavra poética um mundo até então vivido como ilusão, quer em termos históricos quer em termos estéticos. É ainda de Vasco a última reflexão:

É que as palavras servem ainda que muito imperfeitamente, pra’ exprimir factos, e a nós, só o que há para além dos factos nos interessa³¹.

Bibliografia

CABRAL, Maria de Jesus, “Da (des)ilusão no teatro simbolista: Mallarmé, Maeterlinck e Patrício em diálogo”, contributo para o livro *A Ilusão teatral*, dir. Ana Clara Santos, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 133-168 (no prelo).

²⁹ António Patrício, *op. cit.*, pp. 53-54.

³⁰ António Patrício, *op. cit.*, p. 64.

³¹ António Patrício, *op. cit.*, p. 60 [sublinhado nosso].

- CABRAL, Maria de Jesus, "Mallarmé, Maeterlinck, un théâtre d'entre-deux", *Les Cahiers Stéphane Mallarmé*, Automne 2007, vol. 4, Oxford, Berlin, New York...: Peter Lang, 2007, pp. 5-46.
- GORCEIX, Paul, *La Belgique Fin de Siècle*, Édition présentée par Paul Gorceix, Bruxelles, Complexe, 1997.
- MAETERLINCK, Maurice, *Œuvres I, Le Réveil de L'Âme, Poésie et Essais*, édition établie et présentée par Paul Gorceix, Bruxelles, Complexe, 1999.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VI: *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- PATRÍCIO, António, *O Fim / Diálogo na Alhambra*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2007.
- REBELLO, Francisco, *O Teatro simbolista e modernista*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- RODRIGUES, Urbano Tavares, "Uma releitura crítica de "O Fim" de António Patrício", "Crónica de Teatro" *Revista Colóquio Letras*, 1971, pp. 63-65.
- ROSA, Armando Nascimento, *As Máscaras Nigromantes. Uma leitura do teatro escrito de António Patrício*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2003.
- TROUVE, Alain "L'arrière-texte: de l'auteur au lecteur", *Poétique*, n.º 164, pp. 495-509.
- WHITE Kenneth, *Le monde d'Antonin Artaud ou Pour une culture cosmopolitique*, Bruxelles, Complexe, 1989.

Projeções do Ultimato na Galiza: análise de textos e contextos

Maria Isabel Morán Cabanas

Universidade de Santiago de Compostela

Como um elemento fundamental na progressiva consolidação do pensamento galeguista nos finais do século XIX destaca-se o apelo a um reintegracionismo cultural, a reivindicação de uma aproximação natural e legítima entre a Galiza e Portugal. Esta será considerada como um alicerce imprescindível para o reforço da própria identidade galega, de dignificação, de soberania e de subseqüente orgulho perante uma prestigiosa tradição. Insiste-se no relacionamento com o país vizinho, considerando-o mesmo como um referente mítico ou mito fundador. Evocam-se as glórias lusas como verdadeiramente próprias na procura de legitimidade histórica e sublinha-se o papel da Galiza como o mais apropriado enlace para a construção de uma comunidade ibérica¹. E, em prol de tal conformação ideológica, sobressai o interesse pela obra de determinados pensadores portugueses, nomeadamente Teófilo Braga, José Leite de Vasconcelos ou Joaquim de Oliveira Martins, para citarmos apenas três de notável peso e que explicitaram vivamente as suas respetivas óticas a partir de bases filológicas, historiográficas e mitográficas, provocando polé-

¹ Com efeito, em toda a historiografia galega que se ocupou do relacionamento Galiza/Portugal se põe de relevo tal interpretação da Galiza como ponte através da insígnia no parentesco histórico, étnico e linguístico. Entre outros, cabe destacar os estudos de Ramón Villares. "As relacións da Galiza con Portugal na época contemporánea", in *Grial*, n.º 81, 1983, pp. 301-314; Núñez Seixas, "Portugal e o galeguismo", in *Grial*, n.º 113, 1992, pp. 61-77 (reproduzido com posterioridade em *Penélope*, n.º 11, 1993, pp. 67-81) e a tese de doutoramento, inédita, de Elias Torres Feijó, *A Galiza em Portugal, Portugal na Galiza através das revistas literárias*, Universidade de Santiago de Compostela, 3 vols., 1996. Uma versão sintética desta última, limitada ao contexto de finais do século XIX e ao ambiente sociopolítico do Ultimato, encontra-se em "Cultura portuguesa e legitimação do sistema galeguista: historiadores e filólogos (1880-1891)", in *Ler História*, 1999, n.º 36, pp. 273-318 [disponível em <http://www.agal-gz.org/modules.php?name=News&file=article&sid=2708> e acessado em 5 de novembro de 2010].

micas, adesões e contestações nos meios intelectuais daquela altura. Vale a pena passar em revista as suas apreciações a fim de contextualizar brevemente o eco que o Ultimato Inglês teve na Galiza, o qual será mais adiante ilustrado com a análise dalguns textos que chamaram a atenção sobre ele e reclamaram a solidariedade com as condições políticas daquele Portugal de 1890 e com a quebra de um sonho chamado “mapa cor-de-rosa”.

O primeiro dos escritores mencionados trata já da nacionalidade étnico-literária galego-luso-brasileira no seu *Parnaso Português Moderno*², onde declara abertamente que Portugal, a Galiza e o Brasil, tão separados pelas vicissitudes políticas, conservam ainda inteira a sua unidade étnica na tradição literária, chegando a falar da Galiza como um fragmento de Portugal, que ficou fora “do progresso de nacionalidade” e foi vítima de uma política sem plano de todos os que a tinham governado. Mas ainda admite que, apesar de todos os esforços por uma desmembração neste sentido, não deixou de influenciar nas formas da sociedade e da literatura portuguesa. Com efeito, lembra que as povoações do Alentejo usam a qualificação de *galegos* para designar todos os moradores do Ribatejo pela transmissão inconsciente de uma tradição que foi esvaecendo. Comenta e tenta destruir os estereótipos ligados a este termo, derivados de uma perda de memória histórica, de um esquecimento da tradição que ele pretende recuperar e compensar com “vigoroso critério científico”, defendendo que é precisa e exclusivamente através da consideração da poesia galega como verdadeira fonte original que se podem compreender as formas do lirismo português.

Quanto ao segundo desses autores, cabe destacar aqui um texto intitulado “A Galiza” e publicado em 1881 na cidade do Porto como comemoração do segundo centenário da morte do dramaturgo e poeta espanhol Calderón de La Barca. A partir da obra deste polígrafo seiscentista, Leite de Vasconcelos

² Teófilo Braga, *Parnaso português moderno. Precedido de um estudo da poesia moderna portuguesa*, Lisboa, Francisco Arthur da Silva, 1877 [versão digitalizada em <http://purl.pt/6360> e consultada em 1 de junho de 2010]. Lembra-se que tais linhas de pensamento não eram completamente originais no panorama daquele período, pois já tinham antecedentes mesmo no discurso historiográfico do Romantismo e, de forma mais específica, em textos de Benito Vicetto e Manuel Murguía – o Patriarca das Letras Galegas –, os quais tinham utilizado alguns anos antes tal conexão ao país luso como um traço definidor por excelência na afirmação da cultura galega pela via historicista, ao lado de outros dois fatores, sobre os quais teorizaram: celtismo e atlantismo orientado sobretudo para as terras bretãs e irlandesas. Para uma perspetiva global do fenómeno consulte-se, por exemplo, Fernando Pereira González, “O Mito Celta na História”, in “Fórmulas polivalentes e efeitos boomerang: o Celtismo como veiculador e distanciador do conjunto galego-português”, in *Actas do IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Funchal, Universidade da Madeira, no prelo.

lembra e combate os estereótipos ligados à terra galega e aos seus naturais. Para ele, qualquer irrisão provocada em Portugal perante o vocábulo *galego* equivale a um desprezo das próprias origens e a “um opróbrio infame aos nossos irmãos”. Neste sentido, invoca, inclusive, a presumível ascendência galega de Luis de Camões como figura digna de culto e honra, exemplar servidor da pátria pela dupla via das armas e das letras. Reivindica, igualmente, o posicionamento privilegiado da Galiza como nexo entre os dois estados ibéricos, aspeto esse tantas vezes trazido à colação pelo galeguismo coetâneo e posterior. Ela apresenta-se, novamente, como chave imprescindível para qualquer aspiração de união ibérica, o que vinha a enfatizar ainda mais a especificidade do povo galego e da sua cultura: “venho, perante a Geografia, a História, a Etnografia e a Moral, protestar solenemente contra o falso preconceito português que liga ao nome galego uma significação afrontosa. Espero que a imprensa ilustrada do país corresponda a este apelo”, declara José Leite de Vasconcelos³.

Quanto a Joaquim de Oliveira Martins, que gozava de grande autoridade em todos os âmbitos sociais ou sociopolíticos daquela altura e cujas apreciações pretendiam usar-se frequentemente como argumentações irrefutáveis em discursos de diversas orientações, critica com dureza o federalismo tal como tinha sido posto em prática pelo ideal ibérico, qualificando-o apenas como uma simples fantasia ou quimera revolucionária no seu *Portugal Contemporâneo* (1881). Ora, precisamente nesse mesmo ano vieram também a lume *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva*, onde evoca a língua comum e o celtismo de Galiza e Portugal como traço diferenciador em relação a Espanha, revelado através das aventuras, das lendas messiánicas, do lirismo e de uma inconsistência e passividade que se aliam no caráter com acessos de fúria africana ou de misticismo semita. Na verdade, após o Ultimato, em 1891, podemos falar da inclusão/apropriação definitiva de Oliveira Martins pelo ideário galeguista quando responde por carta ao convite que tinha recebido para estar presente nos célebres Jogos Florais de Tui em homenagem à escritora galega Rosalia de Castro, falecida seis anos antes. Desculpando a sua ausência por lhe ter chegado tarde a correspondência, numa missiva dirigida a Salvador Cabeza León, secretário dos Jogos, e publicada no número 5 de *La Patria Gallega* – Órgão Oficial da Associação Regionalista – alude aos nexos étnicos e linguísticos que ligam galegos e portugueses e insiste na pertinência a uma mesma origem:

³ Impresso originariamente na *Typographia Nacional do Porto* em 1881 e reeditado em *Grial*, n.º 56, 1977, pp. 233-236.

O português não é outra coisa senão o galeciano que tomou caracteres próprios com a cultura principalmente quinhentista. Antes, as duas falas não se distinguem (...). Portugal porém, tornou-se independente e progrediu à parte; enquanto a Galiza como província da monarquia espanhola ficava com a sua linguagem adscrita às condições de um dialeto pela primazia dada ao castelhano (...). Galegos somos pois, qualquer que seja o aspeto por onde nos observemos quando olhamos para as nossas origens históricas (...). Já V. E. vê, portanto, como eu folgaria em me associar à celebração merecidíssima que a sua sociedade tem a peito efectuar⁴.

Define ali os *Cantares Gallegos* de Rosalia de Castro como uma obra em que "vibrantemente pulsa a alma nacional" e lembra o livro *Aires de miña terra*, de Manuel Curros Enríquez, outra das figuras que por excelência representam o Ressurgimento da literatura galega nos finais do século XIX. Este escritor, canónico, canonizado e ainda vivo nesta altura, foi um bom conhecedor e um dos principais informadores das novidades da literatura portuguesa contemporânea em vários meios galegos e espanhóis, como veremos. A sua carreira intelectual e literária transcorreu entre Galiza, Madrid e Cuba — onde tantos outros escritores conterrâneos residiam com ativa produção cultural, até tal ponto que podemos afirmar que nenhuma coletividade emigrante contou nunca, em nenhum país, com uma imprensa tão abundante como a destes galegos em Cuba: catalogam-se até mais de setenta publicações! —, sendo a sua obra mais conhecida *Aires da miña terra*, publicada em 1880 e formada por uma seleção de poemas com temática diversa: costumista, intimista e de denúncia social.

E, ainda, como amostra dessa orientação, também se reproduzirá num número posterior da mencionada revista outro texto em forma epistolar que Oliveira Martins redigira acerca das condições políticas do seu país para o *Ateneu Comercial* do Porto, com reflexões sobre a questão inglesa e a subsequente crise que se espelha em Portugal nos âmbitos económicos, políticos e sociais, da qual são agentes e vítimas os indivíduos, as instituições e os partidos. Em *La Patria Gallega* indica-se que toda a imprensa se tem ocupado de tal carta do "sábio publicista português, senhor Oliveira Martins" sobre o estado atual da sua nação, sublinhando o interesse que despertam os comentários ali inseridos, pois tornam-se perfeitamente aplicáveis ao momento que está a viver a *feliz Espanha* (adjetivo destacado pela redação em itálico a fim de enfatizar a ironia)⁵.

⁴ Ano I, n.º 5, 1891, p. 9 [carta datada de Lisboa, 2 de Junho de 1891].

⁵ *Ibidem*, n.º 10, pp. 12-14.

Não pretendemos revisar nem seguir aqui as ondas do forte eco que teve essa eclosão, desenvolvimento e reabsorção da crise provocada pelo Ultimato Inglês de 11 de Janeiro de 1890 em todo o Estado Espanhol, considerada por Eça de Queirós como "incontestavelmente a mais severa, talvez a mais decisiva, que esta geração tem afrontado"⁶ e qualificada pelo seu cronista, Basílio Teles, como o acontecimento mais considerável "que desde as nações napoleónicas abalou a sociedade portuguesa"⁷. O nosso propósito é apenas mostrar como o comunicado ao governo luso do Gabinete presidido por Lord Salisbury, que marcou de modo indelével a evolução política portuguesa e desencadeou uma cadeia de acontecimentos que suporão afinal a queda da Monarquia Constitucional e a implantação da República, se deixou sentir nos meios intelectuais da Galiza (ou ligados imediatamente a ela através da direção ou participação de certas figuras), acabando por reforçar mais ainda a atenção sobre Portugal.

Um Memorando exigia a retirada das forças militares do território compreendido entre as antigas colónias de Moçambique e Angola, zona incluída

⁶ *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*, 4.ª ed., Porto, 1945, p. 266.

⁷ *Do Ultimato ao 31 de Janeiro*, 2.ª ed., Lisboa, 1968, p. 81. Sobre o posicionamento em relação ao Ultimato e as múltiplas manifestações de adesão à causa portuguesa ao longo e ao largo do Estado Espanhol, que se converteu numa "espécie de contrafigura da Inglaterra", assim como ao papel desempenhado por coletividades e individualidades literárias (a Condessa de Pardo Bazán, Juan Valera e muitos outros), deve consultar-se a obra já clássica de Pilar Vázquez Cuesta, *A Espanha ante o Ultimato*, Lisboa, Horizonte, 1975. Na verdade, realizaram-se comícios, banquetes, sessões públicas em honra a Portugal, recepções de estudantes universitários e homenagens a personalidades lusas em diversas cidades: Madrid, Saragoça, Valladolid, Salamanca, Segóvia, Badajoz e em bastantes outras — mesmo em localidades menores se assistiu a mobilizações, tais como Linares, Campanário, Hellín, etc. No entanto, não podemos esquecer que — ainda que secundadas também por setores do povo alheios à intriga política — tais ações eram organizadas por alguém. E esse alguém eram os republicanos, em cuja imprensa se recolheram amplas informações sobre o conflito luso-britânico, assim como numerosos artigos acerca da literatura portuguesa contemporânea e de diversos âmbitos da cultura e das artes ou até comentários em forma de pressão ao governo espanhol para provocar a sua intervenção a favor dos vizinhos. Por outro lado, tenha-se em conta que do lado espanhol tinha-se vivido, cinco anos antes, uma situação parecida: a questão das Carolinas, em que uma nação não latina, como agora a Grã-Bretanha — a Alemanha de Otto von Bismarck, conhecido como o "Chanceler de ferro" — viu-se obrigado a desistir da ocupação da ilha de Yap, no Extremo Oriente, pela energética onda de indignação que este atentado à integridade colonial tinha desencadeado nas massas. Assim, nalgumas manifestações de solidariedade com o povo português alude-se à esperança de que precisamente pela via da indignação popular se acabe com o conflito luso-britânico e se chegue a um final feliz — eis um paralelismo que ecoará mais tarde entre a geração portuguesa de 70 e a espanhola de 98, representada, sobretudo, por Miguel de Unamuno.

lembança da lista de ignomínias de que se compõe a moderna história da Europa, das quais muitas vezes foram objeto as nações pequenas, que chegaram a perder a sua existência em mãos doutras grandes e poderosas. Quanto ao caso particular de Portugal e ao "roubo" que a Inglaterra lhe tem feito, compara-o com a perda espanhola do território de Gibraltar, no extremo Sul da Península Ibérica – o promontório, conhecido hoje popularmente como o Rochedo, foi cedido à Grã-Bretanha por Espanha no Tratado de Utrecht em 1713, como parte do pagamento da Guerra da Sucessão, mas ao longo da história posterior sempre se reivindicou a sua soberania.

Tendo em conta que a política desta nação "sempre foi enganadora" e os seus homens não fizeram outra coisa para além de pôr em prática quantos conselhos para o governo de um estado reuniu numa obra o famoso Maquiavelo, o autor deste manifesto de solidariedade com Portugal pergunta que vantagens tirou este país de assinar alianças e relações de amizade com a Inglaterra e qual foi a causa que o levou até aí. À primeira questão responde com a seguinte enumeração de desastres: uma indústria asfixiada, uma marinha pobre e ridícula e uma vida lânguida e sem mais nome do que os seus amigos queriam outorgar-lhe. E, quanto à segunda, remete-nos para uma amálgama do amor que a nação lusa possui pela independência e o temor a se tornar vítima dos seus vizinhos, os espanhóis. Foi precisamente a união destes dois fatores que, paradoxalmente, fez com que catise em mãos inglesas e tenha que suportar agora tal lamentável pesadelo. Assim, Amador Montenegro Saavedra até compreende a desconfiância de Portugal, mas faz um apelo para a necessidade de esquecer quaisquer rancores e medos a fim de fazer viável e efetiva a fraternidade ibérica através de um laço de união: Galiza.

Com apoio na *autoritas* de Alexandre Herculano, sublinha as vantagens dessa ponte, insistindo na história compartilhada, na mesma configuração do chão (sobretudo com as "provincias do Norte"), na analogia de costumes e na unidade cultural e linguística galego-portuguesa, no uso de um idioma comum: aquele em que Luís de Camões escreveu os seus *Lusíadas* – obra que tantas vezes foi objeto de mitificação e apropriação no discurso galeguista, mesmo defendendo a hipótese da sua ascendência galega a partir de bases antropométricas e toponímicas e de um processo evolutivo do termo Camos (< *Calanus*) até Camões¹⁰. Concretamente reproduz-se aqui uma carta dirigida

¹⁰ Podem consultar-se algumas formulações deste tipo na obra de José Filgueira Valverde, *Camões*, Coimbra, Almedina: 1982, pp. 23-28. E veja-se, igualmente, Maria Isabel Morán Cabanas, "Transferência das normas e dos modelos camonianos literatura finissecular galega: *Os Calaios e Os Lusíadas*", in *Lusorama. Zeitschrift für Lusitanistik*, n.º 53, Março de 2003, pp. 29-49.

pelo insigne historiador português a Benito Vicetto, em que o primeiro lembra as semelhanças na toponímia entre as terras do Minho e do Mondego e na anuoponímia "talvez não haja (...) um apelido de família nobre que não traga a sua remota origem dessa região". Enfim, "Os nossos hirmaus" constituiu um apelo à solidariedade, cumplicidade e fraternidade galega face à subjugação do país aos interesses coloniais britânicos¹¹.

A revista que veiculou o texto teve uma curta vida e extensão: apenas esteve um ano em circulação e contou com uma média de oito páginas. Ora, durante essa breve existência registou um facto que teve grande significado e projeção cultural: no seu número 35, vindo a lume em maio de 1890, publicou-se um poema cujas quatro primeiras estrofes se converteram na letra do Hino da Galiza. Trata-se de *Os Pinos*, de Eduardo Pondal, que, junto com Rosalia de Castro e Curros Enríquez, faz parte da triade de figuras mais emblemáticas do Ressurgimento galego. Precisamente dado o valor simbólico que atingiu tal texto apareceu reproduzido em todo o tipo de publicações da época – o que, por outro lado, veio acarretar uma série de erros, alterações e falsas interpretações que se destacam pela sua quantidade e transcendência. Do ponto de vista do conteúdo, Breogão, como antigo caudilho dos celtas galegos, constituiu uma referência mítica. Lembre-se que, conforme a doutrina do celtismo de Oitocentos – teorizada, como já dissemos, por Manuel Mur-guia e poetizada por Eduardo Pondal –, este herói apresenta-se como o fundador de Brigantia (A Corunha) e capitão da tribo dos celtas brigantinos, mais importante do que qualquer outra. Ith, o seu filho, enxergou a ilha da Irlanda desde a torre que o seu pai tinha construído (a Torre de Hércules). Para ali partiria e ali encontraria a morte, que seria vingada posteriormente pelos milesianos.

A Galiza deve acordar do seu sono, da sua apatia, e empreender um caminho para a libertação, escutando a voz dos rumorosos pinheiros (*pinos*). Particularmente interessa-nos agora chamar a atenção para a referência à Lusitânia no mencionado texto, cujas estrofes V e VI reproduzimos a seguir, conforme à atualização feita por Manuel Ferreiro no seu documentado e rigoroso estudo *De Breogán aos Pinos*:

Teus fillos vagorosos,
en quen honor só late,
a intrépido combate
dispondo o peito van:
sé por ti mesma libre

¹¹ In *A Monteira*, ano II, n.º 17, 25 de janeiro de 1890, pp. 1-2.

de indigna servidume
e de oprobioso alcume,
rexión de Breogán.

Á nobre Lusitania
os brazos tendé amigos,
que os eidos ven antigos
con un punxente afán,
e cumpre as vagedades
dos teus soantes pinos
duns máxicos destinos,
oh grei de Breogán!

Quanto á adjectivación da Lusitania, o estudioso lembra a permanente oscilación do poeta entre *boa* e *serva*, até á decisión última em favor de *nobre*, afirmando que pode estar ligada a factos históricos que se desenvolveram antes de 1890 e que chegaron ao seu desenlace com o Ultimato de Inglaterra a Portugal nos inicios desse ano, aquando da composición do poema. Tenha-se em conta que na imprensa também se regista com certa frecuencia a qualificação de "sierva" (ou outros sinónimos) para a nação pressionada naquele momento pela Inglaterra.¹²

Outro texto que também se recolle na imprensa galega desse mesmo ano com comentários acerca do conflito luso-británico e que merece ser posto em destaque é "Portugal", vindo a lume no primeiro número do jornal *La Pequeña Pátria*, concretamente em 10 de Novembro. É assinado pelo Marquês de Figueroa (de nome completo Juan Armada Losada), está redigido em castelano e aparece acompañado de uma nota da redacção, onde se assinala: "Sobre el mismo asunto publicó el Sr. Marqués de Figueroa un extenso artículo en *Les Matinées Spagnoles*, que fue traducido al portugués y comentado

¹² Santiago de Compostela, Laiovento, 2007 (4.^a ed. revisada). Na verdade, Manuel Ferreiro faz neste livro uma análise exaustiva da geração textual deste hino, descobrindo as chaves da sua aparición e observando com pormenor todo o processo de degradación que sofreu desde aquele ano de 1890 até o de 1984, em que foi promulgada a Lei de Símbolos do Parlamento Galego. Quanto à repetida presença de Portugal ao longo de toda a obra pondaliana, onde o "grão verbo de Camões" equivale à "fala de Breogão" e se pede o auxílio dos "filhos de Luso" para trazer uma nova luz ao contexto político peninsular, fazendo realidade o sonho de uma confederação de povos ibéricos, vejá-los, entre outros, José David Santos Araújo, *Portugal e Galiza: Encantos e encontros*, Santiago de Compostela, Laiovento, 2004, pp. 37-68 ou Andrés José Pociña López, "Portugal en la obra de Eduardo Pondal", in *Aula Ibérica. Actas de los congresos de Evora y Salamanca*. Coord. por Ángel Marcos de Dios, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2007, pp. 219-230.

con frases laudatorias por los periódicos de Lisboa". Esta figura foi deputado em representação dos distritos da Corunha e Pontedeume e inclusive exerceu como Ministro de Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas, para além de ser um empenhado apologista das tradições nobiliárias e populares e de nos ter deixado amostras da sua vocação como criador literário nos campos do romance, da poesia e do ensaio.¹³

Remete-nos no primeiro dos artigos referidos para a sua primeira viagem a Portugal, sendo ainda criança. Descreve as suas impressões ao cruzar o rio Minho e lembra a admiração que lhe causou toda a paisagem, a simpatia que nele se despertou instintivamente e as emoções que nesse momento experimentou, ainda vivas na sua memória: "Singular afecto me produjo la rápida visión de Portugal. Era el atractivo. Cuando renuevo mis excursiones por tierra portuguesa sirveme de la mayor delicia comparar las observaciones de ahora, con las impresiones y los recuerdos de antes. Esos recuerdos confusos, indistintos, lejanos, son como sueño que se desvanece a medida que conozco el país".¹⁴ Servem-lhe, pois, estas palavras para introduzir a sua análise crítica (e de pretensa objetividade) acerca do que considera o "verdadero carácter portugués", marcado pela dificuldade de diferenciar entre aparência e realidade. Segundo o Marquês de Figueroa, o homem luso de finais do século XIX formou o seu modo de ser a partir das grandezas de um passado, o que se espelha no exagero pomposo e ilimitado da sua linguagem. Não se trata de presunção ou vaidade, mas dos efeitos de uma ilusão, fátua ilusão de um poder que contrasta com a negra realidade. Entusiasmado com as suas aventuras de tempos gloriosos, com as suas empresas e as suas recordações, "el portugués se muestra grande cuando Portugal ha dejado de serlo", afirma com insistência.

Embora este continue a ser o país de grandes celebridades os destinos mudaram. A nação que nos versos dos *Lusitadas* se cantou como "quase cume da cabeça / da Europa toda..." tem agora, em 1890, outro rumo, um presente marcado pela fraqueza e a decadência. Assim, o autor do artigo em foco quer chamar a atenção sobre a atualidade mais imediata, apelando para uma reflexão crítica e mostrando, simultaneamente, solidariedade com a nação lusa. Tal como acontece no texto publicado por Salvador Montenegro na revista *A Monitora* e comentado acima, lembra que os ressentimentos e as velhas quere-

¹³ De um dos seus discursos proferidos no Congresso dos Deputados dá-se notícia na mencionada revista *La Patria Gallega* por conter afirmações em louvor da doutrina regionalista, "si bien de una manera incidental, por no ser posible otra cosa" e ainda se reproduzem certos trechos com que se tenta demonstrar que tal ideário vai abridose passo e captando à adesão dos "bons patrióticos". Cfr. "El Regionalismo en el congreso de los diputados", in *La Patria Gallega*, ano I, n.º 4, 5 de maio de 1891.

¹⁴ In *La pequeña patria*, n.º 1, 10 de novembro de 1890, p. 8.

las, sob uma perspectiva espanhola, devem apagar-se perante uma época de crise. Quanto aos "abusos da Inglaterra", lembra, de maneira particular, que "fue un humilde hijo de nuestros valles gallegos, el que llevado por el movimiento popular, en un arranque de delirio patriótico trepó al balcón de la Embajada británica en Lisboa y arrancó el escudo entre los aplausos de la multitud"¹⁵. Com efeito, o Marquês de Figueroa reivindicava a importância dessa amostra de apoio e quer render homenagem a esse cidadão deixando escrito o seu nome, Pardo Lorenzo – um modesto carvoeiro –, nas páginas da revista. Precisamente é nos parágrafos finais do seu artigo que o autor faz referência à Galiza, novamente apresentada como espaço/veículo de intermediação a partir da mesma língua e história comum, conforme os postulados do ideário regionalista: "Si portugueses y españoles se deben considerar compatriotas, gallegos y portugueses, los que habitan ambas riberas del Miño y hablan un mesmo lenguaje y tienen un común origen, se deben tener por conterráneos"¹⁶.

Por sua vez, numa carta dirigida ao diretor de *La Monarquía* que se recolhe num almanaque que este diário da cidade de Ferrol distribuía para o ano de 1891, o Marquês de Figueroa anunciava o registo de uma nova efeméride triste, mas curiosa ("para nosotros interesantísima", especificava): a da afronta que o governo inglês tinha feito a Portugal. Condizendo com outros discursos galegos e espanhóis da mesma índole sobre o Ultimato, o autor reclama a necessidade de superar o erro que supôs a submissão à Inglaterra por desconfiança: "por suspicacias y recelos de España"¹⁷. O temor a esta fez com que curvasse a cerviz perante outra nação mais ativa e irrespeitosa, arriscando perder a identidade e independência e, a partir desta premissa, defende-se a união ibérica como salvaguarda de interesses comuns. Aliás, em tal discurso epistolar alude-se ao ressurgimento das letras galegas e às suas potencialidades como elemento animador da aproximação galego-portuguesa. Mais uma vez na produção textual do regionalismo galego, sublinha-se o caráter primordial do elemento galego como via ou estratégia de apropriação legítima sobre Portugal, pois este terá de procurar nas fontes da Galiza a essência da sua personalidade e nacionalidade – eco das palavras de Teófilo Braga que comentámos em páginas anteriores.

Enfim, fica por aqui esta aproximação das presenças e projeções imediatas do Ultimato no meio cultural galego, tendo em conta a sua contextualização dentro do sistema espanhol e as suas especificidades a partir do ideário

¹⁵ *Ibidem*, p. 9.

¹⁶ *Ibidem*, p. 9.

¹⁷ Apud Elias Torres Feijó, *A Galiza em Portugal, Portugal na Galiza...*, vol. II, p. 812.

regionalista da Galiza, que colocou nomeadamente a língua como núcleo da identidade, tornou comuns as celebrações e façanhas e até a fatalidade dos destinos. Vimos como, sob diferentes óticas, foi usado o iberismo e a sua utilização como mecanismo de transformação (ou ainda de salvação) e como à Galiza se lhe atribui esse papel denexo natural e legítimo. Lembre-se, por outro lado, que a literatura finissecular galega produzida nesse contexto nunca encontra um fim em si mesma, mas vê-se presidida por uma tendência pragmática, debatendo-se entre uma linha folclorizante e outra culta que tentava tirar bases temáticas e de legitimação histórica sobre que apoiar-se. Neste sentido, Camões, símbolo por excelência das letras clássicas portuguesas, apresentava-se como a grande possibilidade de apropriação e reprodução que já ilustrámos acima. Alguns factos, atitudes, posicionamentos, títulos de obras e nomes de figuras implicadas e ativistas que exprimiram com voz e/ou pena as suas convicções ficaram fora das nossas reflexões porque apenas quisemos abordar os textos com referências explícitas ao conflito luso-britânico, podendo comprovar que os argumentos, comparações com outras situações políticas de conflito (as questões das Carolinas e de Gibraltar), justificações de erros (a aliança com Grã-Bretanha, em vez da peninsular) e manifestações de solidriedade se repetem sistematicamente de texto para texto, mesmo como clichés de pensamento e de expressão.

“Para que servem os poetas em tempo
de indigência” revolucionária?
A perspetiva de Teixeira de Pascoaes

Maria José Craveiro

CLEPUL

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

1. *Theatrus mundi*

Existe um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Nele está representado um anjo que parece fazer menção de afastar-se de algo que olha fixamente. Os olhos estão arregalados, a boca aberta e as asas estão estiradas. O anjo da História deve possuir essa aparência. O seu rosto está voltado para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incessantemente ruína sobre ruína e as arremessa para diante dos seus pés. Ele gostaria de deter-se, de acordar os mortos e de reunir o que está dilacerado. Mas uma tempestade sopra do lado do Paraíso, ficando presa nas suas asas e mostrando tal força que o anjo já não as pode fechar. Essa tempestade impurra-o irremediavelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas diante dele cresce até ao céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.¹

A epígrafe do pensador alemão Walter Benjamin, no Fragmento IX das suas teses *Über den Begriff der Geschichte* (*Sobre o conceito de História*), põe em evidência, além do amadurecimento natural das suas ideias, o carácter apocalíptico de uma crise social e histórica em curso desde o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, culminando nas duas Guerras mundiais.

¹ Walter BENJAMIN, (1940) “On the Concept of History” in *Gesammelte Schriften I*, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1974, pp. 691-704, aqui p. 691. (nossa tradução)

Que quer dizer o autor com isto? — Que para ele não existe uma linha histórica que dirija o progresso para todos os cantos da terra e para o bem-estar da humanidade. Existe, sim, a ruína da sociedade que o “anjo novo” contempla, fascinado e horrorizado. Para Walter Benjamin, a narração de acontecimentos sucessivos não corresponde à verdade histórica.

Benjamin não foi o único, obviamente, a ter esta perspetiva. Já o poeta alemão Friedrich Hölderlin (1770-1843), no ato de estabelecer a essência da poesia, determina primeiro um novo tempo histórico. É o tempo dos deuses que fugiram e de outros que estão para chegar. É o tempo de *escassez*, o tempo de *indigência*, de uma ausência dupla do ‘já-não’ (dos deuses sumidos) e do ‘ainda-não’ (dos deuses por aparecer). Para si, a história não depende da valorização dos factos históricos e da tradição enquanto algo que simplesmente aconteceu ou nos determina como mero passado.

Pelo contrário, trata-se de estar aberto a uma determinada dimensão e aos seus elementos, na qual se desenrola o verdadeiro curso da história enquanto ‘destino’, que envolve tanto o passado como o futuro, tendo em vista o presente. Assim se *desvela* (o termo é de Heidegger) a historicidade da própria história, que reside na experiência de momentos particulares e singulares, uma vez que a História nunca é um campo que possa ser objetivado por uma abordagem única e “exacta”.

O filósofo Martin Heidegger considera que a poesia de Hölderlin foi um dos primeiros testemunhos dessa realidade profunda do mundo moderno, “os tempos de indigência” (que o poeta ‘desvela’ na estrofe n.º 7 da Elegia “Pão e Vinho”), e que, a partir disso, buscou preparar o terreno histórico para uma futura chegada dos deuses.

Deve-se então levar a História a sério ou assistir-se a ela como espectador? Ver nela um esforço na direcção de uma meta ou um jogo de uma luz que se aviva e empalidece sem necessidade nem razão? Concebê-la como o intervalo entre o *já-não* e o *ainda-não*? A resposta depende do homem, da forma como conseguirá resolver essa mescla de *escassez* com a inevitabilidade do amanhã, pois o tempo converte-se em opressor e pesa sobre cada instante.

Grandes vultos da História e grandes figuras de uma revolução transformam-se em atores de um enorme drama, que começa com ‘boas’ intenções e acaba na tristeza da desilusão. Foi o caso de Danton na Revolução Francesa. Após haver fixado as normas do poder, experimentou o sentimento de se ver excluído do *devoir*.

Já Shakespeare, “o Camões da alma humana”², se dera conta do papel do ser humano na sua interação com os outros, e daí a célebre frase: “All the

² *Poesia de Teixeira de Pascoaes*, “Gil Vicente e Camões”, (Antologia organizada por Mário Cesariny), Lisboa, Assírio & Alvim, 2002, p. 150-151.

world’s a stage/ And all the men and women merely players” (*As you like it*; II, 7) pensamento que, séculos mais tarde, Teixeira de Pascoaes irá revisitar no papel de espectador.³ Assim escreve no “Prólogo XVIII”, de *O Bailado* (1921):

Todos os nossos actos visam a nossa conservação e destruição, porque nós somos a vida e a morte em conflito, a revolta do Arcaño contra Deus. Somos a tragédia, o actor e o espectador; como três pessoas: a demoníaca, a divina e a outra... (...) Já conhecemos os personagens de algum modo, mas o espectador é uma figura quase apagada e silenciosa numa plateia escura e deserta. (...) Em nós, o espectador é tudo; em nós, quer dizer, em certas pessoas...⁴

Cabe ao indivíduo fazer, no *bailado* da vida, a escolha do papel a desempenhar e em que peça deseja atuar. Forças contraditórias se apresentam e o *espectador*, neste caso, Poeta, vive da tensão entre o objetivo que deseja conseguir, porém, impossível de concretizar na “plateia escura e deserta” de um país degradado: “De tal maneira amamos a tragédia! Não queremos perder o acto derradeiro, que é sempre o mais agitado e comovente...”⁵

Quando uma civilização entra em retrocesso, o crepúsculo poderá ser sinal de punição. O enorme sentimento de angústia, de desconcerto e descompasso do *fin-de-siècle* traduziu, na arte e na literatura, o modo de vida das grandes cidades da Europa (Paris, Londres, Berlim) e também, numa outra escala, de cidades periféricas como Lisboa, Porto ou Coimbra.

A distinção entre estes dois modelos culturais e civilizacionais, o centro e a periferia, viria a traduzir a diferença entre o Velho Mundo, em forte desenvolvimento técnico, científico e literário até então nunca alcançado, e uns espaços geográficos afastados (como os nossos), numa “jangada” partilhada (José Saramago), onde o progresso da civilização não oferecera a oportunidade de chegar de modo uniforme, mas numa experiência assimétrica, em escala reduzida, quem sabe proporcional ao tamanho das gentes e do país.

³ A metáfora do *theatrus mundi*, ou do mundo como palco, vem já de fontes clássicas como Platão e Horácio. Autores cristãos, como São Paulo, também a utilizaram. Molière, Shakespeare, Calderón de la Barca usaram este motivo nas suas obras para enfatizar a relação íntima entre o palco e a vida.

⁴ *Poesia de Teixeira de Pascoaes*, p. 162-3.

⁵ *Idem*, “O Bailado”, “Prólogo XXXIX”, p. 177.

2. Hybris

A mais bela experiência que podemos ter é a do mistério. Ele é a emoção fundamental que se acha no berço da verdadeira arte e da verdadeira ciência. Quem não sabe disso e já não consegue surpreender-se, já não sabe maravilhar-se, está praticamente morto e tem os olhos embotados. Foi a experiência do mistério – ainda que mesclada com a do medo – que gerou a religião. Saber da existência de algo em que não podemos penetrar, perceber uma razão mais profunda e a mais radiante beleza, que só nos são acessíveis à mente nas suas formas mais primitivas, esse saber e essa emoção constituem a verdadeira religiosidade. Nesse sentido, e apenas nele, sou um homem profundamente religioso (...)

Albert Einstein

Se há uma palavra que condensa a atmosfera política, intelectual e sócio-cultural de uma época, bem como o clima ético, artístico, espiritual e comportamental do ser humano na sua caminhada pelo tempo histórico, essa palavra é *Zeitgeist* – “o espírito do tempo”, o espírito ou atmosfera de um período específico da história, ou seja, o movimento temporal da humanidade.⁶

As épocas criam valores por si mesmos; o tempo é um meio de os realizar e o ser humano vive-os, preserva-os, por vezes (ou quase sempre) de forma não consciente. É pela afetividade, e também pela fé, que o homem se entrega ao mundo dos valores, projetando vitalidade nas categorias e nas normas. Violada a ordem estabelecida, num desafio aos poderes que a instituíram, esse conjunto de valores vai-se esgotando como a sociedade que os engendrou.

T. S. Eliot afirmava, na sua já clássica obra de 1948, *Notes towards the Definition of Culture*, que qualquer estrutura e processo sócio-cultural se deve entender a partir da religião de um povo: “We may go further and ask whether we call the culture, and what we call the religion, of a people are not different aspects of the same thing: the culture being, essentially, the incarnation (so to speak) of the religion of a people.”⁷

⁶ O conceito de *Zeitgeist*, cunhado pelo filósofo alemão Johann Gottfried Herder, só passaria a desenvolver-se com a obra de Hegel, *Filosofia da História*, muito marcada por outro conceito, o do *Volksgeist*, “o espírito do povo”.

⁷ T. S. ELIOT, *Notes towards the Definition of Culture*, London, Boston, Faber & Faber Limited, 1979, p. 28.

A tradição iluminista impusera-se num mundo que procurava redefinir fronteiras entre o sagrado e o secular, ao mesmo tempo que experimentava um progresso técnico e científico que parecia não ter fim. Deste diálogo de deidades diversas saíram novas sensações, novos heróis, outros absurdos, outros monstros desconhecidos.

A modernidade veio contribuir com o fenómeno das *fronteiras porosas*, ao relativizar as crenças em ambos os espaços, o secular e o religioso, permitindo o aparecimento de “zonas francas como lugares simbólicos nos quais os indivíduos experimentam a fragilidade das fronteiras simbólicas dos respectivos sistemas a que pertencem”.⁸ Novas possibilidades manteriam a presença da religião (ou melhor, do espiritual) num mundo secularizado, porém transformado.

O plano histórico-cultural dos finais do século XIX europeu assenta em grandes transformações económicas e sociais. O deslumbamento da ciência e a fé no positivismo (deidades de então) esmorecem, numa sociedade cada vez mais mecanizada e industrializada, vulnerável, com grandes crises no seu interior, onde o socialismo marxista e o proudhoniano, marcados pelo materialismo, originam revoltas proletárias e sindicalistas.

O mundo ocidental não estava a viver mais uma crise que logo seria superada. Tornava-se imperioso desconstruir a visão subjacente e substituí-la por uma outra nova *Weltanschauung*.

Alguns cientistas e pensadores sentiram o peso da história sob o qual se dobra a consciência quando considera uma outra percepção da realidade: foi o caso do evolucionismo de Darwin; foi o caso da filosofia de Nietzsche, apoiada pelo contexto liberal e racionalista do século XIX, que fez soprar sobre o velho mundo cristão um *vento de degelo*; foi o caso de Freud, com a psicanálise, ao suprimir a ingenuidade do nosso desespero e introduzir na análise as pulsões de *Eros* e de *Thanatos*; e mais tarde, foi o caso de Einstein que, com a teoria da relatividade, veio pôr em causa princípios que regeram a ciência (sobretudo a física) durante séculos.

A literatura e as artes vão apontar para um outro entendimento da criação artística e representação da realidade. A História deixa de ser uma verdade imutável, uma colação de acontecimentos e ações tal qual teriam ocorrido, para ser encarada como uma construção cultural, submetida a variações no tempo e no espaço.⁹

⁸ Enzo PACE, “Religião e Globalização”, in *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, ISER, Vol. XVIII, n.º 1, 1997, pp. 25-41, aqui p. 27.

⁹ Walter Benjamin confundirá a Theodor Adorno, numa carta datada de 22 de Fevereiro de 1940, que o positivismo, embora fraco e mutilado, sobreviveu à crise de

De facto, a inteligência humana, com as suas invenções e descobertas, havia produzido um mundo que apostava cada vez mais na capacidade do homem em dominar a natureza, reorganizar o seu meio e criar as condições para um bem-estar universal. O progresso era uma meta a alcançar no futuro, recusando-se qualquer ideal nostálgico de retorno ao passado.

O cidadão vivia então numa hipnose produtiva enquanto as massas manejavam categorias e conceitos que se iam tornando vazios. Essa "subversão de todos os valores" de que falara Nietzsche seria o sintoma infalível da decadência da civilização ocidental que Oswald Spengler preconizará em 1918 (*Untergang des Abendlands*), incitando o leitor a ler o passado, a compreender o presente e a ler o futuro.

3. Pathos

Que é pois necessário para readquirirmos o nosso lugar na civilização? Para entrarmos outra vez na comunhão da Europa culta? É necessário um esforço viril, um esforço supremo: quebrar resolutamente com o passado. Respeitemos a memória dos nossos avós: memoremos piedosamente os actos deles: mas não os imitemos (...). A ideia desse mundo novo impõe-se gradualmente ao mundo velho, converte-o, transforma-o: chega um dia em que o elimina, e a Humanidade conta mais uma grande civilização.

Antero de Quental

A cultura humanístico-literária portuguesa não deixa, pois, de acompanhar as linhas e cruzamentos do crepúsculo e do dealbar de uma nova sociedade, ao ver nascer, das ruínas de uma crise finissecular social e ideológica, um mundo 'novo'. Portugal assistiu, nos últimos anos do século XIX, a um período de crise arrastada pelo colapso da monarquia constitucional, a que se seguiu o caminho da República e todas as transições a ela inerentes. Recordar-se a onda nefasta provocada pelo *Ultimatum* e as sequelas que desencadeou, a revolta de 31 de Janeiro, no Porto, a marcaram o percurso que conduziria à experiência republicana em Portugal.

Encruzilhadas dos tempos! A par da crise política a crise económica, a par desta a derrocada financeira, às quais se junta o mal-estar social, a dolorosa cons-

fim-de-século. *Apud* Michael Löwy, *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses "Sobre o conceito de História"*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2005, p. 33.

ciência do abismo daqueles que se veem reduzidos à miséria, à fome, à ruína moral e material. Retrato de um país sofrido, desencantado, que choca com a atmosfera exacerbada do idealismo doutrinário de uma república proclamada.

Gomes Leal (1848-1921), na sua obra *O Fim de um Mundo* (1899), escreveu o seguinte: "O século vai findar na orgia e na demência." Este pensamento denota a atitude conformada e desiludida de um homem perante um país que havia caído num precipício, onde os outrora ídolos empalidecem e desaparecem sem retorno.

Depois do *Ultimatum* inglês, a situação de Portugal degradara-se a olhos vistos. Mascaram-se as garantias cívicas que sustentaram a implantação do regime, deixando por explicar a súbita transformação do sonho em delírio ou impostura.

Já em 1890, Eça de Queirós (1845-1900) publicara na *Revista de Portugal*, sob o pseudónimo "Um espectador", um artigo sobre a crise política denunciando, nesse período crucial e instável da vida portuguesa, as preocupações da população ao achar que era melhor "antes qualquer coisa do que o que está!"¹⁰

O autor revela a desilusão dos descontentes e a sua, porque "chegou a crer que realmente existia no fundo da Nação, sob a sua aparente apatia, uma grande reserva de força, capaz de inspirar e de impor, sem resistências possíveis, uma reorganização política e económica do Estado."¹¹

Na verdade, Eça partilha este seu desabafo com outros autores seus contemporâneos, tais como António Nobre, Guerra Junqueiro ou Antero de Quental. Vários dos aspetos que aqui se podem reter é o da estagnação de Portugal, o da perda de ideal, do desaparecimento de um ponto no horizonte totalmente mobilizador, esse desalento que sempre se exprime num 'nada vale verdadeiramente a pena'. Faz lembrar Nietzsche no Prólogo do *Zaratustra*, onde apresenta o retrato do *último homem*:

Ah! Está a chegar o tempo em que o homem já não atrairá a flecha do seu anelo para além da humanidade e em que a corda do seu arco terá desaprendido de vibrar! (...) Já ninguém empobrece, nem enriquece: ambas as coisas são demasiado penosas. (...) Nenhum pastor e um só rebanho! Todos querem o mesmo, todos são iguais; quem tiver um sentimento diferente vai voluntariamente para o manicómio.¹²

¹⁰ Eça de QUEIRÓS, "Novos Factores da Política Portuguesa", *Revista de Portugal*, Volume II, Abril de 1890, pp. 526-541, aqui p. 526; Eça de QUEIRÓS in *Obras de Eça de Queiroz*, Volume IV, (introdução e fixação dos textos de Antão Pinto de Castro), Porto, Lello & Irmão - Editores, 1986, p. 1027.

¹¹ Eça de QUEIRÓS, *op. cit.*, p. 526.

¹² Friedrich NIETZSCHE, in *Obras Escolhidas de Nietzsche*, Vol. IV, Assim Falava *Zaratustra. Um Livro para Todos e para Ninguém* (1885), (trad. Paulo Osório de Castro), Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 17-18.

Não deixa de ser curioso que, na leitura *aristocrática* nietzschiana, esta visão de falta de ideal e de objectivos, transformada em apatia, perpassa nas sociedades do seu tempo e venha a atravessar as futuras.

Assim, neste contexto, Eça de Queirós prevenido o que se perfilava no horizonte como consequência das políticas desencadeadas, acaba perguntando retoricamente:

Que resta pois? Resta, como esperança, o saberemos que as nações têm a vida dura, e que o nosso Portugal tem a vida duríssima. E se os que estão no poder porfiarem sempre em cometer a menor soma humanamente possível de erros e realizar a maior soma humanamente possível de acertos, muitos perigos podem ser conjurados e a hora má adiada.¹³

Todavia, "a hora má" não foi "adiada". O clima de decadência nacional, a perda de entusiasmo de toda uma geração (ao adivinhar o triste destino de um país que abdicara do modelo europeizante do progresso técnico e cultural) transparecem no retrato de Antero de Quental, obra-prima de Columbano Bordalo Pinheiro (1889). O rosto torturado, que emerge entre as sombras de um corpo escuro que vai perdendo a sua matéria, é a imagem da Geração de 70, a dos "Vencidos da Vida", o retrato de uma geração oprimida pelos antigos sonhos, desiludida ante o apocalipse.

Vêm a propósito os versos de Teixeira de Pascoaes, extraídos do poema "Semelhança", em *Cânticos* (1925):

O pintor surpreende a alma e o corpo,
A aparência da vida, a aparição da morte,
Mas não consegue dar o espírito divino,
O que somos além da morte e além da vida.¹⁴

Esta crise de "aparência", de *imagem* (talvez não de *identidade*, como muitos a apelidaram), sinédoque do povo português irá, mais tarde, ser dissecada por Eduardo Lourenço na sua obra *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, cujo título é revelador da fragilidade de 'sobrevivência' do país face à onda europeia de modernização dos outros povos, nações e cultura.¹⁵ Mas foi em "Identidade e memória. O caso português" que o ensaísta reafirma: "(...) o nosso problema (...) não é problema de identi-

¹³ Eça de QUEIRÓS, *op. cit.*, p. 1033.

¹⁴ *Poemas de Teixeira de Pascoaes*, p. 228.

¹⁵ Eduardo LOURENÇO, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Dom Quixote, 1978.

dade, (...) pois não está em causa qualquer dúvida séria acerca da nossa existência ou valia enquanto portugueses.¹⁶

4. *Anankê*

O poeta, quando é poeta, não descreve o mero aparecer do céu e da terra. Na fisionomia do céu, o poeta faz apelo àquilo que no desocultamento se deixa mostrar precisamente como o que se encobre e, na verdade, como o que se encobre. Em tudo o que aparece e se mostra familiar, o poeta faz apelo ao estranho enquanto aquilo a que se destina o que é desconhecido de maneira a continuar sendo o que é - desconhecido.

Martin Heidegger

Cada sistema pede uma resposta às interrogações que o universo suscita. O destino coletivo de Portugal atravessa-se no sentir de muitos escritores da literatura do final de século ao primeiro quartel do século XX. Muitos sonhos se esfumaram no desejo do que permanecia ausente, e novas esperanças surgiram, vestidas de ideais de uma religiosidade perdida. Esta revolta conjuntural e coletiva vai configurar decisivamente certos núcleos da cultura portuguesa. Deste modo, a vivência saudosista aparece como uma fratura ou suspensão face à vida. Um *modus vivendi* que se caracteriza por uma mudança de ritmo, fur-tando-se ao ritmo das realidades circunstantes nas quais se encontra ancorada.

Assim, aprofundar os fundamentos espirituais, éticos e morais da vida humana, recuperar o "divino sentido das cousas", penetrar a fecundidade interior pelo poder do sonho, "porque só ele é anunciador e criador", foi o modo que Teixeira de Pascoaes encontrou para reagir ao momento político-social seu contemporâneo, à agonia arrojante da moral, ao destino que uma época de decadência instaurara:

(...)
Talvez para a harmonia ignota deste mundo
Concorram igualmente a noite e a luz do dia...
(...)

Ou é este Universo uma noite d'horror

¹⁶ Eduardo LOURENÇO, "Identidade e memória. O caso português", in *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 10 e p. 12.

Que já segura ao colo a aurora de um amor?
É um inverno que vai mudar-se em Primavera?
Há-de ser realidade o que hoje é uma quimera?¹⁷

Filósofo, com elevada dose de telurismo, religioso por temperamento, nos seus escritos perpassa a procura de uma alma portuguesa, de uma raça portuguesa, de uma religião portuguesa. Se neles predomina um tom de desânimo pela situação do país diante da fragilidade política da recém república, Teixeira de Pascoaes pretende resgatar a alma portuguesa através de uma conciliação entre o ensejo de uma continuidade dos valores fundamentais da sua cultura e o contexto histórico do seu tempo.

Assim, obedecendo à voz interior, essa vontade profunda de generosidade, dedicação e harmonia e não às "particulares vontades conflituosas de domínio, poder, orgulho e ambição, que surgem sempre em determinados momentos da vida dos homens e dos povos"¹⁸, Teixeira de Pascoaes apela para a natureza originária, para a *personalidade* essencial da Raça, entendida como conjunto de peculiaridades de um povo, "um certo número de qualidades distintas (um sentido superior) próprias de um Povo, organizado em Pátria, auto-suficiente, independente, sob o ponto de vista político e moral."¹⁹

A ideia de "pátria" apresenta-se aqui como "interiorização cultural de uma imagem positiva", "memória de um povo que não cultiva em excesso a memória activa e criadora de si"²⁰, bem como garante de um processo de afirmação face a ameaças de estrangeirismos que forçosamente levariam à indefinição e descaracterização da "raça". Pascoaes acredita no poder regenerador da raça portuguesa. Afirma que só o desvelamento da Saudade poderá proporcionar uma renovação na arte, na religião e na política nacionais.

Condição necessária à construção da nova imagem nacional será a reconstrução interior, no aprofundar da essência espiritual e moral da vida humana. Teixeira de Pascoaes quis recuperar o passado para o futuro, ajustando a essência portuguesa ao agir nacional através do sentimento da Saudade, o que permite ler nos seus textos a emergência de um esforço de revalorização de uma esperança que, através da memória, dá existência à ausência e se eterniza no futuro.

Diz ele da 'sua' Saudade:

¹⁷ *Poesia de Teixeira de Pascoaes*, "O Bem e o Mal", p. 59-60.

¹⁸ Manuel Barbosa da Costa FREITAS, *O Ser e os Seres. Itinerários Filosóficos*, Vol. II, Aspectos do Saudosismo em Leonardo Coimbra", Lisboa, Verbo, 2004, p. 382.

¹⁹ Teixeira de PASCOAES, *Arte de Ser Português*, Lisboa, Roger Deltraux, 1978, p. 18. ²⁰ Eduardo LOURENÇO, *op. cit.*, 1984, p. 11.

Não me cansarei de afirmar que a *Saudade* é (...) a síntese do Céu e da Terra; o ponto onde todas as forças cósmicas se cruzam; o centro do Universo: a alma da Natureza dentro da alma humana e a alma do homem dentro da alma da Natureza. A *Saudade* é a personalidade eterna da nossa Raça; a fisionomia característica, o corpo original com que ela há-de aparecer entre os outros Povos (...) A *Saudade* é a manha de neveiro; a Primavera perpétua, a leda e triste madrugada do soneto de Camões. É um estado de alma latente que amanhã será Consciência e Civilização Lusitana (...)²¹

A preocupação pascoasiana de dar sentido à nova sociedade portuguesa republicana funde-se com a sua vontade poética de exprimir o seu amor pela Terra, pela Natureza e pelo Cosmos. A Saudade é a própria essência do mundo, que permite assimilar o mundo ao homem sem, no entanto, o desnaturar. As utopias, ou melhor, as distopias materialistas, acomodadas à desumanização tentacular das sociedades tecnocratas, contrapõe Pascoaes um "verdadeiro idealismo: a crença no Espírito, como sendo o fim divino da Matéria".²²

Diz o poeta:

Preciso libertar a minha alma triste!
Oh! A libertação de tudo quanto existe!
A Justiça a estender as asas sobre a Terra!
O Bem, como uma luz, doirando toda a serra!
O Amor, como uma estrela etérea, a fecundar
Os montes, os jardins, as florestas, o mar!
A Verdade a sorrir em cada lábio mudo!
A Natureza livre! A redenção de tudo!...²³

Teixeira de Pascoaes soube definir, através da Saudade, a verdadeira dimensão deste conceito arquetípico da nossa plurivalência secular: ela é tomada de consciência e defesa da própria individualidade (*Marânus*), sentimento de defesa e proteção coletivo (*Regresso ao Paraíso*), expresso na relação com o outro, mesmo ausente, ou que se tenha tornado num bem perdido.

O autor, no seu dizer poético, deseja uma nova existência para a Pátria, onde se inclua o sentido de uma espiritualidade universal (*o corpo original com que ela há-de aparecer entre os outros Povos*), reatando o caminho da tradi-

²¹ Teixeira de PASCOAES, *A Saudade e o Saudosismo*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1988, p. 39.

²² Teixeira de PASCOAES, "Portugal e a guerra e a orientação das novas gerações", in *A Águia*, Vol. VI, Porto, Renascença Portuguesa, 2ª série, 1914, p. 168.

²³ *Poesia de Teixeira de Pascoaes*, "Para a Luz", p. 56.

ção de um povo eleito ou predestinado, longe da degeneração e passividade suas contemporâneas.

O poético da existência humana diz respeito à busca incessante de sentido do existir neste mundo. No ser humano encontram-se ainda lacunas por preencher. Tal preenchimento está oculto nos *mistérios* para além de uma lógica linear, não nas coisas construídas, nem no beber, no comer, no saber...

Talvez se revele através de uma linguagem que apenas sugere, convida, irrompe, que suscite dúvidas, questionamentos e reflexões sobre a realidade vigente. Veja-se este excerto:

Ai de nós, que não temos fome! Nem de pão, nem de Deus, nem mesmo do demónio!

Somos um corpo morto e uma alma fingida, o reflexo frio duma alma que ainda voa nas estrofes dos *Lustadas* e sobre o túmulo ignoto do Encoberto.

Todaya, conheço indivíduos que saboreiam os grandes jantares e vão à missa aos domingos. Mas jantam para matar o tempo, não a fome; e vão à missa para matar o tempo, ou, às vezes, por política hostil à heresia jacobina que não passa de uma ingenuidade burguesa, de que os Deuses riem naturalmente. Compreendo que os Lucrécios e os Nietzsche desesperem a Divindade, mas os Magalhães e os Afonso divertem-na. São os bobos do Olimpo.

O republicano é ateu, porque pensa que Deus anda feito com os monárquicos.

Os monárquicos acreditam; e vede a mística razão da sua crença religiosa.

Tudo isto é a nossa falta de fome!²⁴

Perante o texto, talvez seja melhor falar em fome, sede, ignorância, para melhor exortar à superação da mediania e à rebelião contra os ditames da existência. Assim, tendo em conta a anterior conjuntura nacional, tornava-se imperioso agir – agitando as consciências e as letras portuguesas – com o propósito de “lhes dar de comer”.

Mas como se resolverá esta mistura de “corpo morto” e “alma fingida” que compõe e estimula o porvir? De acordo com a sua máxima: “Viver é ter fome! A vida é fome: fome de alma e de pão! Fome negra!”²⁵

Teixeira de Pascoaes não parte de outro lugar a não ser daquele em que o ser humano trava as suas lutas, ergue os seus sonhos, onde busca o sentido para si e para os outros, e para a sociedade em que vive. A resposta dependerá do grau de confiança nos atores que interpretam os papéis principais, não os

²⁴ *Poesia de Teixeira de Pascoaes*, “A nossa fome IV” (1923), p. 188.

²⁵ *Idem*, “Aforismos (selecção e organização de Mário Cesariny, 1972)”, p. 347.

secundários (os de *matar o tempo*), com qualidades para alcançar a abrangência do humano demasiado humano.

5. *Ágon*

Saudade! Gosto amargo de infelizes,
Delicioso pungir de acerbo espinho,
Que me estás repassando o íntimo peito
Com dor que os seios d'alma dilacera,
– Mas dor que tem prazeres – Saudade
Almeida Garrett

A questão da Saudade, entendida como caracterizadora do modo de ser português, tem para Pascoaes uma dimensão ontológica (teoria do ser e da verdade) e provocou algumas divergências posteriores, nomeadamente com António Sérgio. Segundo Sérgio, a tendência natural do seu tempo não era o “imobilismo, inércia, contemplação do passado, amor de cristalizar ou mumificar o que já foi”, mas sim o “mobilismo, o avanço, a tendência para diante, o desejo de acção e da vida ascensional”²⁶. António Sérgio vai ao ponto de acusar o movimento saudosista de “pura esquizofrenia cultural de quem, de tanto glorificar a casa própria, não só recalca de todo a casa alheia, como é igualmente incapaz de lóbrigar o mínimo defeito na sua própria casa.”²⁷

Pascoaes contra-ataca, apresentando os argumentos que suportam o seu raciocínio e a sua definição de Saudade:

Saudade é criação, perpétuo casamento fecundo da Lembrança com o Desejo, do Mal com o Bem, da Vida com a Morte... De resto, deixe-me dizer-lhe: *verdadeiro* é tudo aquilo que o espírito concebe. Uma ideia, enquanto vive, é verdadeira. Ora nós, em Portugal, precisamos duma *Verdade* que seja a nossa razão de ser. Concorda?²⁸

Entre este ‘diálogo’ de gigantes desenrola-se um combate em campos opostos, funcionando em idiosincracias quase antagónicas, numa luta entre a tradição racionalista ocidental e o Saudosismo. A humanidade compraz-se em discutir as suas próprias forças da verdade e a verdade pode ser muitas coisas

²⁶ António SÉRGIO, *Ensaio*, Vol. VII, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1988, p. 100.

²⁷ *Apud* Maria das Graças Moreira de Sá, *Estética da saudade em Teixeira de Pascoaes*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992, p. 35.

²⁸ Teixeira de PASCOAES, *op. cit.*, 1988, p. 107.

(muitos pensadores e poetas assim o entenderam). Muitos Aquiles devem temer mais do que um calcanhar...

Nada impede que se possa escolher o que se quer que a verdade seja e lutar por ela. Como diz Manuel da Costa Freitas: "De facto, todos os homens são chamados não só a conhecer a verdade, mas também a reconhecê-la e a respeitá-la onde quer que a encontrem, e, sobretudo, a traduzi-la na vida, de modo que a conformidade entre a inteligência e a realidade se torne conformidade entre o pensamento e a acção".²⁹ E disto resulta o equilíbrio instável das épocas criadoras.

A leitura de Teixeira de Pascoaes (o poeta que lia no Infinito, como afirmou Unamuno) tem o salutar efeito de poder separar "o trigo do joio", pondo de parte preconceitos, para seguir as suas convicções:

O homem actual

É um ser material

E descoberto,

Que vê, por dois buracos da caveira,

Lá em cima, uma geleira,

E, cá em baixo, um deserto.³⁰

Pascoaes utiliza aqui o humor e a ironia (um riso que se leva a sério) para denunciar padrões do comportamento materialista. Experimentando em si a "imagem" do divino na convivência com todos os seres criados, uma vez que é "paisagem", tal como o eu lírico do poema que abaixo se apresenta, o poeta deseja que Portugal se encontre a si mesmo e à sua alma perdida.

Desta forma, Pascoaes diviniza a Natureza, age pela união da matéria e do espírito, do sofrimento e da alegria.

Esse calor primeiro que entenece

O ar azul e a terra já florindo...

A aurora que nos altos aparece,

Os sapos, no crepúsculo, carpindo,

Aquele velho muro onde enverdece,

A hera que o sustenta e vai cobrindo,

Tudo de ti me fala. E a tua imagem

Vaga através de mim, que sou paisagem.³¹

²⁹ Manuel Barbosa da Costa FREITAS, *op. cit.*, p. 144.

³⁰ *Poesia de Teixeira de Pascoaes*, "Versos Pobres" (1949), LIX, p. 313.

³¹ *Idem*, LXXV, p. 314.

Torna-se difícil classificar Teixeira de Pascoaes nas formas tradicionais do saber. Poeta da luz e das sombras, do homem, da natureza e do cosmos, que desenvolveu a filosofia da Saudade, que fez parte da "Renascença Portuguesa", que foi diretor da revista *A Águia* (entre 1912 e 1916), seu órgão principal (publicado na cidade do Porto de 1910 a 1932), viveu o seu ideal nacionalista. Por isso foi marginalizado. Hölderlin também o foi, ou antes, permaneceu desconhecido; o reconhecimento só veio mais tarde, bem depois da sua morte. As suas poéticas não estavam em consonância com o que então se produzia.

As palavras de Teixeira de Pascoaes pretendem recuperar a vertente espiritual que começou a ser demolida com o advento do institucionalismo e, posteriormente, com o anticlericalismo republicano. Factos houve que o influenciaram, tornando-o sensível às correntes espirituais da sua época, acatando-as ou rejeitando-as.

A vida social e as atividades do foro não o seduziram, preferindo recolher-se na montanha (como fez Zaratustra), embrenhar-se nas terras do Marão, atento apenas aos sussurros do seu mundo interior: "(...) nunca fui juiz, nem notário, nem advogado senão de passagem e a fingir. Fui sempre uma criança que faz versos, e é capaz de estar um dia inteiro a ouvir um pasarinho ou a contemplar duma janela os altos cerros do Marão".³²

Mas Teixeira de Pascoaes é imenso. A explicação que deixou de si mesmo diz respeito ao seu modo de definir e encarar a Vida e o Homem. Assim o explicita em *O Homem Universal* (1937): o "homem universal, o verdadeiro, persiste através de tudo. Encontramo-lo em Platão, Dante, Newton, Dostoevski, Einstein. Encontramo-lo em todas as criaturas inscritas no *Livro da Vida*" (aludirá Pascoaes a São Paulo? Ao *Apocalipse*?). "Algumas não respondem à chamada. Mas são a mesma resultante das mesmas forças ignotas, heranças de nebulosas, taras minerais e vegetais e uma recordação do Infinito".³³

Não veio por acaso o fascínio que Vitorino Nemésio sentiu pela obra de Teixeira de Pascoaes (como também por Gomes Leal, Guerra Junqueiro, Fernando Pessoa...). Pascoaes teve a sagacidade de desvelar as grandes linhas do seu pensamento, tal como Nemésio, e assumir-se por inteiro.

³² *Poesia de Teixeira de Pascoaes*, "Prólogo XI", pp. 177-178.

³³ Teixeira de PASCOAES, *O Homem Universal*, Lisboa, Edições Europa, s/d, p. 47.

6. *Katharsis*

Se eu gritar, quem poderá ouvir-me, nas hierarquias dos Anjos? E, se até algum Anjo de súbito me levasse para junto do seu coração: eu não sucumbiria perante a sua natureza mais potente. Pois o belo apenas é o começo do terrível, que só a custo podemos suportar, e se tanto o admiramos é porque ele, impassível, desdenha destruir-nos. Todo o Anjo é terrível.

Rainer Maria Rilke

Esse encanto que rodeia um *Zéigist* agónico, depois de ter criado, decidido e vivido as empresas da glória, depois de ter (ou pensou ter) abordado todos os problemas, os ter resolvido (ou falseado) engenhosamente, oferece ainda atractivos idênticos aos da doutrina imaculada e da pureza do ideal com que começou e não se cumpriu. Em épocas extenuadas só resta fazer o caminho, caminhando para o fim da história... No Juízo Final, surgirá a ocasião para o grande desafio com o *Anjo Terrível*...

A História, fábrica de ideias e de ideais, pesem seus caprichos e convulsões, a humanidade deve-lhe momentos de prosperidade, abundância de soluções e descobertas, receitas de felicidade, em que os finais felizes se apresentam como acontecimentos e a esperança como lenitivo.

No pessimismo do período finissecular (que se adentrou pelos séculos seguintes), quem não teve dom de comediante jogou o drama trágico da vida, sufocando a consciência entre o sonho e a realidade. Nem todos os atores respeitaram as regras do jogo, as deixas, as entradas e as saídas de cena. E nós, espectadores (ou leitores), crenentes na eternidade do verbo, olhamos o palco e os cenários de uma peça intemporal, entregando-nos à justa ilusão da imortalidade.

A leitura de certos autores e das suas obras faz-nos prosseguir na a ideia de que a literatura é uma fonte profíqua de conhecimento do ideal de formação humana; fonte de exercício de inquietude, de suscitação de irreverência, de estranhamento e de perplexidade tanto para o escritor como para o leitor. O autor, ao querer dar sentido ao mundo através da sua obra, devolve-nos o mundo em metáforas, para que o leitor, indo ao seu encontro, o desvele. E assim terá um mundo com sentido renovado:

Direi que a Natureza criou o ser humano, para alcançar, através dele, uma espécie de harmonia, ou para que existisse um Newton e um Beethoven! E sendo assim, o verdadeiro destino do ser humano é orientar os

acontecimentos históricos, de molde a que eles não representem uma colecção de ruídos, mas um derivar musical no sentido da Justiça e da Beleza, isto é, da Perfeição.³⁴

A literatura não tem pretensões de ser a ciência do mundo, mas não se liberta de dar as suas lições. A escrita literária possui essa lógica labiríntica, feita de luz e de sombras, de fronteiras visíveis e invisíveis, que a interpretação busca iluminar. A palavra poética desestabiliza-nos para uma dimensão interrogativa, quando não para uma atitude de rebelião perante a escolha: a harmonia ou o ruído da História.

O verbo não é portador da verdade absoluta, no entanto, não deixa de espelhar as várias visões do universo que dizem respeito ao imaginário político-social, filosófico, estético e cultural do ser humano.

Lá fora, a noite é mais pesada e muda.

Onda negra que alaga todo o espaço,

E na suprema altura se desfaz

Em turbilhões de espuma luminosa.³⁵

Diz-se que a noite é o momento ideal para penetrar no mistério das coisas, conferindo a possibilidade de acesso à verdade que o espaço oculta. A noite escura pode trazer a luminosidade criadora (*espuma luminosa*), catártica, mas só a poesia e os poetas (também os místicos) a podem prometer.

Porque o mistério não acaba; outros sistemas, outras ideologias, com novas curiosidades e “deuses” igualmente neles se irão aventurar, criando novos fascínios e outros conjuntos de equívocos. Por isso Adão foi expulso do Paraíso... Surdo à melodia... E a Terra acabará por expulsar outros tantos... obcecados pelos ruídos...

No apogeu engendram-se os valores; no crepúsculo, as verdades, porque gastas e desacreditadas, já não têm vida. Mas ainda hoje, mesmo assim, “o Anjo da História” de Walter Benjamin, esse *Angelus Novus* – cruzando gerações, para lá de qualquer espécie de limites – continua à espera que se criem as condições que lhe permitam, por fim, levantar voo.

³⁴ *Poesia de Teixeira de Pascoates*, “Pro-Paz [em defesa da paz]”, p. 332.

³⁵ *Idem*, “Cânticos” (1925), “A pedra negra”, p. 222.

Sampaio Bruno, a Ideia de República e o Novo Paradigma Científico Espiritual

Paulo Alexandre Loução
Instituto Internacional Hermes

«Virá um Buda experimentalista e dialéctico.
Um Cristo virá, cujos prodígios sejam argumentos.
Será triste e sábio, claro e subtil, o Paracleto, o conso-
lador.»¹

Sampaio Bruno

«Só um homem em Portugal mostra compreender: Sam-
paio Bruno»²

Fernando Pessoa

Ao contactarmos com o legado da pléiade de pensadores e escritores que enriqueceram a cultura portuguesa desde o período da Geração de 70 até à Seara Nova, passando pelo histórico movimento da Renascença, damos-nos conta de que, para muitos deles, a sua ideia de República distou, em muito, da sua concretização. É inegável a amplitude cultural, filosófica e espiritual de muitas figuras como Antero de Quental, Sampaio Bruno, Jaime Cortesão, Raul Proença, Guerra Junqueiro e tantos outros. Na sua interioridade profunda passaram as correntes europeias do seu tempo, a demanda da tradição portuguesa em concomitância com o seu olhar perante a realidade social e o pensar peculiar de cada uma destas figuras. Em muitos casos, estas linhas de força causaram fecunda conflitualidade, que estimularam a procura de terceiras vias

¹ Sampaio Bruno, *A Ideia de Deus*, Lello & Irmão, Porto, 1987 [1ª edição, 1902], pp. 359-360.

² *Fernando Pessoa*, in *Agenda do Centenário de Fernando Pessoa*, organizada por Pedro Teixeira da Mota, Lisboa, 1988, 26/11.

caure opostos, saídas para o labirinto pós-cartesiano, adensado com o positivo do século XIX.

Esse labirinto persiste, e hoje, na segunda década do século XX, podemos continuar na busca do seu caminho de saída «aos ombros de gigantes», como dizia Newton. A nosso ver, a cultura genuinamente portuguesa não é um Museu, mas sim uma perspectiva do que chamamos a Europa Telúrico-Espiritual. Como país de fronteira estamos entre o mistério guardado pelo Oceano, pelas misteriosas águas do Ocidente, e a *ex Oriente Lux*. Quer isto dizer, não nos podemos esquecer que somos Europa, mas talvez, sobretudo, uma reserva da Europa mítico-espiritual com profundas raízes no Mediterrâneo Oriental e no arco Indo-Europeu onde pontificam os pilares culturais da Pérsia e da Índia. Por outro lado, há um trabalho de procura de âmbito filosófico, estético e científico que não foi finalizado. Os *gigantes* abriram portas na demanda de um novo paradigma de civilização, cabe-nos encontrar o fio de *Arriadne* e continuar a senda. Consideramos essa a melhor homenagem que podemos realizar aos grandes vultos da cultura portuguesa: continuar a sua obra procurando a saída do labirinto do neo-racionalismo, do paradigma esgotado que favoreceu a arte, ciência e filosofia sem conteúdo espiritual.

Neste artigo daremos especial atenção a um dos pioneiros do movimento republicano em Portugal, Sampaio Bruno, publicista destacado que deixaria o seu selo à posteridade através dos seus ricos textos de índole filosófica que, como veremos, têm um impressionante carácter prospectivo adequando-se às novas visões do mundo que estão emergindo no contexto da ciência das últimas décadas. Também abordaremos a sua concepção de república, desfasada da que se veio a implantar. Sendo um dos protagonistas principais do 31 de Janeiro, declarava-se, em 1911, «completa e absolutamente enojado, da vida política portuguesa».

A profundidade do pensamento de Sampaio Bruno impele-nos a começar com uma viagem por algumas idiossincrasias da cultura portuguesa e pelo fenómeno do Renascimento e seus ecos até ao final do século XIX.

Três formas mítico-espirituais vivas no inconsciente colectivo português

Em complemento às dez categorias da cultura portuguesa já enunciadas por Miguel Real em *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa* (Quidnovi, 2008), sugerimos a existência de três formas mítico-espirituais que actuem com intensidade no inconsciente colectivo português: (1) a *nostalgia do paraíso*, a tão característica saudade portuguesa, ideia de que nos falta Algo;

continuamos à espera de um D. Sebastião, de um Messias, de Algo que ficou por cumprir, de um Quinto Império a Realizar; incluíamos no aspecto superior desta forma mítica a percepção de que há um conhecimento que não é desta terra, um conhecimento gnóstico, o gosto por conhecer a realidade do *outro mundo*, a mítica do corvo do Ocidente – recordemos a redondilha de *Babel e Sião*³, camoniana assim como a saudade pascoalina. (2) A necessidade de uma *relação espiritual com a Natureza*, a Natureza não é apenas o mundo criado por Deus, como se de um objecto se tratasse, mas um *cosmos vivo* onde o divino está presente e é uma porta de acesso a Ele; a Natureza, visível e invisível, como intermediária do Homem com o Sagrado; incluíamos aqui o *sentimento fraterno* de índole franciscana de solidariedade cósmica em que os humanos são parte integrante da Natureza, aquele sentimento de *sacralidade da Natureza* e o *Amor venusino* referido pelo poeta d'Os *Lusiadas* – recordemos o panteísmo peculiar de Guerra Junqueiro e de Pascoaes, e também o *carácter laico* da religiosidade portuguesa assinalado por Jaime Cortesão. (3) *A ciência*, mas uma ciência que não entre em contradição com o espiritual, uma ciência que abra novos horizontes; dois vectores importantes: o *carácter inventivo*, criativo, português, e a abertura ao *pensamento simbólico*, à reabilitação da analogia, da teoria das correspondências da tradição hermética. Para além da mística e da heroicidade, foi a ciência a pedra de toque que permitiu a realização do Projecto dos Descobrimentos Portugueses. Fernando Pessoa sintetizou – *Foi a alma a Ciência e corpo a ousadia* («Ocidente», in *Mensagem*) –, Jaime Cortesão foi bem claro – *«Erro crasso foi supor-se até aos nossos dias que os descobrimentos e conquistas dos portugueses não excediam um caso, ainda que inaudito, de bravura colectiva. Não foram as lanças, as couraças, as bombardas das naus e a furia de movê-las, mas sim os regimentos, as cartas, os astrolábios, o método, a disciplina, enfim a cultura e o espírito organizador, que triunfaram.»*⁴

Mas o que surpreende, no dobrar do século XIX para o século XX, é a intuição de Sampaio Bruno⁵: a ciência não é contraditória ao espírito e tem a sua função na procura da sabedoria. Rejeita o cientismo redutor da realidade e proporciona uma evidente abertura ao pensamento simbólico. Fernando Pes-

³ Citamos aqui um trecho desta redondilha *Sóbolos rios que vão*, inspirada no Salmo 137: *Não é logo a saudade / Das terras onde nasceu / A carne, mas é do Céu, / Daquela santa Cidade / Donde esta alma descendeu*. Antero de Quental também sentiu essa saudade cósmica, no soneto «Aspiração» escreveu: *Minha alma, ó Deus! a outros céus aspira: / Se um momento a prendeu mortal beleza, / É pela eterna pátria que suspira...*

⁴ Jaime Cortesão, *Influência dos Descobrimentos Portugueses na História da Civilização*, INCM, Lisboa, 1993, p. 82.

⁵ Sampaio Bruno nasceu no Porto a 30 de Novembro de 1857, onde veio a falecer, em 6 do mesmo mês no ano de 1915.

sa, sempre mestre nas sínteses, diria: «No Quinto Império haverá a reunião das duas forças separadas há muito, mas de há muito aproximando-se: o lado esquerdo da sabedoria – ou seja a ciência, o raciocínio, a especulação intelectual; e o seu lado direito – ou seja o conhecimento oculto, a intuição, a especulação mística e cabalística.» A esta coincidência oppositorum da mística e ciência poderemos chamar *esoterismo*, no seu sentido mais elevado e etimológico⁹, ou *hermetismo*¹⁰, no seu sentido mais amplo. É a *Magna Ciência* dos antigos tal como a assimilaram os grandes vultos do Renascimento.

Os Mistérios Antigos e a Essência do Renascimento

Nas espirais do Tempo, temos hoje a possibilidade de reatar as investigações dos génios renascentistas pré-cartesianos, que aceitavam o valor da experiência, mas no âmbito da indagação de uma ciência total, que abarcasse os três mundos – espiritual, psíquico e material. *Anima copula mundi* afirmava Ficino, *alma racional* como ponto de encontro entre o divino e o terreno, ao invés da razão como finalidade e único instrumento humano para perceber a realidade. Contudo, esta alma racional, à maneira neoplatónica (Plotínio), tem um carácter dual, a imaginação como órgão da alma para aceder aos arquétipos divinos (Giordano Bruno) e a razão prática (como a viria a chamar Kant) para organizar a acção no mundo e assimilar a experiência. Lothar Thomas observou com justeza: «(...) *poderá talvez parecer estranho: o certo é que os primeiros passos da moderna ciência da Natureza foram teosóficos [theos-sophia, sabedoria divina] e completamente neoplatónicos.*»⁸

No século XV, o homem-chave na ponte entre o neoplatonismo bizantino e a academia platónica florentina foi Gemistos Pleto, filósofo pouco conhecido e menos estudado, mas, sem dúvida, uma figura central (e na ori-

⁸ De *esóteros* do grego, «de dentro», «do interior», «de maior intimidade», «peculiar aos de dentro», ou seja, o que é *interno*, a mecânica interna da Natureza.

⁹ A tradição hermética tem origem nas confrarias que seguiam a ideologia expressa nos textos atribuídos a Hermes Trismegisto, o três vezes grande. Grande parte dos historiadores data o aparecimento destes textos já no período romano de Alexandria, cerca do século II d. C. Mas, a nosso ver, a origem desta tradição encontra-se em Hermópolis no âmbito da reformulação do pensamento egípcio, após a heresia de Amenaton, XVIII^a dinastia, século XVI a. C., vide Jan Assman, *Moses The Egyptian*, Harvard University Press, 1998. No século XV, em pleno Renascimento, o hermetismo tem uma nova emergência a partir da tradução do *Corpus Hermeticum* por Marsilio Ficino a pedido de Cosme de Médici, o qual lhe indicou que interrompesse a tradução das obras de Platão, tal era a urgência em conhecer os textos herméticos.

¹⁰ Lothar Thomas, *Contribuição para a História da Filosofia em Portugal*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1944, p. 176.

gem) do Renascimento Europeu. É evidente que no século XII a Europa já tinha sido palco de um Renascimento fulgurante, mas deixemos essa matéria para um próximo artigo. Certo é que a filosofia de grandes vultos do Renascimento, algo que surpreendentemente nunca se aprofundou, demandava uma re-vivência dos Mistérios Antigos e a conexão entre o cristianismo espiritual e a tradição do que chamavam a *Prisca Teologia*⁹, uma tradição de sabedoria onde pontificavam sábios como Zoroastro, Moisés, Hermes Trismegisto, Orfeu, Aglaofemo, Pitágoras e Platão; na qual haveria uma essência comum às grandes fontes do saber, como postulava Giovanni Pico Della Mirandola. No seu famoso *Discurso Sobre a Dignidade do Homem*, assevera:

«(...) E aquela iniciação que outra coisa pode não ser senão a interpretação da mais oculta natureza mediante a filosofia? Finalmente, quando estavam preparados, sobrevinha aquela ερπυτεια [epopteia], isto é, a visão das coisas divinas através da luz da teologia.

Quem não desejaria ser iniciado em tais mistérios? Quem é que não deseja, ainda peregrino na terra, mas desprezando os bens da fortuna, esquecido do corpo, tornar-se comensal dos deuses e dessedentado pelo néctar da eternidade, receber, ainda mortal, o dom da imortalidade? Quem não quererá ser inspirado pelo furor socrático, exaltado por Platão no *Fedro*, arrebatado em cétere voo para a Jerusalém Celeste, fugindo rapidamente com um bater de asas daqui, isto é, do mundo do demónio?»¹⁰

No mundo clássico, encontramos em Plutarco uma comovente descrição da experiência iniciática:

“Neste mundo [a alma] não tem conhecimento, salvo quando chega ao transe da morte. Então, sofre uma experiência como a daqueles que participam nas grandes iniciações. Por isso se parecem, tanto a palavra com a obra (τελευτρων ‘morrer’ e τελεισθαι ‘iniciar-se’), como uma acção com a outra. Primeiro, o vaguear sem rumo, os circuitos fatigantes e os percursos na obscuridade com a suspeita de que nunca terão fim e logo, antes de chegar ao próprio término, todos os terrores, estremecimentos, tremores, suor e confusão. Mas daí sai-se ao encontro de uma luz admirável e é-se acolhido em lugares puros e pradarias, repletas de sons e danças e da solenidade das palavras sacras e visões santas. Uma vez saciado de tudo isso e já iniciado, regressa-se livre e caminha-se liberto;

⁹ Cf. por exemplo Frances Yates, *Giordano Bruno e a tradição hermética*, Cultrix, São Paulo, 1990.

¹⁰ Giovanni Pico Della Mirandola, *Discurso Sobre a Dignidade do Homem*, tradução de Maria de Lourdes Sirgado Ganho, Edições 70, Lisboa, 2010, pp. 73-75.

coroado, celebra os mistérios e, na companhia de homens santos e puros, vê dali a turba não iniciada e impura dos seres vivos, no meio da lama e das trevas, pisando-se e empurrando-se uns aos outros, persistindo no medo da morte em comunhão com os malvados, por falta de fé nos bens dali.¹¹

Na verdade, o helenista Karl Kerényi constata na sua obra *Eléusis* que toda a existência grega estava indissociavelmente ligada à celebração dos mistérios de Eléusis¹². A nosso ver, esta senda na busca da *epopteia* dos mistérios corresponde à demanda do Graal activada pelo Renascimento do século XII, e perseguida pelos Cavaleiros do Amor referidos por Sampaio Bruno. Mas senão a *epopteia*, como escreveu, Teon de Esmirna, uma das experiências culminantes do longo processo da iniciação, antes, o neófito tem de desenvolver a imaginação, ou seja, a capacidade de controlar o mundo das imagens ao que se opõe a fantasia, o descontrolo e dispersão das imagens na psique. A esse órgão da alma chamava Paracelso a *imaginatio vera* e Giordano Bruno postulava: «A imaginação reclama ser o primeiro vínculo da alma, o meio-termo entre o temporal e o eterno. É o sentido dos sentidos, propriamente falando, o único sentido verdadeiro. É o corpo e o veículo da alma, a fonte de onde flui a vida humana, o método mais venerável de comunicar-se com Deus.»

Do subtil reducionismo do espírito primevo do Renascimento ao resgate do mundo das mediações

«O positivismo científico (...) considerou a imaginação como uma concubina comprometedora, de quem urgia separar o homem; — e, apenas se apossou dele, expulsou duramente a pobre e gentil imaginação, fechou o homem num laboratório a sós com a sua esposa clara e fria, a razão. O resultado foi que o homem reconeceu a aborrecer-se monumentalmente e a suspirar por aquela outra companheira tão alegre, tão inventiva, tão cheia

¹¹ Fragn. 178, Sandbach. Este texto foi divulgado por Alberto Bernabé da Universidade Complutense de Madrid, na sua comunicação «La Experiencia Inicial de Plutarco», in A. Pérez Jiménez e F. Casadesús (Eds.), *Estudios sobre Plutarco, Misticismo y Religiones Místicas en la Obra de Plutarco* (Actas do VII Simposio Español sobre Plutarco, Palma de Maiorca, 2-4 Novembro de 2000) Madrid-Málaga, Ediciones Clásicas & Charta Antiqua, 2001, p. 11.

¹² Karl Kerényi, *Eléusis, Siruela*, Madrid, 2004, p. 39.

*de graça e de luminosos impetos, que de longe lhe acesa nava ainda, lhe apontava para os céus da poesia e da metafísica, onde ambos tinham tentado voos tão deslumbrantes.»*¹³

Eça de Queirós

Esta visão global que integrava a re-vivência dos mistérios e a religação com a *Prisca Teologia* e a *Magna Ciência* (que engloba os três mundos), a experiência de carácter científico e uma nova atitude de protagonismo humano, sem esquecer a relação harmónica entre o microcosmo e o macrocosmo, foi-se perdendo dando abertura ao modelo cartesiano e ao iluminismo racionalista. Começa-se a perder a noção da diferença entre imaginação e fantasia, e entre conhecimento gnóstico e conhecimento racional. A sabedoria gnóstica tem elementos meta-racionais que o discípulo recebe em estados alterados de consciência, fruto de um processo alquímico na sua psique, sendo intrinsecamente impossível somente por livros e imprescindível a relação mestre-discípulo. Como escreveu Fernando Pessoa: «É de facto uma vida nova, e uma alma nova, a que se ganha no contacto com estes mistérios, e o modo, o tipo, a forma dessa vida nova, não se pode expor nem explicar, pois como é vida propriamente, e não propriamente ideia, não é transmissível verbalmente, nem ainda pelas palavras que claramente dissessem os seus mistérios, se tais palavras se devessem, ou sequer pudessem, dizer ou escrever.»¹⁴ Esta subtil degeneração do pensamento simbólico e analógico abrangente ao pensamento racional redutor é já visível na Nova Atlântida de Francis Bacon, não obstante a sua formação de carácter hermético. No Iluminismo do século XVIII, a imaginação é chamada a *louca da casa* numa atitude racionalista, redutora, e completamente afastada do ideal primevo do Renascimento. Mas sendo o pensamento simbólico e hermético absolutamente estruturante da tradição ocidental (a tal Europa telúrico-espiritual), ele continua vivo em grupos rosa-cruzes, alquímicos, teosóficos, inspira, a partir do século XVII, grupos maçónicos, e, em finais do século XVIII e no século XIX, dá-se a emergência do pensamento hermético e neoplatónico na *Naturphilosophie* com os postulados de uma ciência orgânica, analógica, e não mecanicista, onde o cosmos é visto como um grande ser vivo, um Macróbios à maneira de um Marciano neoplatónico. Nesta emergência, que

¹³ Eça de Queirós, «Positivismo e Idealismo», em *Notas Contemporâneas*, Fixação de texto e notas de Helena Cidade Moura, Livros do Brasil, Lisboa, s. d., p. 193. Este pequeno estudo foi publicado originalmente em crónica na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 16-06-1893.

¹⁴ Fernando Pessoa, *A Procura da Verdade Oculta*, Pub. Europa-América, 1986, p. 203.

aconteceu à maneira dos sistemas adaptativos complexos¹⁵ da Natureza, destacou-se Friedrich Schelling, Herder y Johann Wolfgang von Goethe como grandes pensadores que influenciaram a *Naturphilosophie* e, por consequência, o Romantismo alemão, que incluiu uma forte vertente científica. No final do século XIX, nova emergência impactante, a teosofia veiculada por Helena Petrovna Blavatsky, que viria a influenciar homens de ciência como Thomas Edison e, mais tarde, Albert Einstein. O estudo de todas estas correntes esotéricas ocidentais foi sistematizado por Antoine Faivre¹⁶ sendo, no geral, bem conhecidas por Sampaio Bruno, como mostram as inúmeras citações das suas obras, mormente *A Ideia de Deus, Os Cavaleiros do Amor e O Encoberto*.

Na reacção renascentista à fé cega que imobiliza a ciência e afasta o Homem da experiência e da verificação dos postulados, pairou, nos últimos séculos, um conflito subtil entre a razão exclusivista de tendência reductora e a razão que se abre à imaginação e à experiência gnóstica, esses dois caminhos foram bem expressos por Mozart e Schikaneder na *Zauberflöte* (*Flauta Mágica*) quando Tamino tem, entre várias escolhas, a do Templo da Sabedoria e a do Templo da Razão. É o Templo da Sabedoria que se abre e lhe dá acesso aos Mistérios de Ísis e Osiris e não o Templo da Razão, o que prova que o grande mestre de Salzburgo conhecia bem a diferença entre as duas vias.

Portanto, a nosso ver, o pensamento de estrutura esotérica é uma realidade na cultura ocidental que não podemos escamotear. Mais: está na origem da ciência ocidental, que se afastou dele, mas a ele estão a regressar certas comunidades científicas. Recordemos parte da brilhante Oração de Sapiência¹⁷ proferida na abertura solene das aulas na Universidade de Coimbra, em 1985, por Boaventura de Sousa Santos:

“ (...) Os avanços da microfísica, da astrofísica e da biologia das últimas décadas restituíram à natureza as propriedades de que a ciência moderna a apropriaria. O aprofundamento do conhecimento conduzido segundo a matriz materialista veio a desembocar num conhecimento idealista.

(...) começa hoje a reconhecer-se uma dimensão psíquica da natureza «a mente mais ampla» de que fala Bateson¹⁸, da qual a mente

¹⁵ Cf. trabalhos de Stuart Alan Kauffman, um dos cientistas fundamentais no desenvolvimento da teoria da complexidade, que integra aproximações a princípios de tradições esotéricas. Recomendamos a leitura de *Reinventing The Sacred*.

¹⁶ Cf. Antoine Faivre, *Accès de l'ésotérisme occidental*, Gallimard, Paris, 2001.

¹⁷ Esta «Oração de Sapiência» foi publicada em versão ampliada com o título *Um Discurso Sobre as Ciências*, Afrontamento, Porto, 1987.

¹⁸ Cf. G. Bateson, *Mind and Nature*, Fontana, Londres, 1985.

humana é apenas uma parte, uma mente imanente ao sistema global social e à ecologia planetária a que alguns chamam Deus. Geoffrey Chew postula a existência de consciência na natureza como um elemento necessário à autoconsciência desta última e, se assim for, as futuras teorias terão de incluir o estudo da consciência humana. Convergentemente, assiste-se a um renovado interesse pelo «inconsciente colectivo», imanente à humanidade no seu todo, de Jung.¹⁹

Henry Corbin, a nosso ver um filósofo-chave na origem do novo paradigma científico-espiritual, refere as três rupturas do que apelida de *Catástrofe Metafísica do Ocidente*. A primeira ruptura grave surge no século XIII pois, como Gilbert Durand sustentava, foi «o repúdio progressivo pela escolástica peripatética [aristotélica] e averroísta da anamnésia platónica de Escoto Erígena e de Dionísio, o Aeropagita, que marca bem o que Henry Corbin chamou de catástrofe metafísica do Ocidente».²⁰ Depois, esta catástrofe teve mais duas etapas decisivas, o cartesianismo e o positivismo. Este processo de dessacralização do Ocidente levou à hipervalorização da razão exclusivista, como já referimos, gerando todo o tipo de patologias²¹ que esse excesso acarreta.

Onde está o fulcro desta catástrofe metafísica? Na perda do mundo intermediário, do mundo da alma (*psykhé*) que cria pontes entre o espírito (*nous*) e a matéria densa (*soma*). O ser humano realiza-se como *pontifex* entre as Ideias Puras e Divinas e o Mundo da Acção, o *Kurushetra* da *Bhagavad-gita*. Henry Corbin, consciente desse «contínente perdido» (a dimensão intermédia que resolvesse o dualismo espírito-matéria), postula na sua obra *Corpo Espiritual, Terra Céleste*²², apoiado no conceito persa *'Alam-al-mithâl*, a existência do

¹⁹ Sublinhados nossos.

²⁰ Gilbert Durand, *La foi du cordonnier*, Ed. Denoël, p. 23.

²¹ Leia-se sobre o tema, a reflexão do antropólogo Fernand Schwarz: «O homem é ao mesmo tempo sapiens e demens, racional e intuitivo, poeta e cientista. Vive num vaivém constante entre consciente e inconsciente. Escolher de forma exclusiva um destes elementos leva-o a um comportamento que o priva da sua humanidade e aproxima-o do comportamento animal com os seus corolários de violência, paixão, cegueira, barbárie. A sua humanidade reside precisamente na capacidade que tem em manejar esse paradoxo, essa ambiguidade natural. A dimensão espiritual e as suas funções, que a Modernidade relegou para a categoria de infantilismos, sem efeito nos comportamentos individuais e sociais, voltam a despertar interesse: os mitos, que se referem simultaneamente a várias dimensões da existência; os ritos e os símbolos, com a sua capacidade de conter vários significados ao mesmo tempo, são os instrumentos que ajudam a manejar a contradição, superando-a.» Fernand Schwarz, «O Fim das Nossas Certezas», in revista *Nova Acrópole*, n.º 63, Porto, 1985, pp. 7-8.

²² Edição original: *Terre céleste et corps de résurrection: de l'Iran mazdéen à l'Iran shi'ite*. Paris, Buchet/Chastel, 1961.

Mundus Imaginalis. O mundo das mediações entre as ideias espirituais e o mundo sensível, onde misticamente se situa o *Centro do Mundo*, assim era designado simbolicamente pelos antigos o lugar no qual a imaginação, como órgão da alma, vai alimentar espiritualmente a sua interioridade, tendo assim uma vivência do sagrado. É o lugar paradoxal da *coincidentia oppositorum*, pois participa do Um (Espírito) e do Outro (Matéria). O mundo mítico da criação, de Mircéa Eliade, situa-se no *centro do mundo*, com o qual a linguagem simbólica própria do mundo imaginal estabelece uma ligação. Como subscrive Gilbert Durand, «o imaginal é "o mundo onde se corporiza o espírito", assim como, inversamente, "o mundo onde se espiritualizam os corpos"».²³

A metamorfose de Sampaio Bruno

Filho de José Pais de Sampaio, liberal português e maçom (secretário da Loja Firmeza Portuguesa), José Pereira Sampaio, nascido em 1857, logo na sua juventude assumiu a tradição liberal da cidade invicta, tornando-se um amante indefectível da liberdade de pensamento. Mais tarde, em 1898, no *Brasil Mental*, confirma: «*Ubi libertas, ibi Patria*; onde a liberdade, aí a pátria. Onde o pensamento não esteja à mercê; onde à segurança não a sobressalte a sujeição; onde o organismo moral possa, sem atritos, expandir-se; onde a palavra escrita não sirva de antecâmara ao ergástulo; onde não seja crime vulgarizar opiniões; onde uma atmosfera de simpatia inteligente vivifique o espírito individual: — aí é que está a pátria. Noutra parte, nunca.»

Sentindo a necessidade de renovação da sociedade com base na liberdade de pensamento e nos ideais republicanos, José Pereira Sampaio tomou como nome de guerra, Bruno, inspirando-se no filósofo, hermetista e cientista do Renascimento Giordano Bruno, mártir da liberdade de pensamento, que morreu na fogueira da Inquisição em 17 de Fevereiro do ano 1600. Quando José Pereira de Sampaio se torna Sampaio Bruno, ainda jovem, não saberia que, mais tarde, iria assimilar, talvez por outras vias, muito do pensamento hermetico do sábio nolano.

Aos dezassete anos, escreveu *Análise da Crença Cristã* onde professa claramente a sua adesão ao ateísmo e ao materialismo: «(...) um deísta é um homem que, na sua curta existência, não teve ainda tempo de se tornar ateu.

²³ Gilbert Durand, *Portugal — Tesouro Oculto da Europa*, Ésquilo, Lisboa, 2008, p. 258. Inserimos nesta obra como anexo o artigo de Gilbert Durand, «O homem religioso e os seus símbolos» que sintetiza a «revolução espiémica» da ciência no século XX. Foi publicado originalmente no *Tratado de Antropologia do Sagrado* coordenado por Julien Ries e editado em seis volumes.

(...) Para se ser ateu é urgente o estudar. O ímpio estuda e pensa; o crente admite de olhos fechados. (...) Esta escola materialista (...) é para mim a escola mais racional, a teoria mais filosófica. Admito-lhe os princípios e os corolários.»²⁴ Estava perfeitamente integrado no *ar do seu tempo*, e com a coragem que sempre foi seu apanágio, funda jornais, escreve artigos, está presente na criação da Liga Patriótica do Norte com Antero de Quental e Basílio Teles, entre outros, e no, início de 1891, é um dos principais instigadores da Revolta do 31 de Janeiro, na sequência do vergonhoso ultimato britânico.

Fracassado o golpe republicano, Bruno é obrigado a exilar-se. Primeiro, fica numa curta estada em Madrid e, depois, radica-se em Paris, visitando também a Bélgica e Amsterdão. É nesta cidade que vive um *insight*, uma visão interior fortíssima, ao contemplar a *Ronda Nocturna* de Rembrandt, que lhe incendeia «de ouro fulvo os olhos aturidos», «Oh maravilha incomparável! Subjugador assombro! Ardor infinito! Eis aqui o sentido esotérico do mito profundo, Prometeu roubando o fogo celeste. Que tanto possa o génio do homem que plagie a divindade! Não sejamos ingratos, reconhecamos a graça. Abatam-nos, humilhemo-nos; rojemos na terra; não nos castigue o orgulho satânico da inteligência. Façamos acto de contração. Mas é difícil, porque como que rebenta a nossos pés, uma granada astral, estilhaçando-se em cacos de luz.»²⁵ Aqui se vislumbra o valor da sua alma que vence a alienação materialista e racionalista da sua época, o «orgulho satânico da inteligência», e admite a existência da graça, «*quantum* da revelação», a luz da intuição.

Ostracizado da finisterra ocidental, foi mantendo contactos culturais em França, adquirindo obras por todas as cidades por onde passava, e, na sua solidão, meditava sobre as grandes questões filosóficas da existência. No exílio, a metamorfose tomava conta do seu ser e como afirma na «Carta Íntima» d'*A Ideia de Deus*, «uma bem melhor inspiração» o começava a orientar.

É também nesta obra basilar do seu pensamento, publicada em 1902, que narra outro sucesso que lhe proporcionou um «sobressalto profundo da consciência»: numa espécie de sonho premonitório, em Salamanca, uma voz aconselhava-o a não seguir naquele comboio, pois encontraria João Chagas,²⁶ o

²⁴ Sampaio Bruno, *Analyse da Crença Cristã*, Porto, 1874, pp. 306-7 e 317.

²⁵ Sampaio Bruno, *Notas do Exílio*, (1891-1892), Porto, 1986, pp. 254-255.

²⁶ «A João Chagas eu sabia-o retido em Paris por apremiantes circunstâncias económicas, que dificilmente, impossivelmente poderia, na regra costumeira, vencer de pronto. Ainda que, por absurdo, dessas dificuldades conseguisse triunfar de golpe, eu sabia, igualmente, que era deliberado propósito seu torcer caminho e entrar em Portugal por Badajoz. (...) De raciocínio, resultava, portanto, positivamente impossível encontrar-me com João Chagas (...). E, voltando para o meu compartimento, ao sentar-me de novo, um zumbido fulgiu aos meus ouvidos; e a mesma voz, agora descida

que, racionalmente, lhe parecia de todo impossível. Foi um de dois *factos* que evocaram Sampaio Bruno às seguintes quatro conclusões:

- 1ª conclusão: todas as coisas no mundo estão predeterminadas, ainda as mais ínfimas;
- 2ª conclusão: «sabendo isso, posso, todavia, obedecer ou desobedecer» às necessidades que regem os factos deste mundo. Por isso, «a coexistência da Fatalidade com a Liberdade é que é, racionalmente, o Livre Arbitrio, que não pode ser absoluto, pois que a alma humana condicionada esteja com a matéria que lhe é circunstancial concomitância (...)»
- 3ª conclusão: «(...) se no mundo, a Liberdade é Lei para mim, há Responsabilidade. A Moral, pois, é uma instituição positiva, de carácter rigoroso. Não é uma visão subjectiva. É uma comprovação objectiva, pois que é um facto da realidade natural. (...)»
- 4ª conclusão: «(...) é muitíssimo grave, atentos os prejuízos materialistas que se tornaram o nosso temperamento crítico. Sem embargo, a lógica impõe-na; (...) é que a predeterminação do Universo é conhecida por seres espirituais superiores a nós e existindo fora de nós, mas que, quando o queiram ou lhe seja cometido (que sabemos nós a propósito?), não-lhe podem comunicar, fazendo-nos conhecer com antecedência o - necessário e libertado - futuro, pelo que toca, restritamente, a certo ou certos dos episódios constitutivos desse porvir. Logo a angelologia é instituição positiva e a profecia é realidade anómala.»²⁷

Evidentemente, estas conclusões foram resultado de longas meditações sobre a velha questão dicotómica Livre-Arbitrio/Destino, a necessidade de finalidade cósmica (*telos*) e a existência de seres espirituais, conhecidos dessa teleologia divina. Aparentam também para a recepção da sabedoria

um quarto de tom, me disse, com branda inflexão ao de leve maliciosa, levemente esboçada: - Ora, vais agora ver o Chagas. (...) Era que eu ouvira nesse instante (mas agora, por modo positivo, objetivo, exterior) a, de mim bem conhecida, voz de João Chagas, que, em francês, dizia para a francesa: - *Minha Senhora, queira ter a bondade de mandar acomodar as minhas malas naquela carruagem de primeira*. Precipitei-me para a portinhola do meu compartimento; na porta do restaurante, João Chagas dava as últimas instruções ao criado, indicando-lhe, com a *badine*, a carruagem que escolhia e que era precisamente a que se seguia à minha. Cai, abatido, sobre a travessa de madeira, e não tive mente para meditar um ápice sequer. (...) Com efeito, contra toda a racionalidade de minhas, feitas, deduções concretas; contra toda a racionalidade das conclusões concretas, possíveis, do retardatário: eu viera, afinal, encontrar-me, na verdade, com João Chagas.» Sampaio Bruno, *A Ideia de Deus*, Lello & Irmão, Porto, 1987, pp. 124-127.

²⁷ *Idem*, pp. 127-129.

hermética por uma via que desconhecemos²⁸, mas parece-nos óbvio que Sampaio Bruno passou por certas experiências de *abertura* ao conhecimento da *sophia perennis*, que permitiram a sua *metamorfose*, ou se quisermos, *iniciação interior*. Como ele próprio afirmou em *Notas de Exílio*, «Nos livros não se aprende nada. Só, vida aproveitada; só, o drama educa. Contra ele, os sofismas esboraam-se.»²⁹ Lendo *A Ideia de Deus*, parece-nos certa a influência do filósofo místico Louis Claude de Saint-Martin (1743-1803), seguidor de Jakob Böhme (1575-1624) e discípulo directo de Martinez de Pasqualis, um dos grandes mestres esoteristas do século XVIII - segundo alguns terá ascendência portuguesa ou será mesmo português. Assim como a influência do místico e visionário Emanuel Swedenborg, que inspirou a *Seráfia*³⁰ de Balzac e é citada variadas vezes por Bruno.

Muitas décadas antes de Henry Corbin, Sampaio Bruno escurtina, no quadro de um pensamento científico abrangente, a necessidade da existência de uma substância intermédia e um mundo plástico meta-material, que não o ideal:

«(...) esse não é um mundo ideal, no sentido de Platão; é um mundo concreto, plástico, povoado, como a terra de seres espirituais. (...)»

«Haverá que conceber uma categoria substancial intermédia entre os seres materiais e os espirituais? É sugestão que vem de remoto momento essencial no desenrolar da ciência positiva.»³¹

Recordemos a carta de Fernando Pessoa a Adolfo Casais Monteiro datada de 13 de Janeiro de 1935:

«Creio na existência de mundos superiores ao nosso e de habitantes desses mundos, em experiências de diversos graus de espiritualidade, subutilizando-se até se chegar a um Ente Supremo, que presumivelmente criou este mundo. (...) Dadas estas escalas de seres, não creio na comunicação directa com Deus, mas, segundo a nossa afinção espiritual, poderemos ir comunicando com seres cada vez mais altos.»³²

²⁸ Terá Sampaio Bruno tido um mestre que lhe transmitiu a sabedoria esotérica, ou foi «iniciado» à maneira do Sócrates grego pelo sei *daímon*?

²⁹ Sampaio Bruno, *Notas do Exílio*, *idem*, p. 177.

³⁰ O filósofo português Álvaro Ribeiro traduziu este romance de Balzac, originalmente publicado pela Editorial Inquérito e recentemente reeditado com a chancela da Esquilo (Lisboa, 2006).

³¹ *A Ideia de Deus*, *Idem*, pp. 133 e 135.

³² In revista *Presença*, n.º 9, Coimbra, Junho de 1937.

Contudo, Sampaio Bruno, já distante do reducionismo positivista, mantém a estrutura científica do seu pensamento, «É sugestão que vem de remoto momento essencial no desenrolar da ciência positiva», a idealidade manifesta-se na realidade positiva, e o *quantum* dessa revelação, ou teofania, é a graça, que pode ser detectada pela razão:

«(...) eis como o nosso espaço se transcendentaliza, ele já; e nele, adiantando terreno, presume-se que (não para as excepções, mas como regra) toda a noção, directa ou indirectamente, seja revelação. A graça compreende-se como sendo um *quantum* de revelação. O génio é a graça em alto grau; e a graça, de essência, o que é? É a concessão da intuição do Belo, do Bem e do Verdadeiro. Ora, o génio não é mais do que o pensamento em elevada potência. Todo o pensamento é uma raiz do génio. As ideias humanas são, pois, revelações simultâneas e sucessivas, registáveis numa sérieção ascendente e descendente, que converge e diverge.»

Mantendo um espírito lúcido, chega à conclusão de que «pouca ciência e pouca meditação levam ao ateísmo; muita ciência e muita meditação levam ao idealismo»³⁵. O que lembra, inevitavelmente, o processo das ciências físicas nos últimos cento e cinquenta anos, como focou, com grande pertinência, Boaventura de Sousa Santos: «o aprofundamento do conhecimento conduzido segundo a matriz materialista veio a desembocar num conhecimento idealista».

Sampaio Bruno torna-se um renascentista, filósofo na procura da Magna Ciência, demandando ultrapassar o dualismo matéria-espírito, que sugere a ideia de criação, para chegar à visão neoplatónica de emanacões e da comunicação entre as diversas dimensões do universo. Para Sampaio Bruno, *o mundo existe por Deus assim o pensar, ele é a ideia de Deus*, portanto do Pensamento Divino vão surgindo as diferentes dimensões do universo, há uma mente cósmica, Mahat para os hindus, Maat para os egípcios, de onde emanam os arquétipos, as formas mentais que regem o mundo material.

«(...) A natureza é ideia, *naturans* e *naturata*, em ser e vir a ser, em realidade e em possibilidade. Porquê? Porque se revela ciência; e ciência é pensamento.»³⁶

A base desta asserção lembra-nos o primeiro princípio hermético do Kybalion, «Tudo é mental. A raiz do universo é mental», Pico de la Mirandola

³⁵ *Brasil Mental*, idem, pp. 339-340.

³⁶ *A Ideia de Deus*, idem, p. 281.

refere que os pitagóricos referiam que a finalidade da filosofia era a «amizade concorde pela qual todas as almas não só se acordam numa só Mente, que está acima de cada mente, mas também de maneira inefável se fundem num só.»³⁵ Telhard Chardin falava na *noosfera*, a terra mental, e, como assinalou Boaventura de Sousa Santos, «começa hoje a reconhecer-se uma dimensão psíquica da natureza "a mente mais ampla" de que fala Bateson, da qual a mente humana é apenas uma parte».

A concepção metafísica e teleológica de Sampaio Bruno

Ainda no seu prodigioso baú de teses que é *A Ideia de Deus*, Bruno propõe a sua cosmogénese e teleologia, com evidente influência das *Encáidas* de Plotino e do *Tratado de Reintegração dos Seres* de Martinez de Pascualis:

«No princípio era a Perfeição, o espírito homogéneo e puro. No segundo momento, mercê do efeito dum mistério, temos o espírito diminuído e a seu par a diferença que se tornou heterogénea isto é o mundo. No terceiro momento reintegrar-se-á o espírito puro, pela absorção final de todo o heterogéneo. Assim, três são os instantes supremos do crescimento. Um: é o espírito homogéneo e puro, que foi e há-de voltar a ser. Eis o ponto de partida e eis o ponto de chegada. Outro: é o espírito puro mas diminuído actualmente pelo destaque separativo do universo. Enfim, o outro ainda: é esse universo, que aspira a regressar ao homogéneo inicial.» (...)

«Nesta nova concepção, a matéria não é eterna como Deus e as emanacões divinas não vão prevaricando à medida que se afastam da origem. Pelo contrário, vão intensificando, maiores sendo. No átomo primo, a revelação divina é a direcção do movimento, o qual veio logo do anelo do regresso ao espírito puro. No animal, a revelação é o instinto. No homem, a revelação é a razão. E, do átomo ao animal e do animal ao homem, a matéria desmaterializou-se; espiritualizou-se; aproximou-se do ponto de chegada; libertou-se; tendeu a voltar ao estado puro, anterior à diferenciação inicial do homogéneo infinito. Assim, a relatividade convergiu, novamente, para o absoluto.» (...)

«O fim do homem neste mundo é libertar-se a si, libertando os outros seres» [ou na versão do poeta Novalis] «o fim do Homem é ajudar a evolução da Natureza. Esta palavra vai até ao fundo do abismo. Nunca nenhuma assim sublime brotou de lábios inspirados.»³⁶

³⁵ Op. cit., p. 71.

³⁶ *A Ideia de Deus*, idem, 343-347.

mente, que é «um sinal característico da época», e redutor, «parece-me incompleta e muito incompleta a doutrina de Comte», afirma numa carta a Teófilo Braga em 1875, e no *Brasil Mental* refuta a lei da sucessão dos três estados (teológico, metafísico e positivo ou científico), considerando que não são sucessivos mas simultâneos em planos diferentes, argumentando perfeitamente lógico, mas a contra-corrente no seu tempo. Sintetizando: «tomar o positivismo como um método (o eficaz método empírico da observação dos factos sobre que especula a razão). Nunca, porém, se deveria recebê-lo como um sistema, porque então resultaria sistema incompleto, dum cepticismo atrasado e estéril.»⁴¹

O «manancial comum», fonte do conhecimento

«As Imagens constituem 'aberturas' para um mundo trans-histórico. (...) graças a elas as diversas 'histórias' podem comunicar.»⁴²

Mircea Eliade

«Afirmamos e afirmaremos sempre que o homem que não consegue ver na Natureza, a expressão original, o grande depósito do pensamento humano é intelectualmente um desesperado.»

Fernando Pessoa

Num excelente trabalho sobre *criatividade poética e imagem*⁴³, Francisco Soares observa com acuidade que «Sampaio Bruno debruçou-se sobre a criatividade concentrando-se numa teoria que se viria a revelar certa. Segundo essa teoria a imaginação é a base das actividades criativas e a filosofia, a ciência, a invenção tecnológica diferem da arte apenas pelo desenvolvimento que dão às imagens novas sobre as quais todas estas disciplinas trabalham». Se, à maneira da tradição hermética virmos a mente como um espelho ou uma tela, para Bruno a *ideia* é fixada não pela conceitualização filosófica, mas pela figuração, que «não a define mas representa-a», depois virá a racionalização, ou não. A *imagem* precede o *conceito*, assim como a imaginação precede a razão, sendo a filosofia o espaço de comunicação entre a ciência e a arte, «a poesia

⁴¹ *Ibidem*, p. 245.

⁴² Mircea Eliade, *Imagens e Símbolos*, Arcádia, Lisboa, 1979, p. 173.

⁴³ Francisco Soares, *Criatividade Poética e Imagem*, Benguela/Rio de Janeiro, 2007. Vide em <http://rdpc.uevora.pt/handle/10174/2181>

⁴⁴ Cf. Sampaio Bruno, *Geração Nova*, Lello & Irmão, Porto, 1984, p. 228.

Joel Serrão descreve assim o percurso de Bruno:

«Dir-se-ia que o sentido da evolução do escritor portuense foi o seguinte: da ramagem da árvore do Iluminismo, historicamente considerado, a certas raízes ocultas dela; da liberdade, igualdade e fraternidade, como lema de propaganda política, ao significado recôndito, esotérico, que subsumiria.»³⁷

Nós diríamos que chegou à visão global de Ciência dos filósofos renascentistas procurando fugir do dualismo deista e do monismo materialista. Isto porque incluiu na indagação de espírito científico a existência da graça, «um quantum de revelação»³⁸, por outras palavras, a *contemplação* permitida à *intuição*, e *verificação* e *elaboração de teses*, feitas pela razão. Esse é o diálogo que está a permitir a *emergência hodierna do novo paradigma científico-espiritual*, depois do divórcio entre a filosofia positivista e a ciência, como bem observou Charles T. Tart³⁹, investigador e catedrático na Universidade de Nevada, em Las Vegas.

Sampaio Bruno nunca aceitou esse matrimónio entre o positivismo reducionista e a ciência, distinguindo entre positivismo como sistema e positividade como metodologia. Deve-se «aplicar à filosofia o rigorismo científico, progredindo na investigação das soluções desconhecidas, conforme se procede em qualquer ciência. (...) A observação e a experiência, o método científico deve ser transportado para a Filosofia. (...) esta poesia científica haverá de ser profundamente espiritualista, e, simultaneamente, rigorosamente objetiva, quer dizer, será teleológica»⁴⁰. Mas sobre o positivismo, afirma clara-

³⁷ Joel Serrão, *Sampaio Bruno. O homem e o pensamento*, Livros Horizonte, Lisboa, 1986.

³⁸ Refira-se que Bruno afirma que «nenhuma ideia essencial pode ser adquirida pela inteligência discursiva», *A Ideia de Deus*, p. 136. E, antecipando a visão científica de António Damásio no *Erro de Descartes*, afirma na mesma obra: «Não há prova mais cabal de que a simples inteligência, por lucidíssima, é insuficiente. Se a sensibilidade real do coração não lhe assiste, o homem inteligente descai na impura e extrema idiote.»

³⁹ «(...) Onde reside, então, o conflito entre a ciência e a religião? O conflito surge, porque, culturalmente, este método científico uniu-se a uma filosofia materialista, que insistia em que todas as explicações "científicas" devem ser, em última instância, físicas. Esse matrimónio é totalmente desnecessário. Este matrimónio não é a essência do método científico, que resulta ser simplesmente um artefacto histórico. O método científico pode aplicar-se à mente. Pode aplicar-se ao espírito. As pessoas que têm experiências espirituais podem tentar observá-las melhor, podem isolar esses processos, podem comprovar as consequências, etc. (...)» Charles T. Tart, «Mas Allá del Ego: las Dimensiones Transpersonales de la Psicología», in *El Espíritu de la Ciencia*, Barcelona, Kairós, 1999, pp. 255-256.

⁴⁰ *Brasil Mental*, op. cit., pp. 266-268 e 282.

Recordemos a etimologia de arquétipo, de *arkhé* e *typos*. *Arkhé* significa «primordial», «origem», «fenda», «poder», e *typos*, «imagem», «modelo». Assim arquétipo é a *imagem primordial*, o *modelo das origens*. Arcaico o que provém da fonte primordial, do manancial que é origem da inspiração, dos *insights*.

Pessoa, por seu lado, afirmava, «1. Existe evolução / 2. Só evolui a imaginação. / 3. A imaginação é portante a qualidade humana fundamental – pelo menos no nosso estado colectivo, pois é ela que evolui.»

Estudos recentes estão a atestar o impacto neurológico da imagem.

A partir das reflexões de Sampaio Bruno, vale a pena aprofundar um pouco a relação entre pensamento e linguagem à maneira platónica e pitagórica.

A velha tradição pitagórica, que tanto inspirou Almada Negreiros e Lima de Freitas, assinala que o percurso do imanifestado ao manifestado se faz seguindo a sequência *ponto, linha, figura, corpo*. O ponto simboliza os arquétipos puros, de *Luz*, a *linha*, os seus primeiros hieróglifos, os *números*, depois passando-se do in-formal (plano arupico) para o formal (plano rúpico), ou seja, passando o «centro do mundo»⁴⁹, surgem as *formas geométricas primordiais* (2 dimensões), as sombras dos números – por exemplo o quadrado é a sombra do número quatro, a estrela de cinco pontas do número cinco –, que dão origem, por sua vez, aos *corpos primordiais* (3 dimensões), os sólidos platónicos. Lima de Freitas escreveu um texto sublime sobre os números:

«[Os números são] verdadeiros 'seres' carregados de uma profunda significação simbólica e metafísica. (...) O Número é aspecto do Nume. Nele arde o fogo secreto que une todas as coisas, visíveis e invisíveis, passadas presentes e futuras, daqui e de toda a parte. Número é também Nome: nome impronunciável, indizível e secreto que a razão não pode inventar mas que inventa a razão. Como um campo magnético, só discernível quando a limalha de ferro lhe desenha a presença, o Número preexiste à forma e determina-a. Falar do Número é falar da cristalografia da presença, da potência, da ausência, de todos os possíveis. Número – assim o sabiam os Antigos – não é simples computo, nem mero cálculo: é a arte da ciência e a ciência da arte; é a ordem secreta donde emanam todas as genéticas, todos os crescimentos; é a chave não espacial dos espaços, a chave atemporal dos tempos, o princípio do lugar, o pólo das polarizações, o diagrama fixo das evanescências; é o Sopro, o Pneuma, o Logos; é o que está e não está, o que é sem ser, a causa sem causa. E é ainda a sua própria consequência e todos os efeitos, o próprio transitório e o próprio evanescente.»⁵⁰

⁴⁹ Nesta passagem do mundo sem-forma ao formal, os ângulos têm muita importância porque antecedem a forma geométrica, são o nexo entre a linha e a forma.

⁵⁰ Lima de Freitas, *Pintar o Sete*, INCM, Lisboa, 1990, pp. 130 e 145. Sublinhados nossos.

científica não emanará precisamente da ciência, mas sim da filosofia – considerada como a chave que compreenda toda a hierarquia enciclopédica»⁴⁵.

De raiz, o *insight* provém de um manancial comum à arte, ciência, filosofia ou religião, é registado pelo pensamento imagético consciente e só depois diferenciado.

«(...) concluindo, arte, ciência, religião, moral têm a sua sanção na consciência; elementos sensibilizantes e volutivos, aferem-se na intelectualidade; por consequência, na sua particularidade específica, diferenciam-se, sem na essência se contrariar, pelo modo que lhes é próprio, distanciando-se no peculiar desenvolvimento extrínseco, como fios de água gotejando de um manancial comum.»⁴⁶

Mais uma vez, Bruno faz a ponte entre o Renascimento e o novo paradigma científico-espiritual. É precisamente Giordano Bruno⁴⁷ que, no Renascimento, escreve sobre a importância da imaginação e das imagens, perspectiva retomada no século XX por alguns dos insígnis participantes do Encontro de Campos, como Carl Gustav Jung e Mircea Eliade⁴⁸.

⁴⁵ *Mente Mental*, *idem*, pp. 280-281.

⁴⁶ *Criação Nova*, *idem*, p. 229. Sublinhado nosso. No quadro desta percepção de uma unidade comum da *gnose*, o cientista Lothar Schäfer têm-nos dito pessoalmente que continua a haver uma fonte comum do conhecimento científico e dos princípios éticos. Ver Lothar Schäfer, *Em Busca da Realidade Divina – A ciência como fonte de inspiração*, Lisboa, 2003, capítulo 7.

⁴⁷ Sobre Giordano Bruno recomendamos as excelentes edições de Ignacio Gomez de Leizaola. Veja-se, por exemplo, o seu prólogo à nova edição de *Mundo, Magia, Memória* de Giordano Bruno, (Biblioteca Nueva, 1997), intitulado «Giordano Bruno y la imaginación».

⁴⁸ (...) toda essa porção, essencial e imprescritível, do homem, a que chamamos imaginação, banhada de pleno simbolismo, continua a viver dos mitos e das teologias arcaicas. Só do homem moderno depende, dizíamos, 'despertar' esse inestimável tesouro de imagens que ele traz consigo; despertar as imagens, para contemplá-las na sua virgindade e assimilar a sua mensagem. (...) Os psicólogos na primeira fila – os quais C. G. Jung – mostraram até que ponto os dramas do mundo moderno derivam de um desequilíbrio profundo da psique, tanto individual como colectiva, provocado em grande parte por uma esterilização crescente da imaginação. 'Ter imaginação é gozar de uma riqueza interior, de um fluxo ininterrupto e espontâneo de imagens. (...) A imaginação imita modelos exemplares – as Imagens – reproduz-las, actualiza-as, repete-as sem fim. Ter imaginação é ver o mundo na sua totalidade, pois o poder e a missão das imagens consiste em mostrar tudo o que permanece oculto ao conceito. Assim se explica a desgraça e a ruína do homem que 'não tem imaginação': ele está privado da realidade profunda da vida.» Mircea Eliade, *Imagens e Símbolos*, Arcádia, Lisboa, 1979, pp. 19-20. Corrigimos algumas partes da tradução tendo por base *Images et Symboles*, Gallimard, 1969, p. 22.

No mundo imaginal, as formas e os corpos primordiais relacionam-se, complexizam-se, encarnam na matéria e dão origem ao mundo material, o mundo das concretizações. Este conceito de sequência platónica encontram-no-lo na *kabbalah* judaica através dos quatro mundos da árvore sephirotal: mundo das emanações (*Atziluth*); mundo das criações (*Briah*); mundo das formações (*Yetzirah*); e mundo da acção (*Assiah*). A partir de Ain-Soph, o *Homogéneo* de Sampaio Bruno⁵¹, vai-se materializando o espírito até à máxima densificação no mundo *Assiah*, domínio de *Malkuth*, a última sephira. O trabalho da Humanidade será o regresso ao Homogéneo, à unidade, ou seja, a um processo de espiritualização da matéria, como referem os alquimistas.

Deste modo, o pensamento simbólico e mítico (pensamento-por-imagens) precede o pensamento racional (pensamento-por-conceitos), assim como o ideograma (que é simbólico e imagético) é anterior ao alfabeto. E mesmo na evolução das línguas alfabéticas, temos que nas mais arcaicas cada letra tem uma existência em si, como símbolo, e é simultaneamente um número (veja-se a *gematria* kabalística), facto que já não acontece com as línguas modernas, pois foi-se dando prioridade ao lado prático-concreto da linguagem escrita. No Egipto, chegou a coexistir o demótico, para uso corrente, e a linguagem hieroglífica, para exprimir os altos conceitos metafísicos desta civilização. É interessante constatar que os egípcios consideravam, de alguma maneira, Thot, o inventor da escrita, como um deus maldito, porque simbolizava a decadência do homem que já não conseguia ler directamente na linguagem imaginal do Livro da Natureza – Platão no *Fedro* narra o mito de quando Thot apresenta⁵² a invenção da escrita ao Faraó, este responde a Thot, «aos estudiosos oferece a aparência da sabedoria e não a verdade».

Por exemplo, ao observarmos os documentos assinados pelos primeiros reis portugueses, verificamos que a sua assinatura (sinais de validação) era um símbolo, usualmente com base na cruz orbicular, de conotações templárias, ou nas armas do reino (cinco quinas). Isso aconteceu não porque não soubessem assinar – conhece-se uma cantiga de amigo atribuída a D. Sancho I –, mas sim porque viviam num tempo das origens, num tempo forte, essencialmente simbólico. Depois, com a evolução temporal, começaram a assinar com o seu próprio nome – em alguns casos, com marcas simbólicas, como é o caso dos três pontos em forma triangular que podemos ver numa assinatura de D. João II. A expressão através da linguagem do brasão continuou, sendo considerado o século XV a época áurea do brasão na Europa. Com o advento do racional-

⁵¹ Recordemos o interesse de Sampaio Bruno pela cultura e esoterismo dos judeus.

⁵² *Fedro*, 275b.

lismo, a linguagem simbólica do brasão começou, paulatinamente, a perder força. Todavia, talvez esta decadência já existisse, de forma invisível, quando se começou a dar prioridade aos aspectos formais e sociais, em detrimento da sua essência simbólica.

O brasão era o talismã do guerreiro, símbolo do génio de um cavaleiro, família, nação, etc. Simboliza algo de que o guerreiro é guardião, explicando-se assim a importância que os estandartes tinham na guerra. Era lema de quem segurava o estandarte: «antes a morte do que perdê-lo». O célebre decapeado foi o exemplo vivo desse espírito.

O símbolo do brasão do guerreiro, que tinha, muitas vezes, uma origem mágica e iniciática, dava origem à patronímia. Por exemplo, um guerreiro, que devido a um acontecimento positivo, por exemplo, uma vitória importante numa batalha (*mitificada num brasão alusivo*), ou a um acontecimento interior (*mitifica num brasão falante*), ficava ligado a uma imagem, por exemplo, o carvalho. Esta tornava-se o seu apelido e dava origem a um nome familiar. São processos de passagem do símbolo ao racional, da linguagem simbólica à linguagem conceptual.

Na criação literária, também surge este processo, em que a palavra é uma cristalização da imagem, *do fio de água que desceu do manancial*. A poesia e a prosa poética são muito uma linguagem imaginal que toma a palavra como receptor.

O precursor do surrealismo e figura de referência do movimento da pintura metafísica, Giorgio De Chirico, constatou:

«Já faz muito tempo que me dei perfeitamente conta que penso por imagens ou representações. Depois de longa reflexão, constatei que, no fundo, a imagem é a principal expressão do pensamento humano, e que os outros factores por meio dos quais se expressa o pensamento, como, por exemplo, as palavras, os gestos e as expressões, não são mais do que expressões secundárias que acompanham a imagem.»⁵³

Muito do conhecimento dos mistérios antigos era comunicado através de símbolos e imagens, como escreveu Fernando Pessoa:

«(...) pensava-se que, por serem verdades da vida interior, essas verdades não deviam ser comunicadas, mas apenas sugeridas, e que a sugestão devia ser impressionante, rodeada de secretismo, para que pudesse ser

⁵³ *L'Opera completa de De Chirico 1908-1924*, Milão, 1984, p. 5. *Apud* Giovanni Reale, *Platon. En busca de la sabiduria secreta*, Herder, Barcelona, 2001, p. 315. Sublinhado nosso.

sentida como valiosa, com um ritual, para que pudesse impressionar e surpreender com símbolos, para que o candidato fosse forçado a descobrir a sua própria via, lutando para interpretar os símbolos, em vez de se julgar já sabedor de tudo se a comunicação tivesse sido feita por ensinamento dogmático ou filosófico.³⁴

Platão como filósofo dos mistérios é um filósofo-charmeira que faz a transição entre o mundo arcaico antigo, mítico e imagético, e o ciclo da filosofia ocidental iniciado na Grécia clássica³⁵. Torna-se um filósofo hermético³⁶ que propõe «reflectir com a razão (*diaskopein*) e meditar através dos mitos»³⁷. Sobre esse facto, comenta Giovanni Reale:

«(...) o filosofar platónico é um investigar mediante a razão, ou seja, *um pensar por conceitos* e, ao mesmo tempo, um investigar mediante mitos, quer dizer, *um pensar por imagens em simbiose estrutural e harmónica*. Poderíamos dizer através de uma metáfora que *logos* e mito são como a «sístole» e a «diástole» do coração do pensamento platónico.»³⁸

A razão corresponde ao presente, aos estados de consciência perfeitamente actualizados na nossa mente, a imaginação permite-nos, através da linguagem simbólica, viver o futuro. Como dizia Novalis, «o símbolo é naturalmente a linguagem das verdades superiores à nossa inteligência», e o mito verdadeiro é uma constelação de símbolos que recebe a luz do arquétipo. Lima de Freitas afirmava que, «irrompendo do inconsciente dos povos, os mitos são as notícias que nos chegam dos arquétipos inexprimíveis»³⁹.

Deste modo, o mito permite-nos receber a «água da vida» (João, IV, 10-14), os fios de água do manancial, em diástole do nosso coração profundo, e a sístole, como meio hermético, projecta as ideias recebidas em sístole, como que que regenera e renova a visão do mundo.

³⁴ Fernando Pessoa, *A Procura da Verdade Oculta*, Pub. Europa-América, 1986, p. 179. O sublinhado nosso.

³⁵ Sobre este fenómeno da passagem da mentalidade arcaica à mentalidade racional, os pregos aconselhamos a leitura das obras de Jean-Pierre Vernant.

³⁶ Recordemos que Hermes é o deus das passagens do informal ao formal, como mensageiro dos deuses, estabelece a comunicação entre os arquétipos, as suas resultantes formas míticas e a razão. É um deus das analogias e da imaginação e da *coincidentia oppositorum* entre imaginação e razão. Deus da harmonia por oposição.

³⁷ *Platon*, 61e.

³⁸ Giovanni Reale, *Platón. En búsqueda de la sabiduría secreta*, Herder, Barcelona, 2001, p. 316.

³⁹ Lima de Freitas, *Porto do Graal*, Ésquilo, 2006, p. 93.

No quadro do novo paradigma científico-espiritual, tem muito sentido a *visão transdisciplinar* proposta pelo nosso amigo Basarab Nicolescu, já perseguida por Sampaio Bruno. O primeiro congresso mundial de transdisciplinaridade foi realizado em Portugal, em 1994, no Convento da Arrábida. Dele saiu a *Carta de Transdisciplinaridade* redigida por Lima de Freitas, Basarab Nicolescu e Edgar Morin. Este último pensador também tem dado grandes contributos na formação de um novo paradigma, nomeadamente no postulado da *teoria da complexidade*. Propõe, também, uma comunicação entre o *mythos* e o *logos*:

«Nós perdemos a capacidade de dialogar com os mitos, tal como Eliade bem o demonstrou. O problema não está em suprimir os mitos ou a religião, mas em dialogar com os mitos, possuir um novo tipo de religião que nos una uns aos outros, que possua uma dimensão mística e sagrada da existência, porque a nossa faceta não mística e não sagrada da existência deve dialogar, a nossa consciência e a nossa racionalidade devem dialogar com essa dimensão sagrada.»⁴⁰

A tradição portuguesa

«A Acção das sociedades secretas no lento desenvolvimento histórico não tem sido suficientemente balanceada pelos historiadores.»⁴¹

Sampaio Bruno

«E quanto mais buscamos as raízes do Português, tanto mais na essência do nacional descobrimos o universal.»

Jaime Cortesão⁴²

Depois do profundo corte ideológico⁴³ que se tornou definitivo com a política de D. João III, tinha chegado o momento de resgatar o aspecto profundo da tradição portuguesa, onde se encontram as tais três formas mítico-

⁴⁰ In *Mircea Eliade – O Reencontro com o Sagrado*, Edições Nova Acrópole, organização de Fernand Schwarz, Lisboa, 1993, pp. 80-81.

⁴¹ Sampaio Bruno, *O Encoberto*, Lello Editores, Porto, 1999, p. 223.

⁴² Jaime Cortesão, *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, 2.ª edição, Portugal, Lisboa, 1966, p. 8.

⁴³ Abordamos este tema importante da história de Portugal, normalmente escamoteado, no subcapítulo «O Declínio, o Corte e a Morte Ritual» da nossa obra *Dos Templários à Nova Demanda do Graal*, Ésquilo, Lisboa, 2003.

-espirituais que referimos de início. Essa demanda, com maior ou menor intensidade, encontramos na Geração de 70, na Renascença Portuguesa, nos inícios da Seara Nova, e até no Modernismo, nomeadamente em Almada Negreiros. Não esqueçamos obviamente o trabalho anterior de Alexandre Herculano e recordamos, entre outros, Teixeira de Pascoaes e a sua *Arte de Ser Português*, Fernando Pessoa e a sua *Mensagem*, e Jaime Cortesão com os seus geniais *Descobrimientos Portugueses*, onde demonstra a importância do Culto Português do Espírito Santo na mística das Descobertas e fenómeno do carácter laico da espiritualidade portuguesa. Estas três figuras contactaram com idiosincrasias profundas da cultura portuguesa que, no geral, não foram compreendidas por grande parte dos políticos republicanos, que tinham uma visão demasiado externa da realidade, nem tampouco compreendidas pelo Integralismo Lusitano ou pela ideologia do Estado Novo.

Sampaio Bruno, através da sua faceta oracular, capta a existência de uma tradição mítico-espiritual profunda na cultura portuguesa, expressa na sua obra póstuma *Os Cavaleiros do Amor ou a Religião da Razão*, e, no *Brasil Men- tal*, mostra apreço pelo trabalho metódico empreendido pelos portugueses na epopeia dos Descobrimientos, «a empresa, primacial e fundamental, da descoberta da rota marítima das Índias é obra e feitura longa, sistemática, comum, de gerações e castas que se vão sucedendo, alargando no tempo e no espaço. Não haverá mesmo, na história do pensamento humano, caso tão caracterizado – de especulação e obra colectiva – tão íntegro e perfeito como este».⁶⁴ Bruno, conseguindo trabalhar com os dois lados do cérebro, aprende vertentes do mito e razão da cultura portuguesa. Percebe a importância de D. Dinis na história de Portugal e na protecção dos Templários e cita Schlegel, autor do romantismo alemão:

«(...) pelo que concerne à origem ou à fonte donde essa influência esotérica se espalhou na Europa, qualquer que seja o motivo ou qualquer que seja o interesse que se tenha em o negar ou em o contestar, resulta proximamente com toda a evidência, tão-só pelo exame dos factos, que a Ordem dos Templários foi como que a ponte sobre a qual todo esse conjunto de mistérios passou para o Ocidente, pelo menos quanto à sua forma, que continua hoje a ser a mesma que então.»⁶⁵

Uma perspectiva desse conjunto de mistérios na cultura portuguesa é referida n'Os Cavaleiros do Amor. Para além de se referir aos enigmas históricos de

⁶⁴ *Op. cit.*, p. 75.

⁶⁵ *Apud* Sampaio Bruno, *op. cit.*, p. 222. Sublinhado nosso.

Isabel de Aragão e D. Dinis e ao mistério do Preste João, Bruno afirma que a literatura portuguesa foi muito influenciada pelo movimento dos *Fiéis do Amor*, influência essa que se manteve durante séculos e teve, como cultores, escritores e poetas: Luís de Camões, Fernão Álvares do Oriente, Francisco Rodrigues Lobo, entre muitos outros. Partindo desta tese, Bruno afirmou:

«A história crítica das literaturas modernas haveria de refazer-se desde os alicerces quase até ao topo do edifício. Estou firmemente convencido de que assim tem de acontecer e é como subsídio para quem ouse empreender tão descomunal tarefa que me decidi a elaborar estas considerações preliminares.»⁶⁶

Mais à frente assevera:

«De Cesar Cantu tomemos as palavras que em francês lhe põem na boca os seus tradutores franceses: 'Le mot *amore* (*amour*) est, dit-on, la *clef de tous ces mystères*'. A palavra *amore* (*amor*) é, dizem, a chave de todos esses mistérios. Com efeito. Ei-la, na verdade, a chave de todos esses mistérios. É, de verdade, essa palavra. Mas não, em italiano, *amore*. Da mesma maneira que em português e em espanhol, na língua latina: *amor*. Vocábulo que, em exacto e perfeito anagrama inverso, resulta Roma. De modo que os fiéis-do-Amor são os infiéis-de-Roma. Os que são pelo Amor são contra Roma. Como os fiéis-de-Roma são os infiéis do Amor, os contrários ao Amor, os inimigos do Amor. Exemplo formidável: a *besta-fera*, o monstro horrendo do Santo Ofício da Inquisição, essa 'esfinge humana' do pastor, fiel-do-amor, Fernão Álvares do Oriente. Em suma: Amor não é amor; Amor é Anti-Roma.»⁶⁷

Numa leitura histórica *amor* poderá ser perfeitamente anti-Roma, no sentido gibelino, porém, numa leitura filosófica, este amor tem uma profunda relação com a Vénus Urânia da concepção plotiniana e o amor iniciático das lojas mistéricas.

Segundo a tradição divulgada por Peyrat⁶⁸, as *leys d'amors* trovadorescas foram encontradas por um cavaleiro bretão num ramo de ouro de um carvalho, onde pousara o falcão do rei Artur. Naturalmente, trata-se duma lenda com claro significado tradicional que evoca uma raiz esotérica para o movi-

⁶⁶ Sampaio Bruno, *Os Cavaleiros do Amor*, Guimarães Editores, Lisboa, 1960, p. 56.

⁶⁷ *Ibidem*, pp. 142-143.

⁶⁸ Cf. N. Peyrat, *Histoire des Albigeois*, Paris, 1880-1882, vol. I, pp. 399-401. *Apud* Julius Evola, *O Mistério do Graal*, Vega, Lisboa, 1993, p. 201.

mento europeu dos *Fedeli d'Amore*. Vários Fiéis do Amor deixaram isso bem explícito nos seus textos. Francesco de Baberino escreveu: «Digo e declaro que todas as obras por mim feitas tratando de Amor entendendo-as num sentido espiritual, mas nem todas podem ser glosadas por todos.»⁶⁹ Os seus *Documenti d'Amore* têm como emblema a imagem de um guerreiro com a espada na mão e da sua boca sai a seguinte inscrição: «Eu sou o vigor e vejo se vem – alguém para este livro – e se não for aquele que foi dito – com esta espada lhe atrairá e sairá o peito.»⁷⁰ Um claro aviso ao profano, que ainda não está preparado para aceder à *Sabedoria do Amor* – que é símbolo da verdadeira sabedoria esotérica e gnóstica. Por outro lado, Baberino, assim como muitos outros seguidores desta corrente, como Dante, era também um homem político, participante fervoroso do gibelinismo. Por estas e outras razões, Evola afirma poder supor-se que os Fiéis do Amor, além de formarem uma cadeia iniciática, tinham uma organização própria que apoiava a causa do Império contra a Igreja. Eles eram não só os guardiões duma doutrina secreta, irreduzível ao ensinamento católico mais exterior, mas também elementos militantes em luta contra as pretensões hegemónicas da Cúria Romana.⁷¹

Nas tradições iniciáticas, como por exemplo a sufi islâmica, o Amor tem um papel fundamental na ascese, já que para chegar à sabedoria o discípulo necessita de amar (*filo-sophos*, o amante da *sophia*, a sabedoria). Esse Amor, simbolizado no antigo Egipto pelo laço de Ísis, permite ao filósofo entrar em contacto com a natureza interna do universo. É por isso que o coração é, muitas vezes, símbolo dos iniciados. Aparece representado, por exemplo, no interior da Sé de Lisboa associado, muito sintomaticamente, ao pentagrama. Numa sugestão de harmonia de opostos, Bruno associou o amor à razão, os Cavaleiros do Amor à Religião da Razão. A nosso ver, esta é a razão dos esotetistas, daqueles que procuram a ciência global. Pelo Amor, o homem aproxima-se no universo, pela razão, compreende-o. E a *graça* para Bruno pode ser o associante.

Fernando Pessoa segue a mesma linha de Sampaio Bruno na captação da realidade da tradição portuguesa:

«Que Portugal tome consciência de si mesmo. Que rejeite os elementos estranhos. Ponha de parte Roma e a sua religião. Entregue-se à sua própria alma. Nela encontrará a tradição dos romances de cavalaria, onde passa, próxima ou remota, a Tradição Secreta do Cristianismo, a Suces-

⁶⁹ Apud Julius Evola, *op. cit.*, p. 202.

⁷⁰ *Ibidem*.

⁷¹ *Ibidem*, p. 210.

são Super-Apostólica, a Demanda do Santo Graal. Todas essas coisas, necessariamente dadas em mistério, representam a verdade íntima da alma, a conversação com os símbolos (...).»⁷²

Para Sampaio Bruno, certos Homens da *elite do Amor* vão ao longo da história recebendo revelações do plano espiritual necessárias para a Humanidade evoluir no sentido da Homogeneidade Consciente, *telos* dos humanos. Esses génios recebem pela *graça* revelações que transmitem a um círculo de discípulos fundando confrarias secretas, dando um impulso à história, a fim de que a Humanidade possa seguir o seu *dharma*. É nesta evolução teleológica que se enquadram as suas pistas hermenéuticas do *Encoberto*. Depois de referir mitos semelhantes ao regresso de D. Sebastião, como o de Artur e o de Quetzalcoatl, entre outros, propõe a sua suprema interpretação: «Dissipe-se a nuvem que encobre o herói. O herói não é um príncipe predestinado. Não é mesmo um povo. É o Homem. (...) e o império não virá da conquista.»⁷³ Esse Homem com maiúscula (*sic*), é o ser humano que despertou para a finalidade espiritual, que perdeu os véus da matéria, *dissipe-se as nuvens*, e está perfeitamente consciente da sua função cósmica e da essência da sua alma, que é a mesma de toda a Humanidade. É esse mesmo o Homem de Jorge Luís Borges:

«Un solo hombre ha nacido, un solo hombre ha muerto en la tierra. (...) Ese hombre es Ulises, Abel, Caim, el primer hombre que ordenó las constelaciones (...)

Un solo hombre ha muerto en Ilión, en el Metauro, en Hastings, en Austerlitz, en Trafalgar, en Gettysburg. (...)

Un solo hombre ha mirado la vasta aurora. (...)

Hablo del único, del uno, del que siempre está solo.»⁷⁴

Esse é o Homem que permitirá a «integração progressiva das opiniões, das doutrinas, das reformas, das instituições, dos produtos humanos» com vista a um «final todo homogéneo, larga síntese conciliadora de variadíssimas antinomias, em que consciente e inconscientemente tudo o que foi trabalhado para tudo o que há-de ser»⁷⁵, a tal *homogeneidade consciente* ou *concordante*

⁷² Fernando Pessoa, Portugal, *Sebastianismo e Quinto Império*, Pub. Europa-América, Mem Martins, 1986, p. 110.

⁷³ *Encoberto*, *idem*, p. 249.

⁷⁴ Excerto do poema «Tú» de Jorge Luís Borges publicado em *El oro de los tigres*, 1972.

⁷⁵ Prefácio ao *Discurso pronunciado no comício antijesuítico por Alexandre Braga* (Porto, 1881). Apud Joaquim Domingues, *O Essencial sobre Sampaio (Bruno)*, INCM, Lisboa, 2002.

diversidade⁷⁶ em que a diferença se poderá integrar na unidade, poderemos relacionar com uma possível interpretação da ideia de Quinto Império⁷⁷. Jaime Cortesão não estaria muito longe destas asserções quando focou o *supremo escopo* de um vasto *processo espiritual* na história da humanidade, na qual *intervirá uma oculta consciência da espécie*:

«Convencemo-nos até de que na evolução histórica intervém uma oculta consciência da espécie. (...) E por via da regra os grandes homens são tanto mais representativos quanto melhor incarnam e orientam as necessidades e aspirações colectivas.»⁷⁸

«Os Descobrimentos geográficos e humanos – e frisamos humanos – dos portugueses pertencem a um vasto processo espiritual, um vasto processo espiritual, que visa, como supremo escopo, a libertação e a solidariedade das consciências. Na história tudo se passa, ao que pensamos, como se as necessidades económicas e o seu novo condicionamento espiritual caminhassem a par, e uma consciência da espécie encarnasse, de quando em vez, em certos indivíduos ou povos, a quem cabe a missão de transformar o espírito das épocas e criar as novas forças superadoras do passado.»⁷⁹

Fernando Pessoa retoma e aprofunda o tema do sebastianismo e do Quinto Império, propondo várias interpretações. Numa delas D. Sebastião é um símbolo do Portugal a renascer:

«No sentido simbólico D. Sebastião é Portugal: Portugal que perdeu a sua grandeza com D. Sebastião, e que só voltará a tê-la com o regresso dele, regresso simbólico – como, por um mistério espantoso e divino, a própria vida dele fora simbólica – mas em que não é absurdo confiar.»⁸⁰

Sobre o Quinto Império, António Quadros fez uma síntese clara da ideia pessoana: «(...) é certo que o Quinto Império, seguindo aqui Camões e Vieira, está também Portugal à cabeça. Mas o seu Quinto Império não é já de modo

⁷⁶ *Notas do Exílio*, *idem*, p. 108.

⁷⁷ Sampaio Bruno era avesso à ideia do Quinto Império, sobretudo na perspectiva do que chamava a ilusão dos Sebastianistas. Mais tarde, Fernando Pessoa faria uma interpretação mais ajustada do Quinto Império, que focamos de seguida.

⁷⁸ Jaime Cortesão, *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, 2.ª edição, Portugal, Lisboa, 1966, pp. 5 e 12.

⁷⁹ Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. I, INCM, Lisboa, 1990, p. 143.

⁸⁰ Fernando Pessoa, *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, Pub. Europa-América, Mem Martins, 1986, p. 126.

algum um Império terrestre cristão, é antes um Império Intelectual, um Império do Espírito, o dos dois lados da Sabedoria, o da reunião final da Ciência e da Mística, da Razão e da Intuição (...).⁸¹ Ou seja, a nosso ver, o regresso dos Mistérios à terra portuguesa para que a *árvore seca*⁸² do Ocidente voltasse a florir e espalhasse pelo mundo o mesmo Ideal de fraternidade que terá inspirado o círculo interno dos Templários. Seria essa nova Camelot, a República Ideal que demandava Sampaio Bruno?

A Educação e a República Ideal

«Bruno é o homem em que o profundo ser interroga, uma vez posto perante o enigma essencial, não o abandona nunca mais.»⁸³

José Marinho

Com o final da Idade Média e no âmbito da atmosfera espiritual e emergências do Renascimento, começam a surgir propostas políticas para a formação na Terra de uma cidade ideal, sempre numa perspectiva místico-filosófica. Assim, em 1516, é publicada *A Utopia* de Thomas More que, inspirado na *República* platónica, expõe as suas ideias através de um diálogo com o navegador português, que baptiza de Rafael Hitlodeu. More dá destaque ao papel da educação que deveria ser gratuita e universal. Na mesma linha, Tommaso Campanella escreve a *Cidade do Sol* no início do século XVII, defendendo que a política deveria facilitar o acesso à sabedoria, sendo o mais sábio designado como pontífice máximo da sociedade. Ao invés, a realidade torna-se cada vez mais dramática com as monarquias absolutistas já distantes do vigor das monarquias guerreiras da Idade Média. O fosso entre as classes privilegiadas e o povo, a injustiça social, é cada vez maior em regimes esgotados de visão prospectiva. Nesse contexto é visível no século XVII um processo de transformação da maçonaria operativa, com origem nos míticos arquitectos-consutores medievais, na maçonaria especulativa de claro escopo político, ou seja, de formação de líderes apoiados numa ética espiritual: construir o tem-

⁸¹ António Quadros, *Memória das Origens, Saudades do Futuro*, Pub. Europa-América, Mem Martins, 1992, p. 126.

⁸² Desenvolvemos o tema do mito da *árvore seca* na nossa obra *Dos Templários à Nova Demanda do Graal*, Ésquilo, Lisboa, 2003, pp. 420-422.

⁸³ José Marinho, *Nova Interpretação do Sebastianismo e outros textos*, INCM, Lisboa, 2003, p. 533.

plô interior na alma e projectar esse templo na *pólis*, ou *res publica*. O hermético e rosa-cruciano Elias Ashmole teve um papel fundamental nessa trans-formação. Mais tarde, em 1717, oficializa-se a criação da maçonaria moderna através do nascimento da Grande Loja de Londres. A partir dessa época, a maçonaria, assente em tradições esotéricas, terá um papel fundamental no desmoronar do absolutismo e na formação das novas instituições. Quer dizer, esta corrente filosófico-espiritual está latente no processo da Revolução Francesa, não obstante todos os excessos e deficiências na materialização da República Francesa, à semelhança do que aconteceria em Portugal, e de que Sampaio Bruno foi uma vítima paradigmática.

Na emergência dos regimes pós-absolutistas europeus, esteve como fonte ideológica uma seiva esotérico-espiritual que, depois, seria rejeitada por muitos dos seus filhos devido, por um lado, às influências dogmáticas de índole jesuítica⁸⁶, e por outro, ao positivismo. A cisão maçónica de 1877 representa a polarização com base nestas duas influências; a irregular, *francesa*, de carácter mais atesta e racionalista, e a regular, de cariz mais teísta, a *inglesa*. A nosso ver, esta polarização representou um forte golpe no espírito iniciático e esotérico dos primeiros tempos da maçonaria moderna.

Rui Ramos partilha uma interessante reflexão, não isenta de reparo, sobre a influência da maçonaria no movimento republicano português, responsável pela implantação da 1ª República:

«Os republicanos não eram maçons por uma questão de organização. O republicanismo era intrinsecamente maçónico. O esoterismo maçónico dava-lhe uma certeza escatológica na sua própria verdade e sucesso. Para Sampaio Bruno, as sociedades secretas conservavam os "mistérios", os ritos e conhecimentos através dos quais os homens se emancipavam da escravatura da ignorância e se aproximavam de Deus, através da apropriação de todas as qualidades divinas. A República significava a iniciação em massa de toda a sociedade. «Liberdade, Igualdade, Fraternidade»,

Sobemos que esta matéria, ainda hoje, está envolta em polémica. É evidente que a Companhia de Jesus deu origem a grandes figuras do pensamento como o Padre António Vieira e Baltasar Gracián, autor do *El Criticón*, que influenciou filósofos como Schopenhauer. Mas também, apesar do que alguns chamam o *mito jesuíta*, não se pode escamotear o lado obscuro, manipulador e dogmático da Companhia de Jesus. Recordemos, por exemplo, as vergonhosas denúncias do jesuíta Simão Rodrigues a Damião de Góis. Esta visão exclusivista está em total confronto com os ideais maçónicos de carácter universalista. Todavia, hoje em dia, os Jesuítas são dos sectores mais abertos e tolerantes da Igreja Católica. Sobre a influência do jesuitismo na maçonaria veja-se a obra de Christian Jacq, ele próprio maçom, nomeadamente o seu romance biográfico de Mozart.

segundo Sampaio Bruno, mais do que conceitos singelamente políticos, constituíam um "ternário sagrado", inventado pelo "iluminado" Saint-Martin, que Bruno diz ter sido ensinado por um judeu português⁸⁵ (O *encoberto*, p. 292).^{86, 87}

Mas, reiteramos, a maçonaria já estava muito descaracterizada nos seus ideais fundadores, devido à influência das correntes de tipo materialista e positivista⁸⁸. Perdeu-se a noção do saber gnóstico-simbólico e endeuçou-se a razão, que aliás tinha lugar nos templos maçónicos através da imagem de Minerva – em França, inclusive, adoraram-se estátuas de Minerva nas igrejas. A razão foi-se sobrepondo à sabedoria iniciática, o que foi fatal. A nosso ver, Rui Ramos torna-se parcial ao não distinguir os ideais de verdadeira origem esotérica das suas sombras materializadas.

Não deixa de ser interessante verificar que a filosofia da história de Comte, com a sucessão dos três estados, teológico, metafísico e científico – o definitivo –, quer dizer, uma evolução linear do teológico ao científico, pode ser vista como uma sombra materializada da teoria das três eras de Joaquim de Fiore, que postulou a sucessão das eras do Pai, do Filho e, a última e conclusiva, a do Espírito Santo⁸⁹. E o marxismo, com o seu messianismo escatológico da ditadura do proletariado, é visto por muitos como uma heresia do judaísmo⁹⁰.

Mas o que é certo é que Sampaio Bruno não quis aderir à maçonaria⁹¹, apesar de o seu pai ter sido um maçom importante e de se sentir um seguidor

⁸⁵ Rui Ramos refere-se aqui a Martinez de Pascualis, referido *supra*.

⁸⁶ Rui Ramos cita a edição da Lello Editores, Porto, 1983.

⁸⁷ Rui Ramos, «Maçonaria e o sentido gnóstico da obra republicana», in *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, pp. 359-360.

⁸⁸ Refira-se que, por exemplo, D. Fernando II, grande amante da tradição mítica portuguesa, foi completamente rejeitado nas eleições para Grão-Mestre do Grando Oriente Lusitano Unido, só recebendo dois votos.

⁸⁹ Esta influência da teoria joaquimita no positivismo e marxismo já foi analisada por autores como Henri de Lubac, Eric Voegelin, Ernst Bloch e John Passmore.

⁹⁰ Por exemplo, Lynn White, no histórico artigo «The Historical Roots of Our Ecological Crisis», publicado no n.º 155 da revista *Science*. Pode ser encontrado na seguinte página web, <http://www.earthtalktoday.tv/earthtalk-voices/historical-roots-ecological-crisis.html>.

⁹¹ Escreveria, no artigo «Aos amigos conhecidos e desconhecidos. Aos inimigos desconhecidos», in *A Voz Pública de 26 de Janeiro de 1902*, apud Sara Marques Pereira, *O Pensamento Pedagógico de Sampaio Bruno – A Ideia de Educação para a República*, INCM, Lisboa, 2007, p. 232: «Filho de Maçom com altos cargos na Ordem, eu nunca pertenci à Maçonaria. Respeito a sua tradição histórica; e sei que os serviços que prestou à causa da liberdade na Europa e na América a tornam digna de veneração a todos

Rogo-lhes o obséquio de darem publicidade no seu jornal a esta declaração que entendo dever fazer, e é de que, desta data em diante, me retiro, completa e absolutamente enojado, da vida política portuguesa.⁹⁵

Porém, continua a sua acção cultural e filosófica como director da Biblioteca Municipal do Porto, publicando textos clássicos e escrevendo os artigos para *Os Cavaleiros do Amor*.

Importa reiterar que, conceptualmente, a República de 1910 não é a República que Sampaio Bruno postulava.

«Com efeito, para além da coerência ético-política de Bruno, o que verdadeiramente deverá ser relevado nas suas atitudes é o facto de ele lutar por uma "República" de perfil completamente diverso do da "República" de 1910. Pois enquanto os homens da "República" de 1910 concebem a "República" segundo pressupostos marcadamente positivistas e/ou racionalistas (...). (...) Bruno concebeu a "República" como a forma de organização e de governo por excelência adaptada à "sociabilidade moderna", que a "democracia" "republicana" a "fundar" em Portugal, em substituição da monarquia, deveria corresponder a uma "República" de pressuposto "patriótico" e místico-religioso (...) a concepção "patrótica" e "místico-religiosa" de Bruno acerca da "República" e/ou da "democracia" "republicana" remete para a matricialidade místico-esotérica do "ternário sagrado" de Saint-Martin, para quem a República consubstanciava uma "teocracia divina, natural e espiritual".⁹⁶

É claro que para Bruno, no quadro da sua concepção teleológica e adjacente teoria do progresso, a República seria o meio adequado no espaço-tempo que vivia para se acelerar o caminho da Humanidade à Unidade, o regresso à *Homogeneidade*.

Naturalmente, o processo de manifestação na Terra dos ideais-arquetípicos, como o processo de materialização do espírito da alquimia, exige a liderança de Homens de excepção, capazes de monitorizar a concretização autêntica das ideias. Quando não existe essa liderança há uma tendência à polarização do *homo intellectualis* e do *homo saber*. É nesse âmbito que surge a crítica de Teófilo de Braga a Antero de Quental, «A metafísica quando elabora entidades mentais, como Justiça, Consciência, Revolução, separadas de todas as noções concretas, transforma-se insensivelmente em misticismo, e o misticismo leva o iluminado à

⁹⁵ *Ibidem*, p. 264.

⁹⁶ Alfonso Costa, *Natureza, Razão e Mistério – Para uma leitura comparada de Sampaio (Bruno)*, INCM, Lisboa, 2009, pp. 347 e 392.

de Saint-Martin. E reparamos que Jaime Cortesão, na histórica carta⁹² a Raul Proença, que levará à criação do movimento da Renascença, afirma que a Associação a criar deveria ter «orientação idealista», «um largo espírito de tolerância» e ser «uma espécie de Maçonaria de Artistas e Intelectuais, sem o carácter ridículo da outra».

É difícil fugir às contradições entre os ideais fraternais prístinos da República e a sua concretização.

Depois de Sampaio Bruno ter sido um dos instigadores da Revolta do 31 de Janeiro de 1891, verificamos que o movimento republicano nunca aceitou a sua liberdade de pensamento e livre expressão.

Em 1902, Bruno mostra a sua clara discordância face à orientação do Partido Republicano, e envia uma declaração para a *Voz Pública* e a *Vanguarda*: «Considero a nova organização do Partido Republicano, aprovada no Congresso de Coimbra, como inteiramente anti-republicana. (...) Considero-a como facciosa e absolutista.»⁹³ Dias depois, é agredido, na Sá da Bandeira, no Porto, por Afonso Costa, futuro maçom⁹⁴. Bruno torna-se um exilado no seu próprio país. A partir de 1909, volta a intervir com os seus escritos na *Parra* e no *Diário da Tarde*, que fundou e dirigia, já em 1911. É neste que marca as prepotências do Governo Provisório da novel República assim como o faciosismo e desmandos da turba popular. Começa a sofrer ameaças que o obrigaram a fechar o seu jornal, chega a ser conduzido ao Governo Civil onde sofre um humilhante interrogatório. Logo a seguir, este pioneiro da República faz a declaração de exílio definitivo da intervenção política, pedindo aos jornais para a publicarem:

«Espíritos progressivos. (...) Todavia – quero ter a coragem de dizê-lo, consoante me atrevi a dizê-lo a meu próprio pai – em regra, e como princípio geral superior – não simpatizo com associações secretas, e não simpatizo com associações secretas porque é força da sua essência que elas façam prevalecer sobre a ideia de justiça para todos a ideia de justiça para alguns, e, assim, sacrifiquem o direito do profano à iniquidade do iniciado, com cuja causa o laço da misteriosa solidariedade se aperta.» Para nós, é evidente que Sampaio Bruno não considerava, na época, que a Maçonaria fosse uma autêntica confraria secreta criada por um receptor da *gracia*, como terá sido Martinez de Pasqually.

⁹² Publicada em Jaime Cortesão, *Raul Proença – Catálogo da Exposição Comemorativa do Centenário Centenário (1884-1984)*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1985, p. 278.

⁹³ Apud Sara Marques Pereira, *O Pensamento Pedagógico de Sampaio Bruno – A Ideia de Educação para a República*, INCM, Lisboa, 2007, p. 230.

⁹⁴ Seria iniciado na Maçonaria, Loja do Futuro, em 1905.

unidade da acção; foi o que aconteceu a Antero de Quental.⁹⁷ À maneira de Platão, a contemplação dessas *entidades mentais* é fulcral para a alma reencontrar a sua verdadeira natureza, mas depois, projectando a mente para a Terra (mundo das concretizações) é necessário que essa luz se manifeste de algum modo, depois de "sonhar" é preciso fazer "nascer a obra". Sampaio Bruno, após a experiência da Revolução falhada do 31 de Janeiro, percebeu que República sem um projecto educativo e de formação de cidadãos não tem sentido. A educação era, a seu ver, o ponto-chave para que a concretização da sua República fosse plausível, incluindo a educação das mulheres.

«A ideia de educação é transversal a todo o pensamento brunino»⁹⁸ que «subordina a política e a cultura à educação»⁹⁹. Todo aquele que recebe *quantums* de revelação deverá transmitir os seus conhecimentos no âmbito de uma *pedagogia colectiva*, a *demopédia*, factor indispensável ao progresso humano.

Para além de atribuir filosoficamente à educação um papel essencial no caminho da Humanidade na sua reintegração na Unidade, Sampaio Bruno fazia propostas muito específicas e detalhadas nesta área. No seu artigo «Instituição Democrática», publicado em duas partes na *Voz Pública* em 20 e 21 de Abril de 1990, expõe todo um projecto de curso dos liceus com horários, vertentes do ensino e metodologias de trabalho. A formação incluiria disciplinas intelectuais, artísticas e de educação física e as penas corporais seriam absolutamente proibidas. Complementou este artigo um outro sobre «Educação Moral», publicado no mesmo periódico a 28 de Abril.

A educação foi um tema importante para muitos pensadores da época, nomeadamente da Renascença, movimento que influenciou a criação da Faculdade de Letras do Porto. Havia a ideia da necessidade de se criar um *escol* que ajudasse a elevar cultural e espiritualmente o povo. Raul Proença, fundador da Renascença¹⁰⁰, insistia na necessária criação dessa elite renovada que não fosse um «falso escol» de cérebros inúteis mas que tivesse a capacidade de educar nos princípios do Bem para além da instrução prática, propondo uma «melhoria na qualidade do homem»¹⁰¹. Proença revolta-se com a «incrível chateza das ideias» daqueles que «escondem a sua incapacidade

⁹⁷ Afélio Braga, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Vega, Lisboa, 1983, p. 95.

⁹⁸ Sara Marques Pereira, *O Pensamento Pedagógico de Sampaio Bruno – A Ideia de Educação para a República*, INCM, Lisboa, 2007, p. 274.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 273.

¹⁰⁰ Mais tarde, em 1921, seria também fundador da *Seara Nova*, depois da Renascença se polarizar.

¹⁰¹ Cf. Celeste Natário, *O Pensamento Filosófico de Raul Proença*, INCM, Lisboa, 2005, pp. 147-153.

com símbolos de condecorações»¹⁰². Muito deste idealismo ficou por concretizar e, hoje, no início do século XXI, estas questões mantêm uma actualidade vibrante.

Conclusão – Depois da República, o Império?

«Bruno admite a revelação como fonte de ciência. A razão não é, por natureza, inventiva, mas judicativa, relaciosa, pelo que lhe cabe dar forma sistemática, demonstrativa e necessária ao que a inteligência penetra.»¹⁰³

Joaquim Domingues

«Na viagem onto-teológica de Bruno desvanecer-se-ão sem cessar as fronteiras entre a razão positiva e a revelação mística, numa gnosiologia superior, numa Filosofia religiosa, sem ser ortodoxa ou confessional. Sem ignorar os alicerces da positividade necessária, mas não suficiente, a sua gnosiologia ultrapassa-se numa quase iniciação teúrgica, ou acese teosófica, em que a distância entre apreender e compreender, paradoxalmente se desvanece, sem dispensar os horizontes racionais de uma unidade meta-racional.»¹⁰⁴

Maria Helena Varela

Num momento em que o positivismo está no auge e a ciência escreva da visão materialista e redutora do cosmos, Sampaio Bruno concilia o livre pensamento científico com a profunda metafísica espiritual, vislumbra uma porta de comunicação entre a ciência e a graça, *quantum* da revelação. A nosso ver, através da sua revelação racionante e da sua filosofia integradora, faz uma ligação entre a Magna Ciência dos neoplatónicos renascentistas e o novo paradigma científico-espiritual que começou a tomar corpo no século XX e, parece-nos evidente, será uma realidade cada vez mais sólida no século XXI. Einstein falava da religiosidade cósmica¹⁰⁵ não professada por alguma igreja e

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ Joaquim Domingues, «Prefácio» da edição d'O Encoberto, Lello Editores, Porto, 1999, p. IX.

¹⁰⁴ Maria Helena Varela, «Sofia» e «Profecia» na filosofia da história de Sampaio Bruno, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1990, pp. 132-133.

¹⁰⁵ Cf. Albert Einstein, *Como vejo o mundo*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, pp. 20-21.

chiza acreditar num Deus que «se revela por si mesmo na harmonia de tudo o que existe»¹⁰⁶. Mais tarde físicos-filósofos como Fritoj Capra, Rupert Sheldrake, Ervin Laszlo, Lothar Schäfer, e outros, constatarem a existência de uma realidade invisível que está na base do mundo físico, essa realidade tem propriedades mentais, como se fosse uma mente global, o que recorda a tradição hermética, *tudo é mental*, afirma Hermes Trismegisto no *Kybalion*. Em concordância, os participantes dos Encontros Eranos como Carl Gustav Jung, Mircea Eliade, Gilbert Durand e Henry Corbin propõem novos fundamentos para as ciências humanas. Mircea Eliade insiste que «o sagrado não é um estádio na história da consciência, é um elemento na estrutura dessa mesma consciência»¹⁰⁷, uma vivência «interior», o *homo sapiens* é caracteristicamente *homo religiosus*. Corbin postula a existência do *mundus imaginalis* e revaloriza a *imaginatio vera* de Paracelso, o pensamento simbólico ganha fundamento científico. Como asseverou Fernando Pessoa, a via racional e a via simbólica aproximaram-se, estabeleceram-se pontos de comunicação entre o *mito* e o *logos*. Pessoa que chegou a corresponder-se com Sampaio Bruno viria a abrir novas perspectivas às especulações do filósofo português. Almada Negreiros também dá contributos a esta via científico-espiritual através do seu neopitagorismo, mas é, Lima de Freitas, quanto a nós, quem protagoniza a ligação mais apurada entre a tradição portuguesa e o novo paradigma científico-espiritual, trabalhando directamente com Gilbert Durand, Basarab Nicolescu, Antoine Faivre, e muitos outros nomes de vanguarda, nesta perspectiva.

Sampaio Bruno conseguiu encontrar *links*, pontos de encontro, entre a tradição portuguesa e a Europa, perscrutando a tal Europa telúrico-espiritual. Agora que o pensamento simbólico foi reabilitado, temos melhores meios para indagar a tradição portuguesa, encontrar o seu fio de Ariadne e continuar o caminho dos filósofos, escritores e poetas republicanos que abriram portas a novos mundos sem esquecer a seiva atávica da misteriosa tradição heterodoxa portuguesa.

Sampaio Bruno deixou-nos o seu bazar de ideias¹⁰⁸, Fernando Pessoa a sua arca, cabe aos portugueses do século XXI aceitar o desafio pessoano, par-

¹⁰⁶ Apud I. Golgher, *O universo físico e humano de Albert Einstein*, Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1991, p. 304.

¹⁰⁷ Mircea Eliade, *A Prova do Labirinto*, Dom Quixote, Lisboa. Apud Mircea Eliade – *O Encontro com o Sagrado*, Organização de Fernand Schwarz, Edições Nova Acrópole, Lisboa, 1993, p. 135.

¹⁰⁸ Dentro das muitas questões suscitadas pela filosofia de Sampaio Bruno que valem a pena ser aprofundadas uma é, sem dúvida, a sua *ideia do mal*, que foi tema do doutoramento de Afonso Rocha. Oportunamente, abordaremos essa questão em diálogo com a percepção do mal na religiosidade popular portuguesa. Outro dos seus temas,

tirem «em busca de uma Índia nova, que não existe no espaço, em naus que são construídas daquilo que os sonhos são feitos. E o seu verdadeiro e supremo destino, de que a obra dos navegadores foi o obscuro e carnal antemedo, realizar-se-á divinamente». Mas para cumprir esse arquétipo histórico será necessário uma nova ciência integradora que Sampaio Bruno sondou no seu dom prospectivo. O desafio é descobrirmos, com novos astrolábios, Índias espirituais, mundos invisíveis.

Tal como aconteceu com a civilização romana, depois da monarquia, veio a república. Seguir-se-á o império? Quem sabe? Para Fernando Pessoa, mas um império cultural e espiritual. E, parafraseando o final d'O *Encoberito*, «em todo o mundo, a Paz será».

É neste contexto que tem sentido a reflexão que Gilbert Durand nos transmitiu em 2002: «Portugal possui em abundância todos os mitos da Europa (...). O continente europeu está doente! Os acontecimentos graves que estão para vir talvez permitam à Europa adquirir consciência do seu destino europeu... A Europa vai inelutavelmente e de um modo brutal, tomar consciência dos seus mitos como de um "continente de salvação"». ¹⁰⁹ Reiteramos, a cultura heterodoxa portuguesa só adquire inteligibilidade se não demos a sua ligação profunda à Europa telúrico-espiritual.

que tem sido esquecido, é a tese da origem civilizacional a ocidente (*Teoria Nova da Antiguidade*) com menção à Atlântida. Muitas das suas teses neste livro são cientificamente inaceitáveis, mas a ideia da existência da influência de uma civilização perdidada a ocidente na Europa poderá ser prospectiva.

¹⁰⁹ In Paulo Alexandre Loução, *A Alma Secreta de Portugal*, Ésquilo, Lisboa, 2002, p. 14. Entrevista realizada por nós a Gilbert Durand em 16/10/2002.

O Sentimento dum Ocidental a contracorrente da utopia cultural nas comemorações do Tricentenário da morte de Camões

Rosa Maria Sequeira
Universidade Aberta

Na fase que antecedeu a República, os valores fundamentais que enforçavam as visões sociais e políticas são de caráter geral e passam pela retórica de palavras como progresso, moral e pátria. Depois do Ultimatum de 1890, adquire importância a fórmula relativa ao fim de pátria, na qual nem sempre se descortina uma fronteira nítida entre a crítica e a utopia, entre a censura a um estado de coisas e o desejo da sua superação pelo advento de um tempo novo ideal. Na poesia, a Escola Nova¹, dita de reação anti-romântica, ainda que com boa dose de equívoco, como reconhece Seabra Pereira (1992: 265), tinha o desígnio de intervir no mundo através da arte pela denúncia ético-social politicamente motivada e permeável ao ideário republicano. A “poesia nova” era assim um instrumento de reforma política e moral, pelo qual o papel do poeta na sociedade foi redefinido, instituindo uma rutura entre os autores românticos e realistas, tal como mais tarde ela voltaria a ocorrer entre estes últimos e os simbolistas. Os princípios do programa realista da Escola proporcionavam uma visão centralizadora crítica que tinha o intuito de melhorar a sociedade. Este intuito moralista, que por vezes se confunde com uma vontade deliberada de ensinar, transparece em “Pátria” em que Guerra Junqueiro caricatura D. Carlos a propósito do tratado histórico de 20 de Agosto de 1890 entre a Inglaterra e Portugal. Nesta sátira, a imagem mais marcante é a da “nau gigante”, “soturna”, que leva no porão “uma pátria assassinada”. Sendo esta vertente talvez mais notória em Junqueiro e Guilherme de Azevedo, ainda assim toda a Escola Nova procura assumir uma arte moral e transformar os leitores em bons cidadãos até chegar a resvalar para uma poesia panfletária,

¹ Esta expressão foi proposta por Oliveira Martins em artigo na *Revista Ocidental* (1875) e pretendia designar as novas ideias na poesia portuguesa, sendo que as obras que melhor representavam estas novas ideias seriam as *Odes Modernas* (1865) de Antero de Quental, a *Alma Nova* (1874) de Guilherme de Azevedo e *Morte de D. João de Guerra Junqueiro* (1873).

como a vemos em muitos poemas de Gomes Leal e Junqueiro. É por isso que Fernando Guimarães, quando caracteriza a poesia da época, prefere acentuar a procura de uma compreensão ou verdade de natureza moral (1992: 306), o que justifica que tenha sido Antero de Quental (1842-1891), com as suas preocupações de natureza social e metafísica, o modelo moral na sua geração.

Para os poetas da Escola, a ideia da República foi uma fonte primordial de imagens e ideias. Numa época em que a interdependência do domínio político e do espaço cultural era algo complexa, a poesia propõe uma reflexão sobre a política da sociedade industrial e burguesa do século XIX. As atitudes estéticas são assim definidas num quadro de cultura política fortemente impregnada de um discurso cultural, englobando a ideia de república e de identidade nacional, perspectivadas a partir de uma utopia cultural. Por outras palavras, a cultura é elevada ao nível de uma utopia de contornos políticos no âmbito de um conceito liberal e advém uma componente da ideia nacional que preconiza não só uma nova ordem política, mas uma nova sociedade cultural solidária e justa que se realizará com a República contra a Monarquia. Melhor ainda: a República seria ela própria uma cultura. Ora a poesia participa da cultura enquanto força de representação e comunicação e enquanto lugar de energia transformadora.

Neste contexto surge a obra de Cesário Verde. No entanto, ela representa um testemunho mais sincero do mal estar da época e bem mais significativo artisticamente do que o tratamento do tema da injustiça social em oposições simplistas (ricos e pobres, explorados e exploradores, por exemplo) e abstrações apresentadas normalmente com maiúscula como "Vida", "Ação", "Ideal" (por exemplo, em *Claridades do Sul* de Gomes Leal) que acompanhavam a retórica moralista e o exagero do bem e do mal que eram típicos dos restantes poetas da Escola. Estas representações algo ingénuas eram, no entanto, mais facilmente aceites como progressistas.

Em contrapartida, as ideias de Cesário acerca do conturbado período que antecedeu o *Ultimatum* revelam um pensamento insubmisso e não compreendido nem com os grupos literários nem com os da política nacional e antes mostra um modo de consciência que não deixa de se afirmar contra um estado de coisas e um mundo moderno que se anunciava quando tiveram início as comemorações do terceiro centenário da morte de Camões em 1880.

O poeta mostra pouco interesse nos temas empolados e chavões de escalar preferindo confiar na experiência individual, embora fragmentária, e escrever de modo reflexivo e pessoal sobre momentos isolados da existência, sentimentos, impressões ou captações da realidade circundante, inaugurando um lirismo que só a poética posterior haveria de reconhecer e adotar². Por isso

² Para a projeção de Cesário Verde na poesia moderna ver Sequeira (1990).

Eduardo Lourenço chama a Cesário o "grau zero da nossa modernidade" (Lourenço, 1993: 119).

A divulgação de Cesário ocorre apenas depois de 1911, o que o situa já na poesia moderna, e a sua energia ativa, aliada a um modo poético profundamente original, projeta-se em poetas do Modernismo como Fernando Pessoa e Sá Carneiro até à atualidade.

O poema *O Sentimento dum Ocidental* é considerado a sua obra prima e foi publicado no dia 10 de Junho de 1880, apenas dois dias depois de oficialmente terem início as comemorações do Tricentenário da morte de Camões. O primeiro dia das comemorações, 8 de Junho de 1880, coincidiu com o surgimento do jornal *O Século* que se empenhou no projeto republicano, elegendo a aliança luso-britânica como um dos pólos da campanha para a subversão do regime monárquico. O republicanismo ficou assim ligado às próprias comemorações que se enquadravam no quadro ideológico da época que era o das conceções positivistas, pelas quais Portugal era perspetivado como o "enfermo do Ocidente".

O poema que Cesário publica apenas com vinte e cinco anos de idade no *Jornal de Viagens* no Porto numa edição extraordinária, *Portugal a Camões*, não escolhe explicitamente o tema da injustiça social (ao contrário do poema "Desastre" que, ao que tudo indica, terá sido uma experiência estética rejeitada que se assemelha mais aos versos sociais de Junqueiro, Gomes Leal e Guilherme de Azevedo³), não mostra a intenção deliberada de defender uma causa, nem sequer contém os habituais juízos morais e abstrações que pontuavam as poesias dos restantes poetas da escola. N' *O Sentimento dum Ocidental* não há a convicção num ideal futuro que a República haveria de cumprir e que anima os versos dos poetas seus contemporâneos nem o poema assimila a filosofia positivista tão em voga nessa altura. Diz John Laidlar, autor de um trabalho detalhado sobre Cesário Verde no contexto da Escola Nova⁴, que Cesário não incorporou nem os preceitos de escola nem o quadro ideológico da época:

Cesário rejeitou as ilusões da poesia romântica e da chamada "poesia reacionista" contemporânea, — a "poesia do futuro" da "Escola Nova". Também

³ "O enfermo do Ocidente" é o título de um dos capítulos da História de Portugal de Oliveira Martins e, como já mostrou Helder Macedo (1975), o determinismo organicista e o conceito naturalista de raça que o autor assumia eram as explicações para o momento crítico que Portugal então atravessava e pelo qual o país contrastava com as nações industriais superiores do Norte. Para este assunto, ver op. cit., pp. 29 a 41.

⁴ Para a análise de "Desastre" e da excecionalidade desta poesia no conjunto das poesias de Cesário, ver John Laidlar (1986).

⁵ Para este assunto, ver Laidlar (1983).

ao fundo / levando à via férrea os que se vão. Felizes!), depois pelo desejo de “transmigrar” por entre “as notas pastoris de uma longínqua flauta” e, finalmente, de “explorar todos os continentes / e pelas vastidões aquáticas seguir”. Mas, num rigoroso sistema melódico de acentuação tónica que dá o ritmo ondulante do poema, os amplos horizontes são os da “Dor humana”, poderosa e avassaladora como um mar.

O vigor popular dos mestres carpinteiros a “saltar de viga em viga”, das varinas em “cardume negro, hercúleas, galhofeiras/ correndo com firmeza”, dos “calafates, aos magotes, / enfarruscados, secos” e do forjador a manejar um malho “rubramente” são postos em contraste com outras figuras mais burguesas da Lisboa de então, mas não anulam o tom pessimista que se vai acentuando.

Camões é invocado num tempo presente num final de tarde que incómoda perante a presença de um couraçado inglês, sem contudo haver menção à humilhação nacional que essa situação significava. O que há é uma adjetivação depreciativa que reduz Camões a uma estátua colocada num vulgar largo lisboeta que em tudo se opõe às vastidões aquáticas que pretende evocar. A seguinte quadra que se lhe refere surge depois da menção ao confinamento sentido em face das construções “crescidas” e antes da que exprime o receio da febre e cólera de uma Lisboa povoada de “corpos enfezados”:

Mas, num recinto público e vulgar,
Com bancos de namoro e exíguas pimenteiras,
Brânzeo, monumental, de proporções guerreiras,
Um épico doutro ascende num pilar!

Esta é a perspetiva do tempo vivido onde não se vislumbra qualquer coisa que possa constituir uma vanguarda no mundo como acontecera na época dos Descobrimentos. A exceção do passado é vulgarizada pelo tempo presente e não pode renascer. Contrariamente ao que as gazetilhas nos jornais afirmavam dele, Cesário não via “tudo cor de rosa / nos horizontes futuros”⁶.

Não admira que esta celebração da efeméride fosse considerada incorreta. Disso se queixa o próprio Cesário em carta a Macedo Papança:

Uma poesia minha, recente, publicada numa folha bem impressa, limpa, comemorativa de Camões, não obteve um olhar, um sorriso, um desdém,

⁶ O republicanismo de Cesário era censurado por uma facção conservadora como mostra Pedro da Silveira (1966) que reproduz os versos que foram publicados no *Diário Ilustrado* em que Cesário era acusado de usar “barrete encarnado” e ver “tudo cor-de-rosa / nos horizontes futuros, / e que os frutos da república / ontem inda esverdeados / estão já hoje maduros” (op. cit.).

Cesário não incorporou as teorias filosóficas e sociais que prometiam um futuro Ideal e que condenavam certos elementos da sociedade (nomeadamente os políticos e os reis), por causarem a injustiça antes de examinar a relação entre o poeta ele mesmo e a miséria que observava no dia a dia. (Laidlar, 1993: 100)

Compreende-se assim que o ideal republicano e socialista não seja explicado, a não ser que se faça uma leitura no sentido da identificação da monarquia com o catolicismo. O que ressalta no poema é antes o sentimento anti-burguês e anti-religioso (ou, pelo menos, anti-clerical ou anti-católico), mas sem a proletarianização de Deus como a vemos em Guerra Junqueiro: as profissões do comércio causam enfado (“às portas em cabelo enfadados” “os querubins do lar igéres comuns da cultura burguesa são ridicularizados (“os querubins do lar vivem nas varandas”), ironia que distancia o autor das qualidades exigidas a uma mulher naquela época; o peso da igreja é sentido como uma opressão que se repete em várias notações ao longo de todo o texto (“duas igrejas [...] lançam a nódoa negra e fúnebre do clero”; “afrontam-me, no resto, as íngremes pedras, / e os sinos dum tanger monástico e devoto”; “as burguesinhas do catolicismo / resvalam pelo chão”, lembrando “as freiras que os jejuns matam de histerismo”).

A vista da velha Sé tem o mesmo efeito no poeta do que a vista das prisões que pertencem, de resto, à mesma sequência semântica:

E eu desconfio, até, de um aneurisma
Tão mórbido me sinto, ao acender das luzes;
À vista das prisões, da velha Sé, das Cruzes,
Chora-me o coração que se enche e se abisma.

Quer a sátira de forças sociais do passado quer as notações de uma memória grandiosa feita de crónicas navais não obscurecem a imagem do presente no qual o poeta se foca. E o presente devolve-nos uma imagem de uma cidade monástica e devota, ela própria transformada numa “catedral de um comprimento imenso”, que é, sobretudo, uma cidade em luto, mortuária.

Todo o poema evolui de uma modulação crepuscular, que dá o tom na Parte I, até uma noite simbólica que tudo vai abranger. A reforçar este simbolismo, a imagem dos enclausurados na Parte II (“Toca-se às grades, nas cadeias. Som / que mortifica e deixa umas loucuras mansas!”) alarga-se a todos: “mas se vivemos, os emparedados, / Sem árvores, no vale escuro das muralhas!...”

A escuridão progressiva do crepúsculo às horas mortas, que se estende a toda a cidade, alterna com anseios de libertação, de busca dos “amplos horizontes”, primeiro com a evocação das viagens (“batem os carros de aluguer,

voluptuosa da vida, mas sobretudo traz um dos primeiros signos da procura dionisiaca que se quer um regresso às forças não intelectivas do homem.

O *Sentimento dum Ocidental* dá conta deste momento em que o homem volta a ser o centro do mundo, mas num contexto em que toda a confiança se perde. Um pouco mais tarde, Kafka radicaliza esta visão na qual a racionalidade e o mundo moderno ameaçam esmagar o homem.

No início das comemorações do dia de Camões que foram pretexto para o empenhamento numa revolução política que pretendia substituir a monarquia pela república, a literatura retira a confiança aos sistemas, embora num texto inovador e excecional no quadro literário da época. Constituiu-se como uma contra-epopeia de uma memória épica sem emprego, como refere Eduardo Lourenço (1993: 128), *O Sentimento dum Ocidental* dá conta das ilusões perdidas e anuncia o momento histórico privado de doutrinas que haveria de se lhe seguir: logo no início do século, a Razão Universal que tinha protegido os séculos anteriores, deixou de representar o centro das ideias e das artes (cf. Albérès, 1959).

Neste poema “comemorativo” e, se quisermos, político, que é *O Sentimento dum Ocidental*, em vez do mito do progresso, deparamo-nos com a sátira do progresso em que a mudança de tudo é vista mais como um declínio do que como um processo de maturação e evolução.

Referências

- Albérès, R. M., 1959, *L'aventure intellectuelle du XXe siècle – panorama des littératures européennes 1900-1959*, Paris: Albin Michel.
- Guimarães, Fernando, 1992, “Antero de Quental e os ‘Poemas Portugueses Modernos’”, *Colóquio Letras*, 123-124, p. 305-313.
- Junqueiro, Guerra, 1896, *Pátria*, Porto: Ed de autor.
- Laidlar, John, 1983, *Cesário Verde and the ‘Escola Nova’ in Portugal*, Manchester: University of Manchester (tese policopiada).
- Laidlar, John, 1986, “Na encruzilhada: ‘Desastre’ de Cesário Verde”, *Colóquio Letras*, 93, pp. 50-56.
- Laidlar, John, 1993, “A interpretação de Cesário Verde”, *Cesário Verde – Edição das Comemorações do Centenário da morte do poeta*, Lisboa: Gulbenkian, pp. 91-101.
- Lourenço, Eduardo, 1993, “Os dois Cesários”, *Cesário Verde – Edição das Comemorações do Centenário da morte do poeta*, Lisboa: Gulbenkian, pp. 119-135.

uma observação! Ninguém escreveu, ninguém falou, nem num noticiário, nem numa conversa comigo; ninguém disse bem, ninguém disse mal!

Apenas um crítico espanhol chamava às chatezas dos seus patricios e dos meus colegas – e afirmava – fanfarrão! – que os meus versos “hacen malísima figura en aquellas páginas impregnadas de noble espíritu nacional”. (Verde, 1999: 226)

Nesta mesma carta, o poeta acrescenta que “literariamente parece que Cesário Verde não existe.” (ibidem). Com efeito, *O Sentimento dum Ocidental* é um canto trágico contínuo sobre o tema da incoerência e do mistério da existência em que o próprio homem é protagonista e não uma ideia abstrata de sociedade ideal e de progresso. Em vez de um ponto de vista crítico, racional e cerebral, Cesário transmite uma vivência, simultaneamente pessoal e social, de angústia. A literatura afirma-se contra um mundo moderno mas, em vez da habitual compaixão perante as injustiças sociais, do tratamento moralista, íntegro e alinhado que é dado às figuras populares na poesia coeva (a referência, em Cesário, aos “povos humilhados” da poesia “Deslumbamentos” é antes um meto de vingança da mulher arrogante mais do que objeto de pena pela sua miséria), o que temos é já o mal estar e o pessimismo moral que são também típicos do pensamento europeu, por exemplo, em Schopenhauer e em Nietzsche e que haveria de se acentuar no início do século XX.

No domínio estético, Dostoiévsky e os poetas do decadentismo dão a medida de desilusão e pessimismo perante a organização da sociedade. E se a Escola Nova parecia partilhar a crença na ação direta da arte na vida e nos costumes, o que, de resto, Guerra Junqueiro menciona na 2ª edição à *Morte de D. João*, os movimentos na viragem do século vão antes buscar a realidade misteriosa que pretende dar sentido a um mundo que as fórmulas se mostram ineficazes para captar.

Cesário, sem a disposição derrotista de Oliveira Martins, que patenteia a crise do liberalismo burguês que então se vivia em Portugal, e também sem a atitude comum de “desancar o país” que acabava por ser uma forma de promoção social e intelectual, como bem reconhece Helder Macedo (1975: 45), vê no pensamento positivo e racional uma asfixia. E se o século começa em 1900, ele já se anuncia com Cesário com a sua insurreição que contraria a vontade de fixar o mundo de forma coerente e se aproxima mais do que Kafka haveria de propor uns anos depois. A Lisboa de Cesário é como a Praga de Kafka, “uma mãezinha com garras afiadas”. Em 1880, vinte anos antes do início do século XX, já a insurreição anti-intelectualista e a nostalgia do mistério afirmam os direitos do homem que ele tinha abandonado em favor da razão e da ciência. A obra de Cesário Verde é testemunho de uma busca

Macedo, Helder, 1975, *Nós – uma leitura de Cesário Verde*, 2ª ed., Lisboa: Plátano.

Martins, Oliveira, 1875, "Os poetas da Escola Nova", *Revista Ocidental*, pp. 159-207 in http://purl.pt/12150/2/res-4173-v/res-4173-v_item2/res-4173-v_PDF/res-4173-v_PDF_01-B-R0300/res-4173-v_0011_149-164_t01-B-R0300.pdf (acedido em 6/12/2010).

Pereira, José Carlos Seabra, 1992, "Antero: o futuro que a poesia portuguesa lhe deu", *Colóquio Letras*, 123-124, p. 261-288.

Sequeira, Rosa Maria, 1990, *A imagem da cidade na poesia: Cesário Verde e Fernando Pessoa*, Frankfurt am Main: TFM.

Silveira, Pedro da, 1966, "Sobre a colaboração de Cesário Verde em três revisões de Coimbra", *Vértice*, 24, pp. 399-400.

Verde, Cesário, 1999, *Obra Completa* (org de Joel Serrão), 7ª ed., Lisboa: Horizonte.

Fialho de Almeida e o Portugal de entre 1890-1910: Enquadramentos de um olhar crítico contemporâneo

Rui Sousa¹

CLEPUL

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Fialho de Almeida é uma das personalidades mais polemicamente empenhadas da literatura e da opinião crítica do Portugal da transição do século XIX para o século XX, momento marcado pela profunda reflexão acerca da decadência nacional, pelos conflitos políticos entre monárquicos e republicanos, pela necessidade nacional de encontrar um novo espaço no terreno dos interesses internacionais debatidos, sobretudo, com um olhar calculista quanto ao espaço colonial. Não surpreende, portanto, que todos estes aspectos da realidade portuguesa tenham passado pela pena incisiva, corrosiva, belicosa, inflamada por vezes até ao ponto da perda de discernimento, "de natureza mais panfletária que reflexiva"², do Fialho polemista, de opinião vagabunda e sempre pronta. Neste sentido, Fialho enquadra-se perfeitamente no ambiente em que a sua obra se forjou, que tinha como uma das mais ricas peculiaridades essa vertente panfletária, satírica, de análise irónica, sempre vigilante e caricatural, da sociedade, dos seus

¹ Rui Sousa (01-04-1985), Investigador do CLEPUL. Concluiu Licenciatura em Estudos Portugueses e Mestrado em Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Colaborou activamente na elaboração do primeiro número da revista *Letras Com Vida*, na qual publicou em co-autoria o artigo "O Anticastelehanismo na Literatura Portuguesa (séculos XIV-XVII)". Além de alguns prefácios, leituras críticas e poemas publicados, realizou ainda o "Quadro Sinóptico das Fundações e Habitções das Ordens Religiosas em Portugal", in *Mosteiros e Conventos, Ordens e Congregações. 1000 anos de Empendimento Religioso, Cultural e Artístico em Portugal* (no prelo). Fez parte da organização do *IV Congresso Internacional Ibero-Eslava Iberian and Slavonic Cultures in Contact and Comparison – Res Publica (s)* (Maio 2010) e do *Congresso Internacional Ordens e Congregações Religiosas em Portugal* (Novembro 2010). Prepara actualmente um projecto de Doutoramento acerca das reinterpretações do conceito de Libertino e de Autor Maldito na Literatura Portuguesa.

² Luis Forjaz Trigueiros, "Fialho de Almeida ou o prélio solitário", in Artur Anselmo (dir.), *As Grandes Polemicas Portuguesas*, vol. 2, Lisboa, Verbo, 1964-1967, p. 289.

das suas transformações, do horizonte sombrio que parecia adivinhar-se numo seguido pela nau portuguesa. Como afirma Maria Helena Santana, “na segunda metade do século XIX, no ambiente de fermentação de novas ideias políticas, culturais e estéticas que se manifestaram sobretudo a partir da década de 70, um género híbrido como a crónica conhece uma fortuna assinalável”³.

Neste texto procurarei analisar três aspectos cruciais do processo crítico de Fialho de Almeida: a visão caricatural de D. Carlos e, por alargamento, de toda a dinastia de Bragança, o debate acerca da questão colonial e da situação internacional do Portugal vergado pelo Ultimato Inglês e as considerações acerca da Monarquia e da República enquanto regimes políticos em oposição. Para o efeito recorrerrei a vários excertos dos seis volumes de *Os Gatos* e, para concluir com a percepção da República recém-implantada, do livro *Saibam quantos...*

Nos seis volumes de *Os Gatos* poucos são os aspectos da realidade portuguesa de entre 1889 a 1894, nas suas vertentes cultural, histórica, política, internacional e nos pequenos pormenores do viver quotidiano das várias camadas sociais, que escapam ao olhar daquele que descrevia a sua criação com expressões como “pasquinadas” e o modo como vivia para a compor o resultado da “vida errante e irónica” celebrada sempre “à esquinha” da realidade que passa, qual “ave migradora” contemplando de alto os despojos dos agentes sociais. Não admira, como afirma Helena Carvalhão Buescu, que não exista “qualquer articulação lógica ou sequencial entre as várias crónicas”, sendo cada uma delas uma percepção individual de um todo em construção permanente.

No entanto, apesar dessa dispersão criativa e das diferentes disposições temáticas da sua verve opinadora e das personagens a que recorre para potenciar, às vezes até à ofensa pessoal, a visão caricatural do mundo, alguns aspectos ocupam um espaço mais abrangente. A atenção dispensada ao rei D. Carlos é, com naturalidade, constante. Desde o primeiro momento, quando se apresenta a atitude do rei recém-coroadado depois da morte de D. Luís (também já caricaturado por Fialho), sobressai a construção de uma personagem sombria e desajeitada, que parece não saber ao certo o que fazer ou quais são as exigências do seu estatuto, alheado como está num mundo de desenhos múltiplos:

Maria Helena Santana, “Crónica, crítica de costumes e sátira social”, in Carlos Reis (ed.), *História da Literatura Portuguesa. O Realismo e o Naturalismo*, Lisboa, Alia, 2009, p. 127.

Helena Carvalhão Buescu, “Fialho de Almeida, um atento espectador do mundo (Os Gatos)”, in *Chiaroscuro. Modernidade e Literatura*, Lisboa, Campo das Letras, 2001, p. 162.

O senhor D. Carlos, esse radiava, naquella sua passeata primeira de rei posto – jubilo a ponto de não ter ares nenhuns de menino orphão, e ter, ao contrário, todos de viuvo. Em torno d'elle, príncipes e embaixadores, moços fidalgos, moços de curro e moços da vida, faziam-lhe uma espécie de galeria de figuras de cera, qual mais estupenda de insignificancia.

Porque é singular como as physionomias da maior parte dos nossos homens públicos depõem desagradavelmente a seu favor⁴.

Se nesta primeira abordagem ainda não é evidente que a denúncia da incapacidade das figuras públicas portuguesas se dirige ainda mais à figura do rei, já que Fialho reflecte largamente sobre os funcionários que o rodeiam mais que sobre D. Carlos, rapidamente conduzirá a sua atenção para a marcada figura do rei assasimado. Sobressairá sempre nesta visão crítica o contraste gritante entre o actual estado dos representantes máximos da Nação e aquilo que simbolicamente o passado exigiria deles em termos imaginários. Não é por acaso que Fialho, quando comenta o modo como se preparou para assistir à coroação do rei, se refere à sua crença na “predestinação divina dos reis sobre os destinos dos povos, e na omniscencia da vossa missão de Dador da prosperidade económica e social de que tanto havemos mister”⁵. Não deixa, contudo, embora as coloque na boca do vulgo – um vulgo que começa a adivinhar-se, desde já, e entre outras coisas, republicano – de enumerar todos os aspectos que contrastam, no actual rei, com o conceito universal do que é um rei:

Mau grado as calumnias espalhadas ao de redor do vosso nome, mau grado o afiançarem-me amigos vossos a exiguidade da vossa intelligencia e a inverosimilhança da vossa pedanteria; mau grado o dizerem-me, senhor, que menteis com um descaramento inolvidavel, e escarafunchaveis nas ventas com uma teimosia impercível, todas estas asserções eu referi a estímulos de côrte, a mal entendidos d' ante-camara, a ciumes d'aulicos e a intervenções de republicueiros. E repensando na estirpe olympica do vosso nome, comigo mesmo dizia, ao sentir-me vencer pela suspeita – Tendo este rapaz tão grandes vicios na ascendência, como é possível não ser elle um poço da virtude?!⁶

E, na sequência desta apresentação negativa da moralidade e da capacidade governativa de D. Carlos, que identifica com a restante dinastia de Bragança de que descende, Fialho não poupa também o retrato físico do rei, cari-

³ Fialho de Almeida, *Os Gatos*, vol. 1, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1927, pp. 177-178.

⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 213.

⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 214.

atura que ganhou uma vivacidade tal em criadores como Guerra Junqueiro e Cardalino Pinheiro que quase se passou a confundir com o imaginário colectivo do povo português relativamente ao seu penúltimo regente:

Gordo de mais me parecesteis para monarcha d'um paiz que está na espinha, e immovel e dura se me afigurou vossa verónica, onde de balde busquei vislumbres, verdade seja d'aquella vossa origem superior. Com uma cabelleira d'esperto numa cara de pecego, e dois olhos de faiança semelhantes aos cacos d'um bispote, antes me destes, senhor, a ideia do cocheiro inglez da senhora duqueza de Palmella, do que a alta e deslumbradora visão da auctoridade real, transfigurada no specimen mais puro da belleza aperitiva e intangível [...].⁸

E, dirigindo-se directamente a D. Carlos depois de ter apresentado alguns exemplos da grandiosidade de Portugal no passado e do modo como reis como D. João I e D. Manuel I estavam plenamente em concordância com essa grandiosidade, alarga a sua critica a toda a dinastia, num juízo com a contundência a cruza que lhe eram tão peculiares e que levavam personalidades como José Rego a acusarem-no de "uma irresistível e desenfreada malevolência"⁹:

Porque afinal de contas quem é V. M.? A ultima vergonhea reinante d'uma dynastia que nasceu já morta, e cujo advento ao throno, historiad'or algum ponde ainda explicar por uma qualidade qualquer extranormal, direito de conquista, poderio de fortuna, genio politico, ou qualquer infimo rasgo de valor [...].

De feito, é sob a égide de Bragança que a realza se desintegra em Portugal do seu papel de cornaca dos povos, e faz estalar as lianas que jungiam o throno á alma publica, cahindo de tutora em filha pródiga, e reduzindo o pontificado real a uma espécie de parasitismo¹⁰.

Está em causa, acima de tudo, uma dinastia completamente em desacordo com o povo português e os seus interesses, que começa a ser sentida progressivamente como nada tendo de comum com as aspirações e as necessidades nacionais. Evidencia-se no discurso de Fialho a ideia de que a Monarquia Portuguesa, à semelhança do que ocorre em toda a Europa, perde progressivamente o pouco crédito que ainda poderia ter junto do povo:

⁸ *Ibidem*, p. 214.

⁹ José Régio, "Fialho, Critico de Arte", in *Estrada Larga*, p. 168, *apud* Luis Forjaz Trindades, art. cit., p. 290.

¹⁰ Fialho de Almeida, *op. cit.*, pp. 230-231.

Cançado de sustentar uma monarchia que o não acompanha nas suas aspirações, que marcha diametralmente opposta aos seus interesses, que não partilha das suas alegrias, e que até já tem escarnecido os seus pezares, o povo desinteressou-se d'ella, degredou-a da cruzada nacional, começou a consideral-a como uma estrangeira suspeita que se lhe aboletou em casa, delegada e espiã d'essa maçonaria de reis que traz jungida a si a Europa escrava, e estanca e bebe as seivas das nações¹¹.

Este desencontro ganha corpo quando Fialho, no quarto volume de *Os Gatos*, descreve em tons hiperbólicos o modo como o rei, quando em deslocção à Beira Baixa, pouco ou nada conseguiu identificar-se com o povo humilde, analfabeto, ignorante da realidade da moderna monarchia nacional, vivendo com a imagem que os grandes reis do passado ajudaram a construir na sua ideia, apesar das tentativas de enobrecimento das recepções e dos encobrimentos da imprensa.

Imaginar que numa provincia como a Beira Baixa, onde a tradição fanatica de Deus, inda arreigada, presuppõe a do rei não menos viva, bastaria mostrar D. Carlos com pennas de gallo na cuia, e braço automático fazendo a continência, para resolver a alma popular em crises de ternura, é ter realmente d'aquelles povos uma versão bem pouco escrupulosa. Primeiro, o rei ideado pelo beirão fanatico é uma espécie de ser mythico, lendario, singular, egual a Deus na força, e de forma physica incerta ou transmitante: uma espécie de Pedro I, com fibrilhas de Padre Eterno e d'el-rei D. Sebastião [...]. Desnecessario pois mostrar aos rabuzanos do valle da Beira, em vez d'aquelle creação formidável dos seus sonhos, um homemzinho gordo, com olhos d'azulejo e bigodes amarellos, pois nenhuma persuasão humana faria entrar nos cascos d'aquelles bronzos que sua *real magestade* fosse aquillo¹².

Quando no mesmo volume Fialho faz o balanço dos dois primeiros anos de reinado de D. Carlos, a apreciação em nada se afasta daquela construída desde a primeira hora. O rei é criticado antes de mais nada pela qualidade dos individuos de que se deixou rodear e que conduzem o reino a um abismo cada vez mais profundo, desrespeitando constantemente a vontade dos portugueses, conduzindo a Monarquia a uma morte anunciada:

Senhor, não resta duvida que ao throno cabem as responsabilidades proximas e remotas do afflictivo transe em que nos vemos, porque desde

¹¹ *Idem*, *Ibidem*, p. 242.

¹² *Idem*, *Os Gatos*, vol. 4, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1934, pp. 248-249.

muito elle não faz senão chamar a si os homens mais desacreditados d'estes reinos, que trouxeram outros, e mais outros cumplices, que acambarcaram o paiz, tornando a missão do Estado odiosa á gente honesta, e o officio de governar synonymo de bem tristes delinquencias. D'esta maneira se pronunciou o divorcio entre as classes productoras e as politicas, e por via d'estas entre a nação e monarchia¹³.

Antes de passar ao ponto seguinte não posso deixar de referir também a descrição de grande qualidade paródica que Fialho constrói em torno de uma noite de delírio de D. Carlos, motivada pela dificuldade em encontrar alguém capaz para ser ministro e também pelo impacto das questões internacionais. D. Carlos, sentindo-se sozinho e desajustado, decide ir ao cemitério procurar aconchego junto dos seus antepassados mortos. De modo macabro, Fialho parece entretecer na descrição do ambiente nocturno o destino fatal do rei: "Por todo o objecto até Lisboa, as formas tinham, sob a noite, ares de regicídio combinado: a vinha sosinho, pallido de morte, a lanterna pendente, e sem olhar para traz, sem se deter um instante no caminho [...]"¹⁴. O rei recorre sobretudo ao nome de Ávila, conselheiro de D. Luís, batendo-lhe no jazigo e dirigindo-se para a seguidá a outras personalidades falecidas. A assembleia cadavérica reúne-se em torno de D. Carlos, procurando decidir quais as funções que caberão a cada um na formação de um novo ministério do reino. Fialho aproveita este episódio para criação teatral, carregada de um vivo e corrosivo humor negro, para colocar na boca das personagens históricas referências irónicas aos seus problemas políticos específicos. Os próprios cadáveres concluem que a identificação entre a Monarquia e os interesses nacionais já não é possível:

- Fallas como um leal gentil homem, disse o rei entusiasmado. O que é preciso mais?

- Por agora, evitar que Portugal ponha a pontapé os seus monarchas, e que a Inglaterra ponha Portugal da Africa, a pontapés. Para conter a opinião no jugo monárquico, é indispensável conservar a Africa intacta, embora não saibamos p'ra que, e para conter a Inglaterra em tolerância comnosco, é indispensável partir a Africa.

- Mas não poderemos fazer ao mesmo tempo as duas coisas.

- Quer dizer que são antagonicas a monarchia, e a integridade do paiz. Entretanto é imprescindível tomar rumo. São perigosíssimos ambos. Qual é o menos? Tem a palavra o snr. ministro da fazenda¹⁵.

¹³ *Idem*, *ibidem*, p. 278.

¹⁴ *Idem*, *Os Gatos*, vol. 3, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1934, p. 151.

¹⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 157.

A cena acaba com D. Carlos abandonado também pelos cadáveres dos mortos, que se recusam a ajudá-lo quando percebem que não estão a dirigir-se a D. Luís, recordando o modo como ele os tratava quando em criança e em jovem:

- Pois que assim é preciso, resurgi dos covaes a gente de que haveis mister, que eu vos offereço o exercito como penhor de que sereis acéites e acatados. Mas sem demora, ouvis? que o throno oscila. Sou eu, D. Carlos de Bragança, que vol-o ordeno em nome da autonomia da nação [...].

- Pois que! disseram todos, não é a muito venerável sombra do grande rei Luiz, que estamos falando? Não é a sua afflicção que nos convida, não é o seu pão que nós somos chamados a amassar?

- Não, rufiões de meu pae! Que vos faz o nome do rei, se é a dynastia que importa perpetuar? Recusareis servir-me! Olá, matulla ignara! Vejo que me não perdoastes a irreverência com que eu, infante, aspergi as vossas barbas, em nome do direito divino, a serosidade verde dos meus cueiros, e que ainda depois de sombras andais resentidos da vez em que, mancebo já, vos apodeti a todos d'idiotas¹⁶.

Fialho, como todos os intelectuais e escritores seus contemporâneos, reflecte também largamente sobre o Ultimato Inglês de 1890 e sobre as consequências da derrota diplomática subsequente. Costa Pimpão comenta, a este propósito, que "o sobressalto provocado pelo ultimatum de 1890 teve rebatido no ânimo do escritor, e veio dar à sua crítica um tom menos vago, de um radicalismo político bem acentuado"¹⁷. O impacto do choque entre os interesses portugueses e ingleses em África motivou, de facto, uma forte reacção por parte dos opositores do rei D. Carlos, contribuindo para o agravamento da imagem negativa da dinastia de Bragança. No entanto, como demonstra Rui Ramos, a noção de crise não era sentida apenas em Portugal, tendo eco um pouco por toda a Europa. O historiador afirma que "muitos viam na 'crise', não uma etapa da vida regular das sociedades modernas, mas um sinal do fim dos tempos", acrescentando que "os últimos anos do século XIX encheram-se assim de profetas a pregar receitas para a remissão da humanidade". No âmbito nacional, acrescenta que "a 'questão inglesa' desinquietou profundamente a política portuguesa no principio da década de 1890", produzindo na opinião nacional a ideia de que "era, portanto, o futuro da nação que estava em jogo, e não apenas uns quantos quilómetros de mata e savana"¹⁸.

¹⁶ *Idem*, *ibidem*, pp. 159-160.

¹⁷ Álvaro J. da Costa Pimpão, *Fialho*, Coimbra, Coimbra Editora, 1945, pp. 117-118.

¹⁸ José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 6 - Rui Ramos (coord.), *A Segunda Fundação*, Lisboa, Estampa, 2001, pp. 113-114.

Fialho, na sequência do *Ultimatum*, apresenta a D. Carlos uma solução para os destinos nacionais que para muitos parecia ser a mais viável e proveitosa: a Confederação Ibérica, concretizada com a implantação da República. O escritor faz contrastar o antes e o depois do *Ultimatum* e da revolução no Brasil para introduzir a ideia de que é necessária uma mudança de paradigma, deixando evidentes os verdadeiros inimigos de Portugal:

Antes do ultimatum inglês e da revolução do Brasil, raros de nós poderiam fazer sondagens certas na profundidade e na eficácia da cruzada republicana que prégavamos: e mal dispostos contra a Hespanha, menos ainda nos sentíamos dispostos a enfunar o estandarte da ideia, com correntes d'opinião sopradas do outro lado da fronteira.

Agora mudou tudo. Os verdadeiros inimigos de Portugal desmascararam-se. A linha que nos separa de Hespanha é apenas uma ilusão óptica de políticos, filha d'um erro histórico de sete seculos, que desviou a Península da sua missão de grande potencia, e tem defraudado a família latina d'uma força, que virilizando-se, poderia ter disputado, quem sabe! a hegemonia do mundo, ás raças loiras.

Depois de exposta a sua solução, Fialho apresenta-a como resolução para o problema colonial, já que "os antiqüísimos estados da Lusitania e da Iberia, evoluídos para a luta da vida, em pequenas republicas solidarias e autonomas" poderiam dar origem a "um imperio colonial que seria o segundo na fortuna territorial das nações da Europa", que obteria resultados:

começando por expulsar o dinheiro inglês das nossas necessidades e das nossas emprezas, viesse em cuspir de Gibraltar os fardas vermelhas, em correr a chicote do interior d'Africa, esses puritanos meio padres, meio gatunos, que civilisam o negro com algemas e opio, acabando por expulsal-os emfim da India, e por lhes estancar a iniciativa, o prestigio e a força, em todos os cantos do mundo onde o maldito polvo cuidasse de viver sugando os seus irmãos¹⁹.

Se Fialho faz, no seu comentário à realidade internacional, uma alteração considerável na tradicional tendência nacional para encarar os vizinhos espanhóis como adversários seculares e inconciliáveis, abre de imediato caminho à produção de um novo mito negativo em torno da personalidade colonial de Inglaterra. Inclui os ingleses entre "as duas raças invasoras que mais cupidamente teem retalhado e absorvido na Africa os pingues territorios do imperio

portuguez", sugerindo - num impulso de defesa dos interesses nacionais tão característico deste período, em que, novamente de acordo com Rui Ramos, "a exaltação patriótica era já uma instituição em Portugal [...] que escapava aos quadros tradicionais da monarquia e da Igreja"²⁰ - que

a primeira coisa a fazer n'essas terras que, muitas, só teem de portuguez o titulo, seria povoal-as de nacionaes, e fazer convergir para lá, em par e passo, milhões que nada devam aos traficantes ingleses e allemaes que por lá vão minando, dia a dia, o nosso senhorio²¹.

No terceiro volume de *Os Gatos* Fialho escreve copiosas páginas respeitantes à análise da espoliação dos territórios nacionais, mostrando como Portugal sofre os efeitos das várias conveniências internacionais. Inquieto sobretudo o tratado anglo-luso conseguido por Hintze Ribeiro, que tem como resultado uma situação em que "o dominio portuguez na Africa Oriental fica restricto a uma faixa de terra, com approximadamente a configuração d'uma bota de mosqueteiro" e em que

a opulentissima possessao onde por mais de tres seculos gastámos dinheiro e vidas, esforços, viagens, sangue, heroicidades [...] encolhe pois, por esse tratado de 20 de agosto, a metade d'aquillo que o direito historico e a recente occupação militar e civil devera garantir-nos, e a talvez menos d'u terço d'aquelle incommensuravel imperio, que uma hora de sonho ambicioso nos fizera antever, de costa a costa, no chamado mappa cor de rosa.

Aos olhos de Fialho, o grande beneficiado, a Inglaterra, conseguirá com esta espoliação consentida uma posição em Africa que o passado não lhe garantiria por direito mas que a comunidade internacional nada fizera para contrariar. O polemista segue, quase na totalidade das suas linhas gerais, o discurso colectivo:

A Inglaterra interferindo na nossa vida interna de potencia, constituisse em espécie de suzerana despótica de todo o continente negro, e descascando as terras ferteis do interior, dos baldios pantanosos da costa, deixou-nos estes, arrecadando para si o resto, sem outros titulos a mais que o seu egoísmo e o seu descaro²².

²⁰ Rui Ramos, *op. cit.*, p. 111.

²¹ Fialho de Almeida, *Os Gatos*, vol. 2, ed. cit., p. 228.

²² Fialho de Almeida, *Os Gatos*, vol. 3, ed. cit., pp. 7-8.

¹⁹ Fialho d'Almeida, *Os Gatos*, vol. 1, ed. cit., pp. 247-249.

No seu comentário Fialho tem bem presentes os efeitos da recente Conferência de Berlim, que, contrária aos interesses nacionais no Congo, determinou pela primeira vez, de forma explícita, a substituição do direito histórico de ocupação colonial por uma abertura de África às potências coloniais que demonstrassem maior capacidade de ocupação e exploração territorial. Veja-se o modo como comenta a partilha do continente pelas novas potências industriais e a subsequente perda de prestígio por parte de Portugal:

E eis que chegada a hora de partilhar definitivamente a África, a África de que nós éramos não já um senhório, mas politicamente uma dependência, a África que nós maritivamente tínhamos circumscripção, descoberto, sulcado, ocupado, civilizado, a África, sonho colonial da Europa moderna, há 400 annos nossa, todas as nações marítimas sentadas de roda do mapa, talham a seu gosto o domínio que melhor condiz ás suas pretendidas aptidões civilisantes — a Italia como a França, a Belgica como a Allemanha — e quasi todas ampliando á custa das nossas, as suas occupações!²⁵

A esta análise não poderia escapar, coerentemente para com o discurso geral do polemista, a responsabilidade atribuída à dinastia bragantina a par da transformação tecnológica imposta pela selvajaria industrial das outras nações europeias, aproveitando-se da fraqueza em que Portugal caiu desde 1640 e do desprezo que passaram a ter pela nação outrora imponente:

A nenhum portuguez cega tanto o orgulho patrio, que no fundo da sua consciencia se não tenha sentido merecedor d'este castigo, já pela baixa de nivel que a dissoluta monarchia determinou, de 1640 para cá, no espirito da nação, já pelo advento das sciencias e artes d'applicação com que outras nações transformaram a face do mundo, em quanto o nosso génio parava, e a tyrannia ou o soborno régios abriam ás veias ao que nos restava ainda d'energia. A grande verdade é nós sermos hoje na África um estorvo para toda a gente. O nosso passado humilha, pela avulsa loucura e pela falta de plano utilitario, o carácter de nações que como a Inglaterra e a Allemanha só comprehendem a audacia filha d'um calculo, e a heroidade como receita para saquear um povo, ou lançar mão ás bagagens d'um exercito.²⁶

Paralelamente a estas questões imediatas da realidade portuguesa, Fialho escreve também passagens significativas sobre os conceitos politicos de Monar-

²⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 64.

²⁶ *Idem*, *ibidem*, pp. 71-72.

Significativamente, Fialho dedica todo o sumário de um dos seus panfletos ao tratamento da questão da "espoliação portuguesa em África", intuindo-o significativamente "panfleto aos fracos". Nesse panfleto Fialho alarga a questão o conflito luso-britânico à análise dos interesses europeus em África, em termos que hoje poderíamos considerar perfeitamente enquadrados nas discussões contemporâneas a respeito do impacto negativo da expansão europeia um pouco por todo o mundo colonizado:

Com o tratado anglo-portuguez de 20 d'Agosto, que dois imbecis subcreveram sob as vistas de lord Salisbury, nas condições de nem sequer salvarem para o paiz, uma apparencia de vantagem, embora graphica e platonica, ultimam as grandes potencias a realização d'um ideal, que desde o começo do seculo vinha formulado pelos seus economistas e politicos — qual o de se destruir a primitividade simples do negro com os esplendores facticios da vida velha, e de se talar a África de ponta a ponta, a pretexto de civilização, com os famintos que perturbariam na Europa o sybaritismo dos ricos, e com os excessos de produção para que já começavam a escacear mercados, na restante parte solida do globo.²³

Fialho evidencia ainda a mudança de atitude dos povos europeus relativamente aos portugueses à medida que prossegue a sua campanha de exploração africana, começando primeiro por se servir do trabalho de descoberta, dos contactos e da orientação dos portugueses para depois se virarem, invejosos, contra eles:

Para aquelles aventureiros orgulhosos, a principio, o vestigio europeu do nosso passado, é como um adeus de mão hospitaleira, dizendo-lhes que entrem, e comam, e prosigam socegados. Mas as primeiras agruras vencidas, perdido o medo, esse aspecto da nossa grandeza moral, unico fetichhe a que o selvagem d'África accende lampada, torna-se-lhes numa especie d'obsessão antipathica, num fermento d'inveja rancorosa, e desespera-os, e vira-os pouco a pouco contra nós.²⁴

²³ *Idem*, *ibidem*, p. 57. A este respeito, veja-se o singular paralelismo com o que escreve Zygmunt Bauman no artigo "Tornar o planeta acolhedor para a Europa", publicado recentemente no primeiro número da revista *Letras Com Vida*: "A Europa resolveu os seus problemas internos (locais, portanto) transformando outras regiões do planeta em fontes de matérias-primas e de energia a baixo preço, em reservatórios de trabalho barato e barato e, especialmente, em vazadouros onde despejar os seus excessos de produção e população: os bens que não conseguia escoar e as pessoas que não conseguia empregar" (Lisboa, Gradiva, 2010, p. 118).

²⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 60.

qua e de República e sobre a oposição que se regista na política portuguesa, colocando em destaque, por exemplo, a revolta do Porto de 1891. Apesar da sua constante crítica à Monarquia e da apologia da República e, sobretudo, da Confederação Ibérica, a verdade é que, como afirma Amadeu Carvalho Homem, o republicanismo de Fialho de Almeida ultrapassa em muito os limites do clássico partidário. Compreende-se que assim tivesse sido, dado que o nosso Autor nunca foi um expoente do Partido Republicano. Por isso, será em vão que procuraremos nos seus textos um corpo acabado, ou sequer esboçado, de doutrina republicana. Fialho foi mais um homem de exclamação e de impropério do que de demonstração e de confronto programático.²⁷

Essa postura permitiu a Fialho encarar com o mesmo sentido crítico quer a decadência do governo monárquico e o modo como oferecia constantemente triunfos ao adversário quer a aparente falta de iniciativa concreta dos republicanos. Apresenta, de modo completo, o panorama vigente em Outubro de 1890 e a incapacidade de reacção do povo português perante a debilidade de ambos os lados da contenda:

Á hora de tomar a penna para a chronica da semana que principia, duas coisas especialmente surprezam o meu animo, e vem a ser: o desamparo em que a monarchia tomba, mezes depois d'aventada nos partidos a idéa d'uma concentração monarchica; e a attitude ultrapacifica do povo, perante as facilidades demagogicas d'uma situação como a actual, em que seria facilimo a trinta vontades resolutas o mudar num minuto a face ás instituições. Estes dois factos, que noutro paiz seriam antagonicos, em Portugal afrontam-se e toleram-se, porque a monarchia caduca, quando a bem dizer o partido republicano inda não tem mobilisação nem regimento.²⁸

E encontra a resposta para a ausência de atitude concreta por parte dos republicanos, num momento que lhes poderia ser propício, no paralelismo entre D. Carlos e os líderes republicanos:

Mas perguntará alguém: uma vez que a monarchia resvala, abandonada dos seus proprios coveiros, porque ressumbra tão pouco a acção republicana no paiz? O partido republicano que se conta por quasi toda a classe popular e pelo alto commercio de Lisboa, e que tão populoso é no norte e

²⁷ Amadeu Carvalho Homem, "Fialho Almeida, politico", in João Medina (dir.), *História de Portugal*, vol. XI, Amadora, Ediclube, 2004, p. 372.

²⁸ Fialho de Almeida, *Os Gatos*, vol. 3, ed. cit., p. 143.

no meio dia, acaso hesita, no momento e realizar a sua aspiração? Não sentirá elle ainda a espinha dorsal bastante forte para se apoderar da chefia politica; não conta elle acqvisições de sobejo valiosas para viabilisar num programma de governo os ideaes por que vem lutando ha tanto tempo? Redargue-se a estas interrogações nos seguintes termos: os republicanos teem tanta confiança nos seus chefes, como os monárquicos no seu rei.²⁹

Em Fevereiro de 1891 são contradições semelhantes que inquietam a atenta pena do escritor. O cenário que apresenta parece evidenciar que os republicanos procuram, em vez de uma actuação decisiva, aguardar pelo processo de progressiva destruição interna do governo monárquico:

O governo, com as medidas repressivas que lhe está dictando o seu papel de cão de guarda das instituições, de tal maneira se precipita, tão desasistada e tumultuariamente procede, que dir-se-hia ser elle o verdadeiro directório do partido que jurou guerra de morte á dinastia.

Os republicanos devem enviar a cada ministro actual, arrhas bem pingues, por gratidão das quotidianas machadadas sob que o throno oscilla, cada vez que um seu decreto estruge no Diario.³⁰

Talvez esta ausência de reacção concreta motive as afirmações que Fialho faz a respeito de um hipotético derrube do regime monárquico pelo exército, à semelhança do ocorrido no Brasil, e da revolta do Porto em 1891. Quanto à necessidade de ser o exército a substituir o povo nesta revolta, uma vez que este aparenta já não ter as condições para reagir como outrora o fizera, Fialho deixa adivinhar algum do seu utopismo relativamente à transformação social decorrente da revolução militar republicana:

Neste ponto, o exemplo do Brasil será seguido. O povo não pôde tomar sobre si a iniciativa immediata d'uma mudança de systema. Á uma já não tem o habito das guerras, nem o sentimento dos grandes deveres civicos, carece d'armas, a idea do sangue empallidece-o, e envilecido numa baixeza d'analphabeto e cão tinhoso, só pelo desespero pôde readquirir a energia indomita que lhe falta. Esse desespero dar-lh'ò-hia a fome, mas essa não é provavel se declare por estes anos. Caberá pois ao exercito a missão de com a sua espada cortar as ultimas liassas que prendem o throno à tradição politica do paiz. Seguir-se-há uma quadra calamitosa talvez, de bancarrota e d'ambições desenfreadas, cheia de pronuncia-

²⁹ *Idem*, *ibidem*, pp. 147-148.

³⁰ *Idem*, *Os Gatos*, vol. 4, ed. cit., p. 67.

mento e saldanhadas, durante a qual o elemento civil irá sendo posto de sobreaviso, sahindo do seu torpôr gradualmente, disciplinando as suas forças té que a fortuna lhe permita um dia o apoderar-se completamente da situação, e que o regimen republicano emfim entre numa serena phase de vida nova e remodelação social³¹.

Quanto à revolta do Porto de 1891, as afirmações de Fialho enquadraram-se perfeitamente no modo como o Partido Republicano se apropriou dos acontecimentos para fazer deles um símbolo indispensável ao combate contra o regime monárquico moribundo. Amadeu Carvalho Homem afirma que “a rebelião frustrada de 31 de Janeiro de 1891 ofereceu ao republicanismo o seu grande mote sentimental e simbólico” num momento em que as manifestações patrióticas dos que se empenhavam em contestar o resultado deplorável da diplomacia mantida entre Portugal e a Inglaterra não foram mais que “recurso ao grande gesto teatral e à simbologia patriótica” e em que os republicanos não tinham forma de aproveitar revolucionariamente o *Ultimatum*³². Veja-se como Fialho descreve, alertando os defensores da monarquia, as consequências da revolta e, sobretudo, do modo como foram castigados os seus executores:

Estes conflictos, symptomatizando o estado moral do povo, não devem considerar-se isoladamente, nem ser explicados tão pouco pela embirração que sempre causa a operários desarmados, a solercia da soldadesca que se serviu das armas pr'os bater. Esses conflictos são a modalidade plebea d'uma cólera que é geral por todo o norte, e d'um descontentamento que revolve até ao fundo d'alma as viris populações do Douro e seus annexos. Ultrapassam, todos sabem, as fronteiras de simples caprichos que o tempo apasigua, e são o barómetro por onde os serventes do rei hão que aferir a altissima pressão republicana do paiz³³.

Urge assim, de acordo com a sua leitura, que se prepare uma investida definitiva do Partido Republicano, aproveitando o caminho aberto para derrotar a dinastia que se desfaz dia após dia:

D'estas permissas, as illações a tirar são capitosas, e ainda uma vez fundamentam o que repetidamente tenho escripto acerca da necessidade do partido republicano se preparar com elementos sérios, para uma assal-

³¹ *Ibidem*, pp. 93-94.

³² Amadeu Carvalho Homem, “O Ultimatum Inglês e a Opinião Pública”, in *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage, 2002, p. 95.

³³ Fialho de Almeida, *Os Gatos*, vol. 4, ed. cit., pp. 115-116.

tada decisiva. A desordem nas fileiras dynasticas é tanta, o panico e a incapacidade dos ministros do rei a tão baixo se desnivelou no conceito do paiz, as traições e passagens subrepúcias começam a sublinhar-se por uma forma tão flagrante, da banda da monarchia, para a nossa, que dentro de pouco o palácio de Belem só terá por sentinela vigilante esse snr. Navarro [...]”³⁴.

Pouco mais de década e meia depois desta perspectiva dos acontecimentos, já depois da implantação da República, Fialho de Almeida reflecte sobre essa nova fase da realidade politica portuguesa nas páginas do volume *Saibam Quantos*... Os primeiros parágrafos do livro, datados de 1 de Novembro de 1910, são certamente esclarecedores:

Um mês depois de proclamada a República, a situação politica não parece tão assegurada, nem tão certa a liberdade moral dos cidadãos, como a principio prometiam os discursos dos ministros e a porta-voz optimista das suas gazetas.

Alguna coisa desandou na alma altruista dos salvadores da pátria (chamemos-lhe assim, por enquanto), uma vez adquirida a certeza de que, pela liquidação infame dos partidos monárquicos, não mais será possível voltar a Monarquia; e esse alguma coisa teria apeado o Conselho dos seus primeiros propósitos de concórdia, e ter-lhe-ia acerbadado na consciência, agora um, ao depois outro, certos sinistros propósitos de vingança³⁵.

Fialho conclui amargamente que “o começo deste regimen novo cheia diabolicamente ao fim do velho” e que

com intróitos destes, a consolidação pacífica das novas instituições não me parece coisa certa, nem governos que destarte interpretem a liberdade e a tolerância, tenham ou não tenham a servi-los bombas e camoras, são os mais aptos para fazer vingar o que quer que seja³⁶.

Depois de demonstrar a impossibilidade de um regresso do regime monárquico uma vez que “a força de coesão monárquica, tradicional na terra de Nun'Álvares, faliu pela incapacidade de três gerações de políticos inábeis, quebrando a continuidade de oito séculos de dinastias, durante os quais Portugal se criou como país preponderante na história”, Fialho aconselha a que

³⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 117.

³⁵ Fialho de Almeida, *Saibam Quantos*..., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1969, p. 5.

³⁶ *Idem*, *ibidem*, pp. 7-8.

se sente aceitar a fórmula nova enquanto “última consentânea dum Portugal integral e independente” mas lembra que isso não significa “cumplicidade, mas antes a expectativa ansiosa dum auditorio correcto diante do primeiro acto dum drama cuja acção nem sequer ainda se esboçou”.³⁷ O balanço de Fialho acaba por mostrar que ambos os sistemas políticos se equiparam na incapacidade de resolver a situação nacional:

Dada a ignorância e o desmazelo relaxado, que foi o que a Monarquia legou às classes médias, dadas as tendências vaziamente exibicionistas, que foi o que o partido republicano deu às multidões, a República, como forma de governo, há-de reproduzir todos, absolutamente todos os fracassos da Monarquia... Na essência, o País ficará o mesmo. Que digo eu? Ficará pior.³⁸

Concluo esta análise dando conta de outra alteração significativa nas ideias defendidas por Fialho de Almeida em 1910. Refiro-me ao modo como D. Carlos, personalidade que como observei foi largamente parodiada, achincalhada e contestada pelo autor, acaba por ser alvo de alguma compreensão. perante a opinião oposta dos que, depois da sua morte, procuraram construir uma imagem do rei, Fialho conclui:

Entre tais extremos supponho deva medir seus passos a história, acautelando-se de dar à figura do rei-mártir, qual a ferocidade sinistra do monstro, qual a rigidez arcaica do ídolo, pois nem de um nem de outro se trata, e não há razão para de serena análise dos factos se não colher o depoimento justificativo de uma estatura de homem superior, inteligente, culto, bravo e mesmo generoso, sofrendo, é certo, a espaços, a depressão moral que é tara de toda a família portuguesa, e em especial estigmatiza o grupo ou grupos de onde verosimilmente saíram os assassinos do monarca.³⁹

Este reconhecimento das qualidades do rei e sobretudo do seu direito a cometer erros, como qualquer outro português vergado pelas contingências de uma decadência progressiva à qual nem monárquicos nem republicanos conseguiram – e, nos nossos dias, nenhum partido político parece ainda conseguir – dar uma efectiva resposta é significativo.

Fialho morreu um ano depois da implantação da República, desiludido com o rumo tomado por Portugal como tantos outros defensores do Partido

³⁷ *Idem*, *ibidem*, pp. 12-13.

³⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 17.

³⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 82.

Republicano, como Guerra Junqueiro, dividido ainda entre consciência da decadência nacional e as recordações permanentes de um outro tempo em que Portugal soube dar resposta aos desafios internos e externos e, com aura mais ou menos mítica, encontrar uma saída. Neste aspecto partilha o estado de espírito geral dos intelectuais do seu tempo, de Oliveira Martins a Antero de Quental, de Eça de Queirós a Guerra Junqueiro, incapazes de esconder um patriotismo latente mesmo quando defendiam a possibilidade de Confederação Ibérica ou anteviam para breve a extinção da Nação. É, pelo seu acompanhamento próximo e sempre informado dos acontecimentos, uma voz indispensável para a devida compreensão do período de transição turbulenta que Portugal enfrentou entre o fim do século XIX e o início do século em que enfrentaria desafios que, longe de serem novos, apenas se revestiram de novas tonalidades, novos enredos e novas personalidades.

Bibliografia

- ALMEIDA, Fialho de, *Os Gatos*, 6 vols., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1924-1933.
- , *Saibam quantos...*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1969.
- BAUMAN, Zygmunt, “Tornar o planeta acolhedor para a Europa”, *Letras Com Vida*, N.º 1, Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 118-120.
- BUESCU, Helena Carvalhão, “Fialho de Almeida, um atento espectador do mundo (Os Gatos)”, in *Chiaroscuro. Modernidade e Literatura*, Lisboa, Campo das Letras, 2001, pp. 159-162.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage, 2002.
- , “Fialho de Almeida, político”, in João Medina (dir.), *História de Portugal*, vol. XI, Amadora, Ediclube, 2004, pp. 368-378.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 6 – Rui Ramos (coord), *A Segunda Fundação*, Lisboa, Estampa, 2001.
- PIMPÃO, Álvaro J. da Costa, *Fialho*, Coimbra, Coimbra Editora, 1945.
- SANTANA, Maria Helena, “Crónica, crítica de costumes e sátira social”, in Carlos Reis (dir.), *História da Literatura Portuguesa. O Realismo e o Naturalismo*, Lisboa, Alfa, 2001, pp. 127-154.
- TRIGUEIROS, Luís Forjaz, “Fialho de Almeida ou o prêmio solitário”, in Artur Anselmo (dir.), *As Grandes Polémicas Portuguesas*, vol. 2, Lisboa, Verbo, 1964-1967, pp. 288-301.

O rei sou eu, Viva a República!

Simion Doru Cristea

CLEPUL

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Num breve relance destaca-se um traço característico português respeitante à relação entre a configuração mental da monarquia e da república portuguesas¹. Dum lado, a situação rara de um monarca, respectivamente o rei Dom Luís, ao legalizar o movimento anti-monárquico, isto é, o Partido Republicano e as organizações franco-maçónicas, ele próprio acreditando no lema revolucionário: “*liberdade, igualdade, fraternidade*”, por outro, o rei Dom Carlos I tem consciência da gravidade do seu gesto ao assinar o decreto-lei apresentado por João Franco, autorizando o Governo a expulsar para as colónias os chefes revolucionários, facto relevante na sua sentença de morte².

Na sua qualidade de país neutral durante as tensões beligerantes da Segunda Guerra Mundial, Portugal republicano ofereceu, nas décadas de 30 e 40, asilo a muitas famílias coroadas perante os perigos nazista e comunista. O Rei Humberto II da Itália³ viveu os seus últimos anos na vila de Cascais, amado

¹ “Para sobreviverem, os partidos monárquicos e constitucionais pactuam com os republicanos. Por enquanto, sob Dom Luís, são os dois partidos que compõem a rotatividade. O Rei é indiférentemente, sonhador, apático. Em 1876 admite a criação do partido republicano que luta abertamente e por todos os meios contra a monarquia. Reconhece a criação do Grande Oriente Lusitano Unido e a abertura de lojas maçónicas por todo o lado. A maioria dos grandes políticos, todos os chefes do governo, todos os ministros, são maçons. Em 1880, ao celebrarem-se trezentos anos da morte do poeta nacional Camões, o cortejo do festejo transforma-se numa marcha maçónica. Dom Luís acredita na liberdade, igualdade, fraternidade.” Mircea Eliade, *Salazar și Revoluția Portugheză*, București, Humanitas, 1942, pp. 27-28.

² “O decreto tem a data de 31 de Janeiro e o ministro da Justiça viaja de comboio para Vila Viçosa, para o submeter ao Rei. Dom Carlos assina-o, murmurando: «Assinet a minha sentença de morte!». É provável que fosse o único a dar-se conta da gravidade da situação.” *Ibidem*, p. 56.

³ O Rei Humberto II da Itália (n. 5 de Setembro de 1904, Racconigi – m. 18 de Março de 1983, Genebra), governou apenas 33 dias, de 9 de Maio até 12 de Junho de 1946. Viveu 37 anos na sua residência em Cascais, onde a 30 de Julho de 2008 foi descerrada uma lápide por Dom Duarte de Bragança e o Príncipe Amadeo de Saboia. cf. <http://causamonarquica.com/2008/09/14/homenagem-ao-rei-humberto-ii-de-italia/>

estimado pelos portugueses, tendo o seu nome dado origem à Avenida Rei Humberto II de Itália, ligada à Avenida da República. Outras personalidades históricas importantes da segunda metade do século passado escolheram a vila do Estoril como seu lugar de exílio: a Rainha Giovanna da Bulgária da dinastia dos Sabóia⁴, Sua Alteza D. Juan de Bourbon y Battenberg⁵, pai do actual Rei de Espanha, o regente húngaro Horthy Miklós de Nagybánya⁶ e o Rei Carol II da Roménia. Aparte os monarcas, muitas famílias aristocratas encontraram em Portugal um refúgio calmo, fixando-se sobretudo nas zonas costeiras não longe da capital portuguesa como Cascais, Estoril e Sintra. Por trás das cenas da história, assistiam ao grande espectáculo mundial, como testemunhas de um mundo de outrora, figuras vivas romanescas do século XIX e segunda metade do século XX, educados no código de honra, com uma educação aristocrata que se reflectia no seu entendimento do mundo, num universo que girava à volta dos mitos, respirava a arte, um mundo capaz de admirar a grandeza e a graça divinas nas quais acreditavam, como fundamento da sua existência social.

Comparativamente com outras figuras reais acolhidas em Portugal, o Rei Carol II da Roménia apresenta três tipos de cruzamento com a realidade portuguesa. O primeiro é de natureza genealógica, sendo bisneto da Rainha Dona Maria II de Portugal⁷.

O seu segundo cruzamento com a espiritualidade portuguesa tem um valor simbólico. Seguindo o seu destino, antes de ser proclamado Rei da Roménia⁸, Carol deixou as prerrogativas reais ao seu filho menor, Mihai, e adoptou o nome de Carol Caraiman⁹, nome simbólico¹⁰, do cume das Montanhas de Caraiman.

Quer a Rainha Giovanna da Bulgária (n. 13 de Novembro de 1907, Roma – m. 26 de Fevereiro de 2000, Estoril) quer o seu marido, o Rei Boris III (Bóris Clemente Roberto Maria Pio Luis Estenislau Xavier de Saxe-Coburgo-Gota, n. 30 de Janeiro 1894 – m. 28 de Agosto de 1943), articularam as suas vidas ao proteger os judeus da deportação certa. Cf. <http://www.zenit.org/article-24345?l=portuguese>, http://imperiobrasileiro.blogspot.com/2010_03_21_archive.html.

D. Juan de Bourbon y Battenberg (n. 20 de Junho de 1913, San Ildefonso – m. 1 de Abril de 1993, Pamplona) instala-se com a sua família na vila do Estoril em 1946. Horthy Miklós de Nagybánya (n. 18 de Junho de 1868, Kenderes – m. 9 de Fevereiro de 1957, Estoril), regente da Hungria desde 1 de Março de 1920 até 15 de Outubro de 1944. Dona Maria II casou-se com o príncipe Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, tendo uma das suas filhas, Dona Maria Antónia, casado com Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen, com o qual teve um filho, Fernando, Rei da Roménia e pai do futuro rei Carol II. Este nasceu na residência real de Sinaia, Roménia, a 15 de Outubro de 1893.

Foi entronado como Rei Carol II da Roménia a 8 de Junho de 1930 até 6 de Setembro de 1940.

Nome escolhido por seu pai em 1925, altura em que se exilara em Paris. Desta data, destaca-se uma amizade muito próxima com Correia Ribeiro. *Diário Popular*. Director Luis Forjaz Trigueiros, Lisboa, 4 de Abril de 1953, p. 6.

nhas de Bucegi, pertencentes aos Cárpatos meridionais romenos, único local onde se pode avistar uma cruz gigantesca¹¹, similar ao Cristo Rei português.

O cruzamento mais referenciado é o biográfico, evidenciando o facto de o Rei Carol II da Roménia ter permanecido em Portugal por dois períodos. No primeiro, vindo de Sevilha a 3 de Março de 1941, e graças ao auxílio de Carlos Estevão Reynolds, português detentor de grandes propriedades rurais em Évora e Estremoz, suspeito de pertencer à «intelligence service» inglesa¹², permanece em Portugal durante três meses, acompanhado por Elena Lupescu e Ernest Urdăreanu. De facto, ninguém sabia ao certo, segundo as notas de Mircea Eliade¹³, quem favoreceu a sua entrada no território português. Nesta sua primeira visita a Portugal, surpreende o mundo diplomático, quer na sua súbita entrada, quer na sua saída imprevista. Nesse dia, antes de partir para o México, foi recebido pelo Presidente da República, António Óscar de Fragoso Carmona e por António de Oliveira Salazar como, uma vez mais, menciona Mircea Eliade nas suas notas¹⁴. Após o período tumultuoso da Segunda Guerra Mundial, Carol II regressa a Portugal¹⁵, desta vez na companhia da sua já ter-

¹⁰ Uma simbologia histórica e nacional romena destaca a etimologia do nome «Caraiman» que indica uma origem turca do sintagma: «cara» = negro, preto e «imam» = comandante ou padre, respectivamente «o comandante preto».

¹¹ A cruz dos heróis nacionais que morreram na Primeira Guerra Mundial foi construída entre os anos de 1926-1928. As suas unidades de medida são: altura 28 m, largura 15 m., comprimento 2 m. O projecto deste monumento foi realizado pelos arquitectos romenos George Cristinel e Constantin Procopiu, sob o cuidado da Rainha Maria, mãe de Carol II.

¹² Torre do Tombo, Lisboa, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, Negócios Estrangeiros, 1A, pasta 18, fls. 335-336.

¹³ «Nao se sabe quem planeou a fuga, porque não posso crer que Lopez (o seu anfitrião em Lisboa), Urdăreanu (que fugira antes), Pangal e Helfant pudessem ter derrotado a policia espanhola e os agentes alemães». «Nu se știe cine a aranjat fuga, căci nu pot crede că Lopez (gazda lui de la Lisabona), Urdăreanu (care fugise mai demult), Pangal și Helfant au putut dejuca poliția spaniolă și agenții nemți.» Mircea Eliade, *Jurnalul portughez*, București, Humanitas, 2006, p. 398.

¹⁴ «Antes de partir, Carol foi recebido em audiência por Carmona e depois, durante uma hora e meia falou com Salazar, que o considerava um homem extraordinário, culto e clarividente na política internacional. O audiência foi oficial. O Ministro do Interior foi a sua casa no intuito de o transportar de carro até à Presidência.» «Înainte de plecare, Carol a fost primit în audiență de Carmona și apoi, timp de un ceas și jumătate, a stat de vorbă cu Salazar, care l-a găsit un om extraordinar, cultivat și clarvăzător în politica internațională. Audiența a fost oficială. Ministrul de interne a venit la Carol acasă și l-a condus în automobil până la președinție» *Ibidem*, p. 402.

¹⁵ «Estou muito satisfeito por vir a Portugal, país encantador, do qual guardo as melhores recordações». «Carol da Roménia chegou a Lisboa», *Diário Popular*, Director Luis Forjaz Trigueiros, Lisboa, Segunda-Feira, 6 de Outubro de 1947, p. 1. Motivo apre-

ceira esposa, Elena Lupescu, e do seu sempre fiel ex-ministro Ernest Urdăreanu. Auxiliado por Max Azancont, arrenda primeiro e compra seguidamente a vivenda "Marisol", no Estoril, pertencente ao Dr. Woranoff¹⁶. O nome poético que une o Mar com o Sol, é substituído pela lápide actual "Casa do Rei Carol", relacionando-a com a ideia monárquica, sem se saber ao certo a proveniência do rei. O que propõe esta indeterminação? Para além da nostalgia política, da mentalidade popular, ela sugere algo ligado a condição humana. A célebre frase do Rei francês Luís XIV "L'État c'est moi", no contexto republicano e, especialmente contemporâneo, tem como correspondente: "O rei sou eu"¹⁷. Ao desaparecer a ligação divina do monarca, a República não só relativiza o poder político dos "escolhidos" pelas massas populares, mas oferece a possibilidade a cada um de entender a sua condição humana como uma condição de vida real. "Abaixo o rei!", imposto pela história e tradição, "o rei sou eu", deve substituir-se por "Viva o Rei!" que sou eu, sinto, tenho consciência e devo mostrar-me digno desta qualidade suprema, que surge não como qualidade social, mas como valor de vida. Visa-se a troca da condição de uma hierarquia socialmente imposta por uma hierarquia de valores. O rei é um princípio, uma ideia necessária sobre a essência humana, "o rei sou eu", como ego consciente e livre, mensagem identificada no destino do penúltimo Rei da Roménia.

A República Portuguesa não afasta, antes recebe, não mata, antes protege os ex-monarcas europeus e oferece-lhes na altura da sua morte todas as honras de chefes de estado. O pensamento revolucionário *o sangue escreve a história* é aqui substituído por *o amor constrói a história*. No que respeita o modo como foi recebido e tratado o Rei romeno durante os seus últimos anos de vida¹⁸, deve-se reconhecer que a República Portuguesa reflecte profunda e

mentado no mesmo jornal, página 6: "Vimos apenas para repousar. A Princesa, que este foi muito doente no Brasil precisava de mudança de área e o clima do vosso país foi-lhe aconselhado. A demora! Não tenho agora outras palavras que não sejam as de me demorar em Portugal."

¹⁶ Dr. Woranoff, Torre do Tombo, Lisboa, Processo 2518 do Comando Distrital de Lisboa da Legião Portuguesa, fl. 7 de 10 de Janeiro de 1948.

¹⁷ A nossa interpretação é diferente da concepção do Professor Agostinho da Silva: "Todos em el-rei, el-rei em todos; e seu Rei nenhum, que o não precisamos para nada, pois o Rei o somos" Agostinho da Silva, "Quinze princípios portugueses", in *Ensaio sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, I, introdução e organização de Paulo Borges, Lisboa, Âncora, 2000, p. 292. Igualmente diferimos da sua concepção sobre a Monarquia coordenadora de Municípios Republicanos considerado por ele o regime mais certo para Portugal, como na época de D. Dinis. Teresa Sabugosa, *Viva a República! Viva o Rei! Cartas inéditas de Agostinho da Silva*, Corroios, Zéfiro, 2006, p. 20, passim.

¹⁸ Durante alguns anos – desde Outubro de 1947, precisamente esses portões constituíram um estátulo para as visitas indiscretas – jornalistas, fotógrafos ou simples curiosos – e deram

essencialmente os valores tradicionais do seu povo. Tanto ele como todos os outros monarcas estrangeiros, foram tratados com respeito, dignidade e calor humanos, como pessoas distintas que jogaram um papel histórico importante no seu tempo, sem investivas, ódios ou ataques pessoais, uma lição de dignidade humana para todos os povos e especialmente para o povo romeno que, finalmente entendeu a importância do Rei Carol II para a história do seu país, o seu papel catalisador e dinamizador dos valores culturais romenos. Carol criou em 1933 uma rede de difusão cultural nacional que tinha como centro a *Fundação para a Literatura e Arte "Rei Carol II"*¹⁹, gerindo e difundindo a cultura nacional e "universal". Para se entender a sua dinâmica no campo dos interesses culturais, pode-se mencionar a construção, entre 1933-1937, de 4000 novas escolas, uma vasta rede de centros culturais com bibliotecas para as camadas mais desfavorecidas da sociedade. Destaque-se de igual modo o importante Instituto de Bio-oceanografia de Constanța. Nos frescos do Ateneu de Bucareste que contém, como um livro aberto, 25 episódios da história dos romenos, a última sequência, a 25ª, apresenta a sua época, mostrando Bucareste como uma cidade moderna, o Rei Carol junto com Mihai, seu herdeiro ao trono, descendo entre o povo, patrocinando a ciência, a literatura, a arte, a agricultura e a indústria²⁰.

Um último momento comovente que merece ser mencionado é a dupla despedida do Rei Carol II de Portugal. A primeira foi natural, a 4 de Abril de 1953 e o seu período de luto até ao dia 7. Teve uma morte leve e serena²¹. Monarcas ou seus representantes, assim como delegações diplomáticas de diversos países, estiveram presentes nas exéquias na sua vivenda Marisol no Estoril, acompanhando-o num cortejo fúnebre até ao Panteão²² de São Vicente de Fora, onde a urna foi colocada na Casa de Bragança. A segunda despedida,

tranquilidade à vida de um homem que buscara em Portugal um refúgio contra a curiosidade mundial. "Na sua vivenda do Estoril faleceu hoje de madrugada o Rei Carol da Roménia", *Diário Popular*, Director Luis Forjaz Trigueiros, Lisboa, 4 de Abril de 1953, p. 6.

¹⁹ Fundația Pentru Literatură și Artă "Regele Carol II" fez com que fosse designado pelos intelectuais romenos "O rei da cultura", cf. <http://www.rezistenta.net/2009/06/zinau-restauratiei.humi>.

²⁰ cf. http://enciclopediaromaniei.ro/wiki/Ateneul_Rom%C3%A2n#cite_note-20

²¹ "No rosto do falecido não se nota sequer uma críspação: há uma serenidade impressionante, sugestão de um sono tranquilo e eterno e indicio de uma morte suave, sem sofrimento." "Na sua vivenda do Estoril faleceu hoje de madrugada o Rei Carol da Roménia", *Diário Popular*, art. cit., p. 6.

²² "O funeral do Rei Carol da Roménia realizou-se esta tarde para o panteão de S. Vicente. Tendo-se incorporado no préstito representantes do Chefe do Estado e do Governo." *Diário Popular*, Director Luis Forjaz Trigueiros, Lisboa, 7 de Abril de 1953, pp. 1, 12.

política por natureza, dá-se cinquenta anos após a sua morte, em Fevereiro de 2003, quando o corpo do Rei Carol II da Roménia regressou ao país²³.

Ao se comemorar o centenário da República Portuguesa, pretendeu-se realçar a conjugação da representação mental das duas instituições estatais fundamentais, a Monarquia e a República, a ideia de como a dignidade real está viva na mentalidade portuguesa, como algo criativo que entrelaça a herança cristã, judia e árabe, na qual o rei "despe" a sua corporalidade e recebe um valor simbólico. A ideia de *monarquia* apresenta a mesma natureza simbólica da interpretação metafísica e etimológica da república como "*res publica*".

Do *Ultimatum* à República: Tendências políticas e económicas dominantes entre 1890 a 1910

Teresa Nunes

Universidade Aberta

Um século passado sobre a implantação da República, a análise das fontes coevas transpõem-nos para um horizonte de insuficiências sucessivas, coincidente e subsidiário da falência do projecto liberal iniciado em 1820 e consolidado a partir de 1834, na esteira da vitória constitucional – uma imagem comumente propalada pelos republicanos, como não podia deixar de ser; mas não de forma exclusiva porquanto foram vários os monárquicos que, antes e depois da queda da monarquia, faziam recair sobre este regime as responsabilidades da ruptura ocorrida em Outubro de 1910. Avultam como exemplos deste posicionamento os testemunhos de Carlos Malheiro Dias, um monárquico regenerador cujas convicções e fidelidade não iludiam uma realidade de decadência retratada em *Os Teles de Albergaria*, obra literária de costumes e reconstituição histórica, mas também de crítica acérrima ao liberalismo português, ao qual augurava um inevitável desfecho mais ou menos dramático e irreversível, associado à mobilização do Partido Republicano Português, caso não existisse um esforço constante e bem sucedido de Regeneração da sociedade e das instituições portuguesas. Sublinhe-se então a confluência de duas dinâmicas: uma, respeitante à descredibilização monárquica, e outra, referente ao crescimento republicano, distintas, mas intrinsecamente ligadas uma vez que o agravamento da primeira contribuía para robustecer a segunda. O malogro da Monarquia era duplamente penalizador por promover a sua alternativa, a República.

Em 1912, ao comentar a Revolução de Outubro de 1910 e a implantação da República, Carlos Malheiro Dias não se poupava na elaboração de uma imagem paradigmática do fenómeno de justaposição proporcionado exclusivamente pela elite monárquica: "a derrocada prossegue. E nessa descida para o abismo veem-se as vítimas cegas de uma catástrofe atacarem-se, pelear-se, agredirem-se, empurrando, esborando-se em colisões furiosas de inveja e

²³ "Carol II da Roménia – herança polémica", *Notícias Magazine*, 9 de Fevereiro de 2003, pp. 54-58.

clume, correndo os que ainda têm pernas, atrás dos penachos que o vento impõe. E é então, fitando bem, ao próprio ruir da monarquia que se assiste. O espectáculo assume proporções dramáticas inauditas. Já postas e coágulos de sangue ficam no rasto da avalanche que, vertiginosamente vai a atingir o abismo diante aonde se irá sumir de escantilhão, ao fragor ululante dos finais cauboneiros que, na Rotunda salvam ao funeral da realza. E ao mesmo tempo que a Monarquia, enovelada nos políticos, dá no escorregadio declive os saltos mortais do regicídio, do Crédito Predial, dos Adiantamentos, uma proclamação que, de longe, parece minúscula, sobe a vertente oposta da montanha com alguns homens na frente que gesticulam, outros que agitam jornais, outros, mais numerosos, atrás, brandem armas e imprimem, a uns engenhos esféricos de ferro, o movimento oscilatório de arremesso do Discóbolo... são os republicanos que trepam¹.

Não menos emblemática, dentro desta perspectiva de responsabilização monárquica na queda da Monarquia, foi a imagem traçada pelo também monárquico, mas progressista, Eduardo Schwalbach, embora com uma feição menos dramática, mas não menos esclarecedora das tendências política e económica portuguesas das duas décadas que antecederam a implantação da República, que sumariava no seu livro de memórias; num capítulo intitulado "Enfim os monárquicos fazem aos republicanos a surpresa de implantar a República". Descrevia as impressões deixadas pela revolução republicana que presenciou em Lisboa como as considerações dela extraída e enviadas para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, periódico do qual era correspondente naquela época. Entendeu então explicar ao público brasileiro os acontecimentos de Lisboa, explicados da seguinte forma: "Ao cabo de longos e porfia- dos esforços os monárquicos acabam de implantar a República em Portugal... Parece-me que não menti: — certinho nas causas e nos efeitos"².

Esta convicção de Eduardo Schwalbach, expressa em meados da década de 40 (do séc. XX), reportava-se às imagens então difusas acerca do processo revolucionário de Outubro de 1910, de onde ressaltava a exiguidade das forças republicanas face ao aparelho militar monárquico que devia ter assumido a defesa do regime na capital, num conflito cujo desfecho viria a ser, incompreensivelmente, favorável aos revoltosos. Todavia, ilustrava também as ten-

¹ Teresa Nunes, *Carlos Malheiro Dias. Um monárquico entre dois regimes*, pref. de António Ventura, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa/Caleidoscópio, 2009, p. 109. Carlos Malheiro Dias, *Em Redor de um Grande Drama. Subsídios para uma História da Sociedade Portuguesa (1908-1911)*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, s.d. [1911], pp. XXVII-XXVIII.

² Eduardo Schwalbach, *A Lareira do Passado. Memórias*, Lisboa, Ed. do autor, 1944, p. 286.

dências evolutivas, nas diferentes vertentes, registadas no país entre os anos de 1890 e 1910, um período conturbado por factores endógenos e exógenos à realidade nacional. Em traços gerais, a conjuntura económica e financeira do início da década de 90 de oitocentos poderia ser considerada como resultante das opções Regeneradoras de empenho na política dos "Melhoramentos Materiais", conforme a orientação fontista de edificação das infra-estruturas com recurso a capitais estrangeiros de amortização a longo prazo, em função do princípio de justiça relativa para não sobrecarregar os contemporâneos nas despesas contraídas com património erigido em prol do bem comum, logo de comparticipação devida às gerações vindouras. O Fontismo, assumido no decurso da segunda metade do séc. XIX e responsável pela alteração nas redes viária e ferroviária nacionais, no incremento das ligações marítimas ou no investimento para estímulo dos sectores primário e secundário, dirigia-se igualmente à integração crescente e tão eficaz quanto possível da economia portuguesa, de cunho eminentemente agrícola, junto dos mercados externos, dominados pelas necessidades das potências europeias com níveis distintos de industrialização. Promovia-se uma projecção externa através do abastecimento de géneros agrícolas e matérias-primas necessárias às indústrias europeias (e sobretudo europeias), motivação acrescida para o equipamento infra-estrutural, no espaço europeu de soberania portuguesa, como entre este e o âmbito ultramarino respectivo.

No entanto, a maior abertura ao exterior resultava também num acréscimo de concorrência externa, sentido no mercado nacional e ou em detrimento do êxito das exportações portuguesas, tendências associadas ao sector da cereicultura no decurso da segunda metade do séc. XIX, motivo das reivindicações razoavelmente constantes dos produtores para maior protecção aos cereais portugueses no decurso da década de 80 do séc. XIX; posição inversa, a os produtores de vinho, pelo benefício alcançado no alargamento dos mercados e nas repercussões das crises acometidas nas vinhas europeias, motivo do acréscimo momentâneo das exportações de vinho nacional. Todavia, situação reversível em finais da década de 80, momento paradoxal em que, por um lado, a filoxera grassava nas vinhas durienenses e, por outro, a produção vinícola portuguesa excedia as necessidades internas e não encontrava mercados externos — tendência motivada pela expansão anterior de vinha a novas áreas antes afectas a cereais, por exemplo.

Estes eram alguns dos efeitos da integração económica, também caracterizada por défices crescentes da balança comercial portuguesa, em larga medida, compensados pelas remessas da emigração portuguesa do Brasil. No entanto, ainda que benfazeja do ponto de vista financeiro, este fluxo migrató-

no expressivo no decurso da segunda metade do séc. XIX reflectia um padrão de desenvolvimento regional assimétrico, manifesto numa densidade demográfica acentuada nas regiões norte e litoral, em contraponto ao interior e sul do país, com índices de povoamento inferior. A estes, por seu turno, correspondia uma taxa de ocupação dos solos aráveis também inferior quando comparado com os níveis de produção e produtividade registados nas regiões densamente povoadas. No entanto, se a oferta alimentar produzida a norte era suficiente para alimentar taxas de natalidade crescentes, nem por isso a produtividade agrícola, tendencialmente de pequenas e médias dimensões, era suficiente para suportar os efeitos deste crescimento demográfico, uma situação agravada ainda pela perda paulatina de rendimentos dos agricultores, uma realidade onde o desenvolvimento lento do sector secundário não permitia absorver a mão-de-obra agrícola excedentária e assim a emigração firmava-se como uma solução de recurso, mais ou menos temporária. Mas não sem consequências económicas de vulto, reconhecidas por autores monárquicos e republicanos como Anselmo de Andrade, Bento Carqueja e Frederico Laranjo ou Oliveira Marreca, José Relvas e Basílio Teles. Em qualquer dos casos, a emigração, embora inevitável, não deixava de constituir um ónus acrescido para o progresso económico português, em razão do acréscimo dos custos de produção e da fragilidade do mercado nacional, ambos resultantes da perda demográfica, só compensada pelo ambiente de relativa acalmia social ou pelo retorno financeiro associado às remessas dos emigrantes.

Contudo, também nesta última década do século XIX anunciava o início de um novo entendimento sobre esta questão, motivada pela alteração substancial do quadro financeiro subjacente às finanças públicas do país. Em 1892, José Dias Ferreira decretava a bancarrota parcial do Estado, como resposta às dificuldades surgidas na retracção do crédito externo ao país (nomeadamente na praça de Londres) e na contracção da principal fonte de divisas nacionais a saber, as remessas dos emigrantes portugueses no Brasil. De forma mais ou menos abrupta, o país via-se sem recursos financeiros, forçado à desvalorização da moeda, ao abandono do padrão-ouro e à adopção de uma pauta alfandegária proteccionista; refira-se, em momento de fragilidade política, ou seja, no rescaldo do Ultimatum Britânico, onde a cedência inevitável às pretensões inglesas assumiu a feição de anuência servilista para os sectores oposicionistas anti-monárquicos.

Do ponto de vista político interno, o Ultimatum Britânico anunciava um novo ciclo governativo, caracterizado pela presença, directa ou indirecta, de novos protagonistas, e pela reestruturação das forças partidárias. Perceptível no espectro político anti-monárquico, esta tendência ficava em larga medida

associada à projecção do Partido Republicano Português enquanto força mobilizadora do tecido social urbano que, impulsionado pela exortação patriótica, não tardou a enveredar pelas reivindicações de índole económica e social ou pelo anticlericalismo. No entanto, o mesmo quadro de mudanças reflectia-se no quadrante partidário monárquico, impulsionado por factores internos ao constitucionalismo português; mas também por causalidade externa, resultante da necessidade de reequilíbrio das agremiações políticas à nova conjuntura política, económica, financeira e social, um processo de reajustamento onde nem a figura do chefe de Estado ficaria imune.

Refira-se também o protagonismo de D. Carlos, enquanto face visível das fragilidades da coroa portuguesa no decurso do diferendo travado entre Portugal e Inglaterra, uma condição indiferente aos cenários do conflito. Proclamado em Dezembro de 1889, caberia ao jovem rei, no âmbito dos poderes consagrados pela Carta Constitucional, a defesa dos interesses e dos direitos portugueses aos territórios africanos reivindicados pelo aliado britânico e, simultaneamente, apelar ao desfecho abreviado da questão diplomática cujas repercussões internas se traduziam numa crítica veemente e constante aos responsáveis directos pela cedência lusa de Janeiro de 1890 e, por extensão, às instituições políticas e ao sistema monárquico constitucional. No limite, o exercício de persuasão régia junto da corte e governo ingleses, para o encerramento satisfatório do conflito, difundia uma imagem externa de debilidade do regime e do rei, posteriormente confirmada pelas dificuldades sucessivas na ratificação interna do tratado de delimitação fronteiriça dos territórios africanos. As negociações com a Inglaterra arrastaram-se até 11 de Junho de 1891, data da celebração do novo acordo de demarcação das fronteiras de Moçambique e Angola, com perdas territoriais e de direitos para Portugal, mas compensada pela inclusão de novos espaços no domínio nacional. Entretanto, o sistema político nacional consumira três ministérios, enfrentara um período de vazio governativo, resolvido a custo através do recurso a um ministério extra-partidário de inspiração progressista, e confrontara-se com uma insurreição armada no Porto, animada pelos republicanos e impulsionada pelo desejo de substituição do regime político em Portugal.

A repressão dirigida contra os líderes republicanos e os participantes na revolta provocou uma inflexão na estratégia do Partido Republicano Português, que se manteve num estado de letargia relativa até ao início do séc. XX. Todavia a instabilidade perpetuava-se, alimentada no campo monárquico pelas características do regime, onde o rei constitucional, enquanto titular do poder moderador, estava compelido a uma intervenção discreta junto dos demais poderes, legislativo e executivo, em prol da estabilidade do regime e

A Dissidência Progressista, à semelhança do que sucedeu com o Partido Regenerador Liberal, nasceu no início do século XX³ e teve origem nas dissensões internas do Partido Progressista e nos problemas de ordem pessoal existentes entre José Maria de Alpoim e José Luciano de Castro. Repetia-se, sem variações de vulto, a divisão entre João Franco e Hintze Ribeiro. Além do denominador comum ditado pela contestação das respectivas lideranças e o desejo de protagonismo individual que originou as duas agremiações, a Dissidência Progressista e o Partido Regenerador Liberal aproximaram-se ainda por se revelarem como elementos potenciadores de instabilidade no funcionamento das instituições. Apresentavam, certamente, diferenças apreciáveis quando comparados com o Partido Nacionalista, fundado por Jacinto Cândido e igualmente saído do Partido Regenerador, indistintamente demarcado no espectro ideológico por uma acentuada conotação conservadora, comprovada pelos apoios recebidos dos sectores eclesiásticos⁴, ou com o Partido Legitimista. Este último, também pertencente ao quadrante conservador monárquico, divergia pelas suas inspirações de cariz miguelista e ultramontano, que o transfiguravam em representante do ramo proscrito da Família Real, com aspirações ao regresso do mesmo.

Estas cisões, tanto no Partido Regenerador como no Partido Progressista, ocorreram invariavelmente no decurso de processos de disputa pelo poder no seu interior, onde os fundamentos políticos e doutrinários não desempenharam qualquer papel de relevância. Resultaram, isso sim, do confronto entre notáveis despeitados e os respectivos líderes, denotando, simultaneamente, a perda de prestígio destes últimos, que viram a sua autoridade interna posta em causa por membros mais jovens, e o aparecimento de novas estruturas cujos objectivos imediatos consistiam em alcançar um lugar de destaque no quadro do equilíbrio de forças. Procuravam, por outro lado, destronar as suas antigas filiações. Para tal, as alianças estratégicas desenvolviam-se preferencialmente com os mais directos adversários do anterior líder.

O período da ditadura franquista constituiu um dos escassos momentos de tréguas celebradas entre progressistas de José Luciano de Castro e regeneradores liderados por Hintze Ribeiro, até ao momento em que faleceu, a 1 de Agosto de 1907⁵, sendo então substituído por Júlio Vilhena, seu antigo companheiro e

³ Sérgio Campos Matos. «A Crise da Monarquia Constitucional (1890-1906)» in João Medina (dir.), *História de Portugal* (vol.IX), Alfragide, Ediclube, 1993, p. 174. Dissidência Progressista é fundada por José Maira de Alpoim, em 1905.

⁴ Jacinto Cândido, *Memórias Íntimas para o Meu Filho*, Lisboa, Ed. Estudos de Castelo Branco, 1963.

⁵ *O Século*, 2 de Agosto de 1907, p.1. Hintze Ribeiro morre no Cemitério dos Prazeres, após o funeral do Conde Casal Ribeiro seu amigo.

dos interesses do país. Nesse sentido, o rei, primeiro servidor da Pátria, seria culpado para o epicentro de qualquer crise política cuja solução dependesse igualmente do patrocínio régio, um procedimento inscrito na norma constitucional, todavia contraditório com a vocação consagrada ao chefe de Estado no mesmo regime, segundo a mesma norma de 1826. Pois ao rei, que não governava, exigia-se que demonstrasse a competência política suficiente para a congregação das forças/vontades partidárias ou, alternativamente, para proceder à escolha de uma em detrimento das demais, face a uma conjuntura política habitualmente de ruptura, para o exercício das funções governativas até à constituição do novo executivo eleito.

Dir-se-ia então que o reinado de D.Carlos I se caracterizou pela continuidade dos comportamentos políticos encontrados no período do seu antecessor, potenciados em razão do agravamento das condições financeiras e económicas, como da viragem das tendências diplomáticas sentidas no âmbito da paz armada que antecedeu a eclosão da Primeira Guerra Mundial. E o rei português, se reconhecido no início do séc. XX, pela sua apetência e eficácia diplomática, junto do concerto das nações europeias, granjeava uma projecção negativa entre os seus súbditos, uma tendência crescente cujo corolário trágico ocorreu com o Magnicídio de Fevereiro de 1908.

Todavia, a explicação cabal do Regicídio impõe uma leitura da evolução do quadro político-partidário monárquico desde os primórdios do séc. XX, um exercício onde se perscrutam mudanças importantes, como a perda paulatina de prestígio e influência dos grandes pilares do regime, o Partido Regenerador e o Partido Progressista cuja ascendência mantida até à viragem do século constituía um garante de estabilidade do sistema monárquico-liberal. Esta tendência depressiva, resultante da erosão conjuntural nas valências política e económica, incrementava tensões internas, tão mais relevantes quanto maior o envolvimento partidário na tarefa executiva e tão mais significativas quanto menores os níveis de coesão do grupo. A convergência de ambas seria possível numa primeira fase no Partido Regenerador, através da cisão de João Franco, e com a fundação de um novo partido. Quebrava-se assim o Rotativismo, com aparecimento de uma terceira força partidária, estranha àquele sistema, e causadora de uma primeira perturbação na bipolarização dos poderes executivo e legislativo, obrigando a uma mudança comportamental na situação dos outros dois partidos políticos e na estratégia de cada um face aos restantes. Representou, também, a tendência para a multiplicação e ou diversificação de novas forças, dispostas à partilha do poder, ou pelo menos a alcançarem relevância suficiente para não serem ignoradas no equilíbrio dos poderes e na nova política de alianças.

conregionário. O motivo óbvio daquela mudança tácita consistiu no facto de se unirem contra João Franco e a sua perigosa proximidade ao monarca.

Estas duas condicionantes, que transformaram João Franco no ministro pre-dilecto de D. Carlos resultaram, numa primeira instância, da actividade e da miriga exercidas por José Luciano de Castro junto do Paço. O objectivo cimeiro deste eminente progressista era desapossar o seu adversário político da presidência do Conselho. Para as suas pretensões foram determinantes os acontecimentos ocorridos com a chegada de Bernardino Machado a Lisboa, onde os ânimos republicanos exaltados e reprimidos pela policia transformaram o Rosário em cenário de batalha campal entre os manifestantes e as forças da ordem. A solução encontrada para a pacificação de Lisboa, depois dos confrontos policiais de 4 de Maio de 1906, subsequentes à insubordinação armada das tripulações do «D. Carlos» e do «Vasco da Gama», foi justamente a pretendida demissão do governo regenerador, a 17 de Maio, e a entrada em cena de uma dupla governativa constituída por progressistas e regeneradores liberais⁶.

Ao assumir a presidência do Conselho, João Franco organizou um gabinete com o apoio e participação de elementos progressistas, uma coligação que, pelo carácter meramente conjuntural não tardou a desagregar-se. A presença activa, se bem que modesta, do Partido Republicano Português no parlamento, mais notada desde o ano de 1900 através da eleição de deputados pelo círculo do Porto⁷, repercutiram-se na Câmara dos Deputados e precipitou o final desta fusão de esforços temporária. A questão dos Adiantamentos concedidos à Casa Real portuguesa, levantada a 12 de Outubro de 1906 por António Centeno, fez estremecer o apoio progressista ao governo de João Franco que, (...) ao cabo de 5 anos de ostracismo (...) julgava segura a governação pública." Este governante, a avaliar pelas palavras de Eduardo Schwalbach, (...) por um auxílio imprevisto, vê-se de repente, como por milagre, de carrapito embandeirado, no curruco da ambicionada governação⁸. O Partido Progressista distanciou-se da imprudência e intrepidez – assim consideradas por José Luciano de Castro – empregues pelo Presidente do Conselho no tratamento de uma matéria de extrema gravidade. A crise governamental tornou-se inevitável. E a inesperienza governativa, denomi-

⁶ António Cabral, *As Minhas Memórias Políticas. O Agonizar da Monarquia*, Livraria Popular Francisco Franco, 1931, p. 16.

⁷ A presença dos Deputados da Peste, eleitos pela cidade do Porto, em sinal de protesto face às medidas impostas, nomeadamente ao cordão sanitário, foi contrariada por José Luciano de Castro, através da anulação do acto eleitoral, sem sucesso. A repetição do sufrágio reproduziu integralmente os resultados anteriores pelo que os deputados do Porto, republicanos, tomariam o assento respectivo da Câmara.

⁸ Eduardo Schwalbach, *A Lareira do Passado. Memórias*, Lisboa, ed. do autor, 1944, p. 255.

nador comum a todos os elementos que compunham o executivo de João Franco – exceptuando o próprio – ditou a incapacidade de lidar com a campanha difamatória orientada pelo Partido Republicano Português, mas que envolveu de igual modo os outros partidos monárquicos.

No entanto, a mais visada foi, indubitavelmente, a formação partidária à data detentora do poder executivo. Abalada desta forma, o governo franquista acabou por não conseguir suportar a pressão e o preço suscitados pela impopularidade levada ao rubro com a crise surgida na Universidade de Coimbra, em Abril de 1907. As diferenças haviam-se esbatido por completo e João Franco viu-se forçado a pedir a demissão, à semelhança do exemplo anterior de Hintze Ribeiro⁹.

A inovação fundamental deste processo consistiu no voto de confiança dado pelo monarca a João Franco, depois da tentativa frustrada levada a efeito por este último de reconstituição do governo com elementos progressistas, onde fora evidente a retirada de apoio de José Luciano de Castro, imprescindível para a sua manutenção no poder.

A recusa em integrar um novo gabinete ministerial nestas condições de colaboração estreita entre progressistas e regeneradores liberais, apesar das recomendações do próprio monarca, de António Cabral, requerido para a pasta da Marinha e Conde de Penha Garcia para as Finanças, que substituiriam os ministros demissionários Luis de Magalhães e Ernesto Schroeter, indicava reduzida apetência desta formação partidária em invalidar a sua influência através da participação num futuro governo para manter João Franco nas funções executivas, quando a conjuntura agitada parecia indicar a sua queda próxima¹⁰.

Contrariamente às expectativas mais óbvias, o capital de confiança de João Franco saiu incontestavelmente reforçado. (...) El-Rei acumulando argumentos sobre argumentos tratara de o convencer a manter-se à frente dos negócios públicos, entrando com o ministério a que presidia, em governo de ditadura.¹¹ O estado demissionário transforma-se subitamente para dar lugar a uma posição confortável e desafogada na presidência do conselho, desta vez sem a pressão do parlamento, entretanto suspenso de funções, sem data definida para o sufrágio eleitoral.

Principiava, então, o referido período de tréguas nos conflitos e pressões interpartidárias entre os dois principais partidos, o Progressista e o Regenerador, este último apoiado estrategicamente pela Dissidência Progressista que

⁹ António Cabral, *As Minhas Memórias Políticas. O Agonizar da Monarquia*, Lisboa, Livraria Francisco Franco, 1931, p. 148.

¹⁰ António Cabral, *ibidem*, p. 137.

¹¹ António Cabral, *ibidem*, 148.

assumia o papel de agremiação satélite. A ascensão de João Franco e o tratamento privilegiado dispensado pelo rei D.Carlos simbolizava, sobretudo, a falência de ambas as estruturas partidárias do Rotativismo, e era também uma consequência directa da falta de prestígio e de confiança que o monarca desenvolvera no decurso das respectivas actuações governamentais. Como a convicção do monarca, relativa aos perigos em que incorria a monarquia constitucional. Paradoxalmente, a solução proposta por D.Carlos não se circunscrevia nos quadros institucionais do regime que defendia.

A fase que se seguiu, compreendida entre os meses de Maio de 1907 e Fevereiro do ano seguinte, período de vigência ditatorial de João Franco, foi marcado pelo consenso generalizado nas reacções imediatas de repulsa ao novo chefe do executivo, bem como à fórmula governativa por ele preconizada. Tais reacções, sentidas na sociedade portuguesa sob a forma de campanha difamatória orquestrada pelos sectores oposicionistas, monárquicos e anti-monárquicos, tiveram efeitos devastadores na imagem das instituições e da Coroa junto da opinião pública. Esta não foi, contudo, a primeira vaga de reacções dirigida às instâncias monárquicas, nem mesmo aos membros da família real. A diferença essencial não residia, por isso, nem no tom das acusações, nem nos destinatários das mesmas, mas tão simplesmente na sua origem. Por um lado, os republicanos perderam o monopólio da crítica directa à figura do rei D.Carlos, agora exercida de modo virulento pelos restantes partidos monárquicos. Por outro, desaparecera a distanciação que protegia a figura tutelar do monarca constitucional atacado, nomeadamente, por progressistas e dissidentes. Estes destacaram-se no que se assemelhava a uma cruzada empreendida contra as medidas repressivas do governo ditatorial. As repetidas vezes em que havia sido sugestionada, ao monarca, o recurso a este expediente político, desmentiam os fundamentos ideológicos desta oposição legítima, sobretudo, pela exclusão dos meios de decisão.

A ditadura franquista foi, por isso, um dos períodos mais produtivos da actividade republicana – propagandística e conspirativa. O carácter repressivo do governo, o apoio explícito de D.Carlos à governação de João Franco, que se traduzia na violação expressa das regras fundamentais da Carta Constitucional constituíram os dois pontos temáticos essenciais da propaganda republicana, só por si capazes de suscitar a impopularidade do regime. No entanto, as tuas condicionantes encontravam-se acompanhadas pela duríssima oposição interna, cuja agressividade utilizada nos ataques dirigidos ao rei, vinha complementar os propósitos republicanos de abalar os poderes públicos e acerrar as massas populares contra a monarquia. No discurso republicano, as actuações dos partidos monárquico eram apresentadas como confirmação das

múltiplas acusações republicanas feitas no decurso dos muitos escândalos em que os governos monárquicos se deixaram envolver. O primeiro destes escândalos, o caso Calmon¹², expôs o governo regenerador presidido por Hintze Ribeiro, acabado de chegar à presidência do seu partido por intermédio da eleição que sucedeu à morte de António de Serpa Pimentel, em 1900. Os acontecimentos, iniciados em 1901 no Porto, deixaram transparecer a impiedade da actuação das Ordens Religiosas presentes no território nacional, bem como o não cumprimento da legislação existente, restrictiva mas raramente cumprida, o que suscitou uma reacção desaprovadora generalizada na opinião pública. Os sentimentos anticlericais populares exacerbados pelos liberais e pelos republicanos encontraram eco na propaganda dos últimos, reforçando a já referida identificação do republicanismo com as aspirações dos estratos sociais mais desfavorecidos.

A fase final deste escândalo envolvendo os membros da Companhia de Jesus do norte do país, mais concretamente do Porto, coincidiu com o surgimento de novas exaltações patrióticas, desta vez relacionadas com a assinatura de tratados, referentes à navegação na baía de Lourenço Marques e às relações luso-inglesas, relembrando a vaga de sentimentos anti-britânicos, da ocasião do Ultimatum.

O contrato celebrado para a exploração do monopólio dos Tabacos, à semelhança da questão relacionada com os sanatórios da Madeira¹³, ou ainda o caso Hinton, justificaram o carácter meteórico dos governos monárquicos anteriores à ditadura franquista, assim como a rapidez com que regeneradores e progressistas alternaram no poder, com o intuito de acudir com uma solução pontual aos momentos de crise política, originada em cada um destes escândalos¹⁴ – duas características mantidas e reforçadas no brevíssimo reinado de D.Manuel II.

Entre os anos de 1900 e 1906, a chefia do executivo pertenceu a ambas as forças partidárias predominantes do regime, que se revesavam mutuamente à frente dos negócios do estado, confirmando o cariz de emergência subjacente a cada um dos gabinetes ministeriais organizados. Só o século XX assiste à governação progressista de José Luciano de Castro por três vezes, tantas quantas as de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, até ao período de governo de João Franco.

¹² António Ventura, *Entre a República e a Acrácia. O Pensamento e a Acção de Emílio Costa (1897-1914)*, Lisboa, Colibri, 1994, pp. 65-74.

¹³ Gisela Medina Guevara, *As Relações Luso-Alemãs Antes da Primeira Guerra Mundial. A Questão dos Sanatórios da Ilha da Madeira*, Lisboa, Edições Colibri, 1997, pp. 83-112.

¹⁴ Sérgio Campos Matos, *op. cit.*, p. 175.

No entanto, os dezanove anos de reinado de D.Carlos I conheceram 14 ministérios consecutivamente interrompidos por questões partidárias ou escândalos, situação agravada com a presença de deputados republicanos na Câmara¹⁷. Perante este panorama, não surpreendia nem a atitude do monarca nem a sua receptividade quanto à hipotética instauração de uma experiência ditatorial. Por outro lado, a opção régia de elevar João Franco à liderança isolada do executivo prendia-se com a necessidade de recorrer a um novo perfil de político para assegurar a manutenção de monarquia. O rei apresentava sinais claros de cansaço frente às questões existentes no espectro político nacional, à arrastada incompetência dos chefes partidários, muito mais receptivos e dedicados às disputas pessoais pela ascensão aos favores do Paço, demonstrativas da mais absoluta ausência de sentido de estado. Nesta conformidade, o monarca inaugurava a última fase do seu reinado somando aos inimigos naturais do regime – do qual era o representante máximo – os seus antigos aliados, convertidos agora em feroces adversários pelo despeito de se verem repudiados. Com excepção da figura do regenerador Hintze Ribeiro, individualidade que primou pela solidez da sua dedicação ao monarca – apesar do ultraje recebido com a divulgação pública da missiva em que D.Carlos I apontava os motivos constitucionais impeditivos de uma dissolução das Câmaras e aconselhava, subrepticamente, o abandono de funções – a ditadura franquista marcou um ponto de viragem. A dita desenfreada a que se entregaram os diversos sectores monárquicos contra o próprio rei, aproximou-os perigosamente dos seus mais directos adversários, introduzindo-se nos meandros da conspiração anti-monárquica. (...) Os políticos utilizam-no (o rei) e inutilizam-se¹⁸.

A presença de membros da Dissidência Progressista na tentativa insurreccional frustrada de 28 de Janeiro de 1908 e desmantelada em consequência do entusiasmo de alguns dos envolvidos no recrutamento demonstrou a eficácia da estratégia revolucionária empenhada em provocar agitação e instabilidade na sociedade e no regime como ainda a existência de adeptos desta estratégia nos sectores monárquicos. Essa aproximação "contra natura" era tanto mais incongruente quanto era conhecida a fragmentação ideológica presente no interior do Partido Republicano Português, agremiação onde nem todos os republicanos consideravam o recurso à força para derrubar a monarquia, como sendo a fórmula mais correcta de implantação da República, tendo em conta os inconvenientes inerentes a uma revolução, dentro e fora do território nacional.

¹⁷ Manuel Pinto dos Santos. *Monarquia Constitucional. Organização e Relações do Poder governamental com a Câmara dos Deputados (1834-1910)*, Lisboa, Assembleia da República Portuguesa, 1986, pp. 112-113.

¹⁸ Karl Brandão, *Memórias* (vol. I), 3ª ed., Lisboa Paris, Allaud e Bertrand, 1925, p. 134.

O vínculo da Dissidente Progressista à rebelião frustrada que antecedeu, por dois dias, os assassinatos do rei D.Carlos e do Príncipe Luis Filipe, herdeiro da Coroa, fundamentou-se em torno da ideia de uma possível e desejável abdicção do monarca, pretensão suscitada na imprensa monárquica e surgida em virtude da postura pública do monarca de apoio incondicional e de identificação com as medidas impopulares protagonizadas por João Franco, mesmo antes da entrevista concedida ao jornalista Joseph Gautier, em Novembro de 1907¹⁷.

No entanto, a publicação daquela entrevista num jornal parisiense de grande circulação, *Le Temps*, e a divulgação entre nós, das declarações do monarca português aí contidas vieram intensificar as pressões exercidas no sentido do abandono voluntário de D.Carlos em favor do herdeiro do trono, à semelhança do que fora sugerido ao seu antecessor. "Oliveira Martins julgava indispensável a abdicção de D.Luis em 1883; como Alpoim a considerava em 1905, com D.Carlos"¹⁸. As afirmações proferidas pelo rei, tendentes à desvalorização do Partido Republicano Português e a reiterar a confiança no Presidente do Conselho como à certeza da completa pacificação da sociedade, eram incompatíveis com as necessidades do país e com o estado efectivo do regime. A manutenção deste sistema não resistiria às ameaças suscitadas pelo comportamento do monarca, acusado de intervencionismo excessivo no domínio político, numa evidente violação das competências inerentes à função régia, ou seja ao poder moderador¹⁹.

O primeiro impacto da entrevista real concedida a 13 de Novembro de 1907 e publicada por insistência de João Franco – interessado em ostentar publicamente a confiança régia – foi, sobretudo, favorável aos oposicionistas da monarquia, principalmente aos (...) republicanos que exultavam vendo as suas fileiras engrossar dia a dia e os monárquicos desalentados, impantes de ira, nem tinham força para defender o seu rei, que os maltratava²⁰.

De árbitro vigilante e imparcial, de quem se aguardava o empenhamento activo para a resolução das crises políticas, o monarca passou a inimigo das

¹⁷ Eduardo Schwalbach. *op. cit.*, p. 261. A campanha pela abdicção de D.Carlos I foi encabeçada por Barbosa Cohen, no jornal *Novidades*. Rocha Martins corroborava o testemunho de Eduardo Schwalbach. Segundo o último, a abdicção do rei D.Carlos caminhava como alternativa à mudança de regime. Rocha Martins. *João Franco e o seu Tempo. E Comentários Livres às Cartas de Del-Rei D.Carlos*, Lisboa, Oficinas Gráficas ABC, (ed. do autor), s.d., p. 375.

¹⁸ Francisco Homem Cristo. *Notas da Minha Vida e do Meu Tempo* (vol. III), Lisboa, p. 222.

¹⁹ António Cabral. *op. cit.*, p. 192.

²⁰ António Cabral. *ibidem*, 195.

stituições através do seu envolvimento pessoal e patrocínio político da uma preferência ditatorial.

D. Carlos, acompanhando as expectativas messiánicas geradas no Paço e alguns sectores conservadores em torno da figura do Presidente do Conselho, deu mostras de acreditar verdadeiramente na possibilidade de coabitação dos diferentes poderes institucionais, nomeadamente da Câmara dos Deputados, com um governo competente ainda que ali minoritariamente apresentado. Agradava-lhe, sobretudo, a gestão do tópico da regeneração do país, evocado para a mobilização das consciências cívicas no sentido da colaboração conjunta no processo governativo sob a égide de um novo redentor, à luz da árdua tarefa da ressurreição financeira, económica, administrativa e social. Na prática, a mensagem dos Regeneradores Liberais representava uma comissão explícita na propaganda republicana, onde este tema aparecia intimamente associado, não a instâncias governamentais mas antes à natureza do regime, o que obedecia aos propósitos franquistas propagandeados de agir no terreno republicano²¹.

Estava consumada a ruptura no monopólio, até então, da instrumentalização, através do nacionalismo exarcebado e maniqueísta, dos valores pátrios e proceder à divulgação eficaz do republicanismo. O franquismo, enquanto movimento político inspirador de massas, imprimia uma alteração efectiva pela qual operada de enquadramento mais abrangente da sociedade, nomeadamente na busca de captar adeptos em quadrantes usualmente alheios à estratégia eleitoral conservadora. Destas aspirações decorreu a adopção de uma lógica vertical nas estruturas partidárias regeneradoras liberais, em contraste com os conceitos horizontais e elitistas dominantes no sistema rotativo e limitado desde a instauração do constitucionalismo monárquico.

O franquismo constituiu um fenómeno de características únicas, razão do seu isolamento quer no contexto político monárquico quer ao nível de legitimidade e amplitude públicas. Apesar das diferenças, não manifestou ter adquirido um grau de aceitação social relevante que lhe permitisse tomar proporções ameaçadoras para os sectores oposicionistas anti-monárquicos — republicanos, socialistas ou mesmo anarquistas — nem para desarmar os quadros da conspiração a que se entregavam as associações secretas existentes. Fossem estas ligadas à Carbonária de Luz de Almeida ou grupos de intervençãoistas, dispostos à acção directa no derrube da monarquia, contra-pondo a ortodoxia anarquista²².

²¹ Miguel Sardica. *A Dupla Face do Franquismo na Crise da Monarquia Portuguesa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p. 53.

²² Miguel Sardica. *ibidem*, p. 55.

Assim, e ao invés das expectativas criadas em torno da competência de João Franco e da eficácia do fortalecimento do poder executivo decorrente da ditadura, depois de falhada a tentativa de um governo de partido único e desfeita a Concentração Liberal, da qual dependia directamente para se manter na Câmara dos Deputados, esta fase foi de prodigiosa actividade conspirativa. Esta traduziu-se pelo aliciamento e recrutamento intensos para engrossar as fileiras carbonárias, movimento quase completamente desconhecido para as autoridades policiais apesar dos indícios evidentes que ecoaram na cidade de Lisboa, pela explosões de duas bombas, na rua do Carrião e na de Santo António à Estrela.

A postura claramente ofensiva de João Franco, os republicanos respondiam com o intensificar da agitação, conseguida através dos inúmeros comícios organizados por todo o país. Por intermédio da política repressiva de João Franco, o Partido Republicano Português elevava-se do espectro político, apontando as causas dos males nacionais como resultado de um regime caducado e gasto, servido por uma casta de políticos incompetentes e ambiciosos.

Em Janeiro de 1908, era evidente o fracasso dos objectivos mais imediatos que haviam conduzido João Franco à chefia do poder executivo e à ditadura. A este governante haviam escapado as iniciativas dos opositores do regime, bem como o estímulo que lhes proporcionara com a sua própria governação. Por isso, a noção de tranquilidade que transmitira ao rei D. Carlos no Terreiro do Paço, na tarde de 1 de Fevereiro de 1908, não correspondia à realidade²³. As causas que possibilitaram o Magnicídio foram de extrema complexidade. Para o desaparecimento físico do rei haviam concorrido decisivamente o seu ditador e o ódio que o mesmo despertara de forma muito generalizada na sociedade. Por outro lado, o clima político foi agravado pela estreita e estranha colaboração entre dissidentes, republicanos e carbonários, no final do mês de Janeiro de 1908. A esta, o governo respondera com o decreto de expulsão do território nacional de qualquer indivíduo acusado de fazer perigar a integridade das instituições monárquicas. O Regicídio decorreu deste ambiente de profunda agitação e de intensos ódios nutridos pela figura do monarca, tanto por monárquicos como por republicanos. Foram esses ódios que inspiraram Alfredo Costa e Buiça, os dois regicidas conhecidos e mortos no local do crime, e o acto por eles perpetrado em nome da tarefa grandiosa de salvação da Pátria.

²³ António Cabral, *Cartas D'El-Rei D. Carlos a João Franco. Cartas D'El-Rei a José Luciano de Castro. A Ditadura. Os Adiantamentos. O Regicídio*, Lisboa, Portugal-Brasil, s.d., p. 209.

Biografia

- ANDÃO, Raul. *Memórias* (vol.1), 3ª ed., Lisboa Paris, Aillaud e Bertrand, 1925.
- ARAL, António. *Cartas D'El-Rei D.Carlos a João Franco. Cartas D'El-Rei a D. Luciano de Castro. A Ditadura. Os Adiantamentos. O Regicídio*, Lisboa, Portugal-Brasil, s.d.
- ARAL, António. *As Minhas Memórias Políticas*, Lisboa, Livraria Popular Francisco Franco, 1931.
- ANDIDO, Jacinto. *Memórias Íntimas para o Meu Filho*, Lisboa, Ed. Estudos Castelo Branco, 1963.
- ASTO, Francisco Homem Cristo. *Notas da Minha Vida e do Meu Tempo* (vol. I), Lisboa, s.d.
- AS, Carlos Malheiro. *Em Redor de um Grande Drama. Subsídios para uma História da Sociedade Portuguesa (1908-1911)*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, s.d. [1912].
- BEVARA, Gisela Medina. *As Relações Luso-Alemãs Antes da Primeira Guerra Mundial. A Questão da Concessão dos Sanatórios da Ilha da Madeira*, Lisboa, Colibri, 1997.
- BELINS, Rocha. *João Franco e o seu Tempo. E Comentários Livres às Cartas D'El-Rei D.Carlos*, Lisboa, Oficinas Gráficas ABC, (ed. do autor), s.d.
- BETOS, Sérgio Campos. «A Crise da Monarquia Constitucional (1890-1906)» in Medina (dir.) *História de Portugal* (vol. IX), Alfragide, Ediclube, 1993, p. 175.
- BENES, Teresa. *Carlos Malheiro Dias. Um monárquico entre dois regimes*, pref. António Ventura, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa (Caleidoscópio, 2009).
- BETOS, Manuel Pinto dos. *Monarquia Constitucional. Organização e Relações Poder Governamental com a Câmara dos Deputados (1834-1910)*, Lisboa, Assembleia da República Portuguesa, 1986.
- DACA, José Miguel. *A Dupla Face do Franquismo na Crise da Monarquia Portuguesa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.
- D'WALBACH, Eduardo. *A Lareira do Passado. Memórias*, Lisboa, ed. do autor, 1944.
- DEURA, António. *Entre a República e a Acrácia. O Pensamento e a Acção de D. João Costa (1897-1914)*, Lisboa, Colibri, 1994.

• COLEÇÃO LUSO-GRAPHIAS/PHONIAS •

DIRECTORES

- Annabela Rita
 Béata Elzbieta Cieszyńska
 Fernando Cristóvão
 José Eduardo Franco
 José Jorge Letria
 José Rosas



CLEPUL | Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias
 Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



INSTITUTO DE ESTUDOS IBERO-CLAVOS
 P. MANUEL ANTUNES



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TRADUTORES



CompaRes
 ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ESTUDOS IBERO-CLAVOS
 Center for Iberian-Clavos Studies



LUSOSofia

Biblioteca On-Line de Filosofia e Cultura



Observatório da Língua Portuguesa



LETRAS com vida



A SPAUTORES
 SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR